

3

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa: Terrina com decoração caligráfica em «corda seca» (séc. XI). Museu de Mértola (Foto de Luís Pavão).

Fotografia da contracapa: Grande tigela com esmaltagem em verde e manganês, possivelmente fabricada em Maiorca ou Qayrawân (na actual Tunísia) em finais do séc. X e representando um navio comercial vulgar nessa época no Mediterrâneo Ocidental. Decorava a fachada da igreja de San Piero em Pisa. (Foto de G. Berti).

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 523

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — **Telefax:** (02) 591777

Impressão: Litografia Ach. Brito / Porto

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

O PROBLEMA DA DATAÇÃO EM LINGUÍSTICA HISTÓRICA

MÁRIO ALINEI¹

I. INTRODUÇÃO

O problema da datação em linguística histórica não tem sido objecto de estudos aprofundados. Apesar de existirem trabalhos sobre datação em línguas específicas, alguns deles clássicos², os seus fundamentos teóricos e metodológicos não parecem ter merecido atenção por parte dos estudiosos. É possível que os métodos de datação sejam considerados, em geral, meras minudências; aliás, no que diz respeito à História, nem sequer costumam ser tema de discussão. No entanto, é necessário fazer uma distinção importante: se é certo que a História utiliza em larga medida métodos de datação que não pedem justificação, já a Pré-História e a Arqueologia modernas têm feito do estudo dos métodos de datação um dos seus capítulos mais apaixonantes e revolucionários. Basta recordar os métodos baseados no radio-carbono, com o seu recente desenvolvimento da «calibração» e as enormes consequências que tiveram para o nosso conhecimento da pré-história. É claro que o problema da datação não existe para aquela parte do nosso passado que se caracteriza pela documentação escrita, aquela a que chamamos História, mas torna-se agudo logo que cessam os documentos escritos e se entra no domínio da pré-história.

Para a Linguística Histórica, no entanto, a distinção entre História e Pré-história não parece operar da mesma maneira que na História Geral. Na vertente pré-histórica, de facto a linguística é potencialmente mais forte que as outras ciências históricas dado que desenvolveu uma técnica altamente especializada, tradicionalmente chamada etimologia, com a qual está apta a obter um resultado

único, ou seja, a reconstrução de uma documentação escrita para períodos em que o alfabeto ainda não existia, fazendo recuar a fronteira entre história e pré-história. Na vertente histórica, pelo contrário, a linguística é mais débil do que as outras ciências históricas, dado que a documentação escrita possui para ela um valor mais limitado do que para estas. Em primeiro lugar, porque a escrita é secundária relativamente ao discurso oral; em segundo lugar, por existirem certas limitações inerentes à documentação escrita que têm a ver com os aspectos sociais da linguagem e que irei ilustrar mais adiante. Tudo isto torna a datação em linguística histórica um problema digno de discussão.

II. MÉTODOS DE DATAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Irei ilustrar quatro métodos de datação das evoluções linguísticas baseados em: 1) documentação escrita; 2) etimologia; 3)

cronologia relativa das alterações fonéticas;
4) cronologia absoluta das alterações semânticas. Podem existir outros métodos ³ e os quatro mencionados podem combinar-se livremente entre si, mas eu penso que estes são os mais importantes e fundamentais.

II.1. Um exemplo: a datação da palavra italiana *ciao*.

Antes de tudo, vou procurar ilustrar os métodos de datação através de um exemplo da minha língua: a palavra italiana *ciao*, que provavelmente todos conhecem devido à difusão internacional que tem tido nos últimos anos ⁴. Podemos perguntar, mesmo se isso parecer à primeira vista um pouco bizarro, qual é a data dessa palavra. Eu permito-me tomar a pergunta à letra e dar-lhe uma resposta imediata: a palavra *ciao* no italiano standard é muito recente e só pode datar da segunda metade deste século. Posso afirmá-lo de uma forma tão singela por duas

razões. Uma, subjectiva: lembro-me que na minha infância, em Roma, *ciao* era ainda pouco comum ⁵; outra, objectiva e mais importante: a palavra não existe nos dicionários italianos anteriores à segunda guerra mundial e só aparece no período do pós-guerra ⁶. Conseguimos, assim, uma primeira datação mas conseguimos, ao mesmo tempo, o nosso primeiro problema: podemos, frequentemente, datar a introdução de um empréstimo, mas datar a palavra original é mais difícil e talvez impossível. *Ciao*, por exemplo, é um empréstimo dos dialectos do norte de Itália ⁷, onde existe em variantes de dois tipos: *scia(v)o* e *cia(v)o*. Se consultarmos os dicionários dos dialectos italianos, encontramos ambos os tipos atestados no século passado ⁸, mas não podemos ir mais além, dado que antes dessa época não existiam dicionários dialectais representativos ⁹. Antes do século XIX as fontes dialectais são em geral muito escassas, à excepção das que se referem ao dialecto de Florença que se tornou depois o italiano standard. Eis-nos pois perante outro tipo de problema de datação em linguística histórica. Na maior parte dos casos, se dependermos de fontes escritas para a datação, aquilo que encontramos não é um *terminus a quo*, o verdadeiro início de uma história, mas um *terminus ante quem*, um ponto de valor relativo que pode distar séculos ou até mesmo milénios da data que procuramos. Para a palavra *ciao*, por exemplo, o primeiro testemunho, do século XIX, não é decididamente um *terminus a quo*; mesmo como *terminus ante quem* possui um valor escasso dado que essa palavra, como veremos, data de mais de um milénio antes.

Felizmente, a linguística histórica tem um outro método clássico de datação além da documentação escrita: a etimologia. Quando a etimologia é absolutamente segura ela fornece-nos um método engenhoso para relacionar as palavras com estados precedentes que podem mesmo pertencer a um passado remoto. Este é o caso de *ciao* e *sciao*, porque a etimologia destas palavras é a palavra tardo-latina *sclavus*, de primitiva origem eslava, que significava na origem, precisamente, 'eslavo' e passou depois a significar 'escravo'. Como se sabe, a maior parte das palavras da Europa ocidental que designam o escravo derivam da palavra *sclavus*: não só o italiano *schiaivo* mas também o francês *esclave*, o espanhol *esclavo*, o português *escravo*, o inglês *slave*, o alemão *sklave*, o neerlandês *slaaf*, o dinamarquês *slave*, o sueco *slaf*, o gaulês *slaf*, o bretão *sklav*, o albanês *skllaf*, o grego moderno *sklavos*, etc.¹⁰. Na Itália, *sclavus* tornou-se *schiaivo* 'escravo' no dialecto de Florença e foi esta a forma que passou ao italiano standard. Nos dialectos do norte de Itália, através de várias alterações fonéticas, *slavus* tornou-se primeiro *sciavo*, depois *sciao* e por fim *ciao*. Quanto às alterações semânticas, a passagem da noção de 'escravo' a uma simples saudação, pode ser explicada pelo confronto com outra evolução muito parecida, a da palavra *servus* que significava 'criado' e passou a ser uma saudação comum em parte da Europa Central. Quais são pois as consequências desta etimologia para a datação da nossa palavra *ciao*? É que agora, podemos valer-nos do conjunto das fontes medievais para encontrar os mais antigos testemunhos do novo estado da nossa palavra, isto é *slavus* com o significado de escravo. E de



in Le Brun à Versailles, Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1985.

facto, encontramos-os, seja em documentos do grego bizantino, seja do latim tardio, já no século X da nossa era ¹¹. Antes de tudo, as primeiras atestações da palavra no sentido de 'eslavo' encontram-se em grego, no século VI. Para explicar o desenvolvimento semântico de *slavo* 'eslavo' para *schlavo* 'escravo', as fontes históricas informam-nos que a área eslava era a principal fonte de escravos no período da Alta Idade Média, a partir provavelmente do século VI até atingir o auge no século X ¹². Neste período os escravos eram ainda pagãos, de modo que os mercadores de escravos, na sua maioria venezianos, genoveses e judeus, não precisavam de violar os princípios da «societas christiana» afirmados pelo papa Gregório Magno, segundo os quais estavam isentas de escravatura as pessoas baptizadas ¹³. Obtemos assim uma datação mais segura para a palavra *slavus* no sentido de 'escravo', e que será, aproximadamente, o período entre o século VII e o X. Mas ao darmos este segundo passo para a solução do problema da datação da palavra *ciao* deparamos com dois novos problemas:

1) Não sabemos quando é que a designação de 'escravo' começou a ser usada como saudação no Norte da Itália ¹⁴: apenas encontramos testemunhos dessa utilização (sob a forma standard *schlavo*) nas obras do veneziano Goldoni no século XVIII, o que prova que naquela época existia já *ciao* como saudação. No entanto, com base nisso a única afirmação segura que podemos avançar é que a respectiva evolução semântica teve lugar entre os séculos X e XVIII, o que equivale a uma datação muito pouco satisfatória.

2) Como já vimos, podemos datar a alteração semântica de 'eslavo' para 'escravo' do período entre os séculos VI e X, mas no que diz respeito ao significado 'eslavo' os primeiros testemunhos gregos de *sklavos* podem apenas ser considerados um *terminus ante quem* de escasso valor. Infelizmente a palavra «*sklavos*» não pode ser datada nem por meio de documentos escritos nem pela etimologia. A documentação escrita é nula, dado que a alfabetização na área eslava começa tarde demais para ser relevante. A etimologia, no caso da palavra *sklavos*, oferece, apenas, hipóteses especulativas que não permitem tirar conclusões seguras ¹⁵. Voltaremos a este ponto mais adiante.

II.2. Um primeiro comentário: datações estratigráficas

Datada a nossa palavra *ciao*, é oportuno um primeiro comentário: sabemos agora a razão pela qual a nossa pergunta sobre a data desta palavra parecia simplista à primeira vista. O mesmo aconteceria se a pergunta dissesse respeito a um sítio arqueológico. Como é óbvio, datar um lugar arqueológico é uma operação complexa que depende da quantidade de estratos encontrados na escavação. De modo idêntico, quando nos propomos datar uma palavra, em muitíssimos casos podemos defrontar-nos com uma estratigrafia: aquilo que devemos obter é uma datação múltipla e não uma data única. Para *ciao*, por exemplo, encontramos uma datação quádrupla:

1) Datámos de quarenta e cinco anos atrás a introdução de *ciao* no italiano standard através do italiano setentrional.

2) Não conseguimos datar, senão com um *terminus post* e um *terminus ante quem* muito distantes um do outro a mutação semântica da noção de 'escravo' em saudação;

3) Datámos do período entre os séculos VI e X a transformação de 'eslavo' em 'escravo';

4) Não conseguimos datar o estado inicial de 'eslavo' senão com um *terminus ante quem* do século VI.

Tal como na arqueologia, as nossas datações não têm sempre o mesmo rigor em todos os estratos.

II.3. Documentação escrita

Procuremos, agora, trabalhar os métodos de datação que vimos até aqui.



in *Le Brun à Versailles*, Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1985.

Do ponto de vista teórico, quando examinamos documentos escritos, com o objectivo de datar palavras, notamos uma primeira oposição fundamental: **a presença vs. ausência de atestações da palavra.**

Pondo de lado os aspectos óbvios da questão, uma fonte escrita com atestações é considerada em geral como um *terminus ante quem* para a palavra, enquanto que uma fonte sem testemunhos é considerada um *terminus post quem*¹⁶. Para resolver adequadamente um problema de datação é, no entanto, necessário satisfazer uma condição formal: devemos obter uma sequência dos dois *termini*, primeiro *post* e depois *ante*, de modo a estarem, cronologicamente, o mais perto possível um do outro. No nosso exemplo, *ciao* não está presente nos dicionários italianos de antes da guerra, mas existe nos do pós-guerra. A distância entre estes dois *termini* é de poucos anos. A sequência satisfaz, portanto, esta condição de uma datação adequada. Em termos técnicos, a proximidade dos *terminus post* e *terminus ante*, transforma o *terminus ante quem* em *terminus a quo*, a data perfeita, o verdadeiro início da palavra. A lexicografia histórica aplicada à maior parte das línguas europeias, mesmo se privada de consciência metodológica, tem operado com este método de forma sistemática, com os bons resultados patentes em muitos dicionários históricos de várias línguas europeias¹⁷.

Existe, no entanto, uma outra oposição fundamental que está subjacente aos métodos de datação baseados na documentação escrita: **a oposição entre presença e ausência de escrita**, que pode também ser definida como **oposição entre história e pré-história**. Trata-se, naturalmente, de uma oposição completamente diversa que não deve ser confundida com a que se refere à presença e ausência de atestações da palavra.

O início da escrita, não importa onde e quando, pode apenas oferecer, para a língua falada um *terminus ante quem* e, certamente, nunca um *terminus a quo*. Ninguém, por exemplo, quererá considerar o início do grego micénico no séc. XV a.C., do latim no séc. VI a.C., do eslavo antigo no séc. IX da nossa era ou do italiano no séc. XIII, como os verdadeiros inícios dos seus equivalentes falados. Cada uma destas datas será considerada como um *terminus ante quem*, irrelevante em relação ao início da língua falada grega, latina, búlgara e italiana. Aqui, todavia, aparece um problema terminológico que requer um comentário e uma solução. Como distinguir entre um *terminus ante quem* no que diz respeito ao início dos testemunhos de uma palavra e um *terminus ante quem* no que diz respeito ao início da escrita? A diferença entre as duas é fundamental, porque um *terminus ante quem* para as atestações de uma palavra, como já vimos, pode formar uma sequência com um *terminus post quem* e, assim, transformar-se num *terminus a quo* que assinala o verdadeiro início da palavra. Enquanto que um *terminus ante quem* para o início da escrita, enquanto marco do início da «história», não pode ser colocado em sequência com algo que o preceda. Provisoriamente, chamaremos o primeiro tipo de *terminus ante lessicale* e o segundo *terminus ante scrittorio*, onde o termo *scrittorio* nos ajudará a lembrar que diz respeito a toda a escrita e não pode relacionar-se com nenhum *terminus post quem* que o preceda. Ora o início da escrita em línguas como o grego micénico, o latim, o eslavo antigo e o italiano, representa a forma mais evidente e espectacular da oposição entre presença e ausência de escrita. Em muitos outros casos a oposição é menos clara e a confusão com o *terminus ante lessicale* é mais fácil e frequente. Aqui trata-se especialmente de uma forma de ausência de escrita, mais escondida mas extremamente frequente e que descreverei através do nosso exemplo.

Recordemos o primeiro problema relativo à palavra dialectal *ciao*: não a encontramos testemunhada antes do séc. XIX por não haver fontes escritas respeitantes aos dialectos do Norte de Itália, mesmo nos tempos modernos. Ora, como nos tempos modernos ninguém iria pôr em dúvida a existência da escrita, e as fontes escritas são abundantes, podemos acabar por falar em falta de atestações em vez de uma forma peculiar de falta de escrita. Se confundirmos as duas coisas caímos num erro dramático, porque estamos a identificar um *terminus ante lessicale* em vez de um *terminus ante scrittorio* e desta maneira, como já vimos, criamos as condições para obter uma datação absoluta sem qualquer valor. Infelizmente, datações baseadas nesta interpretação errada são muito frequentes.

Procuremos definir o problema de forma mais precisa e em termos teóricos. A escrita, como os arqueólogos lucidamente reconheceram¹⁸, é uma invenção ligada ao início da sociedade estratificada e exprime a necessidade da elite dominante de possuir um instrumento exclusivo de informação e de comunicação datado de poder jurídico. Por conseguinte, se é verdade que o início da escrita marca o fim da «pré-história», isso acontece apenas para o grupo dominante e não necessariamente para os grupos dominados.



in *Le Brun à Versailles*, Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1985.

O acesso à escrita e, portanto, o início da «história» pode começar, e de facto começa, muito mais tarde. E o início da escrita para os grupos subordinados não acontece logo de forma espectacular, como é típico dos exemplos que vimos ¹⁹. Este é o caso de *ciao*. Procurar uma palavra dialectal como *ciao* em fontes escritas, não é tanto procurar os primeiros testemunhos de uma palavra, mas

sobretudo procurar as origens da escrita no dialecto respectivo. No que diz respeito à metodologia da datação, isto tem duas consequências: em primeiro lugar, é necessário acrescentar uma **terceira oposição, sociolinguística, entre língua standard e variedade sub-standard**. Através desta oposição podemos distinguir entre o início da escrita para a língua standard e o início da escrita para a variedade sub-standard e, logo, poderemos relativizar as noções de «história» e de «pré-história» e torná-las socialmente articuladas. Deste ponto de vista, história e pré-história continuarão a estar ligadas ao início da escrita, mas a própria escrita terá início em datas diversas segundo os diversos grupos sociais. Se à luz destas observações examinássemos os actuais dialectos europeus, por exemplo, reconheceríamos, facilmente, que para centenas, talvez milhares deles, a pré-história ou durou até época recente ou ainda nem sequer acabou ²⁰. Introduzidas estas novas noções na nossa metodologia, quando nos encontrarmos perante testemunhos dialectais, poderemos distinguir entre **atestações de palavras e atestações de escrita** e saberemos dizer se um *terminus ante quem* será «lexical», susceptível de se tornar um *terminus a quo*, ou escrito, destinado a permanecer assim para sempre, simples referência a um vazio pré-histórico precedente. O único caso que eu conheço em que é possível resolver problemas de datação sem recorrer a uma análise sociolinguística deste tipo é o das palavras eruditas. Mas isto não é uma excepção à nossa regra; pelo contrário, vem confirmá-la. As palavras eruditas, de facto, como o próprio termo indica, são uma expressão directa da classe dominante para quem a documentação escrita é sempre representativa – e por conseguinte, para ela, as datações são sempre plausíveis, mesmo

sem se considerar a dimensão sociolinguística do problema. Mas para as palavras de tradição popular, como vimos no caso de *ciao*, uma análise sociolinguística é indispensável.

Isto conduz-nos a outro problema, o mais delicado, muito importante para a nossa questão. A oposição sociolinguística entre variedades standard e substandard de uma língua, que me limitei a mencionar, não é uma oposição fixa e estática, mas dinâmica e dialéctica. Os grupos superiores não estiveram sempre no alto, encontrando-se, pelo menos no início da sua história, nos graus inferiores da escala. Os patrícios latinos tinham sido agro-pastores na Itália arcaica, os senhores feudais germânicos da Alta Idade Média eram os bárbaros de alguns séculos anteriores, a burguesia moderna da Europa ocidental desenvolveu-se a partir de grupos de artesãos da Idade Média e assim por diante. Este simples e bem conhecido facto da história tem consequências várias para os problemas de datação que, na minha opinião, nunca foram apontadas. Procuraremos segui-las, de novo, através do nosso exemplo *ciao*. Entre os primeiros testemunhos do latim *slavus* no séc. X e o primeiro de *ciao* no séc. XIX, insere-se, no séc. XIV, um testemunho da variante italiana standard *schiaivo* e acontece que ele aparece na Divina Comédia de Dante. Ora nos séculos XIII e XIV em que Dante escrevia, a língua standard da Itália era o latim, a noção de «italiano» nem sequer existia e a pujante língua dantesca era simplesmente a «vulgar», como diz o próprio escritor²¹. Assim sendo, por que razão deveria o florentino vulgar *schiaivo* ter aparecido seis séculos antes de um vulgar do Norte de Itália *scia(v)o*? Não é por existir qualquer relação com a cronologia real dos acontecimentos linguísticos, mas fundamentalmente pelo facto de o dialecto medieval

de Florença nos ter deixado muito mais documentos escritos do que todos os outros juntos. A prova-lo está, sem qualquer dúvida, o índice computadorizado do antigo italiano que eu próprio elaborei²². E a razão de haver esta enorme quantidade de documentos escritos florentinos está em que a jovem burguesia florentina de Duzentos não venceu apenas muitas batalhas contra o poder feudal, mas também contra outros grupos regionais burgueses concorrentes. E é por isso que os outros dialectos italianos aparecem no séc. XIII em muito menor escala que o florentino. E porquê o séc. XIII e não outros? Porque só neste período a burguesia italiana no seu conjunto reúne poder político e económico suficiente para poder dar início a um sistema alfabético próprio e produzir a sua própria cultura, como nos é ensinado, detalhadamente, pela história²³. No séc. X, quando o poder feudal dos Merovíngios e dos Carolíngios era incontestável, também o latim era incontestado como língua standard. Por isso, se no séc. X aparece apenas *slavus* não é por não existir a variante *schiaivo*, mas porque para a gente comum de Florença a pré-história ainda não tinha terminado. A diferença, em data, entre o latim *slavus* no séc. X, o florentino *schiaivo* no séc. XIV e o italiano do norte *ciao* no séc. XIX não reflecte uma cronologia real de acontecimentos linguísticos, mas apenas o quadro, mutável, das relações sociais. Teríamos um quadro muito desviado da realidade se tomássemos à letra as três diferentes datas, sem as corrigir por meio das considerações sociolinguísticas e históricas que apresento. Na verdade, as três formas deveriam ter coexistido no séc. X. Mas enquanto *slavus* foi standard, o sub-standard *schiaivo* era ostra-



in *Le Brun à Versailles*, Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1985.

cizado; quando *schiaivo* se tornou standard foi, então, excluído *sciao*. Existe sempre uma relação entre a posição na escala cronológica de uma palavra escrita e o seu status sociolinguístico. E esta relação é móvel, não é fixa. Aquilo que é tido como standard num dado momento pode ser sub-standard num outro. A escrita, independentemente do tempo e do lugar do seu início, dispõe de convenções próprias que censuram as variedades sub-standard existentes naquele momento e lugar. Apesar da sua importância, estes aspectos sociolinguísticos da língua escrita são descurados nas tentativas de datação, com sérias consequências para os resultados obtidos. Os testemunhos lexicais são tomados à letra pelo seu valor aparente, sem considerações históricas e sociais, sem consciência da diferença entre testemunho lexical e escrito. Quando se recorre à etimologia, como no caso de *ciao*, pode-se ainda atingir uma datação correcta, mesmo se a interpretação dos factos for, muitas vezes, errada. Mas quando não se faz apelo à etimologia ou a outros métodos, quando se depende exclusivamente dos testemunhos escritos, se não distinguirmos entre as três oposições que procurei ilustrar, as nossas datações serão, inevitavelmente, demasiado recentes e muitos *termini ante quem* serão considerados *termini a quo*.

II.4. Documentação etimológica

Procurarei, agora, examinar o segundo método fundamental para a datação lexical, isto é, a etimologia. Referi já que o seu valor depende do grau de segurança da etimologia. Num artigo publicado na revista «Folia Linguistica»²⁴, apresentei uma distinção entre *etimografia* e *etimotese*: a primeira estabelece etimologias incontestáveis, através das quais o desenvolvimento linguístico é um facto, e onde o acento recai sobre a reconstrução cultural. A segunda designa etimologias especulativas, através das quais o desenvolvimento linguístico não é um dado real e onde o acento recai sobre a reconstrução linguística. Apresentei na altura esta distinção por razões metodológicas, visto que, basicamente, os dois tipos de etimologia têm uma natureza formal completamente diferente. Hoje não me surpreende descobrir que essa distinção também é relevante em questões de datação. De facto, é evidente que só as etimologias incontroversas podem ser úteis para a datação lexical. A etimologia de *ciao*, por exemplo, ilustra claramente este ponto. Uma vez que não há qualquer dúvida de que *slavus*, *sclavus* e *ciao* são estados diferentes da mesma palavra, uma datação resultante destes estados é, também, uma datação fiável, isto é, pode entrar nos livros de história. Pelo contrário a etimologia da palavra *slavo* é um bom exemplo de *etimotese*: existem diversas hipóteses de explicação da palavra, nenhuma das quais se pode considerar como provada. A partir da etimologia escolhida, formulam-se diferentes hipóteses sobre o contexto cultural e, por isso, também sobre a datação da palavra. As consequências da *etimotese* para a datação são mais

evidentes se forem consideradas, por exemplo, as inúmeráveis palavras cujas hipóteses contrastantes implicam uma proveniência de línguas diferentes: palavras para as quais existe uma etimologia latina, uma grega, uma alemã, uma árabe, e por aí fora. Segundo a hipótese que escolhermos automaticamente obtemos uma datação muito precisa e, todavia, sempre diferente e de todo insegura.

Quando a etimologia é incontestável, o seu poder para a resolução de problemas de datação dificilmente pode ser superado. Como um objecto mágico, quase como as botas de sete léguas, a etimologia permite-nos saltar milénios sem qualquer esforço. Constatámo-lo com a etimologia de *ciao* que nos catapultou do séc. XIX para o séc. VI. Imagine-se a quantas datações erradas poderíamos ser conduzidos se ignorássemos que *ciao*, em última análise, é um empréstimo eslavo. A história de *ciao* é típica no sentido de que, primeiro, nos leva até ao Norte da Itália, depois para uma área eslava e isto, cronologicamente, durante o séc. VI da nossa era. Qualquer palavra de origem latina nos levaria, num único e grande salto, até dois milénios atrás e, se atingíssemos o início da escrita, até quase três milénios atrás. E se, por intermédio do latim pudéssemos atingir a profundidade do indoeuropeu, descobriríamos estratos datáveis do neolítico ou, também, do paleolítico, de acordo com a palavra que estivéssemos a datar. Na verdade, o poder da etimologia para as datações é o maior de todos. Ele deveria ser controlado, como disse, através da noção de *etimografia* e deveria ser «calibrado», se é que posso usar uma noção de moda em questões de datação, por meio daquele que, a meu ver, é o segundo método mais potente de datação, isto é, o semântico. Tratarei este ponto em último lugar.

II.5. Cronologia relativa das alterações fonéticas

Passo agora ao terceiro método de datação, que se baseia na cronologia relativa das alterações fonéticas.

A maior parte das etimologias liga-se a alterações fonéticas, correspondendo estas, por definição, a sequências cronológicas relativas. A nossa análise de *ciao*, por exemplo, mostra uma interessante sequência de cinco estados: primeiro temos, na palavra original *slavu*, o grupo consomântico SL, isto é, sibilante + líquida. Depois, em *sclavus*, verificamos a alteração deste grupo inicial através da epêntese de uma oclusiva velar surda entre os dois fonemas originais. Provavelmente esta alteração teve lugar numa das áreas não eslavas onde se concentrava o tráfico de escravos de origem eslava ²⁵, e onde o grupo SL não pertencia aos sistemas fonológicos locais. Depois, em Itália, o grupo SKL, seguindo um desenvolvimento quase pan-italiano, passou a SKY e a palavra tornou-se *schiaivo*, que é a forma italiana standard. No norte de Itália, no entanto, qualquer con-

soante velar seguida de Y secundário se palaliza: daí que *schiaivo* origina *scia(v)o*. Mas, em muitos dialectos italianos, o grupo STCH é fonologicamente insólito, daí que o S inicial, primeiro ou depois, caia, e apareça a nossa palavra *ciao* ²⁶. A cronologia relativa desta sequência é incontestável, sendo a sequência em si mesma muito interessante. No entanto, contrariamente à opinião comum, esta sequência e outras semelhantes, a meu ver, têm pouco valor para as datações, uma vez que a duração das alterações fonéticas não é um parâmetro independente e mensurável, mas depende de factores extra-linguísticos. O tempo de uma alteração fonética não reside tanto na alteração enquanto tal, mas sim nas circunstâncias geográficas, socio-históricas e culturais que provocaram essa alteração. Por outras palavras, uma sequência fonológica não seria vista como uma sequência transversal que atravessa grupos étnicos, sociais e linguísticos em contacto entre si. O desenvolvimento que levou *slavo* a tornar-se *sclavus*, *sclavus* a tornar-se *schiaivo* e *schiaivo* a tornar-se *sciao*, teve sim lugar ao longo do eixo cronológico, mas transversalmente, isto é, envolvendo contactos entre grupos linguísticos diversos. Foram necessários os povos não eslavos para introduzir a consoante velar K no grupo consonântico inicial. Foram necessários os italianos para transformar o grupo KL em KY, foram os italianos do norte que palatalizaram, depois, KY em TCH. No modelo que proponho ²⁷, cada alteração fonética é imediata, enquanto a profundidade histórica pertence ao contacto entre os diversos grupos e não à alteração ela própria. Tradicionalmente, a linguística histórica vê as alterações fonéticas como sequências unilineares, que interessam apenas a um grupo indiferenciado, em vez de sequências transversais que se verificam entre sistemas em contacto. Além disso, como tentei mostrar, confia apenas na documentação escrita sem considerar a espessura sócio-linguística, e por isso, troca uma vez mais um *terminus ante quem* por um *terminus a quo*. A tendência neo-gramática para datar as alterações fonéticas com a precisão de um cronómetro suíço é consequência deste conjunto de erros. As primeiras atestações de uma alteração fonética, tal como as de uma palavra, podem estar, e muitas vezes estão, a uma remota distância da sua origem. Elas deveriam ser tomados como um *terminus ante quem*, e devia ser-lhes atribuído um valor muito relativo.



in *Le Brun à Versailles*, Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1985.

II.6. Cronologia absoluta das alterações semânticas

Que se pode dizer, finalmente, acerca dos métodos semânticos de datação? A meu ver eles têm sido usados de modo pouco útil para a datação, se bem que, potencialmente, sejam mais produtivos que os baseados na fonética e na documentação escrita. Em primeiro lugar, as alterações semânticas produzem, também elas, uma sequência cronológica relativa que à primeira vista, se assemelha muito à das alterações fonéticas. Na nossa história de *ciao*, por exemplo, temos uma sequência de três estados: 1º 'eslavo', 2º 'escravo' e por

último *ciao*, saudação. Mas, apesar desta semelhança com as sequências fonéticas, as sequências semânticas têm uma natureza completamente diferente. Como já referi, a profundidade de uma alteração fonética não é só reflexo da fonética enquanto tal, mas sobretudo da história das diversas comunidades de falantes envolvidos na alteração. Em semântica, pelo contrário, a alteração é um reflexo directo do acontecimento subjacente e, por isso, transporta consigo informações directas, incluindo a sua datação. Em muitos casos uma cronologia relativa de ordem semântica pode facilmente ser mudada em cronologia absoluta. Na alteração semântica de 'eslavo' para 'escravo', por exemplo temos em resumo a fórmula abreviada de um acontecimento socio-histórico de considerável significado que pela sua importância cultural, pode ser identificado, seguido e por isso datado.

Neste quadro, importa sublinhar um facto interessante que a meu ver, escapou à atenção dos estudiosos: as alterações semânticas podem reflectir dois tipos de acontecimentos que designarei por «ligados à história» (*history-bound*) e «não ligados à história». Acontecimentos como as razias entre gente eslava e sua consequente escravidão, na Alta Idade Média, tanto na Europa como na área muçulmana, estão «ligados à história» no sentido em que, independentemente da documentação linguística, são identificáveis e reconstituíveis as diferentes fases em que ocorrem. Acontecimentos como a introdução de uma nova forma de saudação entre os camponeses do norte de Itália, não estão «ligados à história» uma vez que habitualmente eles não deixam aos de fora outros testemunhos senão os linguísticos. De um ponto de vista semântico, então, a solução do problema da datação lexical não depende tanto das palavras em si mas sim dos acontecimentos que designam.

Identificados os acontecimentos «ligados à história» como os únicos que nos interessam para os nossos objectivos de datação, aquilo que defendo é o seguinte: as alterações semânticas unidas aos acontecimentos «ligados à história» oferecem um método de datação muito forte, que merece ser elaborado.

Passarei agora em revista uma série de alterações lexicais ²⁸, ordenadas aproximadamente da mais recente à mais antiga, de modo a mostrar a simplicidade e a força do método semântico de datação.

Começo por um exemplo quase banal: a terminologia das indústrias modernas, como a cinematográfica, automobilística, aérea e ferroviária nas diversas línguas europeias. Se nestas línguas procurarmos os primeiros testemunhos dos termos principais destas terminologias ²⁹, veremos que as suas datas correspondem ao período de introdução, nos diversos países, dos produtos respectivos: inútil será dizer que a maior partes destes primeiros testemunhos desaparecem no nosso século ou no fim do século passado.

Um segundo exemplo, só em parte menos recente, pode ser dado pelo nome das danças populares. Mencionarei algumas, seguidas das primeiras ocorrências na sua língua original: *Rock'n'roll* (1957), *Fox trot* (1915), *Samba* (1890), *Tango* (1836), *Polka* (1831(?)), *Mazurka* (por volta de 1800), *Valzer* (1781). As datas

destas primeiras ocorrências correspondem, de perto, à época da sua introdução na sociedade europeia.

Recuando no tempo, a estreita correspondência entre inovações culturais e lexicais não se altera: a introdução dos quatro produtos que, em inglês, se chamam *potato* (batata), *tomato* (tomate), *maize* (milho) e *tabaco*, é acompanhada em toda a Europa pelos seus diversos nomes, cujas primeiras ocorrências, prescindindo da questão de serem empréstimos ou neologismos, seguem de perto a data da sua introdução em cada área.

Numa época um pouco mais antiga, o mesmo se pode dizer do inglês *cannon*, do alemão *kanone*, do francês *canon* etc.. Todos eles empréstimos do italiano *cannone*: as primeiras ocorrências correspondem ao período da invenção da arma, efectuadas em Itália no séc. XVI.



Esclave Mourant (Miguel Ângelo), Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1989.

Nos últimos séculos da Idade Média, e por isso mais atrás, a palavra alemã *brille* e as inglesas *glasses* e *spectacles*, a francesa *lunettes*, a italiana *occhiali*, independentemente da sua etimologia, mostram todas uma primeira ocorrência que coincide com o período em que teve lugar a invenção dos óculos.

Mais atrás no tempo, ainda no início da nossa era, podemos mencionar o vocabulário básico da religião cristã. Este inclui muitas inovações lexicais cujas ocorrências coincidem com a introdução do cristianismo na Europa nos primeiros séculos da nossa era. Pensa-se por exemplo, no inglês *church* e afins, no italiano *chiesa*, *vangelo*, *duomo*, *basilica* e afins.

Os exemplos podem ser multiplicados e todos mostrariam que com poucas excepções a data de uma palavra que designa um acontecimento «ligado à história», coincide fundamentalmente com a data do acontecimento referido.

Na realidade, o fenómeno é de tal modo evidente e transparente que permite uma formulação mais simples e mais forte que faz aumentar o alcance do método. Não é necessário recorrer à etimologia nem às alterações semânticas das palavras que queremos examinar. É suficiente considerar simplesmente a relação entre a palavra e o acontecimento «ligado à história» que ela designa. Na medida em que o acontecimento é datável, podemos pressupor que o seu nome, independentemente da sua etimologia, esteja em sincronia com o acontecimento que ele designa.

O desafio é, obviamente, verificar se este método pode ser aplicado à pré-história e com que resultados. Infelizmente este problema é demasiado complexo para poder entrar neste estudo: 1) Os maiores problemas surgem só no âmbito da teoria indoeuropeia

tradicional que, face a cada diferenciação lexical entre línguas indoeuropeias, impõe um amplo desfasamento cronológico entre o acontecimento «ligado à história» e o seu nome. 2) Datações contestáveis, e mais uma vez demasiado recentes, aparecem frequentemente no âmbito, das protolínguas. Para datá-las, podem surgir hipóteses de datação alternativas muito mais longínquas³⁰.

III. CONCLUSÃO

Esta apresentação teve um duplo objectivo: por um lado queria passar em revista os principais problemas de datação histórico-linguística, na esperança de inspirar a investigação e o debate do tema. Espero ter conseguido pelos menos levantar algumas questões fundamentais. Por outro lado, procurei também mostrar que, aplicando com rigor os métodos indicados, todas as nossas datações se tornarão mais antigas uma vez que muitos *termini a quo* passarão a *termini ante quem*. Em princípio, as datações da língua histórica são demasiado recentes. Assim, elas enquadram as evoluções linguísticas numa espécie de camisa de forças que choca com a realidade dos desenvolvimentos sociais e culturais que conhecemos. Além disso, a Linguística Histórica não parece ter teorias com correntes claramente definidas como aquelas que em arqueologia actualmente dividem os defensores de datações longínquas e os defensores de datações recentes.

Por isso ficaria muito satisfeito, se graças a este contributo crítico e a outros que, espero, se seguirão, puder começar uma escola de defensores de datas longínquas em linguística histórica.

BIBLIOGRAFIA

- Aebischer, Paul [1936], *Les premiers pas du mot sclavus 'esclave'*, in «Archivum Romanicum» XX, pp. 484-490.
- Alinei, Mario [1968-1978], *Spogli Elettronici dell'Italiano delle Origini e del Duecento*, 20 vols., Bologna.
- [1977], *Il sistema allocutivo dei saluti in italiano, inglese e olandese*, in «Lingua e Stile» XII, pp. 199-213.
- [1979], *The Structure of Meaning*, in *A Semiotic Landscape. Proceedings of the First Congress of the International Association for Semiotic Studies* (Milano 1974), Berlin, pp. 499-503.
- [1980a], *The Structure of Meaning Revisited*, in «Quaderni di Semantica» I, pp. 289-305.
- [1980b], *Dialect: A Dialectical Approach*, in *Dialekt und Dialektologie. Ergebnisse des internationalen Symposiums «Der Theorie des Dialekts»* (Mahnburg/Lahn 1977), hrsg. von J. Göschel, P. Ivic, K. Kehr, Wiesbaden, pp. 11-42. Versão italiana revista: *Dialetto: un concetto rinascimentale fiorentino. Storia e analisi*, in «Quaderni di Semantica» II (1981), pp. 147-173.
- [1982], *Etymology and Etymothesis as Subfields of Etymology. A Contribution to the Theory of Diachronic Semantics*, in «Folia Linguistica» 16, pp. 41-56.
- [1984], *Dal totemismo al cristianesimo popolare. Sviluppi semantici nei dialetti italiani ed europei*, Alessandria.
- [in prep.], *Le origini dei dialetti italiani nel quadro europeo*.

Boerio, G. [1829], *Dizionario del dialetto veneziano*, Venezia.

Cherubini, Francesco [1839], *Vocabolario Milanese-Italiano*, Milano.

Di Sant'Albino, Vittorio [1859], *Gran dizionario piemontese-italiano*, Torino.

Mohl, F. George [1899], *Introduction à la chronologie du Latin vulgaire. Etude de Philologie historique*, Paris.

Muller, H. F. [1929], *A Chronology of Vulgar Latin*, Halle.

Panzini, A. [1905], *Dizionario moderno*, Milano.

Verlinden, C. [1943], *L'origine de *sclavus* = *esclave**, in «Archivum Latinitatis Medii Aevi» XVII, pp. 97-128.

— [1955], *L'esclavage dans l'Europe Médiévale*, Tome I, Brugge.

NOTAS

- 1 O linguista italiano Mario Alinei, presidente do *Atlas Linguarum Europae* e director da revista *Quaderni di Semantica*, publicada em Milão, tem centrado a maioria dos seus trabalhos em aspectos semânticos das línguas e na relação entre língua e cultura. O artigo que aqui apresentamos foi traduzido da versão italiana publicada no volume XII desse periódico (1/1991). A tradução é de Zelinda Pontes e Mário Guedes com revisão de Manuela Barros Ferreira.
- 2 Não penso no estudo do tipo «história de uma língua» que, habitualmente, se debruça sobre a língua literária e portanto se move num terreno seguro, mas nas gramáticas históricas das línguas europeias, que geralmente contêm datações altamente hipotéticas, baseadas em métodos que passo em revista neste ensaio. No domínio da linguística românica encontram-se importantes tentativas de datação nos estudos sobre o latim vulgar. Os primeiros exemplos de datação sistemática são Mohl (1899) e Muller (1929).
- 3 Poderia acrescentar a «gloto-cronologia de Swadesh», porém mais como curiosidade do que como um método.
- 4 *Ciao* é uma saudação usada no encontro ou na despedida de pessoas que se tratam por tu: os não italianos cometem erros frequentes na sua utilização. Para uma análise em termos distintivos de alguns sistemas de saudação (italiano, inglês e holandeses) v. Alinei (1977).
- 5 Naturalmente também a memória é um método de datação mas não o mencionei como tal por não levar muito longe em história linguística.
- 6 O único dicionário anterior à guerra que, segundo sei, regista a palavra *ciao* é o de Panzini (1905), que a indica como dialectal.
- 7 Provavelmente Piemonte ou Lombardia. Ver nota seguinte.
- 8 Boerio (1829), primeiro grande dicionário do dialecto veneziano, tem só a variante *ciao*; Cherubini (1839), primeiro grande dicionário do dialecto milanês, tem *sciavo* e *ciavo* como lemas principais e *ciao* como lema secundário; Sant'Albino (1859), primeiro grande dicionário dos dialectos piemonteses, tem *sciao* e *sciavo*, *ciao* e *ciavo*.
- 9 Existem, naturalmente, listas bilingues medievais, extremamente importantes para o nosso conhecimento dos dialectos medievais e para a datação das poucas palavras que aí se encontram, mas não são muito significativas como fontes gerais do léxico.
- 10 A palavra entrou no árabe espanhol, onde se tornou *saklabi* ou *siklabi*, plural *sakaliba*, com o significado de «eunuco» (v. a literatura citada na nota seguinte).
- 11 Esta é a datação mais prudente; vários autores são propensos a ler «*schlavo*» em vez de «*slavo*» em muitos dos primeiros testemunhos; os estudos fundamentais sobre a história de *sclavus* são Aebischer (1936) e Verlinden (1955).
- 12 Segundo Vasmer citado por Aebischer (1936: 485), a atestação de *sklavos* em Agathias (séc. VI) tem já o significado de 'escravo'. Isto é, todavia, incerto.
- 13 V. Lit. citada na nota 11.
- 14 É interessante notar que o mesmo desenvolvimento, mas completamente independente do norte-italiano, existe nos dialectos italianos sul-orientais onde *schiau* tem a mesma origem e o

mesmo significado de *ciao*. A área sudeste italiana sofreu muito rapidamente a influência eslava por causa da importação de escravos eslavos (Aebischer 1936: 487).

15 V. Vasmer, REW I, 656-657.

16 Naturalmente não considero casos mais complexos, como os de arcaísmos que têm quer um princípio quer um fim. No essencial, porém, a metodologia é a mesma.

17 Também no que diz respeito aos dicionários históricos, deveria ser introduzida uma distinção entre a datação das palavras eruditas e a das palavras populares. Só a primeira é satisfatória, por razões que ilustrarei mais adiante.

18 Basta recordar aqui as obras de Gordon Childe.

19 A importância do contexto da língua standard para a documentação escrita dos dialectos não devia ser desvalorizada. Estudos recentes sobre a correspondência dos soldados italianos na primeira guerra mundial mostram claramente que as suas cartas não registam os dialectos como os conhecemos, mas a língua que os soldados pensavam ser a standard. Através dos seus erros podemos facilmente identificar os seus dialectos, mesmo se estes aparecem apenas indirectamente. O mesmo se pode dizer da documentação do chamado «latim vulgar» que, em geral, é interpretado demasiado à letra. A alfabetização, quando chega aos dialectos, mostra apenas a ponta de um iceberg, e quanto mais recuamos no tempo, mais aumenta a nossa ignorância. A única indicação sobre a língua falada pelos escravos dos tempos romanos encontra-se em Varrão, não na obra *De lingua latina*, mas sim na que dedica à agricultura, *Res rusticae*. Aí, na sua classificação dos instrumentos agrícolas, ele classifica os escravos como «instrumentos falantes» (*instrumenti genus vocale*) em oposição aos animais (*semivocale*) e aos instrumentos propriamente ditos (*mutum*)!

20 Obviamente a noção de pré-história tem pelo menos dois sentidos: um estritamente relacionado com a escrita e outro, mais amplo ligado às condições gerais da vida. Quando defendo que a pré-história, para certos grupos, ainda não acabou, utilizo o primeiro sentido mesmo se, noutro contexto, me inclino a sustentar que os dialectos preservam condições pré-históricas também no que respeita à semântica. Para estes aspectos ver Alinei (1984).

21 Sobre estes problemas e outros semelhantes cf. A. Alinei (1980 b). Vale a pena recordar que o nome *Vernáculo* deriva de *Verna* 'escravo', significando

portanto na origem «língua de escravos». Obviamente, os funcionários nobres que usavam o latim medieval da Alta Idade Média não se preocupavam em registrar os vernáculos dos primeiros grupos burgueses, assim como, mais tarde, os funcionários burgueses, muito tempo depois de terem conquistado o poder não prestavam atenção aos dialectos dos camponeses e do proletariado urbano. O falar proletário de Nova York, por exemplo, não existia oficialmente antes de Labov o ter descrito, há alguns anos apenas. Ninguém poderá defender que esse falar apenas então tenha começado.

22 V. os 20 volumes da série SEIOD (Alinei 1968-1978).

23 Seria possível fornecer uma bibliografia sobre um notável período da Itália (e da Europa) geralmente chamado, embora impropriamente, «revolução dos comuns».

24 Alinei (1982).

25 A Grécia e a Alemanha são as duas hipóteses correntes, às quais deveria ser acrescentada a Itália, onde este desenvolvimento fonético é normal. (cf. lat. *insula* > *Ischia*).

26 Uma vez que *ciào* surge primeiro no dialecto do Norte de Itália, onde o grupo SC é comum, é difícil apurar onde o S inicial caiu.

27 O modelo certamente não é novo, mas desenvolvê-lo-ei em livro (Alinei, em prep.), como parte essencial de uma teoria da alteração linguística que se opõe à genética tradicional.

28 Cada novo lexema comporta uma alteração semântica. Sobre este ponto fundamental v. Alinei (1979-1980a).

29 Para este exemplo e seguintes consulte os dicionários etimológicos e os dicionários da história da língua standard.

30 Sobre estes dois problemas fundamentais veja-se Alinei (em prep.).

MARGINAL TRIBES IN AL-ANDALUS: TWO MODELS FOR AN HISTORICAL ARCHAEOLOGY OF THE «BERBERIZATION» OF IBERIA, 8TH - 10TH CENTURIES

ELIZABETH S. DINSMORE

Introduction

Beginning sometime after A.D. 711, a large number of Berber tribespeople left their homelands in North Africa to immigrate across the Straits of Gibraltar and settle in the Muslim state in Iberia. The context of their immigration was conquest warfare in which various Berber tribes, allied with Arabs from the Near East and the Maghreb, overthrew the Christian Visigoth rulers of Iberia. Various Arab families struggled with one another for power in the peninsula; by A.D. 756 the Umayyad dynasty from Syria had established itself as sovereigns over the newly independent Muslim emirate, al-Andalus, and were to continue to rule until civil wars divided the nation into petty «taifa» states in A.D. 1009.

Within this two hundred and fifty year period, the Umayyads established a powerful, bureaucratic and increasingly wealthy state in al-Andalus (Benaboud 1991:221). The subject population was diverse and included an indigenous peasant population of Christians, an assortment of Berber tribes, Slavs, Jews and Arabic-speaking Muslims from Syria, Egypt and Yemen (Benaboud 1991:216; Collins 1989:120-122; Glick 1979; Taha 1989:92-3). Although Berber immigrants were nominally Muslims themselves (*Encyclopaedia of Islam* 1960 vol. 1:1175), Berbers represented a distinct ethnic group (Bosch Vilá n.d.: 62, Manzano 1990: 399), and much of their culture likely differed from that of the Arabs. Berber political and cultural history are of interest here because they are poorly understood but may have contributed in critical ways to the politics of

factionalism which broke up the Umayyad state.

The Berber presence in al-Andalus presents a number of historical and anthropological problems. Historically, when, where and how did Berber groups settle in the peninsula? Did Berber populations experience prolonged cultural isolation from Arab and indigenous groups or was their assimilation relatively rapid? Finally, how did the degree of isolation or assimilation ultimately affect Berber politics within the state? Specifically, to what degree were the Berber rebellions which destroyed the califate (Bosch Vilá n.d.: 75) based on underlying cultural separatism? In broader anthropological terms, what variables are relevant to the process of cultural assimilation? How does the degree of assimilation of tribal groups affect tribe-state politics? Clearly, «Berberization» as a process involved more than just the peopling of a landscape.

HISTORICAL ARCHAEOLOGY OF «BERBERIZATION»

Historians have laid the groundwork to answer these questions, but archaeology will ultimately be necessary to write a culture history of the Berbers. Berber research in Spain and Portugal holds great promise because it can benefit from these two sources, history and archaeology, which individually are somewhat limited.

Virtually all of our current knowledge of medieval Berbers is drawn from documentary sources and compiled by western historians (Saavedra 1892; Dozy 1913; Sanchez-Albornoz 1942; Levi-Provençal 1957 constitute the classical works; Guichard 1976; Bosch Vilá n.d., Taha 1989; Manzano 1990 represent recent research). The documentary record, however, may be biased, contradictory, anecdotal, incomplete or silent. Written references to Berber groups in the medieval sources are scanty: Berbers are only «visible» when they are in rebellion or at war. Berber men are only named when they are leading this violence and Berber women are never mentioned. Additionally, many sources remain untranslated from the Arabic making primary research difficult for western researchers who lack knowledge of the language. Archaeological references to the Berber presence are even more scattered (Zozaya 1969; Acien 1985; Gutiérrez 1988, 1993; Benco 1990; Boone 1992, 1994; Barceló 1993). Many fundamental questions remain unanswered. Where and when Berbers settled, how they constructed their houses, what they ate, whom they married and with whom they exchanged goods are all basic questions that only archaeology can address. The two disciplines, history and archaeology, have much to offer one another in this case, and by drawing from both lines of evidence, we can

hope to make cogent contributions toward Berber settlement history and cultural evolution.

In this paper I seek to accomplish three things: 1. summarize current historical evidence of the political status of Berbers in the Umayyad emirate, 2. offer alternative models for cultural separatism versus assimilation and 3. suggest specific ways that archaeological data might be used to evaluate both models.

MARGINAL TRIBES: THE POLITICAL STATUS OF TRIBES WITHIN STATES

In analyzing the cycles of conquest and political fragmentation in pre-colonial Morocco (pre-1926), Ernest Gellner classified the tribes of the Atlas Mountains as «marginal» tribes. Three aspects defined these: they shared basic cultural traditions with the dominant state culture, they existed in political dissidence to the state and they settled in geographically marginal areas. Despite a shared culture, Gellner believed that the marginal tribe persists in «siba», the rejection of the state's imposed political authority. The tribe recognizes that «the inconveniences of submission make it attractive to withdraw from political authority... the nature of mountainous or desert terrain make it feasible. Such tribalism is politically marginal. It knows what it rejects.» (Gellner 1969:2).¹ In al-Andalus, Gellner's theory of political «siba» seems to apply to the Berbers in the Arab state. The status of Berber-Arab relations during this period is illustrated by a few brief examples below.

Berbers as Arab Allies

Until the 10th century, all large-scale Arab military endeavors were dependent on the loyalty of Berber troops (Taha 1989:65; Collins 1989:98). Under Arab leadership in the initial conquest, the vast majority of soldiers had been Berbers (EI 1960 vol. 1:1175). This set a precedent for military campaigns to come: the Arabs needed the fighting skills of Berber conscripts, yet the Arabs remained at the top of the military hierarchy and used the Berbers to pursue their own goals. Abd al-Rahman I relied heavily on Berber militia to suppress his Yemeni and other Arab competitors (Manzano 1990: 422). Berbers were not always committed to these goals (Chejne 1974:144), and the failed invasion of Christian Zamora illustrates how ineffective the Arabs were without Berber support. Whereas over 60,000 troops, mostly Berbers, had rallied to invade Zamora on behalf of an Umayyad-Fatimid collaboration, a great portion of Berbers deserted in the midst of the fighting. The Arab leaders were quickly defeated and decapitated (Levi-Provençal 1957:242-243). This heavy dependence on Berber militia was characteristic of the period from the initial invasion until the early 10th century when a professional standing army was formed (Perez 1978:221).

«Siba» and Indirect Rule

«Siba», the rejection of state rule, seems to have been a tradition extending back to the earliest history of Berbers. The Berbers in North Africa had been ruled with great difficulty during the Roman and Byzantine periods (Taha 1989:30; Sjoström 1993:33). Frequent uprisings in Mauritania against provincial administration there forced the governors to allow Berber self-leadership (*EI* 1960 vol. 1:1174).

In al-Andalus, the state used both direct and indirect methods of administration, depending on the difficulty of integrating a particular province. The basic superiority of Berber forces suggests that the Arabs were not only dependent on them but also undermined the Arabs' ability to rule directly over Berber populations. Indirect rule was common in Berber territory as the state usually recognized a local strongman as «governor» of that province (Collins 1989:192-3, 395). It seems unlikely, however, that this «governor» was in any way an extension of the state bureaucracy. Rather, the state seems to have been acknowledging powerful families. Sulayman, a prominent member of the powerful Banu Zannun family, was named «governor» of Sarq al-Andalus by Muhammad I, but considering the military reputation of this family in the ninth century, Sulayman was probably already the effective leader of this Berber province (Guichard 1976:395). Other times, the Berbers' rejection of Umayyad administration was overt. Abd al-Rahman I appointed a Madyuna named Hilal, bestowing upon him the authority over his tribe and other Berber tribes in Sarq. This position, however, lacked support from non-Madyuna Berbers in Sarq and Hilal's successor was promptly murdered by the Banu Azzun, of the Zanata family; no one replaced him (Guichard 1976:395).

These examples suggest that Berber political power was built or destroyed by horizontal ties to other Berber groups rather than from political offices imposed by the state administration. It seems impossible that the Arabs could directly rule this population without a superior, and independent, force.

Berbers as Arab Enemies

Berber revolts, led by charismatic reformist leaders, promoted chronic domestic instability (Chejne 1974:11; Bosch Vilá n.d.:70). The impetus for such revolts seem to have been intolerance for unfair treatment by the Arabs; the targets of these revolts were the centers of Arab power. In A.D. 731, news had reached the peninsula that North African Berbers were enduring abuse and unfair treatment under Koranic law as it was executed by the Arab governors there (Collins 1989:88). The rebel Munnuza and his supporters launched an uprising against the state in al-Andalus as a protest for the mistreatment of their kinspeople. The outcome of this revolt is not known, but the sense of affinity and horizontal alliances which extended to Berbers across the Straits of Gibraltar is notable. Arab-Berber tensions escalated as the Miknasa and Bargawata tribes, living under Arab rule at Tangier,

protested the imposition of taxes there (Levi-Provençal 1957:26). The Berbers saw this practice as incongruent with Muslim law and rebellion broke out in A.D. 740, led by a Miknasa named Maysara (*EI* 1960 vol. 1:1175). Because it was the abuse of Muslim law and not the law itself that was contested, Maysara used the call of Islamic moral reform to lend legitimacy to the Berber's claims of unfair treatment.

The uprising in Tangier triggered an insurrection in al-Andalus. Berbers in al-Andalus, like their counterparts in Africa, were unhappy with unequal treatment and with the clear economic advantage which the Arabs enjoyed over them. Again, Berbers across the peninsula responded to the call to arms, forming three columns aimed at prominent Arab targets: Toledo, Cordoba and the Arab defenses of Gibraltar (Collins 1989:109). The Berbers attacked and decimated an improvised army at Cordoba and were on the verge of expelling the governor from Cordoba when they were met and decimated by emergency forces recruited from Syria (Levi-Provençal 1957:29-30).

A series of droughts in the mid-8th century caused great famines on the central meseta and made life worse for Berbers there, causing thousands to suffer hunger and to flee to North Africa (Vallvé 1977:338; Pérez 1978:218). Under these conditions emerged Shaqya, a Miknasa who pursued the Berber cause with zeal. Supported by other Miknasas, Shaqya killed the Arab governor of Sarq al-Andalus. Thousands rallied behind Shaqya in the insurrection (Guichard 1976:392-4). Shaqya and his followers were a constant menace to the Umayyads, terrorizing other Berber groups and attacking centers of Arab power at Medallín (Guichard 1976:393), Coria, Mérida, Sopenan (Levi-Provençal 1957:75) and the prosperous city of Seville (Collins 1989:168). Shaqya met his end in A.D. 776,

ironically, says one source, murdered by his own supporters (Levi-Provençal 1957:75).

Shaqya had motivated his followers by an appeal for religious and moral reform which would recognize the Muslim status of Berbers, and as such, protected and granted rights equal to their Arab counterparts (Levi-Provençal 1957:75). Certainly suffering produced by the famines of the preceding decade had demonstrated a disregard and total lack of support of the Arab elite toward their Berber subjects. It is not surprising, therefore, that Berbers might have perceived themselves as exploited, ignored and oppressed under a rulership with whom they were, in theory, supposed to share equal rights (EI 1960 vol. 1:1175). After all, it was the Berbers and their ancestors who had provided the force for the initial conquest and for every other Arab military endeavor launched under the pretense of «holy war». If the Arabs expected to rally the Berbers by appealing to their common cultural interest, they had not followed up by treating them with equal measure under the single moral and legal code that they presumably shared.

While these rebellious actions against the Arabs and their allies were surely troublesome to state peace and prosperity, revolts were motivated over protest of mistreatment of kin, unfair application of Muslim law, famines, and unequal material status. Berber revolts seem to have been quickly improvised and poorly planned military action. As such, they seem to have been insurrections but not coups: they do not seem intended to replace the Umayyads with the Berbers' own dynasts. The condition of Berber «siba» was a rejection of the state and its unfair policies but not necessarily a desire to participate in or even maintain the state structure. The struggle between Arabs and Berbers was instead, perhaps, a struggle for «symbolic high ground»

(Scott 1985:235), a conflict over what was understood to be the political relationship between the two parties. Arab-Berber relations struggled on two points: 1. the state claimed sovereignty over the Berbers while the Berbers rejected the state's authority and 2. the state claimed to promote a Muslim ethic while its elite enjoyed legal and economic advantages over the Berbers.

TWO MODELS FOR BERBER CULTURE HISTORY: SEPARATISM VS. ASSIMILATION

With this current foundation of Berber political history, I turn to two alternate models of Berber culture history in al-Andalus. The «separatism» model simply extends the pattern of Berber political independence summarized above. Like the rejection of state politics, Berbers in the separatism model would have existed outside of the state economy and would have had minimal social interaction with either the indigenous population or with the Arabs. The assimilation model is essentially the reverse: a general blurring of the distinct Berber culture over time as cultural traits were borrowed and various ethnic groups interacted and intermarried. Three variables are considered for each model: settlement geography, economy and culture. Archaeological implications of these models follow.

Settlement Geography

Separatism: Gellner noted that tribes which are politically marginal are often found in marginal environments, especially mountains and deserts, physically removed from the locus of state activities (1969:2). This is logical, says Gellner, since tribal groups in «siba» should be found at a distance from the centers of state and elite power. This implies that Berber groups will not be found in cities nor in fertile agricultural areas but will have settled in their own communities in rural, perhaps unproductive areas, producing discrete ethnic «pockets» across the landscape. In Iberia these «pockets» of Berbers should be found in rocky mountain areas and relatively infertile agricultural lands such as Spanish Extremadura, the Levante and the central meseta.

Assimilation: In this model we expect to find Berbers integrated in both cities and rural areas, distributed across both unproductive and fertile areas. Distinct geographic «pockets» of Berber communities produced during the initial settlement should appear early but increasingly fade with time as Berbers become assimilated and intermingle with Arabs and/or the Christian population.

Economics

Separatism: Due to the relegation of Berbers to marginal lands, we expect them to exist at or near a subsistence level of production, to farm their own lands

and to be economically isolated. This is the view of several historians (Hole 1958:47; Perez 1978:226) although it is not well-documented. At least a partial dependence on sheep/goats is likely in mountainous regions where dry farming and arboriculture would have been supplementary. Due to the subsistence level of production and political separatism, participation in town markets and reliance on the cash economy is unlikely. Further we expect a relatively low degree of productive specialization including craft and durable goods produced primarily for immediate use in the family.

Assimilation: We expect assimilated Berbers to have become participants in the state tribute and market economies. This would involve both the payment of tribute (to landlords or to the state directly) as well as the exchange of goods in the marketplace. The actual items produced by Berbers would depend on the context of the community: rural Berbers would have produced cereals for both tribute and for their own consumption, with livestock and gardens to supplement their diets. Urban Berbers would have worked in a variety of craft, industrial or service positions. We expect the use of cash currency and the consumption of manufactured goods as a result of market trade.

Cultural Traditions

Separatism: Due to a low level of interaction with other populations, we expect the practice of various social and material traditions of North African origin to persist through the first two to three hundred years in al-Andalus. These traditions would include such things as land tenure, inheritance, marriage patterns, house construction, art, and the manufacture/use of traditional pottery, metals, textiles and foods to the extent that they were available in the peninsula.

Assimilation: North African traditions should increasingly mix with Christian and/or Arab traditions. Not all traditions would be abandoned at the same rate; some would persist for a long time after immigration while others would be more quickly abandoned. According to one study of assimilation, traditional foods and clothing are often the first traditions to be abandoned. Patterns of social structure, inheritance, ideology and religion, however, are much more conservative. Marriage patterns may be surprisingly flexible and intermarriage between two populations may occur early in the assimilation process (Deagan 1983). These are all reasonable expectations for a model of Berber assimilation.

ARCHAEOLOGICAL EXPECTATIONS OF SEPARATISM AND ASSIMILATION

Settlement Geography

The best way to study settlement patterns is through a combined use of systematic survey and sample excavations. Survey reveals the patterns in site size

and distribution and excavation may help to assign sites to a particular social or ethnic group. To determine if the settlement patterns resemble the separatism or assimilation models above, data from several different regions is necessary.

It is clear that at least initially the different immigrant groups settled in their own, separate settlements in the peninsula, using the Arabic words «juz» and «rab» to indicate the settlement of a particular ethnic group («al-Barbar» for «place of the Berbers», for example)(Taha 1989:110). Several historians have suggested specific areas of Berber occupation. These include the Spanish Marches extending from Barcelona to Coimbra (Barbour 1973:170; Chejne 1974:144), the areas around Toledo and Talavera (Collins 1989:195), the provinces of Sidonia, Jativa, Valencia, Castellon de la Plana, Santaver, Murcia and the mountains of Algeciras (Taha 1989:167; Guichard 1976:369, 377, 383-4, 389), and especially the west including central Portugal, Osconoba, Merida, Medellin, Caceres and Badajoz, the latter areas which were reportedly «thickly» populated by Berbers (Taha 1989:167, 171-2). The historical data is imprecise and most of these authors do not specify clearly between rural and urban Berber settlements ².

Areas of intense Arab settlement where Christian peasants purportedly farmed Arab estates are thought to be Andalucia in general, the Levante, Toledo and the Ebro Valley (Perez 1978:226; O'Callaghan 1975:154). If this placement of Berbers and Arab/Christians is correct, we can see immediately that Berbers, Arabs and Christians were living in proximity in some regions (the Levante and Toledo, for example). This does not preclude the possibility of ethnic pockets, but suggests that these pockets might have existed within a scale smaller than the whole province. It is

likely that we will have to look at variability in settlements *within* a province, that is, at up-land, rural areas versus well-watered valleys and urban areas, to understand how settlements were distributed across the landscape. Taha believes that the scale of territorial control varied by the strength of the ethnic group, with the weakest groups controlling only a cluster of villages or a small parcel of unproductive land (1989:114).

On any scale, what would «ethnic pockets» look like? If Berbers did exist as «ethnic pockets» across the landscape as the separatism model describes, the basic pattern would be a discontinuity in both settlement pattern and material culture. Until we have a better idea of how to identify Berber, Christian peasant and Arab sites in the materials³, the best way to infer the geography of these groups is not directly but indirectly through patterns of sites within a survey region. Settlement patterns frequently conform to subsistence, political and economic practices. The primary expected differences between Berber and non-Berber settlements is in terms of their site hierarchy and the degree of dispersal. If Berbers were socially and economically isolated, we expect their settlements to be non-hierarchical and relatively dispersed as has been observed in recent Berber settlements in the Rif of Morocco (Hart 1976:263). This is due to the lack of formal political hierarchy and direct control over the use and produce of the land as described by Bunce (1982:49-50).

If Berbers became assimilated, we expect them to increasingly conform to a pattern of settlement nucleation and site hierarchy expected in an economy with peasant production, tribute obligations, intensive agricultural production and political hierarchy. This is due to a tendency for landlords to restrict the dispersal of dwellings and to manage his

lands and labor through nucleated villages and towns (Bunce 1982:35). On a larger scale, these would eventually conform to the hierarchical division of lands into provinces «*koras*» and smaller administrative districts («*iqlim*»), each with its own fortified town or castle, used by the state to collect taxes (Arjona 1982:27; Abd al-Karim 1972:28).

Economics

The archaeological investigation of economic patterns requires excavation in contexts where food and household remains may be recovered. Samples should be drawn from several houses at a site and several sites in a region to capture subsistence and exchange patterns.

Although Berbers in al-Andalus are popularly associated with herding and the introduction of merino wool (Glick 1979:66), a variety of food production strategies were known to Berbers of the Middle Ages in North Africa including herding, irrigation agriculture and olive cultivation (Glick 1979:67). In both separatism and assimilation models, therefore, we might expect evidence for a mixed subsistence system, reliant on sheep/goats, cereals, tree and garden crops. In trash middens and other household contexts, bones from these animals and carbonized seeds and grains would provide direct evidence of a reliance on these products. Tools associated with the production of these items may also be present and include the remains of iron farming tools, olive presses and grinding stones or mills.

The difference between separatist and assimilation models would be suggested not in the products themselves but the *scale* of production. In a subsistence economy not subject to tribute obligations, we expect the size of grinding tools and presses to be relatively small. These could be operated by only one or two people and would be located in each house or shared by a few houses in a village. The small size and nearby location would suggest that use of the mill or press was limited to a few families and was probably used to meet only the food requirements of those families. Food storage containers, likewise, should be fairly small. When production is intensified and geared toward creating a surplus for tribute or the market, we expect tools and facilities to be larger and shared by more people. Mills and olive presses, for example, should be relatively large in scale and may be centrally located in a town or away from town to be shared by several towns. Although small storage pits and containers would be found in individual homes, large, community storage containers are likely to have held grains for tribute or sale.

In the separatism model, Berber groups produce most of their own food and craft goods. This would be suggested by an absence of coins used for market transactions. Craft goods such as pottery, metals and jewelry should be made of local materials and should vary in manufacturing technique and decoration from village to village, suggesting a non-specialized production for immediate use in the family or village. Pottery would be hand-made. In the assimilation model, craft

goods should be of both local and non-local materials and should show a high degree of standardization suggesting specialized craft production for exchange. Pottery would be wheel-thrown and there should be some evidence of the use of coins as currency.

Cultural Traditions

«Culture» refers to both material and cognitive aspects of culture. Cognitive aspects of culture include kinship and social organization, values and ideology. How cognitive culture is reflected in artifacts is not well understood in archaeological theory. Physical evidence for ideology in our case might be the presence of Muslim iconography, writing or inscriptions in Arabic, and the physical separation of men's and women's living areas. While this evidence would help identify Muslim from non-Muslim people in the remains, it would not shed much light on the question of separatism vs. assimilation. The Berbers were probably already converted to Islam by the time they arrived in al-Andalus (*EI* 1960 vol. 1:1175; Taha 1989:67, 75-6) so the degree to which they adhered to the principles of Islam may reflect assimilation *before* the Muslim conquest. To what degree did the Berbers become cognitively assimilated with the Hispanic and Arab populations *after* the conquest is far from resolved. While some feel that even in the 11th century Berbers remained ideologically and socially separated from the Spanish Arabs (*EI* 1960 vol.1:6), others believe that Berbers were fully assimilated by the taifa period and that ethnic differences between Arabs, Berbers and Hispanics, if they existed at all, played no major role in the breakup of the state into taifa kingdoms (Benaboud 1991:216).

The identification of cognitive patterns is an advanced problem for archaeology and, for the moment, we must focus on separatism and assimilation in material traditions. Our problem in this case is that there is a lack of archaeological studies which deal with medieval North African materials, the parent culture for the immigrant Berbers. Several archaeologists, however, believe to have identified salient traits of Berber-made ceramics on Islamic-period sites. These traits include a powdery, whitish-buff paste with red or brown painted stripes, wheel-thrown forms showing deep undulations in the wall profiles (Zozaya 1969; Caballero 1989), lack of «torno lento» formal types (Acien 1985), common shapes of pitchers («cantaros»), bottles («botellas») and jars («jarras») and the frequent presence of a squiggle line motif, sometimes with incisions (Alvarez 1989). In some cases, Berber materials used in al-Andalus may resemble those in the recent past in North Africa. Low-fired, painted pottery (Lister and Lister 1987) clay-lined griddles (Boone 1992, 1994) and house structure (Mikesell 1961; Myers 1979) are examples. These all represent an important first step in identifying Berber sites and must be investigated further.

In the assimilation model, interaction with indigenous people would have ultimately resulted in the adoption of some local material culture. One way to

investigate this would be to study archaeological remains dating to the late Roman period in order to reconstruct the material traditions of the local population. This would show what tools, food, building materials and clothing were available at the time and would suggest possible adoptions by the Berbers. The presence or absence of such materials on Berber sites, then, would suggest the relative degree of interaction and assimilation with the local population. Gutierrez (1988) has completed a thorough study of utilitarian pottery dating to the transition from late Roman to early Islamic sites in Alicante. Her study will be extremely useful for tracking social change in the southeast peninsula, but it shows that the diachronic study of pottery and other material traditions must be specific to a particular region or local area.

In one context of assimilation, intermarriage between Berber men and local women has been suggested to explain the apparent mixing of local and North African material traditions at the 10th-century site of Alcaria Longa, Portugal (Boone, 1994). Whether or not it is likely that the Berbers intermarried with the local population really involves two questions: 1. were Berber social traditions flexible enough to allow exogamy? and 2. did Berber soldiers settle alone or bring wives, sisters and daughters with them? Guichard argues that the Berber practice of endogamy is very ancient (1976:94). His general model of «oriental» social structure, to which the Berbers are applied, describes them as endogamous and practicing agnatic descent (1976:60-1, 140), although he admits that sometimes in «oriental» society an outside woman will marry into the agnate line, a pattern which Ibn Khaldun witnessed in the Near East (Guichard 1976:67, 75, 91). Certainly Arab men in al-Andalus married local women (*EI* 1960 vol. 1:490), so that

«oriental» patterns were not generally inflexible. Further, the context of conquest and resettlement in a new land is extremely disruptive and may have involved basic changes in sedentism, subsistence, as well as social organization for the Berbers and Arabs who immigrated.

We must consider it possible, therefore, that Berbers did intermarry with the local population and that this might be reflected in a mix of material traditions. In North America, for example, Deagan (1983) believes that the presence of aboriginal pottery in otherwise traditional Spanish homes indicates that the Spanish colonist soldiers married women of the local Timucuan and Gualé Indian communities. Such an interpretation runs the risk of seeing artifacts as specific people (the «pots equals people» dilemma currently discussed in American archaeology), but is a necessary first step toward a material interpretation of assimilation and stimulates discussion in this direction.

In summary, the reconstruction of Berber culture history in al-Andalus is a primary concern for understanding both the total history of medieval Spain/Portugal as well as for addressing fundamental questions about cultural separatism and assimilation. In this paper I have attempted to review political events which characterized the Berber-state relationship in the first centuries of Muslim rule, to introduce two alternate models for Berber cultural, geographical and economic status and to suggest archaeological implications for testing these models. Historical archaeology in this case is well-equipped to approach such problems. Through a specific, problem-oriented archaeology we can begin to answer these questions and make contributions to history and to a more general theory of the cultural basis of tribe-state politics.

NOTES

- 1 It should be noted that Munson takes issue with Gellner's view, arguing that precolonial Rifian tribes participated in the state political process, paid taxes and were subject to direct rule by a representative of the sultan (1989:396). Thus, Munson believes that «siba» dissidence was more of a collective ideal rather than a reality.
- 2 These are far from conclusive, however, and a few authors doubt that there was any significant Berber presence at all in the east and question Guichard's use of toponyms as evidence (Azuar 1989; Rubiera de Epalza 1984; Vallve 1977).
- 3 Useful studies of early Islamic-period pottery in eastern and central Spain by Gutierrez (1988), Alvarez (1989), Caballero (1989), Acién (1985) and Acién and Martínez (1989) have begun to address this problem.

REFERENCES

- Abd al-Karim, Gamal
1972 *Terminología Geográfico-Administrativa e Historia Político-Cultural de Al-Andalus en el «Mu'aym al-Buldan» de Yaqut*. Publicaciones de la Universidad de Sevilla, Sevilla.
- Acién Almansa, Manuel
1985 «Cerámica a Torno Lento en Bezmiliana. Cronología, Tipos y Difusión». *Actas del Primer Congreso de Arqueología Medieval Española* (17-19 abril, 1985, Huesca). Tomo IV. Diputación General de Aragón, Zaragoza.
- Acién Almansa, Manuel y Rafael Martínez Madrid
1989 «Cerámica Islámica Arcaica del Sureste de al-Andalus». *Boletín de Arqueología Medieval* 3:123-135.
- Alvarez Delgado, Yasmína
1989 «Cerámicas del Siglo IX de Arcavica (Cuenca)». *Boletín de Arqueología Medieval* 3:109-122.
- Arjona Castro, Antonio
1982 *Andalucía Musulmana: Estructura Político-Administrativa*. Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, Córdoba.
- Azuar Ruiz, Rafael
1989 *Denia Islámica: Arqueología y Poblamiento*. Instituto de Cultura «Juan Gil-Albert». Diputación Provincial de Alicante, Alicante.
- Barbour, Nevill
1973 «The Berbers in Al-Andalus» in *Proceeding of the First Congress on Mediterranean Studies of Arabo-Berber Influence*. Societe nationale d'Édition et de Diffusion, Alger.
- Barceló, Miguel
1993 «Coloquio». In *La Cerámica Altomedieval en el Sur de Al-Andalus*. Antonio Malpica Cuello, ed. Monografía Arte y Arqueología, Universidad de Granada, Granada, pp. 141-152.
- Benaboud, M'Hammad
1991 «Economic Trends in al-Andalus During the Period of the Ta'ifah States (Fifth/Eleventh Century)». *Islamic Studies* 30:1-2.
- Benco, Nancy
1990 *The Early Medieval Pottery Industry at al-Basra, Morocco*. BAR International Series 341, Oxford.
- Boone, James L. III
1992 «The Third Season of Excavations at Alcaria Longa». Unpublished report.
- Boone, James L.
1994 «Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa». In *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana. Actas del Encuentro*

- Internacional del Suroeste*. J. M. Campos, J. A. Pérez and Francisco Gómez, eds. Universidad de Huelva, Huelva, pp. 527-544.
- Bosch Vilá, Jacinto
n.d. «Integración y Desintegración Socio-Cultural y Política: Los Beréberes en la Andalucía Islámica», pp. 61-77.
- Bunce, Michael
1982 *Rural Settlement in an Urban World*. St. Martin's Press, New York.
- Caballero Zoreda, Luis
1989 «Cerámicas de 'Epoca Visigoda y Postvisigoda' de las Provincias de Cáceres, Madrid y Segovia». *Boletín de Arqueología Medieval* 3:75-107.
- Chejne, Anwar G.
1974 *Muslim Spain: Its History and Culture*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Collins, Roger
1989 *The Arab Conquest of Spain, 710-797*. Basil Blackwell, Oxford.
- Deagan, Kathleen
1983 *Spanish St. Augustine: The Archaeology of a Colonial Creole Community*. Academic Press, New York.
- Dozy, Reinhart
1913 *Spanish Islam*. Eng. trans. by F.G. Stokes, London.
- Encyclopaedia of Islam*
1960 Second Edition, volumes 1 and 2. Leiden.
- Gellner, Ernest
1969 *Saints of the Atlas*. Weidenfeld and Nicolson, London.
- Glick, Thomas F.
1979 *Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages*. Princeton University Press, New Jersey.
- Guichard, Pierre
1976 *Al-Ándalus: Estructura Antropológica de una Sociedad Islámica en Occidente*. Trad. española por Nico Ancochea. Barral Editores, S.A., Barcelona.
- Gutiérrez Lloret, Sonia
1988 *Cerámica común paleoandalusi del sur de Alicante (siglos VII-X)*. Publicaciones de la Caja de Ahorros Provincial, Alicante.
- Gutiérrez Lloret, Sonia
1993 «La Cerámica Paleoandalusi del Sureste Peninsular (Tudmir): Producción y Distribución (Siglos VII al X)». In *La Cerámica Altomedieval en el sur de Al-Andalus*. António Malpica Cuello, ed. Monografía Arte y Arqueología, Universidad de Granada, pp. 39-65.
- Hart, David M.
1976 *The Aith Waryaghar of the Moroccan Rif: An Ethnography and History*. University of Arizona Press, Tucson.
- Hole, Edwyn
1958 *Andalus: Spain under the Muslims*. Robert Hale, Ltd., London.
- Levi-Provençal, Evariste
1957 *Historia de España: España Musulmana, 711-1031*. Tomo IV. Dir. por Ramon Menéndez Pidal. Espasa-Calpe, S.A., Madrid.
- Lewis, Archibald
1978 *The Sea and Medieval Civilizations*. Variorum Reprints, London.
- Lister, Robert and Florence Lister
1987 *Andalucian Ceramics in Spain and New Spain: A Cultural Register from the Third Century B.C. to 1700*. University of Arizona Press, Tucson.
- Manzano Moreno, Eduardo
1990 «Beréberes de Al-Andalus: Los factores de una evolución histórica». *Al-Qantara* vol. XI, pp. 397-428.
- Mikesell, Marvin W.
1961 *Northern Morocco: A Cultural Geography*. University of California Press, Berkeley.
- Munson, Henry
1989 «On the Irrelevance of the Segmentary Lineage Model in the Moroccan Rif». *American Anthropologist* 91:386-400.
- Myers, J. Emlen
1979 «Ethno-Archaeology of a Moroccan Village: Architecture, Artifacts and Activities». MA thesis, SUNY at Binghamton, New York.
- O'Callaghan, Joseph F.
1975 *A History of Medieval Spain*. Cornell University Press, Ithaca.
- Payne, Stanley
1973 *A History of Spain and Portugal*. vol. 1, University of Wisconsin Press, Madison.
- Pérez, Florentino
1978 *Historia de España. Tomo IV: La España Musulmana o Al-Andalus*. Circulo de Amigos de Historia, S.A., Madrid.
- Rubiera de Epalza, María Jesús
1984 «Toponimia Arabigo-Valenciana: Falsos Antroponimos Bereberes». *Estudis en memoria del professor Manuel Sanchis Guarner: Estudis de llengua i literatura catalanes*. Universitat de València, Valencia.
- Saavedra, Eduardo
1992 *Estudio sobre la invasión de los árabes en España*. Madrid.
- Sanchez-Albornoz, Claudio
1942 *Fuentes de la historia hispano-musulmana del siglo VIII*. Mendoza.
- Scott, James C.
1985 *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, New Haven.
- Sjostrom, Isabella
1993 *Tripolitania in Transition: Late Roman to Early Islamic Settlement*. Worldwide Archaeology Series. Avebury, USA.
- Taha, Abdulwahid Dhanan
1989 *The Muslim Conquest and Settlement of North Africa and Spain*. Routledge, New York.
- Vallvé Bermejo, Joaquín
1977 «Sobre Demografía y Sociedad en Al-Andalus (Siglos VIII-XI)». *Al-Andalus* XLII:2:323-340.
- Zozaya, Juan
1969 «Red-Painted and Glazed Pottery in Western Europe from the Eighth to the Twelfth Century». Edited by J. G. Hurst. *Medieval Archaeology* 13:133-136.

OBRAS CONSTRUCTIVAS EN AL-ANDALUS DURANTE EL EMIRATO DE MUHAMMAD I SEGUN EL BAYAN AL-MUGRIB

JUAN A. SOUTO*

INTRODUCCION

Es grande el interés que desde hace ya tiempo despierta en nosotros el emirato de Muhammad I (852-86) ¹. Tal interés comenzó en 1980, cuando emprendimos el estudio del conjunto fortificado de Calatayud, que corresponde en gran medida a una re-fundación de ese emir. Desde entonces no hemos dejado de prestar atención a este personaje ni a sus obras, realizando una serie de trabajos cuyo fin es servir bien de base, bien de complemento para un futuro estudio histórico-arqueológico de su emirato ². En tal línea se inscribe éste, que pretende ser un avance de la recogida que actualmente efectuamos de la documentación aportada por las fuentes árabes acerca de las [re]construcciones hechas en al-Andalus entre 852 y 886 y su exposición y análisis sistemáticos. De esta forma, consignamos aquí las noticias que sobre construcciones edilicias en ese período aporta una de sus crónicas principales: el volumen II del *Bayan al-Mugrib* de Ibn 'Idari ³.

El objetivo primordial de este artículo es, pues, establecer una pequeña «guía constructiva» de Muhammad I elaborada a partir de la fuente citada y servir como

avance de un trabajo de mayor envergadura que esperamos poder publicar próximamente.

No nos hemos extendido señalando los paralelos historiográficos de las citas, ya que es una labor ya hecha en las notas a nuestra traducción de los pasajes del *Bayan* relativos a Muhammad I, y su inclusión aquí alargaría inútilmente este trabajo, que tiene otros propósitos. Simplemente se citan los hechos, sus referencias en la fuente y su bibliografía básica. Son de destacar dos aspectos que no consideramos baladies: en primer lugar, y por razones tipográficas, hemos prescindido de los signos diacríticos de las palabras árabes transliteradas; en segundo, hemos preferido consignar los términos *hishn* y *qal'a* tal cual («pluralizándolos» con -s), para así reflejar directamente lo que la fuente dice, prescindiendo de las posibles traducciones («castillo», «forta-

* Las investigaciones conducentes a la elaboración de este trabajo fueron realizadas en el marco del proyecto «Sociedad y política en al-Andalus (en sus fuentes)», subvencionado por la DGICYT (nº PB910373).

leza», «fortificación»...), que siempre habrán de dejar con dudas al lector.

ALGECIRAS, RAYYA Y TAKURUNNA

En el año 265 / 3 septiembre 878 - 22 agosto 879 hubo una serie de sublevaciones en las coras de Algeciras, Rayya y Takurunna, es decir, en las zonas occidental y oriental del Sur de al-Andalus ⁴. Allí se alzó Yahya, conocido como «El Algecireño». Para reducirlo fue preciso que el visir-caid Hashim b. 'Abdal'aziz ⁵ fuese en campaña contra él. Yahya se le sometió y fue llevado a la capital ⁶.

No quedó ahí la reacción que Córdoba tuvo ante estos hechos, ya que al año siguiente (266/23 agosto 879 - 11 agosto 880) fue 'Abdallah, hijo del emir, quien salió hacia la cora de Rayya y las *nahiyas* ⁷ de Algeciras, donde [re]construyó (*banā*) ⁸ *hisns*, hecho lo cual regresó a Córdoba ⁹.

Sin embargo, pasado un año más (267/12 agosto 880 - 31 julio 881), esos *hisns* [re]construidos en Rayya, Takurunna y la zona de Algeciras «se revolviéron», comenzando nada menos que «el daño del maldito Ibn Hafsun, cuyo asunto resistió a los califas, su sedición se prolongó en la tierra y su perjuicio fue inmenso». Contra él se envió a 'Amir b. 'Amir, quien fue vergonzosamente derrotado por el muladí, a raíz de lo cual el emir lo destituyó de la cora de Rayya, poniendo a su frente a 'Abdal'aziz b. 'Abbas, con quien Ibn Hafsun concluyó una tregua. Pero en cuanto 'Abdal'aziz fue destituido, Ibn Hafsun «se agitó y volvió a su maldad», teniendo que ir a la cora de Rayya Hashim b. 'Abdal'aziz, «tomando rehenes de la gente de Takurunna como garantía de obediencia» ¹⁰.

La rebeldía de estos lugares citados habría de seguir en años sucesivos ¹¹, pero el dato fundamental para este trabajo lo tenemos ya

consignado: la [re]construcción de *hisns* - desgraciadamente no se especifica el nombre de ninguno de ellos - por parte del sultán. Es de destacar que estas fortalezas, [re]hechas en principio para someter rebeldías, pasaron muy poco después a servir de base a éstas y sus instigadores, historia cuyo desarrollo de detalles nos aleja de nuestro objetivo inmediato, pero que se puede seguir en el texto del *Bayan* y en sus fuentes paralelas y constituye casi una «regla»; a cumplirse siempre que las circunstancias lo permitan, en este contexto histórico ¹².

BADAJÓZ

Según datos del *Bayan*, en el año 261 / 16 octubre 874 - 5 octubre 875 'Abdarrahman b. Marwan al-Jilliqi «huyó de Córdoba junto con los hombres de Mérida instalados en ella» ¹³ y se estableció en Alange. Tras ponerle sitio y acosarlo durante tres meses, el emir Muhammad le permitió «partir a Badajoz, que entonces era una alquería, e instalarse en ella» ¹⁴. Ibn Marwan «[re]construyó (*ibtana*) Badajoz con fortificaciones (*hisnan*), la convirtió en lugar de residencia (*ja'ala-hu mawtinan*) e introdujo en ella a las gentes de Mérida y a otras que le prestaban apoyo en el mal» ¹⁵.

BOBASTRO

Ya se ha hablado del sometimiento de las coras de Algeciras, Rayya y Takurunna entre los años 878 y 881. La rebeldía de Ibn Hafsun siguió adelante en la zona de la cora de Rayya, donde también había problemas con los Banu Rifa'a «y otros». En el año 270 / 11 julio 883 - 28 junio 884, Muhammad b. Umayya b. Shuhayd completó el descenso de estas gentes de sus montes; ese mismo año Hashim b. 'Abdal'aziz algareó la cora de Rayya, haciendo bajar a Ibn Hafsun del monte (*jaba*) de Bobastro y llevándoselo a Córdoba ¹⁶. Al año siguiente (271 / 29 junio 884 - 17 junio 885), Ibn Hafsun huyó de Córdoba y se refugió en el monte (*jaba*) de Bobastro. El acoso a que fue sometido se realizó un año después ¹⁷.

Así, en 272 / 18 junio 885 - 7 junio 886 «se estableció en el *hisn* de Bobastro como base y capital. Se trata de la más inexpugnable de todas las fortalezas (*qila*) de al-Andalus». Es la primera vez que el *Bayan* califica a Bobastro de *hisn*. Como vemos, a continuación le llama *qa'a*. Por deducción se colige que Ibn 'Idari considera esa la fecha de su consolidación / [re]construcción como tal ¹⁸.

CALATRAVA

La [re]construcción de Calatrava se inscribe de lleno en las acciones que el sultán hubo de emprender contra la siempre rebelde Toledo en esta época ¹⁹. Así,

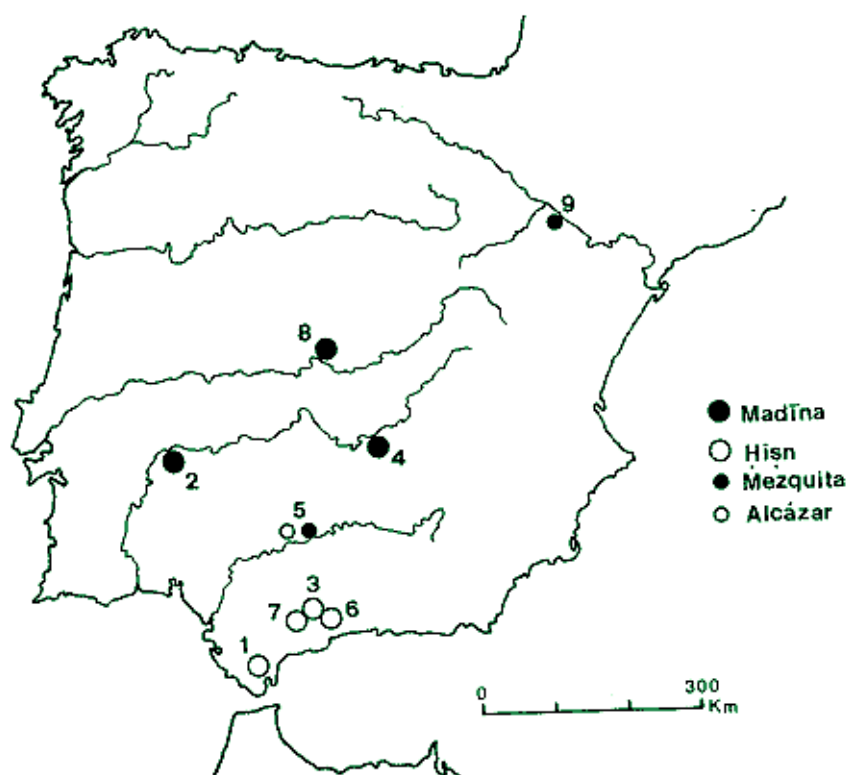
en el año 239 / 12 junio 853 - 1 junio 854 al-Hakam, hijo del emir 'Abdarrahman II y por tanto hermano de Muhammad I, se dirigió contra Toledo en plan de aceifa. Calatrava había sido despoblada por miedo de los toledanos, por lo que al-Hakam, tras acampar ante ella, ordenó la [re]construcción (*bunyan*) de su muralla y la recuperación de sus habitantes que habían huido ²⁶.

Dos años más tarde, en el 241 / 22 mayo 855 - 9 mayo 856, el emir Muhammad llenó de reclutas (*hasham*) ²¹ Calatrava y Talavera, estableció allí a los jinetes y dejó como 'amil a Harith b. Bazi' ²². Está claro que para entonces Calatrava era ya una fortaleza importante bajo control del poder central ²³.

CORDOBA

En el año 241 / 22 mayo 855 - 9 mayo 856 el emir Muhammad restauró (*jaddada*) las decoraciones de la [mezquita] aljama de Córdoba e hizo con maestría sus inscripciones ²⁴.

En el año 250 / 13 febrero 864 - 1 febrero 865 fue concluida la *maqsura* de la



Obras constructivas documentadas por el Bayan al-Mugribi en tiempos de Muhammad I: 1. Cora de Algeciras; 2. Badajoz; 3. Bobastro; 4. Calatrava; 5. Córdoba; 6. Cora de Rayya; 7. Cora de Takurunna; 8. Talavera; 9. Zaragoza

mezquita aljama de Córdoba ²⁵, a la que se pusieron tres puertas ²⁶.

En ese mismo año hizo el emir Muhammad numerosas construcciones en el gran alcázar y en las almunías exteriores al mismo ²⁷.

TALAVERA DE LA REINA

Ya se ha hecho referencia a la única noticia útil para este trabajo que sobre Talavera aporta el *Bayan*: en el año 241 / 22 mayo 855 - 9 mayo 856, el emir Muhammad llenó de reclutas (*hasham*) Calatrava y Talavera, estableció allí a los jinetes y dejó como 'amil a Harith b. Bazi'. La acción ha de enmarcarse en las actividades «antioledanas» del sultán ²⁸.

El *Bayan* no dice explícitamente que se hiciesen obras en Talavera, pero en la *Descripción Anónima* figura la noticia de que en 239 / 12 junio 853 - 1 junio 854 -año de la [re]construcción de Calatrava- el emir Muhammad [re]construyó la muralla de Talavera y la pobló con gentes (*bana sur madīnat Talabira wa sakana-ha bi-n-nas*) ²⁹. Desde luego, hay que entender, leyendo «entre líneas» a Ibn 'Idari, que por esas fechas se hicieron obras en la ciudad en cuestión ³⁰.

ZARAGOZA

De tiempos del emir Muhammad I dataría la primera ampliación documentada de la mezquita aljama de Zaragoza, cuya fundación atribuyen algunas fuentes a Hanash b. Abdallah as-San'ani, un *tabi'i* o seguidor de los compañeros del Profeta: relata el *Bayan* que en el año 242 / 10 mayo 856 - 29 abril 857, el emir Muhammad escribió a Musa b.

Musa, de los Banu Qasi, ordenándole movilizar las fronteras y entrar en Barcelona. Musa algareó Barcelona, acampó junto a ella y conquistó el *hisp* cristiano de Tarrasa. Con la quinta parte del botín logrado con la toma de este *hisp* «fueron hechas las ampliaciones de la mezquita aljama de Zaragoza»³¹.

NOTAS

- 1 Bibliografía fundamental: LEVI-PROVENÇAL, E., *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031)* (vol. IV de la *Historia de España* dirigida por Menéndez Pidal), reed., Madrid, 1982, pp. 183-211 [= HEM-IV]; VV.AA., *Historia general de España y América. III. El fallido intento de un estado hispánico musulmán (711-1085)*, Madrid, 1988, pássim, donde se contienen abundantes y actualizadas referencias bibliográficas. Las fuentes que recogen datos biográficos del emir Muhammad se encuentran recogidas en IZUZQUIZA BARTOLOME, Aránzazu, «La familia Omeya en al-Andalus», en MARIN, Manuela & ZANON, J., eds., *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus*, V, Madrid, 1992, personaje nº 227. En este último trabajo figura un cuadro genealógico de la descendencia del emir que nos ocupa.
- 2 La «bibliografía arqueológica» fundamental de Muhammad I se encuentra en TORRES BALBAS, L., «Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba», en el vol. V de la *Historia de España* dirigida por R. Menéndez Pidal, reed., Madrid, 1982, pp. 403-15, y en el citado vol III de la *Historia general de España y América* (apartado escrito por F. Valdés), con un inventario exhaustivo y referencias actualizadas. El resultado de nuestros trabajos acerca de Calatayud y sus fortificaciones fue nuestra inédita Tesis de Licenciatura, presentada en la Universidad de Zaragoza en 1983. En torno a ese tema concreto hemos publicado dos artículos: «Sobre la génesis de la Calatayud islámica», *Al Profesor Emérito Antonio Ubieta Arteta en homenaje académico (Aragón en la Edad Media, VIII)*, Zaragoza, 1989, pp. 675-95, y «Ensayo de estudio histórico-arqueológico del conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados», *Anaquel de Estudios Arabes*, 1, 1990, pp. 187-201. Otro pequeño ensayo nuestro sobre obras de este emir es «Un pasaje de al-'Udri acerca de la [re]construcción de la muralla de Huesca en el año 261/874-875: observaciones y precisiones», en *Actas del XVI Congreso de la Unión Europea de Arabistas e Islamólogos*, en prensa.
- 3 IBN 'IDARI (2ª mitad s. XIII - 1ª decenios s. XIV), *Al-Bayan al-mugrib*, vol. II, ed. Colin-Lévi-Provençal, reimp. Beirut, 1983; trad. francesa E. Fagnan, Argel, 1904; trad. española anotada de los pasajes relativos a Muhammad I en SOUTO, J. A., «El emirato de Muhammad I en el *Bayan al-Mugrib* de Ibn 'Idari», en prensa. Esta es la traducción a que haremos referencia en nuestras citas.
- 4 Sobre la cora de Algeciras, v. VALLVE, J., *La división territorial de la España musulmana*, Madrid, 1986, pp. 326-7; sobre la de Rayya, v. ídem, pp. 328-31. Sobre la organización militar de esta última, v. ACIEN ALMANSA, M., «Poblamiento y fortificación en el sur de al-Andalus. La formación de un país de Husun», *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, I, Oviedo, 1989, pp. 135-50, pássim; sobre Takurinna, v. VALLVE, *Op. cit.*, p. 328., así como VIGUERA, Mª J., «Noticias dispersas sobre Ronda musulmana», *Actas del XII Congreso de la U.E.A.I.*, Madrid, 1986, pp. 757-69.
- 5 Referencias varias sobre este importantísimo personaje en HEM-IV, p. 188, texto y n. 21. Sobre el cargo de visir-caid, v. MEQUAK, M., «Notes sur le vizirat et les vizirs en al-Andalus à l'époque Umayyade (milieu du II^e / VIII^e – fin du IV^e / X^e siècles)», *Studia Islamica*, LXXVIII, 1993, pp. 188-9.
- 6 Texto, p. 103, trad., § 39.
- 7 El término *nahiya* ha de entenderse aquí en su acepción más corriente de «comarca» o «zona».
- 8 Los verbos *bana* e *ibtana* constituyen un problema a la hora de hacer su interpretación material, ya que significan a la vez «construir» y «reconstruir», y sus nombres de acción (*bina* y *bunya* son los más frecuentes), «construcción» y «reconstrucción». Lo más prudente es considerar estos verbos significantes de «[re]construir», «hacer obra[s]» o «utilizar albañiles».
- 9 Texto, p. 103, trad., § 40.
- 10 Texto, p. 104, trad., § 42. V. más abajo el apartado dedicado a Bobastro.
- 11 Para el marco histórico de todos estos acontecimientos, v. HEM-IV, pp. 196 y ss.
- 12 Un ejemplo bien claro lo tenemos en la Marca Superior: el sistema defensivo de Calatayud, establecido por Muhammad I como base de operaciones contra los muladíes rebeldes de la zona, los Banu Qasi, pasará a ser, en tiempos de 'Abdarrahman III, centro de rebeldía contra el sultán (v. nuestro trabajo «Sistemas defensivos andalusíes: notas acerca de la defensa militar de la Zaragoza omeya», *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, II, Oviedo, 1992, pp. 275-86. Sobre los Banu Qasi, v. VIGUERA, Mª J., *Aragón musulmán*, Zaragoza, 1988, pássim, con un cuadro genealógico en la p. 84).
- 13 En calidad de rehenes, por supuesto. V. HEM-IV, pp. 193 y ss.
- 14 Texto, p. 102, trad., § 33.
- 15 Texto, p. 102, trad., § 34. «En fin de cuentas, el soberano cordobés, ya en vísperas de morir, le dejó [a Ibn Marwan] la libre disposición de Badajoz» (HEM-IV, p. 196). Sobre la Badajoz islámica, v. consideraciones generales y bibliografía en VALDES FERNANDEZ, F., «Ciudadela y fortificación urbana: el caso de Badajoz», en BAZZANA, A., ed., *Castrum 3*, Madrid-Roma, 1988, pp. 143-52.
- 16 Texto, p. 105, trad., § 48.
- 17 Texto, p. 105, trad., § 49.
- 18 Texto, p. 106, trad., § 51. Sobre Ibn Hafsun, su rebeldía y su fortaleza de Bobastro, v. bibliografía en nota 15 de ACIEN ALMANSA, M., *Op. cit.* Nuestra colega Belén Campo realiza en estos momentos su Tesis Doctoral sobre el tema de los muladíes en el sur de al-Andalus. Encontrándose ya en prensa este artículo apareció la monografía de ACIEN ALMANSA, M., *Entre el feudalismo y el Islam. 'Umar Ibn Hafsun en los historiadores, en las fuentes y en la historia*, Jaén, 1994.

PROPOS SUR L'URBANISME DANS LA JURISPRUDENCE MUSULMANE

YOUSSEF KHIARA



PROPOS SUR L'URBANISME DANS LA JURISPRUDENCE MUSULMANE

«Il n'est pas d'étude sérieuse d'urbanisme sur le passé ou pour le présent, qui n'ait à tenir compte des rapports juridiques, à envisager des questions de rapports de droit. L'urbanisme musulman du Moyen-Age n'échappe pas à cette règle, ce serait négliger l'un de ses aspects, peut être original, à coup sûr important, que de méconnaître, quand on traite de lui, les ouvrages de Fiqh.»

ROBERT BRUNCHVIG

Transcription de l'alphabet arabe

Au nombre des systèmes de transcription qui existent, on a adopté celui de la périodique «Arabica», pour la facilité et la commodité de son emploi.

a.....	ا
'.....	ء
b.....	ب
t.....	ت
th.....	ث
g.....	ج
h.....	ح

h.....	خ
d.....	د
dh.....	ذ
r.....	ر
z.....	ز
s.....	س
sh.....	ش
ss.....	ص
d.....	ض
t.....	ط
z.....	ظ
c.....	ع
g.....	غ
f.....	ف
q.....	ق
k.....	ك
l.....	ل
m.....	م
n.....	ن
h.....	ه
w (u, û).....	و
(i, î) y.....	ي
Voyelles longues = ā - ū - î	

On a souvent reproché à la ville islamique le méfait d'être une régression dans l'histoire de l'urbanisme. L'enchevêtrement de ses rues, de ses impasses et maisons en a fait pour certains auteurs un regrettable univers dénué de tout ordre et de tout art. ¹ Propos qui nous semblent inopportuns. Certes les musulmans n'ont pas formulé des théories d'urbanisme à la manière des antiques; néanmoins ils avaient construit des villes et avaient impérativement résolu les problèmes qu'imposait la vie urbaine.

Cerner le phénomène urbain musulman susciterait donc au préalable, une connaissance des clauses juridiques et règles normatives qui ont secrété cette production architecturale et ce type de paysage urbain.

C'est le dessein bien arrêté qu'on ambitionne de réaliser à partir de la lecture d'un corpus de jurisprudence du XIV^e siècle: «*Kitāb al ĩlān bi aḥkām al bunyān*», de son auteur Ibn Rami.

L'auteur et son oeuvre:

Ibn Rami n'est nullement un de ces jurisconsultes ou érudits dénombrés à l'accoutumé dans les copieux fatras de tabaqāt ².

Ainsi ne sait-on sur sa biographie que ce qu'on a pu glaner ça et là à travers son ouvrage. Il s'agit d'un maître maçon (m^c allem bannā') tunisois qui était au service du célèbre juge (Qaḍī al ģama'a) Ibn ^cAbderrafi^c. ³ Il avait la charge d'élaborer des expertises, dans les procès relatifs aux immeubles dont les dispositions aux prétoires ne pouvaient suffire pour éclairer la conscience du juge. Sur un autre versant, il avait la tâche de veiller au bon usage des voies publiques et du diagnostique de l'état des bâtisses pour parer aux écroulements accidentels. «Le qadi ibn ^cAbderrafi^c, dit-il, m'ordonnait d'aller marcher dans les rues de la ville et voir les murs, et au moment où je trouve un mur incliné, je l'abattait». ⁴

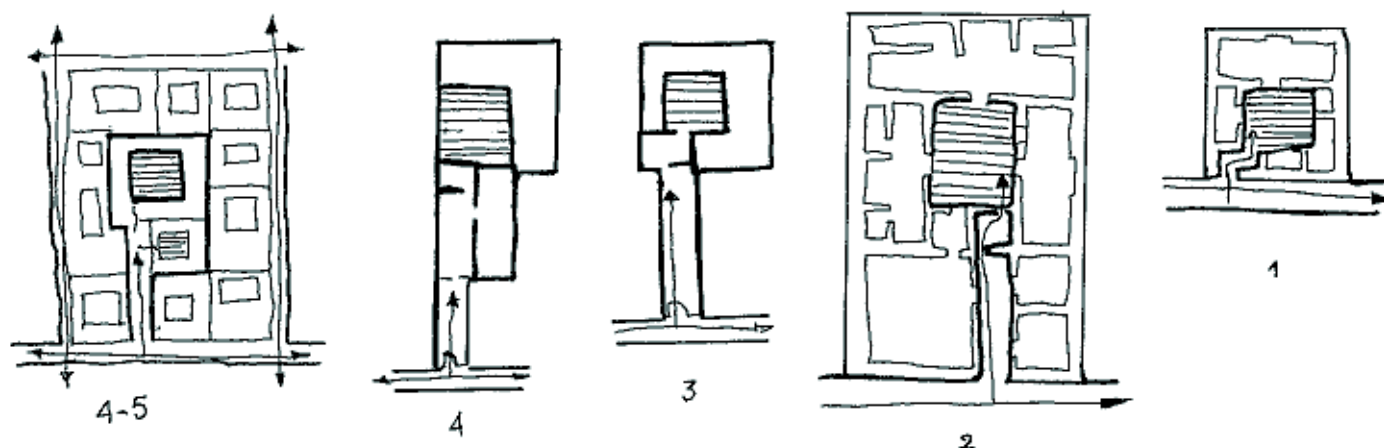
En somme, on est en présence d'un témoin instrumentaire du tribunal et d'un contrôleur «municipal» de construction.

Sous ses diverses facettes, «*kitāb al ĩlān...*» se présente comme un ouvrage de jurisprudence. C'est une compilation sélective de consultations juridiques (As'ila), de sentences (Aḥkām) et cas d'espèces (Nawazil/Fatawi) malikites relatifs aux préjudices de construction et litiges de mitoyenneté. Comme l'insinue son titre (Livre de proclamation des sentences de construction), ce recueil a tendance à être un code gérant la production architecturale. Il est ainsi rare en son espèce. ⁵

Au sujet de la date de réalisation de ce document, Ibn Rami ne fait part d'aucune mention. Néanmoins les indications qu'il révèle concordent toutes pour qu'on avance, sans hésitation, que cela s'est produit antérieurement à 733-34 H/1314-15 AD; date du décès du juge Ibn ^cAbderrafi^c.

En effet, dans les nombreux passages où il est évoqué, l'auteur ne lui a jamais intercédé auprès de Dieu la clémence. Mieux encore, il lui souhaitait la droiture et la réussite dans l'exercice de sa fonction.

Manifestement l'oeuvre fut rédigée du vivant du savant-juge. «*kitāb al ĩlān...*» était imprimé en édition lithographiée de 152 pages à Fès en 1332 H/1913-14 AD. Écrit en cursif aisément lisible, il présente quelques difficultés au niveau de son style juridique parfois apocalyptique. Par bonheur la chose est rare.



Problèmes de copropriété:

Dans ses préceptes fondamentaux, l'Islam admet le régime de la propriété absolue de disposer, d'user et de jouir des immeubles de la manière la plus entière. Ce droit exclusif est tempéré par un récit prophétique qui abolie le tort: «lā ḍarara wa lā ḍirār»; texte scripturaire qu'on a communément traduit par: «Pas de dommage profitable ou non». Autrement dit, un titulaire de droit ne doit causer de dommage à autrui dont il tire avantage ou non.

Il n'est pas indifférent de constater que ce récit constitue la pierre d'angle des relations de voisinage dont la maison est le cadre urbain le plus élémentaire. Dans une maison en copropriété, le problème pesant reste celui des rapports de dépendance réciproque entre les habitants du rez-de-chaussé et de l'étage supérieur. La règle de principe stipule que l'occupant du niveau du sol est tenu à protéger et à maintenir la stabilité de l'étage qu'il supporte. Suivant cette logique, en cas de dégradation menaçante, l'occupant du rez-de-chaussé est mis en demeure de consolider et de restaurer son fonds pour éviter l'écroulement de l'étage. Or s'il ne dispose pas des frais d'une telle entreprise, il est contraint à le vendre avec condition de réfection immédiate.

Dans leur application zélée de la théorie de l'abus de droit, les maîtres de la pensée juridique définissent aussi les commodités de réalisation de ce type de réfection. Avant d'entamer les travaux, le propriétaire de rez-de-chaussé doit «suspendre» l'étage qui le surplombe. Le procédé consiste à aménager des piles provisoires en bois pour soulager la masse architecturale et supporter les points d'appui de l'étage, le temps nécessaire pour exécuter les opérations. La raison est de remédier aux ébranlements déstabilisateurs.

Par ailleurs, le droit musulman interdit un exhaussement tardif de l'étage. Le risque de surcharge pouvant conduire à l'éboulement de la bâtisse, demeure la principale cause. Ibn Qasim dit à ce propos: «Si une poutre du toit de l'étage se brise, on peut la remplacer par une autre poutre tant qu'elle n'est pas plus lourde que la première et n'endommage le rez-de-chaussé».

Les vues:

A) *La lucarne*: Les vues (attakaššuf) est une des questions épineuses qui s'est posée avec insistance aux docteurs de droit, depuis l'instauration des premières agglomérations urbaines. Cet état de fait découle de la conviction que se fait le musulman pour l'intérieur de sa maison. Il la considère comme un domaine exclusivement privé qui doit être soustrait jalousement aux regards curieux du monde extérieur. ⁶ Pour aller de pair avec cette éthique, les jurisconsultes n'ont pas omis de mettre sur pied des sentences qui régularisent la question. Dans le droit d'urbanisme de l'Occident médiéval, on distingue entre les ouvertures

ordinaires et celle à verre dormant ou encore entre les vues droites et les vues obliques. On ne relève guère cette typologie dans le droit musulman. Il ressort que tout ce qui permet de dévoiler visuellement les intimités est rangé sous la rubrique des vues. Il peut s'agir de la simple lucarne mal placée que d'une porte ou d'une terrasse trop rapprochée.

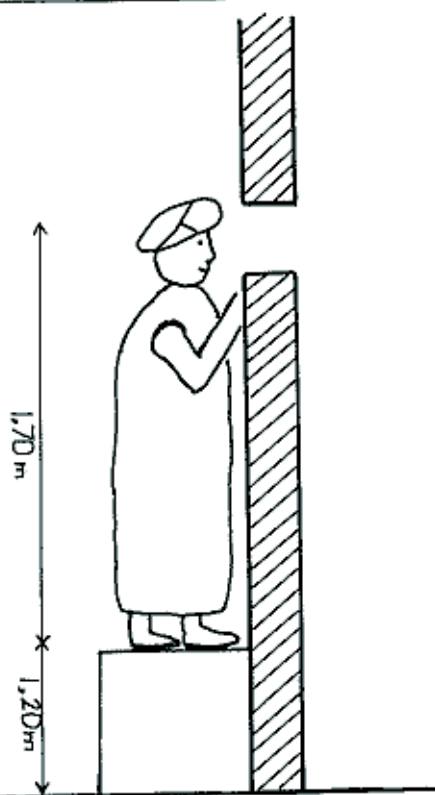
Il est un principe fondamental d'ordre chronologique sur qui les juges se basent pour forger leurs décisions. Certes, ils admettent comme légales, les vues antérieures à la construction nouvellement entreprise par le voisin. Ce dernier n'a qu'à parfaire sa construction de manière à être hors d'atteinte des regards. Par contre les vues récentes sont manifestement proscrites au cas où l'expertise affirme leur dommage envers le fonds antérieur.

Nous voilà donc renvoyé à mettre en lumière la technique de déterminer le litige des vues. C'est à une décision du second calife orthodoxe ⁷Umar Ibn al Ḥaṭṭāb que les juristes se réfèrent. Pour expertiser une ouverture de ventilation (lucarne) le calife précise non sans délicatesse: «Que l'on place un lit derrière cette ouverture et qu'un homme monte dessus; s'il voit chez le voisin l'ouverture doit être bouchée».

Comme il est fréquent, ce récit à caractère fondamental n'a pu avoir le consentement concernant son interprétation. Certains auteurs ont interprété le mot lit (sarīr) dans le sens de l'échelle (sullam). D'autres rétorquent qu'il s'agit du meuble de la chambre en question. Il va sans dire que le calife a désigné le lit à titre indicatif. D'ailleurs c'est ce qui ressort de la procédure d'Ibn Rami qui définit conventionnellement la chose en un support haut de cinq empan au maximum. Au demeurant, la hauteur légale des vues mitoyennes serait équivalente à la taille d'un homme auquel s'ajoute cinq empan ⁸.



Lucarnes



Hauteur légale des lucarnes donnant chez le voisin

Toutefois, Ibn Rami ne manque pas de nous révéler une seconde pratique en vigueur à Tunis, qui fixait cette hauteur à sept empan à partir du sol de la chambre. Dévoiler visuellement les discrétions du voisin est le préjudice majeur des lucarnes et ouvertures d'éclairage. Et pourtant elles présentent un désavantage tout aussi intolérable, comme on le comprend de ce cas d'espèce cité par notre prud'homme: «Un homme a aménagé dans sa maison une lucarne qui donne sur la maison

du voisin sans pour autant le mettre en vue. Par conséquent, il lui permettait d'entendre ce qu'on disait. Le voisin porta plainte pour préjudice (...); les maîtres se sont mis en désaccord à son sujet. Certains estimaient que le fait d'entendre les voix et paroles est un dommage. D'autres ne le considéraient pas...» Ibn Rami nous apprend que les deux options étaient valables et que le verdict dépendait de l'option du juge.

B) Portes et boutiques: Comme nous l'avions mentionné dans ce qui précède, la question des vues ne touche pas uniquement les ouvertures aménagées dans les murs, mais elle embrasse tout ouvrage susceptible de porter atteinte aux intimités du voisin. L'emplacement des portes de maisons et celui des boutiques engendre aussi des gênes indéniables.

A l'instar des lucarnes, on distingue entre les portes et boutiques anciennes et celles ultérieurement réalisées. Les remaniements antérieurs à la construction entreprise par le voisin restent légaux en dépit du tort qu'ils causent. Le parti contestataire n'a qu'à se clore pour se protéger. Le sort des nouvelles entreprises, dont l'installation est nuisible, dépend de l'avis du maître-maçon délégué par le juge.

La procédure consistait à examiner en premier lieu le type de voirie dans lequel on a créé, agrandi ou déplacé la porte ou la boutique. Lorsque la rue est suffisamment large et communément empruntée; le parti entrepreneur peut garder son ouvrage nonobstant le dommage patent. Cela tire sa logique du fait que les personnes qui usent la boutique ou la porte sont au même titre que les passants qui traversent la rue.

S'agissant des ruelles, le fameux jurisconsulte Sahnūn stipule que lors de l'installation d'un tel ouvrage, il faut prévoir un décalage (tankīb) ⁸ par rapport au fonds du vis-à-vis. Ce décalage est évalué dans les limites d'une à deux coudées. Les possibilités du regard impudique et inopiné sont ainsi écartées.

C) Vues diverses: Elles se rapportent particulièrement aux embarras résultant de la dénivellation des constructions. L'un des cas encombrant est celui provoqué par l'activité journalière du muezzin (mu'addin). La présence d'un sanctuaire doté de minaret était gênant pour les maisons qui l'avoisinaient. A ce sujet les traités de *hisba* nous apprennent une série de mesure de précaution. Dans le recueil d'Ibn al *ihwa* ⁹ on précise que le muhtasib prohibait au muezzin d'escalader le minaret autre qu'aux moments d'appel aux prières. Plus irréductible est ce qu'on lit sous la plume d'Ibn Saqāt. D'après lui le muhtasib de Kufa exigeait que le muezzin soit une personne aveugle!

Traitant cette question, Ibn Rami énonce, dans la même ligne de principe, que lorsqu'il y a préjudice, le muezzin est empêché d'accéder à la tour tant qu'il n'obstrue pas les ouvertures et lucarnes donnant vue sur les voisins. Dans un cas d'espèce survenu à Tunis, un individu a construit un oratoire sans mur de cloisin au sein d'un îlot d'habitations. La prière fut suspendue jusqu'à ce que le fervent mécène le dota d'un mur «écran».

LA VOIRIE

Pour l'étude de la voirie des villes islamiques, une précision de taille s'impose. Perçu sous l'optique jurisprudentielle, cette question dépasse la portée du droit public. La voirie se trouve désormais étroitement liée à l'étude de la propriété privée en l'occurrence la maison. Les cas d'espèce étudiés dévoilent de manière perceptible une hiérarchisation des voies, résultant du rapport maison/voie, soit espace privé/espace public. Ainsi distingue-t-on entre:

* *finā'*: Espace aux abords immédiats de la maison.

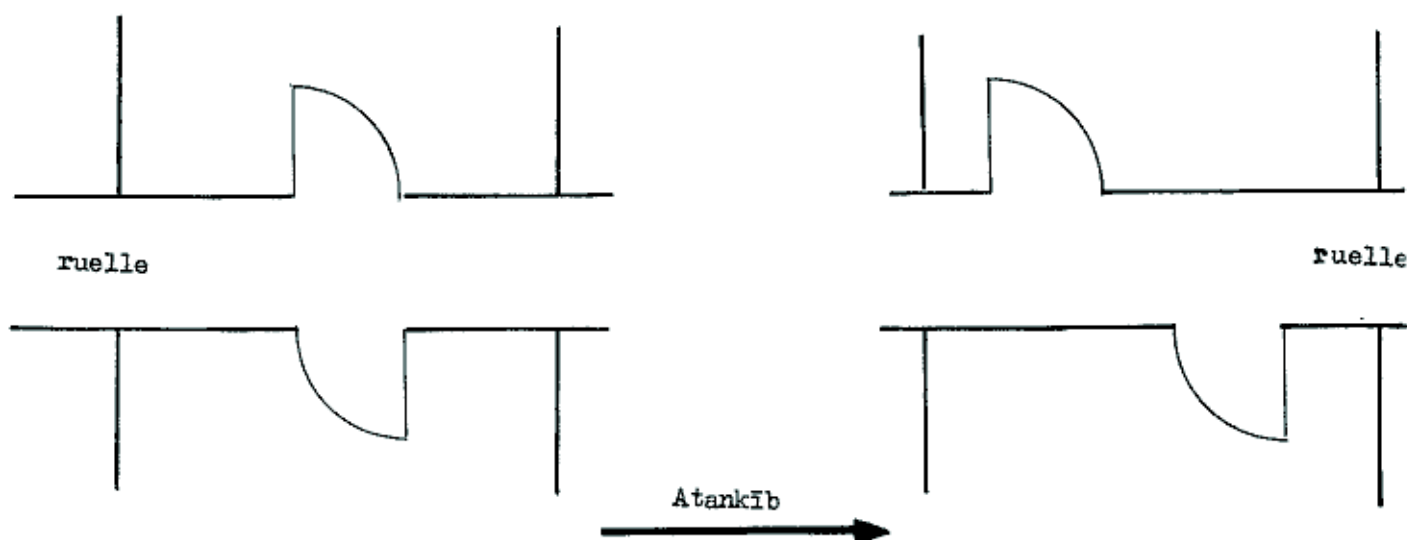
* L'impasse: Espace en cul-de-sac, différemment désigné: *sikka*, *zuqāq*, *zanqa*; en précisant toujours par «*ḡayr nāfida*».

* La rue: Appelée *ṣāric*^C, *tarīq nāfida*, *ṭarīq musarraḥa*, *tarīq sābila*, *tarīq al muslimīn*.

A) *Le finā'*: Conformément à un récit du calife ^CUmar ibn al Hattab, tout propriétaire dispose des droits d'usufruit sur son *finā'*. On est en droit de concevoir cette notion comme le débordement virtuel de l'immeuble; une sorte de *ḥurm*. Au risque d'empiétement de la voie publique par les riverains, l'usage du *finā'* ne fut pas sans s'attirer les prévenances des juristes. Car passer d'une dépendance morale à une occupation réelle est une transition qui s'opérerait facilement et affecterait le tracé et les capacités de la rue. Ibn Rami rapporte un des cas d'intervention du juge ^CAbderrahmān pour protéger la largeur de la rue. Informé que des propriétaires ont annexé les *finā'* à leurs maisons par des constructions en dur, notre juge ordonna d'araser la nouvelle construction bien que cette dernière n'endommageait guère la rue. En outre, on note sans détour que l'instauration du *finā'* n'a pas trouvé grâce auprès de certains maîtres du droit

musulman. Mutraf et Ibn Māḡiṣūn estimaient que cette espace constitue une aire de dédensification au moment des embouteillages. Ainsi on peut s'y réfugier pour attacher les bêtes, charger et décharger les sommes. Par son rôle vital, les deux juristes le rangent comme bien public exploitable par tous les citoyens.

B) *L'impasse*: Élément caractéristique du tissu urbain musulman, l'impasse est traitée comme une propriété semi-privée en copropriété entre les riverains. Cela dit, les remaniements à entreprendre sont soumis à l'accord unanime des autres «associés». Parmi les pratiques usuelles dans les impasses, étaient la disposition des portes à l'entrée (*attadrīb*). Usage qui visait la protection aux moments de troubles. «*kitāb al ḡ lān...*» nous rapporte qu'à Tunis un propriétaire de plusieurs maisons, donnant sur une impasse, fut assigné devant le juge par son voisin pour avoir dressé une porte à l'entrée de l'impasse sans son approbation. Le juge demandait à Ibn Rami de démolir la dite porte. Quand ce dernier vint lui rendre compte qu'il



n'avait trouvé aucun des concernés sur les lieux, le juge lui ordonna de la démolir et de vendre les décombres jusqu'à concurrence du salaire de l'ouvrier. Plus expressif est ce qu'on découvre dans un cas d'espèce où les communautaires d'une impasse étaient en désaccord au sujet du partage des frais de la disposition d'une porte d'entrée. L'auteur nous enseigne que «les dépenses sont versées par ceux qui ont l'argent et non par maison car la protection est faite contre le vol, et le pauvre n'en a pas peur...» (sic) ¹¹.

La thèse šafi'ite conçoit la question de l'impasse autrement. Pour elle, chacun des occupants n'avait le droit de se prononcer que sur l'espace compris entre l'entrée et la porte de sa propre maison. Il pouvait à titre d'exemple avancer la porte de sa maison vers l'entrée comme bon lui semble t-il mais jamais la reculer vers le fond...

Il ressort de ce partage d'usufruit que l'occupant du fond de l'impasse détenait, sans conteste, le dernier mot dans les problèmes de modification.

C) *La rue*: A l'encontre du finā' et l'impasse, la rue fait partie du domaine public. La question abordée dans ce chapitre demeure celle des empiètements. Les argumentaires juridiques qui tranchent dans ce cas, sont deux récits prophétiques. Le premier stipule «lorsque les gens sont en désaccord concernant la largeur de la rue, on la limite à sept coudées». Le second-dont l'authenticité est discutable-dit que «celui qui usurpe une parcelle de chemin, Dieu lui mettra un collier de sept champs» ¹². Si les jurisconsultes malikites étaient unanimes à protéger la voie publique des violations des riverains; ils étaient divergents quand l'empiètement n'est pas dommageable. D'où on trouve trois tendances:

* Pour certains l'existence de construction débordant sur la voie publique est tolérable quand il n'occasionne aucune gêne pour les usagers.

* D'autres, combinant entre les deux récits prophétiques, prônent que si la rue en question dépasse les sept coudées, on peut accepter l'empiètement. Dans le cas contraire, il doit être retranché.

* Finalement on a l'attitude inflexible qui n'admet aucune transgression au détriment du domaine public; quelque soit la largeur de la rue et même ne créant pas de gêne pour les usagers.

Le dépouillement des cas d'espèce nous a révélé que c'est la dernière opinion qui prime. Néanmoins les docteurs du droit musulman lui apportent un correctif d'envergure: la soumission devant le fait accompli depuis longtemps (al hyāza). Ceci revient à dire qu'un débordement sur la voie publique qui est très ancien et qui n'a provoqué aucune revendication ou contestation peut être toléré. On voit dans ce rectificatif une sorte de protection de l'occupant contre le pouvoir public. Protection qui ne confie pas tout de même le titre plein de l'empiètement.

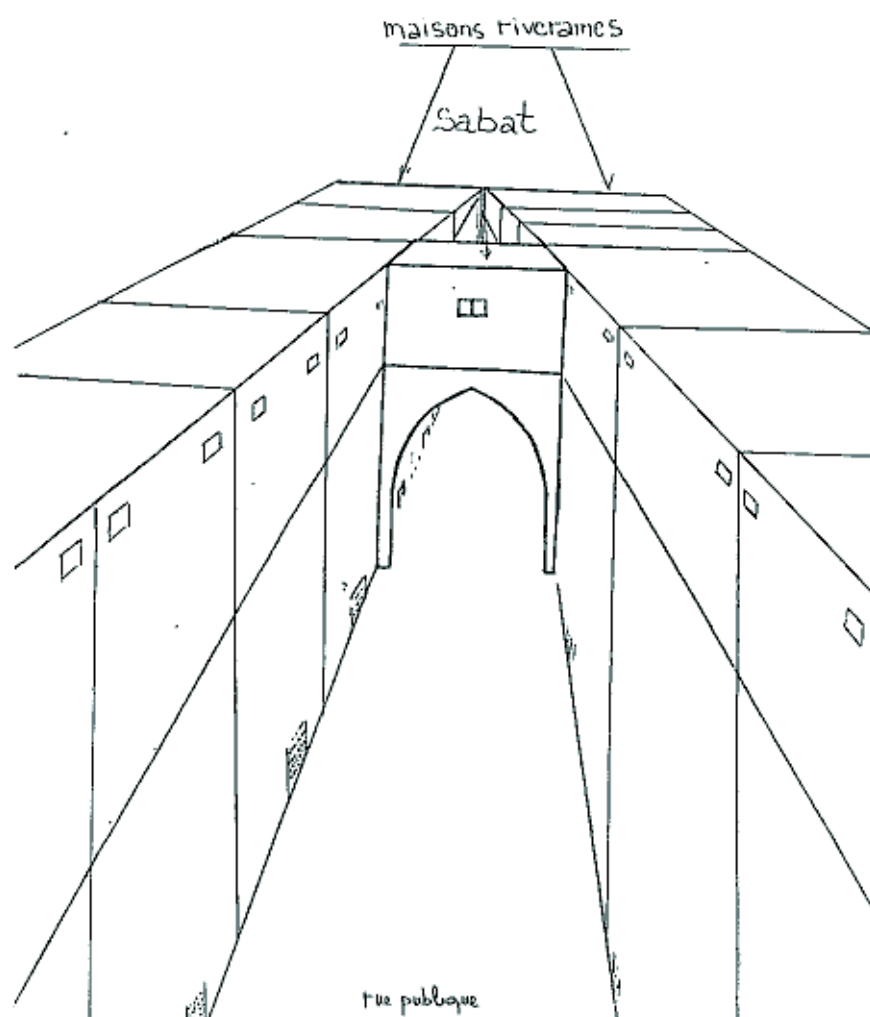
Si le droit musulman s'oppose énergiquement à la transgression de la voirie publique, il ne réagit pas de même au sujet des saillies. Contrairement au droit romain, les éminences ('aḥarīṭ/Casâkir) étaient un droit entier. Ces ouvrages architecturaux obéissaient à des prescriptions métriques conventionnelles. Certes les saillies ne doivent pas dépasser la moitié de la largeur totale de la rue. La moitié restante est de droit du voisin du vis-à-vis. D'autre part, elles doivent satisfaire une hauteur qui n'incommoder pas la circulation. La hauteur adéquate est estimée à celle d'un cavalier qui monte le dos d'une bête chargée des plus grands fardeaux. De la réalisation des encorbellements, un ouvrage typique naquit. Il s'agit du «sabat»: Pièce en dessus de la rue reliant deux fonds riverains d'un même propriétaire. ¹³ Il nous apparaît clair que l'approbation des encorbellements et des sabat par le droit musulman; s'explique par l'extension de la notion du finā'.

Ne nous pouvons clore ce volet consacré à la voie publique sans s'arrêter devant un passage fort important, qu'Ibn Rami emprunte à el Gazālī, et qui revêt le caractère de commandements régissant l'usage de la rue. Ainsi, dit-il, «parmi les préjudices commis au détriment des voies, l'élévation des poutres et la construction des boutiques en contiguïté des bâtisses privées. Aussi l'implantation des arbres, l'établissement des encorbellements et saillies et la pose du bois, des charges et produits alimentaires dans les rues. Tout cela est un désaveu s'il engendre la restriction de la rue et porte atteinte aux passants. Si cela n'implique pas un dommage en cas de largeur suffisante de la voie, il n'est pas interdit de poser le bucher et amas de produits alimentaires (...). L'attelage des montures, par le fait qu'elles interceptent la rue et souillent les passants est un préjudice qu'il faut empêcher de faire (...); le fait de guider les montures chargées d'épines-vu qu'elles déchirent les vêtements des gens – est un désaveu (...); de même l'égorgement des bestiaux devant la boucherie, puisqu'il pollue la rue par le sang est un préjudice qu'il faut abolir. On doit égorger dans l'echoppe et y aménager un

abattoir (...); de même en est-il pour le jet des débris dans la rue, et l'éparpillement des écorces de pastèque et l'arrosage avec l'eau. Tout cela est un préjudice, puisqu'on risque la glissade et la chute; tout aussi bien que le déversement de l'eau des gouttières et des murs dans la rue étroite, car cela salit les habits. Toutefois il n'est pas interdit dans la rue large. Concernant le fait de laisser les eaux de pluie et des neiges dans la rue sans qu'elles soient évacuées, est aussi un préjudice (...). L'eau provenant d'une gouttière et qui stagne dans la rue, doit être balayée par le propriétaire concerné». ¹⁴

LE DRAINAGE DES EAUX

— L'évacuation des eaux est de deux types; l'évacuation des eaux de pluie et celle des eaux usées. Pour chaque cas nous avons des manières dont s'opère l'écoulement.



A) Les eaux de pluie: Le ruissellement des eaux de pluie est un fait naturel qui naît de la situation des lieux et auquel l'homme ne prend pas part. De ce fait tout propriétaire dont le fonds est bordé par un terrain ou héritage plus élevé que le sien est obligé de recevoir sur son domaine, sans indemnité, les eaux qui y viennent naturellement en suivant la pente naturelle du sol ou des terrasses. Mieux encore, si le propriétaire du fonds inférieur veut se clore comme il lui est permis-il ne doit pas élever une digue ou n'importe quel obstacle artificiel qui puisse changer le ruissellement naturel des eaux. Il doit aménager dans son mur séparatif des ouvertures ou des gouttières qui puissent assurer le déversement des eaux parvenant de chez le voisin. Ibn Rami nous apprend qu'«un homme à Kairouan, avait plusieurs gouttières qui déversent dans la maison de son voisin. Ce dernier, qui reçoit les eaux, décida de disposer dans son mur une gouttière pour arrêter l'écoulement de l'eau. Les deux hommes se plaignent (...) auprès du juge qui interdit l'interception des cours d'eau provenant du voisin».

De même, le déversement de l'eau de pluie d'une maison sur la voie publique par le biais des gouttières est sans entrave juridique, pourvu que le mur du voisin d'en face ne soit pas éclaboussé. Cette logique des choses découle du principe de la servitude naturelle. En d'autres termes des servitudes résultant d'une disposition naturelle des lieux, ou par la force même des choses.

B) Les eaux usées: L'assainissement est un des équipements urbains les plus vitaux dans une ville. Les grandes villes de l'Islam étaient dotées de réseaux d'assainissements complexes qui traversent les maisons, les édifices publics, les rues et ruelles, jusqu'à atteindre le point de rejet.

Pour équiper son local d'un drain

d'évacuation, le propriétaire se trouvait en présence de deux eventualités. Quant sa canalisation est du type fermé; autrement dit appelée à traverser des fonds voisins pour déboucher sur le collecteur; son entreprise était assujettie au contentement des propriétaires concernés. Le second cas est lorsque son égout est de type ouvert; donc communiquant directement avec le collecteur. Il pouvait installer son caniveau à condition de payer une cotisation qui équivalait les frais payés par les autres usagers, lors de l'installation du système d'assainissement.

Une précision d'ampleur doit être signalée à ce propos. Les juristes s'opposent à la mutation du conduit d'évacuation d'une rue à une autre.

Les cas d'espèce relatif à l'assainissement traitent de leur vidange et leur nettoyage. Sur le plan juridique, cette question est résolue de façon graduelle.

a) *La maison*: Dans une maison en copropriété, la réparation du système de drainage est à la charge des familles qui l'usent. Le principe consiste à ce que chaque famille contribue selon le nombre des personnes (Cala Qadadi al ġamāġim); En d'autres termes selon le nombre de ses usagers. Les maîtres de la jurisprudence justifient cette règle par le fait que l'impact d'une famille nombreuse n'est pas le même que celle à nombre réduit.

b) *L'impasse et la ruelle*: A l'échelle d'un petit pôle de maisons, la procédure suit un autre raisonnement. Pour purger le drain collectif, Saħnūn précise que la première maison qui y déverse doit vidanger jusqu'à la deuxième maison. Ensuite les propriétaires de la première et deuxième maison réunis purgent jusqu'à la troisième maison. Les trois propriétaires doivent nettoyer jusqu'à la quatrième maison et ainsi de suite jusqu'au point de raccordement avec le collecteur de la

rue. De cette façon chaque usager entretient le trajet que cheminent ses eaux usées. Peu convaincu par cette commodité un peu encombrante, Ibn Rami procédait différemment. Se basant sur le critère de la gravité naturelle; il distingue entre un assainissement à pente douce et celui à pente forte. Si l'inclinaison est faible, toutes les maisons sont contraintes à nettoyer le drain; chacune selon le nombre de ses occupants. Ibn Rami estime qu'un réseau d'évacuation peu incliné, occasionne manifestement des stagnations, ce qui empêche de localiser le point de saturation et donc la maison qui l'a causé. Au cas où la pente est assez forte et assure un bon écoulement, deux grands cas se présentent:

* Lorsque le collecteur est bouché tout le long, ou uniquement dans ses tronçons terminaux, le vidange est à la charge de toutes les maisons usagères, chacune selon le nombre de ses occupants.

* Lorsque le collecteur est saturé principalement dans ses premiers tronçons, son entretien est confié aux fonds concernés; toujours selon le principe du nombre d'occupants.

c) *La rue/artère*: La procédure suit la règle susprésentée. La tâche d'évacuation des collecteurs est à la charge des maisons qui l'usent directement.



CONCLUSION

Parvenu au terme de cette intervention, nous croyons que nous avons pu donner une nouvelle dimension de l'urbanisme musulman.

Dans sa vertu, cet urbanisme passe pour un fidèle serviteur des intérêts sociaux des citoyens. Certes, ce n'est pas l'autorité publique qui domine; nous avons remarqué que la rue publique était mal soutenue. C'est plutôt la maison qui prévaut par son finā' et son sabāt. L'aspect plastique de la ville n'est jamais évoqué. Au nombre de cas d'espèce, aucun ne fait mention à l'obligation d'entretenir l'esthétique des édifices.

L'urbanisme musulman est voué pour le familial. C'est une concrétisation d'une éthique et non la reproduction servile d'un plan théorique.

Les études sur l'urbanisme, et la maison arabo-musulmane ne manquent pas. Mais rares sont celles qui ont abordé le revers juridique de la question. Le bon aloi de la littérature jurisprudentielle n'est plus à démontrer. C'est un champ d'investigation encore non exploité.

APPENDICE

En tant que maître-maçon, Ibn Rami utilise dans son ouvrage un vocabulaire très original en rapport avec le domaine de la construction et l'expertise. Vu son importance, on a jugé bon de le présenter sous forme de glossaire.

Terme arabe	Transcription	Traduction
اجور	'Āğur	Brique cuites.
ارض راقدة	'Arḍ Rāqīda	Terrain à pente très douce.
اصبع	'Osbo ^c	Doigt (unité de mesure).
اصطبل	'Istabl	Etable.
استوان	'Ostuwān	Vestibule d'entrée.
استوانات	'Ostuwānāt	Piles (en bois).
اكبش	'Akbuš	Jambes de forces.
البئر	Bi'r	Puits.
بئر المرحاض	Bi'r al Mirḥād	Fosse d'aisance.
البصارة	El Basāra	L'expertise.
بغلي	Bağli	Mortier.

Terme arabe	Transcription	Traduction
باب باع بيت	Bāb Bā ^c Bayt	Porte. Brasse. Chambre; Pièce.
تفل مجتمع الاثفال	Iufl Muğtama ^c al aṭfāl	Matière fecale. Fosse d'aisance/regard.
جب جبس جدار جائزة جابية جير	Ġub Ġibs Ġidār Ġā'iza Ġābiya Ġīr	Puits. Plâtre. Mur. Solive. Grand bassin, Abreuvoir. La chaux.
حائط غلض الحائط حائط مممت وجه الحائط حبة حمام حانوت حاييا	Hā'it Ġilḍal hā'it Hā'it musammat Waġh al hā'it Habba Ḥammām Ḥānūt Ḥanāyā	Mur. Epaisseur du mur. Mur aveugle. Façade Grain (unité de mesure) Bain Boutique, Echoppe. Arcs.
خراجات خشيب خندق	Hraġāt Hašab Handaq	Saillies; Balcons. Solives et Voliges. Grande fossé pour le rejet des eaux usées à l'échelle de la ville.
دباغين درب درج	Dabbāġīn Derb Dorġ	Tanneurs. Impasse avec une porte. Escalier.

Terme arabe	Transcription	Traduction
دكانة	Dukkāna	Banquette
دار	Dār	Maison
داموس	Dāmus	Couverture en voute.
ذراع	Dirā ^C	Coudée (unité de mesure)
ربض	Rabḍ	Faubourgs.
ربعم	Rab ^C	Maison
رحاب	Rihāb	Esplanades.
رخام	Rohām	Marbre
رحلى	Rahā	Moulin
رفوف	Rofūf	Balcons/Encorbellements
ردم	Radm	Deblais/Décombre.
ركائز	Rakā'iz	Piliers.
ركز	Rakz	Damer; Tasser.
رياض	Riād	Vergers.
رواء	Riwā'	écurie.
زربطانة	Zarbatāna	Conduit qui assure l'évacuation des eaux usées de l'étage vers la fosse d'aisance existant dans le rez-de-chausée
زقاق	Zuqāq	Impasse
زقة	Zanqa	Rue, ruelle.
تزويق	Tazwīq	Décore
طابية	Ṭābiya	Pisé.
طريق	Ṭarīq	Rue, chemin.
طاقية	Ṭāqa	Lucarne.
طوبى	Ṭūb	Brique crues.

Terme arabe	Transcription	Traduction
ضرر	Ḍarar	Tort, detriment, dommage, Abus du droit.
صحن الدار انصباء صدع صومعة علو عسكر	Ṣahn E- Dar Inṣibā' Ṣad ^c Ṣawma ^{Ca} ^c Uluw ^c Askar	Pation, cour de la maison. Débit. Fissure. Minaret. Etagé. Encorbellement, éminence.
غرز الخشب غرفة غلو	Ġarz al Hāšab Ġorfa Ġalwa	La pose des solives et voliges. Chambre. Stade (Unité de mesure).
فخارين فرسخ فندق فناء	Fahharīn Farsaḥ Funduq Finā'	Potiers. Parasange (unité de mesure). Caravansérail. Espace au abord immédiat de la maison.
قبضة قراصيد قفاف قناة القناة الام	Qabḍa Qarāmīd Qifāf Qanāt Qanāt al 'Um	Palme (unité de mesure). Tuites Coufins. Caniveau. Collecteur des eaux usées.
اسانيد سترة	'Asānīd Sutra	Appuis, Piliers. Mur de cloisin qui protège des vues. C'est en général les murs des terrasses ou

Terme arabe	Transcription	Traduction
مرجيب	Sarġab	murs séparatifs.
سقيفة	Saqīfa	Fenêtre
سفلي	Suflī	Chicane
سارية	Sāriya	Rez-de-chaussée
شبر	Šibr	Pilier
تشقيق	Tašqiq	Empan
كديسة	Kudya	Frissuration
كاغيد	Kāgid	Butte
كوشة	Kuša	Papier
كنس	Kans	Four
كنيف	Kanīf	Vidange, Nettoyage
كير	Kīr	latrines
مرحاض	Mirḥad	Soufflet (forge)
مطمورة	Matmūra	Latrines
ماجل	Maġil	Silos (grains)
منار	Manār	Citerne
مبزاب	Mīzab	Petit Minaret.
ميزان	Mīzān	Gouttière.
ميل	Mil	L'aplomb.
ميل	Mayl	Mile.
تلبيس	Talbis	Inclinaison.
ندوة	Nadwa	Action d'enduire.
تنكيب	Tankīb	Humidite.
		Décalage (de porte en vis à vis).
مراقب	Mihraq	Gouttière.

1 Voir:

- Xavier de Planhol «Le monde islamique» Essai de géographie religieuse, 1957.
- Eugen Wirth «Ville islamique, villes arabes, villes orientales?...» in (D) Chevallier: La ville arabe dans l'Islam. Tunis 1982.

2 Tabaqât oeuvres traitant les biographies des docteurs de théologie et droit musulman.

3 Grand juge qui était à la tête du tribunal de Tunis au temps des Hafsides.

4 Ibn Rāmī, P. 3.

"وكان القاضي عبد الرفيع يامرني بالمشي في أزقة المدينة وانظر
الحيطان، فعمما وجدت حاشطا مائلا هدمته"

5 Seul le traité de Cīsa Ibn Ahmed Tiṭilli partage cet attrait avec celui d'Ibn Rami il s'intitule:
«Kitāb al qadā' wa nafa' addārar 'an al'afniya wa ṭarīq wa-l ḡdrān wa-l mabānī wa Sāḥat».

6 Voir Fig. I.

7 Voir Fig. II.

8 Voir Fig. III.

9 Il s'intitule «Ma'ālīm al qurbā fi Ahkām al ḥsba»

10

"...وذلك أن عمر بن الخطاب رضي الله تعالى عنه بالإنشئة لأرباب
الدور بالانتفاع للمجالس والمرايط وجلس الباعة للبيعات
الخنيفة".

11

"الغرم في ذلك على ذوي الاموال ذوي الدور لان التحصن لئلا
هو من السرقة والفقير لا يخشى من السرقة".

12

"روى ابن وهب أن النبي صلى الله عليه وسلم قال "من اقتطع من
طريقه طوقه الله عز وجل من سبع أرضين".

13 Voir Fig. IV.

14

"من منكرات الشوارع وضع الاساطين وبناء الدكاكين متطسة
بالابنية المملوكة وغرس الاشجار ولخراج النوازل والابنية
وضوح الخشب والاحمال والاطعمة على الطرقات، فكل ذلك منكر
ان كان يؤدي إلى تضيق الطريق واستخفاف المارة منه
ولن لم يؤدي إلى ضرر لسعته فلا يمنع وضع الحطب والاحمال
الاطعمة في الطريق (...) وكذلك ربط الدواب على الطريق بحيث يمنع الطريق
وينجس المارين، منكر يجب المنع (...) سوت الذواب
وعليها لا يفتح الشوك الناس فذلك كله منكر (...))
وكذلك كبح الجزور على باب القصاب وتلوينه الطريق
بالدماء منكر يجب المنع منه، بل حقه ذبح في دكانه
ويتخذ فيه مذبحا (...) وكذلك طرح الكنايات على الطريق
وتبديد قشر البطيخ ورش الماء بحيث يخشى منه الزلق
والسقوط فكل ذلك منكر يجب المنع منه، وكذلك ارسال
الماء من الميازب المخرجة ومن الحيطان إلى الطريق الضيق
فلان ذلك ينجس الشيايب لضيقة الطريق، ولا يمنع منه
في الطريق الواسعة (...) فلما ترك مياه المطر والتلوج
في الطريق من غير كنس فذلك منكر (...) والماء السيدي
يجتمع على الطريق من ميازب معين فحلى صاحبه كنس الطريق

Ibn Rāmī, p. 82.

TOPOGRAFIA HISTÓRICA DE MÉRTOLA.

AS OCUPAÇÕES FUNCIONAIS DO TERREIRO JUNTO À PORTA DA RIBEIRA, DA ÉPOCA MEDIEVAL À CONTEMPORÂNEA: CAPELA DE SANTIAGO – IGREJA DA MISERICÓRDIA – ESPAÇO MUSEOLÓGICO

JOAQUIM BOIÇA

0. A temática das ocupações funcionais dos cascos urbanos, numa perspectiva histórica, é relativamente recente. A arqueologia urbana, assim como a salvaguarda e recuperação dos centros históricos são áreas de investigação e de intervenção que estão ainda a dar os seus primeiros passos. Por seu turno, a investigação histórica sobre as estratigrafias ocupacionais dos centros urbanos, no seu todo ou parcelas representativas, não conheceu ainda estudos significativos.

Mértola, antes da definição da fronteira com Castela, que a isolou do resto da Andaluzia, foi um importantíssimo posto comercial, o porto fluvial mais a norte da grande estrada que era o Guadiana. Por aqui eram escoados os trigos das zonas produtoras de cereais de grande parte do Baixo Alentejo, o ouro, a prata e o cobre das grandes extracções mineiras de Aljustrel, de S. Domingos e da serra da Adiça. Aqui chegavam as gentes e os produtos dos mais díspares lugares do mundo mediterrânico antigo. Aqui se cruzavam com o rio as estradas pelas quais chegavam e se redistribuíam as mercadorias.

O seu privilegiado posicionamento geográfico e a sua implantação estratégica, envolvendo um cerro íngreme cercado pela ribeira de Oeiras e pelo Guadiana, garantiu-lhe invejáveis condições de defesa.

Na combinação destes múltiplos factores, deteve Mértola, no passado, uma importância histórica que o pequeno burgo actual, esquecido o estatuto que ostentou de cidade pré-romana e romana, de capital de um reino taifa e de primeira sede dos cavaleiros da Ordem de Santiago longinquamente deixa adivinhar.

As marcas deste rico passado não foram globalmente sacrificadas, como em tantas outras vilas e cidades, à marcha do tempo e reestruturação cíclica dos seus espaços. Se é no período cristão que, paulatinamente, se traça a fisionomia urbana que Mértola hoje ostenta, ela absorveu e conservou boa parte da memória civilizacional passada.

O casco urbano de Mértola reúne, assim, condições singulares enquanto objecto de estudo. Aqui, desde há alguns anos, a intervenção arqueológica cruza-se com a investigação histórica, a reabilitação e valorização urbana e a museologia. O presente artigo parte desta pluridisciplinaridade, mas é, evidentemente, um esboço apenas da mesma. Na sua base, o estudo das sucessivas ocupações de um espaço representativo do casco, da época medieval cristã à contemporânea: o pequeno terreiro desenhado em torno da *porta da ribeira*, pólo dinâmico e com acentuada carga simbólica na história da vila.

1. As operações bélicas lançadas pelos monarcas cristãos no decurso das primeiras décadas do século XIII, com a participação determinante das ordens militares, empurraram definitivamente as fronteiras do reino de Portugal para sul. Em meados de Duzentos, o recorte do território, salvo alguns acertos mais tardios, encontrava-se praticamente definido. Aos senhores da guerra, em troca dos feitos contra o *infidel*, são prestadas honrarias várias e concedidos largos privilégios, traduzindo-se estes, sobretudo, no domínio que lhes é dado sobre as novas terras conquistadas. À Ordem de Santiago, comparativamente com as de Avis e do Hospital, cabe a fatia mais significativa e o controlo efectivo sobre boa parte dos centros urbanos do vasto Além-Tejo.

A cidade de Mértola, praça-forte de importância capital na máquina de guerra almoadá, capitula em 1238. No ano seguinte, D. Sancho II doa-a, mais o seu alargado termo, aos Santiaguistas, que se instalam na sua imponente alcáçova. Poucos anos volvidos, elegem-na sede nacional da Ordem, estatuto que ostentará até 1316 e que ilustra bem o papel que interpreta no contexto das lutas da *Reconquista*.

Com a fixação das linhas de fronteira, e assegurada a paz, Mértola perde parte substancial da importância militar que detinha, embora continue a assumir-se como bastião primeiro na estrutura defensiva de um alargado território fronteiriço, que tinha no rio Guadiana o referente principal.

Esta situação, que começa a esboçar-se em inícios do século XIV, é um dos quadros explicativos da decadência que Mértola irá conhecer no período tardo-medieval. Outros, mais profundos, prendem-se com a entrada em cena dos cavaleiros cristãos e da ruptura civilizacional que introduzem.

Após a *Reconquista*, a intensa actividade mercantil, que fizera de Mértola, séculos a fio, ponto de encontro de circuitos vários de gentes e produtos da bacia do Mediterrâneo e placa giratória para um intenso comércio interior, perde abruptamente o seu brilho. É claro que o Guadiana continuará a ser sulcado por barcos guiados por mãos adestradas na arte de marear, mas as mercadorias, essas, são já outras e partem de novos portos, cruzando agora, em ritmo sazonal, as costeiras águas atlânticas. Este cenário estende-se aos circuitos regionais de comércio terrestre, assegurado por uma rede de vias de há muito traçada e que continuará a ser calcorreada por almocreves e muars, garantindo a distribuição das mercadorias transbordadas no porto de Mértola e das que a este chegavam para rumar aos portos algarvios ou à grande Lisboa.

Mas é sobretudo em torno da terra, progressivamente adaptada à monocultura de cereais, da pastorícia e da ancestral actividade piscícola, sobre a qual recai o peso da dízima, que se irão estreitar e desenhar as cadeias do poder e do aparelho económico. A exploração das águas fluviais enquanto força motriz fecha o quadro: dos moinhos de água que irão pontuar a paisagem ribeirinha, em particular no Guadiana mas também no Vascão, a Ordem de Santiago possui os mais importantes, retirando dos restantes significativos dividendos fiscais.

É neste contexto que toma forma uma nova estrutura de povoamento, assente na repartição de terras, que a diversidade antropológica Trecentista e Quatrocentista claramente denuncia. Por outro lado, com as alterações operadas, muitas rotas e povoados mineiros, como a investigação arqueológica tem vindo a provar, encontram então o seu fim.

O definhar da actividade mercantil, o processo de senhoriação e a diminuição da importância militar, são as coordenadas históricas que deixam entender a decadência em que mergulha a velha urbe de Mértola no período medieval cristão. Coordenadas que apontam, por outro lado, para uma diminuição dos efectivos populacionais concentrados dentro das suas muralhas e inevitável enfraquecimento da sua vida urbana. É um facto revelador a determinação protagonizada por D. João I de conceder a Mértola o estatuto de couto de homiziados (1420), acto extremo que conheceram as regiões fronteiriças mais despovoadas, fosse por questões de defesa ou como recurso artificial para fixar mais gentes.

A partir de finais do século XV e até ao terceiro quartel do século XVI, a vila de Mértola e o seu termo participam no crescimento económico do reino. No contexto regional, o centro da mesma está intimamente ligado à produção e comercialização cerealífera. Mértola e o seu porto revigoram. As ligações comerciais à costa algarvia e norte africana e à cidade de Lisboa intensificam-se.

A comenda de Mértola, nesta época, transforma-se na mais apetecida das que a Ordem de Santiago possui. Dado significativo: dentro do que foram os seus limites primitivos, organiza-se uma nova comenda, tendo por cabeça a aldeia de Alcaria Ruiva, em torno da qual se distribuem, precisamente, as terras de melhores potencialidades cerealíferas.

Em finais de Quinhentos, porém, acompanhando uma nova conjuntura económica, a situação inverte-se. Os anos de prosperidade eram já uma longínqua lembrança. Dependendo umbilicalmente da produção cerealífera e do movimento portuário, Mértola inicia então um novo e longo ciclo de decadência.

2. A Mértola cristã dos séculos XIII a XVI conheceu, inevitavelmente, alterações significativas na sua estrutura urbana, retrato de uma nova ordem que é imposta com a *Reconquista*. Nova ordem materializada e simbolizada em duas intervenções que são também paradigmáticas das preocupações que guiavam os conquistadores santiagoistas: a sagração da mesquita almoada em igreja de Santa Maria e a construção de um castelo (Figs. 1 e 2).

Assim, novos amuralhamentos e uma torre de menagem, concluída em 1292, passam a destacar-se no conjunto edificado e a dominar a vila. Em toda a sua organização desenha-se o recorte característico de uma fortificação medieval cristã, de feição gótica. No seu recinto levantam-se as estruturas indispensáveis ao alojamento dos cavaleiros e ao corpo de tropas que os secundava, assim como uma capela dedicada ao apóstolo Santiago. Na torre de menagem,

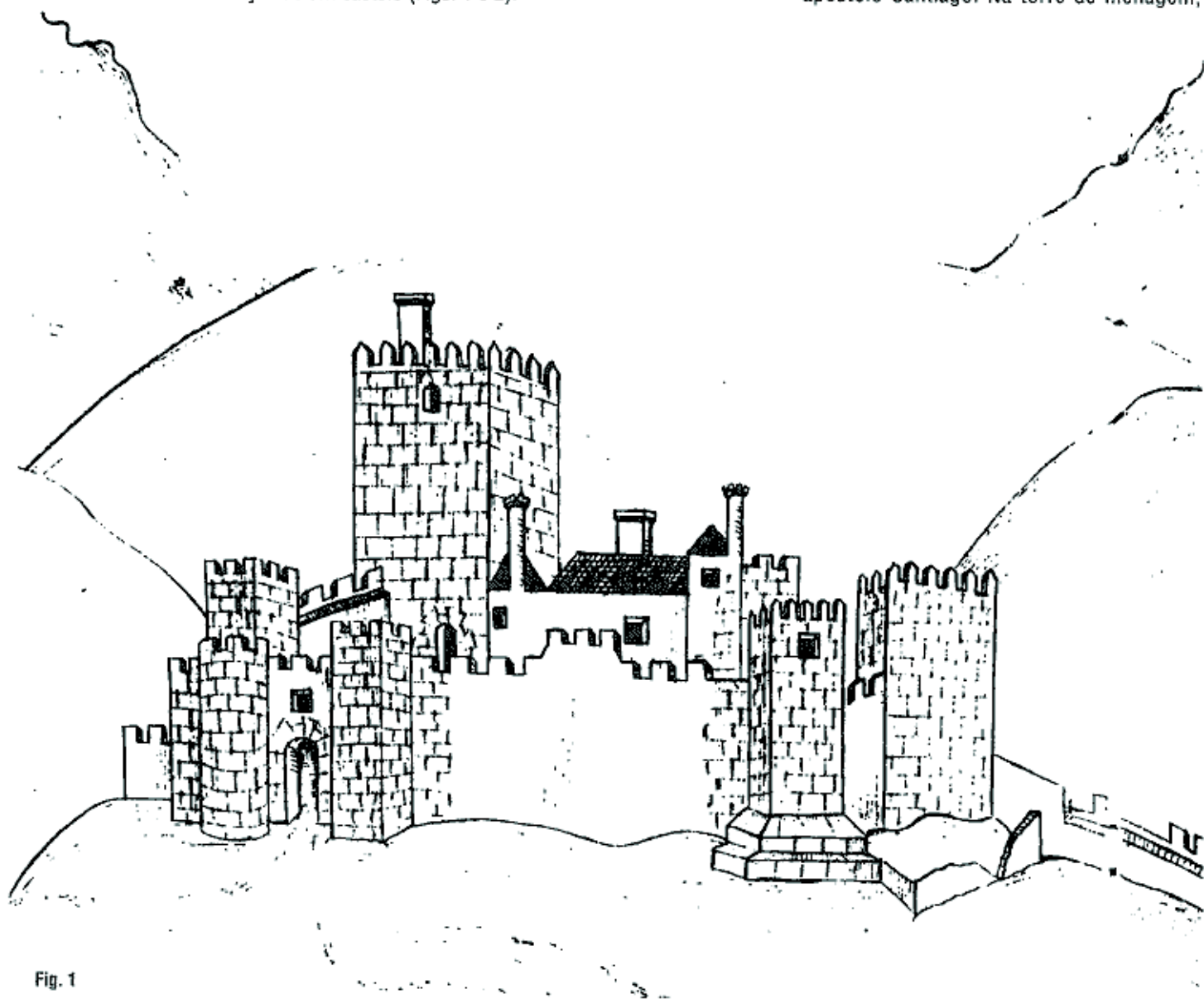


Fig. 1

representação imagética do poder senhorial instituído, instala-se o comendador. Numa das outras torres que é erguida, a postada sobre a ribeira de Oeiras, fica a funcionar a cadeia.

Em finais do século XV, a par de algumas obras introduzidas nas muralhas do já envelhecido castelo, ergue-se um edifício senhorial imponente – as casas da alcaidaria. Ajustadas à importância e dignidade do cargo de alcaide, era uma construção de dois pisos, com diversas dependências, evoluindo ao longo da muralha entre a torre de menagem e o torreão flanqueante (Figs. 1 e 3). A par deste edifício ergueram-se outras instalações: estábulos, aquartelamentos, cozinhas e casa de morada do alcaide pequeno, igualmente de dois pisos, organizada em torno do torreão voltado à vila.

Este conjunto, em finais do século XVI, encontrava-se em ruína absoluta, sinal inequívoco das implicações ditadas por uma conjuntura histórica desfavorável mas, também, de acordo com uma nova mentalidade que se instala entre as elites locais. De facto, a exemplo de outras vilas fortificadas da raia, verifica-se a mudança das alcaidarias para o coração da vida urbana, junto às praças mais nobres. É o que sucede em Mértola, instalando-se o alcaide-mor em duas moradas de casas situadas na praça da vila, propositadamente compradas para esse fim. Acompanha-o, nesse movimento descendente, a mudança da prisão, que passa a ocupar edifício próprio, na praça do município. Ao que tudo indica, é contemporânea destas modificações (finais do século XVI) a construção dos paços do concelho. Assentes numa plataforma sustentada por uma estrutura arquitectónica avantajada, de dupla arcaria, que se levanta adossada à muralha da vila, era um edifício oblongo, de fachada virada à praça e em local central da mesma (Fig. 4).

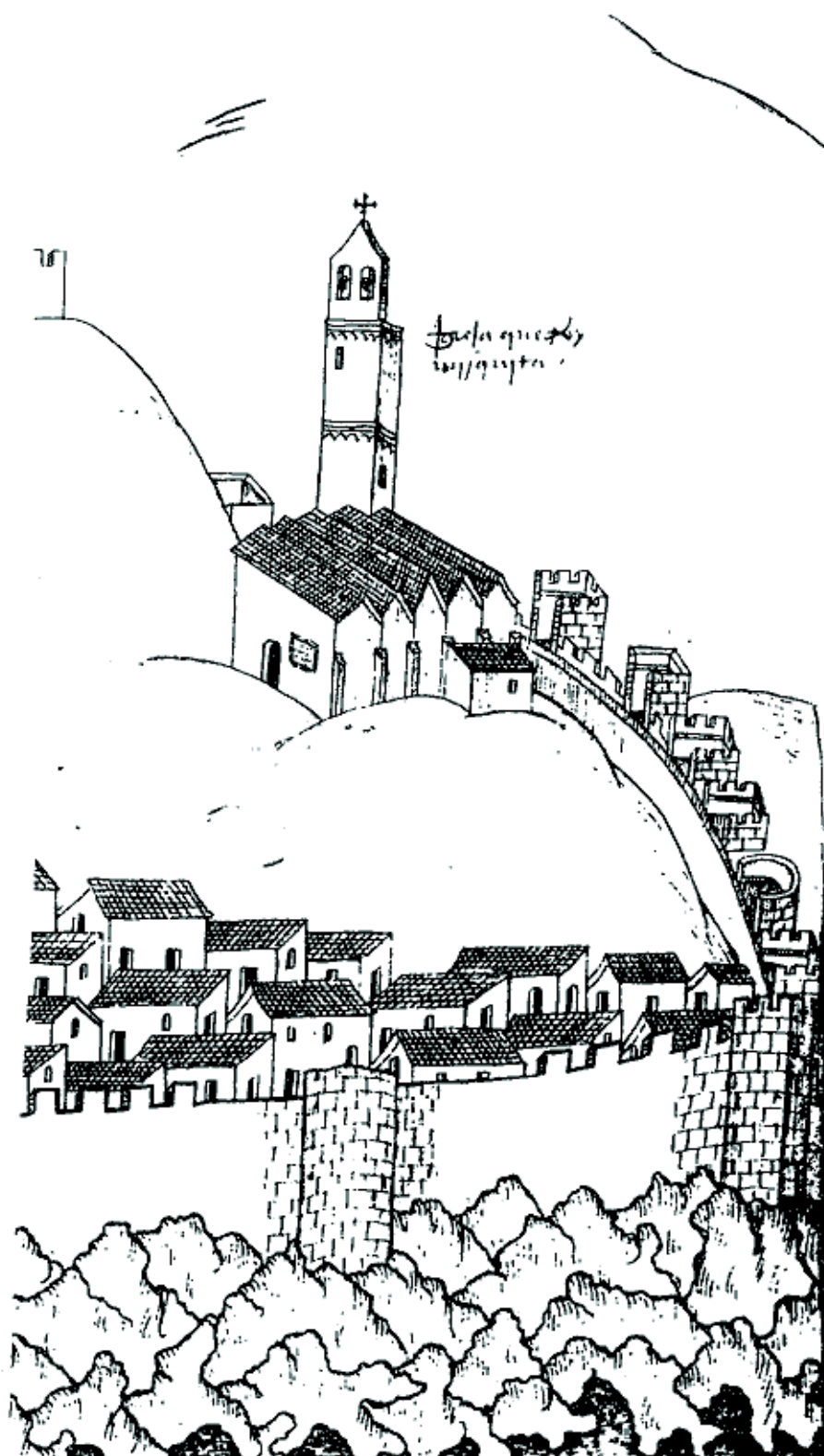


Fig. 2

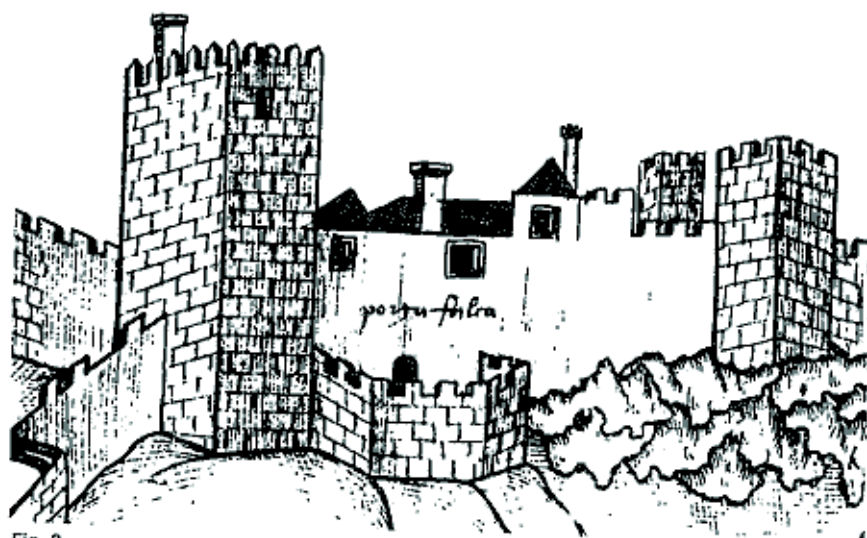


Fig. 3

A estrutura e o perímetro das imponentes muralhas que abraçavam o casco urbano não receberam obras de vulto após a *Reconquista*. A única intervenção de registo é ao nível das portas da vila, refeitas provavelmente em finais do século XIII, em particular a chamada *porta da ribeira*, sobre a qual se elevará um torreão, quadrangular, de grande porte (Fig. 5). Das cíclicas obras de conservação e restauro dá conta documentação diversa, nomeadamente as introduzidas na muralha voltada ao rio, que não modificaram, tal como nas restantes, a fisionomia e o traçado herdado da época almoadada.

Junto às muralhas castelejas, na zona da alcáçova, encontrava-se a área residencial almoadada, que é abandonada, transformando-se, a partir de inícios do século XIV e até ao século XV, em cemitério e posteriormente em ferregial. Na encosta poente do castelo organiza-se o curral do concelho (onde está localizado o actual cemitério), que permanecerá neste local até ao século XVI, transferindo-se de seguida para fora de portas, junto à zona do Rossio.

A mesquita, edifício emblemático e primeiro referente ideológico da civilização vencida, concentrou, obviamente, as atenções reformadoras dos recém chegados cavaleiros cristãos. Porém, a sua adaptação ao culto cristão, como no-lo revelam as fontes documentais e as análises arqueológica e arquitectónica, não obrigou, acto imediato, a mudanças estruturais (Fig. 2). É na organização do espaço religioso que a mão expiadora se fez sobretudo sentir, nomeadamente através do entaipamento de portas e do *mirhab*, e na mudança do altar-mor para a parede norte. É apenas na década de trinta do século XVI, particularmente entre os anos de 1530 e 1535, que a mesquita/igreja de Santa Maria recebe obras significativas, patrocinadas pelo então comendador e alcaide-mor de Mértola, D. João de Mascarenhas. Às suas expensas, manda abobadar o corpo da igreja, solução arquitectónica que conduziu ao seu alteamento e eliminação dos cinco telhados de duas águas. Na mesma campanha de obras, é

aberto um novo portal, ao gosto renascentista. Da primitiva construção apenas se conservará, até ao final do século XVI, o minarete – torre sineira, último referente da antiga mesquita almoadada.

O casario, como desde sempre, apertava-



Fig. 4



Fig. 5

-se sobretudo ao longo da rua que corria junto à muralha virada ao rio. Estabelecendo a ligação entre as duas portas da vila, era a artéria comercial por excelência – a *Rua Direita* – exercendo uma natural atracção sobre as gentes com *cabedais*. Duas outras, paralelas à primeira – a *Rua de Trás* e a *Rua do Espírito Santo* – rasgavam longitudinalmente o casco urbano, obedecendo o seu traçado ao declive acentuado da encosta. As casas, de um e dois pisos, evoluíram em ligeiro serpenteado ao longo das mesmas, adaptando-se à topografia do terreno (Fig. 5).

A área urbana junto à *porta da Ribeira*, assim designada por dar acesso à vida portuária, era a mais privilegiada, registando uma maior concentração de espaços com funções comerciais e residenciais. Era na parte sul da vila, de resto, como o retrata Duarte d'Armas em inícios do século XVI, que o conjunto urbano se adensava, em razão directa da força polarizadora exercida pelo porto e das múltiplas actividades associadas ao mesmo. Em contraste, junto à *porta de Beja*, a partir

da qual se estabelecia a ligação imediata ao arrabalde e se organizavam as vias terrestres de comércio regional, a concentração urbana era consideravelmente menor.

3. Em campanhas de obras lançadas em finais do século XIII, com provável prolongamento em inícios da centúria seguinte, são erguidos, junto às duas portas da vila, dois novos edifícios: a igreja do Espírito Santo e seu hospital anexo e a capela de Santiago. Com a igreja matriz, situada na alcáçova, compõem a tríade de espaços religiosos que a vila organiza em época tardo-medieval, neles se concentrando a devoção e as dádivas dos seus moradores. Porém, a posição que vieram a ocupar no tecido urbano (portas da vila) e a função social interpretada pela confraria do divino Espírito Santo, revelam que não foi exclusivamente em atenção à comunidade residente que foram construídos.

O hospital e a igreja do Espírito Santo situavam-se em posição fronteira à *porta de Beja*. Eram edifícios terminais de uma longa e sinuosa rua a que deram o nome, facto que espelha a importância que adquiriram no imaginário local. A confraria que os administrava, em cumprimento da sua vocação, garantia a prestação de serviços de assistência a desvalidos, doentes e desamparados da sorte, em particular aos que, por motivos diversos, acediam a estas paragens. Foi esta função e a facilidade de acesso que determinou a sua localização junto da porta da vila. À imagem, de resto, dos principais conjuntos urbanos medievais, que dispunham de edifícios destinados à assistência/guarda de viandantes junto das suas portas (albergarias, estalagens, hospitais, etc.). No caso de Mértola, é de admitir que tenham substituído, no local ou suas proximidades, uma antiga

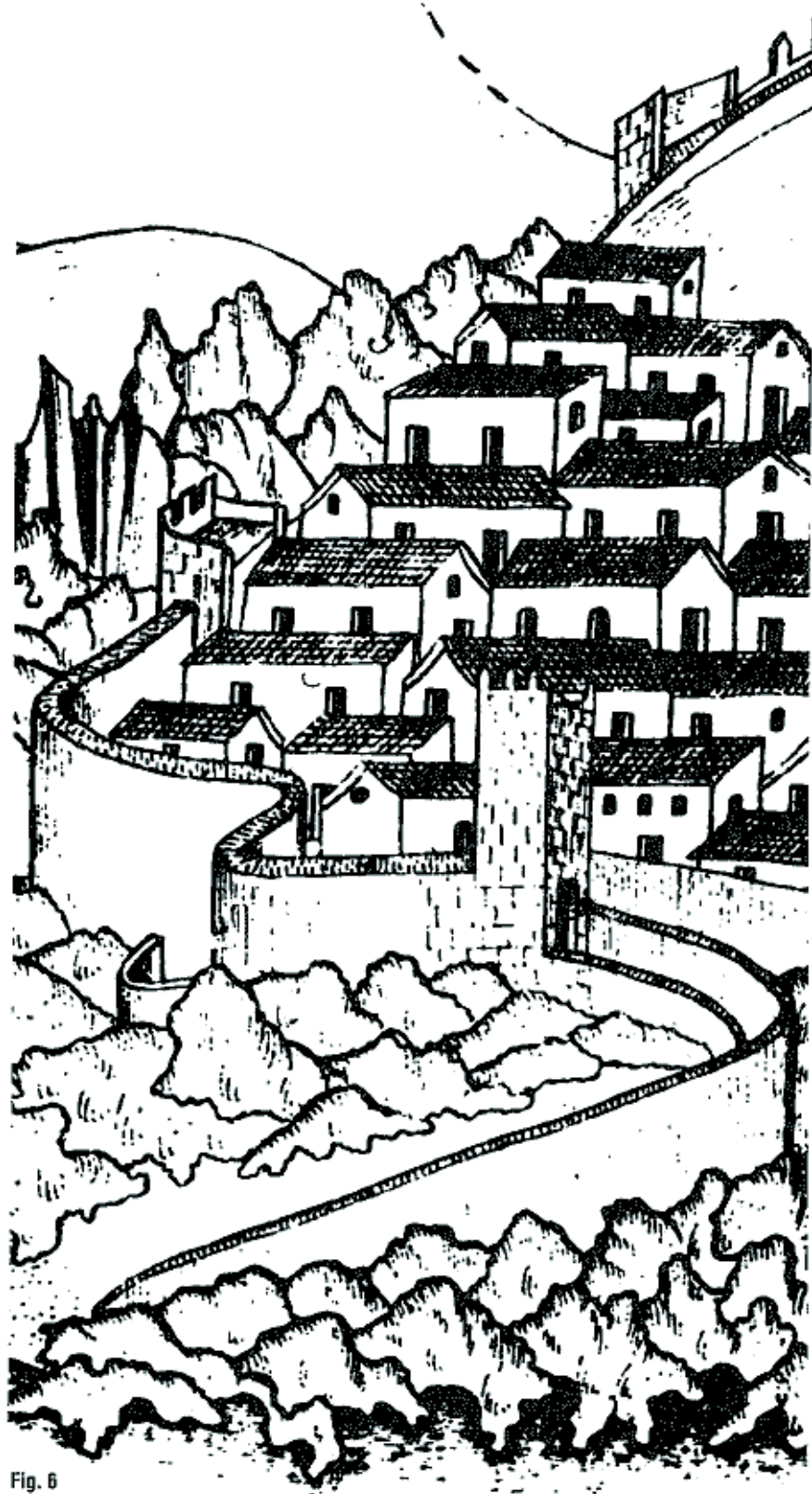


Fig. 6

albergaria de época islâmica, da qual não se conservaram registos históricos e se desconhecem vestígios arqueológicos.

A capela dedicada ao apóstolo Santiago, na outra extremidade da vila, erguia-se num recanto da plataforma do bastião que avançava sobre o rio e na qual se abria a segunda porta do burgo, a chamada *porta da ribeira*. Aquela estrutura fortificada, de dimensões imponentes, era o reforço indispensável do troço de muralhas que envolvia a parte baixa do casco urbano, a mais vulnerável e onde se organizou, desde sempre, o percurso de acesso à água e ao porto (Fig. 7).

É possível traçar uma descrição aproximada da evolução histórica deste espaço e da sua organização funcional, assim como das características formais dos edifícios que sucessivamente se ergueram, a partir de um conjunto razoável de documentos, entre os quais pontificam os processos visitacionais santiaguistas e o registo iconográfico de Duarte d'Armas, de inícios do século XVI.

4. A quem, vindo da zona ribeirinha, transpusesse o túnel em cotovelo da *porta da ribeira*, a silhueta da capela de Santiago impunha-se desde logo ao seu olhar, não tanto pela volumetria das suas formas mas pela posição elevada em que se encontrava face ao plano do empedrado da rampa que dava acesso à vila. O edifício era, de resto, de pequenas dimensões, limitado que estava ao espaço desenhado pela estrutura do bastião e à confrontação imediata com a rua pública. Dimensões limitadas, por outro lado, pela necessidade de manter livre a circulação ao longo do passadiço ameaçado que contornava a parede testeira da capela e que conduzia ao torreão que se levantava sobre a *porta da ribeira* e a defendia.

A capela, nestas condições, não podia deixar de ser uma construção modesta. De

uma só nave, não muito elevada, tinha as paredes em taipa e telhado de duas águas. A cobertura interior era feita em madeira, solução pobre que evidencia a reduzida capacidade dos seus instituidores em promover um programa construtivo mais arrojado. Duas portas, uma na fachada principal, virada à rua, e outra na parede voltada à rampa da *porta da ribeira*, facultavam a entrada ao interior, igualmente modesto. Dois óculos, circulares, rasgados na fachada e na cabeceira, filtravam a luz indispensável ao serviço litúrgico.

Em linhas gerais, era este o traço arquitectónico da capela em inícios do século XVI, que certamente se aproximava, com uma ou outra pequena modificação, ao edifício levantado em finais da centúria de Duzentos.

Registe-se, no entanto, que poucos anos volvidos sobre o retrato da vila de Mértola traçado por Duarte d'Armas, a capela de Santiago encontrava-se já em estado bastante arruinado. Nas palavras do visitador santiaguista que, em 1515, a inspeccionou, estava «*sem telhado nem madeira soamente com as paredes alevantadas E com huum altar sem ousya*». Perante este quadro, ficou determinado que, no espaço de dois anos, o comendador e o concelho consertassem o «*telhado E portas E ho mais que lhe for necessário*». Quanto aos ornamentos, a situação era igualmente pobre. Não existia «*callez nem Vestimenta nem outra cousa*»; quando se pretendia officiar missa «*traziam o gujsamento da jgreja*» (matriz) ¹.

Apesar da veemência com que foram determinadas e das penas pecuniárias que se encontravam prescritas caso as obras não fossem cumpridas no prazo estipulado, no ano de 1524, quando de novo se procede à visitação da comenda de Mértola, a capela não se encontrava completamente recuperada. Justificava este longo atraso, o facto do comendador não ter assumido a res-

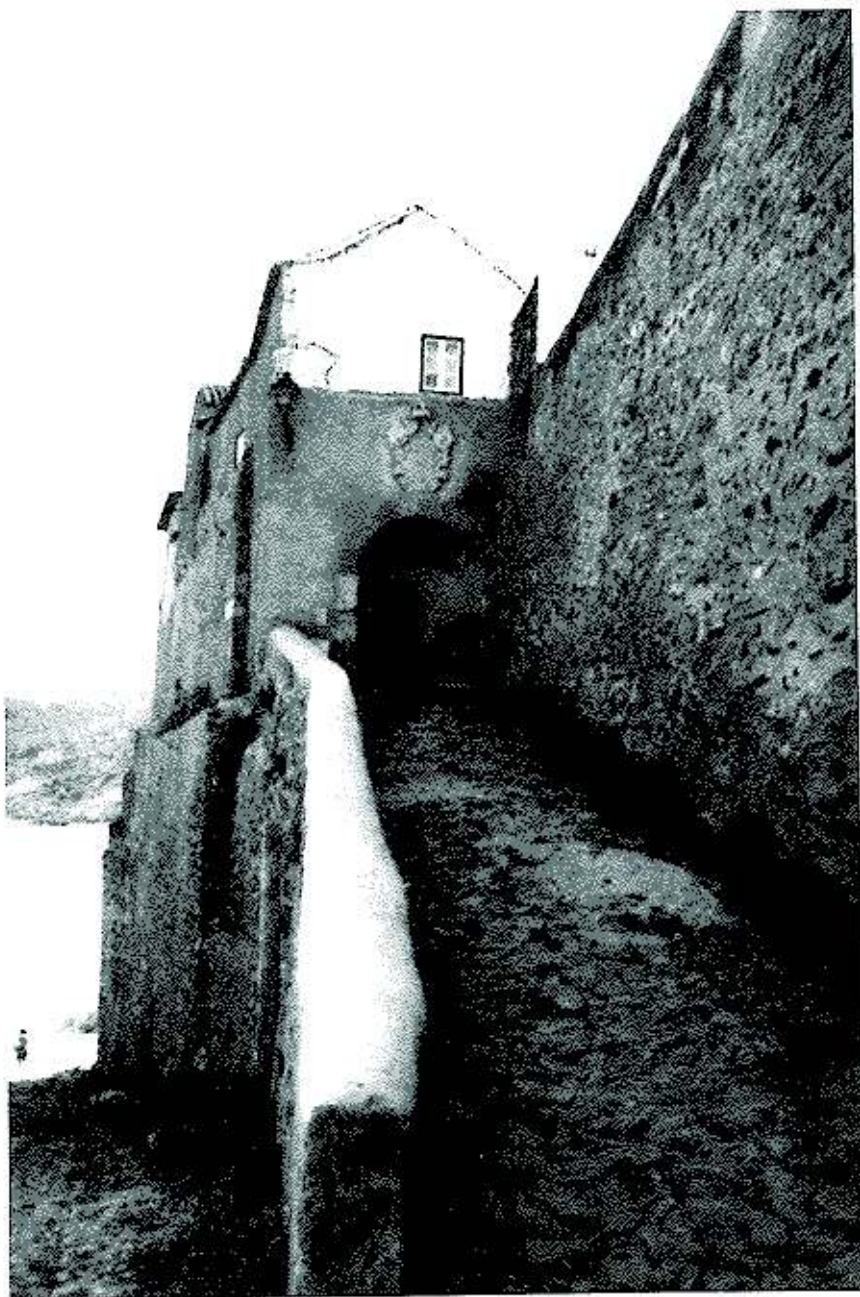


Fig. 7

pensabilidade que lhe cabia de repartir com o concelho os custos da recuperação da capela. Em conformidade, e atendendo a que a edilidade suportara, até então, a maior parte dos gastos, é dada ordem ao comendador para que cumprisse com o restante, isto é, mandasse acafelar (rebocar) a capela «*dentro em seis meses... sob pena de Vjnte cruzados pera o convento de palmella*» ². Esta ordem, contudo, não chegaria a ser acatada, apesar de repetidamente surgir nos diferentes alvarás, provimentos e visitas dos anos seguintes. Refira-se, a título

de exemplo, o alvará de 1526. Neste documento, depois de se relembrar que as obras de restauro haviam sido ordenadas em 1515, é assim apresentado o ponto da situação: «*ho povo corregeio E o comendador deu somente dous mill reaes pera ho corregimento... foy mandado ao comendador ha mandasse acafelar ha dicta hermyda...E esta não esta acafelada nem corregida*»³.

As razões invocadas pelo comendador eram a falta de dinheiro e a tradição, segundo o mesmo desde sempre praticada, de as obras da capela serem custeadas com esmolas do povo. Porém, em 1535, o argumento apresentado iria ser outro.

Na visitação daquele ano à vila de Mértola, o visitador procede a uma inspecção mais detalhada do edifício: «*Vesytamos A dicta Jrmjda de santiago A quall achamos madeyrada com madeyra de castanho E de duas agoas E telhada de telha Vaã E cyntada de call E tem hum portall de pedraria boom com suas portas de castanho com ferrolho E fechadura E no altar achamos hua imagem do apostallo santiago a caualllo ja bem Velha*». De seguida, refere que no interior da capela se encontrava guardada madeira «*de bordos E tavoado*», em grande quantidade, destinada aos retábulos e côro da igreja matriz, que se encontrava em obras. Esta a razão, como é justificado em nome do comendador, para que a capela não se encontrasse «*ja acafelada*». No entanto, encontra-se lavrado «*hum contrato em pubrico... com ho pedreiro que fez a igreja pera acafellar E apyncalar a dicta jrmjda E isto de inpreytada*». Por último, e esclarecedor quanto ao desenrolar da situação descrita, a afirmação registada e atribuída ao comendador de assim proceder «*per sua deVação E não por ser obrigado ao dicto corregimento*»⁴.

Ignora-se, já que não se conservou documentação que o demonstre, se as tão desejadas obras terão sido efectuadas. Se o foram, certo é que a capela, vinte anos decorridos, estava em completa ruína. As causas imediatas da mesma desconhecem-se, mas não é difícil de descortinar as razões profundas que a ditaram. Na visitação à vila de Mértola de 1554, o visitador não reserva mais do que três linhas do seu processo para se referir à capela de Santiago: «*esta igreia he mais antiga da villa. esta caida por terra não tem mais que as paredes o capitão he obrigado a fabrica. avia-se de mandar reparar e concertar*»⁵.

5. O mau estado em que a capela se encontrava e a dificuldade crónica em pro-mover a sua recuperação terão sido razões suficientes para a sua cedência à recém criada confraria da Misericórdia de Mértola, que mandou edificar um novo templo. Razões que também justificarão a facilidade e celeridade com que tudo se processou, assim como a aceitação por parte dos fiéis de substituir a antiga devoção a Santiago pela de Nossa Senhora da Misericórdia. O edifício, que naturalmente conheceu as mesmas limitações de espaço que o seu antecessor, foi erguido com relativa rapidez. Atesta-o, a inscrição lavrada no lintel da porta lateral, datada de 1558, que evoca certamente o ano de sagração da capela (Fig. 8). Sobre esta rápida evolução de acontecimentos é esclarecedora a notícia dada

no ano de 1565 pelo visitador santiagouista: «*Achamos pelas visitações antigas que nesta vylla Junto da porta que vay per a Ribeira avia hua Jrmyda da jmvocação de santiago na quall os moradores desta villa fizerão casa de mysericordia como ora estaa E a imagem que nesta Jrmyda avia de Santiago de vulto estaa ora na jgreja do Espirito Santo E fomos Jmformados que se fizera esta casa da mysericordia na dicta Jrmida com licença de Sua Alteza*»⁶.

A data de fundação da Santa Casa da Misericórdia de Mértola não é assinalada em nenhum documento, coevo ou posterior, mas não se andará longe da realidade se se afirmar que deverá ter ocorrido no decurso dos últimos anos da década de quarenta do século XVI. O que está fora de questão, seguramente, é a datação avançada por diferentes autores, o ano de 1628. Em que informações se basearam não deixa de ser uma incógnita, dado que são diversos os testemunhos que as desmentem. Aliás, esta situação é extensível a muitas outras Santas Casas, para as quais é corrente indicarem-se as respectivas datas de fundação sem se apresentar, como competia, os elementos, documentais e outros, que as legitimam. No caso vertente, a datação peca por excesso em quase um século, não sendo abusivo afirmar-se que não será exemplo isolado.

Como ficou acima entrevisto, a confraria da misericórdia de Mértola encontrava-se já instituída em meados do século XVI, regulando-se, como na altura todas as demais, pelo Compromisso da de Lisboa. O documento mais antigo que se lhe refere, datado de 1554, informa que possuía celeiro, caixa de esmolas na igreja matriz e que era conveniente que administrasse conjuntamente com a confraria do Espírito Santo o hospital a esta agregado, pois sendo ambas pobres «*asi se remediaria hua com a outra*»⁷. A docu-



Fig. 8

mentação que se conservou da época não permite avaliar se esta última pretensão, defendida pelo juiz e vereadores da câmara, chegou a consumir-se. No entanto, o protagonismo que as misericórdias passam a desempenhar em matéria de assistência pública e as recomendações régias para que, uma vez instituídas, anexassem os já então decadentes hospitais fundados em época medieval, faz supor que tal se tenha verificado. Num segundo momento, a misericórdia chamou a si a responsabilidade exclusiva de administrar o hospital da vila, já que, à imagem do que sucedeu em todo o reino com as confrarias medievais, a do

Espírito Santo entrou em rápida decadência, cessando a sua actividade em finais do século XVI.

Antes de se fixar no templo que é erguido sobre as ruínas da capela de Santiago, a confraria de misericórdia de Mértola não terá estado instalada em casa própria, tendo muito provavelmente funcionado no edifício da igreja matriz. Indicia e torna credível esta hipótese, o facto de, no citado documento de 1554, entre os diversos estabelecimentos religiosos visitados, não se referir nenhum como sendo de sua pertença, assim como a já referida colocação de caixas de esmolas no interior da matriz.

Se os primeiros anos da sua existência foram pautados pela pobreza de recursos, a autorização para entrar na posse das ruínas da capela de Santiago e a construção de um novo edifício, são sinais inequívocos da vitalidade e prestígio que rapidamente adquiriu junto dos moradores da vila e seu termo. A sua actividade caritativa e assistencial, no cumprimento das denominadas *catorze obras de misericórdia*, estimularam a atenção e o espírito de caridade locais, traduzidas em

esmolas, doações e legados diversos. Não deixou indiferente, por outro lado, o poder régio, concedendo-lhe Filipe I, em resposta ao requerimento apresentado nesse sentido pelo Provedor e demais Irmãos da confraria, autorização para «gozar E usar dos privilégios y liberdades concedidas a casa da misericórdia desta cidade de lizboa»⁸, facto que atesta a intensificação que registava a sua actividade.

A vida administrativa da misericórdia de Mértola não foi regulada, contudo, pela estabilidade. Acontecimentos graves verificados na década de trinta do século XVII mas cuja natureza remete para causas bem anteriores, iriam originar a sua reforma. Na sua base esteve a aplicação de um preceito introduzido pela Santa Casa de Lisboa, em 1598 (posteriormente enunciado no seu compromisso de 1618), e que as restantes misericórdias, com maior ou menor zelo adoptariam: o de se interditar o desempenho de funções e o estatuto de Irmão a todos os que não fossem «limpos de sangue judeu ou mouro», por raça ou casamento. Este preceito foi observado rigidamente pela Mesa da confraria de Mértola, eleita no ano de 1638, deixando transparecer os actos extremos então praticados a importância que localmente daria a comunidade de cristãos-novos. De facto, o processo assumiu contornos de autêntica cruzada, simbolizada na decisão de se mandar queimar todos os livros «das irmandades velhas». Tudo leva a crer, uma vez que o arquivo destas não chegou até nós, que o acto de expiação foi cumprido. Salvou-se, contudo, do fogo reformista, um livro de receita e despesa das antigas irmandades, embora se encontre truncado nas suas cento e dez folhas iniciais. O seu termo de encerramento é rubricado pelo provedor Gaspar Roiz de Moura, no dia 1 de Janeiro de 1579, indicando o ano em que se teria iniciado a sua utilização (habitualmente feito na mesma altura que o de abertura)⁹.

A reforma empreendida em 1638 não se efectivou sem declarada resistência dos visados. Ponto culminante da mesma, a petição dirigida a D. João IV, em Janeiro de 1642, feita em nome «dos moradores da vila», para que não fosse extensível à misericórdia de Mértola a aplicação de tal cláusula. Sustentam as suas razões, após denunciarem o «fingido zello» com que alguns moradores deram a conhecer e aplicaram o Compromisso da misericórdia de Lisboa, no facto de, contrariamente a esta cidade, onde a separação «se pode praticar pello numeroso povo dela», não ser isso possível nas vilas e lugares «pobres e de pouca gente», muito «em particular na dita villa de Mértola aonde se achão ambas estas coisas» e por a «maior parte da gente nobre e mais poderosa da terra «estar casada «com mulheres que tem a tal rasa ou eles parte dela».

Em reforço das suas pretensões, lembram a El-Rei que «em muitas vilas e povos deste Reyno se não praticou tal separação» e que andavam «geralmente com as armas na mão», defendendo as fronteiras do reino com «zello e lealdade e gastando nisso as suas fazendas»¹⁰.

Apesar do fervor e eloquência com que enunciaram as suas razões, a petição não obteve a receptividade desejada junto do rei D. João IV. Uma provisão-régia, datada de 21 de Junho de 1642, dirigida ao provedor da comarca de Beja e câmara da vila da Mértola, faz saber, para que dúvidas não mais se colocassem,

que não consentia que «na dita ermandade aja alteração nem inovação alguma com gente de nasão»¹¹. Ao que parece, porém, o evoluir dos tempos e o mecanismo subterrâneo das conveniências locais acabariam por determinar o contrário.

No inquérito paroquial de 1758, na pergunta relativa à misericórdia da vila, o pároco tece dolorosos comentários por não ter conseguido obter informações suficientes sobre a mesma, dado que lhe tinha sido negada a possibilidade de consultar o seu arquivo. Informa, por outro lado, em tom amargo, que a compunham «homens de nação», situação que lhe foi justificada (numa inversão total dos termos constantes na determinação régia de 1642) por el-Rei D. João IV o ter consentido:

«He notavel em serem nella Irmaons homens infectos com toda a qualidade de infecção, por requerimento que os Irmaons fizeram a Sua Magestade para os dispensar na pureza, que na forma de compromisso necessitavam ter os que houvessem de ser Irmaons, allegando a falta da gente limpa, e o serviço que elles fazião continuadamente na guerra com os castelhanos (...) E o que he mais que sendo Irmaons toda a qualidade de homens observão o mesmo destino destas para as funções (...) vendosse na procissão de Quinta Feira Santa levar a sagrada imagem do Santo Christo às vezes hum judeu, que succede ser o escrivão da Gaza, como eu tenho visto há menos de nove anos que vivo nesta villa e tenho procurado remedear, mas nam posso»¹².

Não se conservaram registos documentais nem subsistem elementos suficientes que permitam caracterizar arquitectonicamente a igreja quinhentista da misericórdia de Mértola. No entanto, pelo que a actual construção deixa perceber e atendendo aos condicionamentos de espaço já referidos, deve ter seguido de perto a organização e volumetria do edifício medieval, do qual, relembre-se,

apenas existiam, em 1554, as paredes. Que reaproveitamento foi feito das estruturas pré-existentes é uma incógnita. Não deixou de ser, porém, um novo programa construtivo, de que permanecem como elementos caracterizadores os dois portais, o axial e o lateral.

É no portal lateral que os propósitos de nobilitar o edifício se terão concentrado, nomeadamente através do bem desenhado registo epigráfico que percorre o seu lintel e, sobretudo, das escadarias que passaram a envolvê-lo e lhe facultavam o acesso ¹³. Terá sido no decurso das obras de sua construção que foram trazidas à luz do dia quatro estâtuas romanas, das quais apenas uma se conservaria em Mértola, achado de que dariam notícia duas eminentes figuras da literatura Quinhentista ¹⁴.

Quanto à organização do espaço interior da igreja e à sua dotação, não existem informações. Porém, os sinais de prosperidade que a confraria revela nos dois primeiros séculos da sua história não deixariam de se materializar, ao nível de altares, pinturas e alfaias religiosas.

No decurso do século XVIII o templo foi naturalmente objecto de trabalho de consolidação e restauro. Do seu ritmo e profundidade não ficou, contudo, memória. Mas será apenas em meados do século XVIII que se irão registar alterações significativas, modelando-se então os contornos do edifício que permaneceria até aos nossos dias.

A campanha de obras Setecentista traduziu-se, sobretudo, na abobadagem da nave, em pleno centro, na reorganização do altar-mor, projectado à altura daquela e igualmente coberto por uma pequena abóbada de meio ponto, e na construção de uma sacristia. O aparecimento deste novo corpo é, sem dúvida, a novidade maior em termos arquitectónicos. Imperativos de natureza militar tinham desde sempre obrigado, como ficou

anteriormente expresso, a deixar livre a circulação junto das muralhas do bastião que defendia a parte baixa da vila. Este compromisso entre duas ocupações funcionais, a religiosa e a militar, não fazia já naquela época sentido, vindo a sacristia a ocupar todo o terreno disponível até à muralha. Desta arrancam duas das suas paredes, a nascente e a sul, tendo a que se levantou a ponte prolongado a fachada do edifício, soluções que no seu todo transmitiram uma nova espacialidade e volumetria ao conjunto edificado.

6. A história contemporânea da igreja da misericórdia está intimamente ligada às transformações a que são sujeitas as instituições de assistência e beneficência a partir do liberalismo.

É um dado adquirido que as misericórdias, apesar da diversidade de situações que conheciam, começaram a manifestar sinais de crise, administrativa e económica, a partir de finais do século XVIII. Crise que a conjuntura histórica ajudou a aprofundar, não obstante a tentativa régia em minimizar os seus efeitos, nomeadamente através da doação de bens pertencentes à coroa, concretizada em 1806.

Esta decisão constituiu apenas um paliativo, não se invertendo o sentido à manifesta decadência das misericórdias e que em longa medida justificou as reformas lançadas pelos governos liberais. Se algumas se revelaram indispensáveis e estavam de acordo com a política liberal (criação de mecanismos e instrumentos de inspecção e fiscalização sobre os actos de gestão corrente e abolição de privilégios adquiridos), outras tiveram implicações profundas e resultados nefastos. Foi particularmente o caso do decreto que regulamentou a conversão de bens imóveis em papéis de crédito, publicado em 1866, que provocou a interrupção da actividade, temporária ou definitiva, de muitas das misericórdias, conduzindo outras a uma existência letárgica. De resto, ao assumir o Estado, de uma forma progressiva, os encargos e a organização dos serviços de assistência pública, limitou-se, em muito, o campo de acção das misericórdias, remetendo-se a sua prestação, quase exclusivamente, para a assistência hospitalar.

Igualmente com profundas repercussões no seu quotidiano foi a dessacralização a que foram submetidas, passando o seu funcionamento a ser regulado pelas mesmas leis que regiam os corpos administrativos (expressas, sobretudo, nos sucessivos códigos administrativos, liberais e republicanos).

A misericórdia de Mértola, à imagem das demais, viu cerceados os seus rendimentos e serem-lhe impostos limites à sua actividade. Este último aspecto é fundamental: uma vez limitada a sua intervenção, o prestígio social que detinha esvazia-se paulatinamente, assim como definham os mecanismos de solidariedade há muito instituídos (esmolas, doações e legados pios).

A já referida dessacralização teve implicações de outro tipo: o abandono, transformação ou ruína de muitos dos edifícios religiosos das misericórdias, que estavam à sua guarda, símbolos primeiros da sua existência e referentes imagéticos há muito presentes nos cascos urbanos.

Apesar da crise que atingiu a misericórdia de Mértola, já evidente em meados

do século XIX e que se prolongou pelas primeiras décadas do presente século, a sua igreja não sofreu as adaptações ou transformações a que muitas foram sujeitas. Uma tradição, embora recente, contribuiu para que permanecesse ligada às manifestações religiosas locais e não perdesse a dignidade devida aos edifícios de culto: é no seu interior que, por uma noite, na celebração da festa do Senhor dos Passos, fica depositada a imagem de Cristo. É quando as suas portas se abrem à devoção dos crentes, que a procissão tem o seu início.

Se a igreja não sofreu transformações estruturais, elas verificaram-se na sua envolvente. A plataforma/terreiro da *porta da ribeira* é reorganizada, conhecendo a partir de meados do século XIX novas funções, que projectam uma nova imagem urbana. O velho torreão medieval é sacrificado, surgindo em seu lugar uma habitação, que ficará adossada ao corpo da igreja. Desenha-se, a partir de então, o núcleo edificado que hoje se observa, sugerindo o sistema de telhados múltiplos que o cobre uma unidade que é apenas aparente.

A história recente deste conjunto cruza-se com os trabalhos de reabilitação urbana e de musealização da vila de Mértola, quadrantes dinâmicos de um amplo projecto cultural e científico desenvolvido pelo Campo Arqueológico de Mértola, em associação estreita com a autarquia.

Foi na igreja da misericórdia, após ter recebido obras de beneficiação profundas, que se instalou, em 1982, o primeiro núcleo do Museu de Mértola. Sem vocação temática específica, tem vindo a ser utilizado como espaço expositivo das mais notáveis peças cerâmicas e outros artefactos do período islâmico, a par com um importante acervo de imaginária religiosa e de alfaia litúrgica do concelho, que encontrou, na antiga sacristia, local de recolhimento e protecção, escapando assim aos lamentáveis saques de que foram vítimas, à época, algumas das igrejas do concelho.

Nas dependências da casa que lhe está adossada, uma vez perdidas as suas funções habitacionais, ficou instalado, primeiramente, um atelier de restauro de madeira policroma e, nos últimos anos, na sequência de acções de formação profissional entretanto promovidas, uma oficina de ourivesaria, ela também entendida como factor de dinamização e animação museológica.

A evolução recente do projecto Mértola-vila Museu, estimulado pela investigação científica multidisciplinar e pelos trabalhos de recuperação urbana na área do centro histórico, impôs uma nova utilização funcional para a igreja e seus anexos. Assim, encontrando-se já organizado um espaço alternativo para funcionamento da oficina de ourivesaria e estando em vias de se concretizar o projecto de instalação do museu consagrado ao período islâmico, a igreja da Misericórdia, a sacristia e casa anexa estão aptas a constituir-se, no seu todo, como uma nova e notável peça do conjunto já existente de núcleos museológicos temáticos. No seu interior, ficará exposto o espólio representativo da arte sacra concelhia, dos séculos XV a XVIII, nos domínios da imaginária, pintura, ourivesaria e paramentaria.

No estudo de adaptação deste conjunto edificado a espaço-museu, procurou-

-se, antes de tudo o mais, salvaguardar e preservar as suas características formais, pois trata-se de parte representativa do património construído da vila e da multiplicidade de linguagens arquitectónicas que a sua ocupação histórica conheceu. Por outro lado, o programa museológico a realizar procurou tirar partido da funcionalidade original dos diferentes espaços, das suas dimensões e configuração, sem que isso interfira com a desejada valorização do edifício, particularmente a igreja e sacristia. Embora exemplares de traça comum para a sua época, são os referentes primeiros da temática musealizada e elementos integrantes da atmosfera que se projecta recriar, seja através da reconstituição do altar-mor ou da manutenção da tradição da romaria do Senhor dos Passos, fazendo perpetuar a função do edifício como local devotivo. As dependências da casa anexa, por seu turno, servirão de antecâmara do museu, fornecendo-se ao visitante, um conjunto de informação globalizantes sobre a arte sacra concelhia e espólio exposto em suportes estáticos e multimédia.

Uma vez constituído, o museu de arte sacra inaugurará uma nova fase de ocupação funcional do terreiro sobre a *porta da ribeira*, simultaneamente ilustrativa do seu passado e do projecto presente de valorização histórica do património edificado de Mértola.

NOTAS

- 1 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 160, fl. 91 v.
- 2 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 161, fl. 83.
- 3 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 175, fl. 127 v.
- 4 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 51 - 263, fl. 6 - 6 v.
- 5 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 197, fl. 130 v.

- 6 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 51 - 230, fl. 8 v.
- 7 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 51 - 197, fl. 130 v.
- 8 A.N.T.T., Chancelaria de D. Filipe I, Liv. 4 de Privilégios, fol. 92 v.
- 9 Arquivo Histórico Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia, Livro de Receita e Despesa, - D. D. 1/01.
- 10 Arquivo Histórico Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia, Livro da Matrícula dos Irmãos - D. C. 1/01.
- 11 Arquivo Histórico Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia, Livro da Matrícula dos Irmãos, - D. C. 1/01.
- 12 A.N.T.T., Memórias Paroquiais/Dicionário Geográfico, Mértola, vol. 23, nº 129, fl. 806.
- 13 Estas escadarias foram entaipadas em finais dos anos 70, em obras de repavimentação do largo fronteiro à Misericórdia.
- 14 Fr. Amador de Arrais, *Diálogos*, Coimbra, 1589; André de Resende, *Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, 1593.

ALCARIA RUIVA: UN ASSENTAMENT RURAL A L'ALENTEJO*

MERCÈ ARGEMÍ RELAT* JAUME OLIVER BRUY** GLÒRIA SOLER CHIC***

RESUMEN:

En este trabajo se estudia el espacio rural próximo a la ciudad de Mértola, en la población de Alcaria Ruiva, entendiendo como espacio rural la articulación entre las zonas de residencia y los lugares dónde se producen los procesos de trabajo necesarios para la reproducción social, que representan la condición de inteligibilidad de todo el sistema social.

La arqueología extensiva y la prospección hidráulica nos permiten estudiar este asentamiento en dos épocas muy distintas, la andalusí y la feudal, y mostrar las transformaciones producidas en el paso de una a otra.

Para la época andalusí, la prospección hidráulica nos ha permitido identificar la única zona irrigable por una fuente, que será la huerta principal del pueblo. Este espacio hidráulico asociado a un asentamiento en el *Garb al-Andalus* sigue esencialmente el mismo esquema que presentan los espacios hidráulicos – más estudiados – del *Sharq al-Andalus*.

Lo único que la documentación escrita de época feudal permite ver con claridad sobre la Alcaria Ruiva es una sociedad feudalizada dónde la explotación de excedente en forma de renta determina la organización de los procesos de trabajo, después de haber destruido, con toda seguridad, la organización anterior.

* Agraïm profundament la calurosa acollida que ens han dispensat tots els membres del Campo Arqueológico de Mértola, especialment a Claudio Torres, Santiago Macías, Graça, Miguel i Manuel, i a Miguel i Guillermo de la «Associação de Defesa do Património de Mértola».

* Becaria D.G.U., ** Becario U.A.B., *** Licenciada U.A.B.

INTENCIONS:

La intenció d'aquest treball és analitzar la situació d'una petita comunitat rural situada dins l'àmbit d'influència d'una gran ciutat en època medieval.

Cal precisar que nosaltres entenem aquest estudi sols i únicament basat en l'anàlisi dels processos de treball pagesos, que és la que ens podrà informar, sense engany, de quina és la situació d'una comunitat rural en el marc de formacions econòmiques i socials diverses. Sobre això, no cal més que citar a Miquel Barceló: «... el conocimiento de los procesos de trabajo campesino son la condición de la inteligibilidad de todo el sistema social.»¹. Específicament, aquest estudi ens permetrà adonar-nos dels canvis que es produeixen en passar de la societat islàmica a la feudal.

Per l'aplicació d'aquest estudi durant la nostra estada al «Campo Arqueológico de Mértola», ens hem centrat en l'Alcaria Ruiva,

CONCELHO DE MÉRTOLA

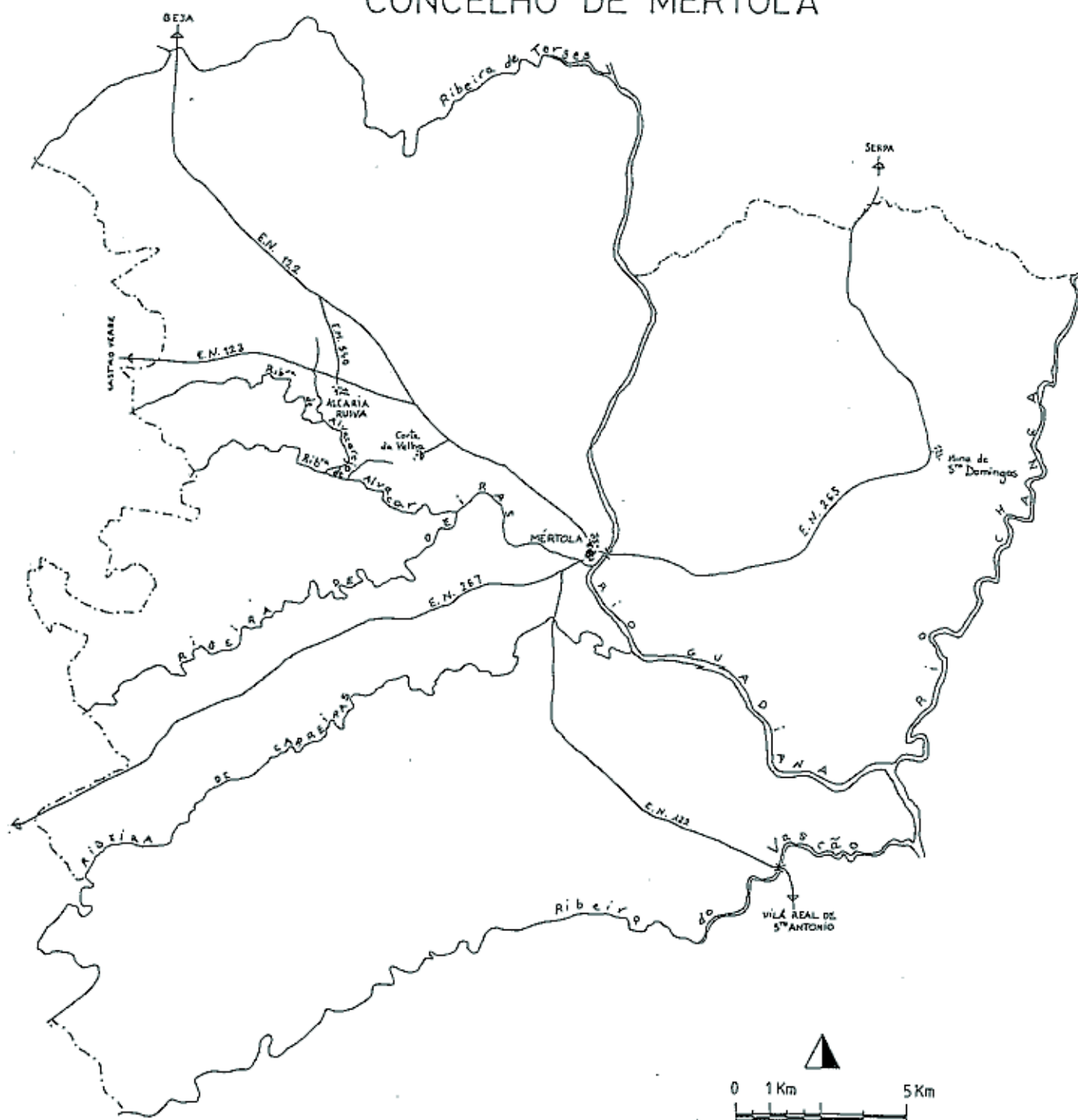


Fig. 1: Mapa general del «Concelho de Mértola»

poble de caràcter eminentment rural, que actualment té uns 140 habitants, i que està situat dins el terme d'una ciutat de llarga tradició històrica: Mértola, i en zona de provada ocupació islàmica i posteriorment cristiana, sota el domini de l'Orde de Santiago.

El treball que presentem està concebut i realitzat sota la metodologia del que anomenem «arqueologia extensiva»², metodologia que sucintament podem resumir en quatre punts: una lectura acurada de les monografies locals, una lectura acurada de les fonts – en aquest cas musulmanes i cristianes post-conquesta –, una anàlisi de la toponímia, i la prospecció arqueològica directa sobre el terreny – amb l'ajut de la cartografia i la fotografia aèria –.

ALCÀRIA RUIVA: IDENTIFICACIÓ D'UN ASSENTAMENT MUSULMÀ.

En aquest apartat estudiarem la toponímia que ens ha restat fins a l'actualitat, intentant veure el seu possible origen islàmic o no i el perquè de la seva localització.

La definició que fa Claudio Torres³ d'un poblat rural fortificat creiem que s'adiu perfectament al que anirem veient a través de l'anàlisi dels topònims.

Claudio Torres, enumera un seguit d'assentaments del terme de Mértola que considera de provada ocupació en època islàmica, els quals defineix concretament com a poblats fortificats, de petites dimensions, amb poca aigua, de caire agrícola, amb conreus de productes d'horta i blat i utilitzant la mineria per acabar de completar la seva economia bàsicament de subsistència. Entre aquests cita l'Alcària Ruiva.

La toponímia:

– *Alcària Ruiva.*

La primera paraula d'aquest topònim, *qariya* en la llengua àrab, és el mot que utilitzava la societat musulmana per definir un petit assentament o districte rural⁴. Per altra banda la documentació cristiana també anomena així els assentaments pagesos musulmans. En aquest sentit és interessant esmentar J.C Garcia quan ens parla de que la pervivència de topònims àrabs indicaria continuïtat de poblament, tal com hem pogut observar en aquest exemple.

La segona paraula d'aquest topònim, *Ruiva*, probablement deriva de l'adjectiu d'origen llatí *rubidus*, que significa roig o daurat. També es podria pensar en una possible arrel àrab d'aquest adjectiu, que podria estar formada per les consonants R i B, però els seus significats són sinònims d'alarma, terror,... per la qual cosa creiem que aquesta seria una afirmació massa arriscada.

Hem de tenir en compte que aquest adjectiu no és estrany en altres topònims,

com els que hem trobat a Mallorca, al terme de Felanitx: Alcària Rotja, en una zona de comprovada ocupació islàmica. Es repeteix també a uns 30 Km al nord de Beja, prop de la zona que estem estudiant, en un poble anomenat Vila Ruiva.

A l'est de l'Alcària es torna a repetir el topònim donant nom a la serra que s'aixeca a pocs metres de la població. Les referències documentals del 1747⁵ ens diuen que la Serra fou un important lloc d'explotació per part dels habitants de l'Alcària Ruiva, a la qual li deu el nom.

– *Alvacar i Alvacarejo.*

Trobem aquest topònim en dues rieres situades al sud de l'Alcària Ruiva [Fig. 2].

El mot *albacar* designa el recinte fortificat exterior d'un *hissn* musulmà, que tanca un espai teòricament no poblat i que serveix de defensa de la població, tot i que, en temps de pau sembla que és usualment utilitzat per guardar els ramats⁶. El topònim no ofereix motiu a dubte: alguna edificació musulmana fortificada ha d'haver donat el nom a les rieres.

Podem pensar que el turó a la falda del qual s'assenta l'Alcària Ruiva podria haver estat defensat per un albacar, degut al seu relleu sobre la plana que s'extén fins gairebé les rieres, al seu aspecte abrupte, i al fet que encara avui hi ha poques construccions i aquestes es destinen a guardar-hi el ramat. De tota manera, si va existir tal recinte en època musulmana, no n'hem trobat constància arqueològica.

Ens sembla més possible que el topònim sigui donat per l'albacar que tindria una construcció citada a les fonts⁷ com a castell construït en època musulmana i que ha d'estar emplaçada sobre la mateixa riera d'Alvacarejo. Però confirmar això seria motiu d'un altre treball.



Fig. 2: Mapa de la zona d'Alcaria Ruiva.

Carta Militar de Portugal. Serviço Cartográfico do Exército, nums. 549, 550 i 557, 558.

– Os Castellos.

Els habitants de l'Alcaria Ruiva ens van identificar Os Castellos com un topònim que dona lloc a unes ruïnes situades entre l'Alcaria Ruiva i la riera d'Alvacarejo.

La documentació escrita del 1747⁸ ens parla d'Os Castellos com una construcció musulmana. Ens diu concretament: «No alto de hum rochedo que cae sobre Alvacar apparecen os alcasses de huns grandes edificios que dizem forao obra des Mouros, e que lhes sirvio de Castello, apellido que ainda hoje conservao os moradores, e se denomina este sitio os Castellos».

En aquest cas no és un topònim musulmà el que ens dona la pista per identificar un assentament d'època islàmica, sinó que és una referència escrita del segle XVIII, de tradició oral, la que s'en fa ressó.

Seria aquest el castell musulmà que donaria el nom d'*albacar* a les rieres que més amunt esmentàvem.

– Mines.

Aquesta zona es caracteritza per l'existència d'una gran quantitat de mines, que trobem citades a les descripcions geogràfiques⁹, i de les quals ens han restat diversos topònims relacionats amb la seva explotació: Gangas – una ganga és el material inútil que acompanya el mineral. En aquest lloc es conserven unes mines de manganès –, Ferrarias, i Callado, Malhada o Malhao fan referència a la indústria metallúrgica.

És interessant de destacar el fet que els estudis realitzats fins al moment consideraven que l'explotació minera havia estat exclusivament romana, però últimament s'ha demostrat que hi va haver explotació minera en època islàmica lligada a l'existència de recintes fortificats que defensaven nuclis rurals musulmans¹⁰. L'Alcaria Ruiva en concret i el seu entorn poden ser considerats un d'aquests casos.

– Les referències escrites:

Pot semblar curiós que, a l'hora de buscar cites a l'Alcaria Ruiva en les fonts andalusines, no hi trobem cap referència concreta, però de seguida ens adonem que aquestes fonts es limiten a descriure zones de gran abast definides pels límits administratius d'època musulmana. Així doncs, les referències que en podem treure són simples extrapolacions del que les fonts diuen sobre el terme de Beja, que constituïa una *kura* dins el mapa administratiu d'al-Andalus. Les fonts consultades¹¹ ens parlen de l'origen romà – en forma de mite – de la ciutat de Beja, de manera que ja ens remetien a la provada ocupació del terreny en època romana, i ens defineixen la *kura de Beja* com un terme de riquesa agrícola – sobretot pel que fa als cultius de secà –, ramadera – parla del treball de curtir de

pells, també –, i en ruscs d'abelles que donaran abundant cera i mel. També sabem per les fonts que el terme de Beja, en aquesta època, està protegit per una sèrie de castells, alguns d'ells encara no identificats, d'entre els quals destaca el de Mértola, que és considerat per Yaqt¹² el *hishn* més inaccessible del Magrib i el millor defensat. Tot això ens defineix una zona perfectament delimitada i concebuda com a unitat administrativa concreta en l'organització andalusina, dins la qual hi trobaríem l'assentament d'Alcaria Ruiva.

Les fonts cristianes de què disposem sobre la zona no són immediates a la conquesta, sinó molt tardanes: es tracta de dues visitacions de l'Orde de Santiago a la seva *comenda* d'Alcaria Ruiva, que daten dels anys 1515 i 1535¹³. Pel que fa a les informacions d'aquests documents sobre l'assentament en època musulmana, hem de dir que són nul·les: cap menció no ens informa directament sobre l'Alcaria Ruiva musulmana. De tota manera, però, podem deduir-ne alguna cosa:

En primer lloc, el sol fet que l'Alcaria Ruiva sigui una *comenda* tot i essent un assentament reduït – les visitacions ens parlen de 70 i 100 veïns per tot el terme en els anys 1515 i 1535 respectivament –, ens fa suposar que devia representar un nucli prou important, almenys a nivell administratiu, ja amb la conquesta cristiana, cosa que pot significar una relativa importància anterior. A això cal afegir les mencions fetes a l'ermita del poble, que al 1515 ja és considerada tan antiga «que nom ha hij memoria de quem a fundou e edeficou de novo»¹⁴, i que a més, ja està mig derruïda. Això ens ha de fer pensar que la conquesta cristiana acostuma a ocupar primerament els punts de població ja existents en el moment de la conquesta i a imposar la seva presència a partir d'aquests punts,

molt sovint gràcies a la construcció d'esglésies – anomenades *esglésies de repoblació* pel *Sharq al-Andalus* ¹⁵ –. Aquest podria haver estat el cas de l'Alcaria Ruiva.

Pel que fa a les informacions sobre el treball camperol d'aquesta comunitat, en les visites trobem mencions indirectes als cultius de blat i civada, vinya, lli i oliveres. També ens informen de la gran importància dels ruscs d'abelles, que donen abundants cera i mel. Les mencions a farraginars – camps destinats a produir farratges – també ens mostren que la ramaderia devia d'ésser un recurs important per la població. Aquestes informacions coincideixen amb les que les fonts andalusines ens donen pel terme de la *kura* de Beja.

A les visites trobem esmentada una horta propietat de la comenda, situada al sud d'un farraginar que podem identificar al nord-est de l'antiga església, avui derruïda. L'emplaçament d'aquesta horta no pot haver variat – en tot cas només variaria el seu tamany –, ja que, com diuen les visites, confronta amb la línia perdurable del llit del riu, i perquè ha de ser regada per l'única font que fins fa poc existia en aquest sector de la població, fet que marcaria els límits de la zona possible de ser regada segons els pendents que pot seguir el curs de l'aigua. Tot això no es *contradeix* en absolut amb els resultats de la prospecció arqueològica realitzada [Fig. 3].

Finalment cal fer una breu referència a dues fonts molt posteriors. Es tracta de dos Diccionaris Geogràfics, un de l'any 1747 i l'altre del 1929 ¹⁶, en els quals trobem unes curioses referències: En ells se'n situa l'antiga església fora de la població a l'est, i a poca distància d'on hi havia un gran casal, la casa del comendador, que donava nom al lloc: «o serro de Paço». Aquest microtopònim encara es conserva en l'actualitat, tot i que les edificacions han desaparegut. Per la gent del poble, *paço* significa palau.

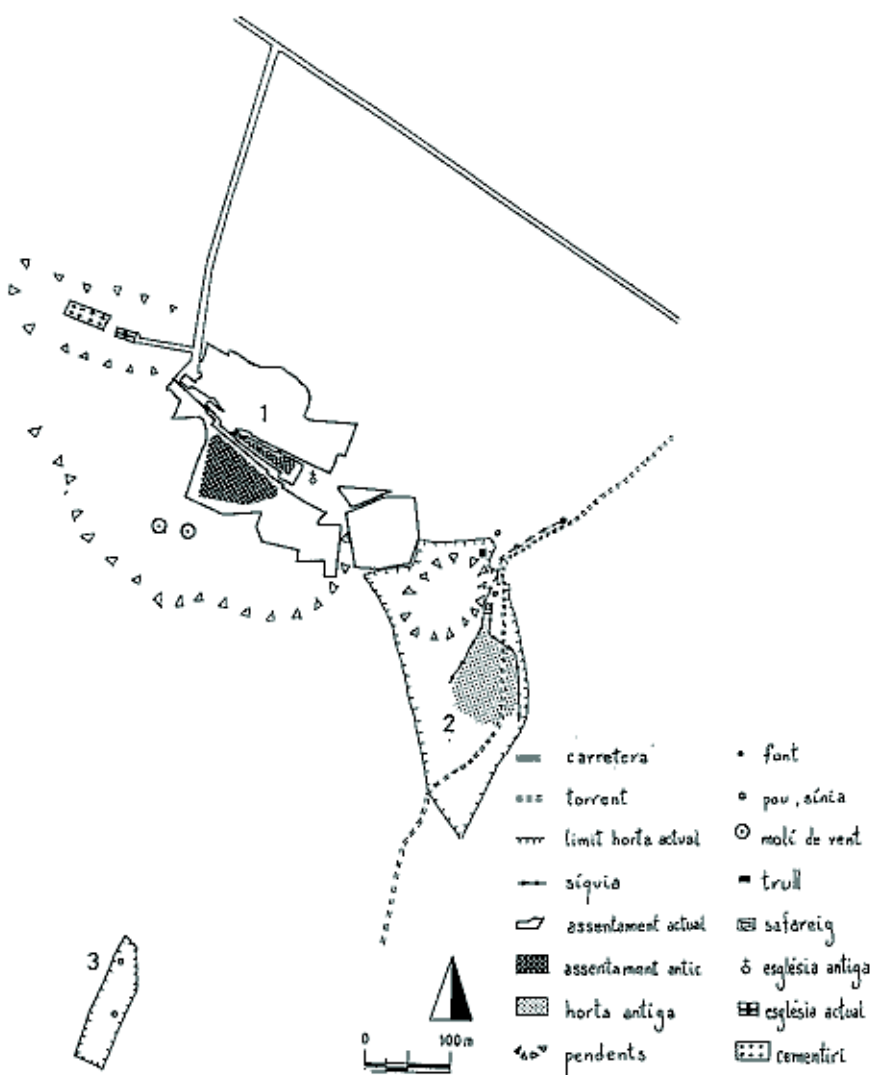


Fig. 3: Sistema hidràulic de l'Alqueria Ruiva.

1 - Alqueria Ruiva; 2 - Horta d'Alqueria Ruiva; 3 - Horta Conqueiros.<Sem>

Aquestes fonts també ens situen l'horta, regada per una font que té bona aigua durant tot l'any – fet no freqüent en una zona tan seca com aquesta, on no és gens estrany l'estiatge –. Ens diuen que aquesta font neix a 200 passos a l'est de l'antiga església, al peu de la serra, i l'horta estaria situada no massa lluny, seguint el pendent del terreny.

Una darrera informació interessant que ens ofereixen aquests diccionaris és la menció a diverses runes d'edificis dins el terme de l'Alcaria Ruiva que són atribuïts a la població musulmana. Es parla en concret del lloc anomenat «os Castellos» i que la població recordava, l'any 1747, com a castell dels moros. Seria interessant poder estudiar què queda d'aquestes runes i la seva veritable relació o no amb l'ocupació andalusina.

– Descripció de l'assentament:

La prospecció arqueològica realitzada a l'Alcaria Ruiva ens ha permès identificar i verificar les informacions extretes de la diversa documentació que hem analitzat i, ajudant-nos de la cartografia ¹⁷, ens ha possibilitat la reconstrucció de l'espai medieval que reproduïm a la Figura 3.

A l'hora de descriure l'assentament, cal primerament fer referència a la seva situació geogràfica. Com ja hem dit, l'Alcaria Ruiva està situada a aproximadament 17 Km. al nord-oest de Mèrtola, prop de la via que uneix aquesta ciutat amb la de Beja, i que és la principal via que travessa la regió ara i en època medieval [Fig. 1]. Així, l'Alcaria Ruiva queda ben relacionada amb les ciutats importants de l'època musulmana dins la *kura* de Beja, i protegida per una línia de torres de vigia situades sobre el curs de la Ribera de Alvacar [Fig. 2], com tantes d'altres trobem a tot l'Alentejo. A aquestes torres es refereixen les mencions documentals sobre runes i castells musulmans que, com diuen les fonts, «dizem forao obra dos Mouros» ¹⁸.

El poblament es concentra al peu de la Serra d'Alcaria Ruiva, entre la carretera que porta a Castro Verde i una petita elevació del terreny [Figs. 2 i 3], i cal pensar pel que veiem en les fonts i en la prospecció, que l'emplaçament de la zona de residència no ha variat en absolut, en tot cas només n'ha variat el tamany, des d'època medieval. Ens ho confirmen sobretot la conservació del microtopònim «o cerro do Paço», i les restes dels murs de l'antiga església que hem localitzat en aquest lloc. Aquestes restes de l'església van acompanyades de les nombroses restes òssies que surten immediatament al seu voltant, i que corresponen al cementiri. Aquest emplaçament de l'església, que les fonts ens situen fora de la població, a la banda de sol naixent, és encara als defores de la població: només una casa i uns safareigs s'hi han construït més a l'est. La població hauria crescut més cap al sector oest, al peu de la nova església que s'hi va construir sobre un turó.

L'horta d'Alcaria Ruiva, que actualment és propietat d'un alt càrrec militar que no viu al poble, està avui sense explotar. Tot i que fins fa uns anys encara s'hi feia un important cultiu d'arbres fruiters, actualment dins el seu perímetre només hi ha algunes oliveres, situades per sobre la sèquia que condueix l'aigua – i que marca la línia de rigidesa del sistema –, i alguns ceps d'emparrat arran de torrent.

El perímetre irrigable, però, es manté estable: l'aigua prové d'una font situada just al costat del llit del torrent tal i com és usual en fonts i pous, que són punts de sortida a l'exterior de l'aigua dels corrents freàtics que segueixen el curs dels torrents, degut a que són les línies de nivell més baix del terreny, tant en la superfície com en els estrats subterranis. Actualment la font està tapada per nodrir uns dipòsits d'emmagatzematge fets recentment per tal d'assegurar el consum d'aigua a la població, però sabem que es tracta d'una font de cabdal força abundant, fins i tot en èpoques d'estiatge. Aquesta font no pot ser altra que la que ens menciona la documentació.

Des de la font, l'aigua seria conduïda, aprofitant els pendents, fins un safareig que encara existeix ara, des d'on es regularia per a regar l'horta. La funció del safareig és la de concentrar l'aigua de la font per poder augmentar-ne el seu cabdal i així afavorir que pugui arribar més lluny conduïda per una sèquia, i que l'evaporació durant el regatge sigui menys important. En aquest cas trobem una sèquia prop del safareig que serviria, com és freqüent en zones de poca aigua, per augmentar el volum d'aigua per a regar. Aquesta sèquia, igual que un altre pou situat entre la font i el safareig, està també situada arran del curs del torrent [Fig. 3].

A partir del safareig l'aigua era conduïda per dues sèquies, que encara podem observar ara, i que marquen la línia de rigidesa del sistema: per sobre d'aquesta línia el pendent del terreny no permet la conducció de l'aigua per gravetat ¹⁹. Observem que una de les sèquies travessa el torrent per permetre regar l'altra vessant fins el seu llit [Fig. 3].

Aquesta ha de ser l'horta que ens apareix a la documentació, mencionada amb el seu «vallado velho» ²⁰, però no podem pensar que sigui l'única horta existent: la prospecció ens mostra com, en l'actualitat, hi ha en el poble i en els seus voltants petites hortes particulars, de caràcter familiar, que es caracteritzen pel seu reduït tamany, per estar situades just a l'entorn dels pous d'on treuen l'aigua, i per estar vallades per evitar l'entrada dels ramats [Fig. 4]. Serien aquestes les hortes de subsistència a que fa referència Claudio Torres ²¹. Potser hem d'entendre l'horta grossa descrita en els documents com l'horta comunal que seria explotada per tota la comunitat en el període musulmà. Aquesta horta, com a bé d'ús comunal, passarà a ser propietat de la comenda després de la conquesta cristiana.

Durant la prospecció es fa evident que una

important part dels recursos d'aquesta comunitat la constitueixen el cultiu dels cereals i les oliveres, però sobretot, la ramaderia. Els habitants del poble ens explicaren que anteriorment havien estat també d'importància el cultiu de la vinya i, com a activitat complementària i subsidiària, el treball en algunes mines de ferro i manganès properes – per exemple a Gangas –.

Al poble encara existeixen les restes d'un trull – del que només en queda la pedra de moldre –, dos molins de vent – dels que només en queden les parets – [Fig. 5], i tres forns que podrien ser utilitzats per coure tant pa com ceràmica o material de construcció [Fig. 6].

A partir de totes aquestes observacions, i mercès a l'estudi de les constàncies arqueològiques poc variables – com és l'emplaçament de la font i l'horta –, podem intentar establir unes dimensions aproximades de l'horta i la seva relació amb el volum de població. Aquesta relació ha de ser, teòricament, congruent: les dimensions de la zona de producció d'horta – que resulta una producció difícilment destinable a altres fins que no siguin l'auto-consum – i les seves possibilitats han de respondre a la quantitat de persones que se n'han d'alimentar. Aquest càlcul seria molt interessant d'efectuar en tots els assentaments que s'estudien, de manera que es poguessin aproximar els volums de població pagesa, que normalment resta invisible en la documentació.

Però ens trobem que a l'Alcaria Ruiva no hem identificat restes precises que ens puguin delimitar el perímetre ni de la zona d'habitació ni de l'horta musulmanes. L'única informació que ens permet aventurar aquest càlcul és la visitació del 1515²², que ens informa del nombre de veïns del límit i de les dimensions de l'horta en aquest any. Segons aquests documents, l'horta medeix 36 varas de llarg i

12 d'ample. El mateix document ens informa una mica més amunt que la vara que s'ha usat medeix 5 pams, de manera que podem aproximar que cada vara és equivalent a 1m. de longitud. Segons això, l'horta medeix aproximadament 372 m².

La documentació ens informa que al 1515 el terme de l'Alcaria Ruiva compta amb uns 70 veïns, però no sabem quants d'aquests viuen concretament dins el poble, de manera que la comparació amb l'àrea irrigada se'ns fa difícil. De tota manera, però, ens sembla que la zona d'horta és molt petita per la població que hauria d'alimentar (encara que només comptem amb uns 35 veïns per tot el poble), i més si comptem que la zona susceptible de ser irrigada pot ésser major que la que ens és assenyalada per al 1515 [Fig.3].

Tot això ens porta a pensar que, com ja hem dit, hi han altres hortes menors que servien els productes hortícoles a la població i que segurament l'Orde de Santiago, que s'ha quedat amb l'horta major, no l'aprofitaria en totes les seves possibilitats, ja que el producte d'horta no és fàcilment emmagatzemable.

L'ORGANITZACIO DE LA PRODUCCIO A ALCARIA RUIVA SEGONS LES VISITACIONS DE L'ORDE DE SANTIAGO DELS ANYS 1515 I 1535.

Una aproximació a la documentació generada per les visites a la *comenda* d'Alcaria Ruiva mostra una localitat on la renda feudal és el fonament de les relacions econòmiques i socials. El mateix caràcter de la documentació, destinada a la gestió del domini senyorial de l'Orde, reforça aquesta impressió, ja que és rica en informacions sobre les fonts de renda i els mecanismes d'extracció. Simul-



Fig. 4: Horta vallada amb pou a l'Alcaria Ruiva.



Fig. 5: Restes de dos molins de vent a l'Alcària Ruiva.

tàniament, organitzacions alternatives de la producció són silenciades, si no condemnades obertament.

D'acord amb el que s'ha dit, l'estructura de les visites és semblant. Després d'indagar sobre la conducta espiritual i terrenal dels oficials locals de l'Orde, els quals són responsabilitzats de la veracitat de la informació que venen a recollir, els visitadors inventarien el patrimoni moble i immoble de la *comenda*. Tot seguit es determina què cal reparar, comminant els oficials i feligresos a fer-ho en un plaç determinat. També s'inventarien les rendes, en detall i calculant el total en funció del nombre d'habitants. Finalment, els visitadors tracten de qüestions concretes i sentencien sobre conflictes locals.

La captació de part de l'excedent produït per la comunitat pagesa i ramadera, segons les visites, es feia durant la primera meitat del segle XVI expropiant força de treball, diner o producte acabat.

La documentació local mostra com les prestacions de treball, el signe més evident del domini senyorial ²³, eren relativament poc importants. Els habitants d'Alcària Ruiva eren obligats a mantenir i reparar les esglésies i llurs ornaments. Aquesta obligació es traduïa sovint en el pagament de les despeses de reparació.

La percepció de tributs en moneda era més important. De fet, el total de rendes de la *comenda* es calcula en numerari ²⁴. Documentem diversos pagaments d'aquesta mena: part de les pensions anuals del clergue l'any 1515 i del prior el 1535, alguns censos emfitèutics, els drets de sepultura i les diverses multes previstes pels transgressors de l'ordre. Ignorem en quina proporció exacta es pagaven aquestes càrregues en numerari o en el seu equivalent en producte, encara que la documentació deu ser prou precisa en aquest aspecte. En tot cas, sabem d'un administrador del numerari de la *comenda* l'any 1535.

Pensem, però, que la percepció de renda en forma de producte acabat és el mecanisme que influeix més en l'organització dels processos de treball. L'inventari de rendes del 1535 és molt clar en aquest sentit: la *comenda* tenia «o dizimo de pao e do vinho e do linho e do azeite e de todallas outras cousas, e as oblações e pee d'altar de dita ermida e da capela de sam pedro que he setuada no dito lemite, e a conheçença dos moinhos» ²⁵. També es recaptava, per exemple, el delme dels ruscs del terme, i sobre tot plegat el bisbe d'Evora tenia el redelme.

El que interessa ara destacar és l'interès dels visitadors per determinar el delme sobre conreus primordialment de secà, això és, sobre produccions fàcilment mesurables que es poden expropiar, emmagatzemar ²⁶ i, donat el cas, comercialitzar. L'únic conreu de regadiu enumerat és el lli, però, elaborat o no, és tan adaptat com els productes de secà a la demanda de renda feudal ²⁷.

Ultra els drets eclesiàstics genèrics com el delme, les primícies i les oblacions, altres prestacions confimen l'interès pel secà. El cereal (blat i civada) és el més habitual: censos emfitèutics, part de la manutenció del clergue i del prior, i la donació anual de blat dels confreres de Nosa Senhora. En aquest context, el lliurament de determinades quantitats de cera per a la il·luminació dels temples com el símbol del domini dels processos de treball pagès. El monopoli per l'Orde dels dos molins de vent d'Alcària Ruiva aprofundeix aquest domini, tractant-se d'instruments que augmenten la renda (cànons de cultura) i permeten controlar el volum de la producció gravada amb rendes proporcionals ²⁸. En general sembla que la difusió dels molins de vent s'hauria produït en època feudal, encara que la tècnica ja era coneguda en època islàmica ²⁹.

Sens dubte, les dures condicions de clima

i s'hi influeixen en l'elecció del secà. Però també hi ha possibilitats d'aprofitament hidràulic, si bé modestes, com ho demostra la mateixa documentació escrita i la prospecció arqueològica. El rebuig del regadiu com a opció preferencial no pot resultar de la lliure elecció de la comunitat pagesa. Com ja se sap, el regadiu va ser l'elecció de les comunitats del *Sharq* al-Andalus amb major autonomia per a organitzar llurs processos de treball ³⁰.

Documentem una horta l'any 1515, però pertany a la *comenda*, com un farraginar proper. L'identifiquem amb el perímetre irrigat que estudiem en un altre apartat d'aquest treball. Així, doncs, l'únic regadiu en mans dels pagesos devia ser, com avui, l'hort familiar adosat a la casa, petit, entorn d'un pou en perill constant d'assecam. En aquest sentit, el regadiu a Alcaria Ruiva durant la primera meitat del segle XVI reproduïx les característiques de la tradició hidràulica «occidental» oposada a l'«oriental»: sense organització col·lectiva, subordinat als conreus de secà que requereixen els esforços majors ³¹.

L'Orde de Santiago no va dissenyar el perímetre irrigat d'Alcaria Ruiva. Al contrari, se'l va trobar fet i se'n va apropiar. El poder feudal era incompatible amb una societat hidràulica on el reglament de distribució de l'aigua, pactat comunitàriament, devia ser l'única autoritat legítima i suficient ³². La despossessió camperola era tan necessària per forçar l'orientació dels processos de treball cap al secà com per, justament, destruir l'autonomia pagesa incompatible amb la captació de renda exercida per poders exteriors a la comunitat.

Els establiments emfiteutics són altres instruments de destrucció de l'autonomia de la comunitat pagesa. Aquests contractes entre dues parts desiguals afavoreixen la introducció individualitzada del poder feudal, desintegrant els mecanismes comunitaris que



Fig. 6: Antic forn en desús a l'Alcaria Ruiva.

abans permetien evitar l'acumulació de l'excedent en poques mans, pas previ a la consolidació de relacions de domini a nivell local. Els censos en cereal, per altra banda, forcen també a orientar els processos de treball cap a la seva producció excedentària. Finalment, en el context de l'emfiteusi documentem, l'any 1515, un «medidor» especialitzat en la distribució de la jurisdicció senyorial sobre l'espai pagès i el càlcul de les rendes proporcionals.

La poca informació sobre la ramaderia a Alcaria Ruiva no reflecteix la importància que devia tenir realment. Potser perquè no interessaven als visitadors uns ramats «que nao pagavam montado além do Guadiana» ³³. L'any 1535, pertanyien a la *comenda* «hum boy manso que se amansou este ano...duas arallas e hua ovelha e hum arall...dous bezerros machos que derao este ano a nosa senhora». Aquests animals eren a càrrec d'un majordom del mateix poble ³⁴. També hi ha notícia de bous de llaurar, porcs i altre bestiar sense determinar, potser també boví. Ch. Wickham ha demostrat que la formació dels grans dominis ramaders va ser una elecció («by choice») dels feudals que acabaria desplaçant la pastura de subsistència ³⁵. Les armes dels feudals van ser el control de l'espai (per a l'establiment de grans rutes de transhumància) i el domini del treball pagès a les terres conreables (pastures als camps de rostolls; agrupament de les parcel·les per a protegir-les dels ramats i, de passada, vigilar-les millor). L'assalt a les pastures comunals, sens dubte, també era necessari. Aquestes mesures, evidentment, també ataquen l'autonomia de la comunitat local, més si hi afegim l'expropiació de bestiar per satisfer la renda.

És possible que el bestiar de la *comenda* fos resultat del cobrament del delme sobre els ramats. En tot cas, tenim indicis de la formació d'una ramaderia comercial en l'esment dels rendiments dels bous i vaques de l'Orde i, sobretot, en

una queixa presentada pels habitants als visitadors l'any 1535. Segons ells, tres o quatre individus rics i poderosos del mateix poble envaien amb llurs ramats el vedat de la pastura comunal reservada als bous llauradors dels pagesos d'Alcaria Ruiva. Creiem que cal interpretar aquest conflicte en el context de la competència entre la pastura subsidiària de l'agricultura, de subsistència, i l'orientada a l'explotació comercial.

En aquest i altres conflictes, els visitadors van resoldre a favor de la comunitat. Pensem que aquests veredictes favorables s'inscriuen en el context més ampli de la resistència camperola. Resistència dirigida a augmentar el marge d'autonomia que restava a la comunitat per organitzar els processos de treball, malgrat que les seves decisions eren determinades per l'exigència de renda.

Documentem un cas clar de resistència al pagament del delme l'any 1515. El text és molt interessant: «que alguns lavradores esquecidos de suas comçiencias traziam por pratica de tirarem a semente que lamçavam a terra sem dela pagarem dizimo e pera jsto faziam tantos cachos que era o dobro e provendo sobre jsto segundo desposyçam de derecho porque noso senhor depois de podre na terra o faz naçer e emverdeçer e madurar damdo-lhe pera jso o soll e a chuyva e os arees que lhe sam necessarios»³⁶.

Com la fugida dels individus, també documentada l'any 1515, el sabotatge del delme s'ha d'incloure entre les «armes del dèbil» a disposició de les resistències pageses arreu del món³⁷. Altres indicis de resistència són els greuges presentats als visitadors sobre les exigències de teixit i diner des de Mertola, considerades il·legítimes.

En la presentació dels greuges, els habitants d'Alcaria Ruiva actuen col·lectivament. Els arguments de la comunitat són sempre en defensa del costum i contra noves impositcions considerades injustes. El pes ideològic del costum el confirma el protagonisme dels ancians a la vida quotidiana o representant la comunitat en els moments de crisi³⁸.

L'argument de la tradició també l'usen els visitadors, per exemple, quan destaquen l'antiguitat de prendre capellà i de mantenir-lo, o de pagar per ser enterrat. El costum també serveix, doncs, per legitimar la dominació. Cal no oblidar, a més, el paper de la religió catòlica com a productora de consens social, com es veu en el cas del delme: Déu, més que el treball pagès, fa fructificar els camps. El delme és el reconeixement de la gràcia divina. Negar-lo és negar Déu.

És clar, però, que si la ideologia no era suficient quedava el recurs de la violència. L'equilibri entre dominació i resistència, concessions, propaganda i força, va permetre mantenir les relacions feudals. Fins a quin límit les resistències no havien de convertir-se en lluites per aconseguir llurs objectius? Quin marge d'autonomia podien tenir comunitats com la d'Alcaria Ruiva? Segons aquesta documentació, fins que les resistències no afectessin greument la captació de renda i la seva legitimació ideològica, exemplificada en el delme. Més enllà només hi havia lloc per la lluita i la repressió³⁹.

Les resistències pageses no van acabar, evidentment, amb les relacions

feudals. La renda va ser capaç històricament de generar més riquesa de la que podia consumir la classe dirigent. L'excedent de riquesa acumulat era, per exemple, el que marxava pel port de Mèrtola. Però també devia quedar part d'excedent en mans dels pagesos, un cop descomptades la renda, la reserva o amortització i la previsió de consum. La presència de numerari i la circulació monetària són indicis de la presència de canals d'intercanvi regulars a un nivell més local. De quin abast? La documentació no informa gaire sobre això, però potser es pot extrapolar una informació tardana: el petit mercat de comestibles i altres coses que l'any 1747 acompanyava la romeria a Nosa Senhora de Araceli⁴⁰ deu ser el més característic d'un comerç local subsidiari de les relacions feudals dominants.

La pressió de la renda feudal va afavorir la producció d'excedents, l'estratificació social⁴¹ i, a la llarga, l'aparició de noves classes. Els mercaders acabarien enfrontant-se als senyors⁴². Però no podem oblidar la violència quotidiana exercida contra els pagesos que ho va fer tot possible. Pagesos obligats a produir més del que necessitaven per a subsistir però que, tanmateix, van acabar extremadament empobrits.

BIBLIOGRAFIA

ABD AL-KARIM, G. *La España musulmana en la obra de Yaquf (s. XII-XIII)*. Granada, 1974.

BARCELO, M. a «El diseño de espacios irrigados en al-Andalus. Un enunciado de principios generales». *I Coloquio de historia y medio físico. El agua en zonas áridas: arqueología e historia*. Almería, 1989.

b «Quina arqueologia per al-Andalus?». *I Coloquio hispano-italiano de arqueologia medieval*. (Granada, 1990. En premsa).

c «La arqueologia extensiva y el estudio de la creación del espacio rural». *Arqueologia medieval*

en las afueras del medievalismo. Barcelona, 1988.
d «¿Por qué los historiadores académicos prefieren hablar de islamización en vez de hablar de campesinos?». *Archeologia Medievale*, XIX, 1992.
e «Els molins de Mayúrqa». *Les Illes orientals d'al-Andalus*. Palma de Mallorca, 1987.

BAZZANA, A., CRESSIER, P., GUICHARD, P. *Les châteaux ruraux d'al-Andalus*. Madrid, 1988.

BORGES, A. «Sobre Mértola e o Guadiana». *Arqueologia Medieval*, 1. Porto, 1992.

CARDOSO, L., pvre. *Diccionario Geográfico ou Noticia Histórica*. Lisboa, 1747.

COSTA, A. *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Lisboa, 1929.

GARCIA, J.C. *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa, 1986.

GUICHARD, P. «El problema de la existencia de estructuras de tipo feudal en la sociedad de Al-Andalus (El ejemplo de la región valenciana)». *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo*. Barcelona, 1984.

AL-IDRISI. *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII*. Editat per J.A. MIZAL. Madrid, 1989.

MARTÍ, R. «Oriente y occidente en las tradiciones hidráulicas medievales». *I Coloquio de historia i medio físico. El agua en las zonas áridas: arqueología e historia*. Almería, 1989.

PALOU, J.M. «Notas sobre la arquitectura religiosa de la colonización catalana en Mallorca (s. XIII y XIV)». *Trabajos del Museo de Mallorca*. Palma de Mallorca, 1960.

PASTOR, R. *Resistencia y luchas campesinas*. Madrid, 1980.

REY, P. Ph. *Les alliances de classes*. París, 1973.

SCOTT, J. *The weapons of the weak*. Londres, 1985.

TORRES, C. «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica.» a *Arqueologia Medieval*, 1. Porto, 1992.

WICKHAM, Ch. «Pastoralism and underdevelopment in the early middle ages». *Settimane di Studio*, 31. Spolito, 1983.

«Visitacions de l'Orde de Santiago: 1515 i 1535». Transcripció feta pel Campo Arqueològic de Mértola, còpia mecanografiada.

NOTAS

1 M. Barceló. «¿Por qué los historiadores...», p. 65.

2 Per més referències sobre el tema, veure M. Barceló, «La arqueología extensiva...».

3 C. Torres, «Povoamento antigo...»

4 P. Guichard, «El problema de la existencia de estructuras...» pàg. 130.

5 L. Cardoso. *Diccionario Geográfico...*, pàg. 166-167.

6 Per més precissions sobre el tema, veure P. Guichard, «El problema de la existencia...», i A. Bazzana, P. Cressier et P. Guichard, *Les châteaux ruraux...*

7 L. Cardoso, pvre., *Diccionario Geográfico*

8 Idem.

9 A. Costa, *Diccionario Chorographico...*, pàg. 359.

10 C. Torres, «Povoamento antigo...» Pàg.195.

11 Al-Idrisi, *Los caminos de al-Andalus...* i G. Abd al-Karim, *La España musulmana...*

12 Citat a al-Idrisi, *Los caminos de al-Andalus...*, p. 81, nota 8.

13 Veure «Visitacions de l'Orde...: 1515 i 1535».

14 «Visitacions de l'Orde...», 1515, f. 28 r.

15 Veure J.M. Palou, «Notas sobre la arquitectura...».

16 L. Cardoso, pvre., *Diccionario geografico...*, pp. 166-169, i A. Costa, *Diccionario Chorographico...*, pp. 359-360.

17 No va ésser possible trobar les fotografies aèries de la zona, que també haguéssim utilitzat en el nostre treball de camp.

18 L. Cardoso, pvre., *Diccionario geografico* ..., p. 169.

19 Per més informació, remetem a l'article de M. Barceló «El diseño de espacios irrigados...».

20 «Visitacions de l'Orde...», 1515, f. 32 v.

21 C. Torres, «Povoamento antigo...», p. 195.

22 «Visitacions de l'Orde...», 1515, f. 31 v. i 32 v.

23 R. Pastor, *Resistencia y luchas...*, p. 230.

24 El 1515, les rendes pujaven a 45.000 reals. El 1535, a 110.000 reals.

25 «Visitacions de l'Orde...», 1515, f. 31 v.

26 Documentem una casa posseïda per la comenda l'any 1535 amb «hua cova de ter trigo dentro». «Visitacions de l'Orde...», 1535, f. 28 v.

27 El 1515, el *comçelho* de Mértola pretenia obligar els habitants d'Alcaria Ruiva a «servjr com presos e roupa e asy com outros encargos e servjmtias» (fl. 29 v.).

28 M. Barceló, «La arqueología extensiva...», p. 237.

29 M. Barceló, «Els molins de Mayúrqa», pp. 255-256.

30 No podem donar aquí tota la bibliografia existent sobre el tema. Serveixi com a indicador de l'estat de la qüestió M. Barceló, «Quina arqueologia...?»

31 R. Martí, «Oriente y Occidente en las tradiciones hidráulicas...».

32 M. Barceló, «El diseño de espacios irrigados...», p. xxxiii.

33 A. Borges, «Sobre Mertola...», p. 205.

34 Visitacions de l'Orde...», 1535, f. 26.

35 Ch. Wickham, «Pastoralism...», p. 143.

36 «Visitacions de l'Orde...», 1515, f. 30 v.

37 J. Scott, *Weapons of the weak*.

38 Documentem uns «homeens antigos ajuramentados aos samtos evangelhos» a les «Visitacions de l'Orde...», 1515, f. 28. El mateix any, una vella guardava a casa seva la clau de l'església, costum mal vist pels visitadors (f. 28 v.).

39 Un estudi exemplar d'aquestes qüestions a P.Ph. Rey, *Les alliances de classes*, sobretot pp. 171-219.

40 Luiz Cardoso, pvre, *Diccionario Geografico*, p. 168.

41 L'any 1535, dels 100 veïns d'Alcaria Ruiva, 10 eren cavallers («Visitacions de l'Orde...», 1535, f. 29). El 1515 no es feia aquesta distinció. De fet, en general, la societat local sembla més complexa a la segona visitació, si bé dues visitacions són poques per establir comparacions.

42 A. Borges, «Sobre Mértola...», pp. 206-207.

O CASTELO DE PADERNE (ALBUFEIRA): RESULTADOS DA PRIMEIRA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

HELENA CATARINO*



1. LOCALIZAÇÃO

O Castelo de Paderne, fortificação muçulmana construída de taipa, situa-se no distrito de Faro, concelho de Albufeira e freguesia de Paderne. Vem assinalado na C.M.P. 1:25000, folha 596, com as seguintes coordenadas aproximadas X: 194.1; Y: 21.3 (fig. 1). Dista cerca de 2,5Km para Sul da sede de freguesia e 12Km para Norte da sede de concelho.

Nas proximidades existem ainda alguns caminhos velhos e junto do castelo, sobre a ribeira de Quarteira, conservam-se os restos de uma ponte medieval que será, provavelmente, contemporânea da fortaleza muçulmana.

Também a pouca distância, e embora não se tenham efectuado prospecções sistemáticas, se identificaram os restos de um povoado, ainda com alinhamentos de muros de estruturas habitacionais e fragmentos de cerâmica islâmica à superfície. Trata-se do sítio do Castelinho (fig. 1.3), situado a nascente da actual povoação de Mem Moniz e que se estende até às margens da ribeira de Quarteira, sobre um vale fértil onde ainda se conservam algumas estruturas de antigos engenhos de rega.

Situado no Barrocal Algarvio, o castelo implanta-se no cimo de uma elevação de rocha calcária com 90.5 metros de altura, formando uma espécie de península rodeada pela ribeira. A Sudoeste e a Sul ficam os cabeços mais elevados como, por exemplo, o Cerro da Moita que atinge os 178 metros, o Malhão com 195 metros e a Umbria com 131 metros de altura. A Norte e Noroeste estendem-se os

terrenos mais férteis, com ribeiras sazonais, onde se situam as hortas.

Nesta região abundam também os mantos de águas subterrâneas e as fontes naturais, como a Fonte de Paderne, perto da qual ainda se conservam antigos engenhos e canais de rega.

As características do solo e o clima ameno, de tipo mediterrânico, favoreceram, desde sempre, a existência de matagais e charnecas onde crescem a piteira, a palma, o esparto, etc. A riqueza agrícola da região tem-se baseado, principalmente, na exploração de oliveiras, alfarrobeiras, figueiras e amendoeiras. Os terrenos prestam-se ainda à fruticultura e produção de cereais.

2. DESCRIÇÃO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O castelo, embora com algumas zonas a desmoronar-se, é ainda uma imponente fortificação de taipa, de planta trapezoidal, com cerca de 40 metros de lado (fig. 2). No

* Assistente na F.L.U.C. e investigadora da U.N.I.A.R.C.H.

interior, com a zona central praticamente na rocha, apenas se conservam as ruínas de uma capela medieval com orientação Norte/Sul, construída sobre estruturas muçulmanas. Esta capela situa-se perto da porta de entrada e junto da muralha virada a nascente.

As muralhas que ainda se conservam possuem uma espessura média de 1,80m a 1,84m e atingem cerca de 3 metros de altura na fachada Norte, onde se conservam ainda os vestígios de roços de telhados dos edifícios que lhe estavam adossados internamente.

A Norte, no exterior, situa-se, quase intacta, uma torre albarrã de planta quadrangular com 6,77m por 6,84m de lado. Esta torre está ligada à muralha por um passadiço superior deixando uma passagem com 2,15m de largura.

A porta, em cotovelo, é construída com reforço de pedra, está situada num recanto da muralha virada a nascente e mantém-se ligada à barbacã.

Segundo Bazzana (1980b: 339-340), entre os vários critérios morfológicos que caracterizam este tipo de fortalezas contam-se a edificação da taipa sobre uma plataforma de pedra argamassada; traços visíveis das cofragens com linhas de separação que atestam a utilização do côvado como medida de construção; uma ou várias cisternas; e pequenas aberturas com lintel de pedras planas ligadas à argamassa.

O castelo de Paderne é construído sobre uma sapata bem argamassada, sobre a qual assenta a taipa. No interior, ainda se conserva a abertura de uma cisterna rectangular, situada próximo da muralha Sul.

Na face externa das muralhas viradas para a ribeira existem várias aberturas travadas na parte superior por um lintel de pedra. Numa dessas aberturas, foi possível entrar até cerca de 2,30m estando a passagem obstruída a partir daí. Trata-se de aberturas rectangulares

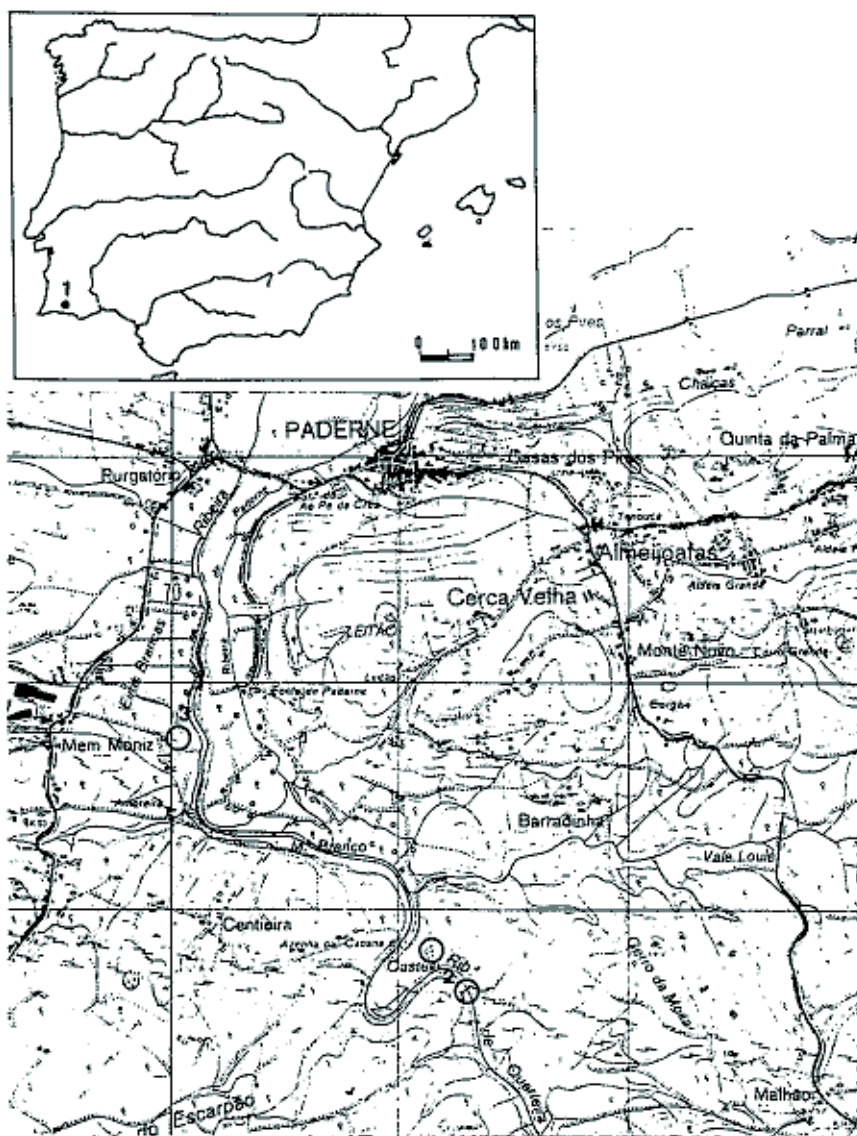


Fig. 1 - 1. O Castelo de Paderne na Península Ibérica. 2. Localização do castelo e da Ponte na C.M.P. 1: 25000. 3. Povoador do Castelinho, perto de Mem Moniz.

com uma cobertura com lages com cerca de 80cm de comprimento. Os orifícios estreitam em galeria para o interior do castelo até atingirem cerca de 30 a 40cm de largura média.

Segundo a técnica tradicional das construções de taipa, as medidas de cada cofragem baseiam-se no duplo côvado ma'muni apresentando cada taipal entre 84 e 86cm de altura. Na superfície exterior foram pintadas bandas brancas com 8cm a 10cm de largura, a imitar grandes silhares. Na separação de cada cofragem os buracos dos taipais têm normalmente entre 6cm a 8cm de diâmetro.

Nota-se uma certa diferença entre o tipo de estabilização das cofragens deste castelo se o compararmos, por exemplo, com o castelo de Salir (Loulé). Enquanto

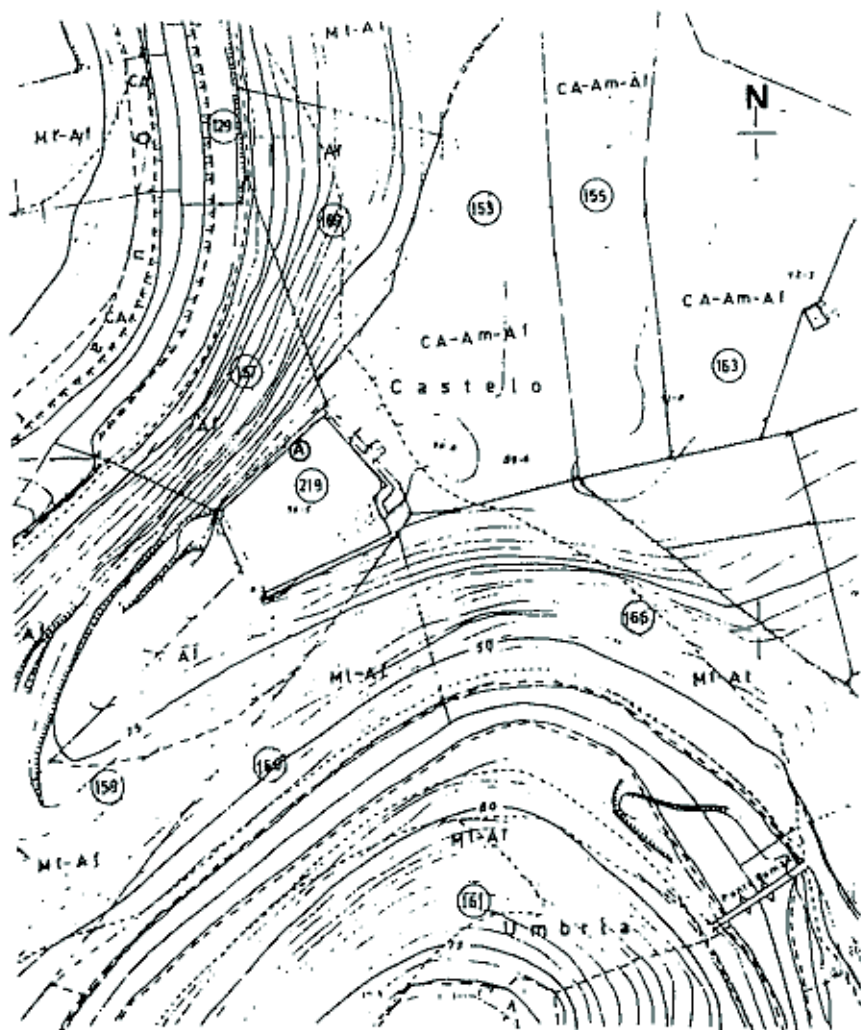


Fig. 2 – Implantação topográfica do Castelo de Paderne e da ponte à escala 1:2000. A. localização da sondagem arqueológica.

que em Salir se terão utilizado troncos de madeira colocados na vertical, tanto nas torres como na muralha (Catarino, 1992a: 13), na estabilização das cofragens de Paderne nota-se um sistema que também incluía cordas (Catarino, 1992b: 19).

Também na composição das argamassas se notam algumas diferenças entre estas duas fortificações muçulmanas. Em Salir, tal como acontece por exemplo em Alcácer do Sal, os inertes da taipa compõem-se de pedras, ossos, fragmentos de telhas, de cerâmica, etc.

Por outro lado, a granulometria de Paderne, à base de argila e cal hidráulica, caracteriza-se pelo areão grosso, pequenos seixos de ribeira e nódulos de calcário, com espessuras que oscilam entre os 2/5cm e os 10/12cm, dando a todo o conjunto o aspecto compacto do «opus». Assim, as muralhas apresentam uma coloração alaranjada, com pequenos nódulos de argila mais avermelhada e

junto da separação das cofragens apresenta uma coloração mais clara, com maior compactação de cal.

Actualmente, o castelo encontra-se totalmente abandonado e em acelerado processo de degradação. Até agora estava relativamente isolado. Mas, as recentes obras e a construção da via rápida que lhe fica próxima pode fazer perigar a sua conservação.

3. RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS

A sondagem arqueológica que efectuei nesta fortificação previa um trabalho de continuidade. Inscrevia-se num projecto de recuperação que me foi solicitado pelo então I.P.P.C. para o estudo, consolidação e restauro dos castelos de taipa de Salir e Paderne.

Neste projecto cabia-me a responsabilidade dos trabalhos arqueológicos. Os estudos da composição das argamassas e a consolidação das muralhas estavam a cargo de António de Freitas Tavares, então técnico do Museu Monográfico de Conimbriga.

Contudo, os trabalhos iniciados em 1987 não tiveram continuidade tendo, mesmo, sido «congelados» pelos próprios serviços que os tinham solicitado. Aguarda-se ainda o desbloqueamento do processo.

Os trabalhos iniciais incidiram em dois vectores: limpezas nas muralhas e na torre albarrã, com ensaios de impregnação, e sondagem estratigráfica.

As limpezas, a cargo de António de Freitas Tavares, revelaram no topo da torre albarrã a existência de um suculto com uma disposição que poderia ser próprio para o encaixe de um dispositivo bélico.

A sondagem arqueológica localizou-se junto do troço da muralha poente, numa zona onde se previam os primeiros trabalhos de consolidação e restauro. A escavação efec-

tuou-se segundo o método preconizado por Wheeler, com a adaptação de Alain Ferdière. Abriram-se três quadrados dispostos em L perpendicular à muralha (F20, G20 e G21), com 4x4m de lado e deixando banquettes com 1m de largura.

Após as limpezas de superfície, a primeira camada compunha-se de terras soltas. Embora se tratasse de uma camada com revolvimentos recentes, recolheram-se alguns minúsculos fragmentos de faianças seiscentistas, moedas da 2ª dinastia e cerâmicas do período almóada, designadamente as estampilhadas e vidradas a verde.

Embora a escavação tivesse sido interrompida, por falta de verbas, e não se tivesse atingido a totalidade das sequências estratigráficas em nenhum dos quadrados, identificaram-se seis camadas arqueológicas no quadrado F20 (fig. 3).

3.1. Leitura estratigráfica

Nível 1: Camada superficial de terras com entulhos pouco compactos, de cor castanha muito clara (M. 7.5YR 7/4 e 5YR 6/4). Apresenta uma espessura média de 40/50cm e 58cm no quadrado G21.

Nível 2: Camada de terras relativamente

compactas, com derrubes de taipa em desagregação e pedras. As terras apresentam uma coloração castanha acinzentada (M. 10YR 5/2) e manchas mais avermelhadas (M. 5YR 5/3) em zonas de buracos em galerias, feitos por pequenos roedores.

Nível 3: Camada bastante homogênea de derrubes de taipa e pedras, com algumas manchas de derrubes de telhados (3b) e a identificação de troços de estruturas habitacionais. As terras apresentam tonalidades castanhas alaranjadas (M. 5YR 7/4) e avermelhadas (M. 5YR 5/3).

Nível 4: Terras muito compactas de cor castanho rosado (M. 7.5YR 8/4). Corresponde aos solos de ocupação de onde se recolheram alguns fragmentos de cerâmica em conexão, embora sem possibilidade de reconstituição integral.

Nível 5: Esta camada, no quadrado F20, corresponde a uma grande área de fogueira que se estende de uma forma ovalada por grande parte do quadrado. As terras são soltas de cor castanha acinzentada (M. 5YR 4/2) e negra (M. 5YR 3/1).

Nível 6: Esta camada, identificada sob a estrutura da fogueira, não chegou a ser totalmente escavada. Contudo, identificaram-se os derrubes e topos de muros de uma fase de ocupação mais antiga, correspondendo provavelmente a estruturas habitacionais do período almóada.

3.2. Estruturas

São de vários tipos as estruturas identificadas nesta sondagem: troço interno da muralha virada a poente; muros de estruturas habitacionais e uma enorme fogueira.

No quadrado G21, junto do perfil Oeste, limitou-se a face da muralha construída em taipa arenosa e granulosa. Aos 135cm de profundidade apresentava um rebordo interno com cerca de 50cm de largura e com concavidades distando entre si cerca de 34cm. Estes sulcos, de secção semicircular, podem ter servido para o encaixe de barrotes de madeira.

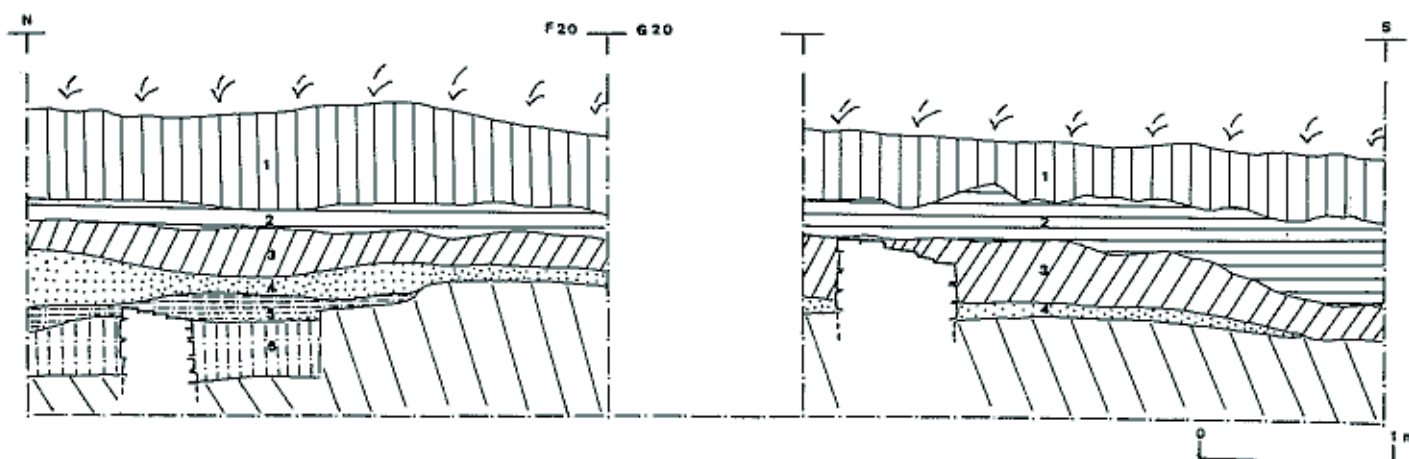


Fig. 3 – Leitura estratigráfica do perfil Este dos quadrados F20 e G20. As banquettes não foram escavadas e nenhum quadrado atingiu a rocha.

No mesmo quadrado, ainda relacionado com a muralha, surgiu aos 140cm de profundidade uma abertura com 40cm de diâmetro e uma profundidade que atingia os 190cm. Tratava-se da ligação a uma das galerias subterrâneas. A partir do exterior da muralha poente, uma abertura com cobertura em lintel, com 80cm de largura, estendia-se ao longo da muralha e prolongava-se para o interior do castelo até cerca de 70cm de comprimento, estando a passagem obstruída a partir daí.

Os muros pertencentes a estruturas habitacionais identificaram-se a partir do nível 2 e atingem a sua base no nível 4 (fig. 4). Trata-se de muros correspondentes a edifícios tardo-medievais, construídos provavelmente a partir da segunda metade do século XIII ou já nos inícios do século seguinte. Apresentam uma espessura média de 55cm e 60cm e são construídos de pedra.

Contudo, parecem notar-se algumas diferenças nestes muros. Os que terão pertencido às paredes externas apresentam uma feitura melhor cuidada, com pedras laterais bem afeiçoadas e núcleo preenchido com pedras mais pequenas, fragmentos de telhas e argamassa argilosa. Os das paredes internas, com 50 a 55cm de espessura, são mais irregulares, construídos com pedras mais pequenas e terra bem calcada.

Numa fase anterior à construção das estruturas habitacionais acima referidas, identificou-se no quadrado F20 (camada 5) uma enorme zona de cinzas e uma

estrutura de fogueira. Em torno desta fogueira, recolheram-se vários fragmentos de cerâmica, muitos ossos de pequenos animais e de um ovicaprídeo, vários bivalves de moluscos, uma bola de arremço de pedra, de funda, uma ponta de besta, uma foice e uma tesoura.

Dividido o quadrado F20 no sentido Este/Oeste, continuou a escavar-se o canto Norte. Na camada 6 começaram a identificar-se alguns derrubes com terra argilosa e os topos de estruturas habitacionais de uma fase de ocupação mais antiga.

Estes muros terão sido construídos em taipa sobre uma base de pedra argamassada com argila. Apresentam fiadas de pedras laterais e núcleo preenchido com poucas pedras, alguns fragmentos de telhas e argamassa de barro bem compactado. Trata-se de muros mais estreitos do que os anteriormente descritos, com espessuras entre os 40 e 42cm.

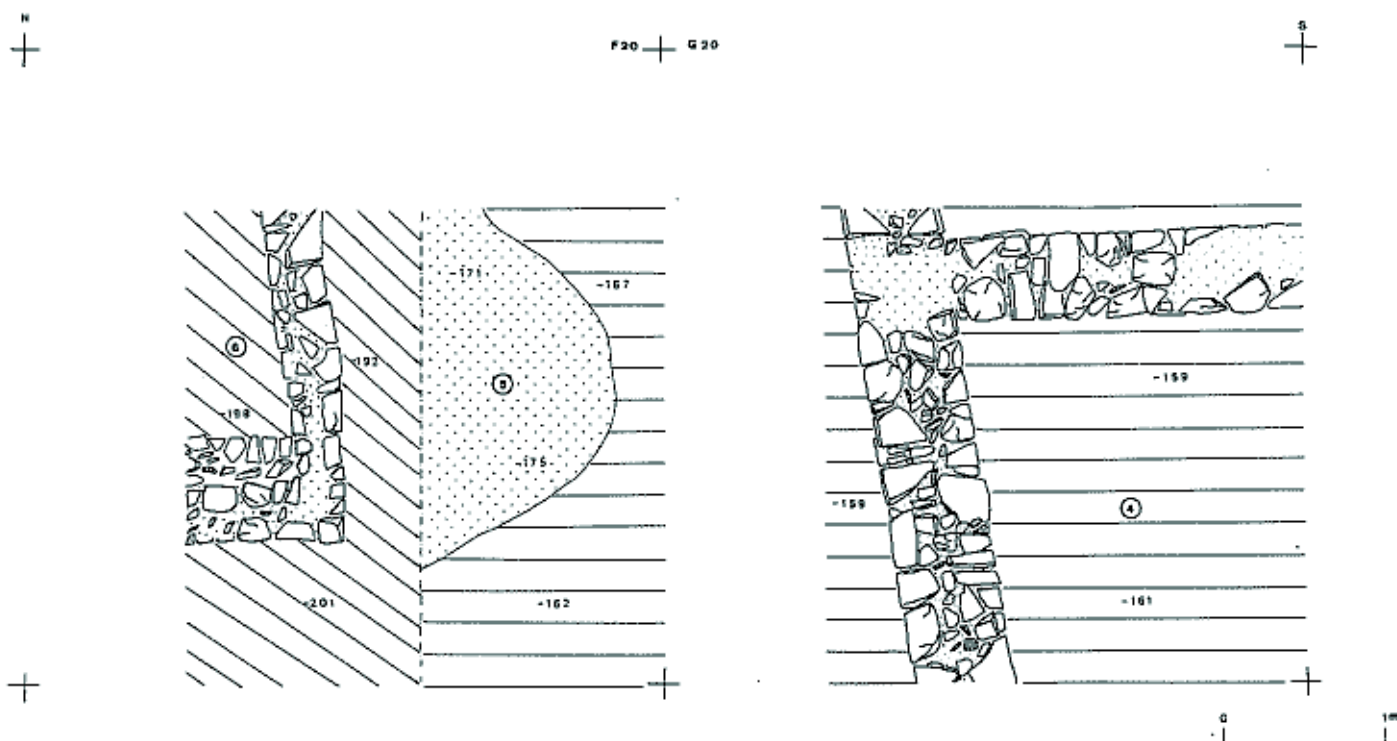


Fig. 4 Planta dos quadrados F20 e G20, com a sinalização das camadas 4, 5 e 6 e respectivas estruturas habitacionais.

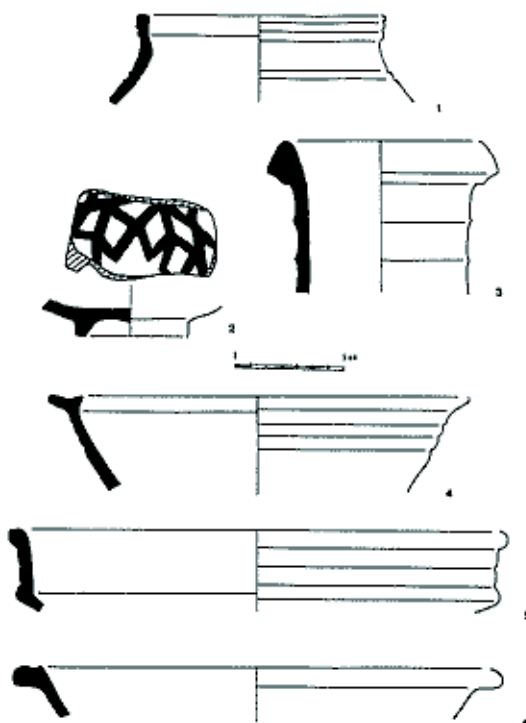


Fig. 5

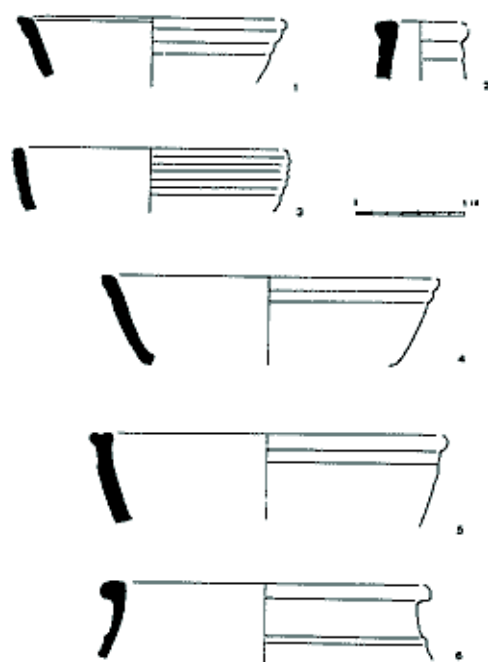


Fig. 6

Pelas suas características podem ter pertencido a estruturas habitacionais correspondentes à ocupação almóada do castelo.

4. O ESPÓLIO CERÂMICO

As cerâmicas que se recolheram nesta primeira sondagem foram marcadas por quadrado e camada estratigráfica e descritas segundo os métodos preconizados por Bazzana (1979 e 1980a). Encontravam-se, na maioria, muito fragmentadas dificultando, por vezes, a identificação segura de formas e tipos.

Alguns fragmentos, contudo, podem integrar-se nos recipientes de cozinha, designadamente alguns fragmentos de painéis com vestígios de queimado aderente às superfícies. Seguem-se vários fragmentos de cerâmica de mesa, como alguns fragmentos de tigelas ou malgas não vidradas e alguns fragmentos de peças vidradas e esmaltadas.

As cerâmicas foram, maioritariamente, fabricadas em fornos de cozedura oxidante. No entanto, algumas apresentam cozedura reductora e outras, em minoria, sofreram uma cozedura oxidante e arrefecimento reductor. Finalmente, são raras as que tiveram uma cozedura reductora com arrefecimento oxidante.

As pastas têm sempre uma textura homogênia, de boa qualidade, com componentes não plásticos de grãos finos e médios em que predominam os desengordurantes arenosos. Nas cerâmicas de cozedura oxidante as pastas têm tonalidades variáveis entre o rosado (M. 5YR 7/3), o alaranjado (M. 2.5YR 6/4) e o avermelhado (M. 2.5YR 5/6). Nas pastas de cozedura reductora as cores variam entre os tons de cinzento (M. 10YR 6/1 e 7.5YR 7/0) até ao negro (M. 2.5YR 4/0).

As superfícies, quase sempre alisadas, podem apresentar um engobe alaranjado (M. 2.5YR 6/6) nos cântaros, creme rosado (M. 10YR 6/3 e 7.5YR 7/4) nas tigelas ou malgas e uma aguada creme amarelada (M. 10YR 8/4) nos alguidares.

As cerâmicas vidradas e esmaltadas apresentam pastas de boa qualidade, com componentes não plásticos de grãos muito finos, praticamente invisíveis a olho nú, e com tonalidades creme esbranquiçado (M. 10YR 8/2), creme amarelado (M. 10YR 8/4) ou creme rosado (M. 5YR 7/3 e 7.5YR 7/4).

As superfícies podem apresentar vidrado nas duas faces ou só no interior, a castanho amarelado. A maioria dos fragmentos de taças apresenta esmaltado interno e engobe branco exterior ou esmaltado nas duas faces, principalmente nas taças decoradas.

4.1. As painéis, potes e lampas

O conjunto dos fragmentos de painéis recolhidos nas várias camadas integram-se em diferentes grupos conforme a morfologia dos tipos de perfis de bordos e colos.

O grupo I (fig. 9.4) caracteriza-se por ter um bordo boleado com inflexão externa. O colo apresenta um perfil curvo-côncavo em ligação contínua com o ombro. Neste tipo de panelas, as asas partem do bordo e terminam a meio do bojo. Os fundos são normalmente planos ou levemente abaulados.

O exemplar nº1 da fig.9, provavelmente um pote, apresenta uma evolução no tipo de bordo. Neste caso, a inflexão externa resulta num perfil oblíquo do bordo, em bisel externo.

O grupo II (fig. 9.2 e 9.3) inclui bordos direitos boleados, com moldura externa na parte mais alta do colo.

Estes dois grupos pertencem a fragmentos recolhidos principalmente nas camadas 3 e 4. Podem considerar-se formas muito comuns no Al-Andaluz praticamente durante todo o período muçulmano, prolongando-se o seu fabrico na Baixa Idade Média.

Aparecem com grande profusão, entre outros sítios, na alcáçova de Badajoz (Valdés Fernandes, 1985). Fora da Península Ibérica, também aparecem bordos semelhantes ao exemplar nº2 da fig. 9, em contextos datados a partir do século XIII, no castelo de Rougiers, pertencentes a grandes púcaras ou panelas de uma só asa, da categoria B3, tipo a2 de d'Archimbaud (1980a: 292-293).

O grupo III (fig.5.1) possui bordos boleados ou direitos e a particularidade de ter um colo em gola curta, de paredes curvo-convexas com caneluras externas. O colo está em ligação contínua com o ombro, o qual pode também apresentar uma ou várias caneluras.

Embora os exemplares deste tipo de perfil apareçam na camada 2, misturados com revolvimentos de várias épocas, parecem apontar para cronologias a partir do século XIV. Entre outros locais, este tipo de panelas tem paralelos no castelo de Teba (Málaga), com cronologias dos séculos XIV e XV (Vallejo Triano, 1985: 300).

Grosso modo, este tipo de colos em gola torna-se mais desenvolvido, podendo apresentar cronologias já dos séculos XV e XVI. Neste contexto, aparecem formas semelhantes entre as cerâmicas de Valladolid (Mercedes Urteaga, 1991: 268) ou entre as cerâmicas de Gandia (Valência) atribuíveis genericamente à Baixa Idade Média (Cardona Escrivá, 1985: 608, fig. 5.5).

O grupo IV (fig. 6.6 e 9.5) recolheu-se principalmente na camada 3. Trata-se de panelas com bordos espessados externamente, com lábio quase plano e perfil quadrangular. O colo é nitidamente evasé, marcado por incisões ou com ressalto em moldura na ligação com o ombro.

Este tipo de perfis também aparece com frequência na Península Ibérica a partir da Baixa Idade Média, tornando-se muito comuns a partir dos séculos XIV e XV. Fora da península, no castelo de Rougiers os tipos incluídos na categoria B2a de d'Archimbaud (1980a: 319, fig. 276.1) também têm lábios planos, que tendem a alargar para o exterior e colos evasé com três incisões no início do ombro. Naquele castelo, estas formas começam a predominar a partir do século XIV.

Na camada 4 recolheram-se alguns fragmentos que se podem integrar em

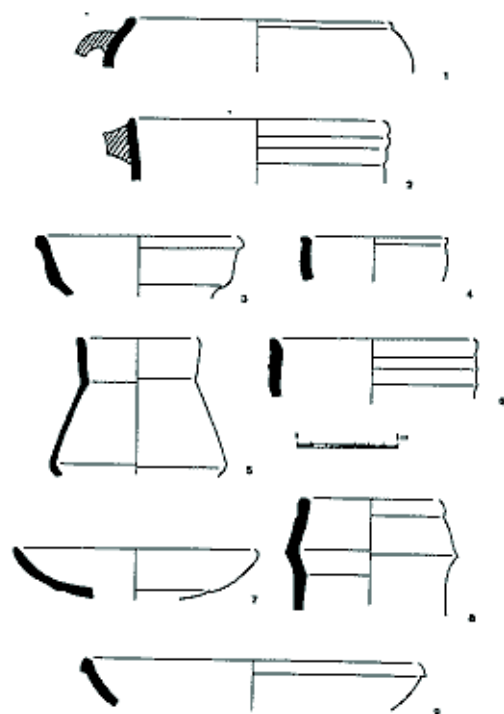


Fig. 7

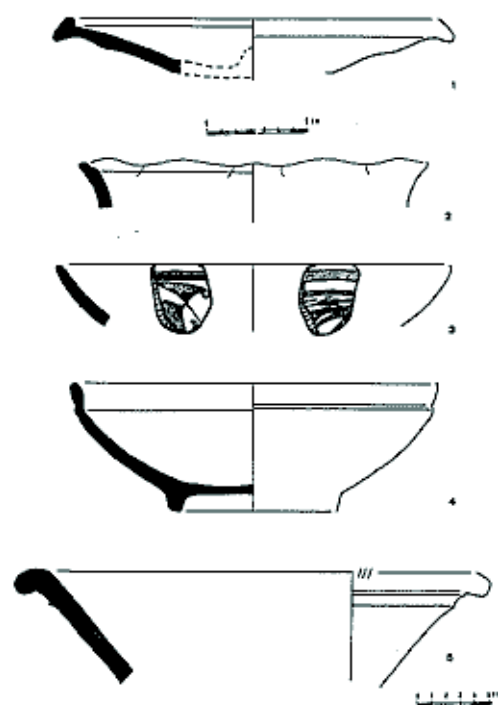


Fig. 8

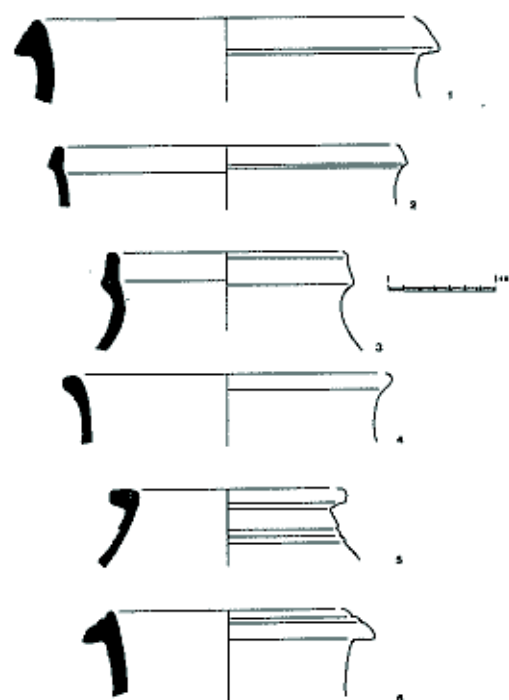


Fig. 9

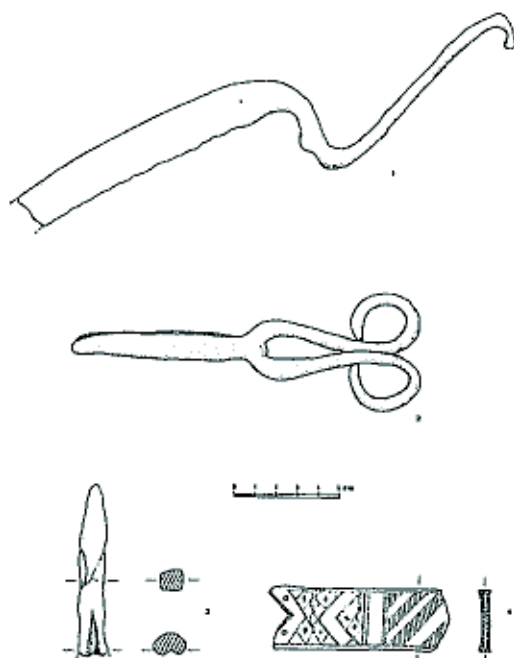


Fig. 10

formas pertencentes a pequenos potes ou púcaros. O exemplar da fig. 7.1 apresenta as superfícies vidradas de cor castanho amarelado e uma asa de secção circular a partir do ombro. O bordo é espessado e boleado, com ecentuada inflexão interna. O corpo seria globular. O exemplar da fig. 7.5 tem um bordo direito boleado e colo cilíndrico levemente inclinado. A ligação do colo com o ombro é bem vincada e o corpo tinha um perfil com tendência bitruncocônica.

As tampas (fig. 8.1) pertenciam a tipos bastante homogêneos e conservavam vestígios de queimado aderente, principalmente na zona do bordo. caracterizam-se por ter uma pequena base plana com pedúnculo de prensão central. O corpo tem paredes rectilíneas divergentes e o bordo é espessado e com inflexão em barbeta.

De um modo geral, todo este conjunto se pode filiar em formas muito comuns durante a Baixa Idade Média. Se alguns tipos podem ser reminiscências de formas tardo-muçulmanas, na maioria trata-se de peças com cronologias centradas nos séculos XIV e XV, mantendo-se algumas formas em produções do século XVI.

4.2. Os jarros e cântaros

Os pequenos jarros ou jarrinhos (fig. 7.2 e 7.6) caracterizam-se por ter bordos direitos boleados ou levemente biselados. Os colos, cilíndricos e altos, apresentam, quase sempre, caneluras irregulares. Nos fragmentos que ainda conservam vestígios de asa, esta parte abaixo do bordo e apresenta uma secção oval quase circular. Os fragmentos de fundos pertencentes a este tipo de peças são normalmente planos e pouco salientes ou em forma de disco pouco desenvolvido.

Os fragmentos de cântaros recolheram-se nas camadas 2 e 3. Pelas características morfológicas dos bordos podem integrar-se em dois grupos.

Ao grupo I (fig. 5.3 e 9.6) pertencem as peças com bordos desenvolvidos, de perfil triangular, com ou sem caneluras no lábio. Os colos são altos, de perfil cilíndrico, por vezes com ressaltos em moldura.

No grupo II incluem-se algumas variantes de cântaros (fig. 7.3 e 7.8). Os bordos podem ser direitos e boleados ou ligeiramente espessados para o exterior. Os colos podem ser cilíndricos, ou levemente inclinados, e apresentam um espessamento em carena ou uma moldura a meio.

É sempre difícil atribuir cronologias precisas para estes tipos de recipientes, cujas formas perduram no tempo.

Os jarrinhos com caneluras no colo e os cântaros com colo alto moldurado com caneluras, com nervuras ou com acusada moldura a meio, apresentam alguns paralelos com peças do período tardo-muçulmano. Por outro lado, peças semelhantes recolheram-se na Rua dos Oleiros em Valladolid, associados a cronologias dos séculos XIII e XIV (Moreda Blanco, 1985: 466-467). O exemplar da fig. 9.6, com lábio desenvolvido e caneluras, tem paralelos nos cântaros dos séculos XIV e XV de Barcelona (Bolòs, 1985: 694, fig. 3.25).

4.3. As malgas, tigelas e alguidares

Entre as cerâmicas não vidradas destaca-se um conjunto de recipientes de mesa e de uso diverso.

As grandes malgas/saladeiras (fig. 5.5) também podiam servir com sertãs ou frigideiras, neste caso apresentando sempre vestígios de queimado aderente às paredes. Caracterizam-se pelo perfil do corpo, com acentuada carena a meio,



Fig. 11 – 1. Castelo de Paderne visto de Noroeste. 2. Torre albarrã e passagem para a muralha, visto da barbaca.

fundo plano ou levemente abaulado e superfícies internas normalmente brunidas para melhor impermeabilização da peça.

Estes recipientes são muito comuns durante o período almorávide/almóada e aparecem frequentemente associadas a formas semelhantes, mas com superfícies vidradas e decoração estampilhada no interior, neste caso com fundos de pé anelar.

Contudo, o seu fabrico prolonga-se para além do século XIII, mantendo-se durante toda a Baixa Idade Média peninsular. Também aparecem em contextos dos séculos XIII e XIV fora da Península, por exemplo no Castelo de Rougiers, associadas aos períodos B2 e C1 (d'Archimbaud, 1980c: 452, VIII).

As pequenas malgas ou tigelas (fig. 7.9) apresentam um bordo boleado com leve inflexão externa e um corpo de paredes curvo-convexas. Neste caso, embora sem superfícies vidradas, estas peças aproximam-se dos perfis de malgas e pratos com vidrado melado e decoração a óxido de manganés ou com vidrado de cor acastanhada sem decoração, muito comuns no período islâmico.

Talvez associados a este tipo de peças, recolheram-se vários fragmentos de fundos de pé anelar, de perfil quadrangular, também sem superfícies vidradas.

As tigelas ou caçoilas podem dividir-se em dois grupos:

O grupo I (fig. 6.1, 6.3 e 6.4) caracteriza-se por ter bordos boleados, direitos, em bisel, ou com leve inflexão externa. O corpo tem um perfil curvo-convexo ou, por vezes, quase tronco-cónico invertido. Apresentam, quase sempre, uma ou várias caneluras no corpo.

O grupo II (fig. 5.4 e 6.5) caracteriza-se por possuir um bordo bifido com espessamento interno e externo, próprio para ajustar uma tampa. Apresentam um perfil tronco-cónico invertido, por vezes com várias caneluras.

O primeiro grupo tem paralelos em vários sítios da Baixa Idade Média. Aparece entre as cerâmicas nazarís da região de Granada, nomeadamente no castelo de los Guajares (Cressier, 1991: 239), associadas a cronologias de finais do século XIII e do século XIV. Também com cronologias idênticas recolheram-se em Marrocos, entre a cerâmica de Belyounech (Cardenal, 1980: 233, fig. 3.1), ou mesmo em Itália, na região de Pádua (Brogiolo, 1986: 303, VI.7).

O segundo grupo aparece, entre outros sítios, na alcáçova de Badajoz (Valdés Fernandes, 1985: 143, fig. 31.13 e 14). O mesmo tipo de bordos bífidos surge em contextos do século XIV num depósito da região do Loire Atlântico (Tessier, 1984: 263, fig. 1.3) e são comuns entre a cerâmica de Mantova, na Itália (Brogiolo, 1986: 303, VI.5). Este tipo de bordos bífidos é ainda comum nas produções peninsulares dos séculos XIV e XV, neste caso em escudelas com decoração azul e lustro metálico intenso.

Nas diferentes camadas, recolheram-se também vários fragmentos de alguidares. O pequeno alguidar da fig. 5.6 possui um bordo em aba de perfil rectangular, com leve sulco. O corpo é troncocónico invertido.

O exemplar de fig. 8.5 encontrava-se quase completo e estava espalhado sobre o solo de ocupação (nível 4) do quadrado G20. Caracteriza-se por um bordo espessado externamente, em aba boleada, e com dois ressaltos em moldura externa abaixo do bordo. O corpo é troncocónico invertido e o fundo é plano.

É sempre difícil atribuir cronologias seguras para este tipo de recipientes. Contudo, o da fig. 8.5, com pasta e aguada creme esbranquiçada e com decoração cordada no lábio, aproxima-se de tipos formais muito comuns no al-Andaluz durante o período almóada e cujos fabricos se devem ter mantido durante toda a Baixa Idade Média, substituídos mais

tarde pelos alguidares com superfície interna vidrada que começam a predominar a partir do século XVI.

4.4. As cerâmicas vidradas

Entre as cerâmicas vidradas destacam-se alguns pequenos fragmentos que parecem típicos do período almóada, embora tenham sido recolhidos em níveis de revolvimentos, misturados com cerâmicas de diferentes épocas.

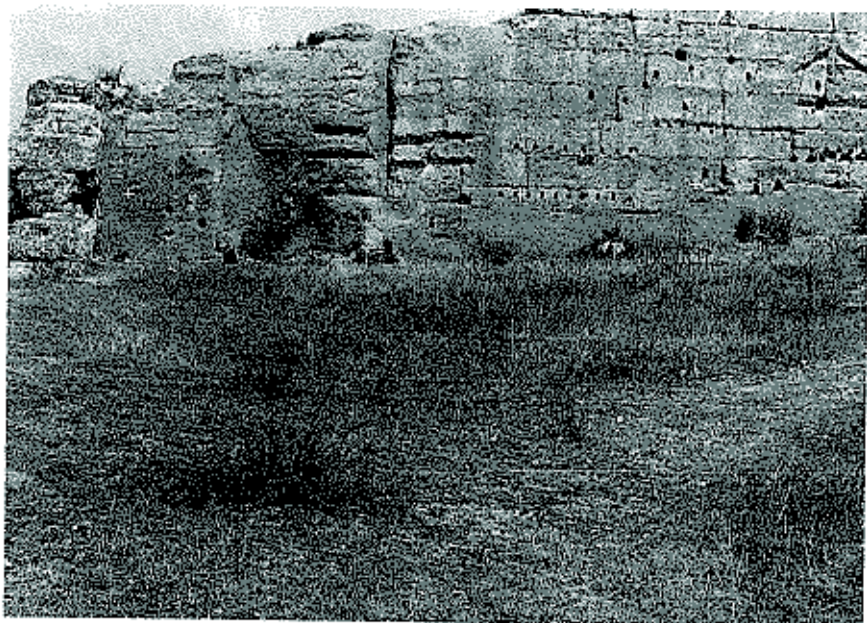


Fig. 12 – 1. Aspecto interno da muralha Norie. 2. Porta de entrada e capela em ruínas.

Trata-se de vidrados de cor melada escura e acastanhada; de vidrados de cor verde irisado e de pequenos fragmentos de grandes talhas estampilhadas e vidradas a verde intenso ou a verde azulado.

Principalmente nos níveis 2 e 3 recolheram-se alguns fragmentos de taças esmaltadas. Trata-se de peças com as superfícies esmaltadas de tonalidades branco amarelado e irisado sobre engobe branco. As superfícies podem ainda ser

decoradas a azul ou a azul e acastanhado irisado. Pelo tipo de pastas e tratamento de superfícies, o conjunto das pequenas tigelas ou taças de Paderne pode apontar para fabricos da região da Andaluzia ou mais precisamente de Malaga.

De facto, os fabricos malaguenhos caracterizam-se pelas pastas amareladas ou ocre rosadas com fracturas erosíveis. As decorações mais habituais são em azul, embora algumas possam ter reflexo metálico. As superfícies levam, quase sempre, um engobe branco e decoração azul sob o vidrado de chumbo translúcido. Noutros casos, a cobertura é branca com irisados, talvez de estanho (Coll Conesa, 1987: 366).

No nível 2 recolheu-se um fragmento de fundo de taça com pé anelar de secção quadrangular, quase trapezoidal, com decoração azul no interior (fig. 5.2). No centro ainda se notam os polígonos estrelados de quatro vértices, a formar losangos.

Este tipo de taças tem uma grande difusão no mundo mediterrânico a partir dos séculos XIV/XV. O exemplar de Paderne tem paralelos nas importações peninsulares que chegam a Itália a partir do século XIV, entre outros locais, para a região de Pisa (Berti, 1986: 337, fig. 3.1 e 2) ou para a zona setentrional da vertente adriática (Nepoti, 1986: 361, fig.9).

No nível 3 recolheram-se vários fragmentos de bordo de uma taça polilobada com seis gomos (fig. 8.2). Apresenta uma pasta ocre rosada e as superfícies levaram um engobe branco sobre o qual se colocou o esmaltado branco amarelado e irisado, de má qualidade. Não tem vestígios de decoração. Também neste nível se recolheram vários fragmentos de fundos com pé anelar, de pastas cremes e superfícies de esmaltado translúcido branco amarelado sobre engobe branco.

Habitualmente decoradas a verde e man-

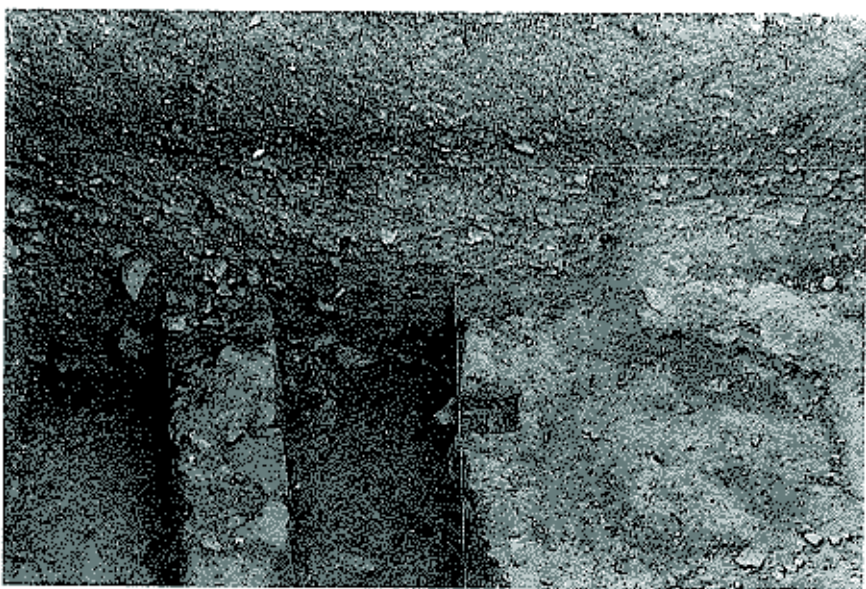
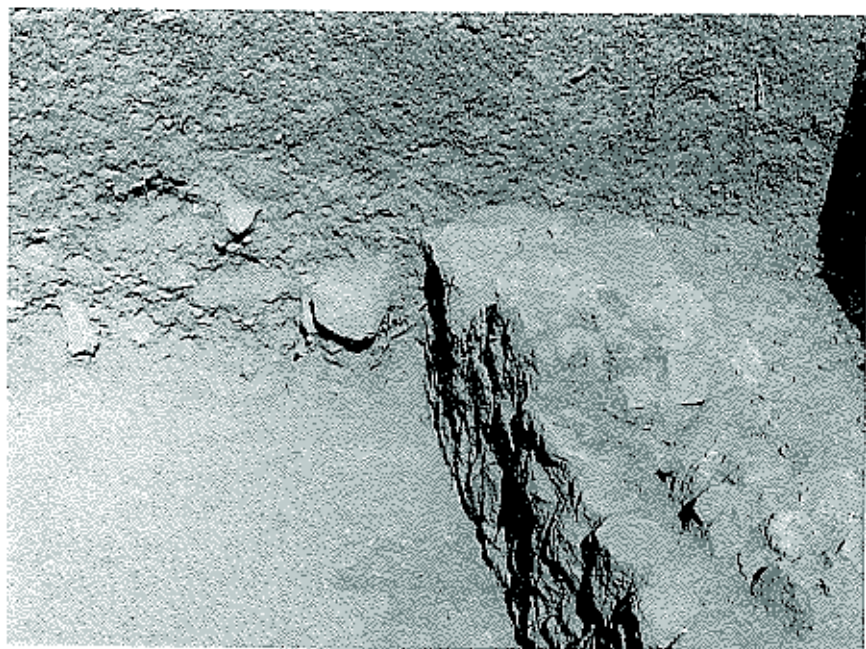


Fig. 13 - 1. Quadrado G20. Troço de muro atribuído à Baixa Idade Média. 2. Quadrado F20. Troço de Muro atribuído ao período muçulmano, sob a área da fogueira.

ganés nas produções valencianas da Baixa Idade Média, as taças polilobadas começam a difundir-se em vários centros peninsulares a partir dos séculos XIV/XV.

Do mesmo nível (fig.8.3) recolheu-se um pequeno fragmento de taça com superfícies esmaltadas a branco e decoração nas duas faces. Apresenta um bordo boleado, levemente adelgaçante, e paredes curvo-conexas. No exterior notam-se traços de cor acastanhada e no interior possui duas bandas finas azuis abaixo do bordo e decoração em folhagens de cor castanho claro irizado.

Este fragmento de taçinha parece ser uma imitação das cerâmicas valencianas de lustro metálico e decoradas com folhagens e palmetas estilizadas, que começam a produzir-se desde o século XV.

No nível 4 (fig. 7.7) recolheu-se um fragmento de pequena taçinha. Possui bordo boleado, levemente adelgaçante, e paredes baixas, de perfil curvo-convexo. No exterior apresenta um sulco com ressalto a meio do corpo. Também neste caso as paredes são engobadas a branco e esmaltadas a branco amarelado translúcido de má qualidade. No interior notam-se ainda alguns vestígios de pintura a azul claro.

Do mesmo nível (fig. 8.4) e com as mesmas características de pasta e tratamento de superfícies, recolheu-se uma taça de perfil completo. Apresenta um bordo boleado e corpo hemisférico com acentuada carena externa abaixo do bordo. O fundo é plano e o pé tem perfil quadrangular. No interior notam-se restos de pintura a azul, com uma banda horizontal abaixo do bordo e traços ralados no fundo.

Esta taça apresenta características de pasta, tratamento de superfícies e decoração idênticos a um exemplar proveniente de Pula (Cagliari) importado da Península Ibérica em meados do século XIV (Blake, 1986: fig.3.4).

5. OBJECTOS METÁLICOS

Das diferentes camadas recolheram-se vários objectos metálicos, principalmente pregos de ferro com haste de secção quadrangular e cabeça quadrangular ou circular.

Na camada 1 recolheram-se dois ceitis. Um a cerca de 26cm de profundidade, provavelmente do reinado de D. Manuel, igual ao nº 1482 do «Catálogo das Moedas Portuguesas» (Amaral, 1977: 445). O outro, aos 45cm de profundidade, apresenta-se praticamente ilegível.

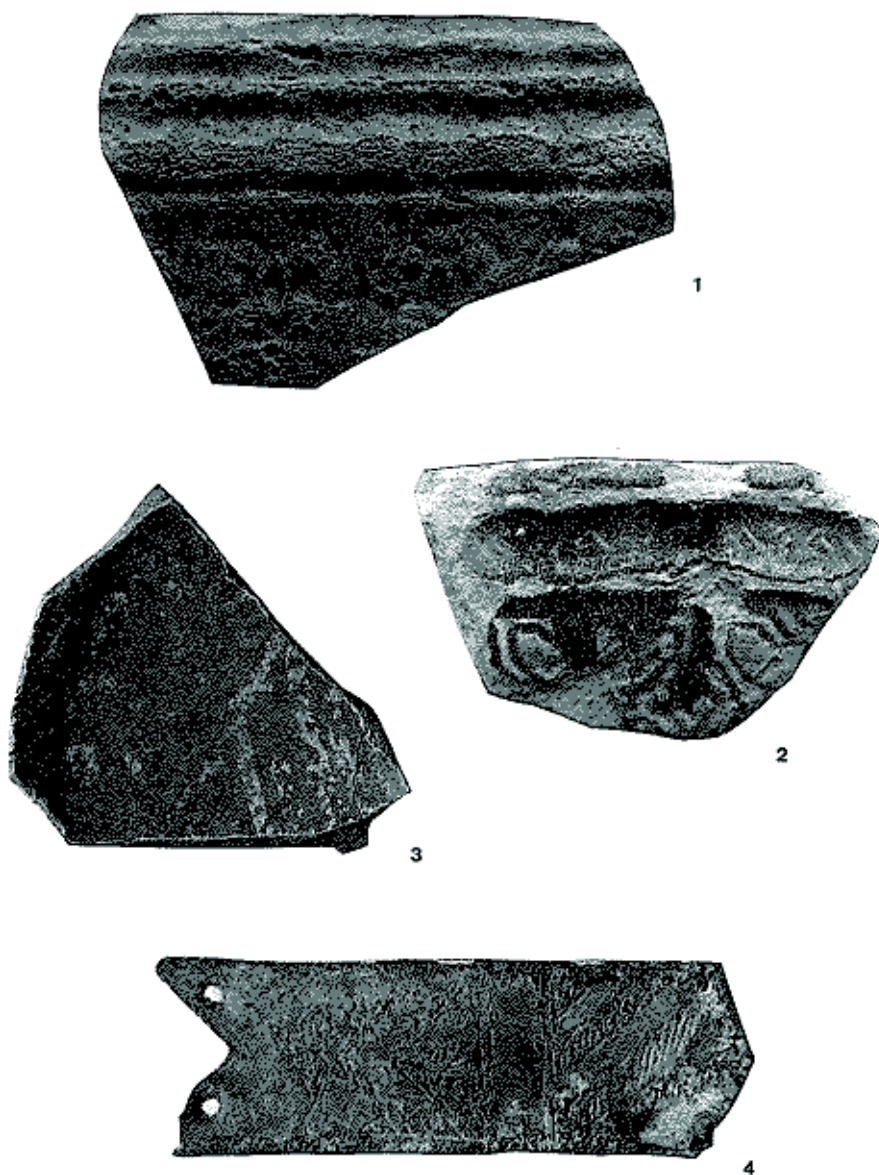


Fig. 14 – 1. e 2. Fragmentos de talhas estampilhada do período almóada. 3. Fragmento de taça esmaltada. 4. Placa de fivela de cinturão

Na transição do nível 1 para o nível 2, a cerca de 55cm de profundidade, encostado à muralha, recolheu-se um dinheiro, bolhão de leitura quase ilegível, cunhado entre os reinados de D. Afonso III e D. Pedro I. No verso, ainda se nota a cruz equilateral cantonada por dois pontos e dois crescentes, inscritos num círculo. No reverso vêem-se as quinas em cruz com pontos cortando o círculo.

No nível 2 recolheram-se uma moeda ilegível e a 60cm de profundidade uma cunhada provavelmente no reinado de D. João I. Trata-se de um real de bolhão (Amaral, 1977: 303). No verso pode ver-se a inscrição IHNS, dentro da cercadura octilobada, sob a coroa real. No reverso, as quinas encontram-se cantonadas pelos castelos.

A cerca de 70cm de profundidade recolheram-se uma moeda fragmentada e um numisma romano a 73cm de profundidade. Trata-se provavelmente de uma moeda do século I d.c. apresentando no reverso o busto do imperador em mau estado de conservação e no verso uma figura feminina de pé, provável minerva, e um C.

No nível 3, a 112cm de profundidade encontrou-se uma moeda de cobre em corrosão activa. Trata-se de um numisma dos séculos XIII/XIV, semelhante ao dinheiro encontrado na transição do nível 1 para o nível 2.

Recolheu-se igualmente neste nível um elemento de fivela de cinturão (fig. 10.4) que se pode enquadrar cronologicamente nos séculos XIV/XV. Trata-se de uma placa de cinturão de cobre com banho de prata. Tem forma rectangular e conserva 80mm de comprimento por 28mm de largura, estando fragmentada na ponta.

Compõem-se de duas finas placas soldadas lateralmente com um espaço interno de 3mm, por onde passava o cinto. Na parte superior apresenta dois bicos laterais em V com dois orifícios de fixação.

Está profusamente decorada com motivos geométricos de dois tipos, separados por uma faixa central com 7mm de largura, limitada por dois sulcos de cada lado. Apresenta também sulcos longitudinais a limitar o espaço decorado.

Do lado esquerdo possui decoração em linhas quebradas e losangos pouco visíveis, devido ao mau estado de conservação. Do lado direito apresenta quatro bandas diagonais preenchidas com incisões verticais.

No nível 4, junto à muralha, no quadrado G21, recolheu-se outra moeda dos séculos XIII/XIV, semelhante às anteriores e com a orla ponteadas.

No nível 5, na zona da fogueira, recolheram-se os seguintes objectos metálicos:

Uma foice ou podoa de ferro (fig. 10. 1), com a lâmina quase recta, que conserva o comprimento de 240mm e está fracturada na ponta. A lâmina tem 20mm de largura e a ponta que unia ao cabo tem 6mm de espessura. Na zona da curvatura apresenta um rebite interno.

Uma tesoura de ferro (fig. 10.2), em corrosão activa. Esta tesoura conserva um comprimento de 164mm. A lâmina é estreita, com 11mm de largura máxima e a ponta é boleada.

As hastes apresentam um perfil curvado, são mais curtas do que a lâmina e

enrolam-se para formar as argolas de preensão. Estas, tal como as hastes, têm cerca de 5mm de espessura e terminam numa ponta boleada que não está soldada, mas apenas encostada à curvatura das hastes.

Embora com um perfil mais elegante, esta tesoura apresenta hastes curvadas e argolas de preensão abertas, características que a fazem aproximar do tipo 2 de d'Archimbaud (1980a: 461-462), aparecidas em contextos do século XIV no castelo de Rougiers, mas com uma larga difusão no Sul de França a partir do século XIII.

Finalmente, também próximo da fogueira, recolheu-se um único exemplar de ponta de lança ou de besta (fig.10. 3) fragmentada na base. Trata-se de uma peça de características robustas que conserva 79mm de comprimento e uma largura média de 11mm.

Apresenta uma secção quadrangular e a base é oca para o encaixe da lança, de que não se conservam vestígios. A ponta é grosseiramente boleada.

Este tipo de armas aparece com muita frequência em castelos muçulmanos associados ao período da Reconquista. Contudo, se o seu uso parece generalizar-se em contextos dos séculos XII e XIII mesmo fora da Península Ibérica, estas formas evoluem para pontas de cabeça triangular a partir dos séculos XIV e XV (d'Archimbaud, 1980a: 446-447). Neste caso, pode considerar-se o exemplar recolhido em Paderne como pertencendo a uma cronologia centrada em meados ou segunda metade do século XIII, numa fase anterior à difusão das pontas com cabeça triangular.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje completamente abandonado, mas sendo ainda bem visível o conjunto das suas

muralhas e torres, o castelo de Paderne foi uma importante fortificação muçulmana construída, tal como outros castelos de taipa do Sul de Portugal, durante o período almorávide/almoada (Catarino, 1992b: 13-27).

Do período muçulmano restam ainda as imponentes muralhas e a cisterna. As sondagens revelaram, na camada 6, restos de muros muito destruídos, a mais de 1 metro de profundidade. Estes muros apresentam sensivelmente a largura de um côvado e pelas características dos derrubes devem ter sido edificadas em taipa, podendo associar-se ao período de ocupação almoada do castelo.

Baluarde da defesa no cada vez mais reduzido território do Garbe al-Andaluz, a história da conquista cristã deste castelo está associada à da cidade de Silves. Assim, aparece referenciado pela primeira vez em 1189 aquando da primeira Reconquista da cidade de Silves sendo, juntamente com outros castelos, assediado pelas hostes cristãs mas voltando em seguida a ser recuperado pelos almoadas.

Nas descrições sobre a Reconquista definitiva do Algarve, o castelo de Paderne é sempre referido como uma fortaleza bem defendida e com grande valor estratégico-militar. D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, põem-lhe cerco em 1240, antes da conquista de Silves. No entanto, o cerco é levantado devido à necessidade de se concentrarem as hostes sobre a importante cidade.

A conquista definitiva, depois de ataques violentos, deve ter-se efectuado pouco depois, após a tomada de Tavira e Silves, em data pouco precisa.

Inicialmente, talvez quase abandonado, ficou o castelo de Paderne sob a alçada de Afonso X de Castela. Mas entra definitivamente para a posse de Portugal durante o reinado de D. Afonso III, quando o rei de cas-

tela ordena a D. João de Aboim que entregue este e outros castelos do Algarve ao monarca português (Marques, 1986: 24).

Em 1263, Frei Bartholomeu é nomeado por D. Afonso III como Bispo da diocese algarvia e, na organização dos estatutos da Sé de Silves, refere-se o «castrum de Paderne» (Oliveira, 1910: 77). Mais tarde, em 1305, D. Dinis faz doação do castelo ao Mestre da Ordem de Avis.

Se durante a segunda metade do século XIII pode ter ficado semiabandonado, penso que a partir do século XIV, após a doação de D. Dinis, o castelo de Paderne sofreu algumas remodelações, sendo desta altura a construção das estruturas habitacionais identificadas na sondagem arqueológica e, talvez, a edificação da capela que se encontra hoje completamente arruinada.

Esta capela, dedicada a Nossa Senhora do Castelo, conserva-se como igreja paroquial até aos inícios do século XVI. Em 1506 constroi-se a nova igreja matriz, na actual povoação de Paderne, e a ermida do castelo passa a ser apenas habitada por um ermitão (Oliveira, 1910: 114-115).

De facto, tanto as características da construção dos muros identificados na escavação, com aparelho bem argamassado e larguras entre os 55cm e os 60cm, como o conjunto do espólio recolhido, principalmente nas camadas 3 e 4, apontam para contextos cronológicos da Baixa Idade Média que se podem centrar nos séculos XIV e XV.

A partir do séculos XVI torna-se nítida a decadência e progressivo abandono do castelo. Em meados deste século, Frei João de S. José ao referir-se à povoação de Paderne já não descreve o castelo (Guerreiro, 1983: 58). Nos finais do século XVI/inícios do século XVII, Henrique Fernandes Sarrão refere-se à fortaleza como sendo um castelo muito antigo, edificado pelos mouros, «ora despovoado e sem gente» (ibid: 160).

Num progressivo despovoamento a partir do século XVI, apenas se conservou a ermida, provavelmente construída sobre as ruínas de um edifício muçulmano. Embora com o castelo abandonado, a ermida tornou-se um local de culto e de peregrinação, com festas no dia da Assunção de Nossa Senhora e a 25 de Março. Mas, no século XVIII, com o terramoto de 1755, a capela, as muralhas e torres sofreram grandes destruições que nunca chegaram a ser reparadas e a sua degradação acentuou-se a partir dessa altura.

O recente projecto de recuperação que foi solicitado pelo anterior I.P.P.C., previa um estudo diacrónico de ocupação, a consolidação das muralhas e torres e a recuperação desta fortificação muçulmana. Contudo, os trabalhos iniciados não chegaram a ter continuidade, aguardando-se ainda o desbloqueamento do processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, C. M. A do (1977) – *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas*. Lisboa.
 ARCHIMBAUD, G. D. d' (1980a) – *Les Fouilles de Rougiers*. Paris.

- ARCHIMBAUD, G. D. d' (1980b) – *Céramiques d'Avignon. Les Fouilles de l'Hotel de Brion et Leur Matériel*. Avignon.
- ARCHIMBAUD, G. D. d' (1980c) – *Céramiques et Stratigraphie: L'Evolution de la Vaisselle Commune en Provence aus XIII-XIV Siècles d'Après les Fouilles de Rougiers*. I C.M.M.O., Paris, pp. 441-456.
- BAZZANA, A. (1979) – *Céramiques Médiévales: Les Méthodes de la Description Analytiques Appliquées aux Productions de l'Espagne Orientale*. M.C.V. vol. XV, Paris, pp. 135-185.
- BAZZANA, A. (1980a) – *Céramiques Médiévales: (...) II. Les Poteries Décorées. Chronologie des Productions Médiévales*. M.C.V. vol. XVI, Paris, pp. 57-95.
- BAZZANA, A. (1980b) – *Éléments d'Archéologie Musulmane dans al-Andalus: Caractères Spécifiques de l'Architecture Militaire Arabe de la Région Valencienne*. Al-Qantara vol. I, pp. 388-363.
- BERTI, G. et al. (1986) – *Ceramiche Importate dalla Spagna nell'Area Pisana dal XII al XV Secolo*. II C.M.M.O., Madrid, pp. 315-346.
- BLAKE, H. (1986) – *The Ceramic Hoard From Pula (Prov. Cagliari) and the Pula Type of Spanish Lustreware*. II C.M.M.O., Madrid, pp. 365-407.
- BOLOS, J. et al. (1985) – *Ceràmiques Medievales del Museu d'Arts, Indústries i Tradicions Populars de Barcelona*. I C.A.M.E., tomo V, Huesca, pp. 683-702.
- BROGIOLO, G. P. et al. (1986) – *La Ceràmica Greca Medievale Nella Pianura Padana*. III C.M.M.O., Faenza, pp. 35-38.
- CARDENAL, M. G. de (1980) – *Recherches sur la Ceramique Médiévale Marocaine*. I C.M.M.O., Paris, pp. 227-249.
- CARDONA ESCRIVA, J. et al. (1985) – *Materiales Bajomedievales del Hospital de Sant Marc. Gandia (Valencia)*. I C.A.M.E., tomo V, Huesca, pp. 595-612.
- CATARINO, H. (1988) – *Escavações Arqueológicas nos Castelos de Salir e Paderne*. 5º Congresso do Algarve, Albufeira, pp. 35-38.
- CATARINO, H. (1992a) – *A Fortificação Muçulmana de Salir (Loulé). Primeiros resultados arqueológicos*. al-'Ulyā nº 1, Loulé, pp. 9-51.
- CATARINO, H. (1992b) – *Fortificações do Período Almóada no Sul de Portugal*. Arquitecturas de Terra, Conimbriga, pp. 13-27.
- CRESSIER, P. et al. (1991) – *La Ceramica Tardo Almohade y los Orígenes de la Ceramica Nasri*. IV C.M.M.O., Mértola, pp. 215-246.
- COLL CONESA, J. (1987) – *Importaciones cerámicas Bajo Médiévales en el Valle de Soller (Mallorca)*. II C.M.M.O., Madrid, pp. 357-373.
- GUERREIRO, M.V. et al (1983) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa.
- MARQUES, J. (1986) – *Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III*. Caminiana vol. VIII, Caminha, pp. 9-32.
- MERCEDES URTEAGA, M. (1991) – *La ceramica Rojo de Valladolid*. IV C.M.M.O., Mértola, pp. 263-272.
- MOREDA BLANCO, J. et al. (1985) – *El Testar de la Calle Ollerros (Duque de la Victoria) de Valladolid*. I. C.A.M.E. tomo V, Huesca, pp.453-472.
- OLIVEIRA, A. (1910) – *Monografia de Paderne*. Faro. Reed. fac-simil.
- NEPOTI, S. (1986) – *Ceramiche Tardo Medievale Spagnole ed Islamiche Orientale nell'Italia Centro-Setentrionale Adriatica*. II C.M.M.O., Madrid, pp. 353-363.
- TESSIER, M. (1984) – *Exploration d'un Dépotoir Médiéval à Saint-Brévin (Loire-Atlantique)*. Archéologie Médiévale vol. XIV, Paris, pp. 259-266.
- VALDÉS FERNANDES, F. (1985) – *La Alcazaba de Badajoz. I. Hallazgos Islamicos (1977-1982) y Testar de la Puerta del Pilar*. Madrid.
- VALLEJO TRIANO, A. (1985) – *Actuacion Arqueologica en el Castillo de Teba (Malaga)*. I C.A.M.E. tomo III, Huesca, pp. 281-304.

ABREVIATURAS

- C.A.M.E. – Congreso de Arqueologia Medieval Española.
- C.M.M.O. – Cerâmicas Medievais no Mediterrâneo Ocidental.

ACERCA DA VILA ROMANA DE MILREU/ESTÓI CONTINUIDADE DA OCUPAÇÃO NA ÉPOCA ÁRABE

FELIX TEICHNER*

LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA

A *villa* de Milreu (Estói) está situada a cerca de 7 Km, terra adentro, da antiga cidade portuária de Ossonoba (fig. 1), hoje Faro, junto ao pequeno vale do rio Seco. Depois de, em 1877, S.P.M. Estácio da Veiga ¹ ter escavado grande parte da *villa* romana, o Instituto Arqueológico Alemão iniciou, nos anos sessenta, a investigação sistemática das construções ², dando relevo à documentação das ruínas. Posteriormente foi possível investigar, através de sondagens precisas, o extenso complexo da *villa* (fig. 2) bem como dois mausoléus, localizados a pouca distância dela.

Foi precisamente a campanha de escavações de 1993 que mostrou de novo claramente que podemos datar a primeira construção de *villa* na primeira metade do século I (fig. 2, E-F) ³. Dela foram detectados apenas alguns troços de muro sem ligação. No início do século II, foi construída, com base em modelos antigos, por cima de cada terreno nivelado, em parte com uma espessura de vários metros, uma *villa* de peristilo com triclíneo espaçoso (fig. 2, G). Mais tarde, os primitivos mosaicos pavimentares monocromos de desenho geométrico, do peristilo estruturado por colunas de tijolo estucadas (fig. 2, F), foram substituídos por mosaicos policromos.

Fazia parte desta *villa* rústica um *pars agrariae* (fig. 2, H) com prensas e tanques de recolha para a produção de vinho ⁴, até à data apenas parcialmente



Fig. 1 – Villa de Milreu, na província romana da Lusitânia.

* Instituto Arqueológico Alemão. Delegação em Portugal.

escavado, bem como um conjunto de termas, decoradas com sumptuosos mosaicos e pinturas murais (fig. 2, J). A última alteração do complexo da *villa*, que hoje nos é permitido determinar, verificou-se no decorrer do século IV, tendo sido colocados magníficos pavimentos de mosaico com motivos marítimos e geométricos. Vários factos apontam para uma transformação do edifício, que então podia ser considerado uma bem equipada casa senhorial de uma *villa* rústica, num conjunto típico para a Antiguidade tardia da categoria de uma *villa* suburbana⁵. Os bustos de mármore encontrados em Milreu (provido, pelo menos uma parte deles, de oficinas da cidade de Roma) e representando a jovem Agripina, de uma mulher desconhecida e dos imperadores Adriano e Galieno, identificam o proprietário da *villa* como um *civis romanus* bem situado, de elevado nível social⁶.

O SANTUÁRIO

Separado por uma rua com pavimento de grandes lajes de pedra (fig. 2, K), que conduz à *villa*, foi erguido, no decorrer do século IV, por cima de alguns vestígios de construções da época imperial média, um recinto de culto (fig. 2, A-C) murado, cujo núcleo é formado por um edifício de culto, conservado até ao arranque da abóbada da *cella* (fig. 2, A). Tanto o traçado da parede circundante do pódio como o do muro do temeno seguem a orientação do edifício, definida pela *cella* quadrada e a curva absidal. O resultado é um edifício imponente com uma larga galeria, dominada pela alta *cella*. Complexos semelhantes encontram-se no sul da Lusitânia, junto à grande *villa* de São Cucufate (Vidigueira)⁷ e à Quinta do Marim (Olhão)⁸. Já em 1964 Th. Hauschild⁹ chamou a atenção para a semelhança, no que diz respeito à arquitectura,

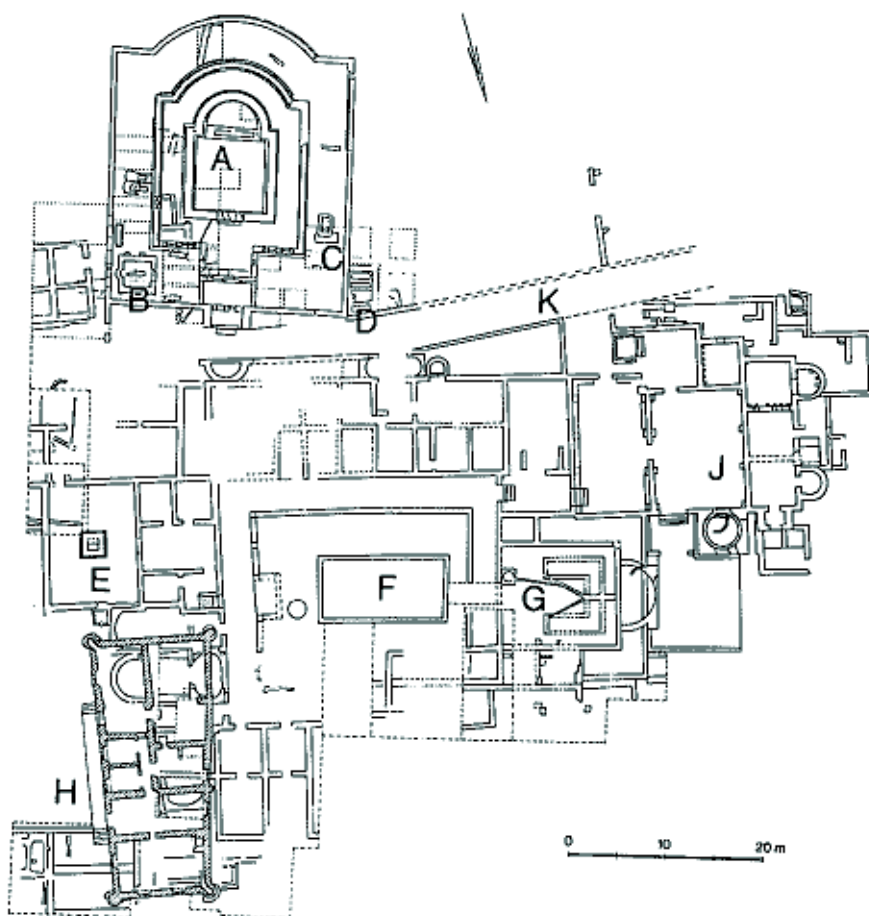


Fig. 2 – Planta geral com cortes da escavação da villa romana (segundo Th. Hauschild).

entre a forma invulgar desta planta e o templo de galeria galo-romano, tipo existente desde o primeiro século, sobretudo na Renânia.

A fachada foi acentuada pela representação colorida de peixes num mosaico que, formando um friso de mais de 50 m, cercava todo o pódio (fig. 4). Orifícios para tacos nas paredes da *cella* apontam para uma abundante decoração interior, dando os fragmentos de mosaico da abside (tesselas de vidro multicolor e foleadas a ouro com motivos figurativos), encontrados durante as escavações, uma ideia da esplendorosa ornamentação. Juntamente com as incrustações murais em mármore, das quais também se detectaram vestígios, temos a imagem de um espaço de culto ricamente enfeitado. Lamentavelmente não foram encontrados restos de uma imagem de culto ou provas epigráficas do mesmo. Apenas um tanque de água octogonal no centro da *cella*, indicado na planta de Estácio da Veiga e hoje desaparecido, e as tubagens de chumbo da conduta de água, recentemente descobertas, apontam para uma interpretação de santuário de água ou de nascente (ninféu)¹⁰.

Os resultados das investigações estratigráficas e estilísticas mostram que em



Fig. 3 – Vista de leste sobre o santuário, com os fragmentos caídos à esquerda e à direita da escada.



Fig. 4 – Vista de norte sobre o santuário. As zonas da esquerda e da direita da escada foram limpas, reconhecendo-se os mosaicos com representações de peixes.

Milreu, a poucos quilómetros do bispado de Faro, ainda em meados do século IV, quando em grandes partes da Hispânia se tinha expandido o cristianismo, foi

erguido este faustoso edifício destinado a um culto de água. Parece oportuno lembrar que, aproximadamente na mesma época, o conhecido bispo Vicente, de Faro, participou no famoso concílio de Elvira. O templo de Milreu, provavelmente um dos últimos grandes edifícios de culto pagão da Península Ibérica, foi transformado numa igreja, o mais tardar sob domínio visigodo ¹¹, para o que apontam várias enumerações simples, dois pequenos mausoléus (fig. 2, B; D) e uma piscina baptismal rectangular (fig. 2, C) ¹² nas imediações do santuário. Versos do Alcorão (fig. 6), gravados numa coluna de mármore do edifício de culto, testemunham a presença humana na *villa* ainda em época Islâmica, não se tendo, no entanto, encontrados vestígios de povoamento ou camadas arqueológicas da mesma.

AS ESCAVAÇÕES DE 1991

Através das escavações efectuadas em 1877 por Estácio da Veiga e dos trabalhos de restauro realizados em 1941 pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a maior parte dos estratos antigos, na zona do santuário romano, tinha sido destruída ou retirada ¹³. Somente por baixo de partes da pesada abóbada (fig. 3), caídas à esquerda e à direita em frente da escada de acesso ao templo, ainda se podia esperar encontrar camadas anteriores à destruição do edifício de culto. Por conseguinte, no decorrer da campanha de 1991, as partes caídas, depois de documentada a sua posição, foram retiradas por meio de um guindaste, tendo-se iniciado a escavação, estrato por estrato, do entulho situado por baixo (fig. 4).

Foi detectado um enchimento de entulho de várias camadas, até 20 cm debaixo da base do mosaico com representações de

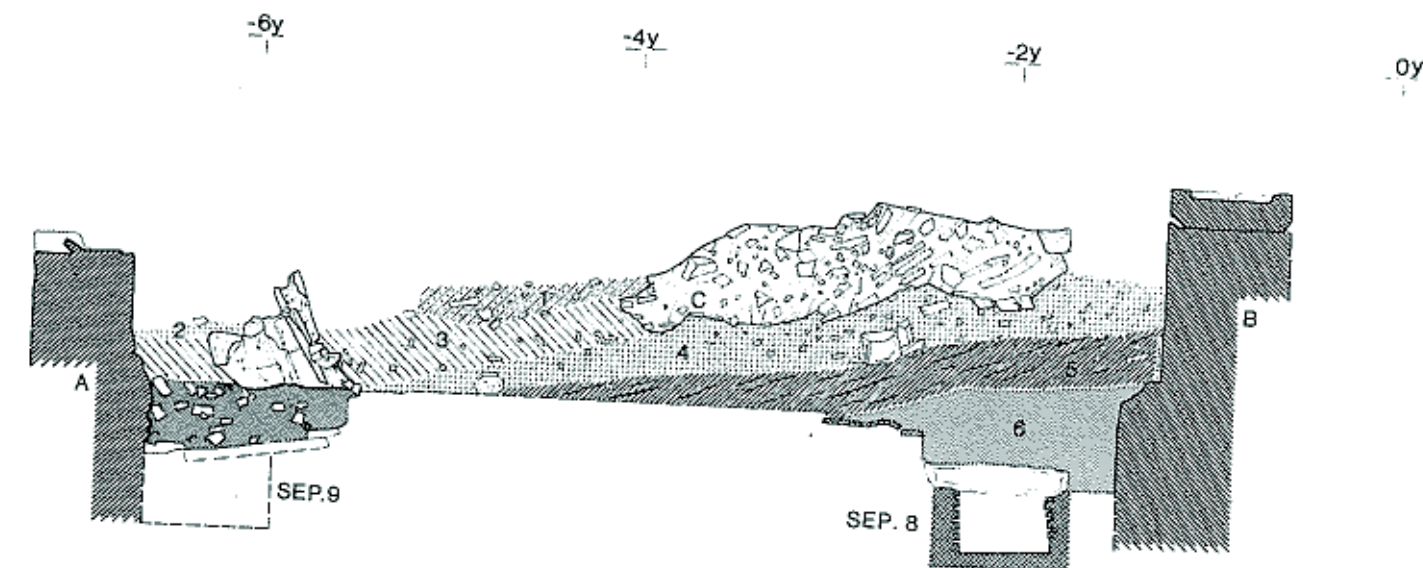


Fig. 5 – Perfil leste na área do temeno, debaixo dos fragmentos caídos, a leste da escada de acesso ao santuário 4-8. M 1: 40.



Fig. 6 – Coluna de mármore da zona do peristilo, com os versos do Alcorão. (IAA-Neg. N.R. 97-87-14).

peixes, estendendo-se aí directamente sobre o entulho de tijolo (fig. 5) da época da construção do templo. No decorrer da transformação do edifício de culto, tinham sido

escavadas, sob este nível de pavimento, várias sepulturas (8-9) orientadas para leste.

A camada que nos interessa (fig. 2, a-b) estava situada no canto entre a parede exterior decorada com mosaico representando peixes do santuário romano (fig. 5, D), a sanca lateral leste da escada e ainda o muro do temeno (fig. 5, A) que separa o santuário de um pequeno caminho e do recinto da *villa*. A leste segue-se o baptistério paleocristão, já escavado em 1971¹⁴.

Nesta área encontravam-se grandes fragmentos da abóbada cilíndrica, de *opus caementicium* e pedaços de tijolo (fig. 3; 4). O fragmento detectado na metade norte do perfil (fig. 5, B) faz parte da cornija do telhado com friso dentado de tijolos perfilados. No decorrer dos vários séculos foi-se depositando uma camada de húmus castanho-escuro junto ao grande fragmento da abóboda C (fig. 5, 1). Mais a norte, foi possível observar um estrato castanho-claro, também húmido (fig. 5, 2). As escavações permitiram verificar que o fragmento C estava deitado directamente sobre uma camada de terra arenosa com poucas tesselas e muitos pedaços da incrustação de mármore (fig. 5, 4). Dos lados do fragmento da cornija B, a terra era castanho-amarelada, também arenosa, com entulho de construção (fig. 5, 3). Na metade sul do perfil, imediatamente junto aos mosaicos com peixes, foi encontrado um estrato de terra compacta, avermelhada, com muitas tesselas e pedaços de placas de mármore (fig. 5, 5). Seguiu-se uma camada de terra castanha com poucas tesselas (fig. 5, 6), directamente sobre restos de um pavimento de *opus signinum*, que cobria o entulho de tijolo já mencionado. Nele foi detectada a sepultura 1 (fig. 5). Três soleiras de porta, de pesado granito, aqui reutilizadas, fechavam a sepultura, construída com fragmentos de tijolo colocados em seco. Ela continha os restos mortais, em parte

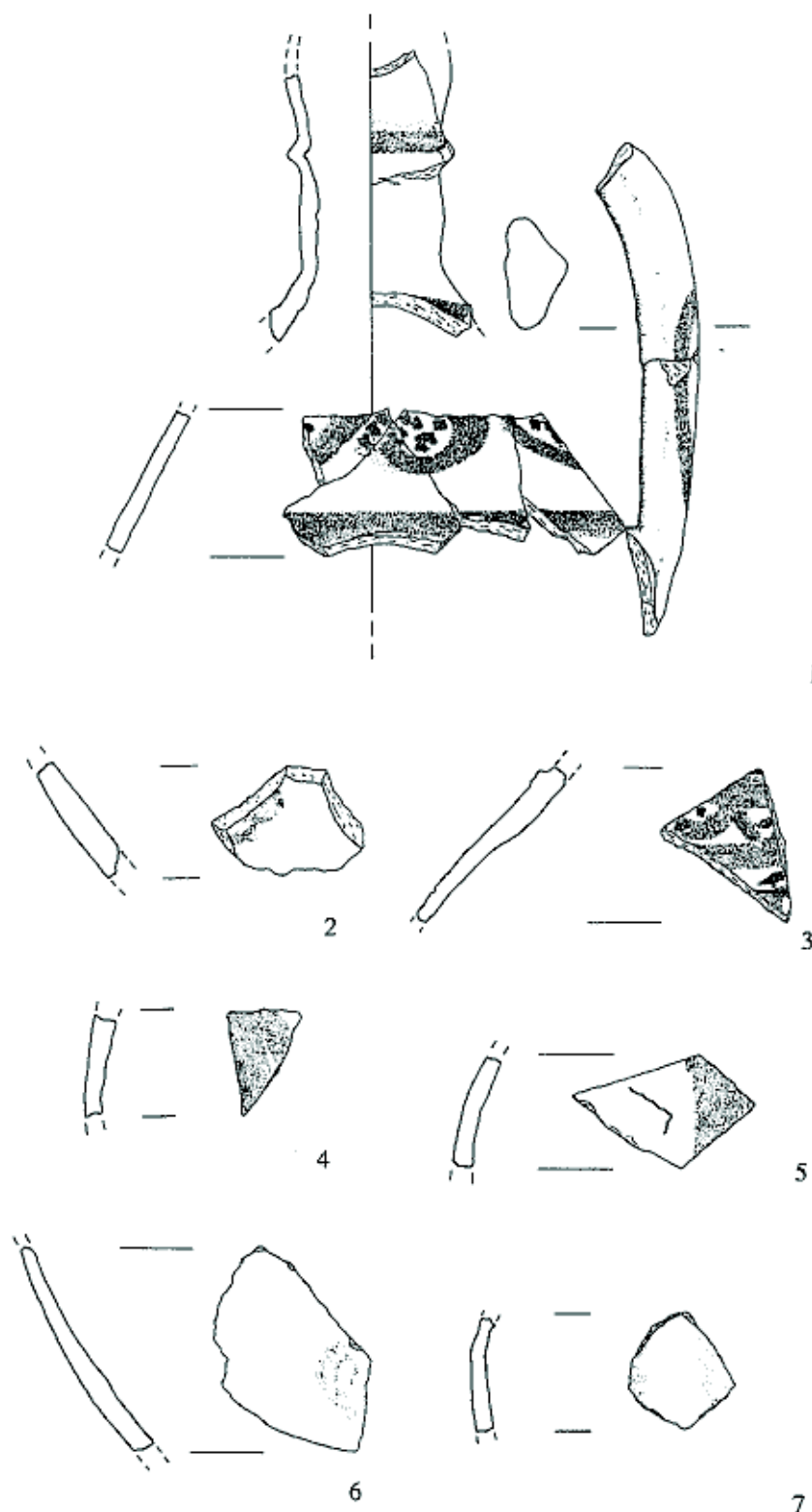


Fig. 7 - Cerâmica de pasta fina. M. 1: 2.

amontoados, de pelo menos cinco pessoas, inumadas sucessivamente, de costas, viradas para leste. Sobre a placa de cobertura fora colocado, intencionalmente, um fragmento de uma jarra castanho-avermelhada (talvez para fechar a junta). Este, juntamente com um outro pedaço, semelhante, encontrado em 1987, faz parte de uma jarra de grupo visigótico, de bojo sensivelmente troncocônico, com boca trebolhada ¹⁵. Além disso, logo junto ao muro A, também debaixo do nível do pavimento de *opus signinum*, foram encontrados restos de uma inumação (fig. 5, sepultura 9), lamentavelmente destruída. A sepultura, com direcção a leste, foi construída também com fragmentos de tijolo. Faz parte do material usado para cobrir a sepultura, um fragmento de uma grande laje de mármore branco-acinzentado, um pequeno pedaço da placa da cancela, em mármore branco-acinzentado, um pequeno pedaço de placa de cancela, em mármore branco, da galeria da *cella*.

De especial significado são os achados provenientes das camadas entre as inumações da Antiguidade tardia, debaixo das partes caídas da abóbada (fig. 5, 4-5). Através deles esperava-se obter um *terminus post quem* para a retirada do entulho que enchia a *cella* do edifício de culto.

ESTUDO DOS MATERIAIS ¹⁶

Como já se mencionou, foi o estrato de terra amarela (fig. 5, 4) aquele que continha maior número de tesselas de vidro e de fragmentos da incrustação de mármore, em parte com formas antropomorfas. Interessantes, sob o ponto de vista da técnica construtiva, são pequenas cavilhas de chumbo, que devem ter servido para fixar o revestimento da parede. Além de alguns achados, recolhidos do entulho da época imperial média

(cerâmica sud-gálica, sigillata lisa e uma jarra esbranquiçada), foram encontrados vários fragmentos de sigillata da África do Norte (Chiara C/D). A classificação desta cerâmica (comparar fig. 9, 22) deverá ser incluída na apresentação do total dos achados, sob forma de monografia, já em preparação.

O *terminus post quem* propriamente dito depende, porém, de um pequeno conjunto de cerâmica fina árabe, na sua maioria com engobe de manganês, e de um grupo de cerâmica comum local.

a) Cerâmica da pasta fina.

A cerâmica da pasta fina árabe, importada provavelmente do Al-Andalus, é uniformemente amarelo-ocre a branco-ocre, muito fina. A superfície lisa é decorada com pintura com engobe nos tons castanho-sépia e castanho-ferrugem. Pôde ser reconstituída uma bilha com o típico gargalo bitroncocônico com moldura (Rosseló Bordoy 2.1) ¹⁷. Ela apresenta pintura geométrica castanho-sépia no gargalo (alguns traços e linhas manganês), no ombro e na asa. Outros fragmentos do bojo estão decorados de forma diversa com engobe castanho-avermelhado (figs. 7, 2.4; 8, 8) e castanho-claro (fig. 7, 3.5-7). O fragmento do ombro com lábio moldurado pertencerá talvez a uma pequena escudela (fig. 8, 8) ¹⁸. O bordo de uma jarra de bocal largo (fig. 8, 9) tem uma decoração mate, de manchas muito claras, de engobe castanho-acinzentado) ¹⁹.

O bico curto, entroncado, com o arranque baixo da asa, da lucerna sem decoração (tipo bico de pato), indica uma data anterior (fig. 8, 10) ²⁰. Asas arredondadas de lucernas (fig. 8, 11-12) e de recipientes pequenos (fig. 8, 13-14) estão também decoradas, da forma conhecida, com linhas de engobe castanho. Outros fragmentos de recipientes de bocal

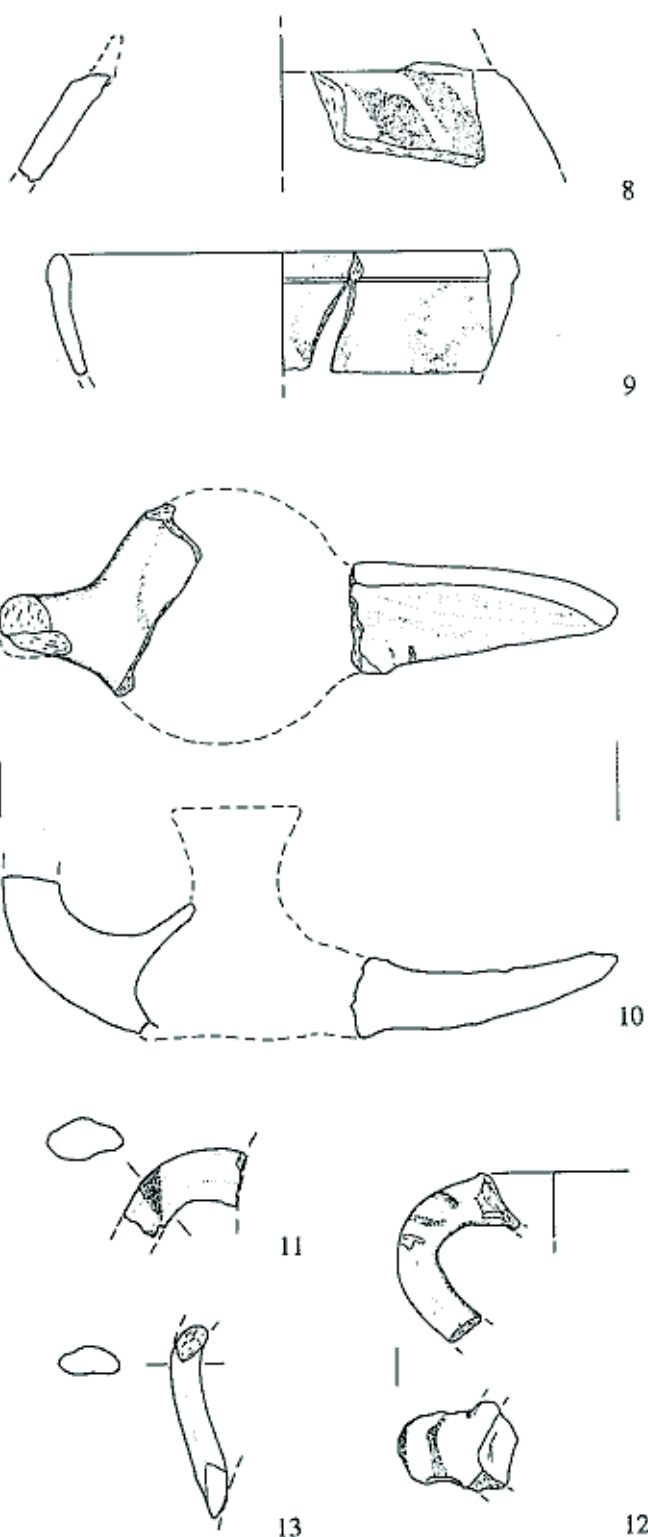


Fig. 8 - Cerâmica de pasta fina. M. 1:2.

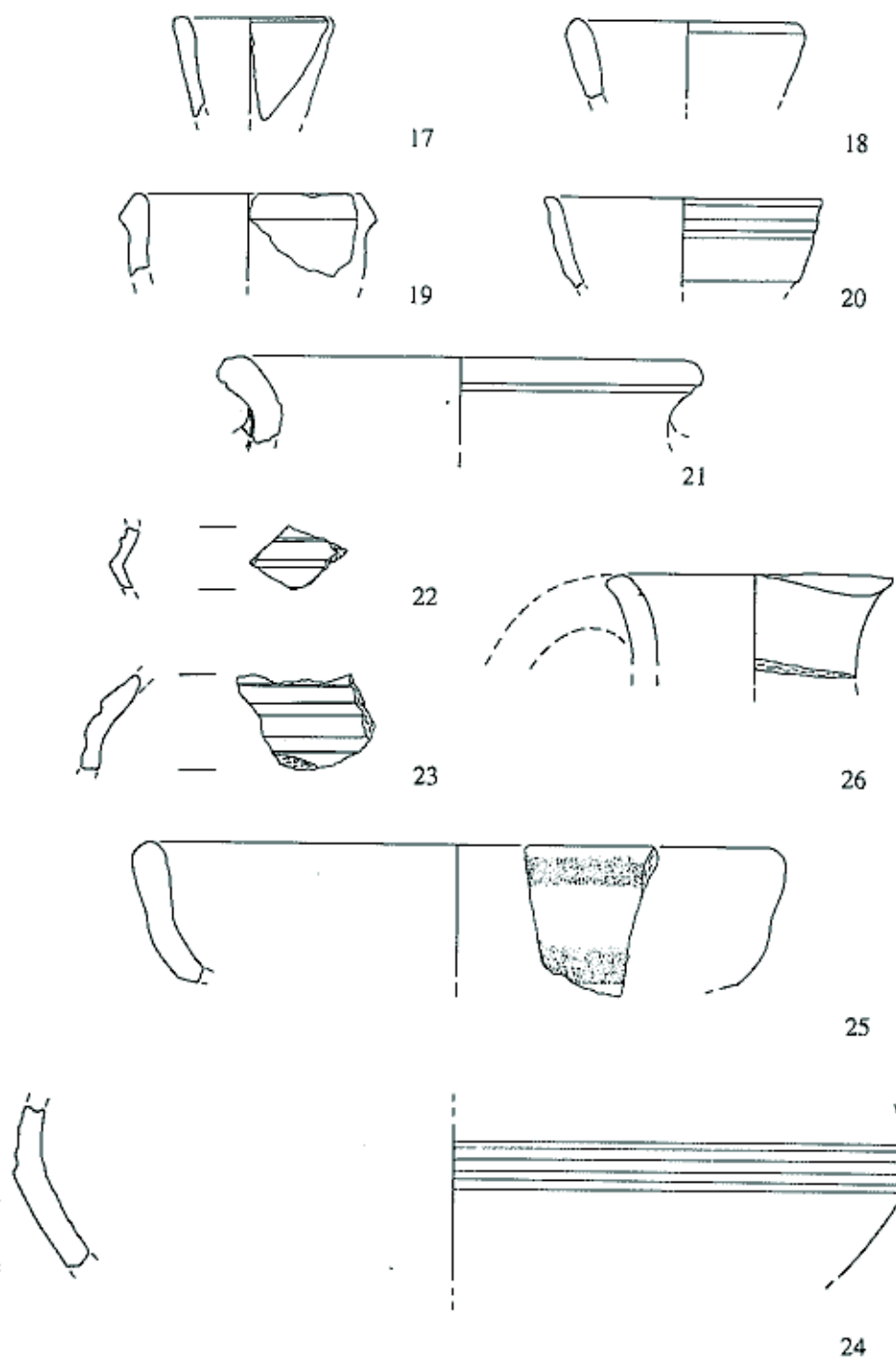


Fig. 9 – Cerâmica de pasta fina (1-22) e cerâmica comum (23-26). M. 1:2.

estrito, provêm de lucernas (fig. 9, 17-18) e de bilhas (fig. 9, 19-20). Faz parte de um pote de bocal largo e de duas asas, um fragmento de bordo revirado para fora, ligeiramente perfilado (fig. 9, 21) ²¹.

Outros dois recipientes de pasta fina podem ser datados com segurança na época pré-islâmica. Um fragmento de bojo, lamentavelmente muito pequeno (fig. 9, 22), apresenta a cor cinzento-clara com uma superfície alisada, quase brilhante que, como derivado da imitação paleocristã da TSH, deve ser datado no século V/VI ²². Um prato com bordo ligeiramente engrossado e duas linhas de engobe no exterior, que tem um paralelo em Recópolis (prov. Guadalajara), deve pertencer também à época visigótica (fig. 9, 25) ²³.

b) Cerâmica comum

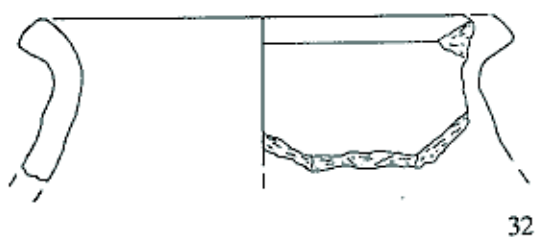
A grande variedade de cerâmica comum insere-se provavelmente no contexto da produção local. Dois fragmentos vermelhos, do bojo de recipientes feitos ao torno, pertencem às formas típicas da louça de cozinha árabe (fig. 7, 23.24). Mais difícil é a classificação da cerâmica cinzento-negra, com marcas de exposição ao fogo. Trata-se de vários fragmentos de bordo, bojo e fundo, sobretudo de potes castanhos e de uma jarra. Alguns recipientes foram moldados ainda ao torno lento (fig. 31. 33. 3. 7. 52), enquanto o resto é mera cerâmica de torno. Visto que mesmo cerâmica modelada à mão (figs. 10, 47 e N. 55) era produzida ainda na época árabe ²⁴, parece bastante difícil a datação dos fragmentos de bordo, muito pequenos, sem que haja grupos para comparação, bem datados, do mesmo contexto regional. Dos dificilmente datáveis potes, com bordo simples, revirado para fora (fig. 10, 28 - 32), podendo o lábio ser já moldurado (fig. 10, 33) ou ligeiramente perfilado (fig. 10, 34), existem paralelos válidos em povoamentos visigóticos como, por exemplo, em Cancho del Confessionario (prov. Madrid) ²⁵. Eles são utilizados ainda até ao período árabe ²⁶. O mesmo é válido para bordos triangulares, de perfil mais pro-



28



31



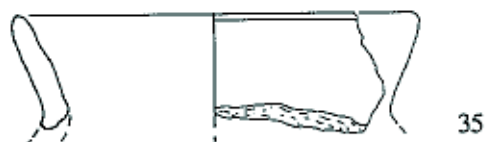
32



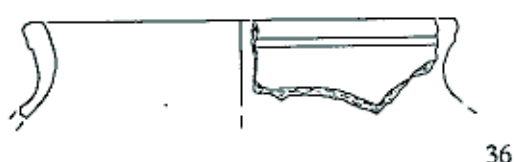
33



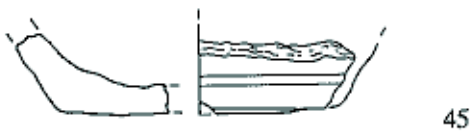
34



35



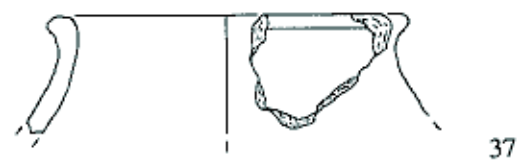
36



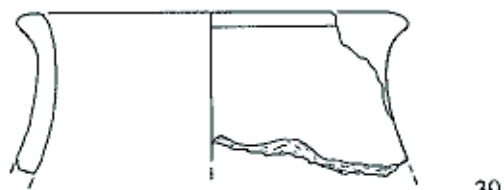
45



47



37



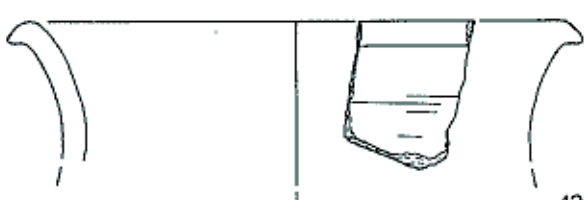
39



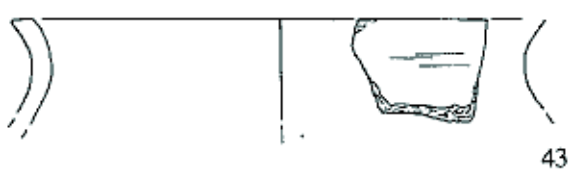
40



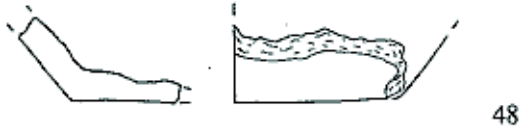
41



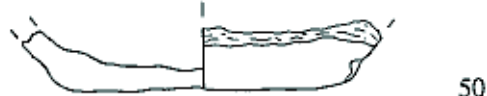
42



43



48



50



52

Fig. 10 – Cerâmica comum. M 1:2.

nunciado, que surgem já na época visigótica e também em potes e panelas árabes ²⁷. Apesar de a cerâmica comum hoje ainda não poder ser datada com segurança, pode dizer-se que o aparecimento da cerâmica de pasta fina árabe com engobe (manglês) e, ao mesmo tempo, a não existência de fragmentos com vidrado metálico (sobretudo a característica corda seca e cerâmica com manglês e verde), provam que a zona do santuário esteve ocupada até ao início do século X.

RESUMO:

Quando, no decorrer da Antiguidade tardia, se verificou a transformação do edifício de culto pagão em igreja cristã, foi instalado o cemitério na zona temeno ²⁸. Pode supor-se a continuação da utilização da sala de culto pelos visigodos, com base em vários achados da área das sepulturas. Uma vez que se desconhece o local exacto de achados de alguns fragmentos de talhas de armazenamento com estampilhado sob vidrado ²⁹, durante muitos anos os versos do Alcorão, na coluna de mármore do santuário, foram o único testemunho da presença de colonos árabes ³⁰. Os achados aqui resumidamente apresentados mostram porém, claramente, que o edifício romano de culto ainda era usado até à época árabe. É possível que no início do período árabe tenha havido uma limpeza (alteração da construção?) no interior da *cella*, tendo-se retirado o entulho e acumulado na área do temeno, em frente da parede do pódio (fig. 5). É óbvio que então a imagem clássica do santuário já tinha perdido o seu significado. Mesmo o friso intacto, de mosaico com representações de peixes, da fachada exterior, foi parcialmente entulhado ³¹. A suposição, pertinente devido aos versos do Alcorão que figuram numa coluna, da continuação da sua utilização como sala de orações, já não pode ser provada com segurança.

No tempo que se seguiu, acumularam-se na zona do temeno mais camadas de entulho, até que pouco depois dos princípios do século X, grandes partes da abóbada da *cella* caíram e permaneceram em frente do santuário.

Sobre a ocupação posterior do complexo da *villa* nada sabemos pela fontes arqueológicas. Talvez que, por dificuldades com o abastecimento de água, o povoado se tenha mudado no decorrer da Idade Média para Estói, a uma distância de cerca de 800 m. Não obstante o facto de a primeira moeda portuguesa encontrada na zona da *villa* datar do século XIII ³², parece, com base nos achados de cerâmica, que voltou a ser ocupada só no decorrer do século XVIII, aquando da construção do complexo rural ainda hoje visível.

Com a continuidade de povoamento até ao século X, a *villa* de Milreu pertence ao conjunto de lugares romanos do sul de Portugal, que continuaram a ser ocupados pelos conquistadores árabes. Conhecem-se resultados semelhantes de pesquisas referentes às *villae* de Cerro da Vila (Vilamoura, Loulé) ³³, Vale do Boto (Castro Marim) ³⁴ Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) ³⁵, Lezírias (Castro Marim) ³⁶ ou

Fonte Santa (Alte, Loulé) ^{37/38}. Em todas as ruínas há vestígios da cultura árabe ³⁹. Parece que um resto da população românica permaneceu ⁴⁰, até ao início da Idade Média, nas *villae rusticae*, às quais na Antiguidade tardia, se acrescentaram construções para o culto cristão, em partes consideráveis, como por exemplo São Cucufate (Vidigueira) ⁴¹, Torre de Palma (Portalegre) ⁴² ou Monte da Cegonha (Vidigueira) ⁴³. Para além da Serra do Caldeirão, no Alentejo, algumas grandes *villae* rústicas romanas mostram um desenvolvimento muito diferente. Sem que seja possível provar influências da cultura árabe, sabe-se que se formaram novos povoaamentos nas proximidades imediatas das *villae* antigas, ainda antes da viragem do milénio.

BIBLIOGRAFIA:

- Cerâmica 1987
A Cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental (Lisboa 1991).
Hauschild 1964
Th. Hauschild, Der Kultbau neben dem römischen Ruinenkomplex bei Estoi in der Provincia Lusitania (Diss. Berlin 1964).
Hauschild 1980
Th. Hauschild, Milreu/Estoi (Algarve) – Untersuchungen neben der Taufpiscina und Sondagen in der Villa – Kampagnien 1971 und 1979. Madr. Mitt. 21, 1980, pp. 189-219.
Rosseló Bordoy 1978
G. Rosseló Bordoy, Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca (Palma 1978).
Santos 1972
M. L. Estácio da Veiga Affonso dos Santos, Arqueologia Romana do Algarve II (Lisboa 1972).
Torres 1987
C. Torres, Cerâmica islâmica portuguesa – Catálogo. (Mértola 1987)

CATÁLOGO “

Os números do inventário referem-se aos números dos complexos da escavação. Os achados estão depositados no museu da cidade de Faro.

Cerâmica de pasta fina

- 1 Fragmento de gargalo, ombro e bojo de uma bilha. Pasta ocre-cor de rosa com superfície ocre-amarelo. No ombro traços e círculos com pontinhos a manganês. Na asa, de secção triangular, distinguem-se uma ondulação, outra linha no arranque do gargalo e sobre a moldura do gargalo angulosa. $\varnothing$ do gargalo: 4,5 cm. [91/128, 91/111, 91/109, 91/76, 91/79, 91/53, 91/54, 91/64, 91/104]
- 2-3 Dois fragmentos de bojo globular. Pasta ocre-castanha com decoração geométrica a manganês (vermelho-castanho). [91/127]
- 4 Fragmento do bojo. Pasta ocre-amarelo com decoração a manganês. [91/127]
- 5 Idem. [91/127]
- 6 Idem. [91/127]
- 7 Idem [91/127]
- 8 Fragmento do ombro numa peça de cerâmica bicônica. Pasta ocre com linhas em manganês. [91/76]
- 9 Fragmento do gargalo numa jarra com boca envasada, com ombro envasado e bordo levemente envasado. Restos de decoração a manganês. $\varnothing$ do bordo: 11 cm. [91/113]
- 10 Bico e fragmento do fundo dum candil. Pasta baço-branca. Restos da decoração a manganês no bico. [91/53; 91/51]
- 11 Fragmento do bordo com arranque da asa dum candil. Pasta ocre-cor de rosa com três linhas a manganês na asa. [91/53]
- 12 Asa de secção redonda com arranque do bordo. Pasta ocre-castanha com restos da decoração a manganês. [91/90]
- 13 Asa com estrutura fina. Pasta ocre. [91/90]
- 14 Asa de secção redonda. Pasta branca. [91/53]
- 15 Asa de fita escavada a meio. Pasta branca. [91/104]
- 16 Asa de secção redonda. Pasta ocre cor de laranja. [91/128]
- 17 Fragmento do bordo dum candil. Pasta ocre-amarela. $\varnothing$ do bordo: 5 cm. [91/85]
- 18 Fragmento do bordo boleado dum candil. Pasta ocre-amarela. $\varnothing$ do bordo: 6,8 cm. [91/127]
- 19 Fragmento do bordo numa bilha com bordo engrossado pelo exterior. Pasta amarela-branca. $\varnothing$ do bordo: 6,2 cm. [91/90]
- 20 Fragmento do bordo perfilado numa bilha. Pasta ocre-cor de laranja. $\varnothing$ do bordo: 7,5 cm. [91/76]
- 21 Fragmento do bordo engrossado pelo exterior com canelura e duas asas. Pasta ocre-branco. $\varnothing$ do bordo: 13,5 cm. [91/90]

- 22 Fragmento do bojo numa taça (?) bicônica. Parte superior canelada. Pasta cinzenta de cozedura em atmosfera redutora. [91/79]
- 23 Fragmento de ombro com caneluras horizontais (panela?). Pasta ocre-cor de laranja. [91/12]
- 24 Fragmento do bojo dum pote bicônico (escudela) com caneluras horizontais. Pasta castanha. $\varnothing$ max. 27 cm. [91/112]
- 25 Fragmento do bordo dum prato com bordo arredondado. Pasta cinzenta-cor de laranja com linhas horizontais de engobe castanho. $\varnothing$ do bordo: 18 cm [91/127]

Cerâmica comum de pasta grossa

- 26 Fragmento do bordo dum jarro. Pasta cinzenta, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 8 cm. [91/127]
- 27 Fragmento do bordo dum jarro. Pasta cinzenta, enegrecida pela exposição ao fogo. [91/60]
- 28 Fragmento de bordo revirado para fora. Pasta castanha-escura. $\varnothing$ do bordo: 12 cm. [91/97]
- 29 Idem. Pasta escura. [91/17]
- 30 Idem. Pasta cinzenta, enegrecida pela exposição ao fogo. [91/79]
- 31 Fragmento de bordo revirado para fora. Pasta escura, enegrecida pela exposição a fogo (torno lento). $\varnothing$ do bordo: 14 cm. [91/98]
- 32 Fragmento de bordo triangular, revirado para fora. Pasta castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 13 cm. [91/126]
- 33 Fragmento do bordo engrossado para dentro, ligeiramente revirado para fora. Pasta castanha (torno lento). $\varnothing$ do bordo: 11 cm. [91/134]
- 34 Fragmento do bordo revirado para fora, pouco engrossado. Pasta cinzenta, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 14 cm. [91/112]
- 35 Fragmento do bordo, pouco revirado para fora, abicado. Pasta escura. $\varnothing$ do bordo: 11 cm. [91/128]
- 36 Fragmento de bordo moldurado pelo exterior. Pasta castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 11,5 cm. [91/102]
- 37 Fragmento de bordo abicado para fora. Pasta castanha-escura (torno lento), enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 9,5 cm. [91/128]
- 38 Idem. Pasta cinzenta-castanha. [91/126]
- 39 Idem. Pasta castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 10 cm. [91/128]
- 40 Idem. Pasta ocre-castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 11 cm. [91/128]
- 41 Idem. Pasta castanha, superfície cinzenta. $\varnothing$ do bordo: 11 cm. [91/53]
- 42 Idem. Bordo afunilado. Pasta castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. [91/111]
- 43 Fragmento de bordo, revirado para fora, em cima horizontal. Pasta castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do bordo: 14 cm. [91/44]
- 44 Idem. Pasta cinzenta-ocre. $\varnothing$ do bordo: 9,5 cm. [91/128]
- 45 Fragmento de fundo arredondado. Pasta castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do fundo: 7,5 cm [91/53]
- 46 Idem. Pasta castanha, no exterior enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do fundo: 6 cm [91/154]
- 47 Fragmento de fundo, rudimentos dum pé em degrau arredondado (modelado à mão). Pasta castanha, enegrecida pela exposição ao fogo. $\varnothing$ do fundo: 9 cm [91/101]
- 48 Fragmento de fundo plano. Pasta castanha. $\varnothing$ do fundo: 8,5 cm [91/78]
- 49 Idem. Pasta ocre-castanha, pouco enegrecida. [91/61]
- 50 Idem. Pasta castanha, enegrecida. $\varnothing$ do fundo: 7 cm [91/128]
- 51 Idem. Pasta castanha, pouco enegrecida. $\varnothing$ do fundo: 8 cm [91/53]
- 52 Fragm. de fundo, revirado para fora. Pasta castanha-vermelha, em parte enegrecida. $\varnothing$ do fundo: 10 cm. [91/104]

- 53 Fragm. de asa com arranque do ombro. Pasta castanha-escura (torno lento). Ø do bordo: 13 cm. [91/128]
- 54 Idem. Pasta castanha, enegrecida. [91/61]
- 55 Fragm. de bojo com canelura. Pasta escura, enegrecida. (modelado à mão). [91/128]
- 56 Fragm. de ombro com arranque do bordo. Pasta escura, enegrecida. [91/79]
- 57 Idem. Pasta escura com estrias de roda. [91/64]

NOTAS

- 1 S.P.M. Estácio da Veiga Affonso dos Santos, A tabula de bronze de Aljustrel, Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa (1980); Santos 1972, pp. 179-216.
- 2 O autor agradece especialmente ao Sr. Dr. Th. Hauschild, director da dependência em Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão, a quem se deve a investigação da villa romana de Milreu. Hauschild 1964. – Idem, A Villa romana de Milreu, Estói (Algarve). Arqueologia 9, 1984, pp. 94-104.
- 3 Santos 1972, op. cit. p. 210 (TS com marca CHRESTI e OF SEC) Além da sigillata itálica, encontrou-se recentemente, em grande quantidade, sud-gálica.
- 4 N. Hanel, Römische Öl- und Weinproduktion auf der Iberischen Halbinsel am Beispiel von Munigua und Milreu. Madr. Mitt. 30, 1989, pp. 204-238
- 5 Cf. J. Alarcão, R. Étienne, F. Mayet, Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal) (Paris 1990). – M. Pessoa, Villa romana do Rabaçal: Arquitectura e mosaico. En: IV Reunião da Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa 1992) pp. 128-131.
- 6 V. de Souza, Corpus Sepulchrorum Imperii Romano – PORTUGAL (Lisboa 1990) p. 43, Nr. 123; p. 45, Nr. 127. – H. Hauschild, Dois bustos romanos de Milreu (Estói). Anais Municip. Faro 3, 1971, pp. 243-249. – W. Trillmich, Ein Bildnis der Agrippina Minor aus Milreu/Portugal, Madr. Mitt. 15, 1974, pp. 184-202; K. Fitschen, Bildnis einer Frau trajanischer Zeit aus Milreu. Madr. Mitt. 34, 1993, pp. 202-209; Idem., Das Bildnis des Kaisers Gallien aus Milreu idem pp. 210-227. – Devido à existência de testemunhos epigráficos inequívocos, outras considerações no que diz respeito à posição da família são mera especulação.
- 7 Alarcão / Étienne / Mayet, op. cit.
- 8 Santos 1972, pp. 262, fig. 30C.
- 9 Hauschild 1964, p. 66. – Recentemente, quanto ao tipo do templo E. Gose, Der gallo-römische Tempelbezirk im Altbachtal zu Trier (Trier Grabungen u. Forsch. 7) (Mainz 1972).
- 10 Santos 1972, p. 191. – Hauschild 1964, pp. 70.
- 11 Achados da época visigótica são já mencionados por F. de Almeida, Arte visigótica em Portugal (Lisboa 1962) p. 211, fig. 178; pp. 232, fig. 302-204; p. 243, fig. 353-354 e p. 247, fig. 373; novamente: Santos 1972, p. 215, fig. 287, 291-292. – Igualmente cerâmica, em grande parte não publicada (e. g. céramique paléochrétienne sigillée grise, já Hauschild 1980, p. 216, fig. 18).
- 12 Th. Hauschild, Excavaciones en Milreu-Estói (dos nuevos mausoleos familiares. En: XVI Congreso Nacional de Arqueología (Murcia-Cartagena 1982) 1983, pp. 851-852. – Idem 1980, pp. 189-219.
- 13 Como ficou demonstrado através de pequenos tubos de vidro com uma nota, escrita em 1941 por M. Lyster Franco, foram na ocasião abertas algumas sepulturas na zona do temeno.
- 14 Hauschild 1980, pp. 204.
- 15 O fragmento de 1987 é proveniente de uma enumeração simples em terra, na área leste da villa (nº inv. MI/87/79, IAA – Neg. nº R96-87-10; R96-87-16). Outros foram encontrados no decorrer dos trabalhos de limpeza das sepulturas abertas em 1941: M. Lyster Franco, As ruínas romanas do Milreu e os últimos trabalhos nelas realizados. (Faro 1943) p. 18. – Zum Typ: L. Caballero Zoreda, T. Ulbert. La Basilica Paleocristiana de Casa Herrera en las Cercanías de Mérida (Badajoz). Excav. Arqueol. España 89 (Madrid 1975) pp. 159, lám. 35.G. – L. Caballero Zoreda, J. I. Latorre Macarrón, La iglesia y el monasterio visigodo de Santa María de Melque (Toledo): Arqueología y Arquitectura. San Pedro de la Mata (Toledo) y Santa Comba de Bande (Orense). Excav. Arqueol. España 109 (Madrid 1980) p. 230, fig. 72.
- 16 Agradeço numerosas indicações à Drª Susana Gómez Martínez (Madrid).
- 17 Rosselló Bordoy 1978, pp. 25 («redoma»). – Torres 1987, n. 59.
- 18 C. Torres, M. P. Palma, M. Rego, S. Macías, Cerâmica islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade. Em: Cerâmica 1987, pp. 497-538; p. 514, Nr. 36.
- 19 Rosselló Bordoy 1978, pp. 29 («Jarrita»). – Torres 1987 N. 50.
- 20 Rosselló Bordoy 1978, pp. 48 (Tipo 6.4, ainda nitidamente na tradição de 6.3).
- 21 Cf. Torres 1987, No. 22.
- 22 C.E.V.P.P., Cerámicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduración. En: Cerâmica 1987, pp. 49-67, fig. 3, 1-4. – Cf. J. N. Blázquez, F. Molina, La Villa urbana del Olivar. En: Castulo II. Excav. Arqueol. España 105 (Madrid 1979) pp. 109, bes. pp. 231, fig. 129, lib.
- 23 C.E.V.P.P. op. cit., fig. 7, 2.
- 24 M. A. Almansa, Cerâmica a torno lento em Bezmiliana. Chronologia, Tipologia y Difusión. En: Acta del I Congreso de Arqueol. Med. Esp. (Huelva) 1985) pp. 243-267. – P. Reynolds, Cerâmica tardoromana modelada a mano de carácter local, regional y de importación en la provincia de Alicante. Lucentum 4, 1985, pp. 245-267. – S. Gutiérrez Lloret, Cerámica Común Paleoespañola del Sur de Alicante (siglo VII-X) (Publ. Caja Ahorros Provincial 147) (Alicante 1988).
- 25 L. Caballero Zoreda, Cerámicas de «Época visigoda y posvisigoda» de las Provincias de Cáceres, Madrid y Segovia. Boll. Arqueol. Medieval 3, 1989, pp. 75 - 107, fig. 3, 36. 40-47.
- 26 Resumindo: idem pp. 99, fig. 9-11 – Cerâmica modelada ao torno, por exemplo do Cerro da Villa: J. L. de Matos, Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila, Cerâmica 1987, pp. 429-456, esp. N. 3. 18. 44.
- 27 Cf. C.E.V.P.P., op. cit. fig. 9, 7 (Bobala); 11. 4-5 (Arcavia). – J. L. de Matos, op. cit. , N. 28.
- 28 Parece que, quando na Península Ibérica numa igreja existem simultaneamente uma necrópole e um baptistério, não é forçoso tratar-se de uma igreja de

- mártir «ad santos» (baptismo ad sanctum). Deverá contar-se, antes, com uma igreja própria do resto da população românica. Cf. Th. Ulbert, *Frühchristliche Basiliken mit Doppelapsiden auf der Iberischen Halbinsel*. Arch. Forschungen 5. (Berlin 1978).
- 29 A. Oliveira, *Monografia de Estoi* (1912, Reprint Faro o. J.) fig. depois p. 126. — IAA — Neg. Nr.: R108-81-1; R106-81-4.
- 30 Cf. A. Goulart de Melo Borges, *Panorâmica de epigrafia árabe em Portugal*. Estudos Orientais 2 (Lisboa 1991) pp. 91-100.
- 31 Parece sedutora a ideia de que a grande quantidade de fragmentos de mosaico e da incrustação de mármore esteja ligada à remoção consciente e necessária, por razões de culto, da decoração figurativa da *cella*.
- 32 A série de moedas antigas acaba com um fólis, de Teodósio (379-395). A primeira moeda encontrada a seguir é um dinheiro, do reinado de D. Afonso III (1248-1279).
- 33 L. de Matos, op. cit., pp. 429.
- 34 V. Gonçalves, H. Catarino, A. M. Arruda, *O sítio romano-árabe do Vale do Boto*. Notícia da sua identificação. Clio 2, 1980, pp. 71-79.
- 35 Helder M. Ribeiro, *Sigillata Clara do Montinho dos Laranjeiros* (Escavação de 1990). En: IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa 1992) pp. 148-152; esp. p. 150.
- 36 D. Lopes, *Algumas moedas árabes da Península encontradas no Algarve*. O Arch. Port. 1, 1895, pp. 97-103. — A. M. Arruda, A. C. Dias, *O sítio romano-árabe da Lezíria: 1. A Terra Sigillata itálica e sudgalica*. Conimbriga 24, 1985, pp. 111-124.
- 37 A pequena elevação com a *villa*, construída, o mais tarde, no séc. I D.C., parece ter sido povoada até ao séc. X (achados de superfície dos anos 1991-93, no Museu de Faro). — Quanto ao local dos achados: I. M. R. Periquito, *Arqueologia do concelho de Loulé*. (Diss. Lisboa 1968) pp. 174. — Santos 1972, p. 143.
- 38 Idem: *Cerro do Espargal* (Banafim, Loulé) (Carta Arqueológica de Portugal Concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel (Lisboa 1992) p. 209; n. 588-3/3) und *Palmeiros* (Salir) (idem, p. 229; n. 597-2/3).
- 39 Esperam-se outros achados das prospecções para uma carta arqueológica do Algarve: V. Gonçalves, A. M. Arruda, H. Catarino, *Três intervenções sobre arqueologia no Algarve*, Clio 1, 1983/84, pp. 191-196, esp. fig.
- 40 Por último, no que diz respeito à questão da continuidade: C. Torres, *povoamento antigo no baixo Alentejo*. Alguns problemas de topografia histórica. Arqueol. Medieval 1, 1992, pp. 189-202, esp. fig. 3.
- 41 Alarcão/Etienne, p. 268.
- 42 T. Ulbert, op. cit. pp. 184.
- 43 A. E. Rafael Alfenim, M. da Conceição Lopes, *A Basilica Paleocristã do Monte da Cegonha — Vidigueira* En: IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa 1992) pp. 95-96.
- 44 Os desenhos são de Margarida Monteiro (Algés) [7-10] e de Jutta Lauber (IAA Lisboa) [2.5], as fotografias de J. Patterson (IAA Madrid).

CERÂMICAS MUÇULMANAS DO MUSEU MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

ANTÓNIO RAFAEL CARVALHO

JOÃO CARLOS FARIA

1. INTRODUÇÃO

Na sequência do estudo sistemático do espólio arqueológico dos Períodos Medieval e Moderno, exumado em Alcácer do Sal mais concretamente na área do castelo, cujos primeiros resultados foram apresentados no IIº Encontro de Arqueologia Urbana (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 1994), julgamos oportuno efectuar o trabalho que ora apresentamos.

Este incide sobre um conjunto de cerâmicas, que seleccionámos a partir de um leque variado, que se encontra depositado nos fundos arqueológicos do Museu Municipal de Alcácer do Sal. Estes materiais provêm de recolhas de superfície efectuadas na área do Castelo e zona envolvente, realizadas ao longo da existência do referido Museu.

Procuramos assim neste estudo, a partir das cronologias aceites, fornecer novos elementos sobre a Islamização desta região Atlântica, do *Garb Al Andalus*.

2. ALGUNS PARALELOS E INTEGRAÇÃO CULTURAL

2.1 Cerâmicas dos séculos IX-XI

A peça nº 1 poderá corresponder a uma taça. O programa decorativo que apresente a sua superfície interna, conjuntos de reticulados separados entre si, de cor vermelha sobre fundo de engobe branco, encontram bons paralelos em cerâmicas exumadas de Silves e Mértola, associadas a formas abertas, mas

tipologicamente diferentes do exemplar de Alcácer do Sal. Em Silves (GOMES, 1990, p. 3), um prato, em cuja aba podemos observar um programa decorativo de reticulado semelhante e com o interior decorado, foi datado dos séculos VIII-IX. Um exemplar exumado em Mértola, datado dos séculos IX-X (TORRES, et al., 1991, p. 503, fig. 009), apresenta na aba, conjuntos de reticulados a vermelho, sobre fundo de engobe branco. O interior da peça apresenta motivos decorativos de natureza fitomórfica.

A peça nº 2, forma indeterminada, apresenta na superfície interna, profusa decoração a vermelho sobre fundo bege claro, que oferecem motivos de natureza fitomórfica. Não verificámos a existência de paralelos similares, contudo alguns dos temas decorativos que identificámos, como sendo flores de lotus ou palmetas, podemos encontrar em paralelos «aproximados» de Vila Moura (MATOS, 1991, p. 436/437, figs. 0045 e 0023), apresentando uma delas, a peça 0023, um conjunto de pontos no seu lábio, asso-

ciação que podemos observar na peça de Alcácer do Sal. Também em Mértola, numa tijela vidrada, datada dos sécs. XI-XII (TORRES, *ibidem*, p. 513, fig. 033), podemos observar um motivo semelhante.

As restantes cerâmicas, do nº 3 ao nº 8, de pastas cremes e avermelhadas, cobertas por programas decorativos em tons de vermelho, apresentam bons paralelos, nas cerâmicas exumadas no Castelo de Palmela, em níveis inseridos provisoriamente nos sécs. VIII-IX, das quais já foram publicados alguns exemplares (FERNANDES e CARVALHO, 1993, p. 43, fig. 104, 106 e 105).

A morfologia da peça nº 3, associa-se às jarrinhas dos sécs. IX-X, encontradas em Mértola (TORRES, *ibidem*, p. 434, fig. 0133).

A peça nº 7, assemelha-se a uma encontrada em Mesas do Castelinho (GUERRA E FABIÃO, 1993, p. 96, fig. 5). As restantes cerâmicas, apresentam pasta e motivos decorativos semelhantes, que podemos verificar em cerâmicas de Mértola, datadas dos sécs. IX-X. A peça nº 5, apresenta na sua superfície externa um grafito que poderá corresponder a uma inscrição em Árabe.

Um bom paralelo para a peça nº 9, um candil, podemos encontrar num outro exemplar idêntico exumado no Castelo de Palmela, inserido provisoriamente nos sécs. IX-X (FERNANDES e CARVALHO, 1993, p. 46, fig. 109). Ambos os exemplares apresentam um tipo de pasta, cor das superfícies, e forma tipológica semelhante. Dado as longevidades de certas formas tipológicas, e a existência de outros paralelos no Al Andalus, enquadrámos o exemplar de Alcácer nos sécs. IX-XI.

2.2 Cerâmicas dos finais do século XII e primeira metade do século XIII

A cerâmica nº 10, de pasta bege num tom esverdeado, com bico vertedor e o fragmento

nº 11, que poderá pertencer ao fundo da mesma peça, correspondem a um bule. Esta forma corresponde a uma tipologia coeva dos sécs. XII-XIII, existindo exemplares semelhantes em Mértola (TORRES, *ibidem*, p. 529, fig. 084) e em Silves (GOMES, 1988, p. 274).

As peças nº 12, 13 e 14, correspondem a jarrinhas, inseridas nos sécs. XII-XIII, cujos paralelos podemos encontrar em Mértola (TORRES, *ibidem*, p. 529, fig. 083) e em Silves (GOMES, 1988, p. 272).

Os melhores paralelos para as tampas encontradas em Alcácer do Sal, peças nº 15 e 16, podemos identificar em Silves (GOMES, 1988, p. 273), assim como outras variantes exumadas em Murcia (PALAZON, 1991, p. 216 a 221).

O melhor paralelo para o candil encontrado em Alcácer do Sal, a peça nº 17, podemos encontrar num outro exumado na camada 2 do Castelo de Silves (GOMES, 1988, p. 238/239).

As peças nº 18 e 19, correspondem a taças vidradas, decoradas com conjuntos de cordões verticais em relevo. Podemos reconhecer paralelos em cerâmicas provenientes de níveis Almoadas de Silves, Mértola, Niebla e Shadhafilah. Os exemplares de Alcácer, mostram algumas associações decorativas, que aparentemente não aparecem nos locais atrás citados, exceptuando um exemplar proveniente de Shadhafilah/Sevilha (KIRCHNER, 1990, p. 121, fig. 47).

A peça nº 20, corresponde a uma tampa. De grande beleza estética, a sua forma tipológica, assemelha-se a exemplares dos sécs. XII e XIII, exumados em Silves (GOMES, 1988, p. 237), Mértola (TORRES, *ibidem*, p. 523), Palmela (CARVALHO e FERNANDES, 1990, p. 33) e Murcia (PALAZON, 1991, pp. 223-225), diferindo dos exemplares atrás referidos, no seu programa decorativo; um conjunto de linhas incisais, cruzadas entre si.

Na peça nº 21, fragmento de cerâmica que apresenta decoração moldada, podemos identificar um conjunto de temas decorativos inseridos numa possível cartela, tais como botões, cordões ondulados em relevo e cordões laterais em relevo. Podemos observar alguns destes motivos, num fragmento de cerâmica exumado em Mértola, datado do séc. XII (TORRES, *ibidem*, p. 536).

Fragmento do fundo de uma taça, com pé em anel, possuindo o interior, decoração impressa numa cartela com motivos amendoados, a peça nº 22, encontra paralelos nas cerâmicas exumadas em Mértola, datadas do séc. XII (TORRES, *ibidem*, p. 518/9) e em Silves, séculos XII-XII (GOMES, 1988, p. 232).

As peças nº 23 a 29, correspondem a fragmentos de talhas estampilhadas, que podemos enquadrar na segunda metade do séc. XII e primeira metade do séc. XIII, podendo ser coevas da fase de ocupação Almoada de Alcácer do Sal. De grande beleza plástica, os fragmentos encontram-se profusamente decorados com motivos de natureza arquitectónica, epigráfica, geométrica, zoomórfica e fitomórfica. Numa análise mais regional, referente à parte portuguesa do Garb Al Andalus, encontramos paralelos para algumas das temáticas decorativas e tipos de acabamento das peças exumadas em Alcácer do Sal, em cerâmicas

cronologicamente similares de Beja (CORREIA, 1991), Aljustrel (RAMOS et ali, 1993), Mértola (TORRES, et ali, KHAWLI, 1992, 1993 e 1994) e Silves (GOMES e GOMES, 1986 e 1988).

A peça nº 23, bordo de talha, a que poderá pertencer a peça nº 24, foi gravada no bordo e na parede exterior, uma sequência de motivos circulares, cuja técnica de impressão na pasta, não encontramos paralelos precisos nos lugares atrás referidos.

Os motivos impressos no bordo e parede exterior da peça nº 25, poderão corresponder a motivos pseudo-epigráficos, aplicados para uma valorização estética da peça. Talhas, com motivos pseudo-epigráficos impressos foram encontrados em Mértola (KHAWLI, 1992).

A peça nº 26, de grande beleza estética, corresponde a um fragmento de parede de talha. Os motivos estampilhados estão inseridos no interior de cartelas. A primeira faixa estampilhada, apresenta um conjunto geométrico de estrelas em relevo, de oito pontas, entrelaçadas entre si e emolduradas por barras rectilíneas descontínuas. No interior das estrelas, sobressai um motivo fitomórfico, oito pétalas em relevo, dispostas radialmente a partir de um centro. A segunda faixa estampilhada, inserida numa cartela, mostra motivos fitomórficos estampilhados, emoldurados por triângulos «trapezoidais» em relevo. Oito pétalas sobressaem do interior em relevo, dispostas a partir de um ponto central em relevo.

As peças nº 27 e nº 28, podem corresponder à mesma forma cerâmica. Os temas estampilhados, encontram-se inseridos em cartelas. A primeira faixa estampilhada, apresenta motivos de natureza epigráfica, que continuam no fragmento nº 28. A segunda faixa, contém estampilhas de natureza zoomórfica, possivelmente a representação de borboletas, para as quais não encontramos até ao momento paralelos. Na terceira faixa, foram estampilhados motivos de natureza fitomórfica, entrelaçados entre si.

A peça nº 29, fragmento de talha, é o único exemplar que apresenta a superfície externa coberta totalmente por esmalte verde. As estampilhas encontram-se inseridas no interior de cartelas. Na primeira faixa, as linhas incisas, poderão corresponder a estampilhas de temática arquitectónica; motivos aparentemente semelhantes podemos identificar numa estampilha existente num fragmento de talha, proveniente de Mértola (KHAWLI, 1994, fig. 28). A segunda faixa, apresenta estampilhas de natureza fitomórfica; quatro pétalas espinhosas, dispostas radialmente a partir de um centro. Entre elas, desenvolve-se um programa decorativo de natureza geométrica. A terceira faixa, da qual se conservou uma pequena superfície, identificamos a existência de um motivo de natureza possivelmente arquitectónica.

A peça nº 30 que corresponde a uma bilha, apresenta-se profusamente decorada, por sequências de estampilhas inseridas em cartelas, alternando entre si por linhas incisas de desenvolvimento rectilíneo e ondulatório. Uma das estampilhas, correspondem a círculos. Podemos encontrar motivos semelhantes no fundo de taças e nas paredes de talhas exumadas em Silves e Mértola. Para a

segunda temática impressa, não encontramos até ao momento paralelos.

A peça nº 31, fragmento de bilha, mostra um motivo estampilhado que é semelhante ao da peça atrás descrita. Contudo, apresenta um outro programa decorativo. Um desses temas sugere tratar-se de um motivo de natureza arquitectónica.

3. CONCLUSÕES

O conjunto de cerâmicas estudadas, são como foi referido na introdução, provenientes de recolhas de superfície. Não é possível, excluindo as cerâmicas melhor conhecidas do Período Almoadas, definir correctamente uma baliza cronológica estreita para as restantes peças estudadas. Optámos por analisar esse conjunto de documentação arqueológica, numa perspectiva regional do Baixo Sado, privilegiando os dados disponíveis de Palmela. Verificámos a semelhança de algumas das formas, como as pastas e os temas decorativos, entre as cerâmicas exumadas nos dois Castelos, o que parece sugerir a existência de centros produtores, que seriam comuns aos dois locais. Em seguida, procurámos outros paralelos, nas cerâmicas até ao momento publicadas, exumadas em Silves e Mértola, entre outros locais considerados.

A existência de algumas tipologias com cronologias aceites para os sécs. IX-X, mas que podem ser inseridas no séc. VIII, segundo os dados provenientes de Silves, permitem reforçar a hipótese de uma ocupação precoce do interior amuralhado do Castelo de Alcácer do Sal, desde o Período Omíada. Com as escavações arqueológicas em curso, esperamos recolher novos elementos sobre esta fase importante da Islamização de Alcácer do Sal.

O relativo bom conhecimento que se possui actualmente sobre as produções cerâmicas do período Almoada, tanto em Portugal como em Espanha, e a presença em Alcácer do Sal dos modelos estandarizados e cerâmicas de importação, coevas desta fase cultural do Islão Peninsular, não nos ofereceram dúvidas para a correcta inserção cultural dos fragmentos cerâmicos agora estudados.

Apesar de tudo, não nos parece correcto aprofundar as conclusões sobre a Alcácer Muçulmana, a partir do estudo deste pequeno leque de cerâmicas sem contexto arqueológico. Parece-nos no entanto importante realçar, a existência de motivos decorativos estampilhados e incisos, aparentemente ausentes noutros locais do Al Andalus.

Como sugerimos em anterior estudo (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 1994), é de aceitar que parte da cerâmica dita comum tenha sido produzida em Alcácer, continuação cultural da tradição oleira romana.

4. CATÁLOGO

1

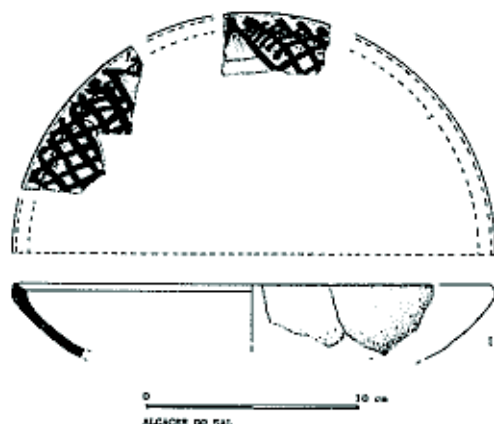
Taça (?)

Fragmento com bordo e parede. As superfícies encontram-se cobertas por espesso engobe branco, enegrecido por acção do lume. Pasta bege, com e.n.p. de grão finíssimo. A superfície interna e o lábio, apresentam decoração geométrica; conjuntos de reticulados, de cor avermelhada, um pouco enegrecida.

Diâmetro da boca - 224 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 5430



2

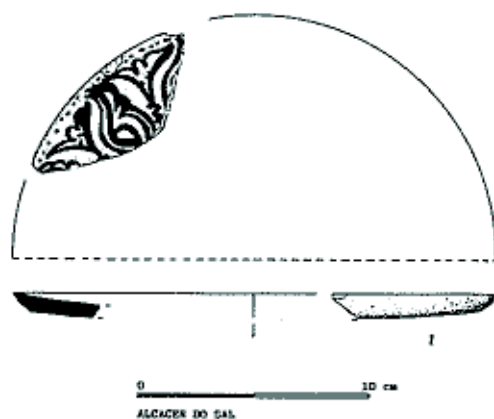
Forma indeterminada

Fragmento com bordo e parede. A superfície externa apresenta-se coberta por espesso engobe bege acastanhado. A superfície interna, coberta por espesso engobe bege claro, apresenta motivos decorativos fitomórficos em tons avermelhados. Pasta bege clara com e.n.p. de grão finíssimo, com algumas bolhas de ar.

Diâmetro da boca - 207 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 330



3

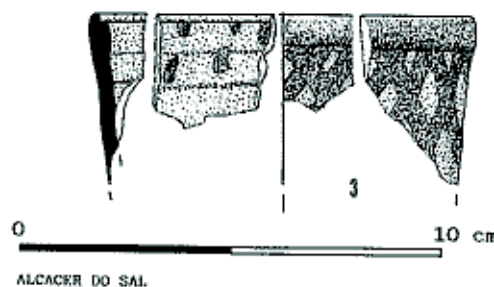
Jarrinha

Fragmento com bordo e parede. Superfície externa com engobe avermelhado claro, sobre o qual assenta decoração geométrica; um reticulado a vermelho. O lábio apresenta uma linha incisa, pintada a vermelho. Superfície interna ondulada, bege clara, apresenta alguns pingos vermelhos. Pasta bege clara, com e.n.p. de grão finíssimo.

Diâmetro da boca - 90 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 5431



4

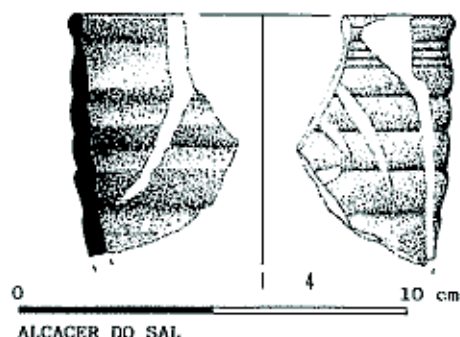
Bilha

Fragmento com bordo e parede. Superfícies onduladas, cobertas por espesso engobe vermelho acastanhado, apresentam decoração a vermelho. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão finíssimo.

Diâmetro da boca - 98 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 3137



5

Taça (?)

Fragmento de parede. Superfície externa bege, enegrecida pelo lume. Apresenta um conjunto de linhas incisadas, posteriores à elaboração da peça, que podem corresponder a uma inscrição em árabe. Superfície interna apresenta decoração geométrica, de cor vermelho acastanhada, sobre um fundo bege claro. Pasta bege claro com e.n.p. de grão finíssimo.

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 5432



6

Bilha (?)

Fragmento de parede. Superfície externa decorada a vermelho sobre um fundo bege avermelhado. Superfície interna bege vermelha. Pasta no mesmo tom, com e.n.p. de grão finíssimo.

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 5433



7

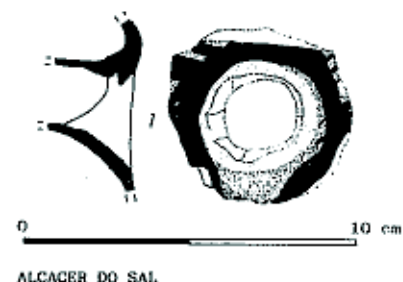
Jarro

Fragmento de parede e do bico vertedor. Superfície externa decorada a vermelho escuro, sobre fundo bege claro. Superfície interna e pasta em bege claro. A pasta contém e.n.p. de grão finíssimo.

Espessura da parede - 3 mm; 5 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 5434



8

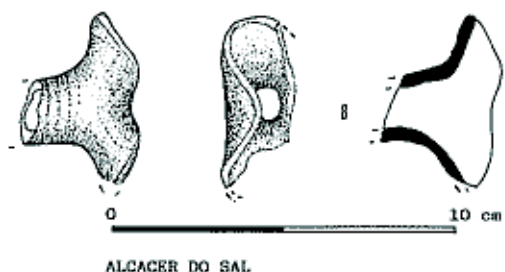
Jarro

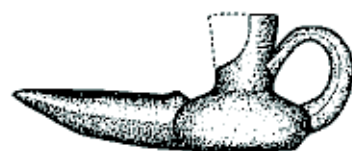
Fragmento do bico vertedor. Superfícies cobertas com espesso engobe vermelho acastanhado. Pasta no mesmo tom com e.n.p. de grão fino (mica).

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. R.S.-RT. 222/84





9

Candil

Exemplar quase intacto. Superfícies avermelhadas escuras, quase totalmente enegrecidas, em especial na zona do bico. Pasta avermelhada escura, enegrecida, com e.n.p. de grão médio (quartzo cristalino, mica).

Comprimento total da peça - 158 mm

Diâmetro da boca - 30 mm

Cronologia - sécs. IX-X

Inv. M.M.P.N. 342

10

Bule

Fragmento com bordo, parede e de bico vertedor. As superfícies e a pasta são de cor bege, num tom esverdeado muito esbatido. A pasta contém e.n.p. de grão finíssimo

Diâmetro da boca - 234 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 5435

11

Bule (?)

Fragmento com porção de fundo que poderá pertencer à peça atrás descrita.

Diâmetro do fundo - 100 mm

Cronologia - sécs XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 5436

12

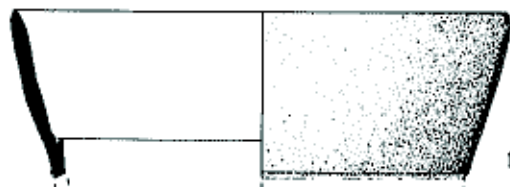
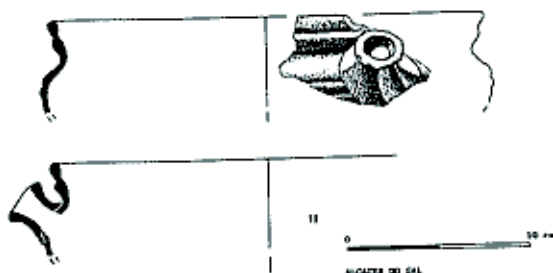
Jarra

Fragmento com bordo e parede. Superfícies e pasta de cor bege clara. A pasta contém e.n.p. de grão finíssimo.

Diâmetro da boca - 131 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 5437



ALCADER DO SAL

13

Jarra

Fragmento com porção de parede e arranque de asa. Superfícies e pasta de cor bege clara.

A pasta contém e.n.p. de grão finíssimo.

Diâmetro no colo da peça - 55 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 5438



14

Jarra

Fragmento com porção de parede e arranque de asa. Superfícies cobertas por espesso engobe bege claro. Pasta avermelhada com e.n.p. de grão finíssimo.

Diâmetro no colo da peça - 124 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 5439



15

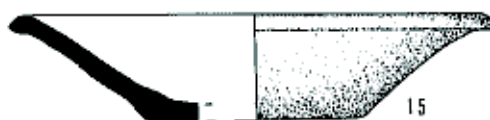
Tampa

Fragmento com bordo, parede e porção do fundo. Superfícies cobertas por espesso engobe bege claro. Pasta avermelhada com núcleo em tom mais claro; contém e.n.p. de grão finíssimo e algumas bolhas de ar.

Diâmetro da boca - 124 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 5440



16

Tampa

Fragmento com bordo, parede e porção do fundo. Superfícies cobertas por espesso engobe bege claro. Pasta avermelhada com núcleo em tom mais claro; contém e.n.p. de grão finíssimo e algumas bolhas de ar.

Diâmetro da boca - 110 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 5441



0 10 cm

ALCACER DO SAL

17

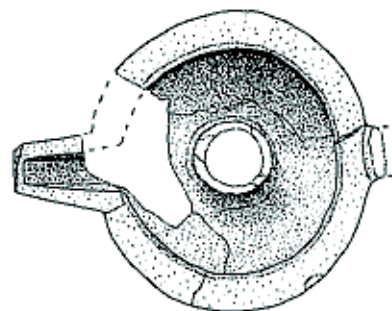
Candil

Fragmento de base, com bico e arranque de asa. As superfícies encontram-se cobertas por espesso esmalte verde escuro. Pasta bege com e.n.p. de grão finíssimo.

Diâmetro da base - 67 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 3397



0 10 cm



18

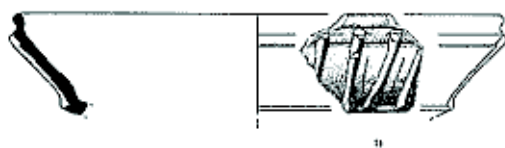
Taça

Fragmento com bordo, parede e fundo. As superfícies encontram-se cobertas por espesso vidrado amarelo. A superfície externa apresenta-se decorada por sequências de dois conjuntos de quatro cordões verticais em relevo, paralelos entre si, que parecem alternar com dois conjuntos de três cordões verticais em relevo. Por baixo da carena foi gravada uma linha incisa. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão médio.

Diâmetro da boca - 262 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 3334



19

Taça

Fragmento com bordo, parede e fundo. As superfícies encontram-se cobertas por espesso vidrado melado escuro. Pasta vermelha com núcleo acastanhado, contendo e.n.p. de grão médio (calcite (?) e mica).

Diâmetro da boca - 321 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 2795



20

Tampa

Fragmento com porção de parede. A superfície externa apresenta-se coberta por espesso esmalte verde, de tom amarelado claro o qual apresenta brilho metalizado. Esta, oferece uma cartela (existindo a parte superior), que é definida por uma linha incisa, muito pronunciada. O interior foi decorado por uma sequência de linhas incisas. Superfície coberta com esmalte amarelado claro, manchado a verde. Pasta bege avermelhada, com e.n.p. de grão finíssimo, apresentando algumas intrusões ferroginosas.

Espessura média da parede - 8 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 329



21

Forma indeterminada

Fragmento com parede. Superfície externa coberta por espesso engobe bege amarelado, na qual sobressai motivos decorativos em relevo. Superfície interna de cor bege, apresentando vestígios do corte da pasta fresca, por objecto cortante, aguçado, assim como algumas linhas incisas, descontínuas, sugerindo que foram feitas pelas unhas do oleiro. Pasta avermelhada, com e.n.p. de grão finíssimo.

Espessura da parede - 3 mm; 6 mm

Cronologia - sécs. XII-XIII

Inv. M.M.P.N. 332

22

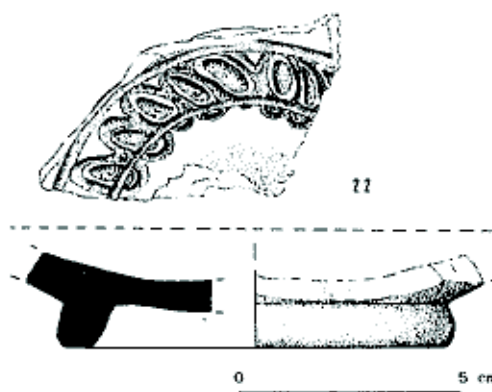
Taça

Fragmento com porção do fundo, com pé em anel. Superfície externa vidrada, de cor castanho escuro, com manchas mais claras. Superfície interna esmaltada em azul muito escuro, apresentando motivos decorativos de natureza fitomórfica, no interior de uma cartela. Pasta grosseira, com e.n.p. de grão médio (quartzo leitoso e mica).

Diâmetro do pé - 90 mm

Cronologia - sécs XII-XIII

Inv. M.M.P.N. 3396



23

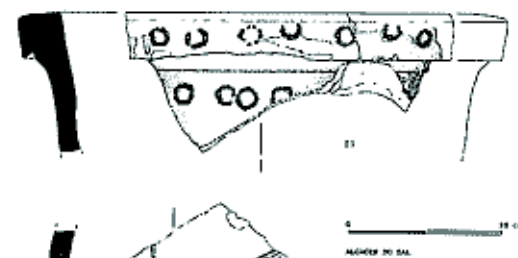
Talha

Fragmento com bordo e parede. A superfície externa apresenta-se coberta por espesso esmalte verde escuro. O lábio e superfície interna encontra-se coberta por engobe bege amarelado. Pasta avermelhada clara, com espesso núcleo acinzentado claro, contendo e.n.p. de grão médio e grosso (alguns fragmentos grosseiros de xisto (?) de cor avermelhada e mica). Superfície externa decorada no bordo e na parede, por uma sequência de motivos circulares.

Diâmetro da boca - 320 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 2724



24

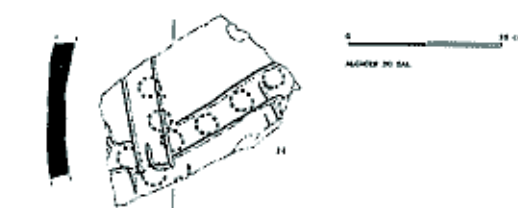
Talha

Fragmento com parede. Superfícies cobertas por um espesso engoba bege amarelado. Este exemplar e a peça anteriormente descrita apresentam pasta semelhante. Os motivos circulares, também são idênticos, aparecendo neste último exemplar, um conjunto de linhas incisas. É possível que os dois fragmentos façam parte da mesma peça.

Espessura da parede - 12 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 4341



25

Talha

Fragmento de bordo e parede. Superfícies avermelhadas, num tom mais claro na superfície externa. Pasta avermelhada com e.n.p. de grão médio e grosso (nódulos ferroginosos, quartzo leitoso e mica). A superfície externa apresenta decoração de motivos geométricos.

Diâmetro da boca - 298 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 3368



26

Talha

Fragmento de parede. Superfície externa profusamente decorada, encontrando-se coberta por espesso engobe bege acastanhado escuro. As estampilhas apresentam motivos de natureza geométrica e fitomórfica. A superfície interna de cor avermelhada, mostra-se pouco alisada, sendo perceptível os dedos do oleiro. Pasta púrea, com bolhas de ar, de cor vermelho vivo, com núcleo em tom mais escuro. Contém e.n.p. de grão médio (quartzo leitoso e mica).

Espessura da parede - 14 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 335





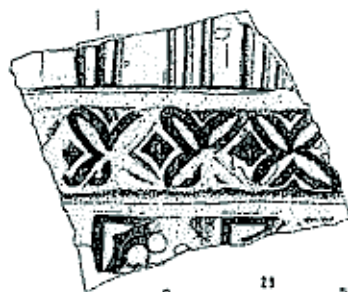
0 5 cm

ALCÁÇER DO SAL



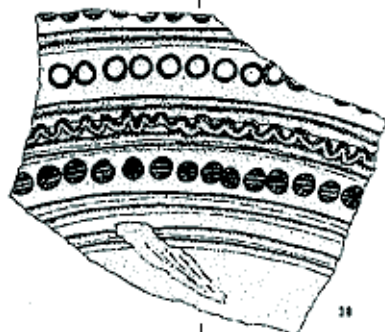
0 5 cm

ALCÁÇER DO SAL



0 5 cm

ALCÁÇER DO SAL



0 5 cm

27

Talha

Fragmento de parede. Superfície externa profusamente decorada, coberta por aguada de cor bege acastanhado claro. As estampilhas apresentam motivos de natureza epigráfica e fitomórfica. Outro dos temas poderá corresponder a borboletas. Superfície interna pouco alisada, de cor avermelhada. Pasta avermelhada, apresenta bolhas de ar, contém e.n.p. de grão médio (quartzo leitoso, nódulos vermelhos e mica).

Espessura da parede - 12 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 336

28

Talha

O programa decorativo, o tipo de pasta e o tratamento das superfícies, apresentam-se idênticas às da peça atrás descrita. Pensamos que se trata de outro fragmento da mesma peça.

Espessura da parede - 12 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 4974

29

Talha

Fragmento de parede. A superfície externa profusamente decorada, encontra-se coberta por espesso esmalte verde. As estampilhas apresentam motivos de natureza fitomórfica, arquitetónica e epigráfica. Superfície interna pouco alisada, de cor bege avermelhada. Pasta bege avermelhada em tom mais claro junto à superfície externa. Pasta cheia de bolhas de ar com muitos e.n.p. de grão médio e grosseiro (quartzo leitoso, grãos vermelho (?) e mica).

Espessura da parede - 13 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 4028

30

Bilha

Fragmento de parede. A superfície externa, profusamente decorada, de cor acastanhada e avermelhada. Apresenta motivos estampilhados, de natureza geométrica, intercalados por conjuntos de linhas incisadas. Superfície interna avermelhada escura. Pasta vermelha junto à superfície externa e acastanhada junto à superfície interna. Contém e.n.p. de grão fino (mica e quartzo leitoso).

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 3370

Fragmento de parede com arranque de asa, muito semelhante ao exemplar atrás descrito. Oferece outros motivos estampilhados e a superfície externa é de cor vermelha.

Espessura da parede - 4 mm

Cronologia - sécs. XII/XIII

Inv. M.M.P.N. 3365

BIBLIOGRAFIA

- BAZZANA, André e CRESSIER, Patrice, 1989. *SHALTIH/SALTES (Huelva) une ville médiévale d'al-andalus*. Publications de la Casa de Velázquez, Madrid, pp. 104.
- CARVALHO, A. Rafael e FERNANDES, I. Cristina, 1990. *Arqueologia do Concelho de Palmela*. A Ordem de Santiago -- História e Arte (catálogo da exposição «O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela»), Câmara Municipal de Palmela, pp. 25-40.
- CAVIRO, B. Martínez, 1991. *Cerâmica Hispanomusulmana. Andalusí y Mudéjar*. Ediciones el Viso, Madrid, pp. 348.
- FERNANDES, I. Cristina e CARVALHO, A. Rafael, 1992. *Cerâmicas Baixo-Medievais da casa nº 4 da Rua do Castelo (Palmela)*, Actas das 1ª Jornadas de Cerâmicas Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu estudo, Tondela (no prelo).
- FERNANDES, I. Cristina e CARVALHO, A. Rafael, 1993. *Arqueologia em Palmela, 1988/93*, Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Palmela, pp. 84.
- GOMES, R. Varela e GOMES, M. Varela, 1986. *Cerâmicas estampilhadas Muçulmanas e Modéjares do poço-cisterna de Silves*, 1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), Lisboa, pp. 127-141.
- GOMES, R. Varela, 1988. *Cerâmicas Muçulmanas de Castelo de Silves*, XELB, nº 1, Câmara Municipal de Silves, pp. 294.
- GOMES, M. Varela, 1990. *Museu Municipal de Silves: exposição permanente*, Câmara Municipal de Silves, pp. 11.
- GOMES, R. Varela e GOMES, M. Varela, 1992. *Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal)*, Actas do IIIº Congresso de Arqueologia Medieval Española, Oviedo, pp. 287-295.
- GUERRA, A. FABIÃO, C., 1993. *Uma Fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)*, Arqueologia Medieval, nº 2 Edições Afrontamento, Porto, pp. 85-102.
- KHAWLI, Abdallah, 1992. *Lote de Cerâmica Epigrafada em Estampilhagem de Mértola*, Arqueologia Medieval, nº1, Edições Afrontamento, Porto, pp. 7-25.
- KHAWLI, Abdallah, 1993. *Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de Mértola Islâmica*, Arqueologia Medieval, nº 2, Edições Afrontamento, Porto, pp. 63-78.
- KHAWLI, Abdallah, 1994. *Arcos estampilhados de Cerâmica Islâmica de Mértola*, Arqueologia Medieval, nº 3, Edições Afrontamento, Porto, (no prelo).
- KIRCHNER, H., 1990. *Étude des Ceramiques Islamiques de Shadhafilah*, Université Lyon 2, pp.160.
- MACIAS, J. A. Perez e BEDIA, J., *Un lote de cerâmica Islâmica de Niebla*, Arqueologia Medieval, nº 2, Edições Afrontamento, Porto, pp. 55-62.
- MACIAS, S., 1991. *Um conjunto cerâmico de Mértola - Silos 4 e 5*, Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 405-428.
- MACIAS, S., 1993. *Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um estudo Histórico e Arqueológico*, Arqueologia Medieval, nº 2, Edições Afrontamento, Porto, pp. 127-157.
- MATOS, J. L. de, 1991. *Cerâmica Muçulmana do Cerro da Vila*, Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp. 429-456.
- PALAZON, Navarro, 1991. *Una Casa Islâmica em Murcia. Estudio de su ajuar /siglo XIII/*, Série Islam y Arqueologia, nº1, Murcia, pp. 276.
- PAIXÃO, A. Cavaleiro, FARIA, J. Carlos e CARVALHO, A. Rafael, *O Castelo de Alcácer do Sal: Um projecto de Arqueologia Urbana*, Actas do IIº Encontro de Arqueologia Urbana, Braga (no prelo).
- RAMOS, C., MARTINS, A., MURALHA, J. e ESTOR-NINHO, A., 1993. *Castelo de Aljustrel. Campanhas de 1989 e 1992*, Vipasca, nº 2, Câmara Municipal de Aljustrel, pp. 11-40.
- TORRES, C., 1987. *Cerâmica Islâmica Portuguesa (Catálogo)*, Campo de Arqueologia de Mértola.
- TORRES, C., PALMA, M. P., REGO, M. e MACIAS, S., 1991. *Cerâmica Islâmica de Mértola - propostas de cronologia e funcionalidade*, Actas do IV Congresso de Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental, Mértola, pp.497-537.
- VILLALBA, J. Aguado, 1991. *Tinajas Medievales Españolas, Islámicas y Mudéjares*, Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, Série Iª Monografías, nº 22, pp. 232.

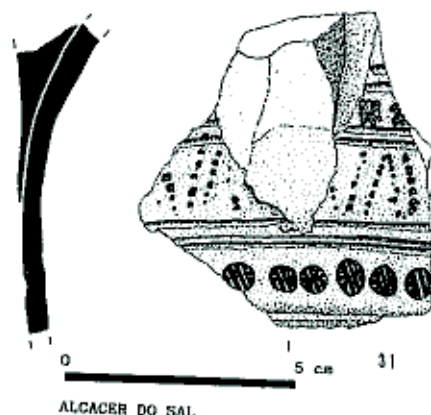
ABREVIATURAS:

e.n.p. elementos não plásticos

Inv. M.M.P.N. Inventário do Museu Municipal de Pedro Nunes - Alcácer do Sal

AGRADECIMENTOS:

ao Vitor Manuel Santos pela passagem do texto em computador.



LA CERÁMICA «VERDE Y MORADO» DE MÉRTOLA (PORTUGAL)

SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ

I. INTRODUCCIÓN

El estudio de los periodos califal y taifa en Mértola presenta la dificultad de la falta de niveles de ocupación de estas épocas en la estratigrafía hasta ahora conocida (TORRES, 1982; TORRES, 1987a). Las excavaciones han proporcionado interesantes niveles de ocupación almohade, pero para los periodos anteriores apenas si nos han llegado restos procedentes de niveles revueltos. Se trata esencialmente de rellenos previos a la construcción del barrio almohade, y el nivel de cementerio bajomedieval que altera todos los anteriores.

De ahí nuestro interés en estudiar la cerámica decorada en «verde y morado», ya que está profundamente ligada al periodo que va aproximadamente de mediados del siglo X a, cuanto menos, finales del siglo XI. Además, de ella se han encontrado en Mértola abundantes y variadas muestras (1662 fragmentos, procedentes del área de la *Alcáçova*), por lo cual pensamos que se trata de un conjunto suficientemente representativo de lo que este tipo de cerámica significó en su momento en Mértola.

La cerámica decorada en «verde y morado» comenzó a considerarse arqueológicamente a partir de las excavaciones realizadas a fines del siglo pasado en Elvira (GÓMEZ MORENO, 1888). Unos años después las excavaciones de Madinat al-Zahra (JIMÉNEZ *et alii*, 1926) proporcionaron gran cantidad de ella con lo que surgieron las primeras interpretaciones que la consideraban una producción propia de la ciudad palatina (de ahí la denominación «cerámica de Madinat al-Zahra») y de ella se llevaría a los más alejados confines de al-Andalus.

Al tiempo se fue formando una definición técnica «clásica» del tipo de decoración sobre la que haremos hincapié más adelante.

Es a partir de la década de los setenta cuando es revisada esa definición técnica y la teoría interpretativa, especialmente para afirmar la existencia de estas producciones en el periodo taifa (siglo XI) y la existencia de talleres locales (ROSSELLO, 1978; ZOZAYA, 1980; BAZZANA, LEMOINE y PICON, 1986; etc.). Aportaciones recientes incluso han mostrado la presencia de este tipo de cerámica en niveles datados en la primera mitad del siglo XII (GALLART, GIRALT y MIRO, 1986; SALVATIERRA y AGUIRRE, 1987), e incluso a fines de ese siglo (AZUAR, 1989; GISBERT, AZUAR y BRUGUERA, 1991). También, han surgido intepetaciones ideológicas (BARCELÓ, 1993), que retoman opiniones nunca expresadas por escrito de D. Manuel OCAÑA (ROSSELLO, 1987), las cuales reafirman el origen palatino de este tipo de vajilla. BARCELÓ también insiste en la

importancia de la composición cromática, compuesta por el blanco (color de los omeyas) y el verde (color del profeta) siendo así una forma de expresión del poder califal.

Uno de los temas más controvertidos ha sido el de la técnica de fabricación de esta cerámica, y especialmente la presencia de estaño en las cubiertas vítreas. Por ello hemos insistido en este punto y, así, con este estudio hemos pretendido no sólo conocer un poco mejor los períodos califal y taifa en Mértola, sino también aportar nuevos datos e hipótesis sobre la evolución técnica de este tipo de cerámica.

II. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS Y DE LAS PASTAS

El conjunto de cerámicas decoradas en «verde y morado» de Mértola presenta una enorme diversidad en sus características técnicas.

Las pastas presentan una enorme gama tanto en color como en tipo de intrusiones. En cuanto a textura, por lo general son muy porosas, un buen número de ellas presentan vacuolas y algunas una textura laminosa (4,8%). En general parecen bien decantadas aunque no en exceso, apareciendo en bastantes ocasiones intrusiones de mediano tamaño (53,3%), e incluso grandes (4,1%).

En cuanto al color de las pastas el grupo mayor lo representan las pastas anaranjadas de tendencia clara rosácea en sus superficies exteriores (57,17%) tengan o no una cocción que alterne la oxidación y la reducción. Estas pastas anaranjadas contienen en su mayoría intrusiones de esquisto, que pueden ir en combinación con mica y caliza especialmente, aunque se da también chamota, cuarzo y sílice en menor proporción (fig. 1). También es importante el grupo de cerámicas de



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

pastas claras de tendencia a ocre (23,56%) igualmente con predominio de intrusiones de esquisto muy frecuentemente acompañadas de caliza y mica (fig. 2). Las pastas rojizas aparecen en un 12,81% con predominio de intrusiones de esquisto y caliza (fig. 3). Es muy reducido el grupo de pastas grisáceas, generalmente de tendencia clara y verdosa (6,46%), también con predominio de intrusiones de esquisto y caliza (fig. 4).

Vemos pues un reducido grupo de cerámicas de cocción reductora o que presenten alternancia con la oxidación. Este último caso se da en mayor proporción en las formas cerradas especialmente las redomas, probablemente a causa de presentar bocas estrechas que dificultan la entrada de oxígeno y por tanto la oxidación. Frecuentemente más que una alternancia se trata de una cocción no uniforme con lo que la misma superficie cambia varias veces de color. Este hecho influye en el tono de las cubiertas; el melado en ocasiones vira a

melado verdoso, y el melado verdoso a verde negruzco en las formas cerradas. El blanco puede volverse ligeramente grisáceo.

Aunque son muy escasos los ejemplos con cocción defectuosa, la colocación en el horno es responsable de los defectos más frecuentes. En algunos casos se da un escurrimiento de los óxidos hacia el borde de la pieza lo cual hace suponer que su posición en el horno fue con la boca hacia abajo (fig. 25). Más frecuente (1,2% de los casos) es el defecto en que el vedrio de dos piezas se une en la cocción al haber sido colocadas una encima de la otra.

Sólo se ha podido establecer una relación especialmente clara entre pastas y tipos de cubiertas: siempre se dan pastas de tendencia rojiza en las cerámicas decoradas en verde y morado sobre fondo melado. Podría suponerse un taller determinado para esta variante, aunque esta hipótesis deberá ser confirmada con otros hallazgos y con análisis de pastas que indicasen procedencia.

El modelado es a torno rápido, con escasas ejecuciones defectuosas, pero también con formas no excesivamente complejas. Éstas apenas si condicionan otros aspectos

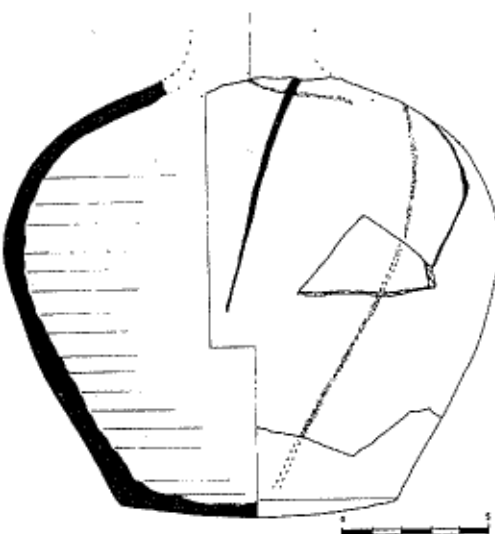


Fig. 6

como los acabados. Sólo en el caso de las redomas se observa ausencia de cubierta vítrea interior o presencia parcial, debido a la dificultad de aplicación por lo estrecho de la boca.

Como indicábamos más arriba, la técnica decorativa nos ha merecido un especial interés por lo cual dedicaremos un epígrafe específico a ella. En cuanto al trazado de la decoración, la diversidad de estilos y de cuidado en el dibujo es la nota destacada. Se encuentran tanto casos de dibujo de trazo negro fino y cuidado con el verde perfectamente circunscrito dentro de los trazos, como casos en los que el verde en absoluto se ajusta al trazo negro grueso e irregular del diseño.

III. LAS FORMAS Y LA DECORACIÓN

Hemos dividido los hallazgos entre formas cerradas y formas abiertas por la distinta ubicación, interior o exterior, de la decoración, que es el único dato que nos permite una clasificación tipológica en gran número de fragmentos. A continuación trataremos del análisis combinado de los elementos formales y decorativos.

1. Las formas cerradas

Las formas cerradas se presentan en porcentaje sensiblemente inferior al de las formas abiertas. En todos los casos la decoración en verde y morado se aplica sobre fondo blanco, siendo variable el tratamiento del reverso que puede presentar cubierta transparente, blanca, melada, melada verdosa, o no presentar (fig. 5).

Estas formas cerradas se encuentran muy fragmentadas; no contamos con ningún perfil completo, por lo cual apenas si pode-

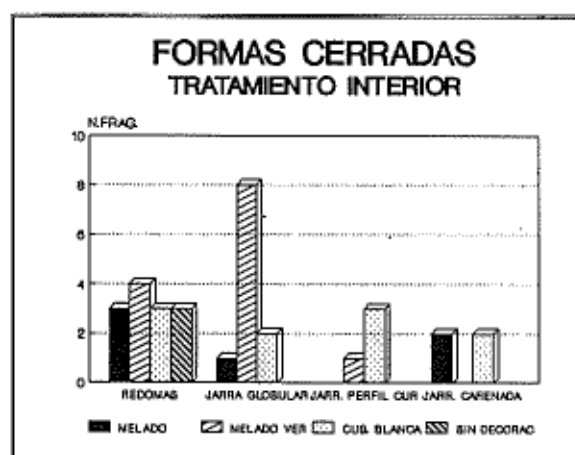


Fig. 7

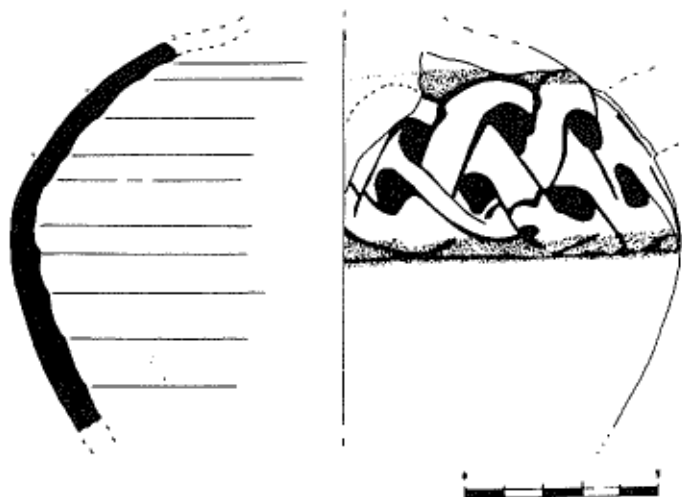


Fig. 8

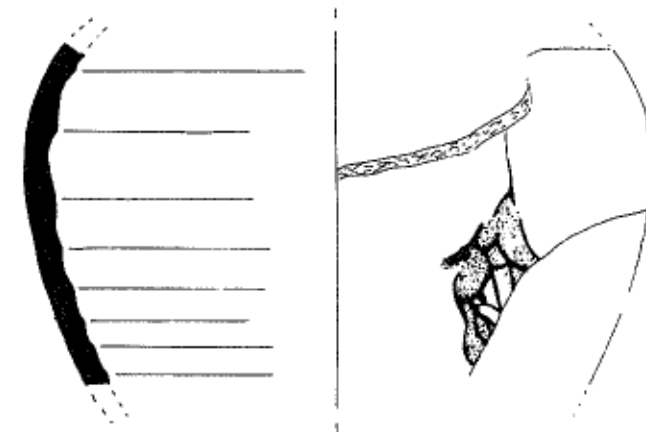


Fig. 9

mos distinguir formas concretas lo cual conlleva las consecuentes dudas estadísticas.

Encontramos jarras o jarros de cuerpo globular con base convexa o de tendencia plana (fig. 6). Llevan en su interior o vedrío blanco, o, la gran mayoría, melado verdoso (fig. 7). La decoración suele ser escasa y puede consistir en líneas finas verticales, bandas horizontales con trenzas (fig. 8), generalmente de tres cabos, representando el «cordón de la eternidad». Otros motivos son las flores de loto esquemáticas (fig. 9), también símbolo de eternidad, o las palmetas de deficiente trazado. Por forma y disposición de la decoración pensamos que son ejemplares de la segunda mitad del siglo X con paralelos en Madinat al-Zahra (JIMÉNEZ *et alii*, 1926; ESCUDERO, 1991) y Elvira (LLUBIA, 1973).

Jarras de cuerpo globular y cuello de paredes convexas. Llevan vedrío interior melado verdoso o blanco (fig. 7). La decoración suele ser simple: banda horizontal de lotos encadenados (fig. 10), pequeños motivos vegetales (fig. 11), o líneas verticales.

Jarritas y orzas de cuerpo troncocónico invertido o cilíndrico y cuello estrecho en las jarritas y ancho en las orzas. Quizá lleven bases con anillo solero (fig. 14).



Fig. 10



Fig. 11

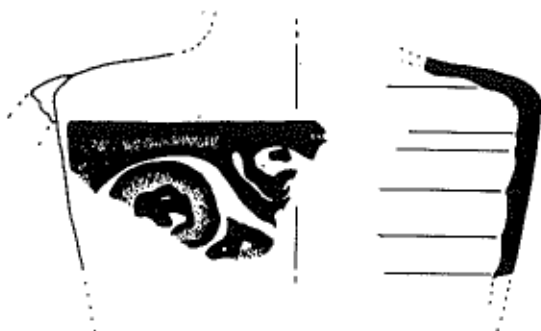


Fig. 12

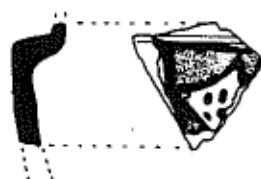


Fig. 13



Fig. 14

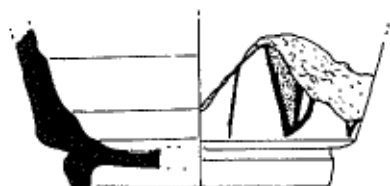


Fig. 14



Fig. 15



Fig. 16



Fig. 17

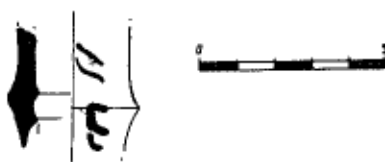


Fig. 18



Fig. 19

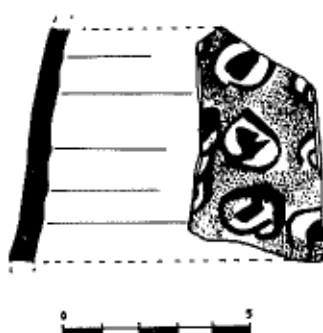


Fig. 20



Fig. 21



Fig. 22

Suelen tener en el interior melado o blanco (fig. 7). La decoración puede corresponder a una banda horizontal vegetal de palmetas (fig. 12) o lotos. También encontramos un motivo romboidal compuesto por cuatro segmentos de círculo (fig. 13) que representan los cuatro confines del Universo (ZOZAYA, 1975). Esta forma se data normalmente en la segunda mitad del siglo X, con paralelos en Madinat al-Zahra (ESCUADERO, 1991), Madrid (RETUERCE y LOZANO, 1986), Torredelcampo (SALVATIERRA y AGUIRRE, 1987) y en Lérida, aunque en este caso se trata de vidrio melado y no decoración de «verde y morado» (ESCO, GIRALT y SENAC, 1988).

Botellas o redomas de cuerpo globular achatado. Suelen llevar en el interior vidrio blanco, melado, o no llevar, seguramente por causa de la estrechez del cuello (fig. 7). La decoración suele ser de banda horizontal con «cordón de la eternidad» (incompleto en un caso; fig. 15), ondas (fig. 16); o de pequeños trazos verticales (fig. 17 y 18) a modo de pseudoepigrafía quizá relacionada con el nombre de Allah. Son piezas de la segunda mitad del siglo X con paralelos sobre todo en Elvira (CANO PIEDRA, 1990).

Otros fragmentos de formas cerradas contienen motivos decorativos interesantes. Un fragmento presenta decoración antropomorfa (fig. 19) de la que sólo se conservan bien visibles parte del cabello y un ojo. El tipo de motivo nos invita a una datación en la segunda mitad del siglo X con paralelos en Madinat al-Zahra (ESCUADERO, 1991), Elvira (EGUARÁS, 1945; CANO PIEDRA, 1990), Benetússer (ESCRIBA, 1990) y Málaga (PUERTAS TRICAS, 1986). Encontramos motivos zoomorfos de cuadrúpedo sin identificar (fig. 20) y de cola de pavón cerrada que hemos encontrado también en formas abiertas, (fig. 21). Este último caso por semejanza estilística con un plato de Madinat al-Zahra (LLUBIA, 1973: 43) permite datarlo en el siglo X, aunque también encontramos el motivo en Vilamoura donde podría llevarse hasta el siglo XI (MATOS, 1991). También se dan motivos epigráficos de letras de tendencias curvas (fig. 22) y bandas horizontales de lotos contrapuestos en esquema triangular (fig. 23) con paralelos en cuerda seca parcial en Vascos (IZQUIERDO, 1983).

En el conjunto parecen dominar formas y motivos bastante relacionados con el mundo califal del siglo X, en los que predomina el melado en los anversos, bien sean estos amarillentos o verdosos. Parece que las formas cerradas van desapareciendo en el XI quizá para dar paso a producciones en cuerda seca parcial de las que se han encontrado abundantes ejemplos en Mértola, datados a fines del XI y especialmente en el XII (TORRES, 1987b).

2. Las formas abiertas

Las formas abiertas presentan un panorama más complejo. Al igual que las formas cerradas se presentaban muy fragmentadas, aunque contamos con algunos perfiles completos. Se han podido distinguir siete variantes de ataífor. No hemos distinguido jofainas de ataífores, por el escaso número de éstas y su correspondencia con las formas de mayor tamaño.

Aquí encontramos el mayor número de variedades de tratamientos tanto en el interior como en el exterior de las piezas. La principal es la decoración sobre cubierta blanca, si bien con gran variedad de posibilidades en el tratamiento del exterior: Sin cubierta vidriada o con cubierta sólo parcial; vedrío transparente que deja ver el color de la pasta; cubierta blanca semejante a la del anverso de la pieza; vedrío melado traslúcido amarillento o anaranjado que en algún caso presenta trazos en manganeso; vedrío melado verdoso; verde esmeralda, por lo general opaco; y en un único caso el reverso se cubre de engobe rojo. Algunos fragmentos llevan anversos con decoración en verde y manganeso sobre cubierta melada, con reversos también melados. También se da la decoración pintada directamente sobre la pasta, que es de color claro, bajo cubierta transparente, con cubierta igualmente transparente o cubierta melada verdosa en el reverso. En un único caso encontramos la decoración sobre cubierta verde tanto en el anverso como en el reverso. También raramente encontramos el amarillo, junto al verde y al morado, como tercer color en la composición decorativa.

ATAIFOR 1

El primer tipo de Ataifor es el de paredes curvas proyectadas hacia el exterior. Va asociado a anillos soleros verticales, puede o no llevar reborde exvasado y en alguna ocasión lleva un pequeño rebaje en el borde. En todos los casos lleva



Fig. 23

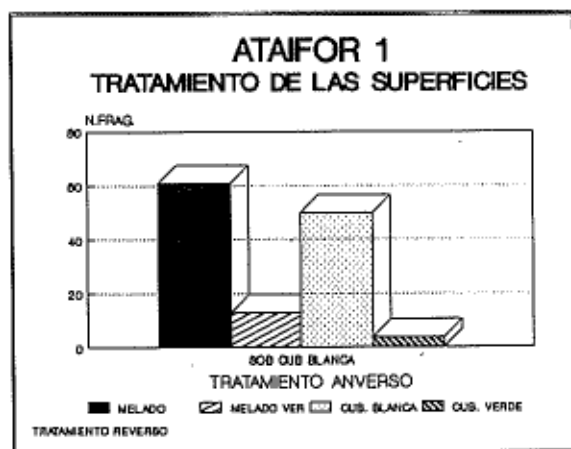


Fig. 24

cubiertas blancas en los anversos, y meladas, meladas verdosas, blancas o verdes en los reversos (fig. 24).

Los motivos son muy diversos. Encontramos bandas concéntricas punteadas asociadas frecuentemente a festón de semicírculos o simples puntos verdes en el borde (fig. 25). Hay varios motivos epigráficos, en uno de los casos (fig. 26), según Abdallah Khawli investigador del Campo Arqueológico de Mértola, podría leerse *(ka)mila* (perfecta) o



Fig. 25

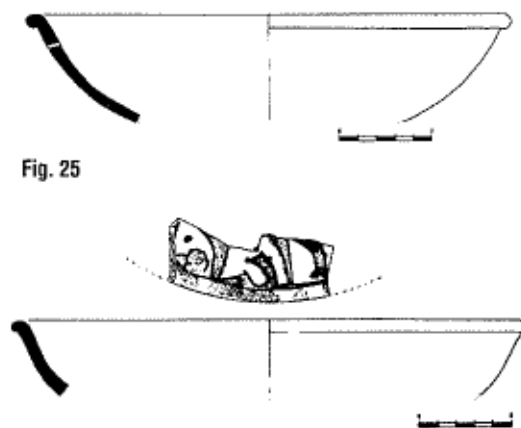


Fig. 26



Fig. 27



Fig. 28

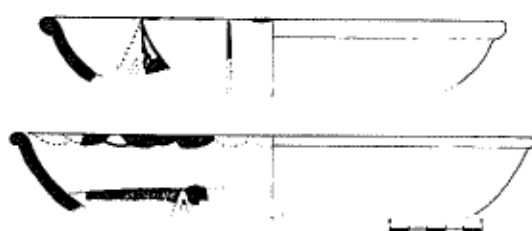


Fig. 29

(cha)mila (completa). El tema del «cordón de la eternidad» se presenta con tres cabos (fig. 27). Son frecuentes alrededor del borde las bandas de lotos o palmetas contrapuestos (fig. 28), bien trazados o esquemáticos. También aparecen composiciones con ocho piñas asociadas en varias ocasiones a puntos negros dispersos por el borde. La decoración secundaria que decora los bordes puede ser también de semicírculos verdes, enmarcados, o no, en una línea de manganeso, que en ocasiones se entrecruza a modo de cordón (fig. 29).

Esta forma es frecuente en el sur peninsular: Madinat al-Zahra, Alcoutim (CATARINO, 1992), Silves (VARELA, 1988), Niebla (PÉREZ y BEDIÁ, 1993), Málaga (PUERTAS TRICAS, 1986), Jerez de la Frontera (OLMO, 1986), Setefilla (KIRCHNER, 1990), etc.; aunque se da también en otras áreas de al-Andalus como Torete (RETUERCE, 1984), Toledo (MARTÍNEZ y MATESANZ, 1991), Badajoz (VALDES, 1985). Algunos de los temas ligados a ella parecen especialmente propios del XI como son las bandas punteadas concéntricas a las que se asocian festones de puntos verdes sin enmarcar, que no aparecen en yacimientos de cronología más ajustada al siglo X (Madinat al-Zahra o Elvira) y son

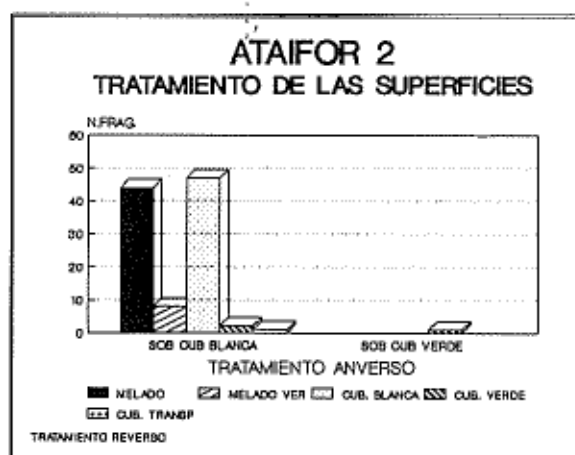


Fig. 30

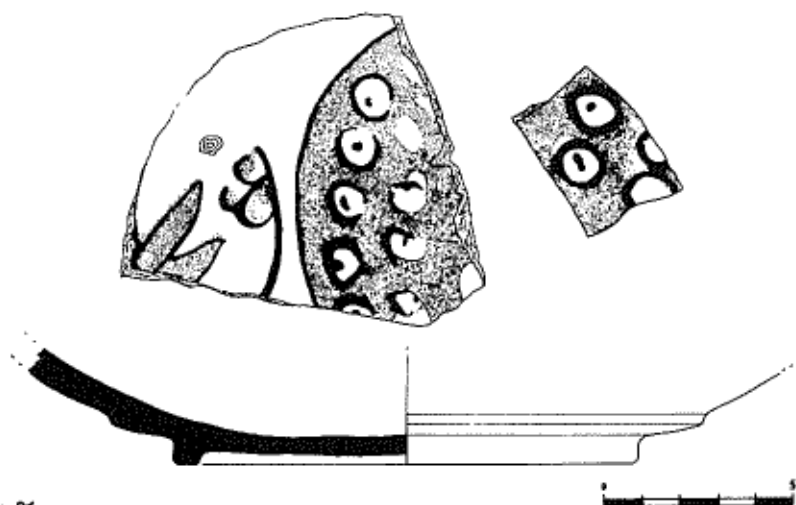


Fig. 31

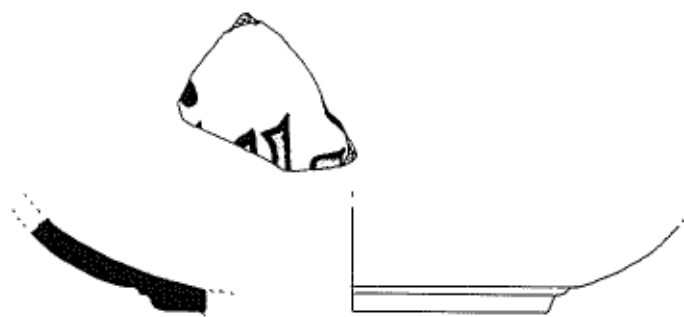


Fig. 32

bastante frecuentes en el suroeste en yacimientos con cronologías que alcanzan perfectamente el siglo XI como Setefilla (KIRCHNER, 1990), Silves (VARELA

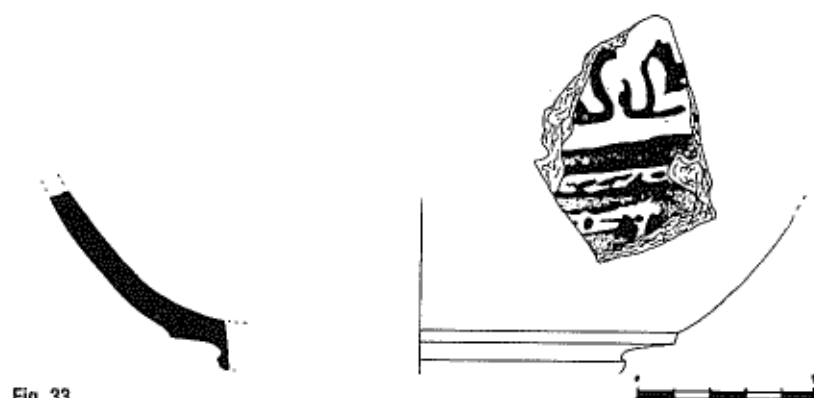


Fig. 33

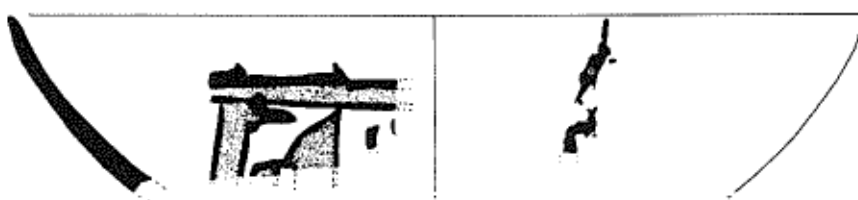


Fig. 34

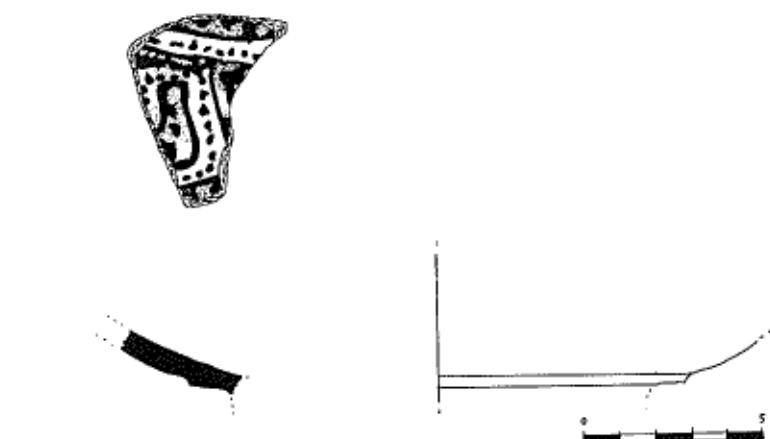


Fig. 35

GOMES, 1988), etc. Incluso son claramente paralelizables a cerámicas decoradas con cuerda seca parcial datables en el siglo XII (TORRES, 1987b).

ATAIFOR 2

Es el de cuerpo semiesférico de paredes de tendencia vertical y anillo solero. Puede llevar repié y/o reborde. Normalmente lleva cubiertas blancas en los anversos y meladas, meladas verdosas, blancas, verdes o transparentes en los reversos, y en un caso cubierta verde en los dos lados (fig. 30).

Representa la gama más variada de motivos decorativos: Los motivos

zoomorfos son cuadrúpedos (frecuentemente liebre, fig. 31); o aves, cola de pavón cerrada como la que veíamos en formas cerradas, o abierta semejante al plato de Denia en «cuerda seca» (AZUAR, 1989). Los epigráficos pueden ir aislados (fig. 32), rodeados de bandas punteadas (fig. 33), en cartelas (fig. 34), etc.. Lamentablemente ninguno de ellos permite una lectura. Encontramos también bandas punteadas como enmarque de un motivo central, o actuando ellas mismas como motivo central conformando trazados sinuosos (fig. 35) muy semejantes a los de piezas decoradas en cuerda seca parcial. El «cordón de la eternidad» aparece con tres y dos cabos (fig. 36). Están presentes distintas composiciones con «piñas», en forma de haz (fig. 37) o en composición radial de cuatro (fig. 38) u ocho piñas (fig. 39). En el caso de cuatro «piñas» inscritas en los cuatro campos generados por un rombo se está tratando de representar el Paraíso y los cuatro ríos que parten de él (SOUTO, 1982). Las composiciones con ocho «piñas» se han interpretado como una forma de representar los ocho pétalos de la flor de loto que simboliza la eternidad y la eternidad de la vida (SOUTO, 1982, ZOZAYA, 1975). Las ocho «piñas» aparecen en una ocasión asociadas a una estrella que parece representar el «sello de Salomón»; en esta ocasión al significado de la flor de loto se uniría el poder protector del «sello de Salomón» que goza de la bendición de Dios (SOUTO, 1982). Las flores de loto aparecen también con representaciones más simples, siendo muy frecuentes en composiciones de banda alrededor del borde (fig. 40), con una enorme diversidad en calidad y estilo de ejecución. A veces se encuentran en combinación con cordón de dos cabos (fig. 41). Los motivos geométricos más comunes son las composiciones con pequeños triángulos que a

algunos autores recuerdan puntas de diamantes o pirámides (RETUERCE y ZOZAYA, 1986), y que pueden aparecer enmarcados en bandas punteadas (fig. 42). La decoración asociada más frecuente en esta forma es el festón de puntos verdes enmarcados en una línea en manganeso, a veces entrecruzada en forma de cordón, y también simples puntos negros.

Tanto la distribución de paralelos como la cronología de esta forma es muy amplia: desde mediados del siglo X hasta incluso principios del XII (AZUAR, 1989). Nuestros ejemplos se distribuyen por esta amplia cronología aunque predominen los asignables al siglo XI: bases con replié, motivos de bandas punteadas concéntricas, etc.

ATAIFOR 3

Es aquel de paredes de tendencia vertical y base plana o ligeramente cóncava, sin reborde ni anillo solero. Aparece siempre con cubiertas blancas en el anverso y meladas, meladas verdosas o blancas en el reverso (fig. 43).

Encontramos motivos con composición central radial de ocho flores de loto en esquema triangular asociadas a semicírculos que alternan con puntos negros en el borde (fig. 44). También en banda central que puede contener motivos epigráficos (fig. 45), «cordón de la eternidad» de tres cabos (fig. 46), o lotos y palmetas contrapuestas (fig. 47). Éstas también pueden aparecer en una banda circular ocupando el fondo de la pieza (fig. 48).

Esta forma, de antecedentes romanos, aparece abundantemente en Madinat al-Zahra (ESCUADERO, 1991) Córdoba (BAENA y MARFIL, 1991), Elvira (CANO PIEDRA, 1990), Silves (VARELA GOMES, 1988), Vilamoura (MATOS, 1983), Pechina (OCHOTORENA, 1953), Murcia (NAVARRO PALAZÓN, 1986), Medinaceli, etc. Su cronología parece ceñirse a la segunda mitad del X y muy principios del XI.

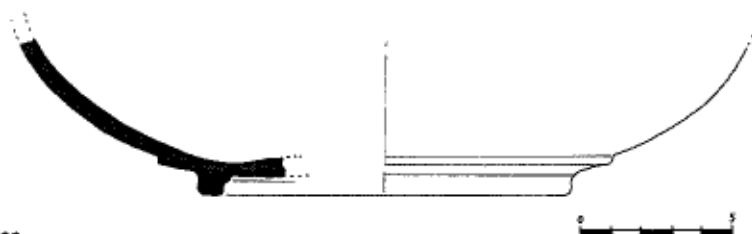
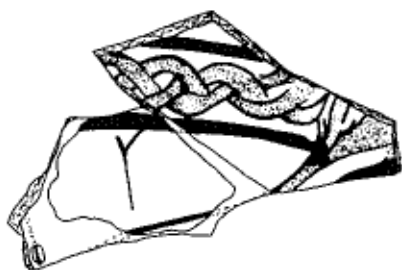


Fig. 36

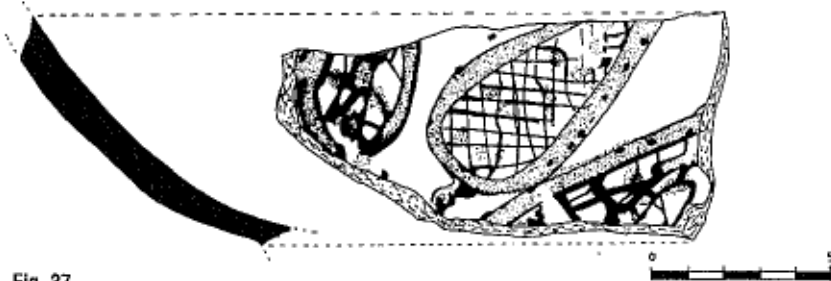


Fig. 37

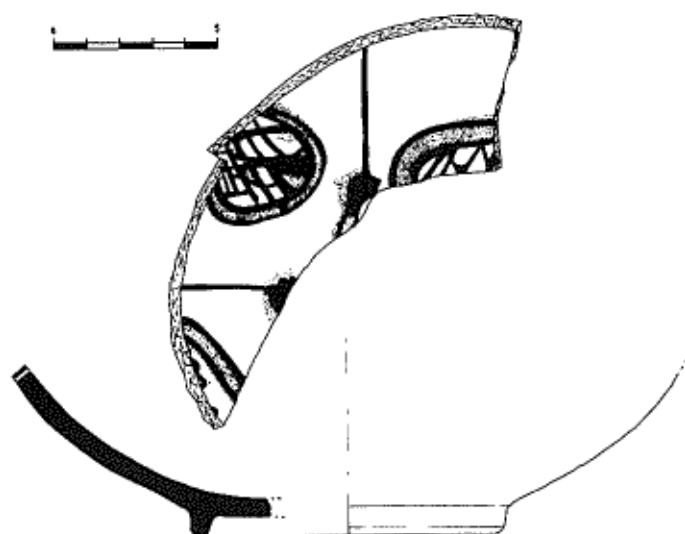


Fig. 38

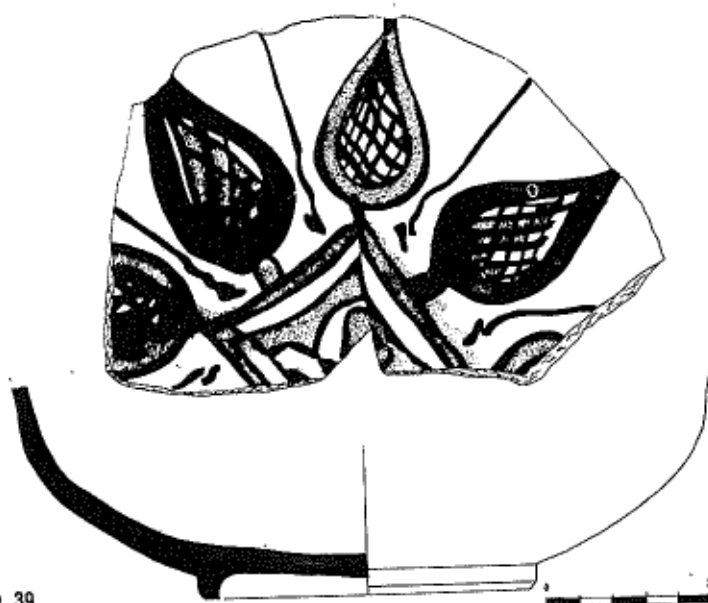


Fig. 39

ATAIFOR 4

El cuarto tipo corresponde al atafór de paredes verticales y carena media o alta que da paso a un cuerpo troncocónico invertido. Contamos con pocos ejemplares, a los que se ha aplicado un tratamiento tosco de cubierta blanca en el anverso, y melada o transparente en el reverso. No hemos podido reconocer los motivos centrales, que llevan asociados en los bordes grupos de tres pequeñas líneas oblicuas (fig. 49) o puntos indefinidos en negro (fig. 50). Esta forma la

encontramos sobre todo en el Levante con dataciones en el siglo XI en Murcia (NAVARRO PALAZÓN, 1986); Denia (GISBERT, BRUGUERA y BOLUFER, 1992), Valencia (BAZ-ZANA, 1983), Mallorca (ROSSELLO, 1978) e incluso en el XII en Lérida (GALLART, GIRALT y MIRO, 1986); y Denia (GISBERT, AZUAR y BRUGUERA, 1991). No faltan ejemplos del área toledana (IZQUIERDO, 1983).

ATAIFOR 5

El Atafór 5, con borde ligeramente envasado, apenas si se constata con unos pequeños fragmentos lo cual nos impide mayores apreciaciones. Aparece con anversos de cubierta blanca y reversos melados, blancos o verdes. Sólo encontramos un motivo secundario de semicírculos verdes en el borde (fig. 51). Pensamos que se trata también de una forma antigua, heredera de lo romano (ZOZAYA, 1980), con paralelos en Cidade das Rosas, Serpa (RETUERCE, 1986); Marmuyas, Granada (NAVARRO LARA, 1991) y en Medinaceli sin vidriar.

ATAIFOR 6

También escasos son los ejemplos del sexto tipo que se caracteriza por tener un ancho labio exvasado. En el anverso llevan cubierta blanca y en el reverso melada, melada verdosa o blanca. Contienen motivos vegetales: banda de flores de loto en el labio (fig. 52), o estos combinados con palmetas en el fondo de la pieza (fig. 53). Este fragmento cuenta con amarillo como tercer color junto al verde y al morado. Esta forma, de posible origen norteafricano (ROSSELLO, 1987), puede datarse en el X con paralelos en Madinat al-Zahra, Elvira (CANO PIEDRA, 1990), Murcia (NAVARRO PALAZÓN, 1986), Lérida (ESCO, GIRALT y SENAC, 1988), aunque con continuidad en el siglo XI (BERTI y TONGIORGI, 1981).

ATAIFOR 7

Un único ejemplar (fig. 54) presenta una carena baja suave. La cobertura del interior es blanca aunque con un brillo nacarado nada habitual, mientras que el exterior es de color verde esmeralda opaco. El motivo parece una «piña» muy emborronada. Hay paralelos a esta forma, datados en el siglo XI, en Sevilla (ZOZAYA, 1981) Denia (GISBERT, BRUGUERA y BOLUFER, 1992) y Mallorca (ROSSELLO, 1978), aunque la cronología podría llevarse tal vez un poco más lejos.

Hemos distinguido un pequeño grupo por su procedencia norteafricana. Un caso es el ya conocido atañor de cuerpo semiesférico, borde con labio exvasado de tamaño medio, y base con anillo solero vertical de bastante altura (fig. 55; TORRES, 1987b). Contiene un motivo zoomorfo de galgo y halcón cazando una gacela, representados con un esquematismo muy característico. El labio lleva una banda de «ovas» también muy característica de producciones de Kairouan (DAOULATLI, 1979; ROSSELLO, 1985). Contamos con otros fragmentos que creemos de la misma procedencia por llevar este mismo tipo de decoración zoomorfa (fig. 56), a la forma del labio, o el tipo de pasta. Creemos que pueden datarse hacia principios del siglo XI.

IV. LA TÉCNICA DE DECORACIÓN EN «VERDE Y MORADO»

1. Evolución historiográfica

Según la definición técnica clásica, de la que hablábamos en la introducción (LLUBIA, 1973; AGUADO, 1983; etc.) sobre la pieza se aplicaba una engalba de color blanco, sobre la que se trazaba la decoración con óxidos de cobre y de manganeso para dar lugar a los colores verde y morado-negruzco, y por

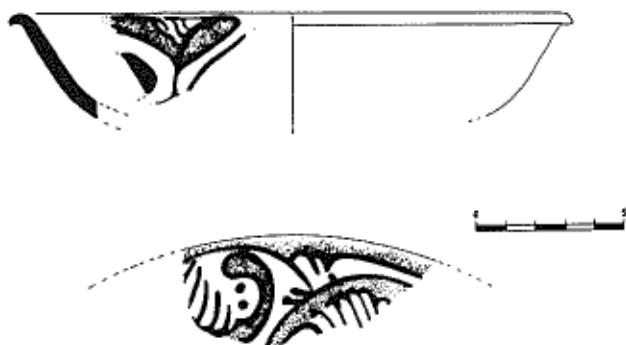


Fig. 40

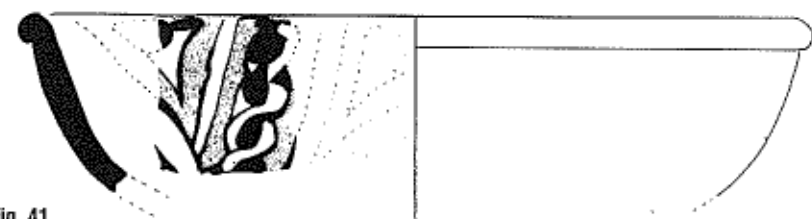


Fig. 41



Fig. 42

encima de todo ello se aplicaba una cubierta plumbífera transparente. Finalmente era cocida por segunda vez. Al reverso se le aplicaba una cubierta traslúcida a base de plomo y un porcentaje escaso de óxidos colorantes que podían ser hierro o cobre, o bien la misma técnica que en el anverso (engobe blanco bajo cubierta plumbífera transparente).

A esta definición se han hecho matizaciones, que no la alteran en su concepción básica, referentes a la tonalidad aturquesada del verde (AGUADO, 1983); a la aplicación directa sobre la pasta de la decoración (BAZZANA, 1991;

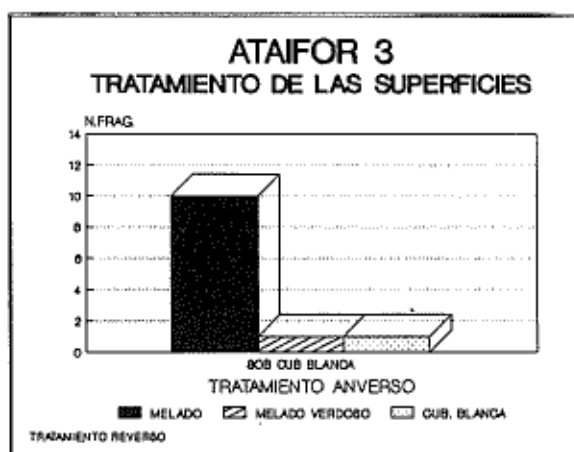


Fig. 43

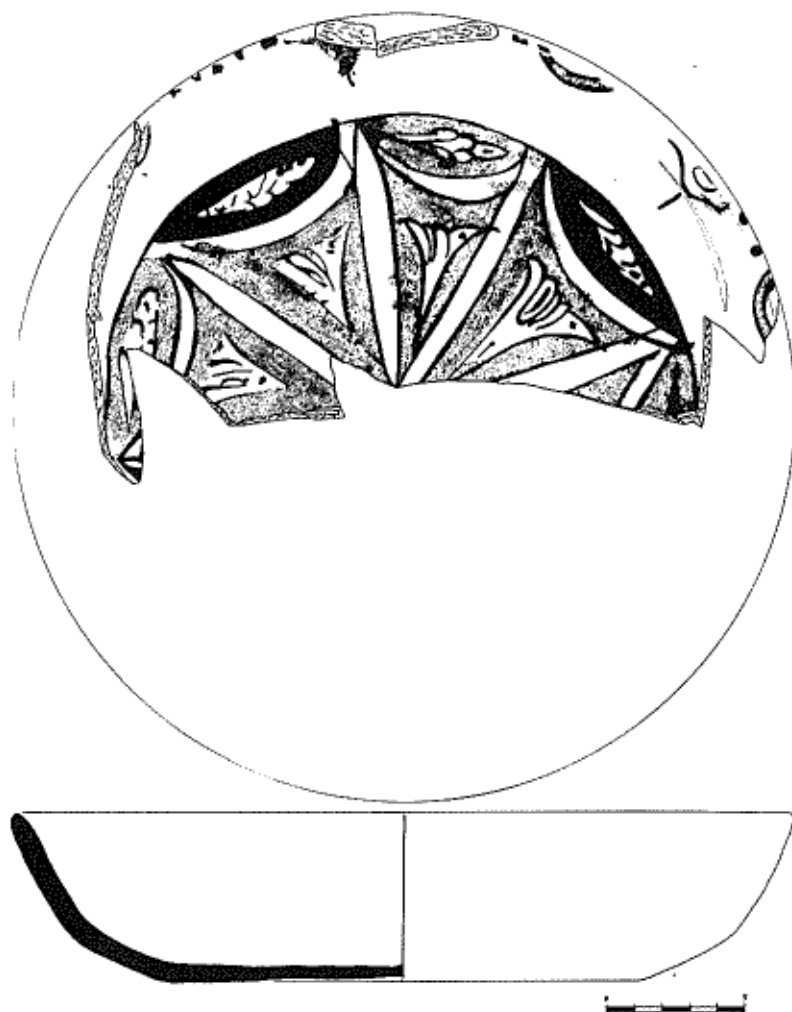


Fig. 44

GUICHARD, 1990); el uso de un tercer color, amarillo, junto al verde y morado (RETUERCE y ZOZAYA, 1986). Incluso se mencionó la aplicación de un porcentaje de estaño en la cubierta de vidrio plumbífero transparente que producía un efecto nebuloso (BAZZANA, 1991).

Pero los primeros excavadores de Madinat al-Zahra (JIMÉNEZ *et alii*, 1926:), y también GÓMEZ MORENO (1924), MERGELINA (1927) o GONZÁLEZ MARTÍ (1944), ya desde los inicios habían hecho referencia al uso de cubiertas estanníferas. Sin embargo, estas observaciones parecen caer en el olvido, y es DUDA en 1979 quien recupera la definición de baño estannífero para la cerámica encontrada en Balaguer.

No obstante serán análisis de laboratorio los que aviven el debate. Los análisis presentados por AGUADO (1986) no indican presencia de estaño en la engalba blanca de las cerámicas de Toledo. Por contra, los análisis de cerámicas de Mallorca (BERTI, ROSSELLO y TONGIORGI, 1986) definen una cubierta estannífera compuesta por plomo y estaño. En la propia Madinat al-Zahra los análisis revelan una cubierta de plomo, sílice y dióxido de estaño en distintas proporciones (ESCUADERO, 1991), aunque en algunos casos, en los que se da la presencia de carbonato de plomo, los químicos analistas prefieren seguir utilizando la palabra engobe. Una hipótesis similar, de compromiso, es la que ofrece PUERTAS TRICAS (1986) para Málaga: la cubierta blanca «debió de obtenerse mediante sales de estaño, que proporcionan un engobe de gran calidad». La postura más radical es la representada por BERTI y MANNONI (1991): basándose en los análisis de muestras procedentes de Calatrava, Alcalá la Vieja, Mértola, y los anteriores de Mallorca, no sólo afirman la existencia en ellos de decoración sobre

cubierta estannífera, sino que niegan la existencia de la técnica del engobado en la Península Ibérica y Marruecos.

2. Técnica decorativa del «verde y morado» de Mértola

En el conjunto estudiado en Mértola la observación con microscopio de las cubiertas no refleja ninguna superposición de colores en ellas, aunque hay unas cubiertas con al menos apariencia de llevar engobe bajo cubierta (bien sea esto debido a tener en su composición carbonato de plomo, a defecto de cocción, a la ausencia de estaño o a un simple deterioro), y otras apariencia lechosa propia de cubiertas estanníferas. Por otro lado, una definición por componentes químicos sólo podría hacerse en cada caso basándose en análisis de laboratorio, los cuales no siempre son posibles. De ahí que nuestra definición se haya basado simplemente en los colores que se aprecian. Además la composición cromática es el resultado final procurado en la fabricación, y creemos que la mayor atención a las variaciones cromáticas de los reversos junto a las formas y a los motivos decorativos pueden abrir un nuevo camino para la identificación de talleres de producción y, en consecuencia, de las redes de intercambio en al-Andalus.

En el caso concreto de la cerámica de Mértola encontramos los motivos decorativos ocupando el interior de la pieza en las formas abiertas, o en el exterior cuando se trata de formas cerradas, como es habitual. El caso de Málaga con una pieza abierta decorada en su exterior es excepcional (PUERTAS TRICAS, 1986).

Sin entrar en disquisiciones sobre el contenido químico de las cubiertas, encontramos algunos matices en el aspecto de las cerámicas en su anverso (en el que se encuentra el motivo decorativo), y sobre todo en

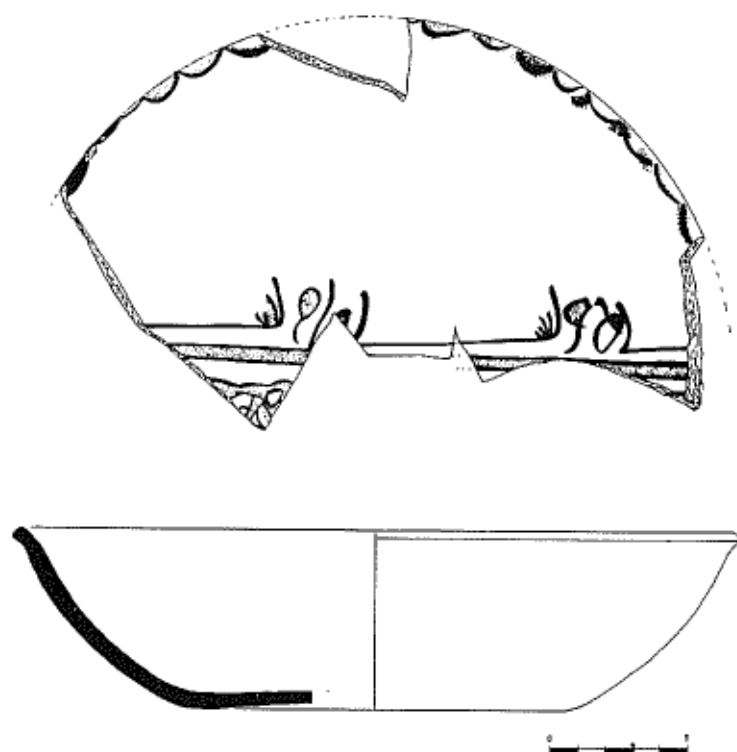


Fig. 45

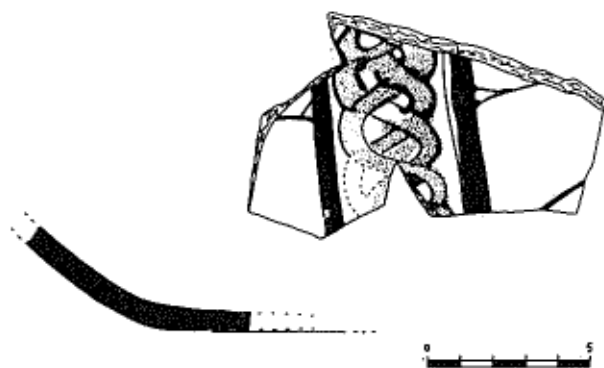


Fig. 46

el reverso. Pese a que en prácticamente en todos los casos el deterioro de la pieza dificulta la observación, hemos constatado las variantes que ya enumeramos en el capítulo anterior. Recapitulando encontramos como posibles anversos:

- I-. Fondo blanco y decoración en verde y morado.
- II-. Fondo melado y decoración en verde y morado (sin blanco).
- III-. Fondo verde y decoración en morado (un único caso poco significativo)
- IV-. Fondo blanco y decoración en verde, morado y amarillo (También en escaso porcentaje).



Fig. 47



Fig. 48

La decoración sobre cubierta blanca. Representa una aplastante mayoría de los anversos, si bien con gran variedad de posibilidades en el tratamiento del reverso (fig. 57):

1. Sin cubierta vidriada o con cubierta sólo parcial.
2. Vedrío transparente que deja ver el color de la pasta, en escaso porcentaje.
3. Cubierta blanca semejante a la del anverso de la pieza.

4. Vedrío melado traslúcido amarillento o anaranjado, con diversidad de matices, que se deben en unas ocasiones al propio vedrío, y en otras a que se trasluce el color más o menos oscuro de la pasta de la pieza. En algún caso presenta trazos en manganeso.

6. Vedrío melado verdoso con las mismas matizaciones del caso de melado amarillento.

7. Vedrío verde esmeralda, por lo general opaco.

8. En un único caso el reverso se cubre de engobe rojo.

Parece poco frecuente la decoración pintada directamente sobre la pasta, que es de color claro, bajo cubierta transparente, pudiendo llevar en el reverso cubierta igualmente transparente, aplicada sobre la pasta, o cubierta melada verdosa.

En los anversos en que la decoración en verde y manganeso se aplica sobre cubierta melada, los reversos son también melados.

El caso de decoración sobre cubierta verde presenta verde también en el reverso. Este caso probablemente se deba a un defecto de fabricación o a un «experimento».

3. Propuesta evolutiva.

Haciendo un breve resumen de los datos aportados por las piezas de Mértola, encontramos que, las formas más características del período califal, como son la mayor parte de las formas cerradas (fig. 7) y los ataífores sin anillo solero, presentan un predominio aplastante de melados (amarillentos o verdosos). Sin embargo, si atendemos a determinados temas decorativos, vemos que aquellos motivos con dataciones predominantes en el siglo XI, como son las bandas punteadas o los motivos secundarios de simples puntos verdes o negros que decoran los bordes, tienen un porcentaje de rever-

sos con cubiertas blancas más elevado (Fig. 58). Lo mismo ocurre con las formas datadas más frecuentemente en el siglo XI, como son los ataifores de tipo 1, y de tipo 2 de fondo con repié. Las formas y motivos de las piezas decoradas en los anversos en verde y morado con fondo melado son igualmente más acordes con una cronología del siglo XI.

Todo esto invita a plantear la siguiente hipótesis: La producción del siglo X, fue la más ajustada al esquema de cubierta blanca en anverso y melada en el reverso, aunque no en exclusiva. En el siglo XI, aún sin desaparecer el esquema anterior, se generaliza el uso de cubiertas blancas en los reversos, y se dan «experimentos» con otras técnicas como son el melado-verde-morado o reversos verdes, que talvez se relacionen con características propias de talleres locales. Esta hipótesis tendrá que ser verificada con otros conjuntos cerámicos y con el reconocimiento de alfares.

V. CONCLUSIONES

Recapitulando, el conjunto presenta una enorme diversidad en todos los aspectos: forma, técnica, motivos decorativos, cronología. En cuanto a cronología encontramos, bien definidos, un grupo de cerámicas califales muy conectadas al programa iconográfico y formal cordobés. Pero el grupo más amplio lo representan formas y temas propios del siglo XI, de procedencia diversa, incluyendo producciones fatimíes. Para algunos fragmentos (ataifores del tipo cuatro o siete) pueden incluso aventurarse una cronología del siglo XII.

Por lo que respecta al uso de estas piezas como recipientes de alimentos para servicio de mesa, poco se puede añadir a lo dicho por especialistas como ROSSELLO (1991). En-

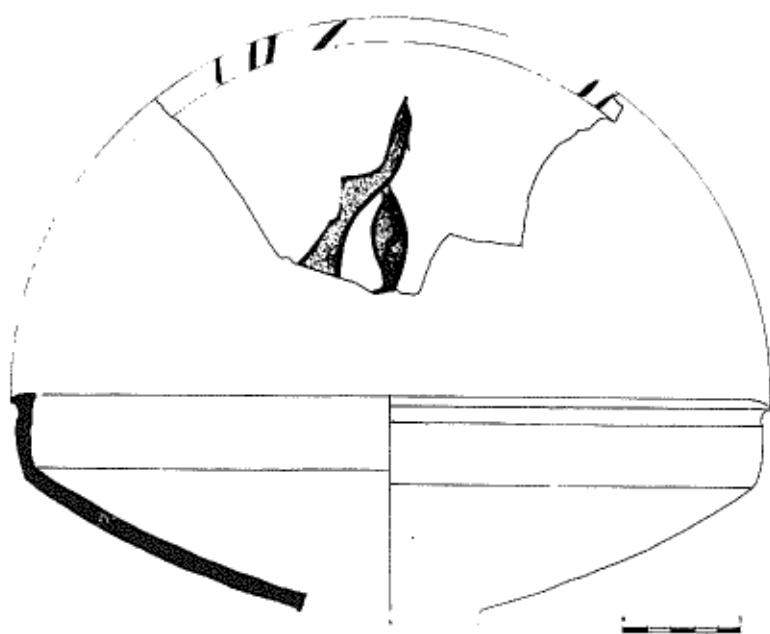


Fig. 49

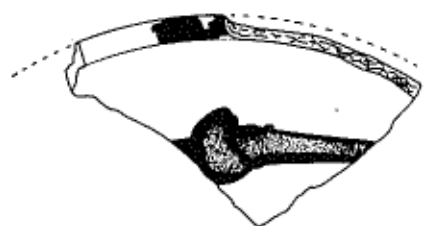


Fig. 50

contramos un caso en el que se han practicado orificios dispuestos regularmente, de forma intencionada, lo cual anula cualquier interpretación como utensilio para contener líquidos o semilíquidos. Quizá se tratase de lo contrario: una pieza para eliminar los líquidos de alimentos sólidos a modo de «escurridor».

Fig. 51

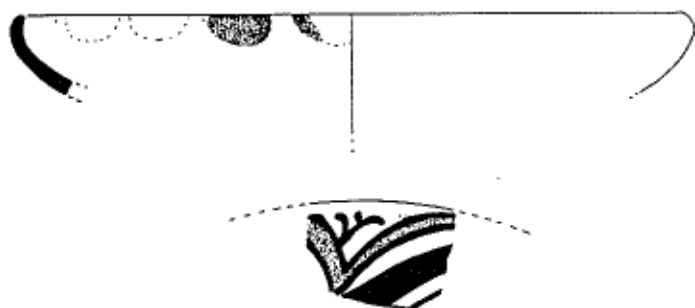
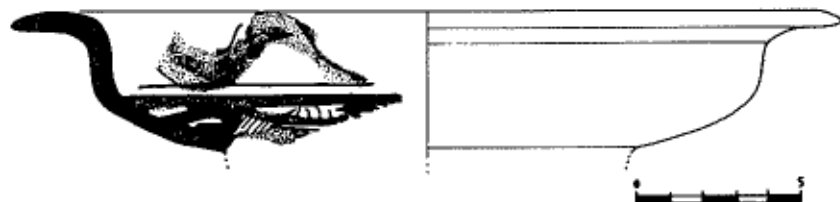


Fig. 52



Fig. 53



Pensamos que algunas piezas debieron «guardarse» colgadas en las paredes lo cual parece estar indicado por presentar dos orificios en el pie.

El conjunto es heterogéneo en todos los aspectos. Es muy diversa la gama de variantes decorativas, de pastas, de calidad de la técnica y de la ejecución del dibujo, etc. Esta diversidad es uno de los datos que nos incitan a pensar en diversidad igualmente de talleres. También creemos que puede ser un signo de la gran aceptación y aprecio de este tipo de cerámica, cuestión ésta que se ve corroborada por un alto porcentaje de reparaciones con lañas (3,61% de los fragmentos).

La posibilidad de encontrar en Mértola objetos de diversos y distantes talleres, (como los ejemplos de procedencia tunecina) se hace especialmente factible si tenemos en cuenta la importancia que en todos los tiempos tuvo Mértola como centro comercial. Se trata del último punto navegable del Guadiana, lo cual le confiere una posición privilegiada para intercambios incluso a «larga distancia». Llegaron objetos del Norte de Africa. También debieron llegar del levante peninsular, como revelan los paralelos encontrados para algunas de nuestras piezas, y donde se sabe que se dieron importantes intercambios de cerámica en este mismo período (VICENT LERMA, 1987). La vía fluvial también pudo haber traído piezas de los talleres «centrales» andaluces, quizá de la propia Madinat al-Zahra en el siglo X.

Esta cuestión de la «importación» de cerámicas es un dato más a relacionar con la existencia en Mértola de una élite comercial, conectada con diversos puntos del Mediterráneo, que ya aparecía en el período anterior (siglos VI-VII) como parecen atestiguar los epígrafes encontrados en la Basílica Paleocristiana de Mértola (TORRES, 1993).

BIBLIOGRAFÍA

- B.A.E.O.: *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*
 C.A.M.E.: *Congreso de Arqueología Medieval Española*
 C.I.C.M.M.O.: *Coloquio Internacional sobre la Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*
 AGUADO, J. (1983): *La cerámica hispanomusulmana de Toledo*, Madrid.
 AGUADO, J. (1986): «Cerámica hispanomusulmana de Toledo», *II C.I.C.M.M.O.*, Madrid, pp. 127-134.
 AZUAR RUIZ, R. (1989): *Denia Islámica. Arqueología y Poblamiento*, Alicante.
 BAENA ALCÁNTARA, M.D.; MARFIL RUIZ, P.F. (1991): «Nuevos datos acerca del amurallamiento norte de la Ajerquía Cordobesa. Excavaciones arqueológicas en el nº 14 de la Avenida de las

Ollerías (Córdoba)», *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, 2, 1988-1990, pp. 165-180. Córdoba.

BARCELÓ, M. (1993): «Al-Mulk, el verde y el blanco, la vajilla califal omeya de Madinat al-Zahra», *La cerámica altomedieval en el sur de Al-Andalus*, Granada, pp. 291-299.

BAZZANA, A. (1983): *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia. I Catálogo*, Valencia.

BAZZANA, A. (1991): «La céramique verte y morado califal à Valence: problèmes morphologiques et stylistiques», *IV C.I.C.M.M.O.*, Mértola, pp. 349-358.

BAZZANA, A.; LEMOINE, CH.; PICON, M. (1986): «Le problème de l'origine et de la diffusion des céramiques dites califales: recherche préliminaire», *II C.I.C.M.M.O.*, Madrid, pp. 33-38.

BERTI, G. y MANNONI, t. (1991): «Ceramiche medievali del Mediterraneo Occidentale: considerazioni su alcune caratteristiche tecniche», *IV C.I.C.M.M.O.*, Mértola, pp. 163-173.

BERTI, G.; ROSSELLO-BORDOY, G.; TONGIORGI, E. (1986): «Alcuni Bacini Ceramici di Pisa e la corrispondente produzione di maiolica nel secolo XI», *Arqueologia Medievale*, Firenze, XIII, pp. 97-115.

BERTI y TONGIORGI (1981): *Il bacini ceramici medievali delle Chiese di Pisa*. Roma.

CANO PIEDRA, C. (1990): «Estudio sistemático de la cerámica de Madinat Ilibira», *Cuadernos de la Alhambra*, nº 26, pp. 25-68. Granada.

CATARINO, H. (1992): «Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve oriental e o Castelo Velho de Alcoutim», *III C.A.M.E.*, Oviedo, t. II, pp. 296-305.

DAOULATLI, A. (1979): *Poteries et ceramiques tunisiennes*. Tunes.

DUDA, D. (1979): «Hallazgos de cerámica y vidrio en la fortaleza de Balaguer», *Hallazgos Islámicos en Balaguer y la Aljafería de Zaragoza*, Madrid, pp. 288-318.

EGUARÁS, J. (1945): «La cerámica de Elvira», *Memoorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*, VI, pp. 73-77. Madrid.

ESCO, C.; GIRALT, J. y SENAC, F. (1988): *Arqueologia islámica en la Marca Superior de Al-Andalus*, Huesca.

ESCRIBA, F. (1990): *La cerámica califal de Bene-tússer*. Valencia.

ESCUDERO ARANDA, J. (1991): «La cerámica decorada en «Verde y manganoso» de madinat al-Zahra», *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, Córdoba, vol. 2, pp. 127-161.

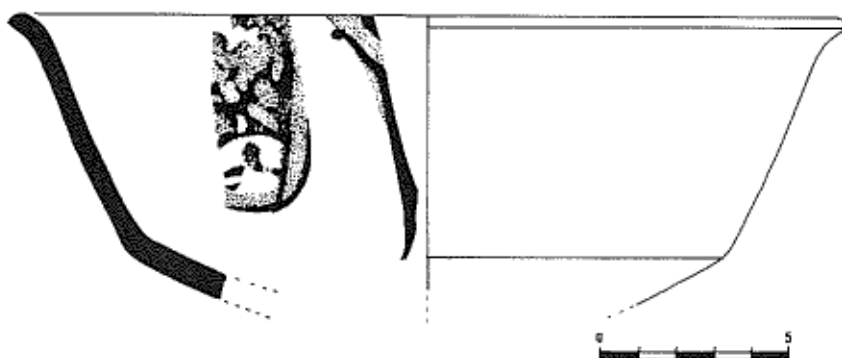


Fig. 54

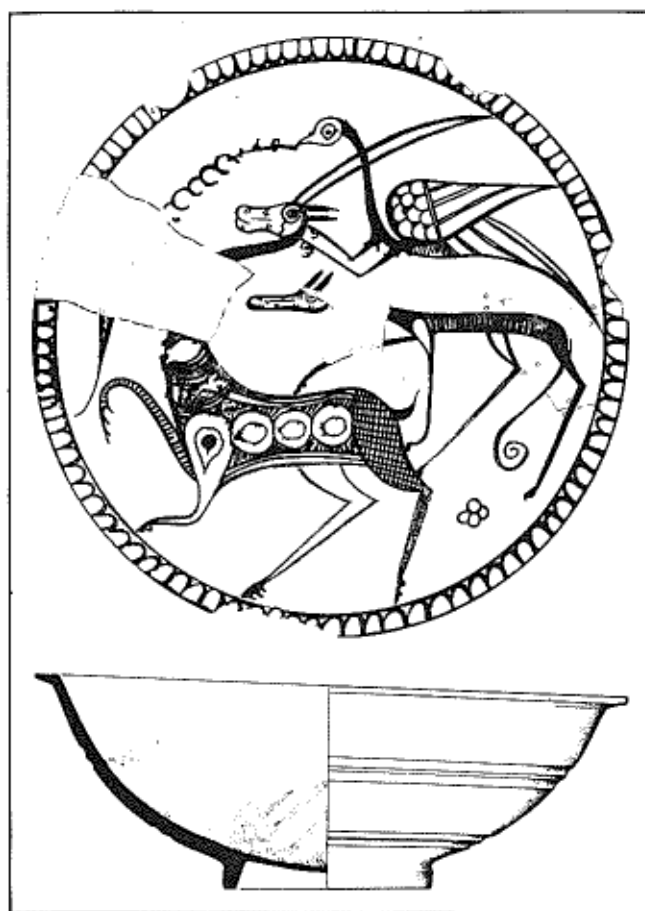


Fig. 55

GALLART, J.; GIRALT, J. y MIRO, J.M. (1986): «Excavaciones en el lado Norte de la Iglesia de Sant Martí (Lleida). Época andalusí y medieval», *I C.A.M.E.*, Zaragoza, t. IV, pp. 313-330.

GISBERT, J.A.; AZUAR, R.; BRUGUERA, V. (1991): «La producción cerámica en Daniya. El alfar islámico de la Avda. Montgó/Calle Teulada (Denia, Alicante)», *IV C.I.C.M.M.O.*, Mértola, pp. 247-262.

GISBERT, J.A.; BRUGUERA, V. y BOLUFER, J. (1992): *La cerámica de Daniya -Denia-*, Valencia.

GÓMEZ MORENO, M. (1988): *Medina Elvira*, Granada.



Fig. 56



Fig. 57

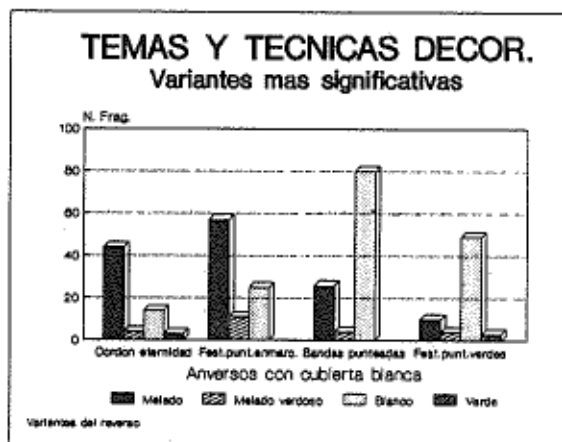


Fig. 58

GÓMEZ MORENO, M. (1924): *Cerámica medieval española*, Barcelona.
 GONZÁLEZ MARTÍ, M. (1944): *Cerámica del Levante español*, Barcelona.
 GUICHARD, P. (1990): «La cerámica con decoración «verde y manganoso», *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia. II Estudios*, Valencia, pp. 69-95.
 IZQUIERDO, R. (1983): «La cerámica hispanomusulmana decorada de Vascos (Toledo)», *Homenaje al Profesor Martín Almagro Basch*, Madrid, t. IV, pp. 107-115.
 JIMÉNEZ et alii (1926): «Excavaciones en Medina-Azahra (Córdoba). Memoria», *Memorias de la*

Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, Madrid, nº 85.
 KIRCHNER, H. (1990): *Etude des céramiques islamiques de Shadhfilah (Setefilla, Lora del Río, Sevilla)*, Lyon.
 LLUBIA, L.M. (1973): *Cerámica medieval española*, Barcelona.
 MARTÍNEZ LILLO, S. y MATE SANZ VERA, P. (1991): «Cerámicas cristianas y musulmanas de la Marca Media Central s. X, XI y XII», *IV C.I.C.M.M.O.*, Mértola, pp. 273.
 MATOS, J.L. (1983): «Malgas árabes do Cerro da Vila», *O Arqueólogo Português*, Serie IV, I, pp. 375-390. Lisboa.
 MATOS, J.L. (1991): «Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal», *Estudos Orientais*, Lisboa, II, pp. 75-83.
 MERGELINA, C. (1927): «Bobastro. Memoria de las excavaciones en las Mesas de Villaverde. El Chorro, Málaga», *Memorias de la Junta Superior de Excavaciones Arqueológicas*, Madrid, nº 89.
 NAVARRO LARA, M. R. (1991): «La cerámica de Marmuyas», *Cuadernos de la Alhambra*, Granada, nº 27, pp. 27-63.
 NAVARRO PALAZÓN, J. (1986): *La cerámica islámica en Murcia. Catálogo*, Murcia.
 OCHOTORENA, F. (1953): «Cerámica árabe de Pechina (Almería)», *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*, Madrid, XIV, pp. 126-134.
 OLMO ENCISO, L. (1986): «Nuevos datos para el estudio del asentamiento hispanomusulmán de Mesas de Asta (Jerez de la Frontera, Cádiz)», *I C.A.M.E.*, Zaragoza, t. IV, pp. 229-242.
 PÉREZ, J. A. y BEDIÁ, J. (1993): «Un lote de cerámica islámica de Niebla», *Arqueología Medieval*, Mértola, 2, pp. 55-62.
 PUERTAS TRICAS, R. (1986): «Cerámica islámica en verde y morado de la Alcazaba de Málaga», *Cuadernos de la Alhambra*, Granada, nº 21-22, pp. 31-65.
 RETUERCE VELASCO, M. (1984): «Cerámicas islámicas procedentes de Torete (Guadalajara). Nuevos datos sobre los grupos cerámicos de la Marca Media», *B.A.E.O.*, Madrid, XX, pp. 339-357.
 RETUERCE VELASCO, M. (1986): «Cerámica islámica de Cidade das Rosas, Serpa, Portugal», *II C.I.C.M.M.O.*, Madrid, pp. 85-92.
 RETUERCE, M. y LOZANO, I. (1986): «Cerámica islámica de Madrid», *I C.A.M.E.*, Zaragoza, t. IV, pp. 95-109.
 RETUERCE, M.; ZOZAYA, J. (1986): «Variantes

- geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos», *III C.I.C.M.M.O.*, Firenze, pp. 69-128.
- ROSSELLO BORDOY, G. (1978): *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*. Palma de Mallorca.
- ROSSELLO BORDOY, G. (1985): «Un ataífor norteafricano: un ensayo de interpretación iconográfica», *Sharq al-Andalus*, 2, pp. 191-205. Alicante.
- ROSSELLO BORDOY, G. (1987): «Algunas observaciones sobre la decoración cerámica en verde y manganeso», *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, Córdoba, nº 1, pp. 125-137.
- ROSSELLO BORDOY, G. (1991): *El nombre de las cosas en al-Andalus*. Palma de Mallorca.
- SALVATIERRA CUENCA, V. y AGUIRRE SADABA, F.J. (1987): «El asentamiento hispanomusulmán de «Cerro Miguelico» (Torredelcampo-Jaén)» *II C.A.M.E.*, Madrid, t. III, pp. 141-148.
- SOUTO LASALA, J.A. (1982): «Algunos signos mágicos musulmanes en la cerámica «verde y morada» de Teruel (siglos XIII-XIV)», *Actes du colloque international de Glyptographie de Saragosse*, Zaragoza, pp. 459-476.
- TORRES, C. (1982): «A Alcáçova de Mértola», *Arqueologia*, Lisboa, nº 6.
- TORRES, C. (1987a): «O criptopórtico-cisterna da Alcáçova de Mértola», *II C.A.M.E.*, Madrid, t. II, pp. 617-626.
- TORRES, C. (1987b): *Cerâmica islâmica portuguesa, catálogo*. Mértola.
- TORRES, C. (1993): *La Basílica Paleocristã de Mértola*. Mértola.
- VALDES FERNÁNDEZ, F. (1985): «Alcazaba de Badajoz I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y Testar de la Puerta del Pilar», *Excavaciones Arqueológicas en España*, nº 144. Madrid.
- VARELA GOMES, R. (1988): «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves», *XELB*, Silves, nº 1.
- VICENT LERMA, J. (1987): «Relaciones mediterráneas de la Valencia islámica: las cerámicas importadas», *Les Illes orientals d'al-Andalus*, pp. 339-358. Palma de Mallorca.
- ZOZAYA, J. (1975): «Cerámicas islámicas del museo de Soria», *B.A.E.O.*, Madrid, XII, pp. 135-148.
- ZOZAYA, J. (1980): «Aperçu général sur la céramique espagnole», *I C.I.C.M.M.O.*, París, pp. 265-296.
- ZOZAYA, J. (1981): «Aproximación a la cronología de algunas formas cerámicas de época de Taifas», *Jornadas de Cultura Árabe e Islámica. 1978*, Madrid, pp. 277-286.

ARCOS ESTAMPILHADOS DA CERÂMICA ISLÂMICA DE MÉRTOLA

ABDALLAH KHAWLI*

A cerâmica estampilhada de Mértola, para além da sua quantidade – cerca de 1000 fragmentos –, apresenta um rico repertório decorativo que pode contribuir para a compreensão da arte hispano-muçulmana, pelo menos durante o período almoada.

Perante esta riqueza e diversidade ornamental, optámos pela abordagem temática reservando o presente trabalho ao estudo dos arcos, um dos elementos de carácter arquitectónico mais frequente na cerâmica estampilhada de Mértola.

Todos os fragmentos com decoração estampilhada pertenciam a peças cuja função está, essencialmente, ligada ao armazenamento de água. Este elemento vital, escasso e desejado, adquire uma importância fundamental tanto na alimentação como na limpeza e na purificação do corpo. Esta qualidade justifica a preocupação do artesão muçulmano em aperfeiçoar a ornamentação dos contentores, procurando muitas vezes elementos decorativos, mais naturalistas ou abstractos, que aos olhos do crente muçulmano ocultam uma certa carga simbólica. É possível que o artesão ignorasse o sentido simbólico dos elementos decorativos por ele efectuados, mas é muito provável que os classificasse dentro do imaginário da sociedade muçulmana, onde cada manifestação humana deveria patentear-se como gesto de louvor e adoração ao Criador Alá.

Antes de abordar o tema sobre os arcos, é necessário abrir um pequeno parêntese para descrever as peças às quais pertenciam os fragmentos que

ostentam arcos estampilhados, e mencionar os temas decorativos que junto com o tema arquitectónico apresentam o repertório decorativo da cerâmica estampilhada de Mértola.

1. DESCRIÇÃO DA CERÂMICA ESTAMPILHADA DE MÉRTOLA

1.1. Peças estampilhadas

Os fragmentos estudados neste artigo pertenciam às seguintes peças:

A talha: Identificada como grande recipiente essencialmente de armazenamento de alimentos líquidos ou sólidos. A sua forma caracteriza-se, geralmente, por um bordo boleado, colo curto de perfil cilíndrico, corpo paçudo, e base plana ou convexa. A presença de um suporte e/ou de asas é facultativa. A pasta varia entre branca e vermelha,

* Campo Arqueológico de Mértola.

de textura geralmente pouco compacta, contendo diversos elementos não plásticos, de tamanhos grandes e médios. A decoração ocupa parte do colo, bojo, bordo e asas. As talhas estampilhadas de valor decorativo servem habitualmente para armazenamento de água. Esta função ornamental concede-lhes possivelmente um lugar de destaque dentro da casa.

A tampa de talha: artefacto de uso complementar, podendo ser em madeira ou em cerâmica, com forma discóide, pega central e lábio envasado em aba inclinada para o interior. A pasta branca ou rosada é de textura compacta contendo vários elementos não plásticos de tamanho pequeno ou médio. A sua face superior apresenta sequências de matrizes estampilhadas, enquanto que a interior apresenta uma superfície áspera e mal acabada.

Suporte de talha: elemento de função complementar, de corpo cilíndrico com bico vertedor e lábios envasados. A plataforma plana ostenta uma leve incisão que canalizava a água ressumada através das paredes permeáveis da talha para o furo do bico ladeado por duas aberturas em forma de arcos. A superfície exterior deste objecto, por vezes parcialmente coberto de vidrado verde, é preenchida por elementos decorativos estampilhados, talvez idênticos aos que deveriam ornamentar algumas partes da talha suportada.

Pequeno alguidar de abluções (?): contentor rectangular, de forma aberta com bordo em aba horizontal; as paredes rectas e envasadas rematam um fundo plano. Toda a superfície interior apresenta decoração estampilhada na aba, paredes e fundo, de um modo geral sob cobertura de vidrado verde.

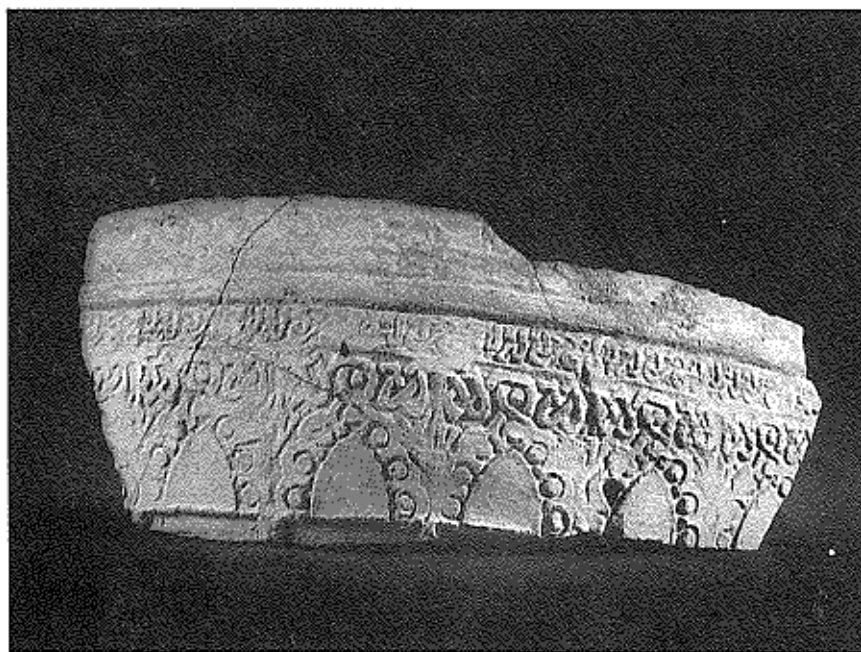
Peça de uso indeterminado: forma aberta circular de bordo horizontal oitavado que

assenta em paredes rectas e envasadas com cavidades verticais; fundo plano. A superfície interior assim como o bordo exibem decorações estampilhadas, incisas e excisas sob vidrado verde enquanto que a face exterior é revestida por um apressado engobe. Esta peça, talvez para encastrar no solo onde conteria água, tem raros paralelos o que dificulta saber a sua verdadeira função.

1.2. Temas decorativos

A cerâmica estampilhada de Mértola, comparada com as suas congéneres andaluzas, não apresenta nenhuma particularidade. Enquanto os elementos decorativos se organizam sempre nas paredes externas das peças fechadas (a talha e o seu suporte) surgem a decorar as paredes interiores e os bordos das formas abertas (o alguidar, a tampa e a peça de uso indeterminado).

A decoração estampilhada consiste na aplicação de um molde ou matriz sobre o barro ainda verde da peça deixando impressos motivos decorativos que aparecem estruturados tanto na horizontal como na vertical, segundo um sistema de registos sobrepostos. Cada tema decorativo da cerâmica estampilhada é apresentado em pequenas matrizes, rectangulares, quadradas ou circulares, expostas repetidamente na horizontal alternando verticalmente com outras idênticas ou de temas diferentes. Os registos decorativos são delimitados geralmente por frisos preenchidos com decoração rectilínea e curvilínea incisa ou por sequências de losângos impressos através de um utensílio rolante. Em cada matriz, surgem, além do motivo principal, pequenos elementos diversos preenchendo os espaços vazios num processo simétrico e equilibrado.



Em geral detectam-se os temas seguintes:

Tema geométrico: várias formas geométricas aparecem como elementos principais na cerâmica estampilhada, destacando-se sobretudo, sequências entrelaçadas e concêntricas de losangos, estrelas de oito e seis pontas e também formas circulares.

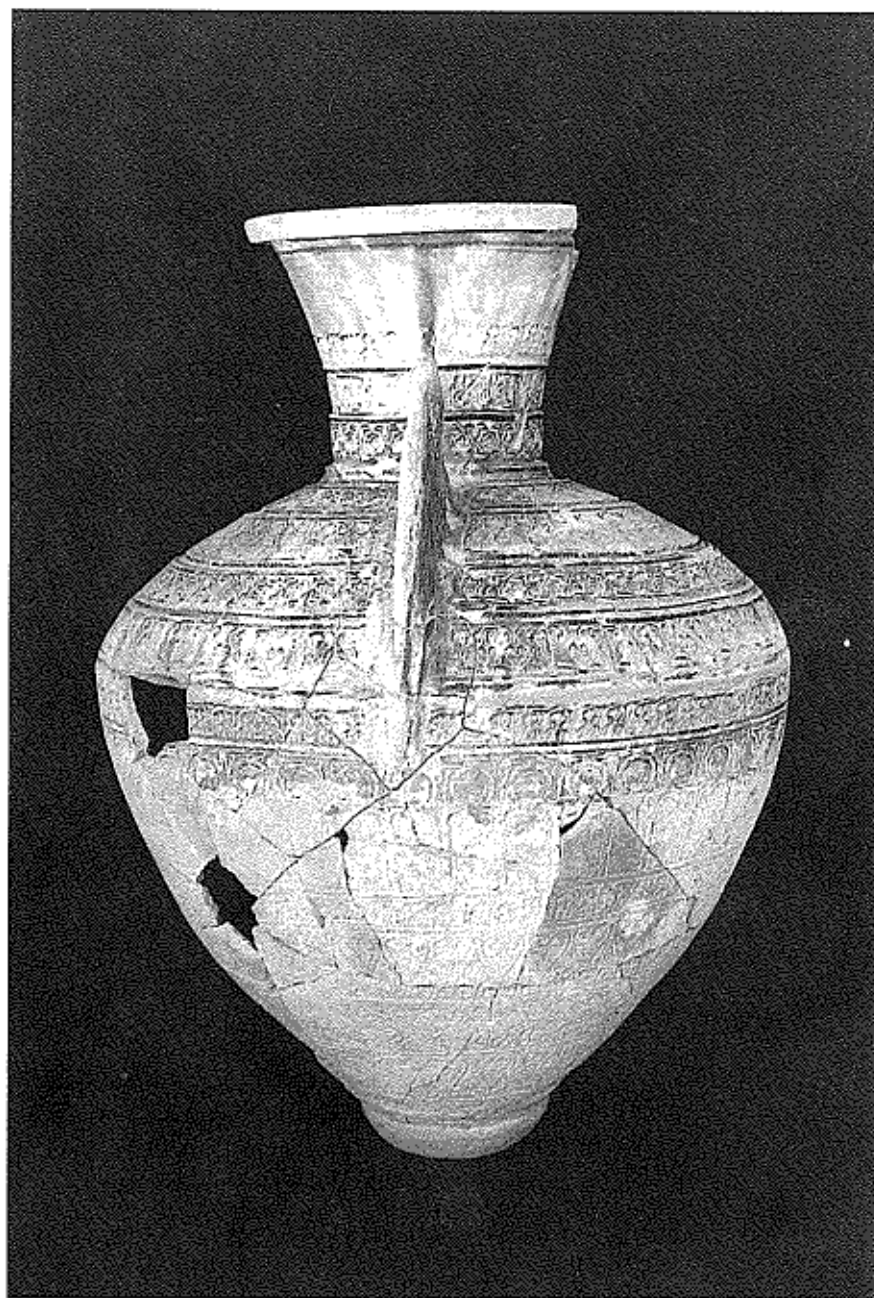
Tema fitomórfico: os elementos que apresentam este tema manifestam-se, tal como em outros tipos cerâmicos, muito estilizados e longe de corresponder às

plantas naturais. Aparecem, entretanto, além das clássicas palmeta, flor de lótus e rosetas outros elementos não identificados que surgem como temas centrais ou de preenchimento.

Tema epigráfico: a escrita árabe é um dos elementos mais abundantes nas estampilhas da talha. Tanto em estilo cúfico como em cursivo aparecem exibidas legendas bem epigrafadas de carácter religioso *al-mulk*, e outras de bênção e bem estar como *al-yumne* e *baraka*. Fórmulas estas que, para além do seu aspecto ornamental, têm, para um muçulmano, um poder profiláctico capaz de proteger não só o produto conservado mas também a casa e os proprietários do contentor.

Tema zoomórfico: são detectadas quatro representações deste tema. Num caso trata-se de uma ave envolvida num medalhão, enquanto num outro registo, se exibem, envolvidas num merlão, duas aves separadas por uma haste central. Nos outros exemplos dois pares de quadrúpedes são apresentados em posição afrontada com as cabeças voltadas para atrás. Pode afirmar-se num dos casos que se trata de dois leões, enquanto que a identificação dos outros quadrúpedes continua indeterminada.

Tema antropomórfico: a mão é o único órgão humano representado nas cerâmicas estampilhadas de Mértola. Este motivo chamado mão de Fátima ou *Rhamsa*, que significa «cinco», foi objecto de diversos estudos de diferentes disciplinas. A sua polémica origem é atribuída tanto às culturas hebraica e berbere como às antigas culturas orientais. Na verdade a representação da mão é observada em diversas civilizações adquirindo uma simbologia religiosa ou divina (ex-voto) e um poder profiláctico (amuleto). A religião muçulmana na sua vertente popular converteu este símbolo adaptando-o à sua estrutura religiosa e social.



Os vários protótipos detectados na cerâmica islâmica medieval correspondem a palmas da mão esquerda e direita com ou sem antebraço, tal como foram observadas em muitas peças cerâmicas estampilhadas de Mértola. A sua representação nas talhas justifica, mais uma vez, a preocupação e o temor dos muçulmanos medievais pelos espíritos maléficos capazes de lançar mau olhar sobre o alimento conservado.

Tema arquitectónico: é representado essencialmente por formas de arcos polilobulados ou em ferradura, quase sempre delimitados ou preenchidos por outros motivos de carácter vegetal.

2. A ARCATURA ESTAMPILHADA

O arco como elemento decorativo era já conhecido nas antigas construções egípcias, assírias e gregas. Porém, foi apenas sistematicamente utilizado em diversas construções monumentais do Império Romano.

Na arte islâmica a utilização do arco propagou-se, adquirindo uma crescente função ornamental tanto nos edifícios como em diversos artefactos de uso corrente.

No espólio cerâmico de Mértola a utilização de arcos ornamentais, e exceptuando os dois arcos ultrapassados perfurados num fogareiro do século XI¹, é sobretudo frequente na cerâmica estampilhada. As matrizes impressas poderiam ser rapidamente copiadas a partir da peça já comercializada obtendo assim novos moldes com o mesmo elemento decorativo que poderia ser utilizado por um novo artesão. Todas as matrizes, pela sua beleza e o seu apurado desenho, reflectem a habilidade e destreza dos artesãos.

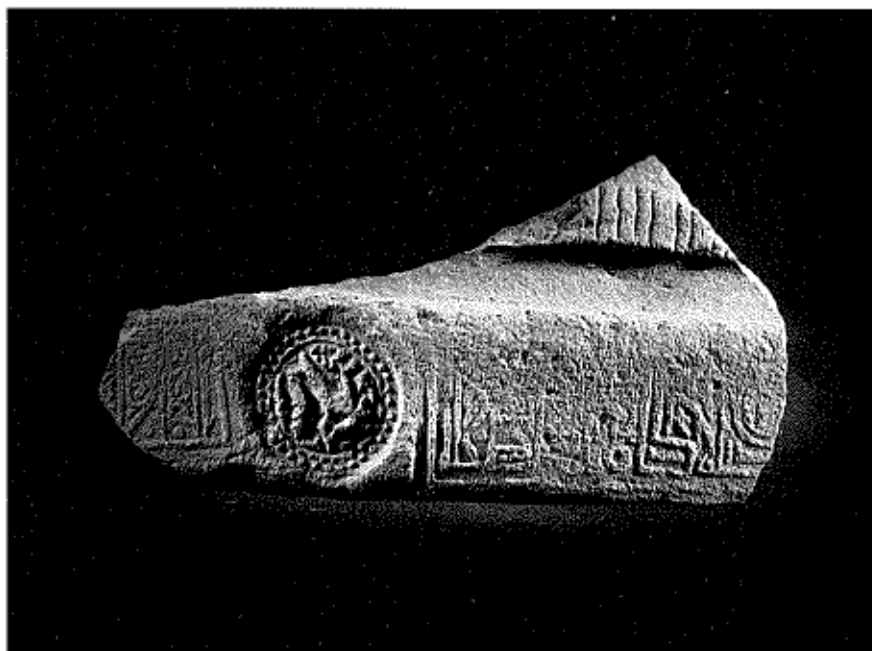
No conjunto cerâmico em estudo destacam-se 29 arcos associados a outros temas decorativos. Os elementos vegetais são, por excelência, os motivos de preenchimento ou de delimitação, com realce para as palmetas, as árvores de vida e as flores de lotus.

Arco ultrapassado: chamado também arco em ferradura, é assinalado pela primeira vez em estelas funerárias e, mais tarde, em basílicas visigodas². Desde o período do primeiro príncipe omíada Abderrahmane I este arco foi utilizado na grande mesquita de Córdoba, e passou a ser posteriormente utilizado em muitas aberturas dos mihrabes³.

Apresentam-se três arcos ultrapassados (nº 1, 2 e 3), todos eles com alfiz estampilhado. O arco nº 3 apresenta-se quebrado, tendo paralelo nas talhas de Sevilha⁴.

Arco polilobado: é um arco constituído por três ou mais lóbulos e foi introduzido na arquitectura islâmica, desde o século IX, no palácio de Urhaider no Iraque. Segundo Torres Balbás o arco polilobado pode ser a evolução de um enquadramento das grandes conchas que habitualmente ornamentavam a parte superior de alguns nichos romanos e bizantinos⁵. Na arte hispano-muçulmana o arco polilobado surgiu pela primeira vez durante o reino de Al-Hakam II (961-976) na ampliação da grande mesquita de Córdoba. A partir deste período a sua utilização, como elemento construtivo ou ornamental, propagou-se a toda a Península e ao Norte de África, onde deu origem a novas formas, designadamente os arcos mixtilíneos e em festões observáveis na arte almoadá⁶.

No conjunto cerâmico em estudo são apresentados 17 pequenos arcos (do nº



4-20), todos eles inscritos no panorama decorativo de suportes dos diversos tipos de peça em estudo. Os seus tímpanos apresentam-se perfurados, simples ou com preenchimentos decorativos. Os três primeiros são estampilhados ladeando os bicos vertedores dos suportes das talhas. O tímpano perfurado acompanhando a curva do arco sobrepõe-se a um «vão» rectangular cuja provável função seria a de evitar demasiada acumulação de humidade. O arco nº 8 é rematado por elementos geométricos que nos fazem lembrar os motivos que habitualmente decoram os fechos das grandes portas almoadas (p. ex. a porta de bab Agnau em Marraquexe⁷).

Arco polilobado estilizado: trata-se de uma série de diferentes arcos que, fechando pequenas formas boleadas ou perfurações circulares, tentam imitar os lóbulos dos arcos polilobados. Entram neste caso seis exemplos (do nº 21 ao nº 26), três deles com preenchimento vegetal nos seus tímpanos. O nº 26 apresenta-se apenas sob a forma de perfurações.

Divergindo dos demais observam-se os três últimos arcos que correspondem respectivamente aos arcos mixtilíneo, lanceolado e entrelaçado.

3. CONCLUSÕES

A ostentação de arcos com funções meramente decorativas é patente, desde muito cedo, nas construções califais e do período das taifas, alcançando a sua difusão máxima na época almoadada, designadamente nas grandes portas em Rabat e Marraquexe surgindo também a decorar os minaretes (Qutubia, Hassane e a

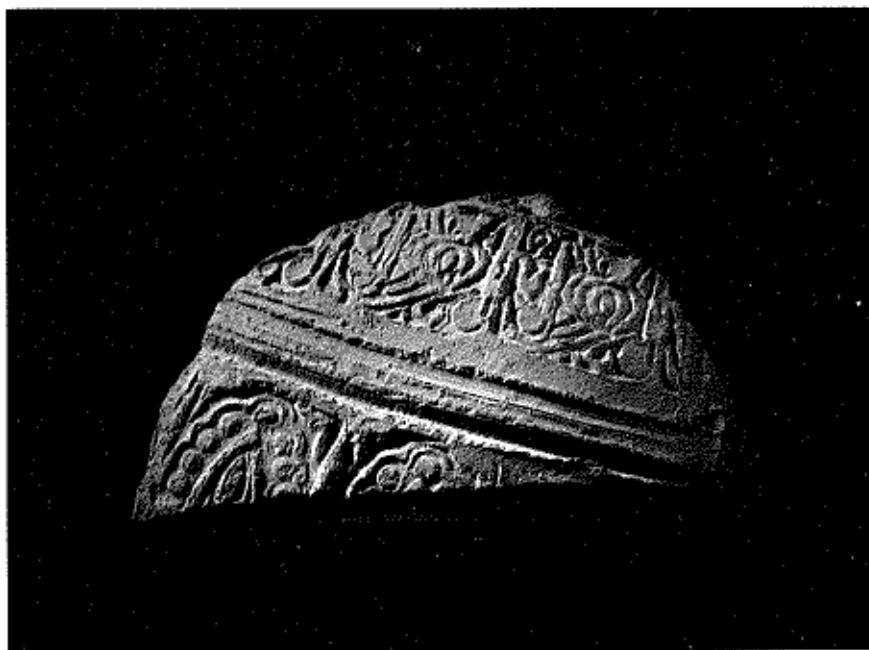
Giralda) e os *mihrabes* de algumas mesquitas (Almeria e Mértola).

Baseando-se em dados estratigráficos, a balizagem cronológica deste conjunto cerâmico situa-se entre finais do século XI e a data da reconquista de Mértola em 1238. Este intervalo cronológico corresponde ao período do governo das dinastias berberes almorávida e almoadada. Estas, procurando «purificar» a sociedade hispano-magrebina, lançaram novas normas relativas não só aos rituais religiosos mas também reguladoras do quotidiano. Esta propaganda reformista foi mais incisiva durante o período almoadado, através de vários agentes de carácter cultural económico e artístico. A arte é uma das muitas manifestações que, naturalmente, se submeteu às exigências ideológicas da nova ordem política, manifestada sobretudo no seu programa arquitectónico.

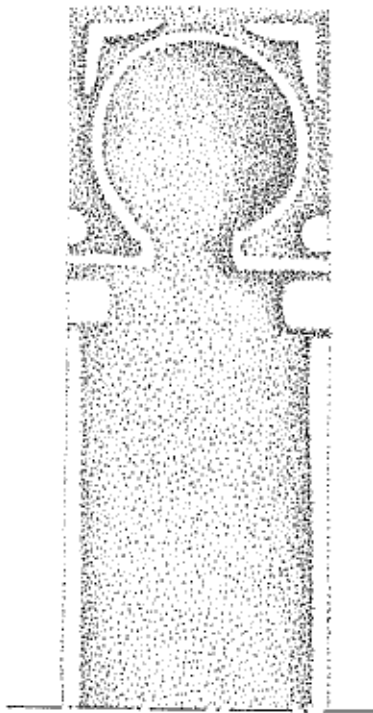
A cerâmica estampilhada, especialmente para consumo em centros urbanos, foi certamente um óptimo meio de divulgação e propaganda.

O sistema ornamental com arcos estampilhados foi detectado em diversas estações arqueológicas do al-Andalus, com cronologias compreendidas entre os séculos XI e XIV – Granada (G. Garrido e G. Granados), Toledo (A. Villalba), Jerez de la Frontera (M. Machuca), Murcia (N. Palazon), Silves (Gomes) e Sevilha (S. Fernández e V. Porres).

A cerâmica estampilhada de Mértola, pela importância da sua decoração, apresenta-se como uma espécie de repositório da arte almoadada. Parafraseando G. Marçais, a arte almoadada é mais unitária que a arte omíada e menos hermética do que a dos almorávidas, impondo-se à nossa admiração pelo seu equilíbrio, pela sua beleza máscula e robusta⁸.



CATÁLOGO



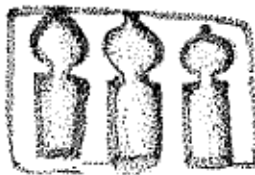
1

- Identificação Fragmento da parte inferior do bojo da talha
 Dimensões da estampilha Comp. 35, Alt. 92mm
 Descrição do arco Arco ultrapassado delimitado superiormente por dois elementos vegetais assente em duas impostas rectangulares suportadas por duas colunas.



2

- Identificação Fragmento de bojo de talha
 Dimensões da estampilha Comp. 30, Alt. ?mm
 Descrição do arco Uma série de três arcos ultrapassados com alfiz apresentam no tímpano três bandas horizontais cuja parte central contém quatro pontos alinhados.

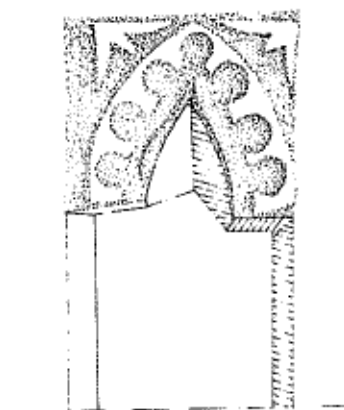


3

- Identificação Fragmento da parte superior do bojo
 Dimensões da estampilha Comp. 33, Alt. 20mm
 Descrição do arco Uma sequência de três arcos ultrapassados e quebrados preenchem uma estampilha rectangular.

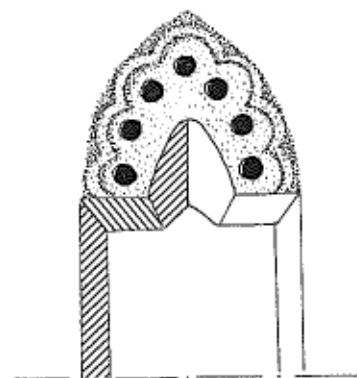
4

- Identificação Fragmento de suporte de talha
- Dimensões da estampilha Comp. 30, Alt. 27mm
- Descrição do arco Arco polilobado de sete círculos, com duas formas vegetais a delimitá-lo superiormente. O tímpano apresenta-se perfurado sobrepondo um «vão» rectangular.



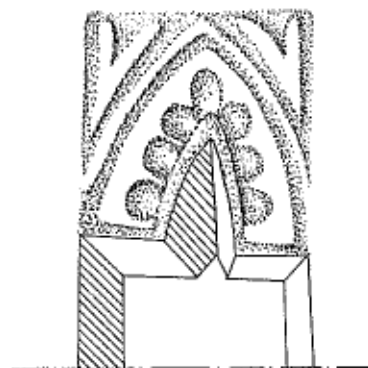
5

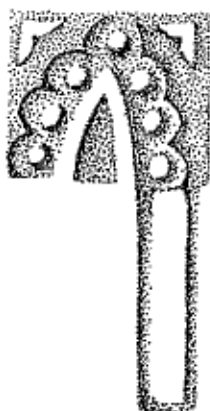
- Identificação Fragmento de suporte de talha
- Dimensões da estampilha Comp. 29, Alt. 25mm
- Descrição do arco Arco polilobado de sete lóbulos a cercar pequenas perfurações circulares. O tímpano perfurado sobrepõe-se a um «vão» delimitado por duas barras incisadas.



6

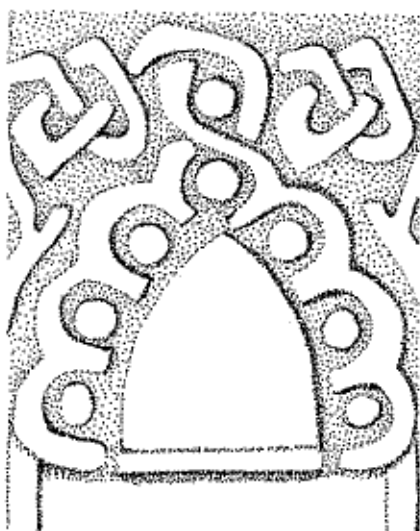
- Identificação Fragmento de suporte de talha
- Dimensões da estampilha Comp. 30, Alt. 30mm
- Descrição do arco Arco polilobado de sete lóbulos envolvendo um outro arco quebrado. O tímpano perfurado coroa um «vão» ladeado por duas barras incisadas.





7

- Identificação Fragmento de pequeno alguidar
 Dimensões da estampilha Comp. 15, Alt. 23mm
 Descrição do arco Arco de sete lóbulos (com barra incisa na sua parte direita) a envolver pontos boleados. Motivos vegetais delimitam-no superiormente.



8

- Identificação Fragmento do bojo de talha
 Dimensões da estampilha Comp. 55, Alt. 60mm
 Descrição do arco Arco polilobado de sete lóbulos que enquadram formas arredondadas. O segmento do lóbulo central prolonga-se no fecho formando com uma linha curva uma forma oval que envolve um elemento arredondado. A ladear este conjunto aparecem várias linhas entrelaçadas.



9

- Identificação Fragmento de gargalo de talha
 Dimensões da estampilha Comp. 30, Alt. 27mm
 Descrição do arco Arco polilobado de sete lóbulos delimitado superiormente por dois elementos vegetais envolve outro arco quebrado.

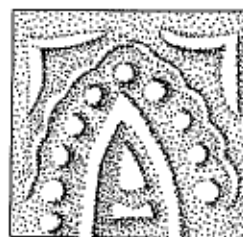


10

- Identificação Fragmento de peça indeterminada
 Dimensões da estampilha Comp. 23 Alt. 20mm
 Descrição do arco Arco polilobado cujo tímpano perfurado coroa um «vão» exciso.

11

- Identificação Fragmento de gargalo de talha
Dimensões da estampilha Comp. 30 Alt. 28mm
Descrição do arco Arco polilobado com nove lóbulos delimitado superiormente por duas formas vegetalistas envolve um outro arco quebrado. Pontos de forma circular surgem envolvidos nos círculos do arco, enquanto elementos vegetais preenchem o tímpano do arco quebrado.



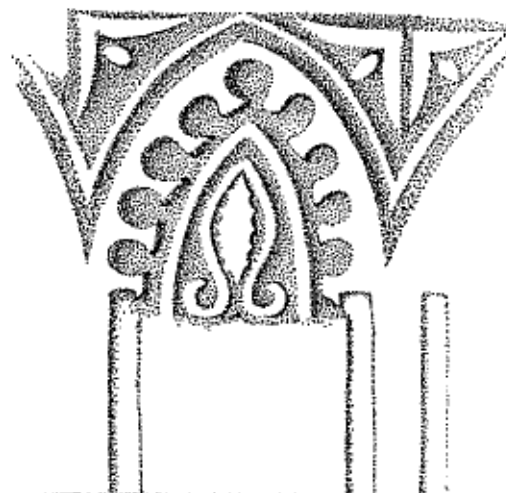
12

- Identificação Fragmento de bojo de talha
Dimensões da estampilha Comp. 35 Alt. 31mm
Descrição do arco Arco de sete lóbulos ladeado superiormente por dois elementos vegetais. O seu tímpano está preenchido por um arco quebrado que envolve um elemento vegetal.



13

- Identificação Fragmento de bojo de talha
Dimensões da estampilha Comp. 40 Alt. 42mm
Descrição do arco Arco de nove lóbulos suportado por duas colunas incisas. Um arco quebrado envolve-o e outro igual no tímpano enquadra um motivo vegetal de forma oval cujos segmentos rematam duas formas espirais que envolvem um outro elemento vegetal espinhoso.



14

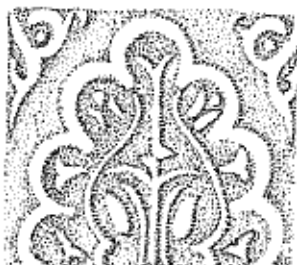
- Identificação Fragmento de bojo de talha com arranque de asa.
Dimensões da estampilha Comp. 30 Alt. 34mm
Descrição do arco Arco de cinco lóbulos a envolver elementos fitomórficos. O tímpano é preenchido por outro arco quebrado enquadrando um motivo de carácter vegetal.





15

Identificação Fragmento de bojo de talha
 Dimensões da estampilha Comp. 29 Alt. 34mm
 Descrição do arco Arco com cinco lóbulos que cinge elementos florais. Sob forma de colunas surgem dois elementos em «S» ladeando uma flor de lotus.



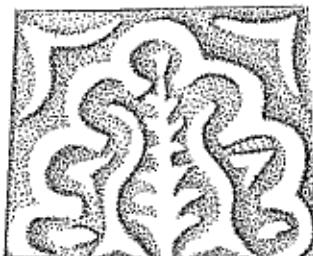
16

Identificação Fragmento de bojo com asa
 Dimensões da estampilha Comp. 40 Alt. 34mm
 Descrição do arco Um arco com sete lóbulos é ladeado na sua parte superior por duas palmetas. O tímpano é preenchido por uma árvore de vida.



17

Identificação Fragmento de bojo com asa
 Dimensões da estampilha Comp. 24 Alt. 24mm
 Descrição do arco Um arco com sete lóbulos enquadra motivos florais e uma árvore de vida.



18

Identificação Fragmento de ombro de talha com arranque de gargalo
 Dimensões da estampilha Comp. 40 Alt. 33mm
 Descrição do arco Arco de sete lóbulos cujo fundo é preenchido por motivo arboriforme que representa uma árvore de vida.

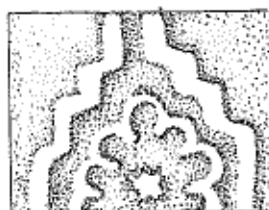


19

Identificação Fragmento de tampa de talha
 Dimensões da estampilha Comp. 33 Alt. 33mm
 Descrição do arco Arco de sete lóbulos cujo fundo apresenta uma forma de árvore de vida com sete ramificações terminadas por fólios encaixados nos círculos.

20

Identificação	Fragmento de bojo de talha
Dimensões da estampilha	Comp. 30; Alt. 30mm
Descrição do arco	Arco de sete lóbulos com uma estrela no seu fundo é enquadrado por um arco falso.



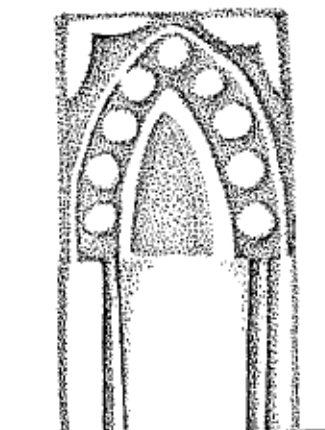
21

Identificação	Fragmento de suporte de talha
Dimensões da estampilha	Comp. 34; Alt. 34mm
Descrição do arco	Arco quebrado marcado na sua face por círculos em baixo relevo. Elementos vegetais preenchem o seu tímpano.



22

Identificação	Asa de talha
Dimensões da estampilha	Comp. 31; Alt. 32mm
Descrição do arco	Um arco quebrado apresenta a face preenchida por formas circulares. É ladeado superiormente por dois elementos vegetalistas, enquanto na sua parte inferior surgem duas barras incisas.



23

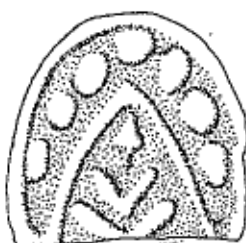
Identificação	Fragmento de bojo de talha
Dimensões da estampilha	Comp. 37; Alt. 27mm
Descrição do arco	Arco quebrado com sete pontos de forma circular na sua face. Elementos de carácter vegetal ocupam a sua parte central.



24

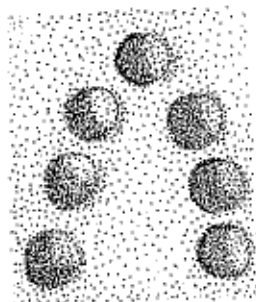
Identificação	Fragmento de gargalo
Dimensões da estampilha	Comp. 29; Alt. 24mm
Descrição do arco	Arco quebrado com face preenchida por nove formas circulares apresenta no tímpano um motivo em forma de arco.





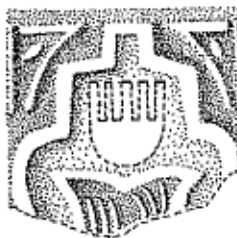
25

Identificação Fragmento da parte superior do bojo
 Dimensões da estampilha Comp. 31; Alt. 30mm
 Descrição do arco Arco ultrapassado com sete formas circulares enquadrando um arco quebrado que envolve um elemento vegetal.



26

Identificação Fragmento de gargalo
 Dimensões da estampilha Comp.31; Alt. 35mm
 Descrição do arco Arco quebrado, apresentado por sete formas circulares em baixo relevo, enquadra um outro arco semelhante.



27

Identificação Fragmento de bojo
 Dimensões da estampilha Comp. 30; Alt. 34mm
 Descrição do arco Arco mixtilíneo enquadrando uma mão de Fátima estilizada.



28

Identificação Gargalo de talha
 Dimensões da estampilha Comp. 29; Alt. 27mm
 Descrição do arco Arco lanceolado envolvendo motivos vegetais.

Identificação Fragmento de bojo com arranque de asa
 Dimensões da estampilha Comp. 29; Alt. 24mm
 Descrição do arco Arcos entrelaçados cingindo estrelas e formas circulares.



BIBLIOGRAFIA

- AGUADO VILLALBA, J. (1991), *Tinajas medievales españolas: islámicas y mudejares*, Toledo.
- BAZZANA, A. (1980), *Les céramiques médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne orientale*, in «Mélanges de la Casa de Velázquez», Madrid, pp.57-95.
- BAZZANA, A. et CRESSIER, P. (1989), *Shaltish/Saltés (Huelva), une ville médiévale d'Al-Andalus*, Casa de Velázquez, Madrid.
- CORREIA, Fernando (1991), *Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja*, in «A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental», Campo Arqueológico de Mértola, pp. 373-385.
- DE LA SIERRA, J. A. e DE LA VEGA PORRES, M. G. (1982), *Tinajas mudejares del museo arqueológico de Sevilla: tipología y decoración*, in «Homenaje a Conchita Fernandez Chicarro», Madrid, pp. 457-470.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1987), *El yacimiento de La Encarnación (Jerez de La Fronteira): bases para la sistematización tipológica de cerámica almohade en el S. O. Peninsular*, in «Al-Qantara», vol. VIII, pp. 448-474.
- GOLVIN, L. (1970), *Essai sur l'Architecture religieuse musulmane*, T. I, Ed. Klincksieck.
- GOMES, Rosa V. (1988), *Cerâmica muçulmana do Castelo de Silves*, Silves.
- KHAWLI, Abdallah (1992), *Lote de cerâmica epigrafada em estampilhagem de Mértola*, in «Arqueologia Medieval» nº. 1, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 7-25.
- KHAWLI, Abdallah (1993), *Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de Mértola Islâmica*, in «Arqueologia Medieval» nº. 2, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 63-78.
- MARÇAIS, Georges, (1926), *Manuel d'Art Musulman. L'Architecture*, Vol. I, Ed. Auguste Picard, Paris.
- MARÇAIS, Georges, (1946), *La Berbérie musulmane et l'Orient au Moyen âge*, in «Les Grandes crises de l'Histoire», Ed. Aubier, Paris, pp.
- MONTES MACHUCA, C. (1987-88), *Algunas cerámicas estampilladas de Jerez de la Fronteira (Cadiz)*, in «Estudios de Historia y Arqueologia Medievales», vol. VII-VIII, Universidad de Cadiz, pp. 175-195.
- NAVARRO PALAZON, J. (1986), *La cerámica islámica en Murcia*, vol.1: catálogo.

- ROSSELLO BORDOY, G. (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*, Palma de Mallorca.
- RODRIGUES, Mª e OTROS (1990), *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*, Quimera, Coimbra.
- SANTOS JENER, S. (1950), *Estampillas de alfarerías moriscas cordobesas*, in «Memorias de los M.A. Provinciales».
- TORRES BALBAS, L. (1983), *Nichos y arcos lobulados*, in «Obra dispersa», Vol. 6, Instituto de España, Madrid, pp. 25-56.
- TORRES, Cláudio (1987), *Cerâmica islâmica portuguesa*, Mértola.
- TORRES, Cl. e alii (1991), *Cerâmica islâmica de Mértola: propostas de cronologia e funcionalidade*, in «A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental», C. A. M., pp. 497-536.

NOTAS

- 1 Torres, 1987, p. 33
- 2 Marçais, 1926, p. 259
- 3 Marçais, 1926, p. 161
- 4 J. de la Sierra Fernández e M. de la Vega Porres, 1982, fig. 4 n. 2, p. 467
- 5 Torres Balbás, 1983, p. 47
- 6 Golvin, 1970, pp. 99-100
- 7 Marçais, 1926, fig. 223, p. 393
- 8 Marçais, 1946, p. 273

CERÂMICAS DO SÉCULO XVII DO CONVENTO DE STA. CLARA (MOURA)

MIGUEL REGO*

SANTIAGO MACIAS**

INTRODUÇÃO

O Museu Municipal de Moura tem, nas suas colecções, um apreciável conjunto de cerâmica, proveniente do Convento de Santa Clara, onde foi acidentalmente exumado, nos inícios da década de 80, durante a realização de obras de ampliação numa construção de carácter social existente naquele sítio. Recolhida e provisoriamente inventariada por João da Mouca, a colecção de materiais esteve desde essa época em exposição nas instalações do Museu Municipal da cidade.

A primeira proposta de estudo desta colecção data de 1987, altura em que procedemos a uma classificação exaustiva dos materiais, concretizada através da elaboração de fichas descritivas de todas as peças recolhidas nos terrenos do antigo convento. Os resultados preliminares desse trabalho foram publicamente apresentados no II Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo, realizado em Castro Verde em Abril de 1988.

O CONVENTO DE SANTA CLARA DE MOURA

O Convento de Santa Clara foi construído no Rocio Grande, no extremo Sul da cidade, nos inícios do século XVII. As freiras que foram ocupar o novo edifício em

1610 tinham até aí estado no Convento do Salvador ¹, situado nos terrenos da Horta de Santa Justa, fora do povoado e junto da antiga via romana e medieval de ligação para Espanha.

A tradição histórica refere como causa para essa mudança uma série de pestes que teriam atingido as monjas, levando ao abandono do local: só em 1608 sete ou oito religiosas teriam falecido, vitimadas por doença num curto espaço de tempo ². A mudança do convento estará menos relacionada com supostas pestes do que se pensa e mais com o facto de o edifício se erguer sobre uma antiga necrópole romana e tardo-romana ³, dado que pode ter tido peso decisivo na decisão de abandonar os terrenos da horta de Santa Justa: não é difícil admitir que as pestes fossem relacionadas pelas freiras com a proximidade desse espaço mortuário.

Em 1694 edificou-se uma nova igreja, paga por Nicolau Lopes, ourives, por ser o anterior templo demasiado pequeno ⁴. A

* Câmara Municipal de Barrancos.

** Campo Arqueológico de Mértola.

Desenhos de Carlos Rico

portaria viria a ser feita em 1705, por mandado da abadessa Soror Brites Teresa ⁵.

Após o encerramento da instituição, a Câmara Municipal de Moura viria a ceder, por deliberação de 10/8/1919, o imóvel para quartel do 3º Batalhão de Regimento de Infantaria 17, ocupação que se manteria até 1927 numa altura em que era já visível o estado de avançada degradação do perímetro do convento.

Apesar da intenção de urbanizar o local, em 1943 o que resta do Convento é cedido à Casa de Trabalho de Nª Sra. do Carmo e à Casa do Povo de Moura.

OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

A necessidade de ampliação das instalações de um infantário existente no local motivou, em 1983, o início de uma grande campanha de obras, que obrigou à abertura de profundos alicerces de onde foi exumado um importante espólio arqueológico.

Das cerca de 130 peças que constituem esta colecção escolhemos 29 exemplares, por serem, em diversos níveis, uma amostra representativa dos principais tipos presentes no conjunto.

Do ponto de vista morfológico, predominam, em termos quantitativos, as taças de pé anelar ou alto e com funções que permanecem desconhecidas. Pequenas escudelas, bilhas e unguentários finamente manufacturados completam um conjunto que apresenta, em muitas peças, características marcadamente sumptuárias.

A extrema delicadeza e fragilidade das peças tornam impensável um uso de tipo culinário ou para armazenamento de grandes quantidades de líquidos ou sólidos. A ausência de marcas de fogo em qualquer destes artefactos parece corroborar a suposição.

A representação de taças semelhantes às do Convento de Santa Clara nalgumas *naturezas mortas* seiscentistas pode, porém, levantar a hipótese de algumas dessas peças terem tido alguma função estritamente doméstica.

A decoração apresenta características bastante homogêneas, embora não se encontrem duas peças em que a figuração se repita. Predominam pouco profundas incisões, organizadas em bandas e dispostas da seguinte forma:

- * Banda de mamilos com círculos digitados (peças 15 e 21)

- * Banda ou bandas de mamilos, ônfalos, incisões circulares, ovais ou de traços oblíquos linearmente alternados entre si (peças 1, 4, 6, 7, 8, 10, 13 e 16)

- * Banda larga com o mesmo tipo de elementos, fazendo entre si composições geometrizantes ou fitomórficas estilizadas (peças 9, 17, 18, 19, 25 e 27)

- * Banda de caneluras organizadas horizontalmente e elementos denticulados.

São ainda, no caso do lote que publicamos, peças brunidas exteriormente, como forma de enriquecimento decorativo.

A nítida sofisticação e barroquismo destas peças (mais apropriadas de um luxuoso «boudoir») tornam-nas um tanto insólitas no austero ambiente clarista. Não cabem, no entanto, dúvidas acerca da proveniência das mesmas ou da sua evidente relação com o espaço monástico existente no local.

Do ponto de vista técnico, estamos em presença de um grupo de peças possivelmente feitas com molde, onde são quase em exclusivo os exemplares de pasta muito depurada, em cor bege, vermelho escura ou alaranjada e textura compacta, com abundância de elementos não plásticos.

O tipo de pastas e de decorações de boa parte dos exemplares apontam uma origem alto-alentejana (Nisa ou Estremoz) das cerâmicas de Santa Clara.

DATAÇÃO DOS MATERIAIS

Tratando-se de um local cuja ocupação está perfeitamente documentada, balizada cronologicamente pela data de construção do convento (1610) e pela edificação da nova igreja (1694), sob a qual foi achado o espólio, foi-nos assim possível uma datação segura para os achados.

A existência de paralelos tipológicos para este conjunto de materiais foi ainda tentada através de um estudo comparativo com peças provenientes de escavações arqueológicas ou a partir de elementos presentes em pinturas.

As nossas peças apresentam, assim, paralelos com alguns dos materiais escavados em 1960 por Irisalva Moita no Hospital de Todos-os-Santos, na actual Praça da Figueira (Lisboa), local que esta arqueóloga datou como construção dos séculos XVI a XVIII. Do ponto de vista formal e decorativo algumas das taças provenientes do Convento de Santa Clara (peças 1, 2 e 3) aproximam-se de um vaso em forma de açafate ⁶, peça que segundo a mesma historiadora lembra trabalhos de ourivesaria e deverá estar cronologicamente situada nos séculos XVI/XVII ⁷.

Outro dos púcaros do Hospital de Todos-os-Santos apresenta um ônfalo muito pronunciado no bojo ⁹, detectável também nalguns materiais de Santa Clara (peça 10 deste catálogo).

No castelo de Moura, em contexto arqueológico enquadrável no mesmo período, ainda que num nível onde surgiram peças que vão dos séculos XVI a XVIII, encontraram-se dois fragmentos de cerâmica idênticos ao de Santa Clara ⁹.

Por outro lado, um conjunto de açucareiros seiscentistas, oriundo de uma oficina de cerâmica de Cuenca, apresentam também significativos paralelos com os exemplares que publicamos, tanto do ponto de vista morfológico como, sobretudo, decorativo ¹⁰. A base de trabalho utilizada para essas datações, um quadro de Zurbaran – pintor do século XVII – é também válida para algumas formas cerâmicas de Santa Clara, fornecendo-nos um ponto de referência que confirma a balizagem cronológica inicialmente proposta.

Os paralelos mais interessantes dizem, no entanto, respeito a peças idênticas às de Moura presentes em vários quadros de Josefa d' Óbidos. As taças representadas em três pinturas – «Natureza morta: caixa com potes» ¹¹, «Natureza morta com potes de barro» ¹² e «Mês de Setembro» ¹³ – são a imagem fiel das peças 6,7,8 deste estudo. A cronologia das pinturas, situada por volta de 1660 fornece-nos uma datação plausível para os nossos materiais, cujo fabrico em meados do século XVII parece, deste modo, inquestionável.

BIBLIOGRAFIA

- Alfénim, Rafael, 1984 – *O epitáfio de Comarius de Moura* in «Ficheiro epigráfico», 26, nº 119
Assumpção, Lino d', 1894 – *As últimas freiras*, Porto, Liv. Portuense de Lopes & Ca.
Cabral, Luís d' Almeida, 1981 – *História da notável villa de Moura*, Moura, Biblioteca Municipal
Encarnação, José d', 1990 – *Epigrafia romana do Museu Municipal de Moura* in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 65-74
Gomes, Mário Varela et al., 1984 – *Cerâmicas importadas dos séculos XV e XVI encontradas no*

poço-cisterna de Silves in «3º Congresso do Algarve – textos das comunicações», vol. I, Raca Club, pp. 35-44

Macias, Santiago, 1994 – *Escavações arqueológicas no Castelo de Moura: primeiros resultados* in «Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana», Huelva, Universidad de Huelva, pp.673-705.

Matta, José Avelino da Silva e, 1982 – *Anais de Moura*, 4ª ed., Moura, Biblioteca Municipal

Moita, Irisalva, 1964 – *Hospital Real de Todos-os-Santos* in «Revista Municipal», ano XXV (nº101-102), pp. 76-100

Moita, Irisalva, 1965 – *Hospital Real de Todos-os-Santos* in «Revista Municipal», ano XXVI (nº104-105), pp. 25-103

Moita, Irisalva, 1965a – *Hospital Real de Todos-os-Santos* in «Revista Municipal», ano XXVI (nº106-107), pp. 10-57

Moita, Irisalva, 1966 – *Hospital Real de Todos-os-Santos* in «Revista Municipal», ano XXVII (nº 108-109), pp. 8-55

Moita, Irisalva, 1966a – *Hospital Real de Todos-os-Santos* in «Revista Municipal», ano XXVII (nº 110-111), pp. 42-59

Osuna, Manuel, 1976 – *Un alfar de cerámicas populares del s. XVII en Cuenca*, Cuenca, Diputación Provincial y Ayuntamiento

Palma, Carlos Augusto Botelho da, 1885 – *Notícia estatística e chorographica do districto e bispado de Beja*, Coimbra, Imprensa Academica

Serrão, Vítor, s.d. – *Josefa de Óbidos e o tempo barroco*, IPPC, Lisboa

Sousa, João, 1789 – *Vestígios da língua árabe em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Sciencias.

CATÁLOGO

1

Nº Inventário 1251

Tipo Taça

Dimensões Ø boca 150; altura 85; largura 153; Ø base 85

Morfologia Bordo boleado envasado; sobrelanço largo com caneluras; bojo troncocónico invertido com profundos ônfalos e canelura bem marcada junto à base; fundo raso com concavidade na parte central; quatro asas verticais de secção em «D»

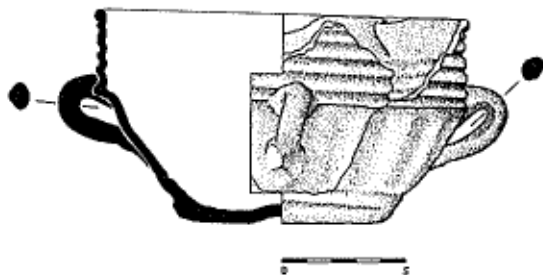
Decoração Sem decoração

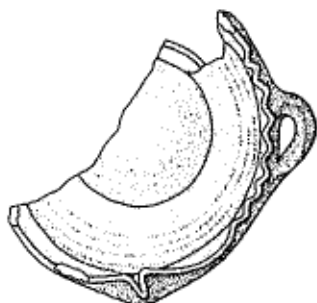
Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura





2

Nº Inventário 1239

Tipo Taça

Dimensões ø boca 100; altura 56; ø base 47

Morfologia Bordo recto, ondulado nalguns pontos; bojo globular estriado; pé em bolacha convexo no centro; asa horizontal de secção canelada

Decoração Sem decoração

Técnica Pasta avermelhada; textura compacta bem depurada

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



3

Nº Inventário 1247

Tipo Taça

Dimensões Altura 48; ø base 66

Morfologia Bordo boleado ondulado; canelura horizontal junto ao bordo; perfil carenado; base em bolacha plana; duas asas de secção irregularmente trapezoidal

Decoração Apresenta no interior traços incisos em forma de pétala com fundas marcas

Técnica Pasta alaranjada; textura compacta com muitos elementos não plásticos

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



4

Nº Inventário 1210
 Tipo Taça
 Dimensões Altura 66; largura 67
 Morfologia Bordo boleado ondulado; curto sobrelanço troncocónico delimitado por caneluras; bojo cilíndrico de paredes levemente convexas; asa vertical ligeiramente oblíqua de secção em «D»; carena convexa
 Decoração Banda de fundas incisões oblíquas no bojo
 Técnica Pasta bege; textura compacta
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura



5

Nº Inventário 1237
 Tipo Taça
 Dimensões ø boca 92; largura 105
 Morfologia Bordo boleado com caneluras; bojo troncocónico com duas caneluras na parte superior e uma na inferior; arranque de carena; asa vertical com canelura
 Decoração Decoração de incisões verticais e oblíquas, ponteadas por incisões circulares
 Técnica Pasta avermelhada; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura



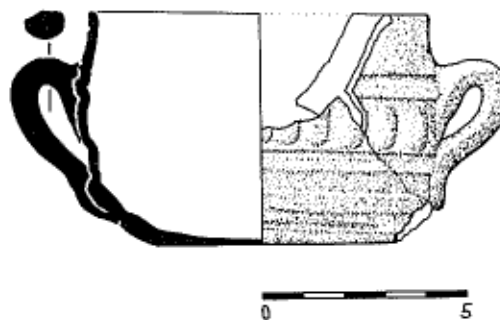
6

Nº Inventário 1155
 Tipo Pequeno pote
 Dimensões ø boca 117; largura 125
 Morfologia Bordo boleado com canelura e moldura exterior; sobrelanço troncocónico com moldura exterior; carena convexa; duas asas verticais de secção canelada
 Decoração Moldura exterior com incisões verticais e circulares alternadas
 Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura



7

Nº Inventário 1233
 Tipo Taça
 Dimensões ø boca 85; altura 57; ø base 53
 Morfologia Bordo boleado; cartela decorada no bojo; duas asas verticais de secção em «D»; fundo raso
 Decoração Banda de excisões ovóides
 Técnica Pasta alaranjada; textura compacta
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura





8

Nº Inventário 1246

Tipo Pote

Dimensões Largura 90; ø base 50

Morfologia Bojo marcado por caneluras horizontais dispostas de forma irregular; carena convexa com canelura; base de perfil côncavo; asa vertical com secção trapezoidal (parte superior) e em fita (parte inferior).

Decoração Incisões verticais no bojo

Técnica Pasta avermelhada; textura compacta com muitos elementos não plásticos

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura

9

Nº Inventário 1157

Tipo Pequeno pote

Dimensões ø boca 115; altura 70; largura 133; ø base 106

Morfologia Bordo boleado envasado com moldura exterior e canelura; bojo bitroncocônico com incisões, ponteados e caneluras; duas asas verticais de cordão duplo; pé anelar boleado com fundo convexo

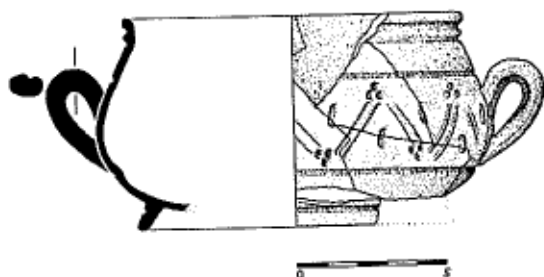
Decoração Cartela preenchida com duplas incisões oblíquas em zigue-zague, com incisões no interior e três pequenos pontos nos vértices

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



10

Nº Inventário 1329

Tipo Taça

Dimensões Altura 45; largura 80

Morfologia Fragmento de bojo

Decoração Banda da ônfalos com grupos de quatro punções entre si

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

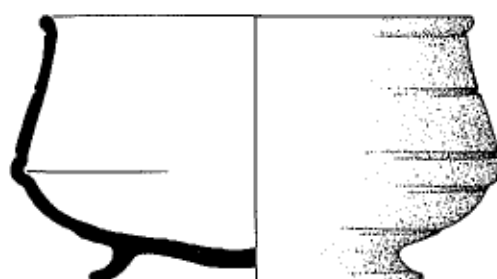
Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



11

Nº Inventário 1156
 Tipo Taça
 Dimensões ø boca 115; altura 70; largura 131; ø base 89
 Morfologia Bordo boleado envasado; sobrelanço troncocónico; carena convexa com incisões; pé anelar; fundo externo convexo
 Decoração Sem decoração
 Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura



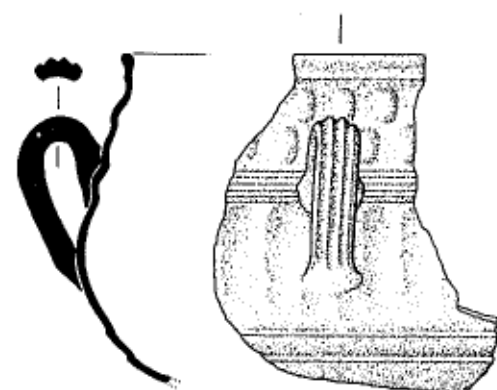
12

Nº Inventário 1324
 Tipo Taça
 Dimensões Altura 49; largura 130; ø base 95
 Morfologia Bojo troncocónico com caneluras e banda decorada; carena convexa; pé anelar
 Decoração Identificável uma incisão ovóide rodeada por dois grupos de quatro punções
 Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura



13

Nº Inventário 1160
 Tipo Taça
 Dimensões
 Morfologia Bordo boleado envasado com moldura exterior; bojo globular com três registos decorativos; duas asas verticais, levemente oblíquas, de secção em «D», caneladas no dorso
 Decoração Registo com duas bandas de saliências verticais de diferentes dimensões; moldura exterior com incisões horizontais entre os registos; bordo brunido adquirindo cor vermelha
 Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; engobe da cor da pasta
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura



14

Nº Inventário 1170

Tipo Taça

Dimensões ø boca 120

Morfologia Bordo boleado envasado com caneluras; sobrelanço troncocônico com moldura exterior e banda decorada; carena convexa; arranque de asa vertical

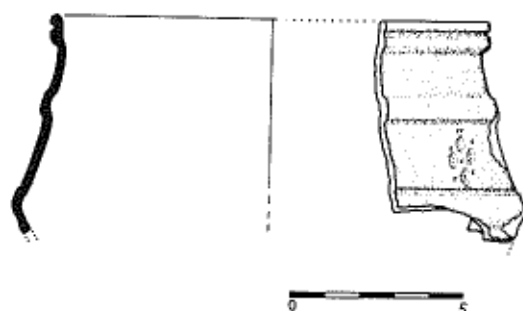
Decoração Banda decorada com conjuntos de quatro incisões circulares e ponteados

Técnica Pasta cinzenta; textura compacta com muitos elementos não plásticos

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



15

Nº Inventário 1167

Tipo Taça

Dimensões ø boca 110

Morfologia Bordo boleado; sobrelanço levemente convexo com friso e banda superior decoradas

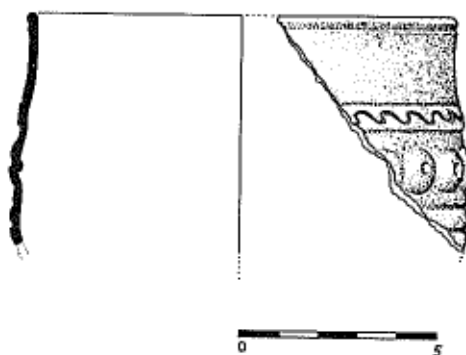
Decoração Friso de pequenos mamilos com incisões circulares no interior; banda superior serpentiforme

Técnica Pasta alaranjada; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno na parte não decorada do sobrelanço e no interior dos mamilos

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



16

Nº Inventário 1166

Tipo Taça

Dimensões ø boca 110

Morfologia Bordo boleado envasado com caneluras e moldura exterior; bandas simples e decoradas entre caneluras

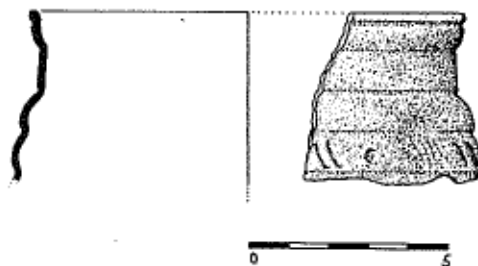
Decoração Banda entre caneluras com traços oblíquos e círculos incisos, alternando entre si

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



17

Nº Inventário 1256

Tipo Pequena escudela

Dimensões ø boca 70; altura 34; largura 68; ø base 60

Morfologia Bordo boleado envasado ondulado superiormente; bojo cilíndrico marcado superior e inferiormente por canelura e moldura exterior; base convexa

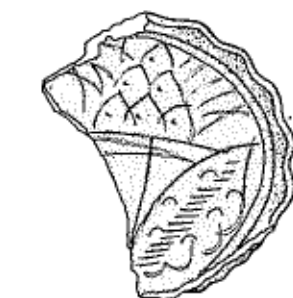
Decoração Decoração vegetalista estilizada no interior; ônfalos marcados verticalmente no exterior

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



18

Nº Inventário 1161

Tipo Escudela

Dimensões ø boca 155

Morfologia Bordo boleado recto com caneluras inferiores; parede carenada de curvatura convexa

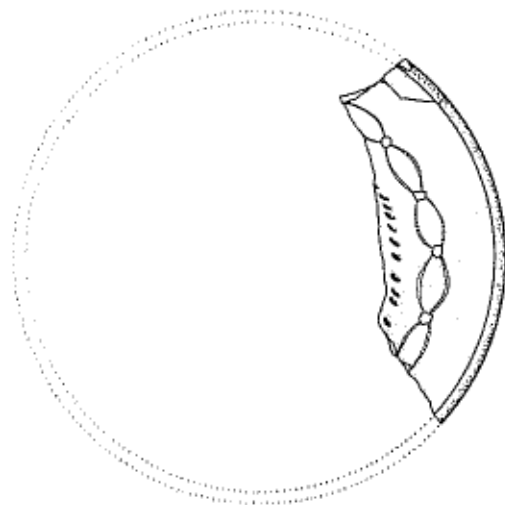
Decoração Decorada no interior com incisões losangulares em cujos vértices estão incrustados grãos quartzíticos; banda inferior de pequenas incisões

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



19

Nº Inventário 1206

Tipo Escudela

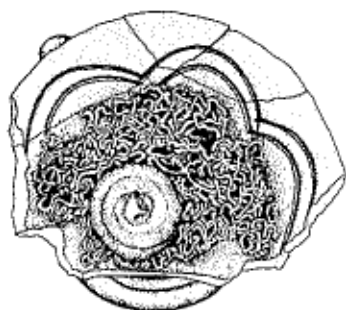
Dimensões Altura 34; largura 47

Morfologia Bordo boleado levemente envasado com moldura exterior; perfil curvo

Decoração No interior da peça distingue-se um registo de elementos fitomórficos



Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura

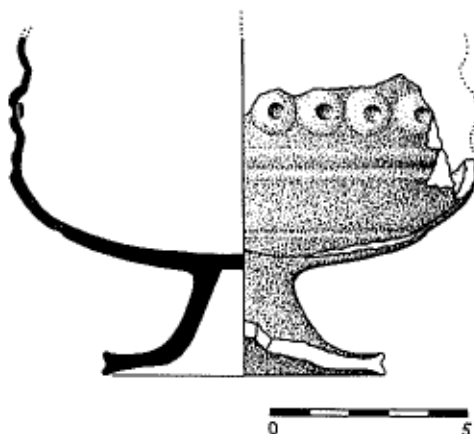


20

Nº Inventário 1243
 Tipo Taça de pé alto
 Dimensões $\varnothing$ boca 90; altura 67; largura 90; $\varnothing$ base 51
 Morfologia Bordo boleado envasado; sobrelanço com dupla canelura e moldura inferior; bojo troncocônico invertido com canelura na parte inferior e moldura exterior na união com a base; base de perfil interior troncocônico com aba de lábio boleado
 Decoração Ampla faixa de incisões em arco de círculo no interior da peça
 Técnica Pasta alaranjada escura; textura compacta com muitos elementos não plásticos
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura

21

Nº Inventário 1154
 Tipo Taça de pé alto
 Dimensões Altura máxima 85; largura 118; $\varnothing$ base 69
 Morfologia Sobrelanço troncocônico com friso decorado; carena convexa com canelura; pé alto troncocônico côncavo no exterior com base plana de lábio duplamente boleado
 Decoração Friso de pequenos mamilos com incisões circulares no interior; banda superior serpentiforme incisa
 Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno
 Cronologia Século XVII
 Procedência Convento de Santa Clara (Moura)
 Depósito Museu Municipal de Moura



22

Nº Inventário 1250

Tipo Gargalo de garrafa (?)

Dimensões ø boca 51

Morfologia Bordo boleado com canelura e moldura exterior; gargalo troncocônico invertido com dupla canelura e moldura na parte inferior; ligação ao bojo com perfil carenado

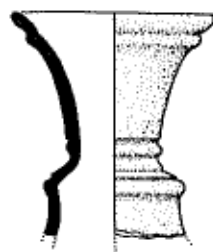
Decoração Sem decoração

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



23

Nº Inventário 1252

Tipo Anforeta (?)

Dimensões Altura 42; largura 52

Morfologia Fundo de perfil troncocônico invertido marcado por dupla canelura na parte inferior

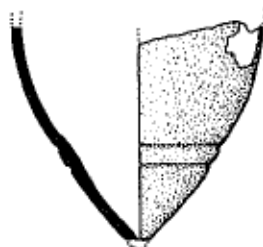
Decoração Sem decoração

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



24

Nº Inventário 1348

Tipo Unguentário

Dimensões ø boca 25; altura 39

Morfologia Bordo boleado com moldura exterior; gargalo troncocônico invertido ligeiramente convexo com moldura

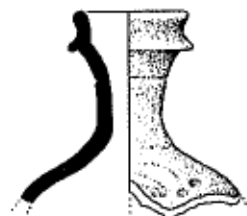
Decoração Banda de incisões elipsoidais com linha de finas punções no meio

Técnica Pasta bege; textura compacta; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



25

Nº Inventário 1241

Tipo Unguentário

Dimensões ø boca 30; altura 74; largura 60; ø base 30

Morfologia Bordo triangular envasado; colo contracurvado; bojo globular com canelura na parte inferior; base em bolacha ligeiramente convexa

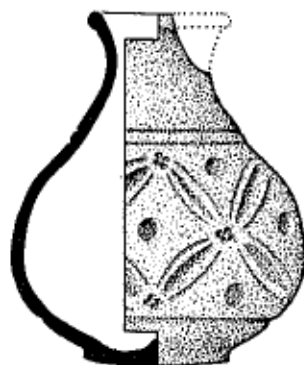
Decoração Banda de elementos fitomórficos com incisões circulares

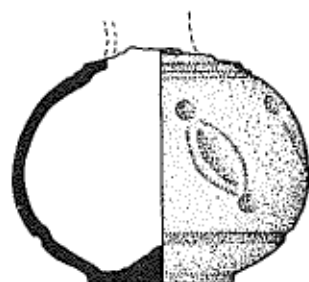
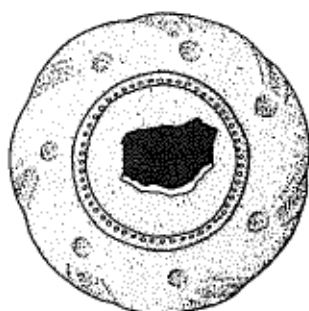
Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura





26

Nº Inventário 1240

Tipo Unguentário

Dimensões Altura 48; largura 62; ø base 30

Morfologia Bojo globular com dupla canelura na parte superior e canelura simples na parte inferior; fundo cilíndrico raso

Decoração Dupla canelura com fila de punções na parte superior da peça; ônfalo rodeado por incisão e marcado nos extremos por dois círculos incisos

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura

27

Nº Inventário 1215

Tipo Púcaro

Dimensões Largura 69; ø base 27

Morfologia Bojo globular com banda decorada entre duas caneluras; fundo em bolacha; asa vertical de secção em «D» com canelura

Decoração Banda de elementos fitomórficos

Técnica Pasta bege; textura compacta com muitos elementos não plásticos; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



28

Nº Inventário 1227

Tipo ?

Dimensões ø base 28

Morfologia Bojo de formato ovóide; fundo cilíndrico com caneluras horizontais; base convexa

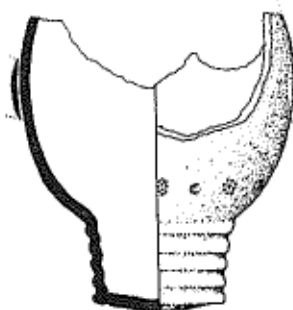
Decoração Banda de oito pontos incisos dispostos em círculo, alternando com incisão circular mais larga

Técnica Pasta bege; textura compacta; peça brunida no torno

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



Nº Inventário 1174

Tipo Pote (?)

Dimensões

Morfologia Bordo boleado de secção triangular com canelura e moldura exterior; sobrelanço recto decorado; bojo globular; dupla asa horizontal de secção canelada

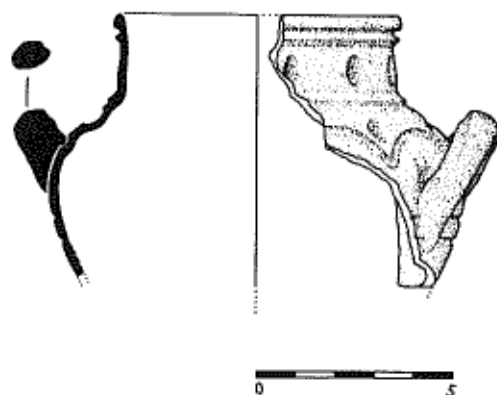
Decoração Banda de incisões ovóides no sobrelanço; incisões ovóides e em forma de semi-círculo no bojo

Técnica Pasta alaranjada; textura compacta com muitos elementos não plásticos

Cronologia Século XVII

Procedência Convento de Santa Clara (Moura)

Depósito Museu Municipal de Moura



NOTAS

1 Matta, 1982: 31

2 Assumpção, 1894: 246-248

3 Alfenim, 1984 e Encarnação, 1990: 67-68

4 Cabral, 1981: 16

5 Matta, 1982: 31

6 A expressão açafate não pode, em rigor, ser aplicada a este tipo de peças. Segundo João de Sousa essa palavra reporta-se a cestos sem arco nem asas. V. Sousa, 1789: 6

7 Moita, 1964: 98 e Moita: 1965 est. XXIV (nº 207)

8 Moita, 1965: est. XXIII (nº 201)

9 Peças: CM 17/1.0238 e CM 19/1.0173. V. também Macias, 1994

10 Osuna, 1976: 98-99

11 Serrão: 132-133

12 Serrão: 134

13 Serrão: 155

LOS BAÑOS EN LA SEVILLA ISLAMICA

MAGDALENA VALOR PIECHOTTA*

1. INTRODUCCIÓN.

En un artículo recientemente publicado del Prof. Lavado Paradinas [(1989), 45-78], se realiza un excelente «estado de la cuestión» sobre los baños de al-Andalus. En este trabajo queda de relieve el anonimato que todavía hoy existe sobre la ciudad de Sevilla para los investigadores de la Arqueología Medieval. Sin embargo, yo diría que el tema de los baños islámicos de esta ciudad cuenta con un suficiente número de publicaciones como para elaborar un estudio aproximativo al tema. En este caso, lo más difícil es el acceso a las publicaciones, excesivamente dispersas e inasequibles sino contamos con una biblioteca especialmente dotada de fondos sevillanos.

Con este artículo, modestamente, nos proponemos integrar tanto los vestigios materiales como las fuentes escritas sobre los baños sevillanos en el elenco de la bibliografía andalusí.

En publicaciones recientes se ha tratado con bastante detalle el tema de la estructura de los baños en la civilización islámica, y su relación con el precedente romano [*Baños Arabes en el País Valenciano*. (1989)]. No es mi intención, por tanto, insistir en ello. No obstante es necesario señalar que la nomenclatura que vamos a emplear en este artículo corresponde a la publicada en *L'Encyclopédie de l'Islam* [(1965), III, 143-145]. Por tanto, la denominación de las distintas salas es:

– Al-bayt al-musalaj (que corresponde al apoditerium de las termas romanas),

que es el vestuario y sala de reposo que comunicaba con las letrinas.

– Al-bayt al-barid (o el frigidarium clásico): Sala fría, que en los baños islámicos no tenía dispositivo de calefacción, pero que alcanzaba una temperatura tibia por la proximidad de la sala caliente. Esta sala se usaba en invierno de vestuario y, puede ser calificada de exterior.

– Al-bayt al-wastani (que es el tepidarium de las termas): Sala templada, es la primera sala con calefacción.

– Al-bayt al-sajun (o caldarium): Sala caliente, que generalmente poseía una serie de subdivisiones que la bibliografía especializada denomina «atajos» o «maksuras», dependencias que solían tener un banco de piedra o de mampostería y que eran utilizados para los cuidados dados a los bañistas por el personal de servicio, también solían tener pequeños pilones donde llegaba el agua fría o caliente (hanafiyyas) que podían servir de pequeñas piscinas (maghtas).

* Universidad de Sevilla

2. LOS BAÑOS DE LA SEVILLA ISLÁMICA:

En lo que a Isbiliya se refiere, apenas sabemos nada a través de las fuentes árabes. En éstas se hace referencia tan sólo a dos baños:

– Hammam al Rakkakin [R. Dozy (1932), III, 219], situado probablemente en el Alcázar [L. Torres Balbás (1945), 179].

– Hammam al-Sattara [L. Torres Balbás (1945), 180], recogido por numerosos autores musulmanes, tanto historiadores como poetas.

Ni que decir tiene que, en ningún caso se hace alusión a la tipología y características del edificio. Tampoco ocurre así en las citas esporádicas que se conservan en el tratado de hisba de Ibn Abdun [E. García Gómez, E. Levi Provençal (1981), <152> y <155>], donde simplemente se alude a las pilas de los baños públicos y a un bayt al-musalaj.

A través de los textos cristianos y de la historiografía tenemos algunos datos más, que incluso podemos localizar en la propia ciudad. Considerándolos por orden alfabético, estos son [Fig. 1]:

2.1. Baños de don Fadrique o de la reina doña Juana o de la Reina Mora.

La existencia de estos baños situados en la confluencia de la calle Baños con la calle Jesús de la Veracruz es recogida por un gran número de estudiosos [M. Álvarez Benavides (1868), 332; R. Caro (1634), I, 203; F. Collantes de Terán et alii (1976), 219; J. González (1951), I, 524; D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 162 y 296; L. Torres Balbás (1945), 182]. Sin lugar a dudas, son los baños de Sevilla que más han trascendido en la historiografía: Precisamente por eso conocemos con bastante aproximación los usos que ha tenido el edificio a lo largo de su dilatada existencia:

– No aparece citado como tal en el Repartimiento de Sevilla. Sin embargo, algunos investigadores creen que fueron concedidos a la reina doña Juana (viuda de Fernando III) [M. Álvarez Benavides (1868), 334; F. González León (1839),

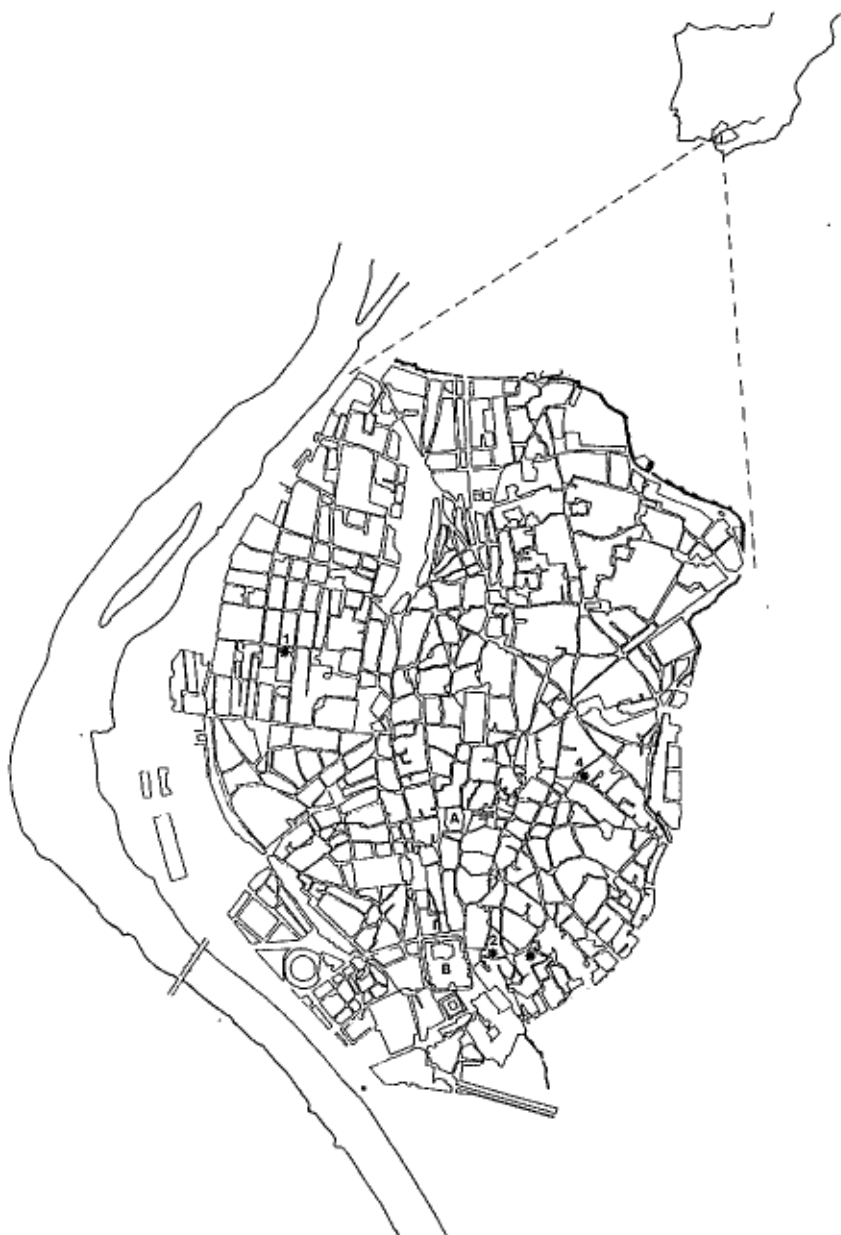


Fig. 1 - Plano del casco antiguo de Sevilla, según el Plano Parcelario del Ministerio de Hacienda.

Baños.

1. Baños de la Reina Mora, 2. Baños de García Jofre, 3. Baño de la Judería, 4. Baños de San Ildefonso.

A - Mezquita aljama de Ibn Adabbas.

b - Mezquita aljama almohade.

198; D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 162], mientras que otros creen que se pueden identificar con los llamados de don Fadrique [J. González (1951), I, 522 y 524; S. Montoto (1940), 252].

– El 16 de abril de 1278, los baños del infante don Fadrique pasaron al cabildo catedralicio por privilegio real [D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 296]. Esto mismo ocurrió con los «Baños de la reina mora», aunque en fecha no determinada por los historiadores [M. Álvarez Benavides (1868), 342; F. González León (1839), 198].

– En 1542 vendió el Cabildo esta propiedad a un particular, pasando hasta 1551 por diversas manos [Ibidem].

– El 3 de enero de 1551, Antonio Gerónimo de Montalván y Ana Enríquez, su esposa, donaron por escritura pública la mencionada propiedad al «recogimiento de mujeres del Nombre de Jesús» [Ibidem; F. González León (1839), 199].

– A partir de 1837, y por orden gubernamental, las monjas se unieron a las de San Leandro y el convento del Nombre de Jesús fue usado como casa de vecinos. La iglesia sí continuó dedicada al culto [Ibidem].

– Después de 1868 (año en que publicó su obra Álvarez Benavides) se dedicó a Comandancia General de Ingenieros Militares [L. Torres Balbás (1945), 182], hasta 1976 [A. Pérez Guerra (1983), 4].

– Desde 1976 hasta 1983 permanece abandonado. En este último año fue realizada una excavación de urgencia tanto en el claustro, como en el solar posterior, previa al permiso de obras necesario para la ejecución del núcleo residencial proyectado

En 1976, habiéndose procedido al derribo de la Comandancia Militar, se respetó lo que constituía el claustro principal del convento del Dulce Nombre, pensando que en él se hallaban los vestigios de los «Baños de la Reina Mora». Al ser presentado el proyecto de construcción de viviendas en su solar, la Comisión Provincial del Patrimonio Histórico y Artístico procedió a un control arqueológico de la zona, encomendado al entonces responsable, el Museo Arqueológico Provincial de Sevilla. Unos años después, en 1983, se inició la investigación arqueológica, con dos finalidades: La de conocer la evolución estratigráfica del edificio (para ello se realizaron sondeos en el interior del claustro) y, la delimitación del yacimiento (por lo que se efectuaron cortes a lo largo del solar [F. Fernández Gómez; J.M. Campos Carrasco (1986), III, 42 y 43].

Los restos del baño se localizan en la manzana de casas formada por las calles

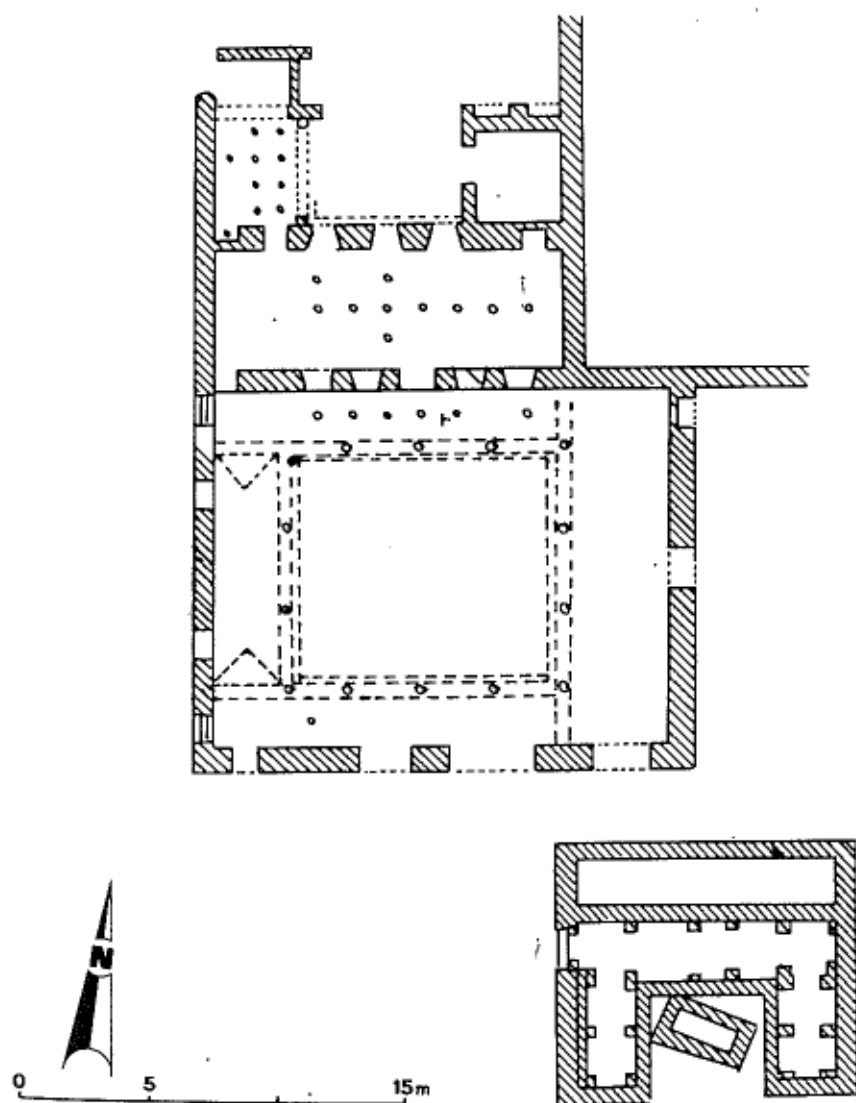


Fig. 2 - Planta de los baños de la Reina Mora, según F. Fernández Gómez y J.M. Campos Carrasco (1986), III, pp. 53.

Miguel del Cid, Baños, Jesús, Cardenal Cisneros. Las distintas campanas de excavación arqueológica todavía no han sido objeto de publicación sistemática [F. Fernández Gómez; J.M. Campos Carrasco (1986), III; J.M. Campos Carrasco et alii (1987), III, 346-349; M.J. Carrasco Martín (1987), II, 529-538], lo que esperamos que ocurra en un futuro próximo.

Como resultado de estos trabajos se han descubierto diversos elementos del baño musulmán [Fig. 2]:

- Diversas salas con bóvedas de canón rebajadas y lumbreras.

- En lo que constituyó el claustro principal del convento, bóvedas del tipo descrito con lumbreras, fustes y capiteles de raigambre almohade.

- Restos de la infraestructura del baño: Pozo, aljibe, noria.

- Y, como no, cerámica islámica.

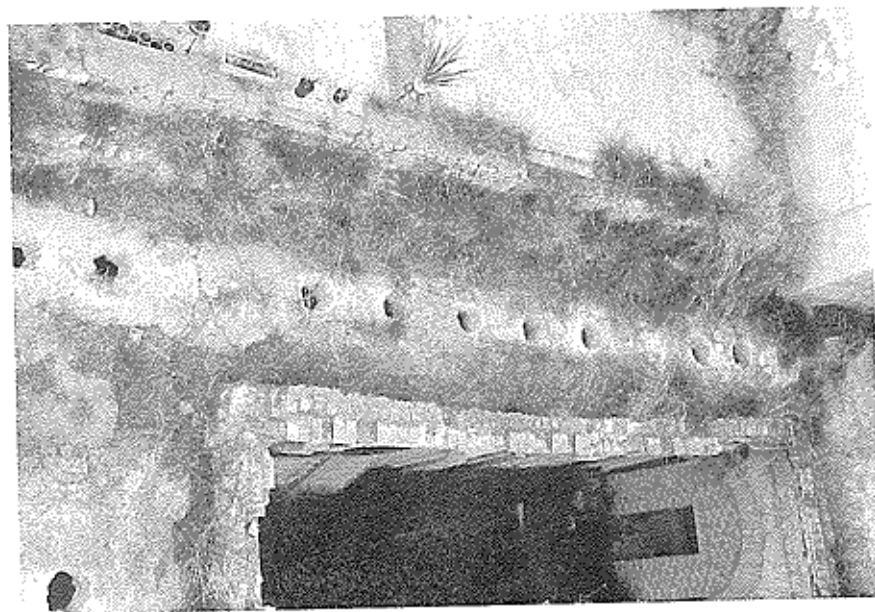
Los «Baños de la Reina Mora» tuvieron una superficie notable, equiparable con pocos baños de la Península Ibérica (caso del Bañuelo de Granada, o de los baños del Palacio de Villardompardo de Jaén). En cuanto a los vestigios de su estructura, se detectan restos de lo que debió ser al-bayt al-wastani, elemento central en torno parece que debieron desarrollarse el resto de las dependencias [Lám. I]. En él se localizan una serie de fustes y capiteles que han sido fechados como almohades [F. Collantes de Terán; L. Gómez Estern (1976), 219] y lumbreras en las bóvedas de las galerías norte y sur del recinto. En esta dependencia falta la bóveda o cúpula central, de la que hoy en día no queda el menor vestigio [Lám. II].

Adosada por el norte a esta gran sala hay una sala rectangular, todavía más al norte una pequeña sala cuadrada ambas con lumbreras. El muro de la sala rectangular parece más ancho que los del resto del edificio y, los múltiples vanos son indudablemente poste-

riores a su uso como baño. La mayor anchura de estos muros y, su relación con las pequeñas salas cuadradas nos inclinan a pensar a que se trate de al-bayt al-sajun o sala caliente, tal y como lo reconocemos en el Bañuelo [M. Gómez Moreno (1951), 257], otro elemento de apoyo es, sin duda, la presencia de lumbreras en una de las pequeñas habitaciones, concretamente en la situada al noroeste.



Lám. I - Baños de la Reina Mora. Al-bayt al-wastani. Foto M. Valor.



Lám. II Baños de la Reina Mora. Detalle de la sala central. Foto M. Valor.

Este baño encaja perfectamente, tanto en lo que se refiere a su tipología, como a su cronología con el conocimiento que hasta ahora tenemos acerca de los baños hispanomusulmanes. De manera que, si queremos establecer un cuadro cronológico del desarrollo de los baños de modelo centrado, nos encontramos con los siguientes paralelos: El Bañuelo en Granada [M. Gómez Moreno (1951), 257] y el baño de la Judería en Baza [M. Gómez Moreno (1951), 257-260] ambos fechados como taifas; como almohades y de planta centrada están publicados los de la Judería de Granada [C. Gómez González y C. Vilchez Vilchez (1986), III, 545-568] y los de la «Reina Mora» de Sevilla [F. Fernández Gómez; J.M. Campos Carrasco (1986), III, 42]; este tipo se mantiene bajo los nazaries, ejemplo de ello son el baño de Alhama de Granada [R. Manzano Martos (1958), 408-417] y, el del Palacio de Comares en la Alhambra de Granada [J. Bermúdez Pareja (1974-75)]; otros con esta tipología, pero de cronología indeterminada son los del Alcázar de Jerez [M.L. Menéndez Robles; F. Reyes Téllez (1986), III, 308-310].

Las sucintas publicaciones que sobre este tema se han producido, no nos permiten llegar a conclusiones acerca de la estratigrafía del yacimiento. Sin embargo, sí parece claro que los niveles de ocupación más antiguos corresponden a la época taifa, produciéndose una continuidad bajo los almohades [M.J. Carrasco Martín (1987), II]. La fase de ocupación del convento está bien representada en la estratigrafía por la gran riqueza de cerámicas «italianizantes», como es el caso de la «azul sobre azul» que yo misma parcialmente publiqué hace unos años [M. Valor Piechotta (1989), 377-385].

Es necesario señalar el lamentable estado de abandono en el que se encuentra este edificio. El núcleo de viviendas apoya sus muros en las paredes maestras

del baño, de otro lado, su interior está lleno de basura, totalmente abandonado [Lám. III].

2.2. Baños de García Jofre.

Estos baños aparecen en la documentación cristiana en fecha muy temprana, en 1281, como linde de una propiedad concedida por Alfonso X a la Iglesia de Sevilla [A. Ballesteros Beretta (1913), doc. 226]. Los baños llamados de García Jofre, estaban en la collación de Santa María y «lindaban con casas de (...) doña Juana, sobrina del arzobispo don Remondo, que estaba próxima a la casa de éste, con casa de don Aly cercana a la açcaya de la catedral, y con la calle que bien puede ser la de Abades baja» [J. González (1951), I, 523].

Es más que probable que estos baños correspondan a los vestigios situados en la calle Mateos Gago (antes Borceguinería). Así, en el número 1 de esta calle se conserva lo que para unos podría ser un baño «musulmán» [F. Collantes de Terán; L. Gómez Estern (1976), 271] y lo que para otros es un indudable vestigio de este tipo de edificio [J. Gestoso y Pérez (1889), I, 33; M. J. Guerrero Martínez (1982), 19; A.A. Salem (1956), 175 y 176 y L. Torres Balbás (1945), 183].

La historiografía sevillana apenas se hace eco de la existencia de estos baños. El testimonio más antiguo es el de Rodrigo Caro, según el cual «(p)erseveran allí las señales de que fue baño, y algunos quieren decir que es parte de él la bóveda que se ve al entrar por la Borceguinería, pero a mí no me parecen aquellos edificios de baños, antes me parecen reliquias de algún circo o anfiteatro (...)» [R. Caro (1634), 203-204]. En efecto, todavía hoy prevalecen en este lugar algunas bóvedas integradas en un edificio de comienzos de este siglo.



Lám III - Baños de la Reina Mora. Entrada albaño. Foto M. Valor.

Los restos de baños localizados en este punto responden de nuevo al modelo de planta centrada [Fig. 3]. Es una estructura compleja, de la que hoy en día a causa del enlucido y blanqueado, poco podemos decir. La sala de planta cuadrada, en el espacio central está cubierta con una cúpula octogonal, sostenida por trompas aristadas y cuatro columnas. La cubierta de las galerías laterales se distribuye a un ritmo regular de: Bóveda vaída, arco fajón, bóveda de arista, arco fajón y, de nuevo en la esquina bóveda vaída. Esta sala mide 8,3 x 7,7 m. Adosada a ella, aunque también enlucida y pintada, hay una segunda habitación cubierta con bóveda de cañón. Esta segunda sala nunca ha sido publicada como integrante del baño, sin embargo, ateniéndonos a su tipología, nos parece lo más probable.

El sistema de sustentación es a base de columnas genovesas, con capiteles del mismo origen. Se trata de elementos añadidos en una fase posterior datable en Sevilla desde el siglo XVI. Esta sustitución, entendida como un «embellecimiento» en la Sevilla moderna fue un fenómeno muy común en los edificios más nobles de la ciudad. En el mismo Alcázar se ha detectado en el Patio del Yeso, donde pilares de ladrillo fueron sustituidos por columnas genovesas, coronadas con capiteles califales.

El pavimento actual del baño, que corresponde al Bar Giralda, es de mármol dispuesto en losas de gran tamaño.

Es muy interesante observar la forma en que se yuxtaponen el edificio antiguo del baño y la casa de pisos en la que éste se encuentra inmerso. Las vigas del edificio moderno apoyan directamente sobre la techumbre del baño, reconociéndose los abultamientos de las bóvedas.

En cuanto a la funcionalidad de las salas del baño que se conservan, es muy arries-

gado pronunciarse en cualquier sentido. A través de los paralelos enunciados podríamos pensar que la sala cuadrada sea al-bayt al-wastani, mientras que la rectangular puede ser tanto al-bayt al-barid o al-bayt al-sajun; la escasa anchura de sus muros nos inclina a pensar que se trate de la primera posibilidad, aunque todo ello no pasa de ser una hipótesis.

El paralelo más próximo es el baño de la judería de Palma de Mallorca [L. Berges Roldán (1989), 30], donde a una sala de planta cuadrada de idéntica planta de cubiertas se adosan tres salas, en tres de sus flancos, cuyas bóvedas parecen ser de cañón. Este baño está fechado en el siglo XI.

2.3. El baño de la Judería.

Este baño pertenecía a la sinagoga y pasó a ser de la parroquia de Santa María la Nueva [J. González (1951), I, 523].

El baño de la «Judería» es situado por Ballesteros Beretta en la calle Pedregosa [(1913), 221], que se cree la actual Cruces [L. Torres Balbás (1945), 182]. Es decir, que estaría junto a la actual iglesia de Santa María, antes sinagoga y mezquita antes de la conquista cristiana.

En lo que constituía la judería y, concretamente en las proximidades de la nueva parroquia de Santa Cruz se localizan vestigios de un baño islámico que no aparece en la documentación y, que se encuentra en la calle Mesón del Moro número 6.

Estos baños apenas han sido recogidos por la historiografía, ya que han sido descubiertos hace dos decenios [F. Collantes de Terán, L. Gómez Estern (1976), 285]. Sabemos que a comienzos de este siglo eran usados como almacén de una herrería y, que restaurados en los años 70, pasaron a funcionar como restaurante.

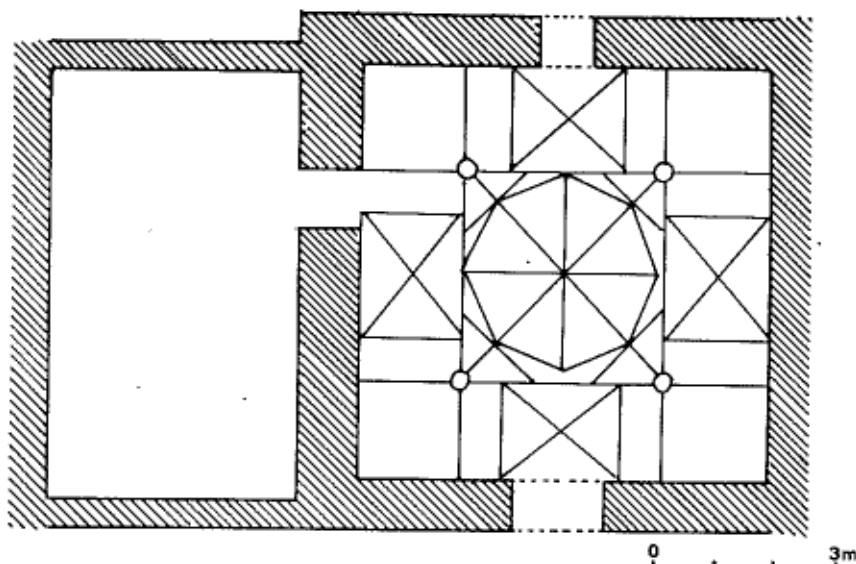


Fig.3 - Baños de Gara Jofre (actual bar Giralda), según M. Valor Piechotta.

Los vestigios del baño se reducen a [Fig. 4] una sala rectangular, con dos atajos en los extremos, separados por sendos arcos de herradura. La cubierta es de bóveda de cañón y conserva las lumbreras, que son de estrellas de ocho puntas. Hacia el sur de esta sala se prolongan dos gruesos muros, quedando inmersos en ellos dos piletas cubiertas con bóvedas de arista. Adosada a la pileta suroeste hay una pequeña sala con bóveda de cañón, que también debió formar parte del recinto del antiguo baño islámico.

Los muros son de ladrillo, con unas dimensiones de 15 X 12 X 4 cm. El grosor de los muros es variable, los más gruesos se encuentran en la sala donde están las piletas (sala que se conserva sólo parcialmente), llegando a 1 m de espesor.

A través de los escasos vestigios que permanecen, ignoramos si la disposición de este baño era centrada o longitudinal. Este segundo modelo de baño es muy frecuente en el ámbito islámico y consiste en la alineación de salas con planta rectangular. Son numerosos los ejemplos de este tipo que podemos citar: Los más antiguos proceden de Córdoba que son los baños del Alcázar [M. Gómez Moreno (1951), 171; L. Torres Balbás (1973), 618] Y, los de Madinat al-Zahra [S. López Cuervo (1985), 118-119] ambos fechados como califales; en el siglo XIII está fechado el hammam Chaaix de Toledo [M. Gómez Moreno (1951), 212]; por último, el sencillo baño de Torres Torres en Murcia, sin cronología determinada [L. Torres Balbás (1952), 433-438].

El esquema longitudinal presenta una estructura más simple, menos elaborada. Se caracteriza por sus paredes gruesas y la cubierta abovedada, que generalmente es de cañón, aunque también pueden ser vaídas o de arista. Desde luego, también nos encontramos las imprescindibles lumbreras y, en ocasiones, generalmente en al-bayt al-sajun, la división de la sala por medio de dos atajos marcados por arcos de herradura sustentados por columnas – caso más frecuente o pilares de ladrillo.

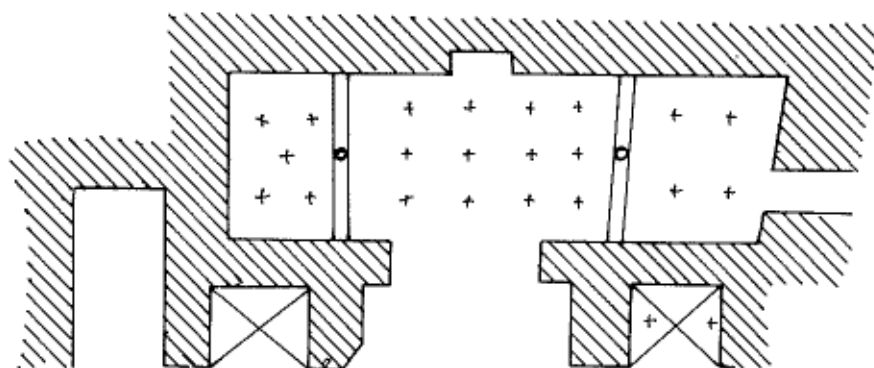


Fig. 4 - Baño de Idería (actual restaurante Sanarcos) según M. Valor Piechotta.

2.4. Baño de San Ildefonso.

Son muy numerosas las referencias que hemos encontrado acerca de estos «Baños de San Ildefonso» [M. Álvarez Benavides (1868), 387; R. Caro (1634), I, 203; J. González (1951), I, 522; F. González León (1839), 73; S. Montoto (1940), 103; A. Morgado (1587), 47; D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 162; L. Torres Balbás (1945), 185].

Estos baños formaron parte del donadío mayor concedido a la reina doña Juana en el Repartimiento de Sevilla [J. González (1951), II, 17]. Como tales baños, sabemos que fueron usados a lo largo del siglo XVI [A. Morgado (1587), 47] y XVII [R. Caro (1634), I, 203; D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 162]. Debieron caer en desuso a lo largo del XVIII, puesto que en los comentarios de Espinosa y Cárcel a la segunda edición de los Anales de Ortiz de Zúñiga ya se señala como queda, exclusivamente la memoria de los «parages» donde estos baños se hallaban (se refiere también a los de San Juan de la Palma). Según L. Torres Balbás, los baños de San Ildefonso fueron derribados en 1762 [(1945), 185], sin citar la fuente de la que ha obtenido el dato. En cualquier caso, sí parece cierto que parte de los mismos fuera demolida al edificarse el nuevo templo en 1780 [F. González León (1839), 73].

En cuanto al emplazamiento de estos baños, hay distintas opiniones. Todas ellas los sitúan en el tramo de la actual calle Boteros más próximo a la parroquia de San Ildefonso. Unos creen que su localización es en la manzana que forman las calles Boteros, Deán López Cepero y Cabeza del Rey Don Pedro [J. González (1951), I, 522; L. Torres Balbás (1945), 181] Y, otros, en las manzanas que forman la calle Zamudio y Alhóndiga con Boteros [M. Álvarez Benavides (1868), 387; S. Montoto (1940), 103]. En la confluencia de

estas tres calles se hallaba la llamada Plaza de los Baños por alusión a los que allí había y «se cree que existieron en el área que hoy ocupa el edificio número 48, en el cual está (...) es despacho de vinos titulado la Montillana» [M. Álvarez Benavides (1868), 388].

A través de la prospección arqueológica de las manzanas que citan los diversos autores, los únicos vestigios localizados se sitúan en la calle Rodríguez Marín número 1 [F. Collantes de Terán, L. Gómez Estern (1976), 343].

Se trata de una arquería que estaba incluida en el muro sur del patio de dicha vivienda, entonces propiedad de don Joaquín González Moreno – su descubridor. Probablemente, esta arquería de ladrillo formara parte de los mencionados baños de San Ildefonso, que serían en este caso de planta centrada.

Los vestigios que hoy en día quedan son unos arcos de medio punto muy peraltados, con sus correspondientes enjutas. En las obras de restauración fue picado el enlucido superior, apareciendo restos de yeserías, ya en muy mal estado y prácticamente inidentificables.

2.5. Otros baños.

Todavía son más los baños que aparecen en la documentación cristiana y de los que no conocemos vestigios materiales. Citándolos por collaciones, estos son:

– Los baños de Diego del Corral, que aparecen en documentos de 1272 [A. Ballesteros Beretta (1913), doc. 167] y de 1276 [Ibíd., doc. 199; J. González (1951), I, 522; L. Torres Balbás (1945), 181].

– Baños de la catedral, fronteros a una mezquita [J. González (1951), I, 523].

– Otro que aparece en la documentación ya tardía, en 1418, situado en la calle baño de

San Francisco [A. Ballesteros Beretta (1913) CCCXXXV; L. Torres Balbás (1945), 181; J. González (1951), 523].

– Baños de la calle Francos [A. Ballesteros Beretta (1913), doc. 187]. Todos ellos en la collación de Santa María.

– Baños dados al judío don Zulema y, posteriormente donados por Alfonso X a la catedral, en la collación del Salvador [A. Ballesteros Beretta (1913), docs. 182 y 183; J. González (1951), I, 522; D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 351]. Este debe ser el baño que aparece en la documentación en la segunda mitad del siglo XV [J. González (1951), I, 523].

– Baño en el barrio de genoveses, concedido a éstos en 1251 por Fernando III [J. González (1951), I, 523].

– Baño en la collación de Santa Catalina, documentado en 1283 [A. Ballesteros Beretta (1913), CCLXXVIII; J. González (1951), I, 524; L. Torres Balbás (1945), 182]. En efecto, en las proximidades de Santa Catalina, en la calle Almirante Apodaca parece que existió un baño de planta centrada «con cubrición ochavada sobre siete arcos de ladrillo que apean en columnas de mármol» [D. Oliva Alonso, M.E. Gálvez Vázquez (1984), III, 182].

– Por último, nos encontramos con una serie de baños que aparecen en la documentación del siglo XV, que estaban en: La collación de San Pablo [A. Ballesteros Beretta (1913), CCLXXVIII; J. González (1951), I, 524], en la de San Pedro –al parecer próximos a una mezquita– [J. González (1951), I, 523; S. Montoto (1940), 250]. Debió haber otro baño en la collación de San Juan de la Palma próximo a la iglesia [R. Caro (1634), I, 203; D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 162; L. Torres Balbás (1945), 185], algunos autores llegan incluso a localizarlo en la calle Aposentadores [J. González (1951), I, 524; F. González León (1839), 178; S. Montoto (1940), 70]. Estos baños todavía estaban en uso a mediados del siglo XVII – según el testimonio de Caro y de Ortiz de Zúñiga en la primera edición de sus Anales, sin embargo debieron ser abandonados a lo largo de la centuria siguiente, puesto que los comentarios de Espinosa y Carcel a la segunda edición de los Anales aclara en una nota «De estas casas no ha quedado nada más que la memoria de los parages donde estuvieron» [D. Ortiz de Zúñiga (1795), I, 418].

No son muchas las conclusiones a las que se puede llegar a través de tan escasas noticias. Las fuentes árabes, tan parcas, apenas nos dan información, siendo las fuentes cristianas las que nos aportan un mayor número de datos.

La mayor parte de los baños citados en la documentación cristiana deben tener un origen islámico. Son diversas razones las que nos impulsan a pensar esto:

– La fecha tan temprana en que aparecen citados la mayor parte de ellos.

– El hecho de estar asociados a lo que correspondía al centro vital de la ciudad musulmana. Casi todos se localizan en torno a la collación de Santa María o del Salvador. Además también se observa una vinculación sistemática con los templos cristianos que antes fueron mezquitas, caso de San Juan de la Palma, Santa Catalina, Santa María, San Ildefonso o del Divino Salvador.

– El uso ininterrumpido de los baños en las tierras conquistadas al Islam es un fenómeno que queda patente en el hecho de que los baños pasen a ser instituciones municipales, y que como tales queden reguladas en los fueros de los siglos XII y XIII [J.F. Powers (1979), LXXXIV, 649-667].

– Así lo ha interpretado Torres Balbás, que tomándolo como evidencia no justifica de manera alguna la inclusión de los citados baños en el apartado correspondiente al estudio de los restos islámicos de la ciudad.

BIBLIOGRAFIA.

- M. Álvarez Benavides (1868). *Nomenclátor de Sevilla, callejero manual con arreglo a la novísima rotulación por el autor del Mapa Geométrico de esta ciudad*. Sevilla.
- A. Ballesteros Beretta (1913). *Sevilla en el siglo XIII*. Madrid.
- L. Berges Roldán (1989). *Baños árabes del palacio de Villardompardo*. Jaén. Jaén.
- J.M. Campos Carrasco et alii (1987). «Excavaciones en los baños árabes de la Reina Mora (Sevilla)». *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. III, pp. 346-349.
- M.J. Carrasco Martín (1987). «Avance del estudio de la cerámica hispano-musulmana procedente de los «Baños de la Reina Mora»». *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*. II, 529-538.
- R. Caro. *Antigüedades y Principado de Sevilla*. Ed. A Gali Lassaletta en 1896. Sevilla.
- F. Collantes de Terán Delorme, L. Gómez Estern (1976). *Arquitectura civil sevillana*. Sevilla.
- F. Fernández Gómez, J.M. Campos Carrasco (1986). «Panorama de la Arqueología Medieval en el casco antiguo de Sevilla». *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*. Huesca. III, 37-55.
- E. García Gómez, E. Levi Provençal (1981). *Sevilla a comienzos del siglo XII. El tratado de Ibn Abdun*. Sevilla.
- C. Gómez González, C. Vilchez Vilchez (1986). «Baños árabes inéditos de la época almohade (siglos XII y XIII) de la judería de Granada». *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*. Huesca. III, 545-568.
- J. González (1951). *Repartimiento de Sevilla*. Madrid.
- F. González León (1839). *Noticia histórica de los nombres de las calles de Sevilla*. Sevilla.
- M.J. Guerrero Martínez (1982). *El barrio de Santa Cruz de Sevilla*. León.
- Grupo de Estudio «Urbanismo musulmán» (1989). *Baños árabes en el País Valenciano*. Valencia.
- P.J. Lavado Paradinas (1989). «Los baños árabes y judíos en la España medieval». *En Baños árabes en el País Valenciano*. 45-78.
- S. López Cuervo (1985). *Medina az-Zahra: ingeniería y formas*. Madrid.
- R. Manzano Martos (1958). «El baño termal de Alhama de Granada». *Al-Andalus*. Pp. 408-417.
- M.L. Menéndez Robles, F. Reyes Téllez (1986). «El Alcázar de Jerez de la Frontera (Cádiz)». *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*. Huesca. III, 3 07 -3 2 4.
- A. Morgado (1587). *Historia de Sevilla*. Sevilla.
- D. Oliva Alonso et alii (1984). «Las artes de los pueblos del Islam». *Sevilla y su provincia*. Sevilla. III, 151-195.
- D. Ortiz de Zúñiga (1795). *Anales eclesiásticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla ilustrados y corregidos por A. M. Espinosa y Cárcel*. Madrid.
- A. Pérez Guerra (1983). «En septiembre se iniciará la excavación de los «Baños de la Reina Mora». *ABC*. 25 de agosto.
- J.F. Powers (1979). «Frontier municipal baths and social interaction in thirteenth century in Spain». *American Historical Review*. T. 84, N. 3, Pp. 649-667.
- A.A. Salem (1956). «Restos de un baño musulmán en Sevilla». *Archivo Hispalense*. XXV, 172-177.
- L. Torres Balbás (1945). «Notas sobre Sevilla en la época musulmana: los baños, las casas, los alcázares de la Buhayra». *Al-Andalus*. X, 176-196.
- L. Torres Balbás (1952). «El baño musulmán de Murcia y su conservación». *Al-Andalus*. 433-438.
- L. Torres Balbás (1952b). «El baño de Torres Torres y otros levantinos». *Al-Andalus*. 176-186.
- M. Valor Piechotta (1989). «Noticia sobre el hallazgo de cerámica genovesa en Sevilla. Siglos XVI-XVII». *Presencia italiana en Andalucía. Siglos XIV-XVII*. Sevilla. pp. 377-385.

LOS ESPACIOS IRRIGADOS RURALES Y EL TAMAÑO DE SUS POBLACIONES CONSTRUCTORAS EN AL-ANDALUS: LIÉTOR, UN EJEMPLO

CARMEN NAVARRO



EL SUDESTE DE LA P. IBÉRICA: LIÉTOR, DE LA KŪRA DE TUDMŪR A LA ENCOMIENDA DE SOCOVOS.

La actual provincia de Albacete, en el sudeste de la Península Ibérica, formaba parte en época musulmana de las *kūra* de Tudmŭr y Ġayyān, aunque sus límites exactos y la inclusión de algunas poblaciones en una u otra circunscripción no pueda fijarse con claridad¹, entre otras causas debido al escaso interés que esta zona parece suscitar entre los autores musulmanes, desinterés que se ha perpetuado hasta la historiografía actual que, en el mejor de los casos, la considera «tierra de paso» o «tierra de encrucijada»² dentro del amplio «desierto poblacional manchego», pero nunca como un territorio con asentamientos históricamente estables.

La única excepción la constituye el geógrafo andalusí al-Zuhrī que, en vísperas de la conquista feudal, describe la zona de la sierra del Segura, situada en las hoy provincias de Albacete y Jaén «...La sierra [montaña] citada loca el desfiladero del abrevadero de camellos [«daylam», KAZIMIRSKI, 1980: p.726] de la sierra [laguna] llamada sierra del Segura, sierra grande de mucha fertilidad, copiosos rebaños, numerosos árboles y abundantes frutos, habitada y cultivada en su globalidad. En ella se hallan aldeas, fortalezas y localidades bien fortificadas, de aldeas trescientas y localidades [fortificadas] treinta y tres. Y en la cima de esta sierra está la ciudad de Segura, la más fortificada de las ciudades de al-Andalus (ed. HADJ SADOK, 1968)³.

En 1242 la comarca de Segura de la Sierra será conquistada y, un año más

tarde, entregada por el infante don Alfonso a la Orden de Santiago. Entre los 21 castillos que menciona el documento de donación⁴ se encuentra la fortificación y población de **Litur**, primera mención que conocemos del asentamiento rural andalusí localizado en el actual término municipal de Liétor (Albacete) (Lam.1).

La Orden de Santiago dominará esta población incluyéndola junto con las antiguos núcleos andalusíes de Letur, Socovos y varias alquerías en la denominada **encomienda de Socovos**.

LA FORTIFICACION ANDALUSI Y LAS REFORMAS FEUDALES.

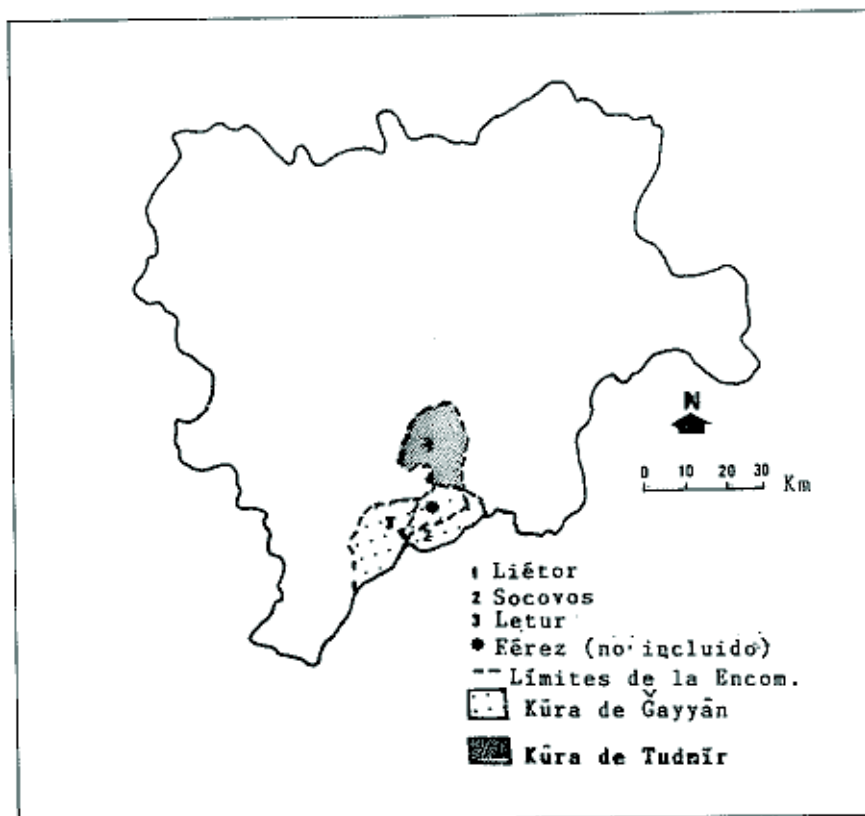
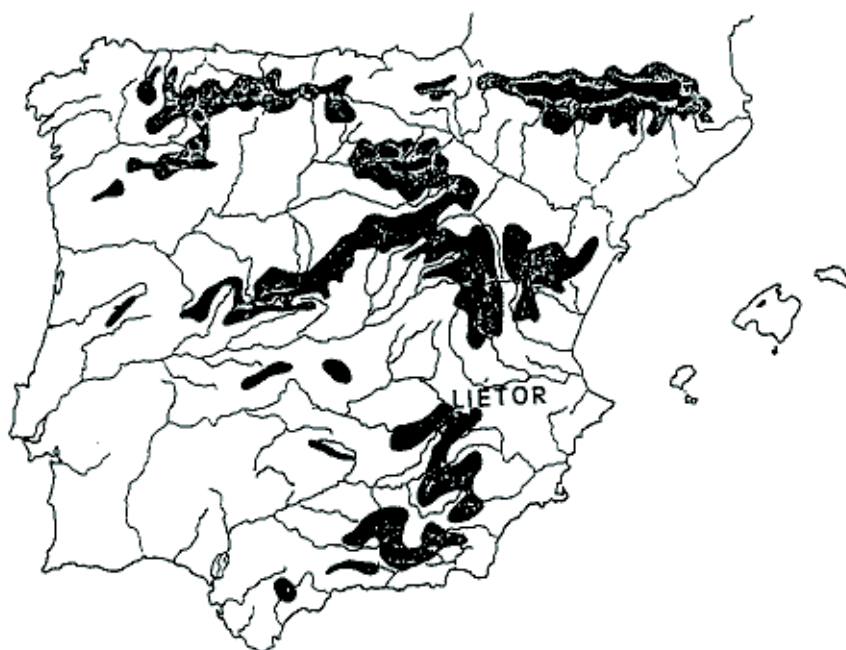
En 1468, Francisco de León, comendador de bastimentos del campo de Montiel, efectúa una visita a los territorios murcianos que, tras la conquista feudal del siglo XIII, quedaron bajo el poder de la mencionada orden militar.

En este primer informe se describe el estado de la antigua alquería, ahora ya villa de Liétor, poblada mayoritariamente por habitantes cristianos «...Tiene otro lugar que llaman Liétor, que es un buen lugar de fasta doscientos e çinquenta vezinos, y tiene este lugar vna fortaleza pequeña, y es las dos partes della çercada de vna peña muy alta sin ningund conbate y la otra tercia parte es llano. Tiene buena çerca de tapias reças azeradas de cal lo mas della y a trechos torrejones en esta çerca de la misma tapia; petrilados e almenados ellos y la çerca...»⁵ (Foto 1). La fortificación andalusí de Liétor debió ajustarse al modelo de castillo rural, descrito para otras zonas del desaparecido al-Andalus⁶, formado por un recinto de *tabiya* en los lugares donde la peña es menos escarpada y con un acceso más llano y sin fortificar otras zonas del cantil, dado lo abrupto del relieve (Lam.2).

Las **Visitas** regulares que la Orden realizará a cada una de las villas bajo su dominio a partir de 1480⁷, con objeto de inventariar todos los bienes muebles e inmuebles que les pertenecen, conocer su estado y controlar las rentas que perciben, nos detallan la fisonomía que, más de trescientos años después de su conquista, presenta la fortificación y los muros de la villa «...los visitantes llegaron al alcaçar viejo



Foto: 1 - Restos de tapial medieval descubiertos con motivo de obras en el Ayuntamiento.



Lám. 1: Fig. 1 - Situación de Liétor en la Península Ibérica.

Fig 2 - Situación de Liétor en la Encomienda de Socovos.

que dicen, en el qual alcaçar mandaron los dichos visitadores que de la casa que va desde el ospital fasta el adarve fasta la torre [nueva] y en medio de dicho lienço se faga un torrejon, lo qual mandaron al concejo que lo haga en sustitucion de una torre albarrana que estaban obligados a fazer por mandato de los visitadores pasados...»⁸.

El *hísn* andalusí ha sufrido reparos⁹ y probables ampliaciones de los feudales que refuerzan con baluartes y garitas la puerta principal. Sobre el que denominan «alcaçar viejo» se construyó una iglesia dedicada a la advocación del apóstol Santiago, como reflejo de la clara voluntad de contestación ideológica contra el pasado islámico del lugar (Lam. 3). La denominación que los nuevos habitantes

hacen de esta parte del *hísn* es probablemente el resultado de la confusión que les produce la compleja terminología andalusí, que no entienden y se refieren, con ese término, a la parte más fortificada del asentamiento, que se sitúa en la cota más alta del asentamiento por encima de los 640 m, junto a la posible entrada original al núcleo de población, donde comienza el actual **camino de Heredados**, que aún es utilizado por los actuales habitantes como el camino más rápido de acceso al río, desde el cual partían, en época andalusí, los caminos que, bordeándolo a levante y a poniente, acercaban hasta las alquerías vecinas de Isso, Talave, Alcadima, Híjar y Ayna y, desde allí, hasta Letur y Socovos e Iyyu(h)¹⁰.

En el interior del perímetro se concentró la población andalusí. Las reformas efectuadas durante los últimos años en algunas edificaciones, situadas sobre las antiguas casas y huertos andalusíes, han sacado a la superficie numerosos hallazgos cerámicos, así como restos de antiguas canalizaciones que abastecían las casas, regaban los huertos adyacentes o los colgados en el cantil y parte de la muralla medieval¹¹.

LA POBLACION ANDALUSI DE LIÉTOR

El destino de estos habitantes no aparece reseñado en las **Visitas** realizadas por los reformadores santiaguistas. Los «**doszienlos e çinquenta vezinos**» que refiere el citado Francisco de León en 1468 son cristianos, que ocupan la población de Liétor de una forma estable y mayoritaria desde al menos 1335¹². No existen noticias documentales sobre una comunidad en Liétor a finales del s.XIII¹³. No obstante, suponemos que desde la conquista santiaguista en 1242 hasta el asentamiento definitivo de pobladores cris-



Lám. 2: El núcleo de residencia andalusí de Liétor.

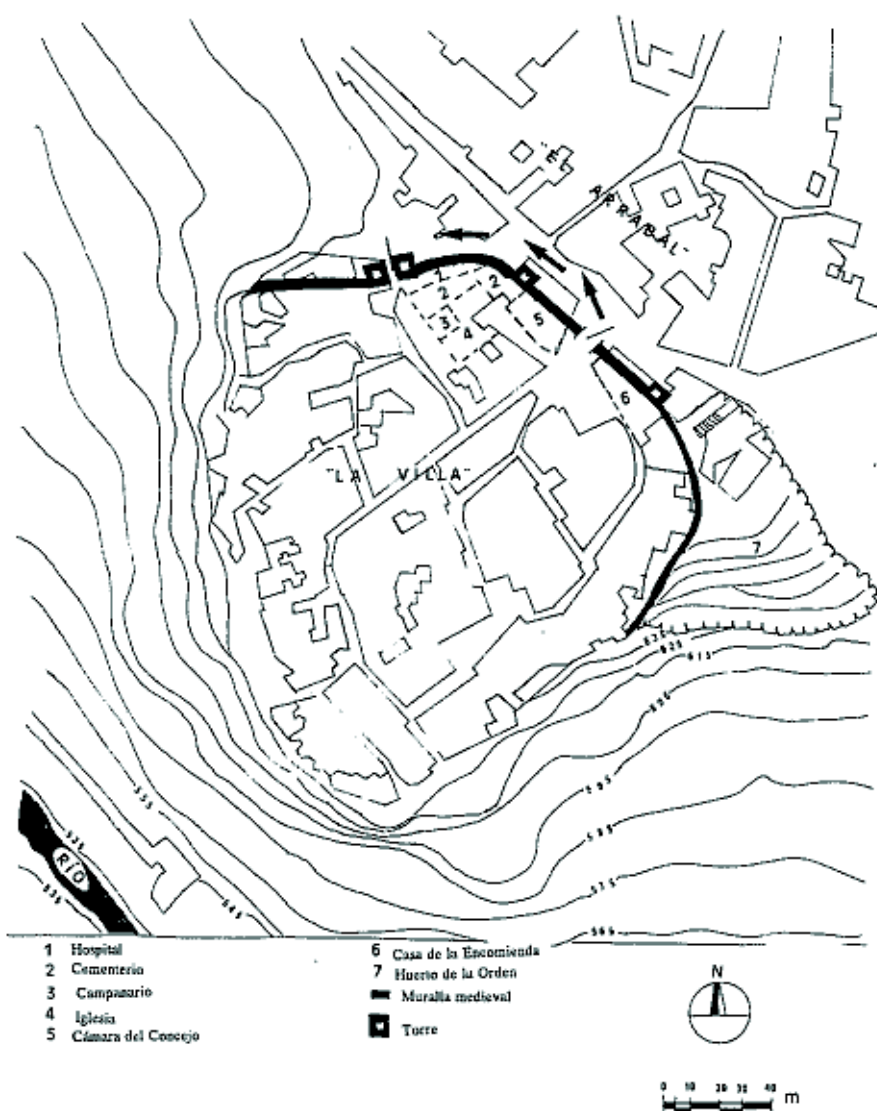
tianos en 1335 la antigua alquería andalusí debió contar con un grupo de habitantes mudéjares que, paulatinamente, debieron abandonar la población conforme se fuesen endureciendo sus condiciones de vida en la villa santiaguista. No pudo ser de otra manera, ya que el mantenimiento del sistema hidráulico, de la fértil huerta aterrazada que desciende desde el núcleo de población hasta el río (Foto 2 y 3) se debe no sólo a la rigidez de la red de acequias que fueron excavadas en la roca o a las paredes de piedra seca que contienen las terrazas de cultivo sino también a la presumible pervivencia de un colectivo mudéjar que mantuvo el sistema hidráulico hasta el s. XIV. Un abandono superior a media centuria ocasionaría una degradación irreversible de los perímetros aterrazados.

Para el estudio de las estimaciones poblacionales de las comunidades campesinas andalusíes, que construyen los espacios irrigados asociados al área de residencia,



Fotos 2 y 3 - Aspecto de las terrazas irrigadas y de uno de los perímetros cultivados

hasta ahora se ha desarrollado una primera estrategia. Los métodos de la prospección hidráulica y el contraste con la información documental escrita, permitirán conocer los límites de la superficie del diseño original andalusí y, después, establecer la relación entre el perímetro cultivado y la superficie que ocupa la zona de residencia. Este estudio requiere, en principio, una investigación sobre espacios irrigados andalusíes que contenga un número suficientemente amplio de casos estudiados que sea estadísticamente significativo. Este debería efectuarse a escala regional, inscrito en períodos cronológicos coherentes y contemplando variables de difícil calificación como la producción de excedente para la conservación doméstica o la destinación a mercados locales y/o regionales, los intercambios de productos entre comunidades vecinas o la percepción de impuestos estatales.



Lam 3 - La villa medieval. Situación del «Alcazar».

Estos espacios irrigados son diseñados y contruidos por la comunidad que planea su asentamiento en un lugar apropiado a sus necesidades, seleccionado tras una exhaustiva prospección del medio natural, y «...**crean espacios discontinuos y rígidos, congruentes con el caudal del acuífero, las pendientes que permiten transportar el agua y el horizonte de producción estimado por el grupo campesino; este horizonte da indicios del tamaño del grupo. El tamaño de la roturación es revelador —tiene que ser congruente con él— del tamaño del grupo constructor. La iniciativa de la producción del espacio hidráulico, pequeño y mediano surge del grupo campesino...**»¹⁴. La previsión del tamaño del área irrigada está relacionada, por un lado con el volumen del grupo humano que va a abastecerse de los productos agrícolas cultivados en las terrazas y, por otra parte, por los condicionamientos naturales, en el caso propuesto de estudio, Liétor, serían los 100 metros entre la alquería y el río Mundo, los torrentes que los atraviesan y el caudal de las fuentes, decisivo para fijar los volúmenes de cada alberca y las tahullas cultivadas¹⁵.

El problema se plantea cuando la comunidad campesina constructora aumenta su número de habitantes de tal forma que la producción del espacio irrigado no resulta suficiente para el grupo. M. Barceló planteó la hipótesis de la segmentación del grupo inicial como respuesta a su crecimiento demográfico, plasmado en la discontinuidad espacial y en la reduplicación de los topónimos pertenecientes a un mismo grupo clánico o tribal¹⁶. En el caso de Liétor, encontramos a 60 Km de esta población otra antigua alquería andalusí, Letur, con la que comparte topónimo y que también se beneficia de una huerta aterrazada con características semejantes a la estudiada en la población letuaria. Por el momento no se ha podido resolver cuál de las dos es el asentamiento primigenio que más tarde produce la segmentación y desconocemos también los patrones de poblamiento que obedecen a esta discontinuidad, así como los factores que son decisivos para la elección de un nuevo asentamiento. Inmediatamente se plantea la cuestión de si el nuevo espacio agrario reproduce esquemas morfológico y soluciones técnicas propias del asentamiento de origen. En el caso de Letur, dos importantes fuentes son canalizadas mediante dos acequias a dos zonas de huerta, separadas entre sí e independientes. La potencia y regularidad del caudal no hace necesaria la construcción de albercas en ninguno de los dos perímetros, a diferencia del sistema hidráulico de Liétor, en el cual se construye en la parte superior de cada huerta una gran alberca que reserva y distribuye el agua de cada fuente.

En consecuencia, la fracción de comunidad que se ha segmentado reproduce sólo el topónimo de origen y adopta la mejor solución o soluciones técnicas para la construcción del sistema hidráulico en relación al medio natural en que decide asentarse. Sin embargo, la significación estadística no puede realizarse dada la juventud de la investigación sobre hidráulica andalusí, que aunque ha producido resultados importantes, no puede todavía, aún siendo uno de los objetivos que persigue, presentar la cartografía hidráulica del antiguo y aniquilado al-Andalus. La prudencia, pues, nos aconseja sólo exponer la hipótesis¹⁷.

EL SISTEMA HIDRAULICO ANDALUSI: EL MA GIL DE LIÉTOR.

El trabajo de campo se llevó a cabo en el término municipal de Liétor (Albacete) durante los años 1992 y 1993¹⁸. A la prospección arqueológica e hidráulica se sumó el estudio de la documentación medieval castellana, con el objetivo de localizar y reconstruir mediante planimetrías el antiguo asentamiento andalusí de Liétor —silenciado en las fuentes árabes—, y el perímetro hidráulico que construyen los habitantes de la alquería, así como las transformaciones que sufrieron estos espacios tras la conquista feudal del siglo XIII.

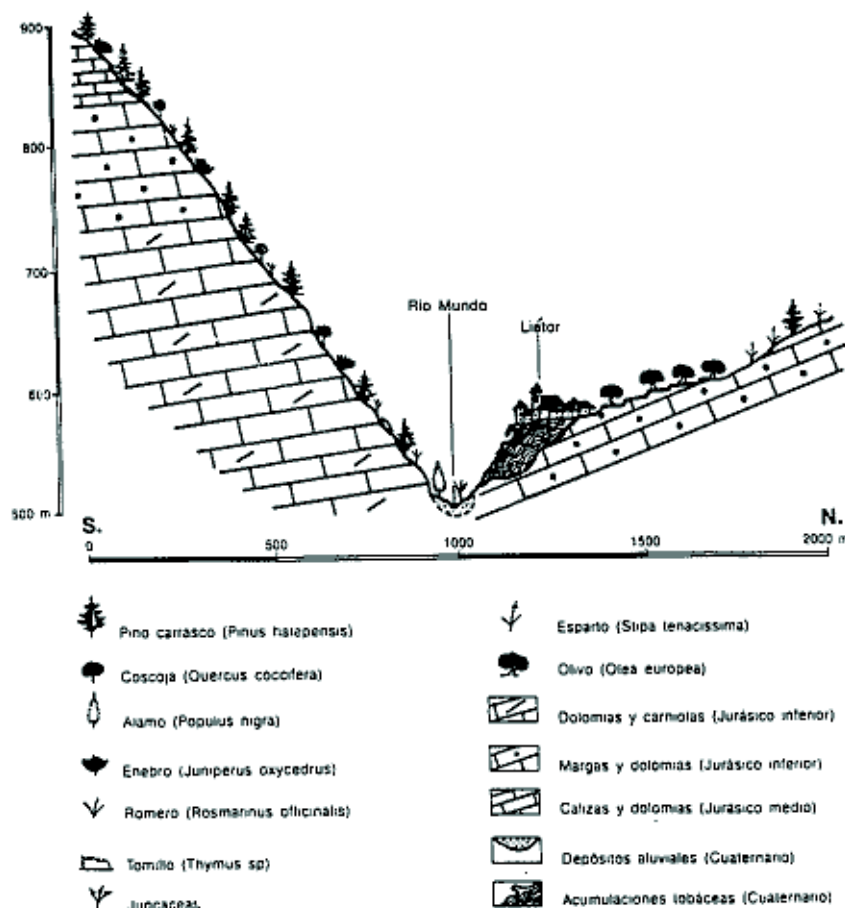
Liétor y otras alquerías que bordean el curso del río Mundo eligen un enclave geográfico que reúne condiciones litológicas, hídricas y climáticas óptimas, excepcionales en la región albaceteña en la que rige un clima riguroso con heladas frecuentes e inviernos largos y fríos. Tanto Liétor como Ayna se asientan en un cantil sobre el río Mundo, rodeados de sierras más altas y en plena solana, lo que les confiere el carácter de un valle y les beneficia de un clima suave en el que las heladas son escasas. Ambos farallones están compuestos, entre otros materiales, por formaciones tobáceas que indican la presencia de aguas subterráneas¹⁹, que serán aprovechadas para el riego de las terrazas. El río Mundo discurre a sus pies y en él desguazarán las aguas sobrantes del riego y los torrentes que atraviesan las laderas (Lam.4). Este extremado cuidado en la selección del medio natural demuestra la previsión de las comunidades andalusíes que eligieron asentarse en el sudeste peninsular.

La comunidad andalusí instalada en Liétor diseñó y construyó un sistema hidráulico mediante el abancalamiento de la ladera oeste del cantil sobre el que se sitúa la población

(Lam.5). La ladera fue transformada en una serie de terrazas escalonadas aptas para el cultivo. Los acuíferos fueron localizados en el casco urbano o en la propia alberca principal, que se sitúa en la parte más alta del perímetro de terrazas y en la que se reserva y reparte el agua necesaria para la irrigación de los bancales. Esta alberca se denomina *ma'ğil* en el sur de Yemen, y dará nombre metonímicamente al sistema de terrazas donde se encuentra. La palabra fue descubierta en unas inscripciones pre-islámicas en dicha región y se relaciona con el radical *agala* al que se le atribuye un sentido de «reservar, retirar» y su misión es distribuir el agua en un tiempo preciso ²⁰. Así, el término técnico *ma'ğil*, es utilizado con este sentido en el presente trabajo y denomina al sistema de terrazas de origen andalusí que, con este tipo de albercas, y con una distribución volumétrica del caudal de agua reservado en ellas se ha localizado en Liétor. Esto no implica la conclusión de una procedencia yemenita del colectivo que construyó el sistema y pobló el asentamiento, como tampoco puede afirmarse para las terrazas andalusíes de Guajar-Faragūt (Granada) ²¹ o de Banyalbufar (Mallorca) ²².

La tecnología desarrollada por la comunidad andalusí de Liétor, constructora del perímetro irrigado requiere la localización de

los acuíferos y su captación, el abancalamiento de la pendiente mediante la construcción de terrazas contenidas por muros de piedra seca, lo que supone la movilización de toneladas de piedra seca ²³, y también la construcción de las albercas principales de distribución y de una red de acequias que se excavan en la roca desde su inicio a los pies de la alberca hasta su desguace en el río o en un torrente. Paralelamente se constuye una red de caminos principales, secundarios, escalones o rampas que aseguren el acceso individualizado a cada una de las numerosas terrazas de los perímetros. Se trata de una tecnología bien consolidada, precisa y en absoluto improvisada, que demuestra la preparación técnica de esta comunidad o de los clanes que la componían, suficiente para optimizar y transformar los recursos naturales. Los campesinos andalusíes que crean estos espacios irrigados, lo hacen al margen de un Estado que no controla sus procesos de trabajo mediante la exigencia de rentas en productos de larga conservación ²⁴. Esto les permite decidir cómo se organizan y qué van a cultivar ²⁵.



Lam 4 - Corte geomorfológico y vegetación del valle del río Mundo.

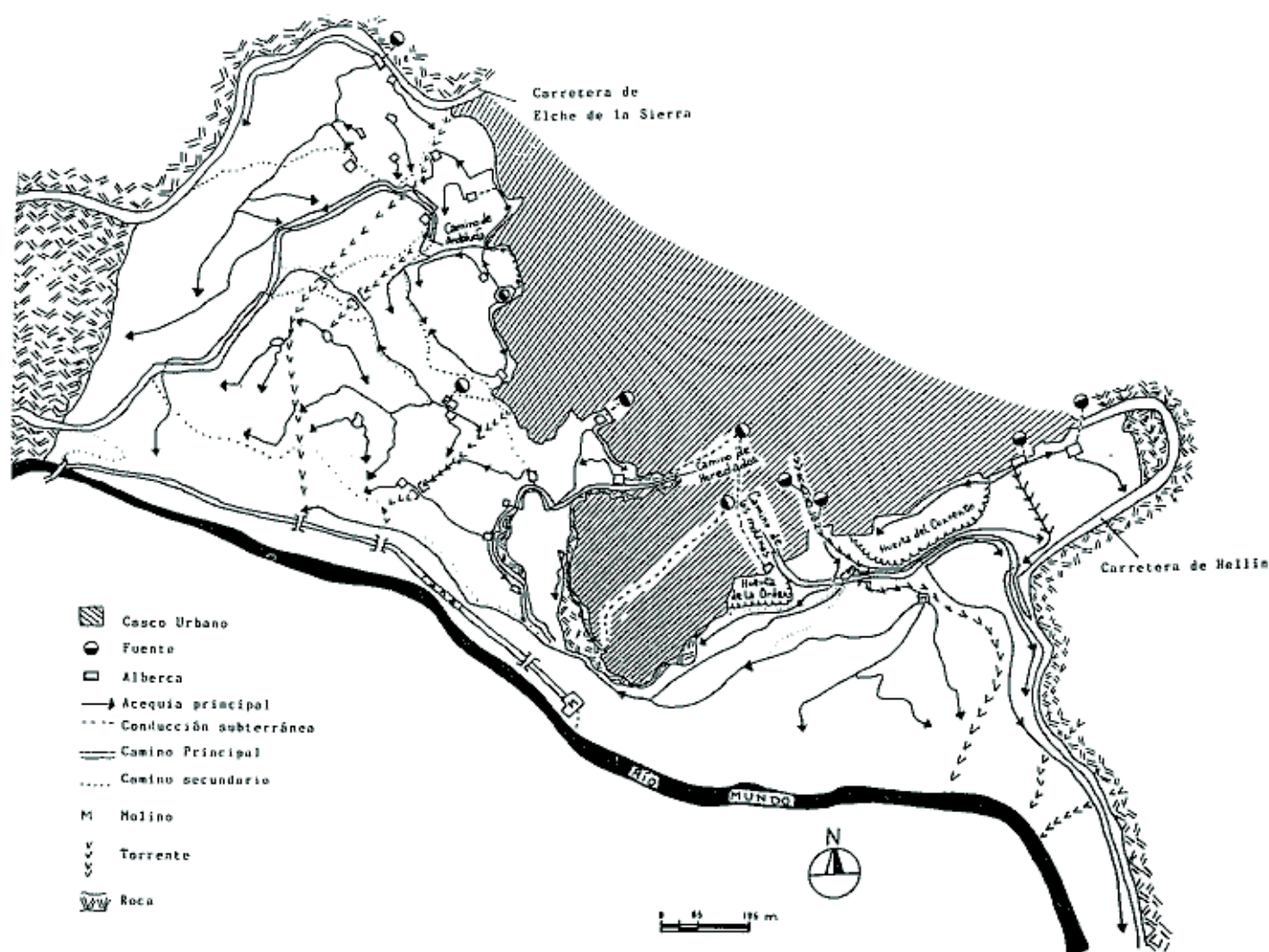
Fuente: A. Fernández y M.J. González. *Guía de los espacios naturales de Castilla – La Mancha*. Toledo, 1991.



Foto 4 - Acequia excavada en la roca. Detalle del triple partidor hacia las terrazas.

El diseño del *ma'g'il* se hace de manera global, independientemente del tiempo que transcurra en su construcción y de si ésta sigue unas fases. El ejemplo de Liétor resulta, pues, modélico, las acequias principales que contornean los perímetros desde su inicio hasta sólo unos metros del río fueron excavadas en la roca (Foto 4), lo que invalida la explicación de una construcción parcial e intermitente del área aterrizada. El sistema se construye de abajo hacia arriba, desde el río hasta las terrazas superiores, aunque inicialmente se ha captado el acuífero subterráneo y se ha conducido hasta la alberca principal, así como se ha previsto el recorrido de la acequia madre y sus ramales y los caminos y accesos a los bancales. Hasta que no se construye la última terraza y se excava el último tramo de acequia el sistema no puede funcionar ²⁶.

La localización de los acuíferos y el cálculo de su potencial es determinante para preveer el número de albercas y el tamaño de la explotación agrícola andalusí. En Liétor el *ma'g'il* está compuesto por 4 perímetros irrigados de origen andalusí, el de **Potiche** con 13'02 ha cultivadas; el de **Alcadima** con 13'44 ha; el perímetro más grande conocido como los **Albercones** que riega un total de 17'22 ha, y el del **Balsón/Canaleja** que cuenta con 8'82 ha (Lam.6). En total una superficie



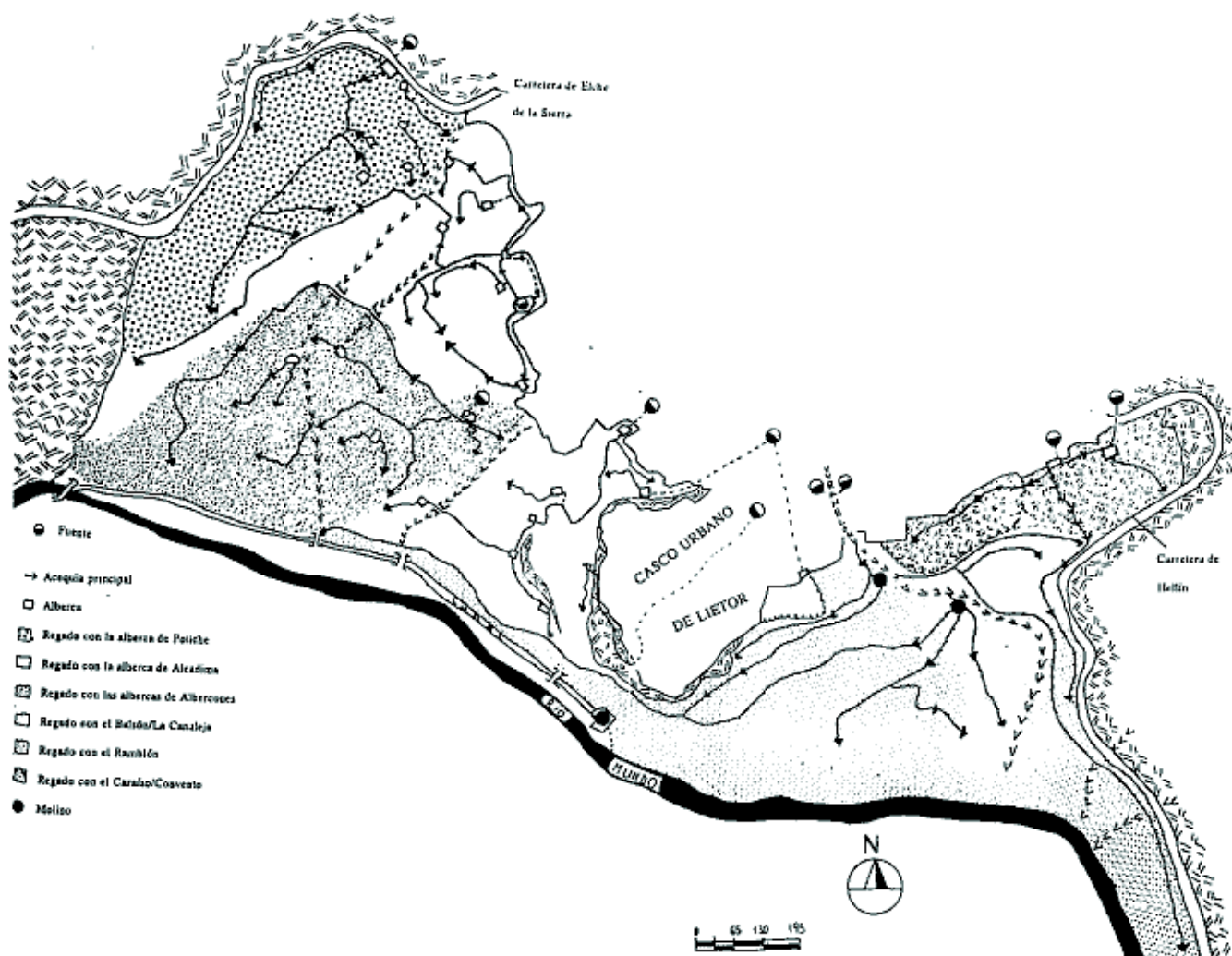
Lam 5 - El sistema hidráulico de Liétor (Albacete). Estado actual.

cultivable en Liétor en época andalusí que se acerca a las 50 ha, mientras que se ha calculado una extensión aproximada de 10 ha para el área de residencia andalusí, en el que se localizaban las casas y huertos adyacentes de los habitantes andalusíes²⁷. Obtenemos, pues, una ratio de 1 ha ocupada por las viviendas andalusíes por cada 5 ha de terreno cultivable (Lam.7), relación algo más pequeña que la que se cumple en los estudios realizados por H.Kirchner (*La construcció de l'es-*

pai pagès: les valls d'Alaró, Coanegra y Bunyola a Mayurqa. Tesis doctoral inédita, U.A.B, 1983) para algunos espacios mallorquines de origen andalusí²⁸.

Los acuíferos que riegan estos perímetros se localizan en la propia alberca principal, como en el caso del de **Potiche** o en el de la **Alcadima**. En los otros perímetros, afloraciones entre peñascos rocosos o fuentes situadas en el casco urbano fueron canalizadas subterráneamente hasta las albercas principales que encabezan cada sistema y que se sitúan en la parte superior del mismo.

El sistema hidráulico de Liétor cuenta con acequias principales para las que se buscaron pendientes fuertes que asegurasen un buen movimiento gravítico del agua y que, consiguiesen que la velocidad del agua impidiese la obturación de los canales y se facilite una circulación sin trabas. El trazado casi vertical de algunos

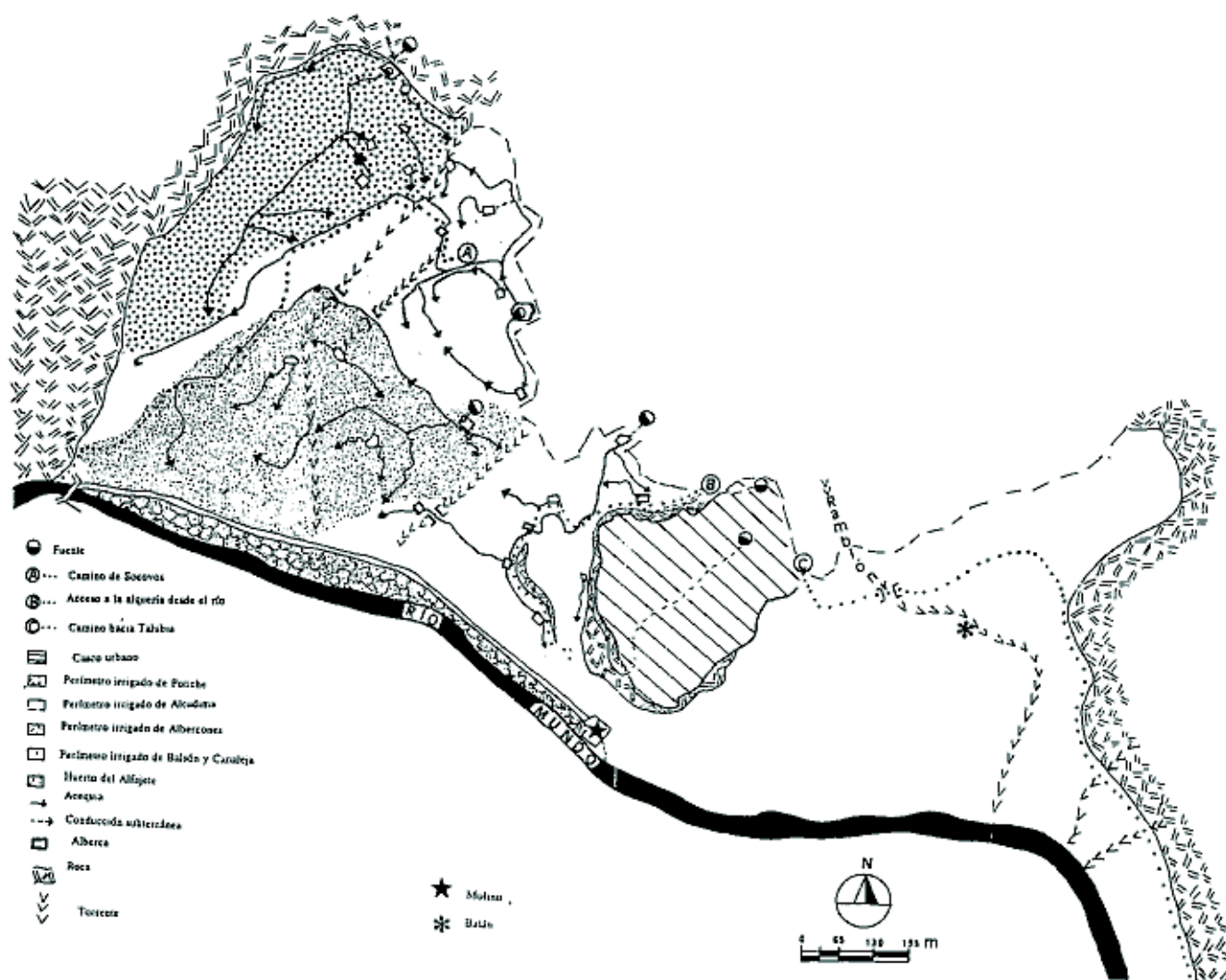


Lam 6 - Perímetros irrigados del sistema hidráulico de Liétor (Albacete). Estado actual.

de los tramos de estas terrazas debía causar pérdidas del caudal de agua original, efecto que seguramente debió estar contemplado en los cálculos de distribución de agua en el sistema hidráulico andalusí. A estas pérdidas deben sumársele también fenómenos de evapotranspiración, filtraciones, despilfarro en el regadío o, sencillamente, variaciones estacionales en el caudal del acuífero ²⁹. Estas acequias se sitúan siempre, en el perímetro andalusí, junto a un camino o un torrente para poder ser convenientemente evacuadas en caso de aumento del caudal de agua que circula por ellas. Los tramos iniciales de estas acequias fueron colocados adecuadamente bajo las albercas principales, paralelas en su borde más inclinado para recibir el agua que en caso de desbordamiento de éstas iría a parar a las primeras terrazas, anegándolas. Por el interior de las terrazas discu-

rren las acequias secundarias, de tierra o, ahora, de cemento, a las que se ha dotado de una inclinación adecuada, al igual que al suelo cultivable que cubre el bancal, puesto que éste no se riega por inundación.

La localización y utilización de los torrentes resulta un elemento clave para el funcionamiento del sistema. En Liétor tres ramblas atraviesan longitudinalmente la ladera, y se utilizan como desguace de acequias y balsas y, en ocasiones, como en el perímetro anda-



Lam 7 - El *ma'jil* andalusí y el área de residencia.

lusi del **Alcadima**, sirven como tramo de la acequia principal.

El acceso a cada una de las terrazas está garantizado en estos perímetros por el trazado de algunos caminos principales que atraviesan el sistema hidráulico, como el **camino de Andalucía** – antiguo camino de Socovos –, el de **Heredados** y el de los **Molinos**, también por sendas que bordean los bancales, rampas conseguidas mediante el rebaje de la roca madre o escalones de piedra, como el espectacular conjunto de escalones excavados en la roca (Foto 5) que, desde la zona final del perímetro ascienden hasta los pies de la doble alberca de los **Albercones**. Este laberíntico recorrido de caminos, escalones y rampas sólo permite la utilización de animales como mulos y burros, auxiliares importantes en las faenas agrícolas.



Foto 5 - Escalones excavados en la roca que descienden – o ascienden – desde el río a la doble balsa de los «Albercones».

Las menciones documentales de bancales en estos cuatro perímetros se recogen en las **Visitas** que los reformadores de la Orden de Santiago efectúan a Liétor durante los siglos XV y XVI. Esta documentación recoge también las correcciones que, incluso en época andalusí pudieron efectuarse en el propio diseño hidráulico. Así la doble alberca principal que hoy encontramos en la cabeza del sistema de los **Albercones** aparece documentada en estas **Visitas**, que ya utilizan el plural para referirse a la balsa. La solución de dos albercas conectadas entre sí, aparece de forma idéntica en los sistemas de Ugjdid y Zauia lh'sas en Marruecos ³⁰. Serían pues, el resultado de una corrección del propio diseño ante un volumen de agua insuficiente para regar la zona cultivable prevista, dificultad que pudo corregirse mediante el adosamiento de otra balsa, ya que el potencial del acuífero lo permitía. También la utilización conjunta que dos acuíferos, y por consiguiente dos albercas principales, hacen de un tramo de la acequia principal queda reflejado en esta documentación y en la conservada en el Archivo Parroquial. Se trata del perímetro conocido como **Balsón** y **Canaleja**, de cuyas balsas surgen las dos acequias principales que tras un corto recorrido se funden en una sola acequia ³¹ (Lam. 8).

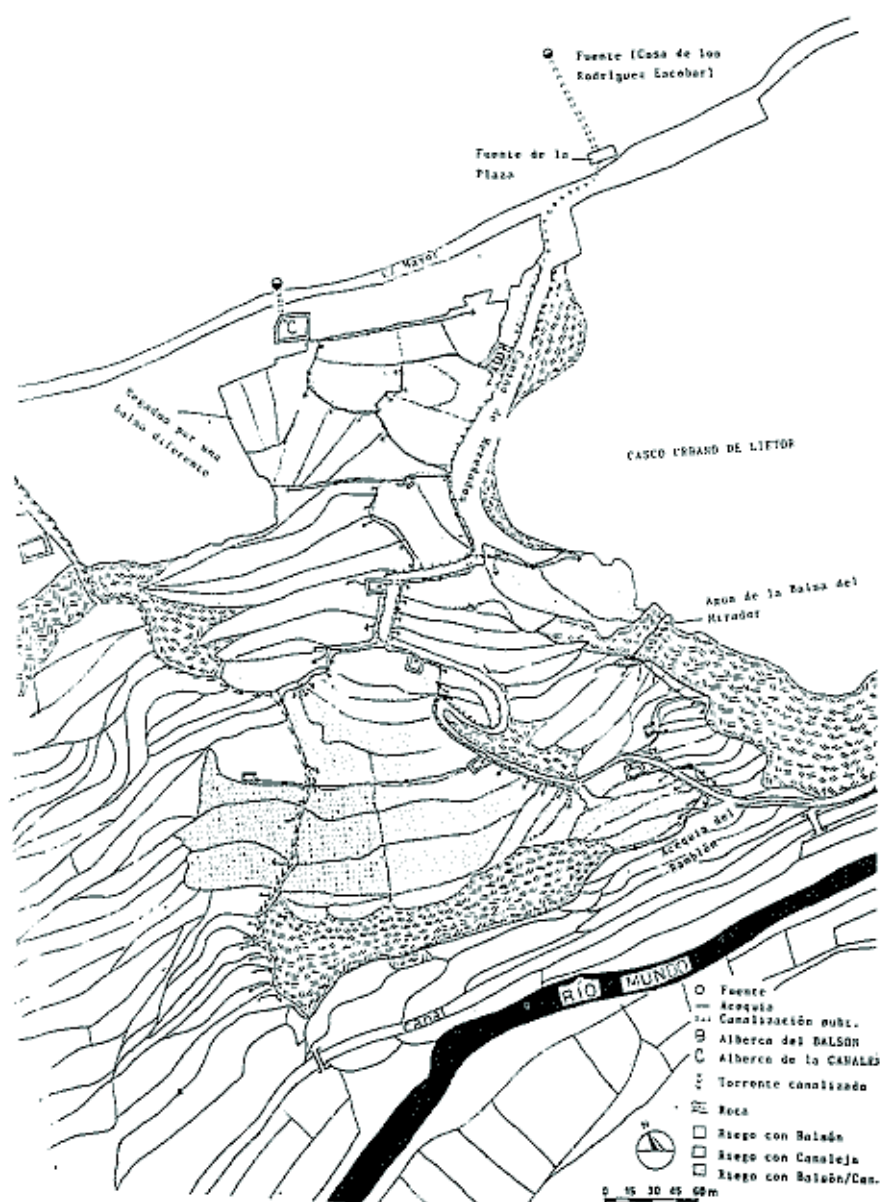
En el perímetro de **Potiche**, al caudal almacenado en la alberca principal, insuficiente para el trazado que se había previsto para la acequia principal, se le añaden las surgencias captadas en pequeñas albercas y que completan así el volumen de agua necesario para regar las hectáreas previstas por el clan que las diseñó y construyó ³².

LAS AMPLIACIONES FEUDALES DEL SISTEMA HIDRAULICO

El sistema diseñado y construido por la comunidad andalusí conllevó el abancalamiento de la ladera Oeste del cantil. Tras la conquista cristiana, poco a poco la ladera Este se abancalará y será explotada agrícolamente por los nuevos habitantes, que intentarán seguir el modelo constructivo experimentado en Liétor por los andalusíes. Los nuevos constructores no conseguirán los resultados obtenidos por la comunidad andalusí que les precede. Tanto los rasgos principales del antiguo espacio irrigado y del área de residencia de la alquería andalusí de Liétor como las posteriores modificaciones y ampliaciones feudales han sido estudiados mediante los principios de la arqueología hidráulica. El método, ya consolidado por esta línea de investigación, incluye no sólo la minuciosa reconstrucción de los espacios agrícolas, lo que permite distinguir las diferencias morfológicas y funcionales, sino también la contrastación de esta información, obtenida en el trabajo de campo, con las noticias recogidas en los documentos conservados de la época.

El perímetro irrigado conocido como **el Ramblón** recibe su nombre por el torrente de caudal perenne que le suministra el agua para el riego (Lam. 6). A lo largo de este perímetro irrigado de 33 ha no se localizan albercas, ya que la regularidad del caudal de la rambla, a la que además desguazan varios pequeños

acuíferos situados en sus márgenes no lo hace necesario. Esta huerta cuenta con más de 100 regantes, que siguen un turno horario y que no forman comunidad de regantes, como así ocurre en los perímetros de origen andalusí, en los cuales tampoco se conoce la asociación de los regantes. No obstante, los perímetros antiguos nunca alcanzan las 18 ha y su volumen oscila entre las 8 y las 13 Ha. Además el número de regantes de cada perímetro no excede de 20 personas en ninguno de los casos.



Lam. 8 - Planimetría del perímetro irrigado Balsón/Canaleja con el riego diferenciado. Estado actual.

La construcción del perímetro de terrazas del Ramblón se realiza durante el dominio feudal que la Orden de Santiago ejerce sobre la antigua alquería andalusí desde el s. XIII. En 1335 el Concejo cristiano concede licencia a dos particulares para que construyeran dos molinos de cubo, alimentados por una acequia derivada del torrente (33). A partir de la salida de estos molinos feudales se construyen las largas acequias que recorren transversalmente la ladera Oeste, hasta desaguar en el río. El diseño de este perímetro se inspira en las terrazas escalonadas andalusíes del *ma'g'il*, pero no consigue alcanzar la armoniosa interrelación que entre albercas, acequias, terrazas, caminos y torrentes se consiguió en dichos perímetros. Las diferencias morfológicas son evidentes: no todas las terrazas del **Ramblón** tienen asegurado su acceso individualizado y es muy frecuente pisar las propiedades de varios vecinos para llegar a algunos banales. Tampoco está contemplado el desguace de aguas sobrantes de algunas de estas parcelas, ya que no todas ellas están situadas junto a caminos, acequias o torrentes, por lo que el regante debe estar muy atento a tapar rápidamente la acequia, tras su utilización, para evitar inundaciones en su propiedad, hecho bastante frecuente en este perímetro. La poca previsión del diseño se observa en hechos como el que los caminos de acceso sean, en ocasiones, utilizados como acequia o el de pequeñas porciones de roca o de tierra que no son corregidas para formar una terraza, una acequia o un camino y que emergen continuamente a lo largo del perímetro. Esta diferencia de construcción y funcionamiento permite distinguir este perímetro del original *ma'g'il* andalusí. La documentación de las primeras Visitas santiaquistas, de finales del s. XV, nos datarán el origen feudal del perímetro. En estas Visitas no aparecen menciones a las terrazas situa-

das por debajo de los molinos, de los que tenemos la primera mitad del siglo XIV como fecha de construcción. Las acequias principales – y de más recorrido – surgen de la salida de ambos molinos y, por consiguiente, son contemporáneas a los mismos (Foto 6).

La conocida como **Huerta del Convento** y la **Huerta del Caraiso** (Lam.6) son dos perímetros aterrazados que se riegan mediante el agua que se conserva en dos albercas principales, a las que se han conducido subterráneamente sendos acuíferos cercanos. La **Huerta del Convento** se pone en explotación tras la edificación en Liétor de un convento de carmelitas en el s. XVII. La documentación procurada por los reformadores santiaguistas no informa, en ningún momento, de la existencia de bancales en perímetros regados que puedan reconocerse como la posterior huerta conventual. En 1679 la edificación del edificio religioso significó la expropiación de una zona de terrazas irrigadas que ya existían, las cuales, sin embargo, no encontramos documentadas hasta esta fecha.

Tampoco la zona conocida como el **Caraiso** aparece en las Visitas de los siglos XV y XVI ni en la documentación parroquial. Si suponemos que el topónimo actual, **Caraiso**, con el que se conoce esta huerta, no fue el mismo que se le otorgaba en época andalusí o, después en época feudal, la documentación de finales de la Edad Media o Moderna deberían recoger la versión antigua o, al menos, un nombre que no correspondiese a ninguna otra huerta y que se pudiera atribuir, por eliminación, al perímetro del **Caraiso**. Sí se recoge, en cambio, la expresión «en la huerta primera»³⁴, que, por las afrontaciones sabemos que se trata de la **Canaleja**, y que no es, tampoco actualmente la primera huerta que encontramos desde levante a poniente o viceversa, pero sí lo era en época andalusí. El hecho de que, desde la alberca del **Convento**,

construida en el s. XVII, parta una acequia hacia la alberca del **Caraiso**, es un claro indicador de la fecha de construcción del perímetro, posterior a la edificación del Convento. También es sospechoso que la acequia que continúa después del torrente desguace en una acequia del **Ramblón**, sistema para el que hemos propuesto una datación no anterior a los siglos XV-XVI. La morfología de las terrazas y acequias no es tan defectuosa como la del **Ramblón**. Se trata de un perímetro más pequeño, de 5'88 ha, obra de campesinos que viven en Liétor y que recogen una tradición constructiva antigua que, a estas alturas, tras varios siglos de mantenimiento y ampliación del sistema hidráulico conocen bien.

DISTRIBUCION SOCIAL DEL AGUA Y CULTIVOS: DE LA ÉPOCA ANDALUSI A LA ACTUALIDAD.

Otro elemento importante que apoya la diferente cronología constructiva de ambas zonas de perímetros irrigados es la diferente distribución del agua, que, aunque transformada tras la conquista feudal, permite reconocer las características principales del original reparto del agua. En el diseño andalusí del sistema hidráulico se planteó no sólo su construcción sino también la planificación de la distribución social del agua en la zona irrigada. Pensar en la separación de ambos aspectos es como intentar disociar el volumen del aire que respiramos de las veces que lo hacemos por minuto sin que nuestro organismo se vea seriamente alterado. En la zona de terrazas de origen andalusí de Liétor se contempló en la



Foto 6 - Restos de los molinos del Ramblón. 1. Acequia que conduce el agua al primer cubo. 2. Cubo del primer molino, del 2º no quedan restos fósiles. 3. Huertos irrigados mediante una fuente situada en un nivel superior al de los molinos.

época contemporánea a su construcción una distribución volumétrica del agua que se había almacenado en las albercas. La cantidad de agua que contiene cada alberca llena debió repartirse en su origen de forma proporcional por criterios volumétricos, medidos en una unidad constante fijada por la comunidad, plasmada en muescas en un bastón o señaladas con incisiones en la pared de la alberca. Estas gradaciones de intervalos varían, haciéndose más grandes en invierno que en verano, o ante cualquier motivo que cause una modificación del volumen del acuífero. Este sistema de distribución volumétrica, en el que obviamente se calculan con precisión las medidas que ha de tener la alberca, sólo puede funcionar en perímetros no muy grandes, ya que se debe calcular la distancia en que se encuentran las terrazas de la alberca en el momento en que el regante tiene que recibir su parte de agua. Si se utilizase en perímetros muy extensos, con muchos regantes, el cálculo del volumen no podría establecerse con rigurosidad y generaría un orden no equitativo. Una repartición de este tipo sólo cobra sentido si el regante tiene concentradas sus parcelas en un único perímetro de riego, ya que le sería muy difícil atender a varios bancales en diferentes zonas. Cada alberca principal almacenó el agua captada en el acuífero y actuó como centro de división y repartición del volumen de agua que se había asignado a cada clan, entendiendo también que en el seno del clan debió existir una repartición del agua que fue pactada entre las familias componentes del mismo. En el caso de un perímetro en el que varias familias compartiesen una alberca, debieron establecerse en unos pactos fundacionales qué grupos trabajan terrazas situadas al principio del sistema, aquellas que por su cercanía a la alberca principal tiene asegurado un óptimo regadío, puesto que aún no se han producido las pérdidas de agua que sufren las situadas al final del sistema, lo que evidencia la no total equidad en el acceso al agua de todos los grupos que forman la comunidad, desigualdad que se plasma en lo que G.Bedoucha define como «un *tour lignager*»³⁵.

La actual distribución social del agua en las terrazas de Liétor no sigue un reparto volumétrico ni turnos horarios rígidos. En cada uno de los perímetros de Potiche, Alcadima, Albercones, y Balsón/Canaleja, a los que se atribuye un origen andalusí, no se cuentan más de 20 regantes, en claro contraste con el perímetro construido por los nuevos habitantes cristianos tras la conquista medieval castellana, conjunto de terrazas con más de 100 regantes como se reseñó anteriormente.

Generalmente en los perímetros más antiguos los campesinos acuerdan un día o medio día de agua de la balsa principal para que un grupo de regantes, ahora unidos por criterios de vecindad y no de genealogía, rieguen sus parcelas. De esta forma si un agricultor ha acabado con el riego de sus bancales antes de lo previsto o necesita un poco más de agua se lo advierte a su vecino. Esta disposición no ha causado hasta ahora problemas entre los campesinos letuarios que, mediante el control mutuo, no han visto de momento la necesidad de asociarse en una comunidad de regantes. A algunos bancales situados en la parte inferior de

Potiche se le asignan en la actualidad turnos de agua de hasta 18 ó 21 días, lo cual sólo confirma la ampliación en esa zona de bancales dedicados a cultivos obviamente con poca necesidad de agua, como los olivos o forraje para las caballerías, además de testimoniar el aumento de propietarios con derecho a agua, que, sin ser en ningún momento en Liétor un bien escaso, plantea las dificultades de un regadío óptimo cuando se cambian las previsiones de funcionamiento que, inicialmente, se pensaron para el sistema hidráulico.

Los cultivos actuales presentes en las terrazas letuarias son muy variados y dispuestos de forma promiscua en las parcelas. Así debió ser mayoritariamente en época andalusí, al menos hasta que la Orden de Santiago asentada en la villa ordena a todos sus vasallos plantar olivos³⁶, como impuso en todas las antiguas poblaciones andalusíes bajo su dominio. Hoy, en un paseo por la huerta aterrazada de Liétor encontramos pimientos, judías, patatas, tomates, lechugas, acelgas, espinacas, berenjenas, calabazas y calabacines, zanahorias, col, coliflor, melones y sandías; árboles frutales variados e incluso, gracias a la benignidad de su clima, naranjos y limoneros. También pueden verse en las terrazas regadas viña emparrada y cereal (37), cultivos que se riegan tradicionalmente y que aparecen documentados en las relaciones santiaguistas y en la documentación parroquial.

No podemos conocer los rendimientos agrícolas en época andalusí, ni contamos con textos que nos informen sobre los cultivos en el Liétor del periodo andalusí. No obstante, como argumenta M. Barceló «es plausible pensar que, salvo variaciones importantes del acuífero, los rendimientos fueron estables» (38). Este mismo autor plantea la dificultad de cultivos cerealísticos extensivos

de secano en las comunidades rurales de al-Andalus dada la inviabilidad de poder transportar con carros importantes cantidades de abono orgánico con el que que preparar la tierra para cultivos de secano (39). En el caso de Liétor este planteamiento es evidente con sólo dirigir la mirada hacia el paisaje de terrazas escalonadas contorneadas por estrechísimos, y en ocasiones casi abruptos, caminos o escalones excavados en la roca por los cuales la circulación de un carro es absolutamente imposible. Aún en la actualidad más de 80 burros, censados en el año 1992, son los únicos compañeros de trabajo de los campesinos letuarios, útiles tanto para el acarreo de materiales para la reconstrucción de los muros de piedra o el relleno de una terraza como para el transporte de los productos obtenidos en los bancales.

NOTAS

- 1 Ante la escasez de noticias por parte de autores árabes sobre los límites precisos de la *kūra* de Tudmir se recurre habitualmente a la documentación cristiana. En 1266 Alfonso X delimita los términos del obispado de Cartagena, lo que hace que algunos autores lo asimilen a la antigua Tudmir. Según J.Vallvé Bermejo, («La división territorial en la España musulmana (II). La cora de «Tudmir» (Murcia)», *Al-Andalus*, XXXVII (1972), pp.150-151) Liétor quedaría dentro de los límites de la misma mientras que Férez y Socovos se incluirían en el s.XII en la cora de Ġayyān (Jaén).
 - 2 Bajo este título se celebró una exposición y se publicó un catálogo sobre la provincia de Albacete (*Historia, Arte y Cultura*) en el Centro Cultural de la Villa de Madrid en octubre de 1983.
 - 3 La transliteración y traducción del texto la debemos a Xavier Ballestin, de la Universitat Autònoma de Barcelona y corresponde a la p.68 del texto árabe de al-Zuhri editado por M.Hadj-Sadok, «*kitāb al-Djā'rafīyya*. Mappemonde du calife al-Mamūn reproduite par Fazārī (IIe/XIe s.) réditée et commentée par Zuhri (VIe/XIIe)» en *Bulletin d'Études Orientales*, XXI, Damas (1968).
 - 4 Privilegio concedido en 1243 por el infante d.Alfonso a la Orden de Santiago, confirmando una donación anterior de la comarca de Segura de la Sierra. El infante entrega los castillos de «Muratalla, Socovos, Bueycorto, Gutta, Letur, Priego, Feriz, Abeiuela, Litur, Aznar, Abenyçar, Nerpe, Tayviella, Yeste, Agraya, Catena, Albanchez, Huescar, Miravet, Vulteyrola y Burgeia» (Publicado en M.Rodríguez Llopis, *Conflictos fronterizos y dependencia señorial: La encomienda santiaguista de Yeste y Taibilla (ss.XIII-XV)*, Albacete, 1982; pp.115-116).
 - 5 Publicado en J.Torres Fontes, «Los castillos santiaguistas del reino de Murcia en el s.XV» en *Anales de la Universidad de Murcia*, vol.XXIV, nº 3-4, p.336.
 - 6 Para esta zona del sudeste peninsular ver A.Bazzana, P.Cressier y P.Guichard, *Les châteaux ruraux d'al-Andalus*, Madrid, 1988.
 - 7 Se trata de las Visitas que los representantes de la Orden de Santiago realizan a la villa de Liétor durante los años 1480, 1490, 1498, 1507, 1511, 1515, 1526, 1536 y 1549 y que corresponden a los originales conservados en el Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Sección Ordenes Militares, Manuscritos de Santiago* y las Signaturas 1065-C, pp.32-53; 1066-C, pp.43-68; 1069-C, pp.449-472; 1072-C, pp.367-378; 1077-C, pp.437-454; 1078-C, pp.584-605; 1080-C, pp.877-887; 1082-C, pp.502-525; 1085-C, pp.276-301. La transcripción de esta documentación se recoge en C.Navarro, *De la kūra de Tudmir a la Encomienda de Socovos: Liétor en los ss.X-XV*, trabajo de investigación inédito. Universitat Autònoma de Barcelona, 1993; vol.II. La abundante documentación municipal de los siglos XV y XVI y que se conserva en el Archivo Histórico Parroquial de Liétor (AHP.LIE) ha sido también consultada.
- La documentación utilizada es, sin duda, una documentación tardía, que nos describe – en el caso de las Visitas santiaguistas – la villa de Liétor 226 años después de su conquista. La información que de esta documentación obtenemos debe pues, ser utilizada con prudencia ya que son papeles que se redactan bajo la visión colonialista de los vencedores y que describen un paisaje que pudo haberse transformado y que muestra ya sus rasgos terminales. Los datos de la prospección arqueológica e hidráulica producen unos conocimientos independientes de esta documentación que marcan, evidentemente, el sentido de la reflexión y la lectura de estas fuentes escritas.
- 8 A.H.N., OO.MM., Mss. de Santiago; 1066-C (pp.52-53), corresponde a la visita realizada en 1494.
 - 9 En la Visita que realizan los reformadores santiaguistas en 1511 aún se inspecciona «una cueva que se dice la fortaleza, la qual esta sobre la barranca del valle (...) en la parte de la peña e a manera de algarue. Es toda obra natural e no tiene necesidad de reparo alguno» (A.H.N., OO.MM., Mss. de Santiago; 1077-C, p.452). Esta cueva natural parece haber sido utilizada por los habitantes cristianos ante la imposibilidad de usar la antigua fortaleza andalusí, en mal estado y en manos de las autoridades santiaguistas.
 - 10 Los topónimos de antiguos núcleos andalusíes cercanos a Liétor se derivan del árabe como el de Alcadima (*al-qadima*: «la vieja») y Ayna (*a yun/ uyun*: «fuentes»). Híjar es el topónimo actual de la alquería andalusí conocida como «Yjar» en la documentación feudal, y «en la qual hay un edificio de castillo que parece haber sido hecho en tiempo de Moros» (*Relaciones Topográficas de Felipe II, cap. 29*). En la actual aldea aún quedan restos del antiguo hisn y funciona una pequeña huerta que se abastece con agua de una fuente que nace bajo las casas del pueblo. El topónimo Híjar ha sido identificado por M.Barceló como beréber, con un significado de «aislado, lugar alejado de sus hermanos» (J.M.Dallet, *Dictionnaire kabyle-Français. Parler des At Mangellat (Algerie)*. París, 1982; p.313) con la significación, quizás, de un asentamiento que se ha organizado al separarse, por alguna razón, del núcleo andalusí de Liétor, situado a 14 Km. Este topónimo ha sido localizado también en Mallorca y Teruel.
- Si, como parece, se confirma arqueológicamente la ubicación de la antigua *mādina* de lyyu(h) en el Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete) (L.Abad, S.Gutierrez y R.Sanz, «El

proyecto de Investigación Arqueológica «Tolmo de Minateda» (Hellín): Nuevas perspectivas en el panorama arqueológico del sureste peninsular». *Arqueología en Albacete*, Madrid, 1993; pp.145-176), el sudeste de la actual provincia de Albacete se perfila como una zona geográfica que acogió a un número considerable de asentamientos andalusíes que sólo las primeras prospecciones están comenzando a mostrar.

- 11 Aparecidos en el interior de dos pozos sépticos, de los cuales los integrantes de la Asociación cultural MUSEO de Liétor consiguieron rescatar parte de las piezas. En octubre de 1993, con motivo de las obras de pavimentación en la Plaza del Conde, aparecieron otros dos pozos rellenos de material cerámico andalusí. Este magnífico conjunto cerámico, así como abundantes fragmentos hallados en distintos puntos del casco urbano, se han conservado gracias al interés y voluntad de los miembros de la mencionada Asociación Cultural, dirigida por d.Francisco Navarro. Desde aquí quiero agradecer su ayuda y amistad, sin la cual este trabajo no hubiese sido tan entusiasta ni habría dispuesto de tanta información. Ellos fueron también los artífices del descubrimiento y conservación del ajuar de aperos agrícolas y objetos de uso doméstico descubierto en el paraje de «Los Infiernos» cerca de Liétor.
- 12 En un Capítulo General celebrado en Mérida, los más señalados caballeros de la Orden de Santiago deciden revitalizar el poblamiento de villas conquistadas por la Orden y repoblarlas con familias cristianas. En lo concerniente a Liétor, el maestro Vasco Rodríguez ordenaba a Gonzalo Yáñez, comendador de la encomienda de Socovos, que repartiera las tierras de la población «a todos aquellos que de fuera de tierra de nuestra Horden vinieren a morar e poblar nuestro lugar de Liétur», entregando el diezmo «de lo que ay labraren e que guarden servicio de nos el maestro e de nuestra Horden» (Publ. en M.Rodríguez Llopis. *Documentos de los siglos XIV y XV. Señoríos de Santiago. C.O.D.O.M. nº XVIII*. Murcia, 1991; pp. 9-10).
- 13 La última mención del colectivo andalusí de Liétor es la participación de esta comunidad en la revuelta mudéjar de 1264 que organizan las alquerías andalusíes de la sierra del Segura ante los abusos de Alfonso X, quien probablemente no respetó los pactos que había establecido con ellos. (M. Rodríguez Llopis, *Conflictos fronterizos y dependencia señorial: la encomienda santiaguista de Yeste y Taibilla (ss.XIII-XV)*, Albacete, 1982; p. 57).
- 14 M. Barceló, «Saber lo que es un espacio hidráulico y lo que no es o al-Andalus y los feudales». *Actas del Castrum V*, (en prensa).
- 15 C. Navarro, *De la kūra de Tudmir a la encomienda de Socovos: Liétor en los ss. X-XV*. Trabajo de Investigación inédito. Vol.I, pp.79 y ss. U.A.B. 1993.
- 16 M. Barceló, «El diseño de espacios irrigados en al-Andalus: un enunciado de principios generales», *I Coloquio de Historia y Medio Físico: el agua en zonas áridas: Arqueología e Historia*. Vol.I, Almería, 1989; pp. XV-XVLI y, del mismo autor, «¿Por qué los historiadores campesinos prefieren hablar de islamización en vez de hablar de campesinos?», *Archeologia Medievale*. Vol. XIX. Florencia, 1992; pp. 63-73.
- 17 H. Kirchner y C.Navarro, «Objetivos, métodos y práctica de la arqueología hidráulica», *Archeologia Medievale*. Vol. XX. Florencia, 1993; pp. 121-150
- 18 Cf. nota 10.
- 19 Liétor participa de las ventajas hidrogeológicas del arco prebético Cazorla-Hellín-Yecla, zona en la que se reúnen inmejorables condiciones estructurales y litológicas para la formación de acuíferos subterráneos. Ver F. López Bermúdez, «El agua en la cuenca del Segura», *Papeles del Departamento de Geografía nº 4* (1972); p. 9-24.
- 20 J. Pirenne, «L'expansion historique de l'hydraulique sud-arabe et les m g l en fonction à Banyalbufar (Majorque)», *La maîtrise de l'Eau en Arabie du Sud Antique. Six types de monuments techniques*. París, 1977; pp. 21-34.
- 21 M. Barceló et alii, The design of hydraulic system in al-Andalus. The cases of Guajar Faragüit (Los Guájares, Granada, Spain) and Castellitx, Aubenya and Biniatré (The Balearic Island) VII H/XIII Cent. A.D., (en prensa).
- 22 M^a A. Carbonero, «Sistema hidràulic i repartició col·lectiva de l'aigua a Mallorca: un model d'adaptació ecològica», *Estudis Baleàrics*, nº 4 (1984-a); pp. 9-16 y de la misma autora «Terrasses per al cultiu irrigat i distribució social de l'aigua a Banyalbufar (Mallorca)», *Documents d'Anàlisi Geogràfica* nº 4 (1984-b), pp. 31-68.
- 23 Los campesinos andalusíes «semblen actuar sense consideracions d'estalvi de treball; els seus criteris han de venir, doncs, determinats per consideracions de satisfacció de necessitats comunitàries i d'assegurar l'estabilitat social i territorial del grup sense que l'esmerç de treball es computi com un costa minimitzar» (M. Barceló, «La qüestió de l'hidraulisme andalusí», *Les aigües cercades (Els ganats de l'illa de Mallorca)*, P. de Mallorca, 1986, p. 12.
- 24 M. Barceló, «La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural», *Arqueología medieval: en las «afueras» del medievalismo*, Barcelona, 1988; pp. 195-274.
- 25 El poder decisorio de los campesinos redunda en beneficio de los resultados de las prácticas agrícolas irrigadas. Así lo proponen R.L. Anderson y A. Maas, *Un modelo de simulación para sistemas de regadío*, Madrid-Salamanca, 1985; p. 113: «los beneficios del regadío aparecen con más claridad cuando la toma de decisiones se hace de manera relativamente flexible, es decir, cuando se transfiere cierta discreta autoridad a los mismos regantes y a los empleados del sistema de riego».
- 26 Esta característica es también observada por Y.Z. Ron en su estudio sobre los sistemas de terrazas en Palestina, concluyendo que éstos «were built as a complete unit designed in advance», «Agricultural terraces in Judean Mountains». Reeditado para *The Israel Exploration Journal*, vol. XVI (1966); p. 111.
- 27 En otros estudios realizados sobre ma'g'il en al-Andalus, me refiero al estudio de M^a A. Carbonero (*El ma'g'il de Banyalbufar*, Memoria de licenciatura inédita, U.A.B. 1988, p. 74) la superficie resultante en el cálculo de hectáreas cultivadas se aproxima a unas 70 ha. Desgraciadamente no ha sido localizada el área de residencia, con lo cual resulta imposible establecer la correspondiente relación entre superficie de residencia de la comunidad y área cultivada.
- 28 La extensión de los espacios irrigados se ha calculado mediante una planimetría realizada sobre un soporte de fotografía aérea. Después se

han calculado los perímetros y sus resultados se han transformado en unidades de superficie. Ver H.Kirchner y C.Navarro, *op.cit.* Se han contado como parte de estos espacios, caminos, acequias y balsas. El mismo procedimiento se ha empleado para calcular la superficie del área de residencia. Obviamente la relación que se establece entre el área de residencia y la superficie cultivada no implica que los habitantes de la comunidad se dedicasen única y exclusivamente a la agricultura. Otras actividades como la ganadería, pesca, y la documentada manufactura de alfombras eran practicadas por los miembros de la comunidad andalusí de Liétor. Sobre esta última actividad ver J.Sánchez-Ferrer, *Alfombras antiguas de la provincia de Albacete*, Albacete, 1986.

- 29 En el estudio citado de R.L.Anderson y A.Maas (1985) calculan hasta un 50% de pérdidas del agua inicialmente prevista.
- 30 J.Chiche, «Description de l'hydraulique traditionnelle» en N.Bouderbala *et alii*, *La question hydraulique*, Rabat, 1984; p.233.
- 31 Uno de los huertos que comparten el agua de la Canaleja y el Balsón se vende en 1572 como pago de una deuda de 16.000 maravedís, operación que queda registrada en el testamento de Catalina Sánchez, vecina de Liétor «se vende un guerto que tengo yo arbolado, linde de los herederos de Diego Sanchez. Es baxo de la peña del adarve de esta villa (...) que tiene el guerto para riego dende el martes a puesta de sol hasta el miercoles a puesta de sol, de ocho en ocho días. Tiene estos días de la balsa de la Canaleja y medio día del domingo de la balsa de las torres» (A.H.P. LIE-39, 12). La conocida en el XVI como «balsa de las torres» en recuerdo de su situación extramuros del perímetro fortificado, es el actual Balsón.
- 32 Los perímetros andalusíes respetan la distancia entre el acuífero y las albercas, que incluye, en época andalusí, el *harim* o espacio alrededor del acuífero que prohíbe nuevas perforaciones en el mismo, lo que implicaría variaciones en el caudal y, por consiguiente, cambios en el diseño que establecía una estrecha relación entre los grupos usufructuarios de la fuente y de la zona de explo-

tación (D.A.CAPONARA, *le droit des eaux dans les pays musulmans*, Roma, 1956; pp.28 y 88. En los perímetros estudiados en Liétor, de origen andalusí, no se riega nunca antes del 2º o 3º nivel de terrazas con la acequia que surge de la acequia principal. En la actualidad es posible regar las tres primeras terrazas mediante la construcción de pequeñas balsas destinadas a ello o la construcción de una nueva acequia que irrigue estas parcelas.

Hoy encontramos pequeñas balsas, construídas por los propietarios para reservar el agua que les corresponde por turno y regar a su acomodo.

- 33 G.Peinado Santaella, «Un señorío en la frontera del reino de Granada: la encomienda de Socovos a finales de la Edad Media (1468-1526)». *Ier Congreso de Historia de Albacete*. Vol.II, Albacete, 1984; p.257. La comunidad andalusí colocó su molino en el río, accionado por el agua que se derivaba mediante la presa Bermeja, y sin ocupar espacio cultivable en las terrazas ni alterar la distribución volumétrica del agua. Esta localización se encuentra también en los *ma'g'il* estudiados en al-Andalus como el de Banyalbufar (Mallorca), donde dos molinos andalusíes se sitúan en el acantilado, fuera del perímetro de terrazas (H.Kirchner *et alii*, «Molins d'origen musulmà a Banyalbufar» *Estudis Balearics* nº21, (1986); pp.77-86, o en el ya citado estudio de las terrazas de Guajar Faragüit (Granada).
- 34 A.H.N. OO.MM; Mss. de Santiago, 1066-C; p.53.
- 35 G.Bedoucha, «L'eau, l'amie du puissant». *Une communauté oasienne du Sud tunisien*, Paris, 1987; p.279.
- 36 En 1485, el maestre Alfonso de Cárdenas, obligó a todos los vasallos de la Orden a plantar olivos «los pecheros debían plantar 1/2 aranzada y los que no poseyeran tierras recibían del concejo las suficientes para plantar lo que le correspondiera» (M.Rodríguez Llopis, *Conflictos fronterizos y dependencia señorial: la Encomienda santiaguista de Yeste y Taibilla (ss.XIII-XV)*, Albacete, 1982; p.87. Esta disposición aparece también en los textos castellanos de reparto de tierras tras la conquista. Así, en Almería se especifica que «las tierras que se dieron e repartieron para poner viñas. En tres de enero de nouenta e ocho anos (...) los quales se les dieron que las pongan de viñas dentro de un año, (...) e si dentro deste dicho tiempo no las pusieren que las puedan poner qualesquier otras personas sin contradición alguna, por quanto las dichas tierras no se dan ni reparten salvo para poner las dichas viñas» (*Libro del Repartimiento de Almería*, edic. C. Segura, Madrid, 1982; p.515). Los conquistadores introducen cambios en la gestión de los espacios irrigados que incluyen cambios en los cultivos motivados por la exigencia de renta feudal, que pide productos que se puedan almacenar y de larga conservación como el cereal o la uva que se transformará en vino (M.Barceló, «La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural», *Arqueología medieval. En las «afueras» del medievalismo*, Barcelona, 1988; p.204.
- 37 Las respuestas al Catastro del Marqués de Ensenada reflejan la pervivencia de esta práctica en la época de su redacción, en 1755, mantenida hasta nuestros días «Al undezimo capitulo dixerón que en las tierras de regadio se coge trigo, cevada, cañamo, cañamones, uba y hortalizas, que esta se compone de coles, calabazas y pepinos, bajocas, panizos para berde y otras legumbres, oja de morera, granados, melocotones y membrillos» (A.H.P.AB, C.M.E., Caja 12, p.12).
- 38 Miquel Barceló, «Saber qué es un espacio hidráulico y lo que no es o al-Andalus y los feudales», *Actas del Castrum V*, Murcia, 1992 (en prensa), p.13.
- 39 Idem, p. 10.

LES ETAPES DE L'ESSOR DES RELATIONS MARITIMES SUR L'OCEAN ATLANTIQUE ENTRE L'ANDALUS ET LE MAGHREB OCCIDENTAL

CHRISTOPHE PICARD

Quelques études, parfois anciennes, ont mis en évidence l'essor des relations maritimes atlantiques, à l'époque musulmane, de part et d'autre du détroit de Gibraltar ¹. Le mouvement se fit en plusieurs étapes. Tout d'abord, on constate que la navigation ne cessa pas, sur la façade maritime atlantique musulmane, du jour au lendemain après la conquête arabe. Toutefois, la première intervention de l'Etat omeyyade sur ce versant de l'Andalus eut réellement lieu le jour où les Vikings se montrèrent menaçants au IX^e siècle. Une nouvelle étape fut franchie lors de l'intervention de 'Abd al-Rahmân III (912-961) en Afrique et la volonté des 'Abbadides de Séville de contrôler la zone du détroit. Cette phase dominée par les initiatives andalouses, permit aux Almoravides et aux Almohades, de 1086 à la reconquête chrétienne, de faire de la navigation dans cette zone, un moyen d'appui militaire important à leurs offensives almohades dans la région de l'actuel Portugal. De même, l'émergence du nouveau royaume ibérique au cours du XII^e siècle, à l'Ouest de la Péninsule le long du rivage atlantique, fit de l'Océan une zone de combat naval entre les deux puissances chrétienne et islamique.

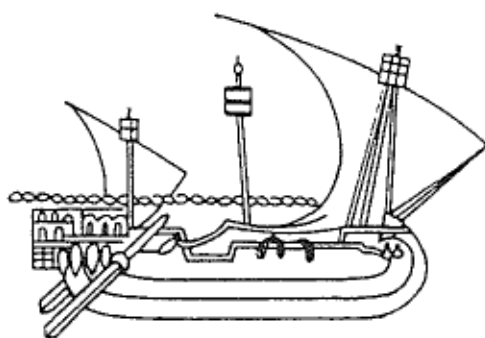
Parallèlement à la militarisation de l'Océan, un réseau d'échanges commerciaux se développa, basé sur un cabotage qui s'intensifia à partir du Xe siècle et qui semble avoir atteint au XII^e-XIII^e siècles, un paroxysme brusquement remis en question avec la perte de la façade atlantique de l'Andalus par les musulmans au milieu du XIII^e siècle. A priori sans réelle base économique, ce développement fut essentiellement rattaché par l'historiographie aux besoins en or venu d'Afrique des Andalous ²; l'analyse plus précise des sources géographiques et des trouvailles archéologiques, apporte quelques perspectives différentes sur ce plan ³ et

montre finalement une cohérence dans ce trafic et son essor.

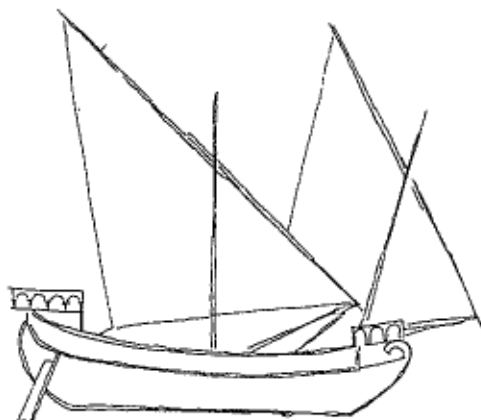
A. LES PRINCIPALES ÉTAPES DE L'ESSOR DES RELATIONS ENTRE L'ANDALUS ET LE MAGHREB SUR L'OCEAN ATLANTIQUE: L'INTERVENTION DES ETATS.

Sans que l'on puisse ici rentrer dans les détails, rappelons quelques traits essentiels de ce mouvement. Les premières mentions concernant l'Atlantique, montrent d'abord que c'est la côte de l'Andalus qui fut la première à s'animer. Cette primauté s'explique en premier lieu par la permanence d'une navigation au-delà de la conquête, particulièrement dans le secteur de Séville où par exemple, Sara la Gothe, petite fille du prince wisigoth Witiza, fit construire et affréta un navire pour se rendre sur le littoral de la Syrie afin de présenter ses doléances au calife omeyyade Hishâm (724-743) ⁴. L'anecdote prouve

l'absence de crainte de faire le trajet par bateau et le maintien à Séville d'activités navales, dans la continuité de l'époque wisigothe et en relation avec l'Orient byzantin. Il n'y a donc aucune surprise à constater dès le VIII^e siècle, la présence d'importations de céramiques orientales vers les localités de l'actuelle Algarve, depuis l'Égypte ou la Syrie⁵. Au IX^e siècle, ce furent les offensives vikings qui firent prendre conscience aux Omeyyades, de l'importance maritime de l'Océan atlantique et de l'intérêt qu'il y avait à contrôler son accès par la mer, avec l'établissement du premier arsenal officiel de l'émirat omeyyade à Séville⁶ et de points de surveillance à Lisbonne, Alcacer et en Algarve, souvent liés à la présence d'édifices religieux⁷. Par la suite, des escadres omeyyades surveillaient le littoral atlantique de l'Andalus et l'émir Muhammad (852-886) tenta même de lancer une offensive contre la Galice par la mer: même si ce fut un échec, le fait d'avoir songé à une telle entreprise indique la confiance prise dans les capacités des marins à longer cette côte et de ce fait, le caractère informel d'une telle navigation⁸.



Nave representado num mosaico de São Marcos, em Veneza – meados do século XII a meados do século XIII in BERTI, Graziella (e outros), *Naves andalusíes en cerámicas mallorquinas*, Palma de Mallorca, 1993, fig. 8.



Nave mercantil do século XII in BERTI, Graziella (e outros), *Naves andalusíes en cerámicas mallorquinas*, Palma de Mallorca, 1993, fig. 9.

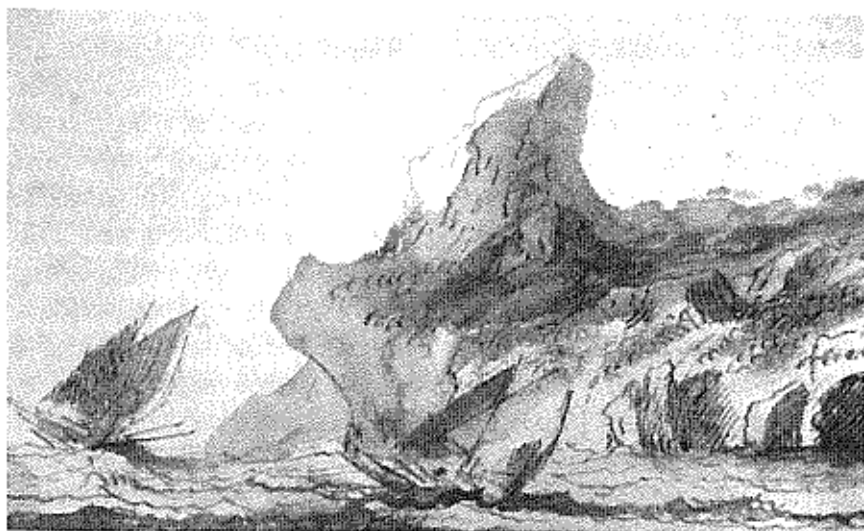
tique et de l'intérêt qu'il y avait à contrôler son accès par la mer, avec l'établissement du premier arsenal officiel de l'émirat omeyyade à Séville⁶ et de points de surveillance à Lisbonne, Alcacer et en Algarve, souvent liés à la présence d'édifices religieux⁷. Par la suite, des escadres omeyyades surveillaient le littoral atlantique de l'Andalus et l'émir Muhammad (852-886) tenta même de lancer une offensive contre la Galice par la mer: même si ce fut un échec, le fait d'avoir songé à une telle entreprise indique la confiance prise dans les capacités des marins à longer cette côte et de ce fait, le caractère informel d'une telle navigation⁸.

C'est à partir du Xe siècle que l'Andalus noue ses premiers contacts réguliers avec le Maghreb, dans la zone du détroit et l'Océan atlantique. Tout d'abord l'auteur andalou du XI^e siècle, Ibn Hayyân, signale que 'Abd al-Rahmân III envoya dans la zone du détroit, entre Algéciras et Tanger, des navires pour détruire durant l'année 301/914, les navires de ravitaillement du rebelle Ibn Hafsûn; à la suite de cela, il décida de regrouper navires et équipages venant de Malaga et Séville à Algéciras, afin de surveiller le passage entre les deux continents⁹. Ainsi, ce dernier port devint le deuxième arsenal après Séville et avant que toute la flotte ne soit regroupée à Alméria, mieux placée pour faire face au nouveau danger maritime: les Fatimides. Si le dispositif naval en Méditerranée s'élargit, en particulier avec l'arsenal de Tortosa, une partie des escadres rejoignait régulièrement Ceuta prise en 319/931¹⁰ et en cas de besoin, la mobilisation pour des opérations sur l'Océan atlantique ne posait guère de problèmes: en 355/966, on apprend qu'une flotte basée à Séville attaqua victorieusement à Silves, les navires vikings; en 361/972, à l'annonce d'une nouvelle incursion viking, la flotte d'Alméria sous le commandement de l'amiral al-Rumahîs, se rendit à Séville où des navires renforcèrent l'escadre d'Alméria pour patrouiller au large de l'Algarve¹¹. L'organisation navale était suffisamment souple: si le commandement de la flotte se trouvait là où le danger était le plus important, la façade atlantique n'était pas totalement délaissée et la navigation pouvait s'y faire sans difficulté. Ce fait explique qu'Ibn Abî 'Âmir al-Mansûr ait aménagé probablement en 386/997, l'arsenal d'Alcacer do Sal afin d'équiper sa flotte pour attaquer Saint-Jacques de Compostelle¹².

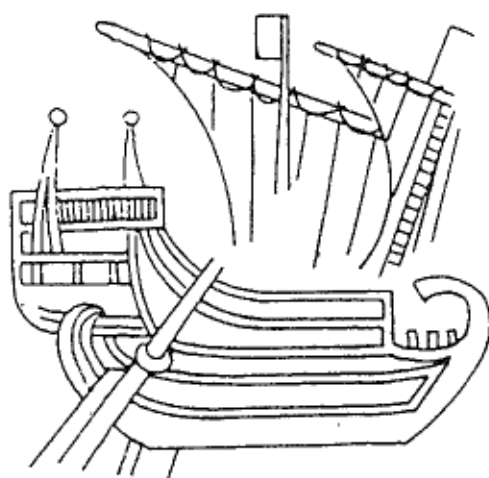
A l'époque des Mulûk al-Tawâ'if, la dispersion des pouvoirs n'a non seulement pas entraîné de disparition de la navigation andalouse en Atlantique, mais au contraire, la création de plusieurs centres politiques, sur les bases d'une économie prospère¹³, a engendré la multiplication des arsenaux: à Séville et Alcacer do Sal, s'ajoutèrent Huelva-Saltès, Shantamariyya al-Gharb et Silves, devenues des capitales régionales¹⁴. C'est ainsi qu'en 443/1051-1052 'Abd al-'Azîz al-Bakrî, émir du modeste Etat d'Huelva-Saltès, dut vendre toute sa flotte et ses équipements à al-Mu'tadid b. 'Abbâd, émir de Séville, pour la somme de 10000 mithqâls¹⁵, preuve de l'utilisation d'une flotte dans un Etat de petite taille, tant à des fins commerciales qu'à des fins militaires. Avec l'annexion au milieu du XI^e siècle, de l'ensemble des Etats côtiers de l'Atlantique, depuis Silves jusqu'à

Algéciras, les 'Abbadides de Séville reprirent en mains la navigation dans cette région. Plusieurs anecdotes montrent à la fois le souci d'al-Mu'tamid b. 'Abbād d'utiliser sa flotte tant pour des opérations commerciales que militaires, et sa volonté de poursuivre ses relations avec le continent africain, toujours sur l'Océan atlantique. Nous apprenons qu'en 457/1064-65, suite à un refus de l'émir Suqūt al-Barghawātī de laisser ses navires accoster à Tanger et Ceuta pour y faire du commerce, l'émir sévillan envoya 70 navires en expédition punitive contre le port de Ceuta¹⁶. De même, lorsque le premier émir almoravide Yūsuf b. Tāshfīn voulut s'emparer de Ceuta en 476/1083-84, toujours contre le même prince, il dut faire appel aux navires sévillans pour mener le blocus. En particulier, il détourna un navire décrit comme «solide, large de pont, semblable à un château sur les eaux»¹⁷ qui se rendait pour affaires de Séville à Tanger, afin de venir à bout de la flotte de Ceuta. Ces indications éparses, reliées à celles des géographes que nous rappellerons un peu plus loin, indiquent bien la volonté de l'Etat sévillan d'imposer à des fins commerciales, la présence de sa flotte sur l'Océan, dans un espace maritime allant d'Arsila à Silves, et de là, jusqu'à Ceuta.

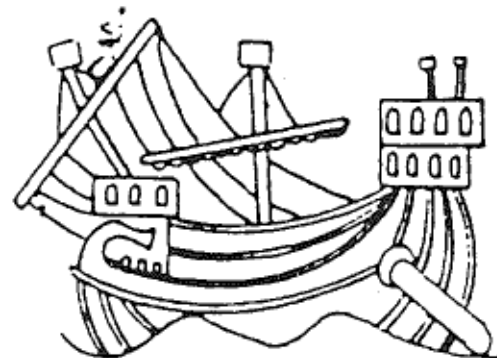
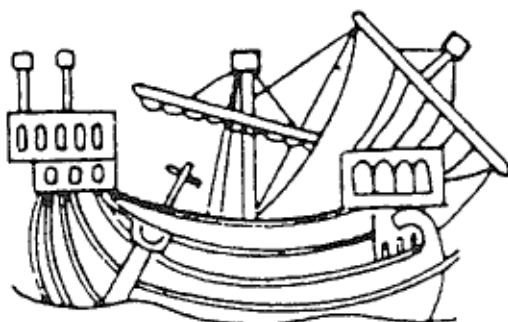
De ce fait, l'action des Almoravides et des Almohades, entre la fin du XI^e siècle et 1248, date de la chute de Séville, apparaît bien dans un mouvement de continuité, mais également de développement. Déjà, la nécessité de faire appel aux Sévillans avait montré à Yūsuf b. Tāshfīn l'importance de posséder une flotte pour contrôler la région. Du coup, il entreprit de faire construire des navires¹⁸ et en confia le commandement à une famille de marins levantins, les Banū Maymūn. Cette emprise indique l'influence de l'Andalus sur l'essor de la flotte maghrébine, du côté de l'Occident. Les Almoravides, sous la responsabilité des amiraux andalous, étendirent le rayon d'action de leurs flottes en Méditerranée avec la



in *Le dessin à Gênes du XVI^e au XVII^e siècle*, Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, 1985, fig. 80.



Miniatura dos *Annali Jannuensi* (meados do século XII a meados do século XIII) in BERTI, Graziella (e outros), *Naves andalusíes en cerámicas mallorquinas*, Palma de Mallorca, 1993, fig. 6.



Baixos-relevos do século XII existente na Torre de Pisa in BERTI, Graziella (e outros), *Naves andalusíes en cerámicas mallorquinas*, Palma de Mallorca, 1993, fig. 7.

prise de contrôle de la zone du Rif marocain et des ports algériens jusqu'à Alger. Cette extension concerna également le rivage atlantique,



Taride – embarcação de transporte utilizada até finais do século XIV in MICHÉA, Hubert, «Principais navios do século XVI» in *Naus, caravelas e galeões na iconografia portuguesa dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, p. 126.



Falua – pequena embarcação utilizada pelo menos entre os séculos XIII e XVII in MICHÉA, Hubert, «Principais navios do século XVI» in *Naus, caravelas e galeões na iconografia portuguesa dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, p. 124.

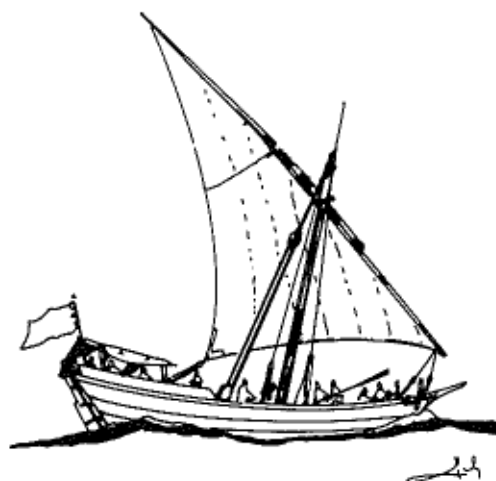
tique, puisque pour la première fois, il est question d'une escadre présente dans le port de Safi¹⁹. Cette présence, loin au Sud, s'explique probablement par la proximité de la nouvelle capitale Marrakesh, dont Safi devint l'un des débouchés maritimes. Les quelques actions navales en Océan atlantique notées pour cette période, concernent des opérations défensives, dans la zone située entre le Tage et le détroit de Gibraltar. Il est question en 1107 d'une nouvelle attaque de Vikings, qui détruisirent les villes de Sintra, considérée alors comme une base de pirates musulmans, et Lisbonne puis Alcácer do Sal, après avoir coulé huit vaisseaux musulmans. Plus au Sud, il rencontra une autre escouade musulmane et la battit, avant de franchir le Cap Saint-Vincent²⁰. Ceux que les sources chrétiennes appellent alors des pirates sarrasins faisaient partie des flottes que les Banû Maymûn rassemblaient lors de leurs expéditions comme celle qui les conduisit d'Alméria et de Séville en Méditerranée orientale²¹. Nous retrouvons ainsi, de part en part, une série d'escarmouches entre Ceuta et Lisbonne, qui indique la permanence de patrouilles et d'une piraterie musulmane dans la région. Toutefois, ce furent surtout les Almohades qui devaient le plus s'investir dans la navigation sur l'Océan.

La préoccupation des Almohades, sur le plan maritime, fut immédiate. 'Abd al-Mu'min (1130-1163), reçut en quelque sorte l'héritage almoravide, incluant l'Andalus et la zone méditerranéenne jusqu'en Algérois; l'extension des conquêtes vers Bougie puis l'Ifrîqiya motivèrent l'armement d'une flotte dès les années 1150, action qui lui fut facilitée par le ralliement de 'Alî b. 'Isâ b. Maymûn en 542/1147-48²². A la fin de son règne, en 557/1162, au moment où il prévoyait une vaste campagne en Andalus, et en particulier vers le Portugal, il fit construire une flotte de 400 unités dans l'ensemble de ses ports: si 100 de ces navires furent construits en Ifrîqiya, Oran et Hunayn, 100 autres à Bâdis, Ceuta et Tanger, 80 le furent en Andalus²³, et 120 d'entre eux furent construits sur le rivage atlantique du Maghreb, à l'embouchure du wâdî Sabû, à al-Ma'mûra²⁴. C'est la première fois que le lieu est mentionné à titre d'arsenal. Vue l'importance de ses chantiers, d'emblée le plus important de la vaste façade maritime almohade, al-Ma'mûra doit être considéré comme faisant partie d'un programme général de réorganisation militaire de la part des Almohades, en vue de leurs expéditions vers l'Andalus ou le Maghreb central et oriental. Les sources de l'époque indiquent le même trajet emprunté par les troupes almohades, depuis Marrakesh vers Salé-Rabat où elles étaient rassemblées, en même temps que la flotte à al-Ma'mûra, pour ensuite se diriger vers Ceuta et de là, aller soit de l'autre côté du détroit, soit en direction du Rif²⁵. De ce fait, le recentrage de la flotte sur l'Atlantique maghrébin tenait en particulier à l'organisation générale de l'armée almohade, depuis la fondation de Rabat. La présence en abondance de bois de marine à l'embouchure du w. Sabû explique l'installation plus au Nord du principal arsenal almohade²⁶. Toutefois, cette politique de recentrage ne fut pas le seul motif de l'essor naval almohade dans la région. Les sources à la fois portugaises et musulmanes, font état à plusieurs niveaux de la naissance de véritables puissances maritimes sur l'Océan

atlantique, à peu près à la même période (deuxième moitié du XIIe siècle): le royaume du Portugal et l'Empire almohade. C'est ainsi que le calife Abû Ya'qûb Yûsuf (1163-1184) fit reconstruire en l'agrandissant, l'arsenal de Séville en 580/1184, en partie en vue de ses offensives contre Santarém et Lisbonne ²⁷. En effet, il tenta de surprendre Lisbonne par la mer au moment où il attaquait Santarém par terre ²⁸. Auparavant, à plusieurs reprises, les flottes almohade et portugaise s'étaient affrontées en de véritables combats navals avec des succès et des revers de part et d'autre: en 575/1179-80 à Lisbonne, en 1180, à Ceuta attaquée par l'amiral portugais D. Fuas Roupinho; en 1181, le même homme remportait deux victoires navales à Lisbonne et au Cap Espichel; en 577/1181-82, ce sont les Almohades qui coulèrent 20 navires portugais au large de Silves et les mois qui suivirent virent la mort du premier grand marin portugais vers Ceuta ²⁹. A ces périodes d'intense activité navale, dans le cadre d'offensives de grande envergure, il convient d'ajouter pour l'ensemble du XIIe siècle et du début du siècle suivant, la permanence d'une guerre de course menée de part et d'autre. Durant les périodes de troubles, comme celle de la fitna qui précéda l'arrivée des Almohades vers 1152, les villes côtières s'émancipaient et pouvaient devenir de véritables «Républiques maritimes» à petite échelle, comme ce fut le cas de Távira que les Almohades durent assiéger durant quinze ans, les habitants de la ville menant des actions de piraterie sur mer aussi bien contre les chrétiens que contre les musulmans ³⁰. Les Portugais signalent à plusieurs reprises les actions de piraterie des «Sarrasins», soit depuis Sintra et Lisbonne sous les Almoravides, soit depuis les ports de l'Algarve après 1147 ³¹. Dès les années qui suivirent la défaite de Las Navas de Tolosa et avec la décadence du pouvoir almohade, la flotte de la dynastie servit plus pour les enjeux de politique interne que pour la guerre contre les chrétiens. En fait ce furent les dynastes hudides qui accaparèrent à leur profit les navires almohades ³², mais déjà les chrétiens et surtout les Génois, avaient acquis la maîtrise des eaux qui annonçait l'attaque contre Salé de 1260 ³³.

Ainsi, une rapide évocation de l'utilisation de la force navale sur l'Océan atlantique par les musulmans, montre non seulement sa réalité et sa permanence, mais en plus elle connut une progression, importante surtout à partir du XIe siècle. Cette évolution allait dans le sens d'une intensification des interventions militaires navales sur les eaux atlantiques, mais aussi dans le sens d'une extension géographique vers le Sud. Toutefois, spécialement à l'époque almohade, la zone de conflit se limitait essentiellement à la zone du détroit et à la région côtière du Portugal jusqu'à Lisbonne. Le recentrage almohade vers la côte atlantique de leurs forces, de même que l'intensification de la guerre avec le vigoureux royaume portugais, occasionnèrent une quantité non négligeable d'opérations durant les années 1170-1180. Par la suite, les échecs almohades et la décadence de la dynastie donnèrent l'occasion aux royaumes ibériques de prendre le contrôle de la plupart des côtes et marquèrent un déclin abrupt des forces terrestres mais également navales musulmanes. Durant la même période,

la navigation fut également active sur la façade atlantique, pour le commerce des produits.



Bergantin in MICHÉA, Hubert, «Principais navios do século XVI» in *Naus, caravelas e galeões na iconografia portuguesa dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, p. 124.

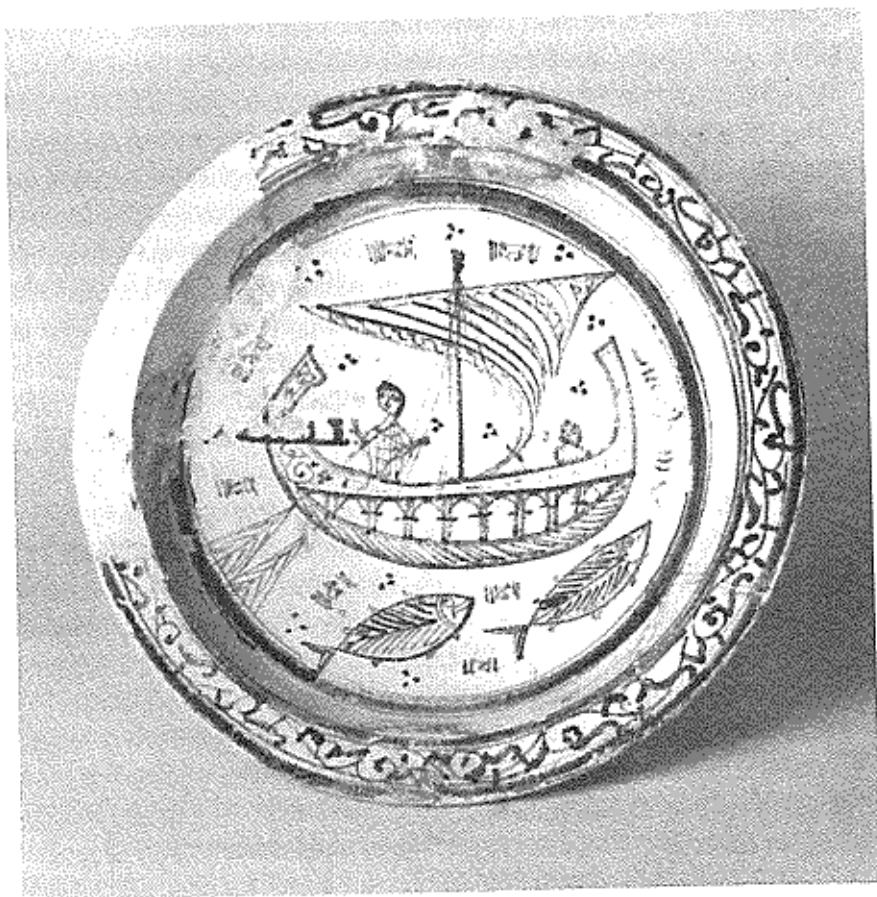


Coche – embarcação de transporte utilizada a partir do século XII in MICHÉA, Hubert, «Principais navios do século XVI» in *Naus, caravelas e galeões na iconografia portuguesa dos Descobrimentos*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, p. 126.

B. QUELQUES ÉTAPES DU DÉVELOPPEMENT DU COMMERCE MARITIME MUSULMAN SUR L'Océan ATLANTIQUE ENTRE L'ANDALUS ET LE MAGHREB.

Le même type d'évolution peut être dressé pour la navigation à caractère commercial³⁴. Ce sont essentiellement les géographes qui nous indiquent les étapes de l'extension de ce trafic. Les premiers à l'attester sont Ibn Hawqal et al-Râzî, décrivant l'Occident musulman durant la deuxième moitié du Xe siècle. Le premier fait état d'un commerce maritime régulier suscité par les Andalous dans la région nord de l'Atlantique marocain, entre le Cap Spartel et le wâdî Lukkus. Il est question du Lac d'Aryagh (Moulay Bû Sâlim), «Où mouillent les vaisseaux d'Andalus qui viennent charger les produits agricoles de la région»³⁵; al-Râzî évoque pour la même période, l'importance des exportations de Séville vers l'ensemble des régions du Maghreb, faites essentiellement de coton et surtout de l'huile d'olive d'al-Sharaf³⁶. Dans l'autre sens, les Maghrébins surent également exploiter l'établissement de ces relations atlantiques, puisque dans le même passage, Ibn Hawqal parle des gens de Basra qui empruntent le wâdî Lukkus avant de virer sur leurs navires avec leurs cargaisons de coton et de lin, en direction du Nord, vers l'Andalus ou la Méditerranée. L'essor d'échanges réguliers dès le Xe siècle entre les ports de l'Andalus et la zone nord du Maghreb occidental est confirmé par al-Bakrî qui évoque pour cette période, la présence autour du ribat d'Arsila (Asîla) d'un marché de plus en plus important et, finalement, «des habitants d'al-Andalus et d'autres contrées, ayant entendu parler de cet établissement, [qui] y apportèrent [par mer] aux époques indiquées [trois foires annuelles au moment du renouvellement des garnisons du ribat], diverses

espèces de marchandises et y dressèrent leurs tentes»³⁷. Le même al-Bakrî qui n'a pas voyagé, cite pour établir les routiers maritimes, des sources antérieures à son temps, donc de la fin du Xe ou du début du XIe siècle³⁸. Dans cette énumération d'étapes maritimes, il cite plusieurs ports où mouillaient les navires, très au Sud, à Nûl Lamta, au Sud de l'Atlas, à Mâssa, entre les deux chaînes de l'Atlas, à Qûz, cité comme port d'Aghmât. Au Nord, il est également question du port de Faddâla, «qui sert de port au Tamsna, pays des Barghawâta». En revanche, au large de la côte de cette tribu dissidente, jusqu'à Salé, s'il parle de mouillages nécessaires au cabotage diurne des navires, il n'est pas question de véritables ports: la région côtière était alors dominée par les «hérétiques» barghawâta qui refusèrent jusqu'à l'époque almoravide, voire même au-delà, toute récupération politique de la part des Berbères et des Arabes, constituant semble-t-il une zone de «no man's land» économique³⁹. Ibn Hawqal souligne la présence permanente de la guerre établie sur le wâdî Tensift avec Salé qui servait de ribat. En revanche, vers l'intérieur, il signale la présence de Barghawâta «de la bonne foi», laissant se



Tigela utilizada em decoração arquitectónica proveniente da Igreja de San Michele degli Scalsi de Pisa (Itália) – finais do séc. XI ou inícios do XII in BERTI, Graziella (e outros), *Naves andalusíes en cerámicas mallorquinas*, Palma de Mallorca, 1993, fig. 24.

dérouler un commerce «intermittent»; de même les ponts n'étaient pas coupés avec Aghmât et Siljilmâssa. Même sur l'eau, une relation à caractère commercial était parfois établie à partir de Faddâla. Plus au Sud, on retrouve les marins musulmans présents à des escales comme Mâssa ou Nûl Lamta. Cette coupure de la navigation est largement ressentie dans les sources, avec une grande imprécision et des variantes ne permettant guère de certitudes; al-Idrîsî, fixe la fin des expéditions commerciales, longtemps avant son époque, au port de Safi: «Asafi était, dans le passé, le dernier port auquel parvenaient les navires. Aujourd'hui, ils le dépassent de quatre étapes (majrâ)»⁴⁰. Al-Bakrî lui, indique que Qûz était resté longtemps le port où les navires venus du Nord, demeuraient en attendant des vents favorables, impliquant là encore, des limites à la zone de navigation de ces navires⁴¹. Malgré tout, au moins au XIe siècle, les musulmans poussaient bien au Sud jusqu'à la limite du désert, à Nûl Lamta où arrivaient les caravanes⁴².

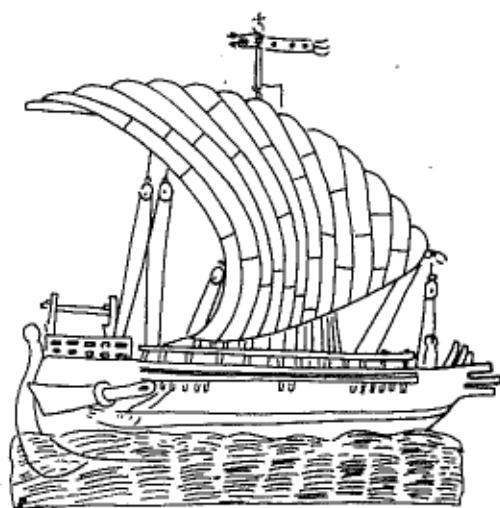
Ceux qui écrivent plus tardivement sont également d'accord sur la disparition de ce «no man's land» commercial au XIIe siècle. Malgré le maintien de leur autonomie, les Barghawâta à l'époque almoravide, ne sont plus un obstacle à l'essor des relations maritimes de manière continue et régulière entre le wâdî Nûn et Lisbonne, sur plus de 2000 kms de façade atlantique. C'est ce qu'indiquent clairement les routiers maritimes déclinés par al-Idrîsî, dans ses deux ouvrages

géographiques qui nous sont parvenus⁴³. La régularité des étapes maritimes, comprises sur ce long parcours, entre 70 et 100 kms par jour, démontre le caractère habituel de ce trafic côtier, que d'autres passages évoquent également. C'est le cas, par exemple, de ce propos de l'auteur sicilien sur Salé, devenu un port de commerce important: «Les navires d'Ishbîliya (Séville) et de toutes les villes maritimes d'Andalousie y jettent l'ancre et en repartent avec toutes sortes de marchandises»⁴⁴. Un autre géographe de la deuxième moitié du XIIe siècle, al-Zuhri, apporte de précieuses indications sur ce trafic: «[Les marins de Cadix] prennent la mer... en direction de Salé et Anfâ, du pays du Sûs et Azammûr» et plus loin, il dresse la liste de toute une série de produits exportés du Maghreb al-Aqsâ vers l'Andalus et vice versa⁴⁵. Il existe ainsi toute une série de passages qui établissent les liens commerciaux solides entre cette zone du Maghreb et Séville mais également avec d'autres ports du littoral atlantique de l'Andalus. Par exemple, le croisé Osbern fait état en 1147, de la présence à Lisbonne de nombreux marchands venus d'Afrique⁴⁶. Ce sont également les documents juridiques qui peuvent apporter d'utiles renseignements à ce sujet. Par exemple, les fatwas (consultations juridiques) émanant d'al-Tâdilî rendent compte des cargaisons de blé et d'orge amenées de Mazagan jusqu'à Ceuta avant d'être revendues et envoyées vers d'autres destinations, ou bien d'un transport de blé de Mazagan à Malaga et de figues en sens inverse; elles impliquent le caractère suffisamment commun de ces transports pour que les cargaisons soient, selon l'ensemble des sources, essentiellement composées de produits agricoles. C'est ce que résume Ibn Sa'îd dans ce propos laconique: «C'est de Mazagan qu'on embarque du blé pour Ceuta et ailleurs»⁴⁷.



Tigela utilizada em decoração arquitectónica proveniente da Igreja de San Michele degli Scalsi de Pisa (Itália) – finais do séc. XI ou inícios do XII in BERTI, Graziella (e outros), *Naves andalusíes en cerâmicas mallorquinas*, Palma de Mallorca, 1993, fig. 24.

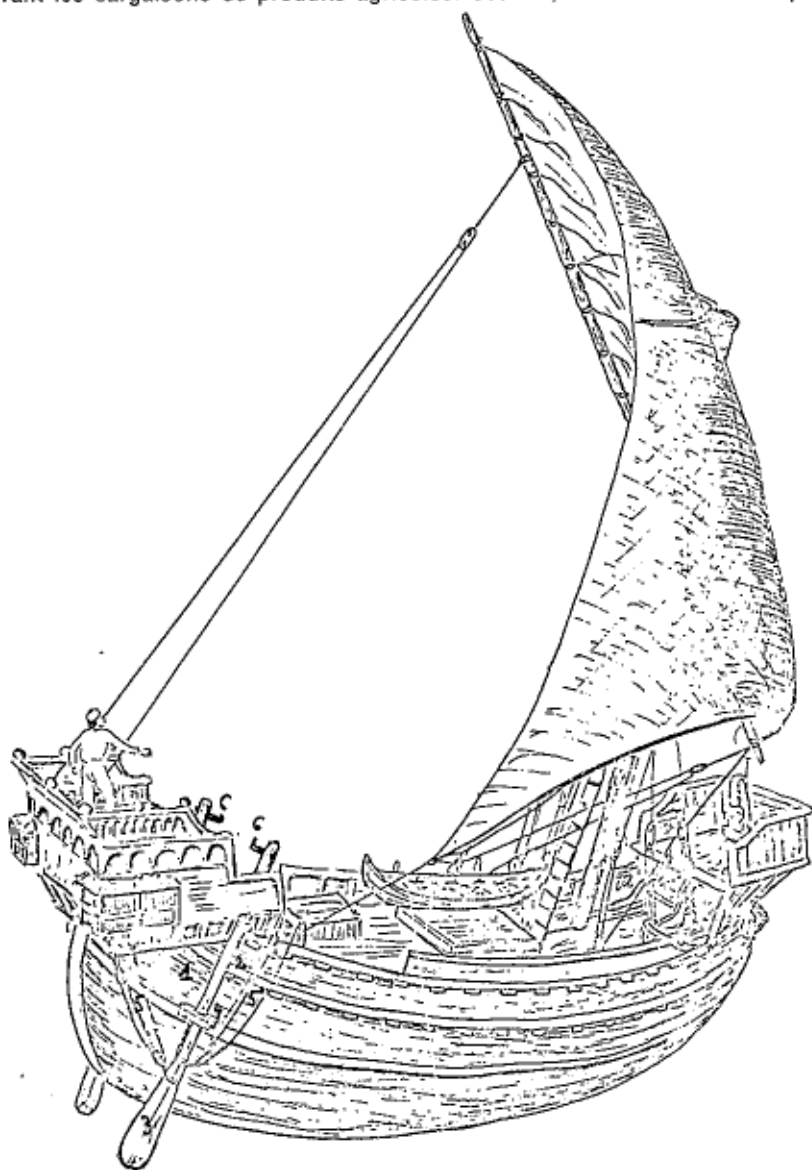
Actuellement, les avancées de l'archéologie, permettent parfois de corroborer les sources écrites avec d'autres types de matériel. Tout d'abord divers sites, à commencer par Mértola, ont révélé l'existence d'un courant commercial mettant en relation par terre et par mer et, éventuellement par voie fluviale, des localités de l'Andalus avec le Maghreb ⁴⁸. Par ailleurs, certains types de céramiques suffisamment précis, ont permis d'établir des cheminements commerciaux qui recoupent assez bien les informations fournies par les textes. Ainsi, les céramiques ibériques de type corda seca (partiel ou total) commencent à essaimer à travers le Maghreb en général, mais plus particulièrement dans les ports ou les zones en relation avec les mouillages de la côte atlantique marocaine durant les XIe et même XIIe siècles. Bel Younesh, Qsar al-Saghîr, mais également Salé, voire même Gao attestent la pénétration d'un type andalou loin dans les zones maghrébines, via les sites côtiers ⁴⁹. D'autres types apparus plus tardi-



Segundo «Fabrica de Galea», Bib. Naz. Firenze, ms. cl. XIX, folio 7, n° 24 (c. 1400) in VILLAIN-GANDOSSI, Christiane, *Le navire médiéval à travers les miniatures*, Paris, CNRS, 1985.

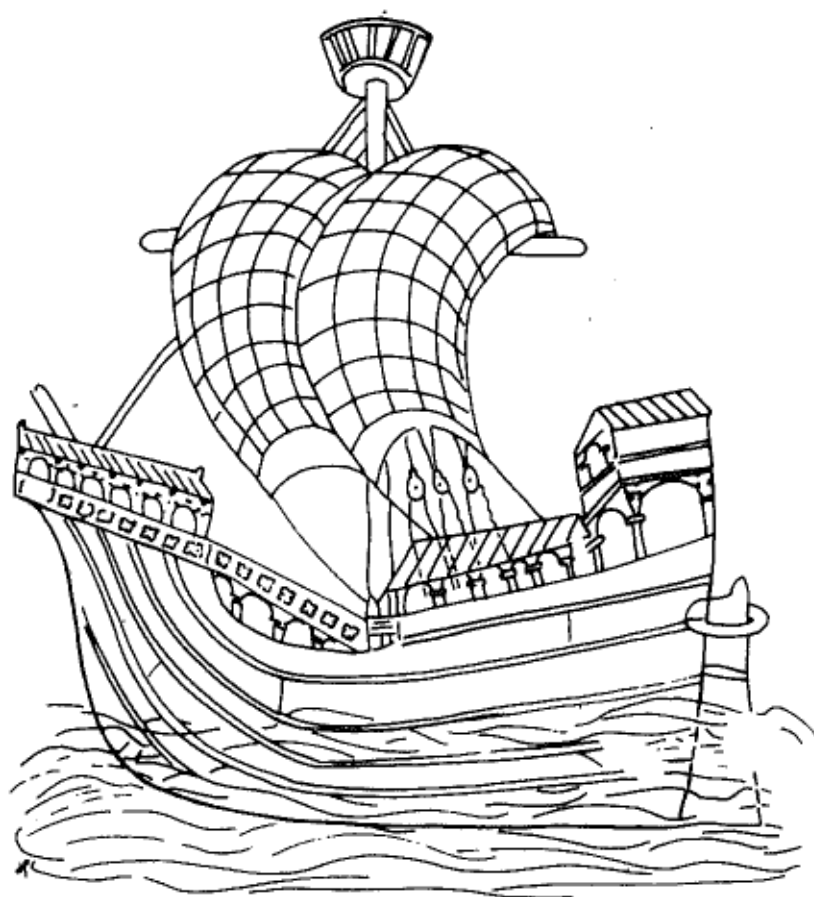
vement dans une aire plus large du Levant espagnol et dans la zone du détroit de Gibraltar, côté maghrébin, se diffusent également vers le Sud, par des voies qui rappellent les précédentes; c'est le cas des céramiques à décor «esgrafiada» au cours des XIIe-XIIIe siècles qui apparaissent à Shellah et à Marrakesh ⁵⁰. Rien en l'occurrence n'atteste un transport par les eaux, mais l'ensemble des produits commercialisés, céramiques et autres, sont concernés par le transport sur l'Océan.

Si l'on dresse un rapide bilan des types de produits qui constituaient les cargaisons des navires, on constate que les sources mettent systématiquement en avant les cargaisons de produits agricoles. Ceux-ci, même si l'on ne dispose



Navio mercantil do Mediterrâneo (século XIV) in VILLAIN-GANDOSSI, Christiane, *Le navire médiéval à travers les miniatures*, Paris, CNRS, 1985.

guère de chiffres, représentent la quasi totalité des produits acheminés depuis les plaines côtières de l'Ouest marocain. Ils sont essentiellement des produits de consommation courante: céréales surtout et animaux d'élevages et dérivés comme les peaux⁵¹. Cette demande apparaît beaucoup plus importante que celle qui concerne l'or ou les produits venus du Sahara, en tout cas pour leur acheminement par l'Océan. L'importance des céréales pour l'Andalus apparaît pleinement dans une fatwâ émanant du grand cadî de Cordoue, Abû l-Qasîm b. Sirâj (m. 456/1064) auprès de qui les armateurs andalous se plaignaient du fait que les marins se payaient de manière abusive en prenant sur les provisions du bord, une part exagérée. A ce sujet, ces armateurs font valoir l'importance de ces voyages puisque «le pays d'al-Andalus a besoin de blé dont la majeure partie lui parvient par mer [et que] l'état du pays n'échappe à personne, non plus que la nécessité où il est de se ravitailler de cette façon»⁵². Une telle situation prévalant au XIe siècle, paraît d'autant plus probable par la suite. Notons d'ailleurs que les premiers moments – fin Xe siècle – où les gens de l'Andalus viennent charger les



Segundo «Fabrica de Galea», Bib. Naz. Firenze, ms. cl. XIX, f° 49 (c. 1400) in VILLAIN-GANDOSSI, Christiane, *Le navire médiéval à travers les miniatures*, Paris, CNRS, 1985.



in *Livro das Fortalezas de Duarte Darnas* ed. por João de Almeida, Lisboa, 1943.

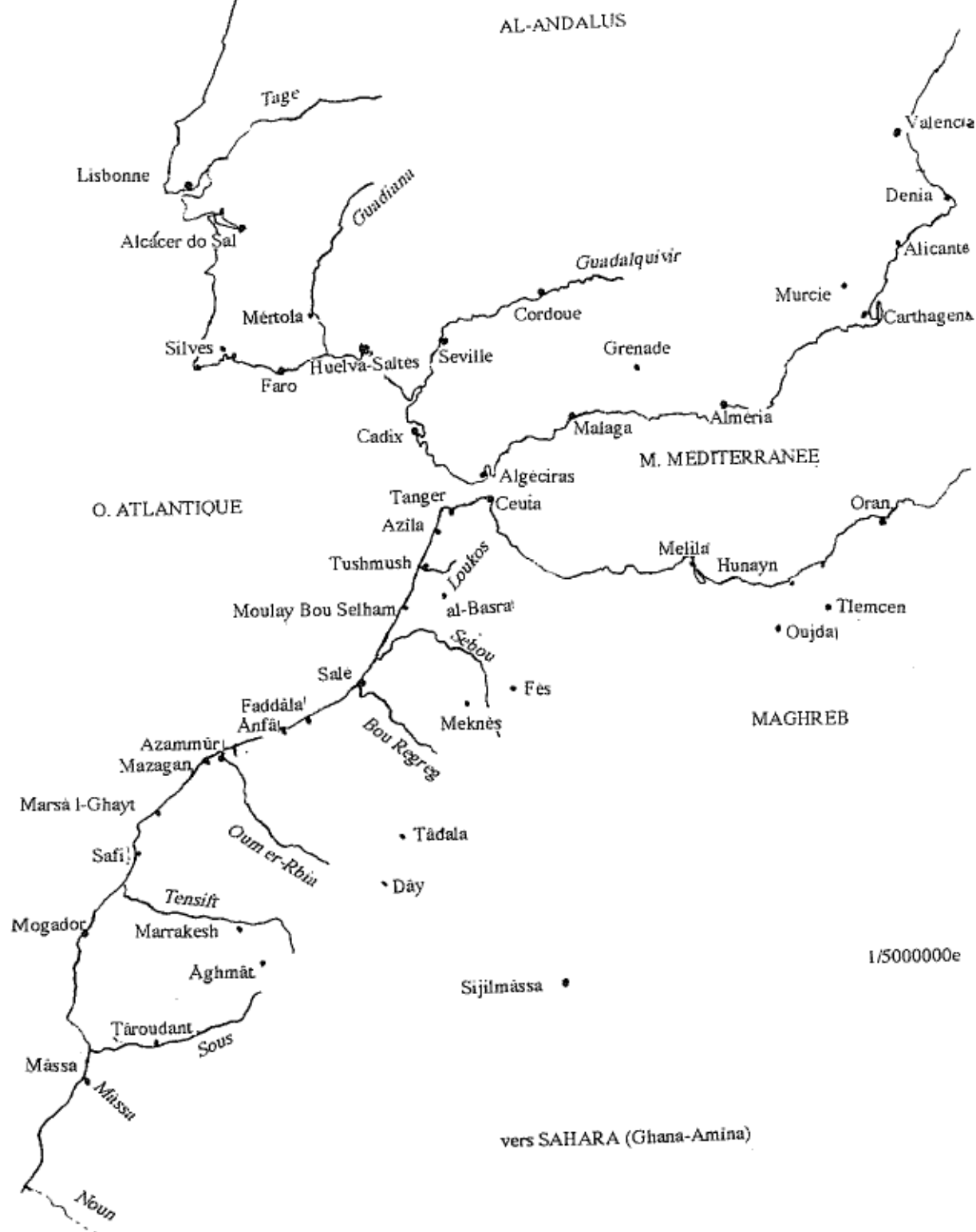


in *Livro das Fortalezas de Duarte Darnas* ed. por João de Almeida, Lisboa, 1943.



in *Livro das Fortalezas de Duarte Darnas* ed. por João de Almeida, Lisboa, 1943.

Les villes et ports de l'Andalus et du Maghreb occidental, en contact les uns avec les autres



céréales au Maghreb occidental, coïncident avec cette affirmation; d'autre part, le déclin de l'Ifrîqiya comme grenier à blé, au moins à partir de l'invasion hilalienne (milieu XIe siècle), explique l'intérêt particulier porté aux plaines marocaines. Il n'en va pas de même pour l'Andalus qui exportait essentiellement des fruits, probablement séchés, comme les figues célèbres de Séville à Silves «d'où l'on exporte les figues vers tous les pays de l'Occident»⁵³ et de l'huile d'olive d'al-Sharaf, entre Séville et Niebla. Ces productions, avec le coton ou la canne à sucre, apparaissent plus comme des spécialisations à but commercial comme le faisait remarquer al-Râzî dès le Xe siècle⁵⁴. On trouve quelques productions de ce type au Maghreb al-Aqsâ, comme les dattes et le sucre du Sûs, mais elles forment l'exception⁵⁵.

Toutefois, il serait tout aussi inexact de songer à une sorte de monopole de ces produits. Tout d'abord, d'autres produits cultivés ou cueillis, comme les tissus – le lin en particulier – ou les teintures (indigo) occupaient une place importante dans les cargaisons. Ensuite, les métaux, en plus de l'or et de l'argent, comme le fer ou le cuivre, faisaient l'objet d'un trafic maritime important. Le bois sous diverses formes, comme celui de Silves, aux dires d'al-Idrîsî, était convoité par de nombreuses régions musulmanes... Les fatwâs justement, font état de la variété des cargaisons, de même que les listes de produits avancés par les géographes. Le caractère hétéroclite domine et les cargaisons, sur de petits navires, demeuraient très modestes.

Ainsi, l'essor de la navigation musulmane sur l'Océan atlantique et des échanges entre l'Andalus et le Maghreb à partir du Xe siècle, trouve ses raisons. Sur le plan politique, les implications de plus en plus systématiques d'abord de l'Andalus vers le Maghreb, ensuite des Maghrébins vers l'Andalus expliquent largement l'existence d'une flotte pour contrôler les passages du détroit de Gibraltar. Très vite, la nécessité de patrouiller sur l'Atlantique apparut comme une nécessité permanente, d'abord avec les offensives vikings, ensuite avec l'apparition de la flotte portugaise. Sur le plan commercial, la motivation apparaît tout aussi forte : au milieu de produits extrêmement divers, assurant un bénéfice substantiel aux armateurs – surtout ceux de l'Andalus – l'Andalus semble avoir eu de plus en plus besoin des céréales des plaines côtières du Maroc, tandis que les Sévillans et les gens de l'Algarve tiraient de plus en plus de profits de leurs productions spécialisées, à commencer par l'huile et les figues. Là en revanche, les destinations se diversifient, concernant tout autant sinon plus, l'Orient méditerranéen. Outre les produits agricoles, la céramique «oubliée» par les sources écrites et une grande quantité de produits divers constituaient autant d'objets dont le transport était plus rentable sur l'eau, malgré les dangers. D'ailleurs, les fatwâs montrent à propos des voyages de pèlerins, que ceux-ci avaient beaucoup moins peur de voyager sur les eaux mêmes terrifiantes de l'«Océan ténébreux», que par les routes pleines de brigands⁵⁶. De ce fait, même si les routes transversales, entre l'Océan et la Méditerranée, demeuraient essentielles, il ne faut pas négliger l'importance des rapports qui se sont établis,

particulièrement au XIIe siècle, entre les côtes de l'Andalus et celles du Maghreb, côté atlantique. Il ne faut pas non plus négliger un autre fait important, que voulait montrer ce rapide survol du problème: l'importance d'une navigation de cabotage le long de ces côtes, fut suffisante pour que la vie maritime ait été un des moteurs expliquant un incontestable réveil du littoral atlantique andalou et maghrébin à partir du IXe siècle. L'exemple le plus éclatant en est, bien sûr, la fondation de Rabat par les Almohades: notons que leurs trois capitales, Marrakesh, Rabat et Séville, se trouvaient toutes sur le versant atlantique de leur Empire.

NOTAS

- 1 Sur cet aspect et la bibliographie voir Ch. PICARD, «L'éventualité de relations maritimes musulmanes dans l'Océan atlantique (IXe-XIIIe siècles)», *115e Congrès des Sociétés Savantes, 1990, Ve coll. sur l'histoire et l'archéologie de l'Afrique du Nord, Paris, 1992*, p. 409-416.
- 2 Entre autres, V. M. GODINHO, *O Mediterrâneo «saariano» e as caravanas do ouro*, São Paulo, 1956. Voir également J. DEVISSE, «Routes de commerce et échanges en Afrique occidentale en relation avec la Méditerranée. Un essai sur le commerce africain médiéval du XIe au XVIe siècles», *Revue d'Histoire Economique et Sociale*, Paris, 50-1, p. 42-73, 50-3, p. 357-397. Voir également le même et sa contribution dans *Histoire générale de l'Afrique*, UNESCO, Paris, 1990, III, chap. sur le commerce africain au XIe siècle, p. 365 et suiv.
- 3 Un travail de ma part, plus détaillé, est en cours d'élaboration sur ce sujet.
- 4 IBN AL-QŪTIYA, *Ta'rikh Ifitah al-Andalus*, tx. et tr. J. RIBERA, *Historia de la Conquista de España de Abnelcotia el Cordobès*, Col. de Obras Arabigas de Historia y geografía de la Real Academia de la Historia, Madrid, II, 1926, tx. p. 38-40, tr. p. 29-31.
- 5 R. V. GOMES, «Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizes, do castelo de Silves», *Estudos Orientais II, O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, Lisbonne, 1991, p. 13-39.

- 6 Avant celui d'Almería au Xe siècle. Sur les arsenaux de l'Andalus, voir L. TORRES BALBAS, «Atarazanas hispanomusulmanas», *Al-Andalus*, 11, 1946, p. 175-209.
- 7 Voir R. DOZY, *Recherches sur l'histoire et la littérature d'Espagne pendant le Moyen-Age*, nvlé éd., Leyde, 1965, II, p. 250 et suiv. Voir également J. BOSCH VILA, *La Sevilla Islámica*, 712-1248, Historia de Sevilla, Universidad de Sevilla, col. Bolsillo, 2e éd. 1988, p. 43-51.
- 8 IBN 'IDHÂRÎ, *Kitâb al-Bayân al-Mughrib fî Akhbâr mulûk al-Andalus wa l-Maghrib*, texte G. S. COLIN-E. LEVI-PROVENÇAL, II, *Histoire de l'Espagne musulmane de la conquête au XIe siècle*, Dâr Assakafa, Beyrouth, 1948-51, trad. E. FAGNAN, *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée Al-Bayano l-Mogrib*, II, Alger, 1904 ; tx. p. 103-104, tr. p. 170.
- 9 IBN HAYYÂN, *Kitâb al-Muqtabis fî ta'rîkh ridjal al-Andalus*, V, texte P. CHALMETA, F. CORRIENTE, M. SUBH, Madrid, 1979, tr. M. J. VIGUERA, F. CORRIENTE, *Cronica del califa 'Abd al-Rahmân III al-Nâsir*, Saragosse, 1981 tx. p. 87-88, tr. p. 76-77.
- 10 IBN 'IDHÂRÎ, op. cit., tx. p. 220, tr. p. 339.
- 11 Ibidem, tx. p. 238-239 et 241, tr. p. 394 et 399.
- 12 Ibidem, tx. p. 295, tr. p. 493. Rien dans les sources ne permet d'affirmer qu'il y eût auparavant, un port sous contrôle de l'Etat omeyyade à Alcacer do Sal. Voir E. LEVI-PROVENÇAL, *Histoire de l'Espagne musulmane*, 3 vol. A. Maisonneuve, Paris 1950-67, t. III, p. 106-112.
- 13 Pour la période, voir D. WASSERSTEIN, *The rise and fall of the Party Kings : Politics and Society in Islamic Spain, 1002-1086*, Princeton University Press, 1985.
- 14 Ce sont ces places qu'AL-IDRÎSÎ signale équipées d'arsenaux : *Nuzhat al-mushtâq fî ikhtirâk al-afak*, éd. Istituto Universitario Orientale di Napoli e Istituto per il Medio e Estremo Oriente, *Al-Idrîsî, Opus Geographicum*, Rome-Naples, 1975, tr. R. DOZY, M. De Goeje, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, nvlé éd. Leyde, 1968 ; tx. p. 541-544, tr. p. 215-219.
- 15 IBN 'IDHÂRÎ, op. cit., III, tx. p. 242.
- 16 IBN BASSÂM, *Al-Dhakhîra fî mahâsin ahl al-Jazîra*, éd. Le Caire, 1939-1942, II, p. 205.
- 17 Ibidem.
- 18 IBN KHALLIKÂN, *Wafâyât al-a'yân*, Le Caire, 1948, VIII, p. 113.
- 19 AL-IDRÎSÎ, op. cit., tx. p. 220.
- 20 R. DOZY, op. cit., p. 324-325.
- 21 Sur cette expédition, AL-ZUHRÎ, *Kitâb al-ja'râfiyya*, éd. M. HADJ SADOCK, *Bulletin d'Études Orientales*, 21, 1968, p. 206. Sur la destination de cette expédition, le doute existe. Sur les Banû Maymûn, voir A. HUICI MIRANDA *Historia musulmana de Valencia*, 3 vol., Valence, 1970. Sur l'Etat almoravide voir V. LAGARDERE, *Les Almoravides*, Sinbad, Paris, 1989.
- 22 IBN KHALDÛN, *Kitâb al-'Ibar*, tr. M. G. De SLANE, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique septentrionale*, nvlé éd. 1956, P. Geuthner, Paris, II, p. 183 et suiv. Sur les Almohades, voir A. HUICI MIRANDA, *Historia política del Imperio Almohade*, Tetuan, 1956.
- 23 Les villes de la région méditerranéenne à ce moment n'étaient pas aux mains des Almohades, comme les Baléares, ou bien avaient souffert des conquêtes et destructions chrétiennes, comme Almería, expliquant la relative modestie de la contribution andalouse.
- 24 IBN ABÎ ZAR', *Kitâb al-Rawd al-Qirtâs*, tr. esp. A. HUICI MIRANDA, Valence, 1964, P. 399.
- 25 En particulier, AL-BAYDAQ, éd. et trad. E. LEVI-PROVENÇAL, *L'histoire des Almohades d'Abû Bakr b. 'Alî al-Sanhâjî, surnommé al-Baydaq*, Documents inédits d'histoire almohade. Fragments manuscrits du «legajo» 1919 du Fonds arabe de l'Escurial, Paris, 1928, tx. p. 113-114, tr. p. 185-187.
- 26 Voir avec prudence, M. LOMBARD, «Arsenaux et bois de marine dans la Méditerranée musulmane», *Le Navire et l'économie maritime du Moyen-Age au XVIIIe siècle principalement en Méditerranée*, 2e Colloque International d'histoire maritime (Académie de Marine, Paris, mai 1957), S.E.V.P.E.N., Paris, 1958, p. 53-106.
- 27 IBN SÂHIB AL-SALÂ, *Al-mann bi l-imâma*, éd. A. AL-TÂZÎ, Beyrouth, 1964, tr. A. HUICI MIRANDA, Valence, 1969 ; tx. p. 481, tr. p. 200.
- 28 Texte de Raoul DICETO, in R. DOZY, op. cit., p. 449.
- 29 Les victoires musulmanes nous sont connues par IBN KHALDÛN, op. cit., p. 202, 204 et les succès de l'amiral portugais, par les *Cronicas dos sete Primeiros reis de Portugal*, éd. C. Da S. TAROUCA, 3 vol., Lisbonne, Academia Portuguesa de Historia, 1952-54, I, p. 128-131.
- 30 Je me permets de renvoyer à Ch. PICARD, «L'évolution des localités de l'Algarve du XIe au XIIIe siècles», *Cahiers d'Histoire*, 37, Lyon, 1992, p. 3-21.
- 31 Sur ces aspects, voir F. ESPINOSA, *Da actividade marítima Portuguesa na primeira dinastia*, *Escritos Historicos*, Porto, p. 39-133. Voir également A. IRIA, *Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos*, vol II, T. I, Lisbonne, 1956, chap. 1.
- 32 Sur les Hudides, voir R. ARIE, *L'Espagne musulmane au temps des Nasrides*, Paris, 1973.
- 33 Pour tous ces événements voir IBN KHALDÛN, op. cit., II p. 229 et suiv. et IV, p. 46-47.
- 34 Il est bon de noter que cette séparation est purement à caractère «scolaire». Les bâtiments sont les mêmes pour la guerre, la course et le commerce. De même, les marins et les ports sont également les mêmes.
- 35 IBN HAWQAL, *Kitâb surat al-ard*, éd. G.H. KRAMERS, *Viae et Regna. Descriptio ditionis moslemicae*, Leyde, 1938-39, tr. G. H. KRAMERS et G. WIET, *Configuration de la terre*, 2 vol., Paris-Beyrouth, 1964 ; tx. p. 81, tr. p. 77-78.
- 36 AL-RÂZÎ, «La description de l'Espagne d'Ahmad al-Râzî, traduction à partir de textes en Castillan et en Portugais», par E. LEVI-PROVENÇAL, *Al-Andalus*, 8, 1953, p. 93.
- 37 AL-BAKRÎ, *Kitâb al-masâlik wa l-mamâlik*, éd. et trad. M. G. De SLANE, *Description de l'Afrique septentrionale par...* A. Maisonneuve, Paris, 1965, tx. p. 111-112, tr. p. 221-222.
- 38 Ibidem, tx. p. 87, tr. p. 175.
- 39 Sur ces problèmes, voir AL-BAKRÎ op. cit. tx. p. 118-141, tr. p. 231-271 et IBN HAWQAL, tx. p. 81-83, tr. p. 78-79.
- 40 AL-IDRÎSÎ, op. cit., tx. p. 240, tr. M. HADJ SADOCK, *Description du maghreb par al-Idrîsî*, Paris, 1983, p. 83-84.
- 41 AL-BAKRÎ, op. cit., tx. p. 153-154, tr. p. 292-93.
- 42 Sur l'importance des entrepôts à Nûl Lamta, voir P. CRESSIER, M. NAIMI, A. TOURÏ, «Maroc saharien et Maroc méditerranéen au Moyen-Age : le cas des ports de Nûl Lamta et de Badis», *115e Congrès des Sociétés Savantes* op. cit. n° 1, p. 393-407.

- 43 AL-IDRÎSÎ, op. cit., et *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII*, éd. et trad. J. A. MIZAL, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Filología, Madrid, 1989. Il n'est pas possible ici de relater en détail ces routiers en cours d'étude (cf. n° 3). Pour la zone de Saint-Jacques, voir l'étude de C. E. DUBLER, «Los caminos a Compostela en la obra de Idrisi, *Al-Andalus*, 14, fasc. 1, 1949 p. 59-122.
- 44 AL-IDRÎSÎ, *Nuzhat*, tx. p. 238-39, tr. (HADJ SADOK), p. 81-82.
- 45 AL-ZUHRÎ, op. cit., p. 216.
- 46 J. A. De OLIVEIRA, *Cronica de Osborn*, éd. et trad., Lisbonne, 1948, p. 41.
- 47 AL-TÂDILÎ, *Kitâb al-tasawwuf*, éd. A. FAURE, Rabat, 1958, p. 169 et 198. Voir également IBN SA'ÎD, *Al-Mughrib fî hulâ l-Maghrib*, éd. SHAWQÎ DAYF, 2 vol., Le Caire, 1953 ; nvle éd., Beyrouth, 1970, p. 137.
- 48 TORRES C., «A Alcaçova de Mértola. Historia e arqueologia urbana», *Arqueologia*, 6, 1982, Porto, p. 86-95; *Cerâmica islâmica portuguesa, catalogo*, Gulbenkian, 1987; *Cerâmica islâmica de Mértola: propostas de cronologia e funcionalidade*, «A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental», C.A.M., 1991, p. 497-536.
- 49 M. CASAMAR, F. VALDES, «Origen y desarrollo de la técnica de cuerda seca en la Península Ibérica y en el norte de África durante el siglo XI», *Al-Qantara*, V, 1984, p. 383-404.
- 50 S. F. GABALDON, «El yacimiento de la Encarnacion (Jerez de la Frontera): bases para la sistematización de la cerámica almohade en el S. O. peninsular», *Al-Qantara*, 8, 1987, p. 449-474.
- 51 Le fait est confirmé par les sources notariées chrétiennes : lorsque les Génois signent des contrats de commerce pour acheter des produits à Ceuta et Salé, entre 1160 et 1200, ils viennent y chercher surtout des peaux de bêtes et des produits tinctoriaux. Voir H. C. KRUEGER, «Genoese trade with Northwest Africa in the twelfth century», *Speculum*, 8, 1933, p. 377-395 et *Speculum* 12, 1937, p. 57-71; R. H. BAUTIER, «Les relations commerciales entre l'Europe et l'Afrique du Nord et l'équilibre économique méditerranéen du XIIe au XIVe siècle», *Bulletin Philologique et historique*, Paris, 1953-54, p. 399-416.
- 52 AL-WANSHARÎSHÎ, *Kitâb al-Mi'yâr*, éd. Rabat, 1981, VIII, p. 224, trad. P. GUICHARD, V. LAGARDERE, «La vie sociale et économique de l'Espagne musulmane aux XI-XII siècles à travers les fatwâs du Mi'yâr d'al-Wansharîshî», *Mélanges de la Casa de Velazquez*, Madrid, 1990, p. 197-236; tr. p. 235.
- 53 AL-IDRÎSÎ, op. cit., tx. p. 543, tr. p. 217.
- 54 AL-RÂZÎ, op. cit.
- 55 Sur ces problèmes de produits agricoles, voir à paraître, Ch. PICARD, «Le commerce des produits agricoles entre le Maghreb occidental et l'Andalus au XIIe siècle», *119e Congrès des Sociétés Savantes, Pau octobre 1993*.
- 56 AL-WANSHARÎSHÎ, op. cit., éd. Fes, 1896-98, I, 343.

A FAUNA DE MAMÍFEROS DA ÉPOCA MUÇULMANA DAS MESAS DO CASTELINHO (ALMODÔVAR). MATERIAIS DAS CAMPANHAS DE 1989-1992

JOÃO LUÍS CARDOSO*



1. INTRODUÇÃO. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Publicámos anteriormente (CARDOSO, 1993a) estudo preliminar concernente aos restos faunísticos recuperados nas escavações dirigidas pelos Drs. Carlos Fabião e Amílcar Guerra no Castelo muçulmano das Mesas do Castelinho (Almodôvar), em 1989 e 1990.

No presente estudo, apresentaremos o inventário de todos os materiais recolhidos no local no decurso das quatro campanhas ali realizadas, conducentes à exploração total dos depósitos muçulmanos, entre 1989 e 1992. Foi feita a caracterização completa de cada peça e, sempre que possível, determinou-se a biometria.

O numeroso conjunto estudado conferia, outrossim, interesse e representatividade acrescidos às considerações de carácter económico e social, relativas à respectiva comunidade, com base nos resultados obtidos, bem como às considerações paleoecológicas então prevalentes na região, face às anteriormente apresentadas.

Deixaremos para trabalho ulterior as comparações de índole biométrica, recorrendo a conjuntos de outras épocas, susceptíveis de conduzirem a conclusões quanto à evolução do tamanho das diversas espécies presentes, selvagens e domésticas, numa perspectiva diacrónica.

Como em trabalhos anteriores (CARDOSO, 1993a, b, c), as conclusões basearam-se no número total de restos identificados (NTR). Não se considerou pertinente o cálculo do número mínimo de indivíduos (NMI) por duas ordens principais de razões:

- por um lado, demonstrou-se que o NTR é proporcional ao número real original de indivíduos, o que não acontece com o NMI (Ducos, in DELPECH, 1973);
- por outro lado, em contextos antrópicos, correspondendo as quantidades dos restos faunísticos das diversas espécies presentes apenas a ínfima parte dos ossos dos animais consumidos na jazida (sendo forçoso aceitar a evacuação sistemática ou periódica dos detritos dos espaços habitados), aquele cálculo conduz, necessariamente, a resultados erróneos; a probabilidade de duas peças diferentes pertencerem a um mesmo animal é remota.

* Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa.
Quinta da Torre, 2825 Monte da Caparica.

As dimensões apresentadas são em mm. No caso dos dentes de cervídeo e bovídeos (incluindo ovinos e caprinos), tomaram-se as dimensões na base da coroa, pelo facto daquelas variarem consoante o grau de abrasão dentária.

As convenções adoptadas no texto, no concernente à descrição biométrica dos espécimes dentários e ósseos, foram as seguintes:

H – altura

DT – diâmetro transversal

DAP – diâmetro ântero-posterior

DMD – diâmetro méso-distal

DVL – diâmetro vestibulo-lingual

2. ESTRATIGRAFIA, CONDIÇÕES DE JAZIDA, CRONOLOGIA

Uma síntese dos trabalhos realizados nos níveis de ocupação muçulmana foi já publicada (FABIÃO & GUERRA, 1991, 1993).

Em 1998 e 1990 escavou-se um sector do fosso situado do lado externo do castelo muçulmano, com cerca de 15 m de comprimento. O conjunto cerâmico então recolhido indica os séculos IX-X d.C., correspondente à ocupação do período omíada.

As duas unidades estratigráficas principais então identificadas foram as seguintes:

Unidade estratigráfica 12 – constituída por materiais de derrube do castelo muçulmano, no interior do fosso aludido, correspondendo à sua progressiva colmatagem.

Unidade estratigráfica 29 – corresponde à formação de lixeira, contendo a maior parte dos restos faunísticos estudados, no fundo do fosso, sendo coeva da utilização desta estrutura. Desenvolve-se, portanto, sob a unidade estratigráfica 12.

No decurso das duas primeiras campanhas, foram ainda escavadas as unidades estratigráficas 5 e 11, para além de outras, exploradas nas campanhas ulteriores, de 1991 e 1992. A respectiva descrição é a seguinte:

Unidade estratigráfica 5 – camada constituída por materiais resultantes da destruição do castelo muçulmano sendo, portanto, de atribuir no conjunto àquela época

Unidade estratigráfica 6 – camada muito perturbada, situada junto ao fosso da fortaleza. Continha tanto materiais muçulmanos como romanos. Em consequência, alguns dos restos ósseos nela encontrados serão de diferentes épocas.

Unidade estratigráfica 11 – camada resultante de acumulações ulteriores à destruição do castelo muçulmano. A atribuição dos restos ósseos a esta época comporta, pois, algumas interrogações.

Unidade estratigráfica 61 – trata-se de depósito acumulado no Silo 57, estrutura encontrada no interior do castelo. Os restos ósseos provêm do fundo da estrutura.

Unidade estratigráfica 69 – trata-se de materiais acumulados no fundo do Silo 67, tal como o anterior situado no interior do castelo. Os restos ósseos foram recolhidos na base da estrutura, sendo, assim, coevos da sua utilização.

O progresso da exploração das diversas unidades estratigráficas descritas pode ser resumido no Quadro 1.

Quadro 1 – Unidades estratigráficas do período muçulmano escavadas nas Mesas do Castelhinho (1989-1992)

	5	6	11	12	2a	61	65	69
1989	x		x	x	x			
1990		x			x			
1991				x	x	x	x	x
1992					x			

Podemos considerar os restos faunísticos como globalmente homogéneos, avultando, na sua constituição, a unidade estratigráfica 29 (862 em 983 restos identificados); como vimos, trata-se de camada correspondente a lixeira, selada por derrubes naturais da destruição do castelo (unidade estratigráfica 12).

3. INVENTÁRIO DOS MATERIAIS

Primeira campanha – 1989

Camada 5

Ordem – Artiodactyla Owen, 1848

Família – Cervidae Gray, 1821

Cervus elaphus L., 1748

– Fragmento de costela.

Família – Bovidae Gray, 1821

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

– Fragmento de hemimandíbula esquerda, com todos os dentes jugais, exceptuando o último molar.

P/2 – DMD – 4.4; DVL – 4.7.

P/3 – DMD – 6.0; DVL – 4.7.

P/4 – DMD – 7.4; DVL – 6.8.

M/1 – DMD – 11.1; DVL – 7.2.

M/2 – DMD – 12.5; DVL – 8.4.

Comprimento P/3 – P/4 – 16.6.

Camada 6

Família – Bovidae Gray, 1821

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

– Dois fragmentos dentários indetermináveis.

Camada 11

Família – Bovidae Gray, 1821

Bos taurus L., 1758

– Extremidade distal de diáfise de metacárpico direito de juvenil. Trata-se de peça cuja atribuição específica foi anteriormente discutida (CARDOSO, 1993). Optou-se pela inclusão em boi doméstico, considerando o tamanho.

Camada 12

Família – Bovidae Gray, 1821

Cervus elaphus L., 1758

– P/2 direito. Desgaste fraco. DMD – 19.1; DVL 14.0

– Astrágalo direito, com abundantes marcas de corte, por faca, especialmente nas faces anterior e mesial, transversais ao alongamento do osso. H máximo (= lateral) – 54.7; H mesial – 49.4; H mínimo – 42.5; DT proximal – 32.7; DT distal – 33.0; DAP lateral – 28.7; DAP mesial – 29.9.

– Esquírola correspondendo a porção da face anterior de metatársico esquerdo, conservando parte da superfície articular proximal.

Família – Bovidae Gray, 1821

Bos taurus L., 1758

– Fragmento de vértebra cervical; extremidade caudal do corpo vertebral por soldar.

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

– Porção anterior de hemimandíbula direita, conservando parte do diastema e os alvéolos de P/2 e P/3. Pequenas marcas de roedura na face externa.

– Apófise vertebral.

– Fragmento de diáfise distal de humero direito.

– Duas esquirolas de ossos longos, indetermináveis.

– Duas esquirolas de ossos longos com marcas de roedura punctiformes, de osso longo, com marcas de corte por faca.

Ordem – Lagomorpha Brandt, 1855

Família – Leporidae Gray, 1821

Oryctolagus cuniculus L., 1758

– Fémur esquerdo.

Camada 29

Ordem – Artiodactyla Owen, 1848

Família – Cervidae Gray, 1821

Cervus elaphus L., 1758

– P/2 direito. Desgaste forte. DMD – 15.1; DVL – 10.7.

– P/3 direito. Desgaste forte. DMD – 14.6; DVL – 12.8.

– P/4 direito. Desgaste forte. DMD – 12.1; DVL – 15.2.

– M/1 direito. Desgaste forte. DMD – 18.5; DVL – 21.4.

– M/2 direito. Desgaste forte. DMD – 20.7; DVL – 21.5.

– M/3 direito. Desgaste forte. DMD – 21.5; DVL – 21.7.

O conjunto destes dentes jugais poderá pertencer a um único indivíduo.

– I/1 direito. Desgaste fraco.

– I/1 esquerdo. Germe.

– Fragmento de M/3 esquerdo, correspondendo a porção do lobo mesial e ao lobo distal.

- Segmento de haste, serrada numa das extremidades, encontrando-se a outra ocupada por fracturas recentes.

- 79 fragmentos de pequenas dimensões de armações.

- Fragmento de corpo vertebral cervical.

- Porção de ramo ascendente de hemimandíbula esquerda.

- Porção de ramo ascendente de hemimandíbula direita, com a articulação.

- Tábua interna do ramo horizontal de hemimandíbula esquerda.

- Extremidade distal de metacárpico direito. Mostra abundantes e intensas marcas de corte, por cutelo e faca, transversais ao alongamento do osso, na face posterior da diáfise. DT diáfise – 26.0; DT distal diáfise – 41.7; DT distal – 43.7; DAP distal – 29.1.

- Duas esquirolas correspondentes a parte da face anterior de diáfise de tibia, uma esquerda, outra de lado indeterminado. Dimensões da primeira – DT proximal – 22.6; DT faceta proximal – 9.3; DAP proximal – 16.4; DAP diáfise – 10.3.

- Fragmento de tibia esquerda de sub-adulto, com a extremidade distal da diáfise deficientemente soldada à epífise.

- Astrágalo direito com marcas de roedura punctiformes, mas de contorno irregular. H máximo (= lateral) – 50.5; H mesial – 44.8; H mínimo – 38.9; DT proximal – 32.2; DT distal – 32.1; DAP lateral – 28.3.

- Calcâneo direito, incompleto em ambas as extremidades. Mostra marcas transversais de corte por faca na face dorsal e de roedura. DT sustentaculum – 35.5; DT mínimo posterior – 15.3.

- Extremidade proximal articular de calcâneo direito. Marcas finas e curtas de corte por faca, e roeduras, correspondendo a depressões mais irregulares, punctiformes e alongadas, de fundo côncavo.

- Cuboscafóide direito. Ostenta pequenas marcas de corte, por faca, paralelas, na face anterior. DT – 41.8; DAP – 37.4.

- Extremidade proximal de matatársico esquerdo, com marcas de fogo e de roedura, estas últimas pouco acentuadas. DT proximal – 40.4; DT faceta proximal – 16.4; DAP proximal – 37.5; DT diáfise – (24.8).

- Metade distal de metacárpico esquerdo. Ostenta marcas de corte, curtas, por faca, no bordo lateral da extremidade distal. Marcas punctiformes na diáfise, em duas zonas distintas, por mordedura. DT – diáfise – 24.3; DAP diáfise – 24.5; DT distal diáfise – 41.3; DT distal – 43.3; DAP distal – 28.7.

- Extremidade distal de matatársico direito. DT distal diáfise – 41.4; DT distal – 42.7; Dap distal – 28.6.

Cervus elaphus (?) L., 1758

- Fragmento de omoplata, de lado indeterminado, com marcas de corte por cutelo, coincidentes com factura, de um dos lados.

- Disco inter-vertebral.

- Metade distal de diáfise de metacárpico juvenil, de lado indeterminado, com epífise não soldada. Marcas de fogo. A atribuição desta peça a esta espécie ou a *Bos taurus* foi anteriormente discutida (CARDOSO, 1993a).

- Esquirola de osso longo indeterminável com intensas marcas de roeduras, que eliminaram boa parte da matéria óssea.

Família – Bovidae Gray, 1821

Bos taurus L., 1758

- 1/2 direito. Desgaste fraco.

- Diastema de hemimandíbula direita. Ostenta duas mordeduras paralelas e bordos irregulares, acompanhadas de outras, punctiformes.

- Vértebra cervical, quase completa, com marcas de corte por cutelo.

- Apófise vertebral, com ténues marcas de corte por faca, numa das faces laterais.

- Porções de três fragmentos vertebrais, dois deles correspondendo a duas vértebras cervicais. Uma, representada pelo corpo vertebral, mostra marcas de corte por cutelo, seccionando-o transversal e obliquamente.

- Porção mesial de costela.

- Esquirola de osso longo, inclassificável.

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

- P/4 direito. Desgaste fraco. DMD – 6.6; DVL – 7.7.

- 7 M/1-2, sendo quatro direitos e três esquerdos. Desgaste fraco a médio. DMD – 9.1; 8.4; 8.8; ?; 8.9; 10.3; 8.3; DVL – 10.1; 11.2; 12.3; 11.1; 11.7; 12.0; 11.3.

- 5 M/3, sendo dois direitos e três esquerdos. Desgaste médio (em dois e

nulo (nos restantes). DMD – 19.7; 17.4; 19.3; 20.5; ?; DVL – 18.8; 11.3; 10.8; 12.8; ?.

- Dente superior muito fragmentado, inclassificável.
- I/2 esquerdo. Desgaste médio.
- I/3 esquerdo. Desgaste médio.
- P/2 esquerdo. Desgaste nulo. DMD – 3.8; DVL – 3.5.
- Porção anterior de hemimandíbula direita, com diastema e os três pré-molares, além do alvéolo do M/1. P/2 – DMD – 5.3; DVL – 3.6; P/3 – DMD – 6.5; DVL – 4.6; P/4 – DMD 8.0; DVL – 6.1. Comprimento P/3 – P/4 – 17.5.
- Hemimandíbula esquerda, com toda a série jugal, exceptuando o P/2. Desgaste médio. Alguns dentes não são mensuráveis, por se encontrarem fortemente implantados no osso mandibular. P/3 – DMD – 7.4; DVL – 5.4; P/4 DMD – 8.0; DVL 6.5; M/3 – DMD 22.5; DVL – 8.8. Comprimento P/3 – P/4 – 21.1. Comprimento M/1 – M/3 – 56.5.
- Hemimandíbula direita, com toda a série jugal, exceptuando o M/3. Desgaste forte. P/2 – DMD – 4.4; DVL – 3.5; P/3 – DMD – 6.8; DVL – 5.4; P/4 – DMD – 9.0; DVL – 6.3; M/1 – DMD – 9.8; DVL – 7.2; M/2 – DMD – 12.4; DVL – 7.7. Comprimento P/3 – P/4 – 22.0. Comprimento M/1 – M/3 – 38.1.
- Fragmento de hemimandíbula esquerda, contendo P/1 e M/1. Desgaste muito forte. P/4 – DMD – 8.3; DVL – 6.4; M/1 – DMD – 9.8; DVL – 7.5.
- P/2 esquerdo. Desgaste quase nulo. DMD – 5.4; DVL – 3.5.
- P/3 esquerdo. Desgaste quase nulo. DMD – 6.3; DVL – 5.2.
- P/4 esquerdo. Desgaste quase nulo. DMD – 7.2; DVL – 5.6.
- P/4 direito. Desgaste fraco. DMD – 6.9; DVL – 6.3.
- M/1 esquerdo. Desgaste médio. DMD – 9.4; DVL – 6.5.
- M/2 direito. Desgaste médio. DMD – ?; DVL – 7.0.
- M/2 esquerdo. Desgaste médio. DMD – 11.4; DVL – 6.8.
- M/3 direito. Desgaste nulo. DMD – 22.8; DVL – 7.3.
- M/3 esquerdo. Desgaste forte. DMD – 20.6; DVL – 7.9.
- Dois fragmentos dentários inclassificáveis.
- Fragmento de ossicone de lado indeterminado, correspondendo à parte anterior mesial, com carena bem marcada.
- Fragmento de ossicone, de secção circular, muito recurvado.
- Ossicone esquerdo, com marcas de roedura e de corte, na extremidade proximal.
- Extremidade distal de ossicone de lado indeterminado, de secção circular.
- Ossicone esquerdo, de secção lenticular, com marcas de corte, por faca, transversais ao eixo da peça e na sua parte média.
- 13 fragmentos cranianos.
- Porção do bordo inferior do ramo horizontal da hemimandíbula direita.
- Porção de tábua externa do ramo horizontal de hemimandíbula esquerda, conservando parte do alvéolo de M/3.
- Fragmento de atlas.

– Fragmento de vértebra cervical.

– Corpo vertebral exibindo, na face dorsal, uma marca de roedura, de curto desenvolvimento.

– Porção de corpo vertebral dorsal, de juvenil, exibindo marcas de corte, por cutelo, numa das faces laterais.

– Fragmento de omoplata esquerda, com marcas de corte, por cutelo, e outras, devidas a roeduras. Dt colo – 19.3.

– Fragmento de omoplata direita correspondendo à zona mesial.

– Porção de íliaco esquerdo, conservando parte da cavidade articular com o fémur.

– Fragmento de íliaco de lado indeterminado, conservando parte da articulação com o fémur. Pequenas marcas de corte por faca.

– Porção proximal de costela, com várias marcas de corte, por cutelo, perpendiculares ao alongamento do osso.

– Porção proximal de costela, com ténues marcas de corte.

– Fragmento proximal de costela, com duas pequenas marcas de corte, por faca, junto duma das extremidades.

– Partes mesiais de duas costelas.

– Parte mesial de costela, com marcas de fogo.

– Fragmento de costela, com marcas de roedura, curtas, profundas e paralelas, em ambas as faces principais.

– Quatro fragmentos de costelas, uma delas com dois pares de marcas de corte, paralelas, finas e curtas.

– Porção mesial de costela, seccionada por cutelo, numa das extremidades.

– Metade distal de diáfise de humero esquerdo com ablação da articulação, por fractura. DT – diáfise – 14.7; DAP – diáfise – 17.6.

– Metade distal de diáfise de rádio direito, com a epífise em falta.

– Diáfise de rádio direito com marcas de corte por faca na metade distal da face anterior. DT diáfise – 14.5; DAP diáfise – 8.3.

– Metade distal de rádio direito, com porção do cúbito soldada, ao longo da face posterior. DT diáfise – 14.9; DAP diáfise – 9.2; DT distal – 28.0; DAP distal – 18.1.

– Esquirola, incluindo parte da superfície articular proximal de metacárpico direito, correspondendo a porção da parte mesial.

– Extremidade proximal de metacárpico direito. DT proximal – 18.5; DT faceta proximal – 8.5; DAP proximal – 17.9.

– Metacárpico esquerdo com várias marcas de corte, muito evidentes, paralelas e transversais, na extremidade articular distal, das quais uma se prolonga pela face anterior da diáfise. Comprimento – 109.3; DT proximal – 22.4; DT faceta proximal – 9.4; DAP proximal – 15.6; DT diáfise – 15.2; DAP diáfise – 10.6; DT distal diáfise – 26.2; DT distal – 26.4; DAP distal – 15.8.

– Metacárpico esquerdo, com extremidade distal em falta, separada por corte de cutelo. DT proximal – 19.3; DT faceta proximal – 6.8; DAP proximal – 17.1; DT diáfise – 12.3; DAP diáfise – 11.5.

– Esquirola de metacárpico esquerdo, correspondendo à parte da face anterior da diáfise, incluindo porção da superfície articular proximal. Possui marcas punctiformes de roedura.

– Metacárpico direito, correspondendo à diáfise, seccionada obliquamente por fractura, e à extremidade proximal.

– Porção de diáfise de metacárpico direito, de juvenil (?).

– Esquirola correspondente a porção mesial da face anterior de metacárpico, de lado indeterminado. DT diáfise – 15.6.

– Porção de diáfise de tibia esquerda, incompleta na face posterior. A extremidade proximal encontra-se cortada obliquamente

por facão ou cutelo, mostrando a extremidade oposta, na face posterior, marcas de corte idênticas, embora tenham provocado fractura não rectilínea, de tipo esquiroloso. Trata-se de caso típico de seccionamento de peça de carne, que, pelo tamanho, sugere naco para ensopado.

– Fragmento de tibia esquerda, correspondendo à extremidade proximal de diáfise. Pequena marca de corte, por faca, na face mesial da diáfise.

– Metade inferior de diáfise de tibia direita. O osso evidencia marcas de raspagem superficial, longitudinais, por faca, que teria também provocado marcas de corte, na extremidade distal da diáfise. – DT diáfise – 14.1; DAP diáfise – 11.1.

– Fragmento de tibia direita, correspondendo à extremidade distal da diáfise. Face anterior cortada por facão ou cutelo. Marcas de corte por faca nas faces lateral e mesial. Observam-se, ainda, tal como na peça anterior, extensas superfícies raspadas, por faca, de desenvolvimento longitudinal. – DT diáfise – 16.0; DAP diáfise – 14.3.

– Porção mesial de diáfise de tibia de lado indeterminado. O tamanho indica aproveitamento do naco de carne em ensopado, tal como as quatro peças seguintes. – DT diáfise – 15.7; DAP diáfise 13.0.

– Porção mesial de diáfise de tibia esquerda. Dt diáfise – 14.5; DAP diáfise – 12.1.

– Porção mesial de diáfise de tibia esquerda, com duas profundas marcas de corte por cutelo, nas faces mesial e lateral. Ambas as extremidades correspondem a superfícies de fractura. DT diáfise – 17.1; DAP diáfise – 14.4.

– Diáfise de tibia esquerda, incompleta na face anterior, com marcas de corte por faca junto da extremidade proximal.

– Metade distal de tibia direita. DT diáfise – 14.8; DAP diáfise – 12.7; DT distal – 25.0; DAP distal – 18.9.

– Diáfise de metatársico direito, com numerosas marcas de roedura, punctiformes e lineares, especialmente nas faces mesial e lateral. Ambas as extremidades se encontram ocupadas por fracturas. DT diáfise – 12.2; DAP diáfise – 12.0.

– Astrágalo esquerdo. Possui abundantes marcas de corte, curtas e finas, de faca, na face mesial e no bordo mesial da tróclea proximal. Pequenas marcas de roedura na superfície mesial. Comprimento máximo (=comprimento lateral) – 26.5; Comprimento mesial – 25.0; Comprimento mínimo – 20.7; DT proximal – 17.8; DT distal – 17.0; DAP mesial – 15.2; DAP lateral – 13.6.

– Astrágalo direito, com marcas de fogo intensas. Matéria óssea parcialmente transformada em turquesa, de cor azulada. Duas curtas marcas de corte por faca podem observar-se na tróclea lateral da articulação distal. O exemplar possui uma excrescência de carácter patológico no bordo mesial da articulação proximal. Comprimento máximo (=comprimento lateral) – 31.6; comprimento mesial – 30.0; Comprimento mínimo – 25.2; DT proximal – 20.3; DT distal – 19.7; DAP lateral – 18.0; DAP mesial – 17.5.

– Terceira falange. Comprimento – 32.0; DT articular – 9.3; DT máximo – 9.8.

– Sete esquirolas, sendo duas longitudinais, de ossos longos, e uma outra com marca de corte.

Ordem – Lagomorpha Brandt, 1855

Família – Leporidae Gray, 1821

Oryctolagus cuniculus (L.), 1758

- Porção de maxilar de coelho, com a série jugal esquerda, com cinco dentes.
- Três fragmentos de maxilares, com sete dentes inclusos nos respectivos alvéolos.
- Dezassete hemimandíbulas esquerdas, mais ou menos fragmentadas, com 54 dentes inclusos nos alvéolos.
- Dezassete hemimandíbulas ou fragmentos de hemimandíbulas direitas, com 46 dentes inclusos nos alvéolos.
- Uma hemimandíbula muito fragmentada, de lado indeterminado.
- Três vértebras dorsais, uma delas reduzida ao respectivo corpo vertebral.
- Onze omoplatas direitas, mais ou menos completas.
- Treze omoplatas esquerdas, mais ou menos completas.
- Sete fragmentos de omoplatas, de lados indeterminados.
- Seis coxais direitos, mais ou menos completos.
- Nove coxais esquerdos, mais ou menos completos.
- Três coxais fragmentados, de lados indeterminados.
- Porção proximal de humero esquerdo, conservando a respectiva extremidade.
- Húmero esquerdo, incompleto na extremidade proximal.
- Sete humeros esquerdos, todos com a diáfise e a extremidade articular distal.
- Cinco humeros direitos, todos com a diáfise e a extremidade distal.
- Húmero direito completo.
- Nove cúbitos direitos, conservando a extremidade proximal e parte da diáfise.
- Sete cúbitos esquerdos, conservando a extremidade proximal e parte da diáfise.
- Cinco rádios direitos, com a extremidade proximal e parte da diáfise.
- Cinco rádios esquerdos, com a extremidade proximal e parte da diáfise.
- Porção de cúbito direito de coelho com parte da articulação proximal e parte da diáfise.
- Segundo metacárpico direito.
- Terceiro metacárpico direito.
- Extremidades distais de dois fêmures esquerdos, com a diáfise conservada em porções variáveis.
- Extremidade articular distal de fémur direito de coelho, cortado na face mesial e incompleto na face posterior.
- Quatro tíbias, conservando apenas a extremidade articular proximal e parte da diáfise, duas direitas e duas esquerdas.

– Uma esquirola longitudinal, correspondendo à face anterior de tíbia direita.

– Diáfise de tíbia direita.

– Quatro extremidades distais de tíbias esquerdas, uma de juvenil.

– Grande tíbia, podendo pertencer a lebre, incompleta na extremidade distal. Apresenta marcas longitudinais de raspagem, por faca, tal como noutros casos já anteriormente assinalados.

– Quatro calcâneos, sendo dois esquerdos e dois direitos.

– Oito metatársicos direitos, três com falta da extremidade articular distal.

– Dois metápodes indetermináveis, por lhe faltarem, respectivamente, a extremidade articular proximal, ou por se conservar apenas a extremidade oposta, esta de grande tamanho, correspondendo talvez a lebre.

– Duas primeiras falanges.

Segunda campanha – 1990

Camada 6

Família – Cervidae Gray, 1821

Cervus elaphus L., 1758

– Porção de metacárpico direito, conservando a extremidade articular proximal, muito danificada, e boa parte da diáfise. DT proximal – 35.8; DT diáfise – 23.2; DAP diáfise – 27.8.

– Cuboscafóide esquerdo, muito incompleto.

– Metatársico esquerdo, muito esmagado na face posterior e com falta da extremidade articular distal. DT proximal – (30.5); DT faceta proximal – (15.0); DT diáfise 23.6.

– Metade proximal de metatársico direito. DT proximal – (36.0); DT faceta proximal – (22.0); DT diáfise 20.0.

– Porção mesial e distal de metatársico de lado indeterminado, muito incompleto e intensamente estalado (ataque químico?).

- Extremidade articular distal de metápode indeterminável, conservando um dos côndilos.
- Côndilo de metápode.
- Fragmento de primeira falange, com fratura longitudinal (moderna?).

Camada 29

- Ordem – Artiodactyla Owen, 1848
 Família – Bovidae Gray, 1821
Capra hircus L., 1758
Ovis aries L., 1758
- Fragmento de maxilar, com P3 e P4.
 - P3 – DMD – 7.1; DVL – 9.0; P4 – DMD – 7.0; DVL – 10.6.

Terceira campanha – 1991

Camada 12

- Ordem – Artiodactyla Owen, 1848
 Família – Cervidae Gray, 1821
Cervus elaphus L., 1758
- Fragmento de dente inferior indeterminável, conservando parte de um dos lobos.
 - Extremidade proximal de calcâneo direito, conservando parte da articulação com o astrágalo.
 - Porção mesial de calcâneo esquerdo, muito mutilado e incompleto.
 - Esquírola de metatársico de lado indeterminado, correspondendo a face anterior da extremidade distal da diáfise.

- Família – Bovidae Gray, 1821
Bos taurus L., 1758
- Esquírola de metatársico, de lado indeterminado, contendo parte da superfície articular proximal.

- Capra hircus* L., 1758
Ovis aries L., 1758
- Porção de corpo de vértebra cervical, seccionada longitudinalmente por corte de cutelo.

- Corpo vertebral com as extremidades articulares ainda não soldadas.
- Extremidade proximal de cúbito esquerdo, incompleta.

- Ordem – Perissodactyla Owen, 1848
 Família – Equidae Gray, 1821
Equus caballus L., 1758
- M1-2 direito, faltando-lhe a metade lingual. DMD – 27.1.

- Ordem – Lagomorpha Brandt, 1855
 Família – Leporidae Gray, 1821
Oryctolagus cuniculus (L.), 1758
- Pelvis direito, incompleto.
 - Extremidade de fêmur esquerdo.

Camada 29

- Ordem – Artiodactyla Owen, 1848
 Família – Cervidae Gray, 1821
Cervus elaphus L., 1758
- M1 direito. Desgaste forte. DMD – 20.1; DVL – 21.7.
 - M2 direito. Desgaste forte. DMD – 20.2; DVL – 19.2.
 - Porção anterior de extremidade distal de fêmur esquerdo.
 - Extremidade distal de metacárpico esquerdo. Ostenta roeduras, com afundamento pontual da face anterior da extremidade distal da diáfise. DAP distal – 26.0.
 - Extremidade distal de metatársico direito. Ostenta marcas de roedura. DT distal – 47.6; DAP distal – 26.5.

- Família – Bovidae Gray, 1821
Bos taurus L., 1758
- Tábua labial de osso maxilar.
 - M1 direito. Desgaste forte. Incompleto do lado lingual DMD – 17.6
 - M2 esquerdo. Desgaste nulo. DMD – (21.5).
 - Três fragmentos de dentes inferiores indetermináveis, conservando porções de um ou outro lobo.
 - Duas esquírolas de ossos longos, ambas com marcas de corte por faca.
 - Segunda falange. Comprimento – 36.3; DT proximal – 25.8; DT diáfise – 20.3; DT distal – 21.9.
 - Extremidade distal de segunda falange, parcialmente conservada.

- Capra hircus* L., 1758
Ovis aries L., 1758
- M1 direito. Desgaste médio DMD – 11.5; DVL – 11.5.
 - M2 direito. Desgaste fraco DMD – 22.2; DVL – 11.7.

– Porção de diáfise de humero esquerdo. DT diáfise – 11.7; DAP diáfise – 14.1.
– Extremidade distal de humero direito. Ostenta indícios de serragem no bordo lateral da diáfise. Ténues vestígios de roeduras por pequenos carnívoros. DT distal – 34.4; DAP distal – 29.5.

– Porção distal de tibia esquerda, correspondente a esquirola da face anterior.
– Superfície articular distal de tibia esquerda. DT distal – 26.0.
– Setenta e três esquirolas, sete delas pertencentes a ossos longos, indetermináveis.

Ordem – Lagomorpha Brandt, 1855

Família – Leporidae Gray, 1821

Oryctolagus cuniculus (L.), 1758

– Diáfise de tibia de lado indeterminável.

Camada 61

Ordem – Artiodactyla Owen, 1848

Família – Suidae Gray, 1821

Sus scrofa L., 1758

– P3. Desgaste fraco. De dimensões idênticas a exemplar do Cabeço da Arruda. DMD – 13.0; DVL – (10.0).

Ordem – Lagomorpha Brandt, 1855

Família – Leporidae Gray, 1821

Oryctolagus cuniculus (L.), 1758

– Dois fragmentos de pélvis – esquerdo e direito – um com marcas de fogo, outro muito incompleto.

– Cúbito direito.

– Extremidade proximal de tibia direita, de juvenil, com a epífise não soldada.

Camada 65

Ordem – Artiodactyla Owen, 1848

Família – Bovidae Gray, 1821

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

– Metade distal de diáfise de rádio esquerdo de juvenil, com a epífise por soldar.

– Primeira falange.

Camada 69

Ordem – Artiodactyla Owen, 1848

Família – Cervidae Gray, 1821

Cervus elaphus L., 1758

– Duas epífises vertebrais, incompletas, com marcas de corte por faca, uma delas seccionada longitudinalmente por cutelo.

Família – Bovidae Gray, 1821

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

– Dois corpos vertebrais de subadultos, cortados por cutelo ao longo da parte média, um transversalmente, outro longitudinalmente.

– Três fragmentos de epífises vertebrais.

– Oito fragmentos de costelas, dois com marcas de corte por faca.

– Fragmento de costela cortada transversalmente por cutelo.

– Porção proximal de cúbito correspondente à articulação com o rádio, cortado transversalmente por cutelo.

– Esquirola de osso longo, cortada transversalmente por cutelo.

– Esquirola de metacárpico direito, incluindo parte da superfície articular proximal e da face posterior da diáfise. Marcas de raspagem por faca.

– Duas esquirolas longitudinais de metápodes indetermináveis, conservando parte da diáfise e uma das trócleas da articulação distal.

Ordem – Lagomorpha Brandt, 1855

Família – Leporidae Gray, 1821

Oryctolagus cuniculus (L.), 1758

– Quatro hemimandíbulas, mais ou menos completas, das quais uma direita e três esquerdas.

– Oito incisivos, superiores e inferiores.

– Três vértebras dorsais.

– Quatro fragmentos de costela.

– Duas omoplatas incompletas, uma direita outra esquerda.

– Três pélvis, dois direitos e um esquerdo. Um dos primeiros mostra-se muito incompleto e com marcas de corte por faca. Outro apresenta marcas de mordedura de pequeno carnívoro. O esquerdo evidencia, ainda, marcas de corte por faca.

– Três humeros, dois esquerdos e um direito.

– Três cúbitos direitos.

– Um terceiro metacárpico direito.

– Um fémur direito, talvez de lebre, atendendo ao tamanho.

– Extremidade proximal de tibia direita, talvez também de lebre.

– Três fragmentos de tíbias esquerdas, incompletas na extremidade proximal e em parte da diáfise.

– Dois calcâneos esquerdos.

– Três terceiros metatársicos, dois esquerdos e um direito, um com marcas de mordeduras.

– Dois quartos metatársicos esquerdos, um com marcas de mordedura.

– Dois quintos metatársicos direitos, um deles com marcas de mordedura de pequeno carnívoro.

– Três metades distais de metápodes indeterminados.

Ordem – Carnivora Owen, 1848

Família – Canidae Gray

Vulpes vulpes (L.), 1758

– Um terceiro, um quarto e um quinto metatársicos, esquerdos os dois primeiros, direito o último. Poderão pertencer ao mesmo indivíduo.

Quarta campanha – 1992

Camada 29

Ordem – Artiodactyla Owen, 1848

Família – Suidae Gray, 1821

Sus scrofa L., 1758

– Porção distal de diáfise de humero esquerdo. DT diáfise – 12.3; DAP diáfise – 25.8.

– Extremidade distal de humero com abundantes marcas de corte por faca, além de roeduras. DT distal – 42.8.

– Segundo metatársico esquerdo, conser-

vando-se a parte proximal e mesial. DT proximal – 5.0; DAP proximal – 7.5; DT diáfise – 4.3.

Família – Cervidae Gray, 1821

Cervus elaphus L., 1758

– M/2 direito. Desgaste médio. DMD – 19.7; DVL – 12.8.

– M/3 esquerdo. Coroa muito incompleta por fracturas, na superfície oclusal.

– Quatro fragmentos de dentes inferiores indetermináveis.

– Corpo vertebral de subadulto, com epífise por soldar numa das extremidades, sendo a outra ocupada por extenso corte de cutelo. Evidenciam-se, ainda, outros cortes, menos extensos, paralelos e perpendiculares ao maior, na face dorsal.

– Extremidade articular distal de humero direito. Fractura intencional da diáfise, evidenciada por lascas esquirolas. A superfície ostenta ainda marcas de roedura e de mordedura, bem como rendilhado meandriforme devido a acções químicas.

– Porção de rádio esquerdo correspondendo à extremidade proximal e parte da diáfise. DT proximal – 53.5; DAP proximal – 29.8; DT diáfise – 35.6; DAP diáfise – 19.5.

– Esquírola, correspondendo à extremidade distal de rádio esquerdo, parcialmente conservada.

– Cabeça de fémur esquerdo, não soldada à diáfise.

– Cabeça de fémur direito.

– Porção mesial da extremidade articular distal de fémur direito, conservando parte da respectiva tróclea articular.

– Porção distal de tibia direita, conservando-se parte da diáfise. DT diáfise – 26.4; DAP diáfise – 20.5; DT distal – 40.0; DAP distal – 34.0.

– Tróclea lateral da extremidade distal de tibia direita.

– Cuboscáfóide direito DT – 40.5; DAP – 39.8.

– Metatársico direito. Comprimento – 262.4; DT proximal – 43.0; DT faceta proximal 16.3; DAP proximal – 31.0; DT diáfise – 26.4; DAP diáfise – 27.0; DT distal diáfise – 42.3; DT distal – 43.6; DAP distal – 27.2.

– Extremidade proximal de segunda falange, muito desgastada por ataque químico. DT proximal – 17.0

– Extremidade distal de segunda falange. DT distal – 16.4; DAP distal (23.0).

Família – Bovidae Gray, 1821

Bos taurus L., 1758

– M/3 direito. Desgaste médio. DMD – 19.2; DVL – 21.6.

– M/1 esquerdo. Desgaste forte. DMD – 22.6; DVL – 14.7.

– Atlas, incompleto e com marcas de corte por cutelo.

– Pelvis esquerdo, muito incompleto.

– Diáfise de humero direito, com falta de ambas as extremidades articulares, devido a fracturas. DT diáfise – 25.8; DAP diáfise – 37.0.

– Esquírola correspondente a parte da extremidade distal de humero esquerdo, incluindo porção do bordo mesial da diáfise.

– Porção mesial de cúbito esquerdo, conservando a articulação com o rádio. DT articular – 29.2.

– Porção mesial de diáfise de rádio esquerdo, com porção do cúbito soldado à face posterior. DT diáfise – 40.4; DAP diáfise – 20.3.

– Metade mesial da extremidade proximal de metacárpico esquerdo. DAP proximal – 35.3.

– Parte de diáfise de tibia de lado indeterminável.

– Esquírola, correspondendo a parte distal de tibia direita

– Cuboscafóide direito. DT – 52.3; DAP – 48.8.

– Primeira falange, incompleta. DT proximal – (25.8); DT diáfise – 20.7; DT distal – 24.9.

– Primeira falange, incompleta. Marcas de corte, por faca, muito finos e paralelos, sobretudo na face anterior da diáfise. DT diáfise – 20.0; DT distal – 22.5.

– Segunda falange. Comprimento – 35.0; DT proximal – 24.8; DT diáfise – 19.3; DT distal – 19.8.

– Esquírola, correspondente a parte da tróclea distal de metápode indeterminável, partido longitudinalmente.

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

– M\1 esquerdo. Desgaste fraco. DMD – 12.3; DVL – 12.5.

– Fragmento de M\1 esquerdo. Desgaste médio.

– M\3 direito. Desgaste fraco. DMD – 23.0; DVL – 13.5.

– M\3 esquerdo. Desgaste até à raiz. DMD – (19.8); DVL – 12.2.

– Dois fragmentos de dentes superiores, indetermináveis.

– Fragmento de hemimandíbula esquerda, com D/3, D/4 e M/1. D/3 – DMD – 8.0; DVL – 4.5; D/4 – DMD – 13.2; DVL – 7.3; M/1 DMD – 10.5; DVL – 7.1.

– Fragmento de hemimandíbula com D/4 (desgaste médio) e M/1 (desgaste fraco). D/4 – DMD – 13.0; DVL – 6.8; M/1 – dimensões não determináveis, por o dente se encontrar muito embutido na mandíbula.

– Fragmento de M/1 esquerdo, correspondendo ao lobo mesial.

– Fragmento de lobo de dente inferior não determinável.

– Porção de esmalte de M/3 direito, correspondendo ao lado labial. DVL – 8.5.

– Cinco fragmentos de dentes inferiores indetermináveis.

– Fragmento do bordo inferior do ramo ascendente de hemimandíbula direita, conservando parte da articulação.

– Duas costelas fragmentadas, uma delas conservando corte por cutelo perpendicular ao desenvolvimento da peça.

– Porção distal de diáfise de humero esquerdo, com falta da articulação. Exibe marcas de corte por faca no bordo mesial e de roedura (ou ataque químico?). DT diáfise – 17.5.

– Metade distal de diáfise de rádio esquerdo. DT diáfise – 16.8; DAP diáfise – 10.0.

– Fragmento de tibia direita, correspondendo a metade distal. DT diáfise – 16.5; DAP diáfise – 13.1; DT distal – 29.1; DAP distal – 23.9.

– Metade distal de tibia direita. DT diáfise – 13.5; DAP diáfise – 11.5; DT distal – 26.3; DAP distal – 20.8.

– Extremidade distal de tibia direita. DT distal – 26.2; DAP distal – 19.8.

– Extremidade proximal de primeira falange. DT proximal – 12.2.

– Segunda falange. Comprimento – 21.2; DT proximal – 12.5; DT diáfise – 9.4; DT distal – 10.2.

– Três esquírolas de ossos longos, fracturados longitudinalmente.

– Esquírola de osso longo, com marcas de corte.

– Cento e dezasseis esquírolas, porém só pequena parte correspondendo a lascas longitudinais de ossos longos

Ordem – Perissodactyla Owen, 1848

Família – Equidae Gray, 1821

Equus caballus L., 1758

– Primeira falange anterior esquerda. Marcas de roeduras, de secção convexa. Exibe ainda abundantes marcas punctiformes, coalescentes, na face anterior, também devidas a mordedura. Medidas segundo os parâmetros de EISENMANN et al., 1987: 1 – 82.2; 2 – 75.5; 3 – 32.7; 4 – 49.4; 5 – 34.1; 6 – 45.6; 7 – 46.4; 8 – 23.3; 9 – 51.4; 10 – 63.1; 11 – 63.6; 12 – 10.8; 13 – 10.4.

Ordem – Lagomorpha Brandt, 1855

Família – Leporidae Gray, 1821

Oryctolagus cuniculus (L.), 1758

– Porção de maxilar direito, desprovido de dentes.

– Nove dentes soltos, superiores e inferiores.

- Seis hemimandíbulas mais ou menos fragmentadas, sendo quatro esquerdas e duas direitas, contendo no conjunto onze dentes.

- Três vértebras, sendo uma cervical e duas dorsais.

- Fragmento de costela.

- Duas omoplatas, fragmentadas, uma esquerda outra direita.

- Sete pélvis, sendo três esquerdos e quatro direitos, mais ou menos completos.

- Metade proximal de humero direito.

- Fragmentos de três húmeros, sendo dois direitos e um esquerdo.

- Três cúbitos, sendo um esquerdo e dois direitos.

- Três fragmentos de rádio, conservando a extremidade articular proximal, sendo um esquerdo e dois direitos.

- Dois fêmures direitos, um completo e

com marcas de fogo na extremidade distal, outro incompleto nessa extremidade, de subadulto.

- Duas extremidades proximais de fêmures esquerdos de coelho, sendo um de indivíduo subadulto.

- Duas tíbias de indivíduos subadultos, uma direita outra esquerda.

- Superfície articular proximal de tibia direita.

- Duas metades proximais de tíbias, uma direita outra esquerda.

- Duas porções mesiais de tíbias de lados indetermináveis.

- Extremidade distal de tibia direita.

- Calcâneo direito.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os restos de grandes mamíferos das Mesas do Castelinho foram subdivididos, para maior comodidade da discussão que sobre eles apresentaremos, em dois conjuntos:

1. O conjunto constituído pelas três espécies que maior importância possuíram na alimentação (Quadro 2);

Quadro 2 – Mesas do Castelinho (1989-1992). Distribuição dos ossos anatomicamente identificáveis pelos respectivos segmentos nas três espécies mais relevantes na alimentação da população muçulmana

Segmentos Anatômicos	Camadas							Total
	5	6	11	12	29	65	69	
<i>Cervus elaphus</i>								
Esqueleto craniano	6	2	-	2	96	-	-	106 (67,9%)
Esqueleto axial	1	-	-	-	7	-	2	10 (6,4%)
Ossos longos do membro anterior	-	-	-	-	4	-	-	4 (2,6%)
Ossos longos do membro posterior	-	-	-	-	8	-	-	8 (5,1%)
Metápodes e falanges	-	8	-	5	15	-	-	28 (17,9%)
<i>Bos taurus</i>								
Esqueleto craniano	-	-	-	-	10	-	-	10 (28,6%)
Esqueleto axial	-	-	-	1	8	-	-	9 (25,7%)
Ossos longos do membro anterior	-	-	-	-	4	-	-	4 (11,4%)
Ossos longos do membro posterior	-	-	-	-	2	-	-	2 (5,7%)
Metápodes e falanges	-	-	1	1	8	-	-	10 (28,6%)
<i>Capra/Ovis</i>								
Esqueleto craniano	-	-	-	1	91	-	-	92 (52,3%)
Esqueleto axial	-	-	-	3	22	-	14	39 (22,2%)
Ossos longos do membro anterior	-	-	-	2	8	1	1	12 (6,8%)
Ossos longos do membro posterior	-	-	-	-	15	-	-	15 (8,5%)
Metápodes e falanges	-	-	-	-	14	1	3	18 (10,2%)
Total	7	10	1	15	312	2	20	367

2. O conjunto de todas as espécies identificadas (Quadro 3).

O primeiro dos conjuntos integra as seguintes espécies:

- *Cervus elaphus* – 16,1% dos restos identificados;
- *Bos taurus* – 3,4% dos restos identificados;
- *Capra hircus/Ovis aries* – 31,9 % dos restos identificados.

O estudo efectuado sobre a distribuição pelos principais segmentos anatómicos do esqueleto de tais restos mostrou que, nas três espécies mais abundantes, o *esqueleto craniano* é, em qualquer caso, o conjunto mais numeroso, não obstante poder estar sobrevalorizado no caso de *Cervus elaphus*, atendendo ao elevado número de esquirolas, pertencentes, por certo, apenas a uma ou duas armações.

Os *elementos do esqueleto axial* constituem o segundo grupo mais numeroso em *Capra/Ovis* e o terceiro em *Bos taurus*, embora a curta distância do segundo, os *ossos das extremidades dos membros*. Estes, correspondem ao segundo conjunto mais abundante, em *Cervus elaphus* e *Bos taurus*, estando pior representados em *Capra/Ovis*. Finalmente, os *ossos longos dos membros anterior e posterior*, ocupam posição pouco relevante em quaisquer dos conjuntos considerados.

Do estudo efectuado, a principal conclusão obtida é a de que, embora em percentagens variáveis, estão representados todos os segmentos anatómicos, nas três espécies que maior importância revestiam na alimentação, prova de que o respectivo esquartejamento teria sido realizado no local. Assim sendo, teremos de concluir que os veados, caçados nas áreas circundantes, eram transportados inteiros até ao castelo, o mesmo acontecendo com o gado doméstico. Não se vislumbra, outrossim, aproveitamento diferenciado dos diversos segmentos anatómicos; os animais eram integralmente consumidos no local do abate.

Observam-se, no entanto, algumas variações de pormenor quanto distribuição dos segmentos anatómicos. Assim, a fraca representação dos *ossos das extremidades dos membros* em *Capra/Ovis* é dificilmente explicável, tanto mais que o

mesmo não sucede com os homólogos de *Cervus elaphus* ou de *Bos taurus*.

Identificadas as principais espécies consumidas e caracterizado o respectivo aproveitamento com base no estudo dos restos por segmentos anatómicos, impunha-se conhecer o modo como aqueles foram consumidos. Para isso, concorriam os diversos testemunhos conservados nos ossos, designadamente as marcas de corte e de fogo, que pasaremos de seguida em revista.

Identificaram-se dois tipos principais de marcas de corte (Quadro 4):

- as que conduziram à obtenção de nacos de carne, de tamanho variável, incluindo o corte linear das peças ósseas;
- as que resultaram do respectivo consumo, depois de cozinhadas.

As primeiras correspondem a cortes extensos, produzidos por cutelo, excepcionalmente por serra. Considerando a distribuição de tais marcas pelas espécies mais consumidas, verifica-se ser maior a sua incidência, como seria de esperar, entre os ovinos e caprinos (Fig. 1). A maioria dos cortes por cutelo observados neste conjunto (9), correspondem a vértebras, costelas e em ossos das cintura escapular e pélvica. Os seccionamentos denunciam a preocupação de obtenção de nacos de carne de pequenas di-

Quadro 3 – Mesas do Castelhinho (1989 - 1992). Distribuição do número total de restos (NTR) identificáveis pelas respectivas espécies

<i>Sus scrofa</i>	-	-	-	-	3	1	-	-	4 (0,4%)
<i>Cervus elaphus</i>	7	10	-	7	132	-	-	2	158 (16,1%)
<i>Bos taurus</i>	-	-	1	2	35	-	-	-	38 (3,9%)
<i>Capra/Ovis</i>	-	-	-	11	350	-	2	19	382 (38,9%)
<i>Equus caballus</i>	-	-	-	1	1	-	-	-	2 (0,2%)
<i>Oryctolagus /Lepus</i>	-	-	-	3	341	4	-	48	396 (40,3%)
<i>Vulpes vulpes</i>	-	-	-	-	-	-	-	3	3 (0,3%)
Total	7	10	1	24	862	5	2	72	983

mensões. Os restantes casos (7), correspondem quase totalmente (6) a ossos longos; uma vez mais, é nítido o objectivo de produzir pequenos nacos, situação especialmente evidente na diáfise tibial, pois são numerosos os fragmentos com escassos cm, cortados ou partidos em ambas as extremidades (Fig. 2).

O aproveitamento culinário destes nacos de carne é compatível com a confecção de cozidos ou ensopados, situação em tudo análoga à identificada na Silves muçulmana (ANTUNES, 1991) ou cristã (GOMES et al., 1993). Efectivamente, são excepcionais os vestígios de fogo em peças ósseas das Mesas do Castelhinho (Quadro 4), únicos indicadores seguros de grelhados.

A prática da cozedura permitiria, com efeito, um aproveitamento máximo da carne. Bom revelador deste facto são as numerosas esquirolas de ossos longos (Quadro 4) de ovinos e caprinos, testemunhando a extracção da medula óssea, só possível mediante cozedura.

Enfim, o consumo da carne deixou marcas de corte por faca, correspondendo a finos sulcos lineares nas superfícies ósseas, sendo mais frequentes, como seria de esperar, nas peças do esqueleto apendicular, onde as partes moles eram mais difíceis de separar daquelas (Quadro 4).

Quanto aos 158 restos de veado, que representam o segundo conjunto mais numeroso, apenas 5 exibem marcas de corte por cutelo (Fig. 3), três das quais em ossos do esqueleto axial.

Quanto às marcas por faca, a maioria observa-se, tal como no conjunto dos ovinos e caprinos, nos ossos do esqueleto apendicular, pelas razões já expostas.

É interessante notar que é nos ossos de veado que se observa a maior incidência de ossos queimados: 4 em 158 restos, face a 5 em 382 restos de ovinos e caprinos, não se



Fig. 1 – Mesas do Castelhinho. Primeira campanha – 1989. Sector A-1, unidade estratigráfica 29. Pormenor da extremidade articular distal de metacárpico esquerdo de *Ovis/Capra*, em vista anterior. Observam-se marcas de corte por cutelo, destinadas à desarticulação deste osso das falanges (foto J. L. Cardoso). Escala em mm.

tendo identificado nenhum entre os de bovino. Tal facto sugere que a fauna caçada seria mais frequentemente grelhada, que as espécies domésticas.

Os restos de bovino, sendo embora demasiado escassos para serem significativos, seguem de perto as características já apontadas para os dois grupos anteriores, no respeitante às marcas de corte. Com efeito, enquanto que a maioria das marcas de cutelo, seccionando as peças ósseas, produzidas no decurso do esquartejamento dos animais, se observam no esqueleto axial, as produzidas por faca, no decurso do seu consumo, são mais frequentes nas peças do esqueleto apendicular.

A idade da captura ou abate é outro aspecto que justifica discussão (Quadro 4). No que respeita aos ovinos e caprinos, apenas um resto, entre 382, indica seguramente indivíduo juvenil, o que é manifestamente pouco, ao considerarmos



Fig. 2 – Mesas do Castelinho, Primeira campanha – 1989. Sector A-1, unidade estratigráfica 29. Três porções de diáfises libiais de *Ovis/Capra*, segmentadas intencionalmente. Correspondem à obtenção de nacos de carne utilizados provavelmente em ensopados ou cozidos (foto J. L. Cardoso), X 3,8.

os restos de veado (4 em 158) ou mesmo de boi doméstico (1 em 38). Tal verificação contrasta com a propalada convicção de preferência das populações islâmicas por carnes tenras, de animais juvenis (RIQUELME, 1993, p. 250). Sem embargo, dever-se-á valorizar, em cada caso – como demonstra a presente situação – as condicionantes de ordem natural, social ou económica preva-lentes em cada comunidade, que presidiram à adopção de determinados hábi-tos alimentares.

Uma comunidade não excedentária, nem sequer auto-suficiente, como seria a correspondente à que ocuparia o castelo muçulmano de Mesas do Castelinho,

tenderia a rentabilizar os animais disponíveis, deles extraindo lacticínios, o que conduziria a idades de abate mais avançadas, aliás con-firmadas pela exclusividade dos dentes defi-nitivos: os prazeres das carnes macias, de ani-mais com escassos meses de vida, ficariam reservados para mesas mais opulentas, mais frequentes em contextos urbanos.

A raspagem, produzida por faca, nas su-perfícies de alguns restos de ovinos e capri-nos (3 casos observados) e de coelhos/lebre (1 caso), atesta a meticulosidade do aprovei-tamento das partes comestíveis, reforçando a ideia de ausência de excedentes alimentares.

A existência de ossos roídos justifica-m também diversas considerações (Quadro 4).

No veado, a maior incidência de ossos mordidos ou roídos (7 em 9 casos) observa-se na extremidade dos membros, ao con-trário do verificado nos ovinos e caprinos, cu-jos restos evidenciam distribuição uniforme de tais marcas pelos diversos segmentos ana-tômicos (Quadro 4). Estas diferenças poderão residir em modos distintos de aproveitamento culinário. Constituindo a cozedura a técnica culinária que melhor promove a separação das partes moles, a ausência de marcas den-tárias em tais peças ficaria, deste modo, facil-mente explicada, não se estranhando que sejam os ossos de ovinos e caprinos aqueles onde tais marcas menos incidência específica revelem. Ao contrário, grelhados e churrascos não facilitam a separação da carne. Estas con-siderações justificam e reforçam, consequen-temente, a hipótese das peças de carne de veado, especialmente os segmentos apen-diculares terem sido grelhados, já antes entre-vista pelas marcas de fogo que exibiam.

Poder-se-á, ainda, admitir que parte de tais marcas sejam devidas a diversos car-nívoros (Fig. 4 e 5), incluindo o cão, cuja pre-sença na jazida ficaria, desta forma, indi-

Quadro 4 – Mesas do Castelinho (1989 – 1992). Distribuição dos ossos de juvenis e/ou com intervenção humana ou animal por segmentos anatómicos

Segmentos Anatómicos	Ossos cortados ou partidos			Ossos raspados	Juvenis	Marcas de fogo	Mordidos e roídos
	cutelo	faca	esquirolas ossos longos				
<i>Cervus elaphus</i>							
Esqueleto craniano	1	-	79	-	-	-	-
Esqueleto axial	3	2	-	-	1	1	-
Ossos longos dos membros anterior e posterior	-	1	5	-	3	2	2
Metápodes e falanges	1	6	2	-	-	1	7
<i>Bos taurus</i>							
Esqueleto craniano	-	-	-	-	-	-	1
Esqueleto axial	3	1	-	-	1	-	-
Ossos longos dos membros anterior e posterior	-	3	4	-	-	-	-
Metápodes e falanges	-	1	2	-	-	-	-
<i>Capra/Ovis</i>							
Esqueleto craniano	-	2	-	-	-	-	2
Esqueleto axial	9	6	-	-	-	3	3
Ossos longos dos membros anterior e posterior	6	10	23	2	1	-	4
Metápodes e falanges	1	3	6	1	-	2	3
<i>Oryctolagus/Lepus</i>							
Esqueleto axial	-	2	-	-	-	1	1
Ossos longos dos membros anterior e posterior	-	1	1	1	6	2	-
Metápodes e falanges	-	-	-	-	-	3	2

rectamente demonstrada. Também a raposa, representada na jazida por três restos, talvez de um único animal, as poderia ter, nalguns casos, provocado. Tal hipótese conduz a aceitar que, pelo menos, uma parte dos desperdícios domésticos ficariam algum tempo a céu aberto, facto aliás sugerido pela intensa fissuração e desmineralização dalguns ossos. Contudo, a maioria revela bom estado de conservação, sugerindo um rápido recobrimento, o que poderia ser explicado pela intensa acumulação de restos, ao longo do fosso, utilizado como lixeira (unidade estratigráfica 29).

Considerando agora o conjunto constituído por todas as espécies identificadas na

jazida verifica-se que, além das antes mencionadas, ocorrem, em grande abundância, restos de leporídeos (predominando largamente o coelho sobre a lebre), os quais constituem 40,3% do número total de restos identificados (NTR). O bom estado de conservação que exibem, aliado à pouca exigência e facilidade de alimentação, leva-nos a admitir que, pelo menos, uma parte corresponda a indivíduos domésticos. A larga maioria seria consumida no estado adulto e por cozedura (Quadro 3), conduzindo a ossos em bom estado de conservação. Algumas (raras) marcas dentárias, conduzindo por vezes ao afundamento da tábua óssea indiciam, mais do que acções de carnívoros (Fig. 5), o próprio consumo humano.

As restantes espécies são vestigiais. Vejamo-las, uma a uma.

O javali, que no estudo anterior não tinha sido reconhecido (CARDOSO, 1993a) encontra-se apenas representado por 4 restos (0,4% do NTR). A sua biometria é compatível com a correspondente a outros conjuntos selvagens; encontra-se, assim, provada a caça do javali por habitantes do castelo, situação

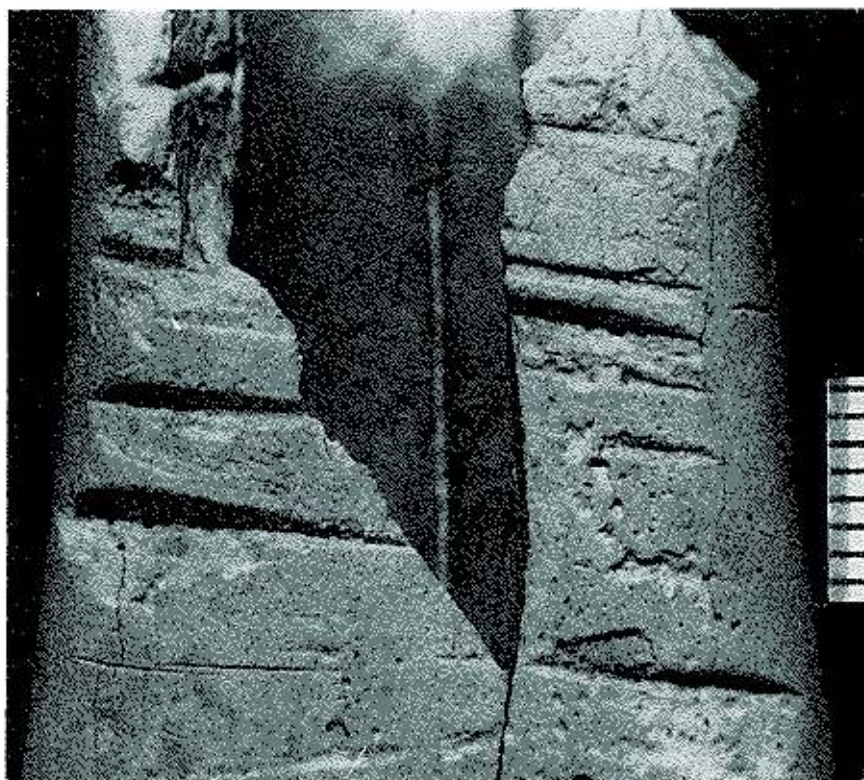


Fig. 3 – Mesas do Castelinho. Primeira campanha – 1989. Sector A-1, unidade estratigráfica 29. Pormenor da diálise de metacárpico direito de *Cervus elaphus*, em vista posterior. Observam-se marcas de corte por cutelo, destinadas à desarticulação deste osso das falanges, por corte dos tendões e músculos (foto J. L. Cardoso). Escala em mm.

que não é inédita em outros contextos muçulmanos. No caso presente, tal facto encontra-se em parte explicado pela presumível abundância da espécie, que coexistia com o veado, em bosques onde este último era intensamente caçado.

Também o cavalo não fazia parte do registo anteriormente publicado. Os dois restos identificados deverão atribuir-se, até pelo grande tamanho, a animais domésticos, pertencentes à guarnição militar muçulmana do castelo.

Quanto à raposa, a sua ocorrência que era, também, até ao presente, desconhecida na jazida, pode ter uma dupla explicação; ou trata-se de animal caçado, para o aproveitamento da pele, ou de restos, compatíveis com um único indivíduo, que se tenha alojado no local, em época anterior ao abandono da fortaleza. O facto de provirem da unidade estratigráfica 69, em nível coevo da utilização da estrutura, confere maior credibilidade à primeira hipótese.

A importância alimentar das diversas espécies presentes nas Mesas do Castelinho deverá ser aferida numa dupla perspectiva: considerando a biomassa respeitante a cada uma delas; e a respectiva frequência relativa, através do correspondente número de restos.

Admitindo que um boi de raça não melhorada, como a mertolenga, pudesse equivaler a (ANTUNES, 1991):

- sete cabeças de ovelha ou
- nove cabeças de cabra,

também de raças não melhoradas, teríamos, admitindo representação equitativa nos rebanhos de então, de ovelhas e cabras, uma correspondência de um bovino para oito ovinos e caprinos. Considerando, nas Mesas do Castelinho, um número de restos destes dois últimos táxones, cerca de dez vezes superior ao do primeiro, teríamos, consequentemente, que:

- por cada quilo de carne de boi, consumir-se-ia 1,25 kg de carne de ovelha e cabra.

Porém, a maioria da carne consumida resultaria da caça ao veado, a que corresponde um número de restos quatro vezes superior ao dos bovinos. Considerando um peso médio de cada bovino da época (cerca de 230 kg) duplo do correspondente ao veado teremos, consequentemente, que:

- cada quilo de carne de boi consumida equivaleria a dois kg de carne de veado consumida.

Considerando os leporídeos, cujos restos são cerca de dez vezes mais abundantes que os de bóvido, e um peso médio *per capita* cerca de cem vezes menor, teremos que:

- cada quilo de carne de boi corresponderia, apenas, a cerca de 0,1 kg de carne de coelho/lebre.

Enfim, os restantes táxones (javali, cavalo, raposa) são insignificantes no conjunto faunístico, não tendo, pois, expressão na alimentação.

Os resultados obtidos confirmam a grande importância da caça na alimentação da guarnição do castelo muçulmano, já anteriormente

assinalada (CARDOSO, 1993a). Tratando-se de uma população militar, através da actividade cinegética, obteriam, mais do que a principal componente da sua alimentação, a oportunidade de se exercitarem em práticas guerreiras. A predominância da caça realça, outrossim, uma população pouco fixa ao território, menosprezando o pastoreio, como seria próprio de qualquer comunidade pacífica e sedentária.

Ainda assim, por cada 2 kg de carne de veado consumir-se-iam cerca de 2,35 kg de animais domésticos (bovinos, ovinos, caprinos e leporídeos), além do leite que os três primeiros poderiam oferecer. Tal situação implica a existência de rebanhos, apascentados nas imediações próximas da fortaleza, eventualmente criados por habitantes de pequenos aglomerados rurais dela dependentes ou tributários.

Deixaremos para trabalho ulterior a diferenciação (por regra difícil, ou impossível, dependendo do estado de conservação das peças) entre a ovelha e a cabra. Nas Mesas do Castelinho, ambas as espécies estão presentes (CARDOSO, 1993a). Tal diferenciação, embora de fraco alcance económico-social – pois ambos os táxones têm idêntica importância, como fornecedores de proteínas – reveste-se, sobretudo, de interesse paleo-ecológico. A provável predominância de restos de ovelha, em detrimento da cabra, estará em consonância com o clima talvez menos seco da época, compatível com extensos bosques, propícios à existência de abundantes veados de grande porte, como foi demonstrado. Tais manchas florestais persistiram na região até, pelos menos ao fim do século XIII (CARDOSO, 1993a).

A predominância, na época muculmana, dentre os animais domésticos, de ovelhas e cabras, sobre os grandes bovinos, é característica de aglomerados rurais (RIQUELME,



Fig. 4 – Mesas do Castelinho. Quarta campanha – 1992. Sector A-1, unidade estratigráfica 29. Pormenor da superfície articular distal de humero esquerdo de *Sus scrofa*, em vista anterior. Observam-se importantes marcas irregulares e punctiformes, com abatimento da parede óssea, produzidas por mordedura, talvez de cão (foto J. L. Cardoso). Escala em mm.

1993. p. 256). Tal facto, verificado nas Mesas do Castelinho, reforça tal conclusão, aliás consubstanciada também pelos resultados obtidos na alcáçova de Mértola (MORALES, 1993, tabl. 3). Com efeito, neste contexto, de características urbanas, é nítida a predominância de bovinos sobre ovinos e caprinos, em termos de carne consumida: utilizando as proporções adoptadas na interpretação dos resultados das Mesas do Castelinho, concluiu-se que, em Mértola, na fase anterior à última ocupação islâmica do sítio, por cada quilo de carne de bovino, se consumia apenas 0,5 kg de carne de ovinos e caprinos ou seja, menos de metade da proporção definida na presente jazida.



Fig. 5 – Mesas do Castelinho. Primeira campanha – 1989. Sector A-1, unidade estratigráfica 29. Pormenor da parte anterior de ilíaco direito de *Dryctolagus cuniculus* em vista mesial. Observam-se cinco marcas punctiformes, com abatimento da parede óssea, produzida por mordedura de pequeno carnívoro (foto J. L. Cardoso). Escala em mm.

Torna-se claro que tal relação seria, em última análise, determinada por factores naturais, mais ou menos favoráveis à criação de determinado táxone em detrimento de outro. Em Silves, na fauna recolhida na alcáçova, em contexto idêntico ao de Mértola, 239 peças foram atribuídas a ovinos e caprinos e apenas 5 a bovinos (ANTUNES, 1991, p. 68); ou seja, por cada quilo de carne de bovino consumiam-se cerca de 6 kg de ovinos e caprinos, doze vezes mais do que em Mértola, na mesma época.

Em conclusão, os resultados obtidos nos dois contextos muçulmanos urbanos até ao presente estudados em Portugal – Silves e Mértola – conquanto evidenciem marcadas diferenças ao nível da importância das espécies presentes, são dominados pelas espécies domésticas. A caça é vestigial (em Mértola) ou desconhecida (em Silves). Neste facto reside a principal diferença da associação faunística das Mesas do Castelinho, onde o veado tem importância marcante na alimentação. Evidencia-se, deste modo, a conjugação de factores naturais, propícios à disponibilidade da espécie mais importante na alimentação na área envolvente da jazida, e de factores de carácter económico e social, que determinaram, em última análise, a opção pela sua captura, plenamente assumida pela comunidade residente na fortaleza. Trata-se, pois, de duas vias distintas de análise, embora indissociáveis, que deverão estar sempre presentes no espírito de quem se abalance a interpretações arqueozoológicas como as que neste trabalho se apresentaram.

Agradecimentos

Aos Drs. Carlos Fabião e Amílcar Guerra que, ao solicitarem ao autor este estudo, amavelmente puseram à sua disposição todos os materiais e informações necessárias. Aos Drs. Cláudio Torres e Santiago Macias, pelo honroso convite em publicá-lo nas páginas desta revista, bem como pela boa vontade com que, pacientemente, aguardaram a entrega do original...

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. (1991) – Restos de animais no castelo de Silves (séculos VIII-X). Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico. *Estudos Orientais*, 2, pp. 41-74. Lisboa, Instituto Oriental, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1993a) – Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico: estudo dos restos mamalógicos e malacológicos das Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 103-107. Porto, Edições Afrontamento – Campo Arqueológico de Mértola.
- CARDOSO, J. L. (1993b) – Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto fenício. Estudo dos restos da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, 4, pp. 109-126. Lisboa, Instituto Oriental, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1993c) – Restos de grandes mamíferos da ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana. In SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (eds.) – *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana*, pp. 205-215. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza.
- DELPECH, F. (1973) – Signification paléoclimatique des associations d'herbivores reconnues dans un gisement archéologique. *Bull. Soc. Préhist. Franc.*, pp. 187-189.
- EISENMANN, V.; ALBERDI, M. T.; DE GIULI, C. & STAESCHE, U. (1987) – *Studying fossil horses*. Vol. 1 – Methodology, WOODBURN, M. & SONDAAR, P., eds. Leiden, E. J. Brill.
- FABIÃO, C. & GUERRA, A. (1991) – O povoado fortificado de Mesas do Castelinho, Almodôvar. *Actas*

das IV Jornadas Arqueológicas, Associação Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1990), pp 305-319.

FABIÃO, C. & GUERRA, A. (1993) – Uma fortificação omíada em Mesas do Castelhinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 85-102. Porto, edições Afrontamento – Campo Arqueológico de Mértola.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. & CARDOSO, J. L. (1993) – Espólio, do século XV, de uma casa de Silves.

Actas do Encontro Internacional *O Quotidiano na História Portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (em curso de impressão).

MORALES, A. (1993) – Estudio faunístico del yacimiento islámico de Mértola: los mamíferos. *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 263-271. Porto, edições Afrontamento – Campo Arqueológico de Mértola.

RIQUELME, J. A. (1993) – Estudio faunístico del yacimiento medieval de Plaza España, Motril (Granada). *Arqueologia Medieval*, pp. 243 – 260. Porto, edições Afrontamento – Campo Arqueológico de Mértola.

O CULTO VICENTINO NA FORMAÇÃO DO REINO PORTUGUÊS*

LÍDIA FERNANDES**

ALGUNS ASPECTOS CONTEXTUAIS DO INÍCIO DO CULTO VICENTINO NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

1. O Santo

O Édito de Milão de 313 veio pôr fim, ainda que não de forma repentina, ao período mais cruel das perseguições aos cristãos. Iniciadas estas, de forma sistemática, por Diocleciano e Maxêncio, a sua direcção na *Hispania* foi confiada a Daciano, governador de confiança dos dois imperadores.

Daciano iniciou o seu percurso sangrento martirizando Santa Eulália, em 303, mas rapidamente outras vítimas se seguiram. Em Lisboa, Júlia, Máxima e Veríssima; em Évora, Fortunato, Eusébio e Martinho; em Valencia Félix, Narciso, Engrácia. Foi precisamente nesta cidade que S.Vicente sofreu, de igual forma, o seu martírio.

Nascido talvez em Huesca, nos Pirinéus, filho de pais cristãos, muito novo é promovido à sagrada ordem de Diácono cedo também demonstrando grandes dotes como orador. Terá sido essa sua vocação que o levou, mais tarde, a ligar-se

ao Bispo de Saragoça, Valério, o qual, devido à dificuldade em se expressar, se socorre de Vicente com o objectivo de o ajudar na pregação.

Chegado Daciano a Valencia, terá inevitavelmente ouvido falar do célebre Diácono e dos seus dotes de orador. Manda então o governador chamar o Bispo Valério e o seu precioso auxiliar – Vicente – os quais manda supliciar.

É, pois, em Valencia que decorre o martírio e é esta cidade que se vai tornar no epicentro do seu culto embora Saragoça, sublinhando o facto de ser a cidade de origem do santo, nunca deixe de afirmar a sua supremacia religiosa.

Sendo nos nossos dias um dos cultos mais espalhados no mundo ocidental, a sua difusão operou-se em época tardia a partir de santuários que reivindicavam a posse de relíquias do mártir. Desta forma, o culto foi adoptando *fácies* diferenciados da história que lhe deu origem. Transformada a *passio* inicial

* Este ensaio constitui um pequeno resumo do trabalho efectuado para a disciplina de História da Arte Medieval, dirigido pelo Prof. Doutor Rafael Moreira, no âmbito do Mestrado de História da Arte, da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa.

** Arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade. Mestranda em História da Arte sob a orientação do Prof. Doutor Balthazar Oleiro.

foram criados novos martirológicos que relatam a sua *vita* pondo em evidência aspectos parcelares e originais com o objectivo ou de realçar «facetas nacionalistas», ou visando a justificativa da posse de relíquias.

Tal facto deve-se, antes de mais, às características próprias dessa mesma *passio*. Apesar da série martirológica ser extremamente semelhante entre o conjunto dos santos hispânicos, a de S. Vicente é uma das mais antigas pelo que não poderá ter copiado a sequência de cenas tradicionais, uma vez que não consagradas, sendo pelo contrário a influenciadora de muitas outras que se lhe seguiram.

2. As Fontes

O que actualmente se conhece acerca de S. Vicente procede de três fontes principais, ainda que outras existam.

Embora se desconheça a versão primitiva da *Passio Sancti Vicenti Levitae*, escrita no séc. IV, existem outras versões que a substituem, parecendo reproduzi-la mais ou menos fielmente. Uma é o *Peristefanon* – o hino IV e V do poeta Prudêncio – o qual segue de perto as Actas de S. Vicente entretanto desaparecidas, embora, segundo nos diz Fábrega Grau, este documento não ofereça qualquer garantia histórica¹. A fonte mais extensa posterior a este autor foi publicada por Ruinart (Ruinart, 1731), apoia-se no que este tinha transmitido e nos célebres sermões de Santo Agostinho.

Por último, a versão dos Passionários Hispânicos e a *Analecta Bollandiana*² completam o conjunto das principais fontes ao nosso dispor. Recentemente a descoberta, por Aires A. Nascimento, de uma nova colecção de milagres, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, veio trazer novos dados sobre este santo (Nascimento, 1988).

3. A Trasladação das Relíquias

A propagação do culto de S. Vicente encontra-se, como já referimos, intimamente ligada à trasladação das relíquias do santo. O controverso destino destas foi a justificação para o aparecimento, em muitos locais, de um novo culto, uma vez que a sua posse correspondia a uma posição de prestígio na hierarquia religiosa da cidade que as detinha.

Em relação a Portugal, há dois momentos a observar; por um lado, a trasladação do corpo de Valencia para o *Promontorium Sacrum*³ e, num segundo tempo, a sua vinda para Lisboa.

No que respeita à viagem do corpo do santo para território português, possuímos diversas versões. Um primeiro grupo é constituído por informações transmitidas por autores árabes, no qual se incluem as versões do mouro Rasis, do árabe Idrisi e de Abu Hamid Andalusí. Um segundo é composto por três fontes cristãs: um manuscrito de Douai existente no Colégio dos Jesuítas da mesma cidade em França, intitulado *A Paixão e Trasladação de São Vicente*; a chamada «versão do Mestre Estevão»; e por último, a «versão de André de Resende», a mais tardia das três.

Achamos desnecessário descrever aqui com pormenor cada um dos relatos ou fontes acima citados, embora se afigure interessante sublinhar alguns aspectos que ressaltam da comparação das diversas informações.

Quanto ao primeiro grupo, é de salientar que a Crónica do mouro Rasis⁴ não faz menção a qualquer culto no Cabo Sagrado. Teremos, sim, que esperar pela chamada Crónica de 1344 – da autoria do conde de Barcelos D. Pedro – para vermos uma referência explícita ao culto de S. Vicente neste local. Esta Crónica vai, assim, aproveitar o texto árabe para, com acrescentos e extrapolações, adequar o mesmo a objectivos muito específicos. Poder-se-á, portanto, concluir que, no séc. XIV, um novo interesse, decerto orientado para novos fins, terá recuperado a antiga lenda de S. Vicente.

Quanto ao segundo grupo, é de referir que o chamado Manuscrito de Douai não alude sequer ao facto de as relíquias alguma vez se terem encontrado no Cabo Sagrado,⁵ contrariamente ao estipulado nas duas outras versões.

Desta forma, poderemos afirmar que o local onde a acção nesta primeira fase se desenrola funciona como mera escala de uma sequência narrativa, não desempenhando pois um papel crucial na acção, o que contraria a ideia de que o Cabo Sagrado se tivesse tornado, de repente, num importante centro cultural a S. Vicente. A escolha deste sítio e o seu papel na economia da narrativa é, todavia, um factor, ele sim, de enorme valor.

O *Promontorium Sacrum* reúne as condições ideais para fazer recair sobre si as atenções. Isso deve-se quer ao misticismo a ele tradicionalmente ligado – local de cultos antigos, longínquos no tempo e misteriosos na memória – quer, por outro lado, à posição geográfica que ocupa, reduto ainda sob o poder muçulmano (até ao séc. XIII), mas prestes a render-se ao novo, mas já bem conhecido, poder cristão.

Confrontando as versões de Douai e do Mestre Estevão com a de Resende, verificamos que, nas primeiras, D. Afonso Henriques é referido como tendo ido pessoalmente ao cabo em busca das relíquias, enquanto que, na segunda, se afirma que quem ali se deslocou não foi o futuro rei, mas antes soldados a seu mando. Esta não coincidência de informações, num momento tão crucial da história do futuro reino, possui, afinal, um significado da máxima importância.

É curioso, de igual modo, notar que nas três versões cristãs as relíquias apenas são obtidas numa segunda tentativa, inclusivamente quando, numa delas, é o próprio D. Afonso Henriques a deslocar-se ao local.

Parece-nos que a obtenção do corpo do santo nos surge, na historiografia medievla da formação de Portugal, com um objectivo bem preciso e com um propósito, por assim dizer, de carácter jurídico.

As relíquias sómente são encontradas depois de uma vitória militar – a conquista de Lisboa – referindo-se as três versões cristãs a esse facto. Quase que poderíamos conjecturar que a sua obtenção funcionará como recompensa de uma vitória obtida pelas armas. Se, como Jacques de Voragine realça, o antropónimo Vicente significa etimologicamente «vitória» (Voragine, 1967, 1325), (no caso do santo, referida a uma superação dos suplícios do martírio) haverá então que notar a duplicação deste conceito, no caso da conquista de Lisboa referido à derrota do infiel e, no caso do mártir, relacionado com a supremacia da religião cristã face à pagã.

Tanto a tomada de Lisboa, como a conquista do Al-Garb correspondem a uma luta generalizada contra os infiéis, e só dessa forma se logra compreender a decisiva ajuda dos cruzados. Uma guerra santa mais tarde abençoada, aquando da chegada das relíquias à cidade da beira-Tejo.

A figura de S. Vicente surge-nos, deste modo, totalmente recuperada no contexto político da acção do futuro rei. Não desempenha um papel passivo de religiosidade de fundo, mas é antes, uma personagem activa e decisiva no desenrolar dos acontecimentos. Tomado como estandarte das incursões pelo Sul ainda mouro, ele será o garante da derrota do poder infiel na região.

4. S. Vicente: polo central no mapa político da Península Ibérica

O manuscrito de Douai e a versão do mestre Estevão referem a ida de D. Afonso Henriques ao *Promontorium Sacrum* sublinhando, assim, o empenho do futuro rei em conseguir os despojos sagrados. Certamente que esta acção, aliás, dificilmente credível, acrescentada à *Passio* original por alguns autores cristãos, radica na vontade de realçar a determinação do futuro monarca, abençoada pelo santo, de conquistar território aos Muçulmanos.

Estas versões, demasiado ingénuas para ocultarem toda a verdade e demasiado incisivas para forjarem uma completa mentira, deixam vislumbrar o que queriam omitir, reconstituindo por seu turno toda uma ambiência espiritual e religiosa que uma falsa verdade deste tipo pode produzir.

S. Vicente é recuperado pelo futuro monarca, mas não será este o único a aperceber-se da importância religiosa, política e social da apropriação da sua benção.

4.1. S. Vicente: testemunho das influências francesas apoiantes do futuro monarca

Os sécs. XI e XII marcam a vinda para território português de muitos elementos francos, nobres e religiosos. A influência cluniacense, que se começa a fazer sentir de forma decisiva, é disso prova. No entanto, o grande apoio dado a este elemento estrangeiro deveu-se essencialmente à corte leonesa, onde se destaca o papel desempenhado por D. Afonso VI (Mattoso, 1987, 19). Este facto, aliado às transformações eclesásticas em curso, promovidas pela Reforma Gregoriana, introduziram uma influência franca marcante.

Em Braga, o Missal de Mateus, trazido da Abadia beneditina de Moissac, testemunha o grande relevo que nessa ocasião o reino franco atribuía ao culto e, na sua escolha, certamente que terão sido levados em conta os modelos de virtude que S. Vicente encarnaria.

Pode-se, pois, colocar a hipótese, bastante mais lógica e perfeitamente plausível, de o culto a S. Vicente ter sido introduzido pelo Norte por influência francesa.

4.2. S. Vicente: estandarte da luta contra o infiel

O santo aparece-nos como elemento activo na trama política que se desenrola, com o objectivo de alargamento das fronteiras do reino.

Ele é o santo que dá a benção à luta. É ele quem comanda as vitórias e as derrotas,

quem pauta os passos da guerra e quem disciplina a multidão depois da tormenta. D. Afonso Henriques funciona nesta acção como o elemento cumpridor do destino divino. As suas decisões não são, em última instância, suas, antes acata as inspirações e ditames superiores que o irão conduzir à vitória.

A posição do futuro rei está, pois, salvaguardada num cenário de profunda religiosidade que omite, ou antes «esconde diplomaticamente», os verdadeiros objectivos que o movem. De facto, se tivermos em conta o tempo que esperou para obter do papado o título de *Rex*, — o qual lhe veio a ser concedido em 1179 pela *Manifestis Probatum* — e a chegada das relíquias do santo à cidade recém-conquistada veremos que o papel de S. Vicente não terá sido de menor importância no processo de reconhecimento do reino de Portugal.

4.3. S. Vicente: opositor do reino rival de Aragão

A rivalidade entre os dois reinos não era recente. Desde D. Henrique que as relações entre este e seu primo, D. Raimundo, não eram amistosas. A batalha de Candespina em 1111, tendo embora levado a uma aliança entre os dois reinos, não impediu as futuras desavenças.

Certamente que D. Henrique e, depois dele seu filho, conheciam bem a religião da época e não lhes seria alheia a importância que o culto de S. Vicente tinha em Aragão, terra natal do próprio santo. Não surpreende, portanto, que ao escolher um santo padroeiro para o novo reino, se tenha optado por um que, à partida, funcionasse como um emblema de vitória, explícito desde logo pelo seu nome, face quer ao infiel quer sobretudo, ao reino inimigo desde longa data.

4.4. S. Vicente: elemento de negociação com os moçárabes

É incontestável a importância do elemento moçárabe durante a ocupação muçulmana. Ele encontra-se presente em praticamente todo o desenrolar dos acontecimentos e, de igual forma, naqueles que directamente se relacionam com S. Vicente. Em duas das versões da trasladação do corpo do santo, (versão de mestre Estevão e versão de André de Resende), são moçárabes que vão em busca dos despojos sagrados. São eles igualmente que guardam o corpo durante o domínio do infiel e são eles, por último, que trazem as relíquias de Valencia para o *Promontorium Sacrum*.

Os factos não se sucedem, porém, ao acaso e, quando o contrário nos é feito crer, razões há por certo, para que se pretenda ocultar tal intenção. No caso vertente, poderemos colocar a hipótese provável de, perante o predomínio deste sector da sociedade, o rei ter «pactuado» até certo ponto com o elemento moçárabe. Ora sobre o Cabo Sagrado, local escolhido para o ponto fulcral da narrativa, diz-nos Cláudio Torres que «...sobre o promontório sagrado dos antigos, a Igreja do Corvo, citada por todos os cronistas árabes, é, finalmente o símbolo do moçarabismo ocidental. Na altura, importante lugar de peregrinação e santuário dos navegantes, este local parece não ter resistido à investida sectária dos almóadas. A sua ruína e abandono devem relacionar-se, directa ou indirectamente, com a trasladação do seu sequestrado patrono para a cidade de Lisboa. O local de implantação desta igreja-mosteiro (...) seria na actual Vila do Bispo, a uma dezena de quilómetros do actual farol» (Torres, 1992, 409). A escolha deste espaço, como acabamos de ver, veio a ter uma importância decisiva no realçar do simbolismo vicentino.

Podemos, pois, afirmar que o culto a S. Vicente no *Promontorium Sacrum* só tomou a importância que posteriormente veremos assumir porque possuía na sua base um importante culto moçárabe que o terá absorvido, recuperado e associado ao Cristianismo, prevalecendo, no final, aquilo que dessa crença mais facilmente pôde ser aceite pelos cristãos habitantes desse território e, tornando-se, definitivamente, um signo indissociavelmente ligado ao futuro rei.

Afinal, a própria imagem do monarca se aproxima da imagem do santo. Fiel à sua fé, apesar dos tormentos do martírio, o santo continua sereno e incólume perante os seus inimigos. S. Vicente e D. Afonso Henriques completam-se, pois, para formar uma imagem de conquistadores pacíficos.

Mas, se alguma dúvida nos resta em relação a esta assimilação, atentemos nos testemunhos da arte. A pintura, essencialmente, não mostrou pejo ao apresentar o santo como verdadeiro triunfador sobre o mouro infiel. Mais ainda quando essa posição de vencido se torna, para além de simbólica, integralmente física. É o que podemos ver numa tábua atribuída ao Mestre *Arzobispo Mur*, procedente da Sé de Saragoça, do séc. XV⁶. Nesta obra, o santo encontra-se com todo o seu esplendor numa figura de primeiro plano, abarcando praticamente toda a tela. Sob os seus pés, um mouro de pele negra esbraceja e grita (Fig. 1).

ASPECTOS ICONOGRÁFICOS

Se bem que semelhantes, os atributos de S. Vicente diferenciam-se consoante o local de culto. Ainda que não existam diferenças substanciais, a que se torna mais digna de nota é a que se baseia na concepção da sua própria imagem. Pensada, elaborada, ela transforma-se em signo.

Esta formulação, nítida no caso português, praticamente se desvanece no caso espanhol onde o santo aparece quase sempre associado a uma série variável e múltipla de atributos. Aqui a associação entre signo e referente não é directa. As referências repetem-se e os objectos adquirem o estatuto de legendas da narração, de uma narrativa longa, pormenorizada, onde o santo aparece apenas como um elemento historiado, mais do que como um símbolo de culto.

Em relação a Espanha, os locais onde a iconografia vicentina se mostra mais rica correspondem à província de Aragão, à região da Catalunha e em termos gerais a toda a costa levantina espanhola. Torna-se mais pobre no interior e na região andaluza, praticamente não aparecendo em Castela.

Quanto à pintura espanhola, ela oferece-nos, ao contrário do que sucede em Portugal, inúmeras representações de S. Vicente. Estas figurações aparecem-nos desde finais do séc.XII, correspondendo a mais antiga ao «Antependio de Tresserres», o qual terá pertencido à igreja de Tresserres na província de Huesca, actualmente conservado no Museu Diocesano de Lérida (Fig. 2).

Este exemplo é extremamente curioso. A posição central do santo, sentado em majestade, com uma frontalidade quase estilizada lembra, com grande proximidade, quer o simbolismo cristológico que encontramos na arte carolíngia, quer o hieratismo e tratamento icónico da arte bizantina. O centralismo da figura preeminente irá constituir quase uma constante na arte românica, assumindo especial destaque nos tímpanos e arquivoltas das portadas das igrejas.

Esta tentativa de decalque da figura de Cristo é também verificável nas cenas martirológicas. É assim que a série das cenas da «Paixão de Cristo» surge como matriz das cenas do martírio de S. Vicente. O intuito de exarcebar o sentimento religioso dos fiéis levou, ainda, ao desdobramento de certas cenas do martírio, representando-se em detalhe alguns aspectos dos tormentos. Tais multiplicações, ainda que não sistemáticas, são observáveis em tábuas laterais ou, numa reserva criada numa tábua principal. Os passos, autêntico biografismo, assumem extrema importância na arte espanhola, onde raramente nos surge o santo isolado, o qual do mesmo modo apenas raramente é representado em estátuas de vulto.

Em Portugal, a iconografia vicentina apresenta características diversas. Produziu-se um tipo iconográfico preciso, reduzindo ao mínimo a série martirológica do santo ou mesmo omitindo simplesmente todo esse percurso narrativo que as telas do Mestre de Estopinán ou do Mestre de Estimariu tão bem documentam⁷.

Outra diferença substancial consiste no facto de, no nosso país, as representações escultóricas do santo serem numerosas, enquanto que, curiosamente,



Fig. 1 – Tábua atribuída ao Mestre de Arzobispo Mur. Museu do Prado, Madrid. Séc. XV.



Fig. 2 – Antependio de S. Vicente de Tresserres. Lérida, Museu Diocesano. Séc. XIII.

são em número reduzido as pictóricas. Os espécimes da esfragística, da numismática e da heráldica são, por outro lado, objectos onde a figuração do santo é frequente.

Mas, qualquer que seja o tipo de representação artística, estamos muito longe do gosto narrativo de sobrecarga descritiva. Os atributos do santo tornam-se de tal modo essenciais que se transformam em emblemas. As diferenças representativas são poucas, sobretudo em relação à escultura, notando-se uma tendência para fixar as imagens reduzindo as cenas à narração essencial.

Os atributos típicos, como sejam a barca e o corvo ³, desempenham uma função de símbolo de tal modo forte que, só por si, mesmo isolados, reportam ao mito do santo. Se outros elementos aparecem na iconografia portuguesa, como a corda, a roda, o livro ou a grelha do martírio, a sua presença não é contínua. Ela é omitida a maior parte das vezes, aparecendo sobretudo a partir dos Sécs. XIV-XV e ficando-se a dever a sua existência, certamente, mais a um gosto pessoal do que a uma tradição representativa.

A função de símbolo dos atributos vicentinos encontra-se bem representado num selo do Mosteiro de S. Vicente, provavelmente dos inícios do séc. XIII (Fig.3). Um corvo isolado alude simultaneamente ao Mosteiro e à lenda do santo que lhe deu



Fig. 3 – Selo pendente do Mosteiro de S. Vicente. Apenso à doação do Castelo de Lagos feita pelo Bispo de Silves ao Mosteiro de S. Vicente de Lisboa. Era de 1228 (a.c. 1190).

nome. Em outros casos é a barca, remetendo à trasladação das relíquias, que acompanha a figura de S. Vicente.

A imagem do santo nos «Painéis de Nuno Gonçalves» é, poderíamos dizer, o ponto máximo desta condensação de significados. É a redução última de todo um conjunto representativo. Aqui as vestes de diácono, a juventude do rosto e o molho de cordas a seus pés são os únicos símbolos que a ele correspondem.

Estamos pois, bem longe da multiplicação das cenas de uma narrativa pormenorizada, inventiva até de passos apócrifos, que tinha sido produzida em Espanha. Em Portugal, pelo contrário, observamos uma fixação de imagens e, mesmo quando as cenas martirológicas aparecem, ⁴ elas são reduzidas às cenas narrativas essenciais.

Este despojamento, no entanto, não corresponde somente a uma tradição estilística, a um gosto pessoal dos artistas ou a uma tradição representativa das figuras de santos.

Na criação da imagética de S. Vicente entrelaçam-se factos e mitos produzindo uma nova linguagem. É uma linguagem de signos, símbolos e referentes que constituem um valor emblemático. A lógica racional transforma-se numa lógica simbólica defendida e aceite por todos.

O mito cumpre, assim, a função para a qual tinha sido criado: a função de estandarte, de ordenador, a justificação para actos soltos e realidades cruéis. Ele exprime, afinal, toda a tensão que uma época de desagregação e de guerra transporta consigo e a qual não pode ser contida recorrendo somente à racionalidade.

Mas vejamos um pouco mais detalhadamente alguns aspectos iconográficos de S. Vicente.

1. A Barca

A barca representada na emblemática da cidade de Lisboa deve-se, exclusivamente, à tradição da vinda das relíquias de S. Vicente do *Promontorium Sacrum* para a capital.

Esquecendo alguns obscuros significados que certos investigadores procuraram encontrar nesta representação ¹⁰, este «ícone», como aliás lhe chama Aires A. Nascimento (Nascimento, 1988, 11), começa a surgir na sigilografia olissiponense a partir do séc. XIII. O mais antigo exemplar corresponde a um selo pendente, datado de 1233, do Mosteiro de Santos-o-Novo (Fig. 4).

A nau ou barca representada foi simples nos primeiros exemplares, tornando-se progressivamente mais complexa para atingir o seu auge de sofisticação nas rebuscadas representações dos célebres e faustosos galeões. Os tipos de embarcação multiplicaram-se; os bríques, as fragatas foram substituindo as figurações iniciais. No entanto, – facto curioso – encontramos no primeiro exemplar, já citado, de 1233, um certo arrojo estilístico. A assimetria marcada pelo desfraldar da vela de um só lado produz um efeito singular, ainda que

bastante inesperado pelo inositado da composição, nesta primeira metade do séc. XIII (Fig. 4).

Originalmente, poder-se-á atribuir o início da representação da barca, como atributo de S. Vicente, a um dos passos do seu martírio. Esta cena corresponde ao lançamento do corpo do santo à água atado a uma roda de moinho, que aparece frequentemente nas séries martirológicas espanholas. Podemos, desta forma, afirmar que este atributo é especificamente valenciano, encontrando-se presente desde, praticamente, o início do culto. Teremos no entanto, e como refere Mateus Ibars (Mateus Ibars, 1980, 23), de fazer uma certa distinção entre a «representação da barca mediterrânica e a da caravela atlântica que se utilizou no transporte para Lisboa séculos depois».

A barca como símbolo sagrado é, de igual forma, algo frequente na iconografia cristã. A viagem para o além ou a célebre arca de Noé são alguns temas frequentes com o advento do Cristianismo, tornando-se imagens quase vulgares quer nos sarcófagos, quanto ao primeiro exemplo, quer nas pinturas murais, sobretudo no caso do segundo. Mas já a viagem para o outro mundo era representada em épocas muito mais recuadas. A barca dos mortos, encontramos-a em praticamente todas as civilizações. Mas, se a ideia de aventura acompanha a ideia da viagem no mundo pagão, com o Cristianismo a barca passa preferentemente a corresponder a um símbolo de segurança: é nela que os crentes tomam o seu lugar. Surge, desta forma, uma duplicação entre a barca e a igreja já configurada na arca de Noé que, por sua vez, será uma prefiguração da barca cristã de S. Vicente.

Curioso de igual modo é notar o que Bento Falcão da Frota, na sua *Historia da Jornada de Argel* (Frota, s/d), nos diz em relação à criação do mundo por Deus no seu quinto dia, «o Cabo de São Vicente donde se dis e afirma estar em terra do Noe por quem deos Nosso Senhor restaurou o Mundo de povoação depois do dilluvio Universal...».

A iconografia vicentina portuguesa recupera e adapta, portanto, a que já era vulgar em território espanhol. Contudo, em vez de a transpor pura e simplesmente, antes selecciona criteriosamente os atributos que pretende. Escolha pautada, não sómente por um gosto estético-cultural, mas essencialmente orientado por uma causa específica a que não estará alheio um certo «objectivo calculista» e, de certo modo, pedagógico.

A luta contra o infiel e a reconquista do território aos mouros implicavam o elemento viagem. Num território onde o litoral marítimo sempre exerceu uma profunda influência nos povos, não será de estranhar que a barca, como signo de aventura, de alargamento de fronteiras e de vitória sobre o elemento adverso, passasse a ser adoptado por toda a população. Mais ainda quando a cidade mais importante do futuro reino, prestes a ser conquistada, possuía uma tradição de construção de embarcações que recuava certamente a muitos séculos atrás, e onde grande parte da população se dedicava a actividades piscatórias.



Fig. 4 – Selo pendente de um documento datado da era de 1271 (a.c. 1233), do Mosteiro de Santos-o-Novo.

A adopção da barca como emblemática municipal comprova desta forma a vontade da cidade de Lisboa e, afinal, de todo o território, em colocar o destino do reino sob a benção e sob o poder de um santo que tinha chegado à cidade numa barca, numa das tantas barcas que o povo fazia, e que constituía um dos elementos que assegurariam a conquista.

2. O Corvo

Diz-nos Guilherme Felgueiras que os ornitologistas qualificam esta ave pela sua prudência, malícia e memória, considerando-a uma das aves eleitas (Felgueiras, 1961, 7).

O nascer do cristianismo atribuiu-lhe um sentido negativo, essencialmente devido à cor escura das suas penas e ao facto de ser um necrófago. Anteriormente à expansão da nova religião e em termos gerais para o mundo pagão, o poder perscrutador deste pássaro fez-lhe atribuir um sentido positivo.

Símbolo da gratidão filial na China, anunciador de perigos que se avizinham para os Likubas e os Likualas do Congo, mensageiro dos deuses e consagrado a Apolo na Grécia Clássica, o corvo sempre preencheu um papel importante no imaginário dos homens.

Com o cristianismo, é sublinhado o carácter negativo desta ave, como já referimos, mas ao mesmo tempo certas características benéficas vão ser ampliadas, modificadas e recuperadas sob uma nova roupagem cristianizada. Não é fácil, no entanto, descortinar o «significado vicentino» que se lhe possa atribuir. Teremos que procurar observar qual a simbologia que identifica santo e ave, com o objectivo de se tornarem os dois, não um símbolo, mas em «signos falantes».

«Mandou então [Daciano] lançar o corpo às aves, e animalias, que o comecem, onde houve pelos Anjos tão guardado, que nhuma lhe poz boca, antes de Corvos que al não buscavam, foi um visto guarda-lo, e defende-lo ...». Assim nos conta Duarte Galvão na sua *Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques*, (Galvão, 1906) o papel do corvo na defesa do corpo do santo.

O número de aves que acompanha o mártir é variável. Na iconografia portuguesa são geralmente dois. Adoptados igualmente nas insígnias municipais, a par com a barca, eles encontram-se ora voltados um para o outro – composição mais frequente –, ora virados para o mesmo lado.

Nas pinturas espanholas, o número de corvos é muito variável: oito, dez, um só ou variadíssimas aves.

Mas é à cultura árabe que deveremos atribuir uma influência decisiva na importância dada a este animal. Idrisi refere-nos uma Igreja do Corvo no Cabo de S. Vicente, a qual, como aliás já referimos, parece ter estado localizada mais para o interior. Desconhece-se porque se terá atribuído a uma ermida o nome de um pássaro. A sua abundância nas zonas costeiras e junto a rochedos de difícil acesso poderá ter influenciado essa escolha. Também alguns elementos arquitectónicos possuem esta designação. Corvo poderá significar uma grande pedra, ou peça de ma-

deira que, saindo do paramento exterior, é utilizada para sustentar a extremidade de uma cornija ou de um arco. As mesquitas, por exemplo, apresentam formas decorativas deste tipo que fazem lembrar, ao longe, pássaros empoleirados. Pode-se pois colocar a hipótese de que, sendo a influência árabe forte neste local e sabendo que «em contexto árabe, e naturalmente moçárabe, o corvo não é necessariamente de mau presságio» (Nascimento, 1988, 12, n.19), essa designação tenha ficado por uso popular.

Mas vejamos alguns atributos específicos deste animal na religiosidade pagã.

O Corvo na Religião Celta

Na Gália, o corvo era um animal sagrado. Eram mensageiros e atributos de deuses, mas certamente que antes de adoptarem essa função, como nos diz A. Grenier (Grenier, 1945, 341), foram eles próprios deuses. O deus Lug, de larga expansão neste território, aparece acompanhado por este animal numa inscrição de Peñalba de Villastar e num escudo de Lugudunum datado de 44. Este teónimo é, aliás, bastante elucidativo da influência deste deus naquela região.

Lug significa negro, e, ao mesmo tempo, luz. Diz-nos José M. Blázquez que «Lug representa a soberania no seu aspecto mágico e militar: é violento e temível, mas protege os guerreiros, tal como os bardos e os magos» (Blázquez, 1983, 284) ¹¹. Também o deus Apolo e Mitra, deus solar, se fazem acompanhar por este animal.

O Templo de Sarrebourg (Pons Saravi), santuário em honra de Mitra, comprova-nos a ligação entre este deus e a ave. No grande baixo-relevo principal que decorava o templo, datado do séc. III ou IV, o tema de Mitra tauróctone preenche o espaço central, e um corvo empoleirava-se no seu grande manto (Espérandieu, 1915, 31). Igualmente no mesmo local, um pequeno altar decorado nas quatro faces nos mostra uma deusa e um deus, companheiros na sua missão, que têm ambos por atributo um corvo, o qual se encontra esculpido por baixo das duas figuras, num nicho. Por cima dele, uma inscrição identifica os deuses. São Sucellus e Nantosvelta.

Sucellus é o deus da vida e da morte e corresponde a uma divindade nitidamente céltica. A deusa é a sua companheira, não tem um carácter próprio e é sobretudo uma personificação feminina da divindade a que está associada.

Uma outra pequena estátua, também proveniente do templo de Sarrebourg, é digna de atenção. Trata-se de um torso nú de homem segurando no braço um pássaro muito semelhante a um corvo. Se compararmos esta estátua com um baixo-relevo dedicado a Endovélco, encontrado em Portugal, a semelhança é nítida. Poderemos, conseqüentemente, estabelecer uma ligação entre estes deuses celtas, que têm como atributo o corvo, e o que encontramos no nosso território.

Endovélco e Esculápio são, afinal, deuses com atributos semelhantes aos de Sucellus. Lambrino estabelece claramente essa identificação (Lambrino, 1952).

Sendo atributos do deus celta o javali e o tonel, (as vulgares cupas) podemos comprovar a sua presença, extremamente forte, aliás, no território lusitano.

Significado do Corvo em Associação com o Santo

1. O Mau tornado Bom

S.Vicente, apoiando a luta contra o infiel, irá encarnar a figura de salvador da fé cristã, recuperando para o Cristianismo os territórios em poder dos Muçulmanos.

O negro é assim tornado branco. Assimilados o escuro das penas e o escuro da pele dos infieis, pretende-se sublinhar o facto de que mesmo aqueles que, à partida, pela sua natureza, são maus, podem ser recuperados para a fé, e em última análise para a conquista santificada do rei.

2. Rendição do Corvo / Rendição do Elemento Mouro

O facto de o corvo, animal considerado pela religião cristã como um elemento pagão ou vendido aos prazeres do mundo ¹², se tornar num atributo do santo, corresponderá à rendição daqueles que viviam no pecado.

3. O Corvo – Estandarte da luta de S.Vicente

Na Gália, os corvos guiavam Bellouèse e Sigouèse nas suas conquistas. Em Portugal eles vão guiar S. Vicente na conquista do novo território.

Com o seu vôo raso e com a sua perspicácia, eles indicam ao santo o caminho a tomar. Anunciam o perigo, da mesma forma que o faziam no Congo quando ele se aproximava. Tal como na Arca de Noé, são eles os primeiros a ver a terra prometida. Dotado de potencial profético, o corvo transforma-se na voz do senhor.

4. Corvo e S.Vicente – Os Deuses Guerreiros

«...na Irlanda celebra-se a sua festa, prova de que este deus era conhecido em todos os países célticos. Os textos irlandeses apresentam Lug como um chefe guerreiro que utiliza a magia no campo de batalha, mas também como poeta exímio e antepassado mítico de uma importante tribo (...). Lug representa a soberania no seu aspecto mágico e militar: é violento e temível, mas protege os guerreiros». Este comentário de Mircea Eliade ¹³ acerca do deus Lug torna pertinente a comparação entre este deus pagão e S.Vicente. O corvo é o atributo tanto de um como do outro, e a ambos esta ave defende. Corvo e santo encontram-se ligados e interligados neste jogo de imbrincadas significações.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Certamente que inúmeros aspectos ficaram aqui por analisar; procurámos, no entanto, sintetizar alguns deles e explicitar outros, sobretudo no que respeita a alguns aspectos iconográficos mais típicos em território português.

Sintetizando e contextualizando a problemática que temos vindo a tratar, diremos que:

1. O aparecimento de S. Vicente, nas vésperas da tomada de Lisboa aos Muçulmanos, é do maior significado. O santo encarna a ideia de conquista pela fé, justificando deste modo uma conquista territorial feita pelas armas. Esta imagem de *Atleta Dei* vai ser, aliás, reassumida mais tarde, quando uma expansão territorial norte-africana procurar do mesmo modo, um santo patrono e uma justificação religiosa para a guerra.

2. Sem adesão ao movimento das cruzadas, antes aproveitando da melhor maneira as que pelo território passavam, havia uma absoluta necessidade, sentida sobretudo pelo futuro rei, de arranjar cultos fortes, unificadores (pelo menos religiosamente), neste período politicamente conurbado, de toda a população e, afinal, do próprio reino. S. Vicente surge-nos como um culto oficial. A pouca adesão que se fará sentir a partir do séc. XIV denota essencialmente um abandono do culto por parte das classes mais pobres, contrariamente ao revigorar do mesmo por parte das mais abastadas, especialmente dos cavaleiros. Ligado a este facto acresce o de o culto se tornar cada vez mais cidadão.

3. A escolha deste santo, com o objectivo de fornecer uma dimensão ibérica à cidade de Lisboa, foi definitivamente intencional. A par com as razões políticas apontadas, o facto de este santo ser um dos de maior devoção certamente que terá pesado na sua escolha.

4. Por último, os seus atributos iconográficos tornaram-no plenamente adequado aos objectivos político-sociais que se impunham alcançar. A total aceitação deste santo só foi, no entanto, possível enquanto a religiosidade popular pré-cristã, mantendo sobrevivências religiosas antigas, conseguiu identificar-se com o novo culto.

NOTAS

1. A.Fábrega Grau, *Pasionario hispanico* I, estudo e texto in «Monumenta Hispaniae Sacra», 105.
2. *Analecta Bollandiana*, Anal. Boll.; Bruxelas, 1882.
3. Actualmente Cabo de S.Vicente.
4. Ahmed ben Mohammadar Razi viveu por volta de 950, tendo sido historiógrafo do rei de Córdoba. Escreveu sobre antiguidades da Espanha a fim de completar as crónicas cristãs. Diz-nos Rasis que o corpo do mártir se encontrava em Valencia quando Abd-er-Rahman a conquistou em 755. Mais tarde, um cavaleiro de Fez ter-lhe-á contado que, tendo ele próprio ido caçar às costas do Al-Garb, deparou com o corpo do santo guardado por aqueles que o tinham trazido.
5. Poder-se-á colocar a questão de ser o manuscrito da autoria de um autor francês, uma vez que é anónimo e omite propositadamente a transladação para o Cabo Sagrado das relíquias. Não nos podemos esquecer de que a França possuía grandes centros de culto a este santo, Saint-Vicent-des Prés (mais tarde S. Germain) e Castres. No entanto a referência expressa no texto à deposição do corpo na cidade de Lisboa afasta a hipótese de de o mesmo autor procurar uma explicação diferente que justificasse, de algum modo, a sua existência em território francês.
6. Tela actualmente conservada no Museu do Prado, Madrid.
7. Vejam-se os exemplos que Dolores Ibars apresenta *Iconografia de San Vincente Mártir...*
8. Não consideramos aqui nem a palma nem o livro, porque são atributos não específicos de S. Vicente.
9. Como é o caso dos painéis que se encontram actualmente no Museu Municipal de Óbidos, com os «Martírios de S.Vicente». Autor desconhecido, séc.XVI, Escola Portuguesa.

10. Como por exemplo a duplicação que P. Carvalho da Costa estabeleceu com a Nau Argos de Ulisses, Costa, 1917.
11. Tradução nossa do castelhano.
12. As Escrituras Bíblicas referem que o corvo, enviado por Noé, para vêr se o nível das águas tinha descido, não mais apareceu. Desta forma ele é conotado com o pecado, com o abandono aos prazeres do mundo.
13. Mírcea Eliade, cit. Blázquez (Blázquez, 1983, 284). Tradução nossa do castelhano.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, Marquês de, 1983, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Ed. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa.
- Araújo, Norberto de, s/d, *Pequena Monografia de São Vicente*, Ed. Grupo dos Amigos de Lisboa, Lisboa.
- Astray, Manuel Recuero, 1989, *La «Crónica Adefonsi Imperatoris» y Los Orígenes del Reino de Portugal*, «Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval», Ed. Instituto Nacional de Invest. Científicas, Vol.I, Porto, 103-110.
- Blázquez, José María, 1983, *Primitivas Religiones Ibéricas – Religiones Prerromanas*, Ed. Cristiandad, Vol.II, Madrid.
- Chevalier, Jean; Gheerbrant, Alain, 1973, *Dictionnaire des Symboles*, Col. Seghers, Paris.
- Coelho, Borges, 1972, *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I e II, Lisboa.
- Cunha, D. Rodrigo da, 1642, *História Eclesiástica da igreja de Lisboa*, Lisboa.
- Cumont, Franz, 1942, *Recherches sur le Symbolisme Funéraire des Romains*, Bibliothèque Archéologique et Historique, tomo XXXV, Paris.
- Espérandieu, Emile, 1915, *Recueil Général des Bas Reliefs, Statues et Bustes de la Gaule Romaine*, vol.VI, Paris.
- Falcão, José, 1974, *O Mártir S. Vicente e a sua Litúrgia – Resumo Histórico Exame dos Textos Litúrgicos*, Lisboa.
- Felgueiras, Guilherme, 1961, *O Corvo na Tradição e na Heráldica lisiponenses*, «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», IIª Série, nº 55/56, Lisboa, 7-11.
- Fonseca, Quirino da, 1922, *O Brazão da Cidade de Lisboa*, Boletim da Associação dos Arqueólogos portugueses, Lisboa.
- Frota, B. F. da, *História da Jornada de Argel...*, s/d (provavelmente perto do ano de 1726).
- Galvão, Duarte, 1906, *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*, vol. II, Lisboa.
- Geary, Patrick J., 1993, *Le Vol des Reliques au Moyen Âge*, Ed. Aubier, Paris.
- Grenier, Albert, 1945, *La Gaule Celtique*, Paris.
- Guéron, René, 1962, *Symboles Fondamentaux de la Science Sacrée*, Ed. Galimard, Paris.
- Lambrino, Scarlat, 1952, *Le Dieu Lusitanien Endovellicus*, Coimbra.
- Lavajo, J. C., 1991, *A Crónica do Mouro Rasis e a Historiografia portuguesa medieval*, «Revista de Estudos Orientais – O legado Cultural de Judeus e Mouros», Instituto Oriental – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 127 – 154.
- Mateus Ibars, M. de las Dolores, 1980, *Iconografia de San Vicente Mártir*, Tomo I. Pintura, Cadernos de Arte, nº 29, Ed. Conselho Superior de Invest. Científica, Valencia.
- Mattoso, J., 1987, *A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos Séculos XII e XIII*, «Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval», Instituto Nacional de Invest. Científicas, Vol. I, Porto, 13-37.
- Moita, I., 1973, *VIII Centenário da Trasladação das Relíquias de São Vicente 1173-1973 – Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Comemorativa do VIII Centenário da Chegada das relíquias de São Vicente a Lisboa*, (Introdução – Irilvalva Moita), Ed. C.M.L., Lisboa.
- Nascimento, A. A.; Saúl, G.; 1988, *S.Vicente e seus Milagres Medievais*, Ed. Didaskália, Lisboa.

Réau, L., 1959, *Iconographie des Saints*, Ed. P.U.F., Tomo III, Paris, 1324 – 1332.
Rodríguez, Carmen García, 1966, *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*,
Monografías de História Eclesiástica, vol. I, Madrid.
Ruinart, 1731, *Acta Primorum Martyrum*, Veronae.

Torres, Cláudio, 1992, *História de Portugal*, Dir. J. Mattoso, Ed. Círculo de Leitores, 360-437.
Voragine, J. de, 1967, *La Légende Dorée*, Ed. Garnier- Flammarion, Paris, 1324-1330.

A CASULA QUINHENTISTA DA MATRIZ DE MÉRTOLA

MAGDA NOGUEIRA*

VALENTINA SILVA**

Casula de veludo carmezim com fxa ao centro de linho, bordado a torçal amarello.

N'esta fxa figuras de centauros e animaes, contornados por fio de retroz azul.

Fins do século XVI.

Freguezia de Mértola.

in

Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola, p. 76.

1. Os paramentos foram, desde sempre, vistos como peças de grande valor, quer pelos ricos materiais confeccionados, quer pelo facto de serem fruto do empenho conjunto de artífices e de artistas, o que lhes conferia um valor inestimável. Por isso mesmo, chegaram até nós peças únicas de beleza considerável. Para tal, contribuiu também o facto de apenas serem utilizados em determinadas épocas do ano (nos chamados tempos litúrgicos), bem como o de terem merecido cuidados especiais enquanto peças associadas ao culto divino.

O século XVI, um tempo de grande religiosidade marcado pelo debate teológico, vê o fausto da sumptuária litúrgica igualar a opulência da vida profana. A paramentaria adquire, então, um lugar mais destacado no campo das artes orna-

mentais. Progressivamente, a liturgia e o cerimonial sagrado exigem uma paramentação rica em veludos, brocados e bordados.

Consequentemente, torna-se tecnicamente mais complexa, ficando apenas ao alcance de artesãos especializados, o que não invalida, no entanto, a existência de peças executadas com técnicas mais deficientes que respondem à necessidade de produzir depressa e por baixo preço.

Depois de Itália, a arte do bordado chega rapidamente a outros países cristãos do Ocidente, ganhando expressão particular em Espanha e na Flandres. Durante a centúria de Quinhentos, o refinamento e a opulência da arte do brocado não se circunscrevem somente às grandes metrópoles. Assim, existiam, um pouco por todos os centros urbanos de relativa importância, mestres bordadeiros, estoleiros e casuleiros, dedicados à confecção de ornamentos sagrados, respondendo às exigências crescentes das encomendas.

O bordado é agora uma das indústrias mais brilhantes. Faz-se o realce das figuras, e o artista não mais se contenta com a utiliza-

* Licenciada em História pela F.C.S.H., U.N.L.

** Licenciada em História da Arte pela F.C.S.H., U.N.L.



ção de tintas planas próprias da medievalidade. Os matizes alcançam tons até então nunca conseguidos. Dos bordados emergem reentrâncias, sulcos e novas ondulações.

Não obstante os progressos que a tecelagem portuguesa alcançou durante os séculos XV e XVI, é descabida a comparação, nos planos artístico e tecnológico, às italiana e espanhola. Em Portugal, contrariamente ao que aconteceu noutros países europeus, não se conhece uma colaboração directa entre artistas e artesãos no esboço dos motivos destinados aos tecidos bordados.

Se bem que o mecenato exercido pelos monarcas portugueses tenha tido o objectivo de fomentar a personalização de um estilo nacional na decoração, será que essa onda de nacionalismo estético teve algum reflexo na ornamentação dos tecidos? Será que permitiu o aparecimento de tecidos genuinamente portugueses? Pode tê-lo feito. Contudo, é conveniente ter em conta que no campo da ornamentação da nossa tecelagem, ela pouco ou nada apresenta de típico ou de original, já que a maioria dos mestres que a ela se dedicam são italianos e espanhóis que seguem, naturalmente, os padrões das suas terras de origem.

2. St^o Isidoro de Sevilha, nas *Etimologias*, define casula como um *vestido redondo que envolve al hombre, así llamada porque es como una casa pequeña*¹.

A sua origem encontra-se na *paenula* romana, veste envolvente de forma circular, com uma única abertura no vértice, utilizada para proteger das intempéries. Do uso profano, a casula passou ao litúrgico. Manteve a sua forma circular até aos séculos XIII-XIV. Por comodidade, foi sucessivamente encurtada até tomar a forma de escapulário. Hoje, de novo, retoma a forma envolvente.

A casula é um paramento em seda ou damasco, de cor determinada², bordada ou guarnecida a passamanes³, e o sacerdote veste-a sobre a alva⁴, para a celebração da Eucaristia. A Igreja ordena que o seu tecido seja fino e precioso, estando proibido o uso do linho e do algodão na sua confecção.

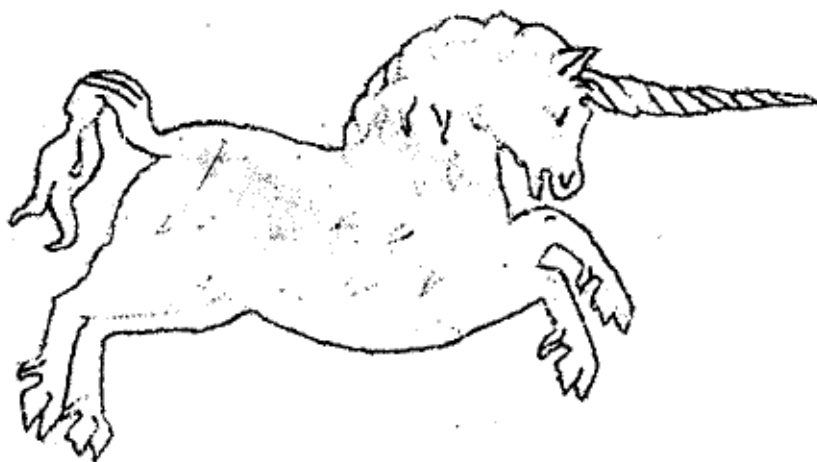
Uma casula que tem como função primeira o ofício litúrgico, não deveria ser ornamentada com figuras religiosas?

Não deveria ter um sebasto repleto de Apóstolos ou Santos, de cenas da Vida e da Paixão de Cristo, de episódios marianos, ou então, de elementos vegetalistas, típicos do século XVI?

Como entender, portanto, a existência na vila de Mértola de uma peça tão original, possivelmente única, como a casula da igreja matriz?

Com efeito, a casula analisada, de veludo liso carmesim, típico do século XVI, revela de imediato um sebasto peculiar, não só pela posição horizontal, que a sua figuração apresenta e que, por norma, deveria ser vertical⁵, como também pelas figuras pouco ortodoxas que o compõem. Centauros e um licórnio coexistem num mesmo espaço com coelhos domésticos, um pássaro, uma águia e aquilo que se pode, à primeira vista, identificar como serpentes. A paisagem vegetalista é extremamente estilizada e toda a ornamentação apresenta uma cor esbranquiçada, desgastada pelo passar do tempo.

A representação mitológica do sebasto concilia temas clássicos tipicamente ocidentais, com elementos simbólicos orientais⁶. Observando a peça do ponto de vista iconográfico, verifica-se que é possível atribuir-lhe duas acepções que, embora distintas, se complementam. Senão vejamos: ao licórnio são atribuídos simultaneamente o dom purificador pagão⁷, a castidade⁸, e a encarnação de Cristo⁹, visões puramente cristãs.



Quanto aos centauros, figuras compósitas, *qu'on dit être mis-hommes, mis-chevaux, symbolisent les hommes que la concupiscence charnelle fait semblables aux bêtes*¹⁰, revelam instintos desenfreados, até mesmo maléficos¹¹. O maniqueísmo está aqui bem patente. A luta entre o Bem e o Mal, o espírito e a matéria, o poder espiritual e temporal – uma temática que desde sempre dominou as civilizações ocidental e oriental. Os centauros procuram capturar o licórnio, pelo que estão organizados em torno deste, que se apresenta como o eixo central da composição.

Compartilhando o espaço mitológico, encontra-se o coelho/lebre (símbolo do amor e da luxúria, é classificado como um animal fecundo), e o pássaro, elementos que nos fazem retornar à realidade. Por isso, são denominados de elementos decorativos mistos, pois aproximam o mundo fantástico do real.

Enquadrados no universo oriental, a águia¹² e a serpente revelam-se elementos cruciais. A águia, e a águia bicéfala, são dos mais antigos motivos da Índia, tantas vezes transcritos para as nossas tapeçarias. Aquilo que parece ser uma serpente, não raras vezes confundida com um dragão (podendo pôr-se a hipótese deste estar representado sem asas e com uma cauda pouco comum), detém atributos essencialmente ligados à mitologia clássica. Quando a Idade Média a recupera reforça-se a sua ligação ao reino do Mal. As trevas, a terra, a morte, a escuridão, a inveja, tornam-se seus apanágios.

Por tudo o que atrás se referiu, não será descabido considerar a composição do sebasto não só historiada, mas também simbólica. No seu todo, pode afirmar-se que ela tem um significado distinto da sua representação aparente, mostrando um símbolo – licórnio – em lugar destacado e dominante.

Os motivos decorativos vegetalistas, ainda que simples, constituem agrupamentos. Na casula de Mértola, vêem-se motivos fitomórficos de enrolamentos de caules contínuos (predominantes na arte indo-portuguesa), que ondulam, lançando um ou outro ornato, uma ou outra folha para lados opostos. O motivo da flor de lótus que percorre todo o século XVI terá sido trabalhado na forma de uma *pomegranate*¹³ aberta, com folhas de formato contorcido. Uma possível estilização desta flor poderá ser encontrada na casula, se se tiver como referência as figurações – tipo existentes nos veludos italianos e espanhóis – as folhas contorcidas estão presentes, o caule frondoso e as flores bulbosas também.

3. No *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva da Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, a casula é descrita como um paramento cujo tecido-base é o linho¹⁴, bordado a torçal amarelo e as figuras contornadas a fio de retrós azul. A utilização deste fio nos motivos, justifica-se pelo facto do fio de seda permitir um trabalho fino e apurado.

O sebasto tem uma composição decorativa aplicada, na qual os elementos ornamentais estão sobrepostos ao fundo. Este género de bordado consiste em pedaços de seda contornados segundo um desenho, colocados sobre um tipo determinado de tecido, ao qual se cozem¹⁵. É comum rodearem-se os contornos



com um fino cordão de seda ou de ouro, consoante a importância da peça. O bordado de aplicação, ainda que económico, permite a elaboração de peças de grande magnificência e qualidade artística¹⁶.

Verifica-se, assim, na casula da matriz de Mértola a utilização do linho como base e a da seda nos ornatos aplicados sobre o fundo bordado a ouro¹⁷. A cor (o amarelo-ouro) é típica desta centúria, sendo encontrada frequentemente nas tapeçarias, colchas e bordados do século XVI. Também deste período é o galão que guarnece o sebasto como sugerem a franja e a carena que o rematam, pois a ornamentação dos tecidos de Quinhentos (pintada, tecida, feita por aplicação de outros tecidos ou bordada) era, muitas vezes, complementada por remates de franjas ou orlas/borlas¹⁸.

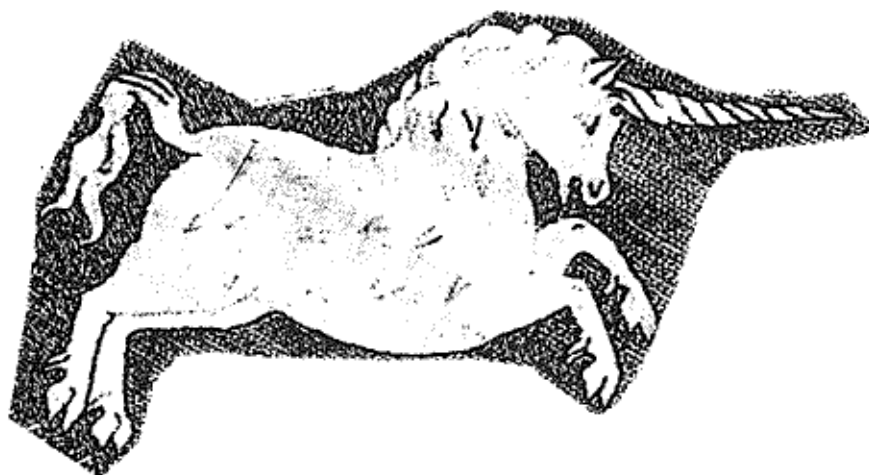
4. Em suma, e após as análises atrás elaboradas, as questões permanecem em aberto: a casula da igreja matriz de Mértola não se apresenta como uma casula-tipo do século XVI, e o sebasto constitui por si só uma excepção. Levanta-se, então a hipótese de ter sido reaproveitado de uma outra peça¹⁹ – de uma sanefa, de uma predela, ou até mesmo de uma colcha indo-portuguesa.

É contudo, ainda difícil entender o porquê desta não ser uma casula que obedece aos modelos do seu tempo. Mas, é verdade também, que se torna bem mais económico fazer uma adaptação ou aplicação, com peças já existentes, criando-se assim uma casula, do que encomendar a um bordadeiro ou a um casuleiro uma peça original. Seria a utilização de retalhos e a readaptação uma prática descabida neste século XVI?

A religiosidade de Quinhentos obrigaria, em princípio, a uma obediência aos cânones da Igreja. Porém, o acesso dos artífices a materiais novos e ricos, aliado à sua prodigiosa imaginação renascentista, fizeram nascer obras dificilmente classificáveis. A casula da matriz de Mértola poderá ser uma delas. Apesar de não reflectir o faustoso culto dos grandes centros do catolicismo representa, de algum modo, a riqueza da arte ornamental do século XVI. O seu principal valor é o de ter resistido à delapidação ou à indiferença dos homens através dos séculos.

NOTAS

- 1 in Antolin Villanueva, *Los Ornamentos sagrados en España*, p. 70.



- 2 A cor usada na Igreja Católica nos ofícios litúrgicos varia de acordo com as festividades. São cinco as cores dos paramentos: branca, encarnada, verde, roxa e preta. A cor-de-rosa é permitida no terceiro domingo do Advento e no quarto da Quaresma; a cor azul celeste usa-se por privilégio em Portugal, em Espanha e em alguns conventos franciscanos, bem como nas missas da Imaculada Conceição. A cor branca é empregue nas festas do Senhor, excepto nas da Paixão, de Nossa Senhora e dos Santos não mártires. A encarnada, nas festas da Paixão e do Espírito Santo e dos Mártires. A verde, no tempo depois da Epifania e Pentecostes. A roxa, nos dias e tempos de penitência. A preta, na Sexta-feira da Paixão e nos ofícios fúnebres.
- 3 vide, glossário, p. 230.
- 4 *Ibidem*, p. 230.
- 5 É difícil entender o porquê desta não ser uma casula que obedece aos modelos do seu tempo. Ainda que existindo excepções às tipologias renascentistas, as casulas apresentam um sebasto com figuração vertical, de modo a captar de imediato o olhar dos crentes. O sebasto unifica um conjunto de imagens, articuladas coerentemente, como se de um retábulo se tratasse, as quais raramente se afastam da temática religiosa.
- 6 Aqui constata-se uma possível filiação com a arte indo-portuguesa, pois uma das suas características é a de fundir num mesmo tema elementos do mundo sensível com outros do mundo mítico. O cenário do tecelão indiano é vegetalista e zoomorfo, e o simbolismo retirado da mitologia convive com cenas de costumes e símbolos indianos.
- 7 Para os Antigos, o corno do licórnio protegia todos os homens das doenças e venenos, desde que o utilizassem para beber. Esta crença seria posteriormente aproveitada pelo simbolismo renascentista.
- 8 Símbolo por excelência da Virgem — *C'est la l'emblème d'une vie chaste et pure. Il convient surtout aux vierges.*
O Renascimento fez ecoar uma vez mais a lenda medieval de que este é um animal selvagem, do qual os caçadores não se podem aproximar senão com a utilização de uma virgem. O licórnio vendo-a acerca-se, deita-se sobre o seu regaço, deixando-se prender.
- 9 Crê-se que o licórnio que se refugia no regaço de uma virgem, simboliza o mistério da Incarnação. A ideia de pureza, sempre conotada com este animal, será mais tarde atribuída à Virgem Maria.
- 10 in Guy de Tervarente, *Attributs et symboles dans l'art profane*, p. 131.
- 11 Exceptuaram-se os casos de Chiron e Pholos (em francês, no original), nascidos do amor puro, os quais por não terem a marca selvagem dos seus congéneres, revelam-se benfazejos, hospitaleiros, amantes dos homens.
- 12 Em luta contra uma serpente representa a vitória do Bem sobre o Mal, da saúde sobre a doença.
- 13 Em inglês, no original.

- 14 O material de fundo mais utilizado nos tecidos indo-portugueses parece ser o algodão, ainda que sejam usadas a seda, o linho, o veludo e a linhagem sendo estes dois últimos aqueles a que o artista menos recorre.
- 15 A utilização maioritária da seda na decoração das peças não invalida a existência de bordados a algodão, retrós, lã, torçal, ouro, prata e ornatos feitos em aplicação de cetim. Devido à utilização destes diferentes materiais, da arte indo-portuguesa retira-se um grande efeito cromático. O sistema mais utilizado é o do bordado amarelo sobre fundo branco.
- 16 Não existe igreja de importância na Península que não possua ornamentos ou panos com bordados sobrepostos elegantes e de grande valor artístico. O aparecimento de tais panos e roupas nas procissões cívicas e religiosas conferem uma nota singular às igrejas, aos actos e cerimónias de culto. Frequentemente, os bordados de aplicação são mesclados com outros tipos de bordados produzindo nas peças efeitos belos e novos. Se, durante a Idade Média se teceram panos, tapetes com sanefas e guarnições em fio de várias cores e em seda, no século XVI, juntaram-se-lhes trabalhos em bordado de seda e em torçais policromados.
- 17 No processo decorativo dos bordados, os que mais facilmente se encontram são os bordados a ponto de cadeia. Os povos asiáticos usaram desde sempre este ponto decorativo com grande perícia artística. É um ponto manual que também pode ser trabalhado, quer com uma agulha quer com um gancho fino. Quanto aos bordados, havia uma certa preferência por este ou aquele ponto, o que diferia entre a Índia e Portugal. Se, por exemplo, o ponto de Arraiolos parece ter sido desconhecido na Índia, o ponto de cadeia, também ele utilizado no nosso País, tem uma proveniência indiana. Por outro lado, se na arte portuguesa parece existir uma maior associação de pontos, na indiana, são mais frequentes as peças que nos revelam a utilização de um único ponto.
- 18 Tanto a aplicação de galões como a de ornatos em ponto de cadeia é tipicamente oriental.
- 19 Deste modo, teria constituído a associação de duas peças igualmente dignas. Ao veludo carmesim, tecido sumptuoso, aliou-se um fragmento rico, bordado a seda.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Manuela de, *Novas Obras da Arte Quinhentista do Tempo de Camões em Constância*, Comissão para a reconstrução da Casa de Camões em Constância, 1978.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Histórico Artístico do Concelho de Évora*, vol. I, Ac. Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1966.

MÂLE, Émile, *L'Art Religieux au XIIe. et au XVIIIe. Siècles*, Lib. Armand Colin, Paris, 1946.

SEZNEC, Jean, *La Survivance des Dieux Antiques. Essai sur le Rôle de la Tradition Mythologique dans l'Humanisme et dans l'Art à la Renaissance*, Flammarion, Paris, 1980.

TERVARENTE, G. de, *Attributs et Symboles dans l'Art Profane – 1450/1600*, s. ed., Genève, 1958.

VAN MARLE, Raimond, *Iconographie de l'Art Profane du Moyen Age et à la Renaissance, et la Decoration des Demeures*, Hacker Art Books, New-York, 1971.

VILLANUEVA, Antolin P., *Los Ornamentos Sagrados en España*, Ed. Labor, Barcelona, 1935.

I. Correspondente a Tapeçarias

BAYARD, Émile, *L'Art de Reconnaître les Tapisseries*, Ernest Grund, 1927.

MENDONÇA, M^a José de, *Inventários de Tapeçarias Existentes em Museus e Palácios Nacionais*, I.P.P.C., Lisboa, 1983.

II. Correspondente a Têxteis

BASTOS, Carlos, *Indústria e Arte Têxtil*, s. ed., Porto, 1960.

idem, *Subsídios para a História da Arte Ornamental dos Tecidos*, s. ed., Porto, 1954.

ENTHOVEN, Jacqueline, *The Stitches of Creative Embroidery*, Reinhold Publishing Corporation, NewYork, 1964.

WEIBEL, Adèle Coulin, *Two Thousand Years of*



Textiles. The figured Textiles of Europe and the Near East – New York, Hacker Art Books, New York, 1972.

III. a) Artigos

DIAS, Jaime L., «Técidos», in *A Arte Popular em Portugal*, vol III, s. ed., s. d., pp. 11-47.

KING, Donald, «Medieval and Renaissance Embroidery from Spain», in *Victoria and Albert Museum Yearbook*, London, 2, 1970, pp. 55-64.

MENDONÇA, M^a José de, «As artes Ornamentais do Século XVI», in *História da Arte em Portugal*, vol II, Portucalense Ed., Porto, 1948.

SORIO, Ileana Chiappini di, «Velvets from Venice», in *Apollo*, vol. 102, 163, London, Setembro, 1975, pp. 203-207.

SPRINGER, Lynn E., «Biblical Scenes in Embroidery», in *Antiques*, vol. 101, 2, New York, 1972, pp. 374-383.

STANDEN, Edith A., «Tapisseries Renaissance, Maniéristes et Baroques: Nouveaux Developpements», in *Revue de l'Art*, 22, Paris, 1973, pp. 91-97.

STEENEBRUGENI M. Risselin, «Broderie Indo portugaise du debut du XVIIe Siècle», in *Bulletin des Musées Royaux d'Art et d'Histoire*, Bruxelles, pp. 119-129.

b) Catálogos

CARDOSO, Nuno C., *Museus Portugueses*, ed. do autor, Lisboa, 1935.

GLOSSÁRIO

ALVA – Espécie de túnica branca com mangas usada nos primeiros séculos da Idade Média pelos

laicos e pelos clérigos mas que, depois do século XIII, passou a ser apenas veste sacerdotal usada sob a Casula.

BROCADO – Tecido de seda de origem oriental com fios de ouro ou prata, e desenhos em relevo (categoria dos panos de Damasco). Os primeiros brocados eram completamente tecidos a ouro e prata e só no fim da Idade Média a classificação se estendeu aos panos bordados a seda e muitas vezes desprovidos de fios metálicos. Os ornatos do brocado eram largos, ao passo que os de brocatel eram miúdos e ligeiros.

BROCATEL – Tecido semelhante ao brocado, tecido adamascado. Estofa de seda bordado com ornatos, frequentemente policromos. Na sua origem, eram tecidos ornados com pequenos desenhos em que entravam fios de ouro ou de prata. No século XVI, a designação estendeu-se aos tecidos de seda com ornatos sem metal.

DALMÁTICA – Túnica branca dos Imperadores romanos. Paramento dos diáconos e sub-diáconos quando oficiam; vestimenta que outrora os bispos vestiam em determinadas ocasiões.

DAMASCO – Tecido de seda com desenhos lavrados que se fabricava em Damasco.

ESCAPULÁRIO – Tira de pano que alguns religiosos trazem pendente ao pescoço.

GALÃO – Tira entrançada de prata, ouro, seda, algodão, linho, própria para debruar ou enfeitar.

PASSAMANES – Fitas ou cordões entretecidos a prata, ouro e seda.

PARAMENTO – Veste oficial do clero nas funções do culto divino. No Antigo Testamento estavam determinadas as vestes especiais dos ministros do templo, bem como a sua forma e ornato. No Novo Testamento nada se encontra determinado.

PLUVIAL – Capa grande, de damasco, usada pelo oficiante nos actos litúrgicos solenes, estranhos à missa; Capa de Asperges.

PREDELA – Parte inferior de um retábulo, composta por um ou vários painéis, formando uma faixa, geralmente com meras figuras ligadas ao tema geral da composição, ou representando um assunto especial.

RECAMO – Bordado de relevo ou ornato; espécie de rebordo ou cercadura feito de galão cerrado com uma bola/orla na extremidade

RETRÓS – Fio ou fios de seda torcidos.

SANEFA – Longa tira de fazenda que orna a parte superior de uma cortina.

SEBASTO – Tira de pano, de cor diferente, usada sobre uma peça de vestuário. Adorno de vestidos, paramentos.

SERIGUILHA – Pano grosso de lã sem pelo.

SIRGO – Bicho da seda; sirguilha grossa; o mesmo que seda.

SIRGUILHA – Seriguilha; tecido de lã grosseiro.

TORÇAL – Cordão de fios de retrós; cordão de seda com fios de ouro.